



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO
TRÓPICO ÚMIDO

MONICA DE NAZARÉ FERREIRA DE ARAÚJO

**GOVERNANÇA AMBIENTAL E TURISMO – ANÁLISE DOS PARQUES
NACIONAIS: AMAZÔNIA, CHAPADA DAS MESAS (BRASIL) E TORTUGUERO
(COSTA RICA)**

Belém
2015

MONICA DE NAZARÉ FERREIRA DE ARAÚJO

**GOVERNANÇA AMBIENTAL E TURISMO – ANÁLISE DOS PARQUES
NACIONAIS: AMAZÔNIA, CHAPADA DAS MESAS (BRASIL) E TORTUGUERO
(COSTA RICA)**

Tese apresentada como requisito para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Socioambiental, pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Profª. Drª. Ligia T. L. Simonian.

Belém
2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

Araújo, Monica de Nazaré Ferreira de

Governança ambiental e turismo – análise dos Parques Nacionais: Amazônia, Chapada das Mesas (Brasil) e Tortuguero (Costa Rica) / Monica de Nazaré Ferreira de Araújo; Orientadora, Ligia T. L. Simonian. – 2015.

373 f.: il. ; 29 cm

Inclui bibliografias

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2015.

1. Turismo. 2. Governança ambiental - Brasil. 3. Governança ambiental - Costa Rica. 4. Ecoturismo - Brasil. 5. Ecoturismo - Costa Rica. 6. Parque Nacional da Amazônia (Brasil). 7. Parque Nacional da Chapada das Mesas (Maranhão, Brasil). 8. Parque Nacional Tortuguero (Costa Rica). I. Simonian, Ligia T. L., orientadora. II. Título.

CDD 22. ed. 363.70098

MONICA DE NAZARÉ FERREIRA DE ARAÚJO

GOVERNANÇA AMBIENTAL E TURISMO – ANÁLISE DOS PARQUES NACIONAIS: AMAZÔNIA, CHAPADA DAS MESAS (BRASIL) E TORTUGUERO (COSTA RICA)

Tese apresentada como requisito para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Socioambiental, pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Ligia T. L. Simonian.

Apresentado em: 15/06/2015

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Ligia T. L. Simonian
Orientador – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Durbens Martins Nascimento
Examinador interno – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Índio Campos
Examinador interno – NAEA/UFPA

Prof^ª. Dr^ª. Ponciana Freire de Aguiar
Examinadora externa – PPGGPD/UFPA

Prof^ª. Dr^ª. Maria de Lourdes de Azevedo Barbosa
Examinador externo – PROPAD/UFPE

Resultado: Aprovada

Aos meus pais, Luiz Marcos e Orlandina que, apesar de distantes, *in memoriam*, continuaram presentes no meu dia a dia.

AGRADECIMENTOS

Ao meu sobrinho Mateus que “vira e mexe” se espantava com o ambiente do meu quarto sempre abarrotado de livros;

À minha irmã Cecília e ao meu cunhado Ibrahim por terem enfrentado no dia a dia, comigo, todas as “neuras” inerentes a este trabalho;

À minha irmã Cristina, pelos momentos em que ela conseguia me tirar do “sério”;

Ao meu irmão Luiz Marcos, que o acaso “cisma” de não nos manter perto um do outro;

À minha orientadora, Ligia Simonian, pela orientação e ensinamentos;

Ao *Centro Agronómico Tropical de Investigación y Enseñanza (CATIE)*, Costa Rica, e ao meu supervisor, Eliécer Vargas, por todas as “dicas” essenciais;

Ao corpo docente e funcionários do NAEA, sempre tão atenciosos;

À minha amiga Silvia Helena, “cabeça pensante”, que me instiga a seguir seus passos acadêmicos;

À Beth Gaspar, pelo maravilhoso “abrigo” em Itaituba, o que incluiu apoio à pesquisa;

Ao meu amigo “tabajara” Luiz Antonio Pinheiro, por suas incríveis provocações;

Aos amigos de “toda hora” Eduardo Gomes, Márcio Jardim, Josânia Ribeiro, Fátima Costa, Rachel Sfair, Júnior Hiroyuki, Linda Rodrigues, Leila Gadelha, Mercedes Montero, Sandro Wendell e Michelle Neves;

À CAPES e à FAPEMA, pelas valorosas bolsas de estudo;

Aos gestores do Parque Nacional da Amazônia, Parque Nacional da Chapada das Mesas e Parque Nacional Tortuguero, pela disposição de abrir as porteiras dessas UC.

“Queria entender de medo e da coragem, e da gã que empurra a gente para fazer tantos atos, dar corpo ao suceder”.

Guimarães Rosa

RESUMO

O tema desta tese trata dos processos de governança ambiental e suas relações com o turismo em áreas protegidas e em seus entornos. Seu eixo central consiste em procurar respostas que dizem respeito a como os atores sociais participam, de algum modo – direta ou indiretamente –, se articulam e promovem ações coletivas em parques nacionais, no intuito de contribuir para a gestão dessas áreas, principalmente no que tange a sua conservação e ao turismo que nelas é praticado. Tal investigação parte do princípio hipotético de que, apesar de as bases que instauram um processo de governança ambiental em parques nacionais serem fincadas pelo Estado, a participação social é condição determinante tanto para a preservação de seu ecossistema quanto para a dinamização do turismo ecológico. A tese foi sistematicamente articulada a ter em vista o objetivo de analisar, comparativamente, a construção da governança ambiental sob a perspectiva da ação coletiva nos: Parque Nacional da Amazônia (Pará e Amazonas), Parque Nacional da Chapada das Mesas (Maranhão), ambos no Brasil, e Parque Nacional Tortuguero, na Costa Rica, a considerar, principalmente, o que é realizado por diversos atores sociais no que respeita à conservação e ao turismo sustentáveis. Para tanto, fundamentou-se em teorias que discutem o conceito e a aplicação da governança ambiental, bem como suas conexões com o turismo em unidades de conservação, sob a perspectiva da sustentabilidade. As bases metodológicas desta tese se sustentam na pesquisa qualitativa – pesquisa de campo para coleta de dados – a ter como auxílio fontes documentais e bibliográficas. Para ilustrar determinadas circunstâncias, durante a pesquisa de campo, recorreu-se a iconografias locais. Concluiu-se, em síntese, que a dinâmica da participação de definidos atores sociais nessas unidades de conservação é determinante para os rumos do processo de governança e seus reflexos na proteção da biodiversidade, bem como no turismo.

Palavras-chave: Governança ambiental. Turismo. Atores sociais. Parques nacionais.

ABSTRACT

The theme of this thesis deals with environmental governance processes and their relationship to tourism in protected areas and their surroundings. Its central axis consists on seeking for answers related to how social actors participate, in some way – directly or indirectly – articulate and promote collective actions in national parks, in order to contribute to the management of these areas, especially with regard to its conservation and tourism takes place in them. Such an investigation starts from in the hypothetical principle that although the foundations that put in place a process of environmental governance in national parks be financially supported by the State, social participation is a determining condition for both the preservation of its ecosystem and for the stimulation of eco-tourism. The thesis was systematically articulated, in order to analyze, comparatively, the construction of environmental governance from the perspective of collective action, at the following parks: Amazon National Park (Pará and Amazonas), and Chapada das Mesas National Park (Maranhão), both in Brazil, and in the Tortuguero National Park, in Costa Rica, considering, especially, what is carried out by various social actors with respect to conservation and sustainable tourism. For this, it was based on theories that discuss the concept and the implementation of environmental governance as well as their connections with tourism in protected areas, from the perspective of sustainability. The methodological basis of this thesis are supported in qualitative research – field survey for data collection – taking as aid documentary and bibliographic sources. To illustrate certain circumstances, during field research, we used the local iconography. It was concluded in summary, that the dynamics of the participation of certain social actors in these protected areas is a determining factor to the direction of the governance process and its effects on biodiversity protection and tourism.

Keywords: Environmental Governance. Tourism. Social Actors. National Parks.

RESUMEN

El tema de esta tesis trata de los procesos de gobernanza ambiental y sus relaciones con el turismo en las áreas protegidas en su entorno. Su eje central es la búsqueda de respuestas sobre los actores sociales involucrados de alguna manera – directa o indirectamente –, se articulan y promueven acciones colectivas en los parques nacionales, con la finalidad de contribuir a la gestión de estas áreas, especialmente con respecto a su conservación y al turismo que en ellas se practica. Dicha investigación parte del principio hipotético que a pesar de las bases que establecen un proceso de gobernanza ambiental en parques nacionales ser apropiado por el Estado, la participación social es condición determinante tanto para la preservación de su ecosistema cuanto para la dinámica del turismo ecológico. La tesis fue sistemáticamente articulada a tener en vista el objetivo de analizar, comparativamente, la construcción de la gobernanza ambiental bajo la perspectiva de la acción colectiva en: Parque Nacional da Amazônia (Pará e Amazonas), Parque Nacional da Chapada das Mesas (Maranhão), ambos en Brasil y Parque Nacional Tortuguero, en Costa Rica, a considerar, especialmente, lo que es realizado por diversos actores sociales en relación a la conservación y al turismo sostenible. Para ello, se fundamentó en teorías que discuten el concepto y la aplicación de la gobernanza ambiental y sus conexiones con el turismo en unidades de conservación bajo la perspectiva de la sostenibilidad. La base metodológica de esta tesis se apoya en la investigación cualitativa, tema de investigación para la recogida de datos – a tener como auxilio fuentes documentales y bibliografías. Para ilustrar ciertas circunstancias, durante la investigación de campo, se recurrió a las icnografías locales. Llegado a la conclusión, en síntesis, que la dinámica de participación de definidos actores sociales en esas unidades de conservación es determinante para los rumbos del proceso de gobernanza y sus reflexiones en la protección de la biodiversidad y el turismo.

Palabras clave: Gobernanza ambiental. Turismo. Actores sociales. Parques nacionales.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 - Localização do Parque Nacional da Amazônia, Parque Nacional da Chapada das Mesas e Parque Nacional Tortuguero.....	25
Quadro 1 - Síntese dos entrevistados no <i>Survey</i> , PARNAMAZONIA/Itaituba.....	34
Quadro 2 - Síntese dos entrevistados no <i>Survey</i> , PNCM/Carolina.....	35
Quadro 3 - Síntese dos entrevistados na pesquisa de campo.....	38
Figura 1 - O turismo alternativo.....	96
Mapa 2 - Localização do PARNAMAZONIA e entorno.....	101
Ilustração 1 - Gravura feita por Coudreau: “O meio do Tapajós, visto de Itaituba.....	116
Ilustração 2 - Gravura feita por Coudreau: “Itaituba: Minha Casa sob a Mangueira.....	117
Quadro 4 - Áreas de Desenvolvimento propostas no plano de manejo.....	154
Mapa 3 - Localização do Parque Nacional da Chapada das Mesas.....	225
Mapa 4 - Localização das Áreas de Conservação do SINAC.....	281
Mapa 5 - Localização do Parque Nacional Tortuguero.....	283
Gráfico 1- Visitantes no PNT, ano de 2013.....	316
Gráfico 2- Visitantes mensal do PNT, ano de 2013.....	317

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Muiraquitã produzido pelos Mundurucus.....	123
Fotografia 2- Vista frontal da Igreja Nossa Senhora de Santana.....	124
Fotografia 3 - Ambulantes dispostos na Orla.....	128
Fotografia 4 - Acesso para a Pousada Maloquinha.....	129
Fotografia 5 - Antigo hospital de Fordlândia.....	134
Fotografia 6 - Ruínas do hospital.....	134
Fotografia 7 - Barracão de Lazer.....	134
Fotografia 8 - Casa e rua em Fordlândia.....	134
Fotografia 9 - Vista parcial de Fordlândia e porto	135
Fotografia 10 - Galpão em frente ao porto Fluvial.....	135
Fotografia 11 - Trecho da Transamazônica que corta o PARNAMAZONIA...	138
Fotografia 12 - Placa indicativa do PARNAMAZONIA.....	138
Fotografia 13 - Ponte sobre o igarapé Tracoá.....	138
Fotografia 14 - Base Tracoá.....	138
Fotografia 15 - Corredeiras do Tapajós.....	140
Fotografia 16 - Solos hidromórficos e gleyzados às margens do Tapajós.....	142
Fotografia 17 - Ararajuba, ave-símbolo do parque.....	146
Fotografia 18 - <i>Ameerega trivittata</i>	149
Fotografia 19 - <i>Hypsiboas granosus</i>	149
Fotografia 20 - <i>Agrias claudina</i>	150
Fotografia 21 - <i>Morpho achilles</i>	150
Fotografia 22 - Um dos tipos da coral: <i>Micrurus filiformis</i>	152
Fotografia 23 - Posto de vigilância da Base Tracoá.....	177
Fotografia 24 - Margem do Tracoá, visto da Base.....	177
Fotografia 25 - Mirante, no canto superior esquerdo.....	178
Fotografia 26 - Panorâmica do Mirante.....	178

Fotografia 27 - Entrada do Mirante.....	179
Fotografia 28 - Interior do Mirante.....	179
Fotografia 29 - Alojamento para pesquisadores.....	179
Fotografia 30 - Trecho inicial da Trilha do Tapajós.....	182
Fotografia 31 - Aspecto paisagístico da Trilha.....	182
Fotografia 32 - Trecho do ramal para automóveis.....	183
Fotografia 33 - Placa da trilha do Tapajós.....	184
Fotografia 34 - Morro da Terra Preta.....	186
Fotografia 35 - Trecho da trilha da Capelinha.....	187
Fotografia 36 - Missão campal na Capelinha.....	187
Fotografia 37 -Lago da Barragem de Estreito.....	205
Fotografia 38, 39 e 40 - Edificações do centro histórico de Carolina.....	207
Fotografia 41 e 42 - Descaracterização do centro histórico de Carolina.....	207
Fotografia 43 - Praça José Alcides de Carvalho.....	208
Fotografia 44 - Praça Alípio Carvalho.....	208
Fotografia 45 - Pousadas da cidade.....	209
Fotografia 46 - Agência de ecoturismo.....	209
Fotografia 47 - Lanchonete e restaurante.....	209
Fotografia 48 - Memorial Mangueira Centenária.....	213
Fotografia 49 - Portal Carolina 2000.....	213
Fotografia 50 - Obelisco da Independência.....	214
Fotografia 51 - Casa Professor José Queiroz.....	214
Fotografia 52 - Interior da Biblioteca Municipal Odolfo Medeiros.....	214
Fotografia 53 - Igreja de São Pedro de Alcântara.....	214
Fotografia 54 - Palestra de orientação ambiental.....	215
Fotografia 55 - Chalé.....	215

Fotografia 56 - Piscina de água natural.....	215
Fotografia 57 - Transporte tracionado.....	215
Fotografia 58 - Prática de arvorismo.....	216
Fotografia 59 - Trilha suspensa.....	217
Fotografia 60 - Trilha suspensa, com vista para o Cerrado.....	217
Fotografia 61 - Trilha com corrimão.....	217
Fotografia 62 - Cachoeira do Capelão.....	218
Fotografia 63 - Cachoeiras gêmeas do Itapecuruzinho.....	219
Fotografia 64 - Tenda com serviço de bar e restaurante.....	219
Fotografia 65 - Poço Azul.....	221
Fotografia 66 - Vista aérea da Usina Hidrelétrica de Estreito.....	223
Fotografia 67 - BR- 230, no sentido Carolina, acesso ao PNCM.....	226
Fotografia 68 - Estrada para se chegar ao PNCM.....	227
Fotografia 69 - Trecho do rio Farinha.....	228
Fotografia 70 - Trecho do Tocantins visto a partir da cidade de Filadélfia (TO). Ao fundo, a cidade de Carolina e o Morro do Chapéu.....	229
Fotografia 71 - Vista parcial do relevo da região.....	230
Fotografia 72 - Morro do Chapéu, no entorno do Parque.....	231
Fotografia 73 - Família de João Dias Carvalho, Riacho Fundo.....	243
Fotografia 74 - Aspectos da Fazenda Palmeirinha.....	243
Fotografia 75 - Panorâmica da região da Serra Grande.....	251
Fotografia 76 - Vista parcial da fazenda e da cachoeira da Prata.....	251
Fotografia 77 - Trecho de acesso ao “Araras”.....	260
Fotografia 78 - Acesso ao Topo.....	260
Fotografia 79 - Abrigo no sopé do Morro das Araras.....	260
Fotografia 80 - Cimo do Morro das Araras.....	260
Fotografia 81 - Voo das araras.....	260
Fotografia 82 - Inscrições rupestres, pegadas humanas e pontilhadas.....	261

Fotografia 83 - “Gavião Preto” e a colmeia de abelhas “indígenas”.....	262
Fotografia 84 - Uma das quedas da Cachoeira da Prata.....	263
Fotografia 85 - Entrada para a Cachoeira da Prata.....	263
Fotografia 86 - Área de lazer da fazenda.....	263
Fotografia 87 - Cachoeira de São Romão.....	265
Fotografia 88 - Paredão de musgo, atrás da queda d’água	265
Fotografia 89 - Esterco dos Andorinhões do Cerrado.....	265
Fotografia 90 - Trilha de acesso a São Romão.....	266
Fotografia 91 - Trilha (trecho).....	266
Fotografia 92 - Bar e restaurante da fazenda.....	267
Fotografia 93 - Redário.....	267
Fotografia 94 - Filhote de <i>Chelonia Mydas</i> na praia em Tortuguero.....	286
Fotografia 95 - Centro de Visitação com exposição permanente.....	289
Fotografia 96 - Centro de Informação <i>La Tortuga Vigilante</i>	290
Fotografia - Trecho da Trilha <i>El Gavilán</i>	290
Fotografia 98 - Estação de educação ambiental e investigação Robles Koufman	291
Fotografia 99 - Praia de Tortuguero.....	291
Fotografia 100 - Prédio da estação de pesquisas da STC.....	292
Fotografia 101 - Atracadouro de Tortuguero.....	300
Fotografia 102 - Semana da Biodiversidade em Tortuguero.....	310
Fotografia 103 - Praça principal de Tortuguero.....	311
Fotografia 104 - <i>Tour</i> pelos canais do PNT.....	320
Fotografia 105 - Um dos <i>mariposarios</i> do <i>Mawamba Lodge</i>	321
Fotografia 106 - Uma das cabinas de Tortuguero.....	321
Fotografia 107 - Escola de Música <i>Calyso</i> de Tortuguero.....	329
Fotografia 108 - Ensaio de jovens para apresentação em Tortuguero.....	329
Fotografia 109 - Planta Recicladora de Tortuguero.....	333

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AD - Área de Desenvolvimento

ABM - Associação Bezerra de Morais

ACAHN - *Área de Conservación Arenal Huetar Norte*

ACAT - *Área de Conservación Arenal Tempisque*

ACATU - Associação Carolinense de Turismo

ACCVC - *Área de Conservación Cordillera Volcánica Central*

ACG - *Área de Conservación Guanacaste*

ACLAC - *Área de Conservación La Amistad Caribe*

ACLAP - *Área de Conservación La Amistad-Pacífico*

ACMIC - *Área de Conservación Marina Isla del Coco*

ACOPAC - *Área de Conservación Pacífico Central*

ACOSA - *Área de Conservación Osa*

ACRXS - *Asociación Costa Rica por Siempre*

ACT - *Área de Conservación Tempisque*

ACTO - *Área de Conservación Tortuguero*

ADIBT - *Asociación de Desarrollo Integral de Barra de Tortuguero*

AMOT - Associação dos Mineradores de Ouro do Tapajós

AMIPARNA - Associação dos Amigos do Parque Nacional da Amazônia

AP - Áreas Protegidas

APA - Área de Proteção Ambiental

ASFITA - Associação dos Filhos e Filhas de Itaituba

ASVO - *Asociación de Voluntarios para el Servicio en Areas Protegidas*

ASOPROTUR - *Asociación de Guías de Tortuguero*

ASP - Áreas Silvestres Protegidas

CATIE - *Centro Agronómico Tropical de Investigación y Enseñanza*

CC - Conselho Consultivo

CCC- *Caribbean Conservation Corporation*

CDB - Convenção sobre Diversidade Biológica

CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas

CESTE - Consórcio Estreito Energia

CI - Conservação Internacional

CLA - Conselhos Locais Ambientais

CMADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
CODOBES - *Conservación de Bosques y Desarrollo Sostenible*
CTI - Centro de Trabalho Indigenista
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará
FLONA - Floresta Nacional
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
GEF - Fundo Mundial de Meio Ambiente
GVI - *Global Vision International*
IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICT - *Instituto Costarricense de Turismo*
IFMA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
INA - *Instituto Nacional de Aprendizaje*
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INMET - Instituto Nacional de Meteorologia
IPAM - Instituto de Pesquisa da Amazônia
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ITAMBESA - Companhia Agro Industrial de Monte Alegre
JAPDEVA - *Junta de Administración Portuária y Desarrollo Económico de la Vertiente Atlántica*
MINAE - Ministério de Recursos Naturais, Energia e Minas
MINTUR - Ministério do Turismo
MMA - Ministério do Meio Ambiente
MSP - *Ministerio de Seguridad Pública*
ONG - Organização Não Governamental
OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAC2 - Programa de Aceleração do Crescimento
PARNA - Parque Nacional
PARNAMAZONIA - Parque Nacional da Amazônia
PCH - Pequenas Centrais Hidrelétricas
PIN - Programa de Integração Nacional PIPES - Pedro Ivan Pereira do Espírito Santo
PM - Plano de Manejo

PNCM - Parque Nacional da Chapada das Mesas
PNAP - Plano Nacional de Áreas Protegidas
PNT - Parque Nacional Tortuguero
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPG-7 - Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
RESEX - Reserva Extrativista
UC - Unidade de Conservação
UICN - União Internacional para a Conservação da Natureza
UFPA - Universidade Federal do Pará
SAPOPEMA - Sociedade para a Pesquisa e Proteção do Meio Ambiente
SEBRAE - Serviço de Apoio a Pequenas e Médias Empresas
SEMMA - Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Itaituba
SEMA-MA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente
SETUR/MA - Secretaria de Estado do Turismo do Maranhão
SMTAM - Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente
SNP - Serviço de Parques da Costa Rica
STC - *Sea Turtle Conservancy*
STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SMMA - Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Estreito
SMTMA - Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente de Carolina
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SINAC - *Sistema Nacional de Áreas de Conservación*
STF - Supremo Tribunal Federal
TI - Terras Indígenas
UCR - *Universidad de Costa Rica*
UEMA - Universidade Estadual do Maranhão
UFMA - Universidade Federal do Maranhão
UHE - Usina Hidrelétrica de Estreito
UNEP - *United Nations Environmental Programme*
ZUP - Zonas de Uso Público (ZUP)
WWF - World Wildlife Foundation For Nature

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	20
1.1 Metodologia	30
2 AÇÃO COLETIVA, GOVERNANÇA AMBIENTAL, UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E TURISMO: ENFOQUES TEÓRICOS	44
2.1 A governança dos bens comuns	44
2.1.1 Ação coletiva: caminhos para a resolução de conflitos.....	49
2.3 Governança ambiental: entendimentos e possibilidades	52
2.3.1 Governança e governabilidade.....	52
2.3.2 Conceitos e contextos.....	54
2.3.3 Governança ambiental e seus princípios.....	58
2.3.4 Governança ambiental e a Amazônia brasileira.....	63
2.3.5 Governança ambiental e desenvolvimento sustentável: algumas considerações	66
2.4 Unidades de Conservação	69
2.4.1 Contextualização e conceitos de UC.....	70
2.4.2 Aspectos da legislação ambiental e os PARNA.....	79
2.4.3 Zona de amortecimento (zona-tampão ou entorno): considerações gerais.....	82
2.5 Turismo	85
2.5.1 Abordagem conceitual.....	85
2.5.2 Ecoturismo em áreas protegidas.....	88
2.5.3 Ecoturismo em Parques Nacionais.....	92
2.5.4 Segmentação em ecoturismo.....	95
3 PARQUE NACIONAL DA AMAZÔNIA: PERSPECTIVAS GEOAMBIENTAIS, HISTÓRICAS, ECONÔMICAS, SOCIOCULTURAIS E OUTRAS DISCUSSÕES	100
3.1 Parque Nacional da Amazônia e sua área de influência	100
3.1.1 Localização e limites.....	100
3.1.2 Caracterização das unidades de conservação do entorno.....	102
3.1.3 Parque Nacional da Amazônia e a BR-163.....	104
3.1.4 Os municípios de Itaituba, Aveiro e Maués e seus variados aspectos.....	115
3.1.4.1 <i>Itaituba</i>	116
3.1.4.2 <i>Aveiro</i>	130
3.1.4.3 <i>Maués</i>	136

3.2 Diferenciais naturais, históricos e culturais do PARNAMAZONIA.....	137
3.3 O plano de manejo, o conselho consultivo, a gestão, o turismo e a conservação do PARNAMAZONIA: contextos e atores sociais.....	154
3.3.1 A construção do plano de manejo.....	154
3.3.2 Conselho Consultivo: instrumento estratégico de governança.....	159
3.3.3 A gestão do parque: o olhar dos conselheiros.....	173
3.3.4 A realidade do turismo no parque.....	177
3.3.4.1 <i>Trilhas</i>	180
3.3.4.2 <i>Caracterização dos visitantes</i>	187
3.3.5 Conservação do parque.....	196
4 PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DAS MESAS: PERSPECTIVAS GEOAMBIENTAIS, HISTÓRICAS, ECONÔMICAS E OUTRAS DISCUSSÕES.....	199
4.1 Contextualização histórica da Região do Tocantins.....	199
4.2 Os municípios de Carolina, Riachão e Estreito.....	203
4.2.1 Carolina.....	203
4.2.2 Riachão.....	220
4.2.3 Estreito.....	221
4.3 Diferenciais físicos, naturais, territoriais e outros.....	224
4.4 A Criação, o Conselho Consultivo, os problemas, a gestão, o turismo e a conservação do Parque: conexões e atores sociais.....	232
4.4.1 Criação do PNCM: considerações breves.....	232
4.4.1.1 <i>Plano de manejo</i>	234
4.4.2 Conselho consultivo: discussões iniciais e outras dinâmicas.....	236
4.4.3 Problemas do PNCM e do entorno: contextos e olhares.....	248
4.4.3.1 <i>Alguns dados sobre a ocorrência de incêndios</i>	250
4.4.4 A gestão do parque: o olhar dos conselheiros.....	255
4.4.5 A realidade do turismo no parque.....	257
4.4.5.1 <i>Atrativos e serviços turísticos</i>	258
4.4.5.2 <i>Turismo: possibilidades sob a ótica dos conselheiros</i>	271
4.4.6 Conservação do parque.....	276

5 PARQUE NACIONAL TORTUGUERO: PERSPECTIVAS GEOAMBIENTAIS, HISTÓRICAS, TURÍSTICAS E OUTRAS DISCUSSÕES	279
5.1 Áreas Silvestres Protegidas: discussões breves e localização	279
5.2 Diferenciais geológicos, geomorfológicos, hidrográficos e biodiversidade	284
5.3 O plano de manejo, o conselho consultivo, os problemas, a gestão, o turismo e a conservação do PNT: conexões e atores sociais	288
5.3.1 Considerações iniciais: acesso e aspectos infraestruturais.....	288
5.3.2 Abordagem sobre o Plano de Manejo e entorno.....	292
5.3.3 Conselhos consultivos: processo de construção e perspectivas.....	303
5.3.4 A gestão do parque e as ações empreendidas pelos atores sociais.....	307
5.3.5 Contexto turístico de Tortuguero.....	312
5.3.5.1 <i>Conservação e turismo: iniciativas em curso</i>	323
5.3.6 Tortuguero e seus problemas: desafios à sustentabilidade.....	327
6 ANÁLISE COMPARATIVA E DISCUSSÕES: PARQUE NACIONAL DA AMAZÔNIA, PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DAS MESAS E PARQUE NACIONAL TORTUGUERO	335
7 CONCLUSÃO	348
REFERÊNCIAS	355
APÊNDICE	371

1 INTRODUÇÃO

Longo, dramático e contínuo é o desafio da humanidade diante do uso e da proteção dos recursos naturais, herdados de sociedades primevas. Tal dilema, talvez, derive do conceito de posse inerente ao ser, cuja tendência é de agravamento, pois a relação natureza-homem ultrapassa questões ligadas à racionalidade. Resta saber se haverá uma “queda de braço” em favor da natureza. Vozes para tentar equacionar essa luta já ecoaram há tempos.

Por outro lado, nos anos 80 do século XX, a comunidade científica começou a se preocupar com a elevada extinção de espécies, principalmente nos trópicos, e esta volta o olhar “[...] para a diversidade biológica, como matéria-prima para modernas biotecnologias em atividades econômicas” (CASTRO JÚNIOR; COUTINHO; FREITAS, 2009, p. 27). No âmbito geral, as florestas do mundo inteiro, cerca de um quinto da sua totalidade, conforme Wilson (1997), sobretudo as tropicais, são as mais devastadas, pois ocupam uma área de 7% da superfície da terra. E mais, boa parte da biota mundial está sendo destruída de modo veloz.

Livrar-se da velocidade das intervenções humanas e deliberar sobre a criação de áreas protegidas (AP) têm sido a grande saída para a conservação da biodiversidade. Nesse sentido, consideram-se pertinentes os determinantes teóricos de Diegues (1997), quando afirma que as áreas naturais de proteção ambiental, fundamentalmente as de uso restritivo – parques nacionais e reservas naturais –, onde não deve haver a presença de moradores, constituem-se uma construção ideacional de conservação de governos.

No entanto, para o autor, essas áreas se mostram como uma tentativa de proposição de relacionamento do binômio ser humano-natureza nas ditas sociedades modernas. E mais, o mesmo autor afirma que tal estratégia tem como princípio a impossibilidade da convivência entre qualquer formação social e a natureza, porquanto tal relacionamento acarretaria o aniquilamento do universo natural.

Afirma ainda o referido autor que o conceito de conservação e sua prática vingaram, de modo irrefutável, mundialmente, e apresenta dados do *World Conservation Center* da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN-1996), que corroboram essa ideia. Existem mais de 150.000 tipos diversos de AP, distribuídas pelo mundo, isso segundo o *United Nations Environmental Programme* (UNEP), (2013). Todavia, muitas dessas áreas só existem no papel, pois tiveram sua execução barrada por questões conflituosas entre as instâncias governamentais e os moradores locais que, em conformidade com a legislação, passariam a ser reassentados.

Parte-se do princípio de que a questão ambiental gera conflitos e, por isso, é objeto de

discussão que abrange diversos espaços, tanto o acadêmico quanto o político, além do econômico e social, e assim se apresentou por décadas e, de maneira mais incisiva, desde os anos 90. Sensíveis ao chamamento da sociedade, que clamava providências que conduzissem à concepção de estratégias, vários governos responderam com legislações que, de certo modo, respondessem a essa pendência social (SILVA; SIMONIAN; AMARAL, 2013). E mais, todo um conjunto de leis que até então vigorara passa, a partir desse momento, por um critério de revisão mais aprofundado com ênfase no caráter ambiental e social. É nesse contexto que emergem os acordos internacionais, a Agenda 21, o Programa Millennium, entre outros.

Houve, portanto, a partir daí, uma eclosão de projetos que vislumbravam a possibilidade de equalização de problemas dessas naturezas. Contudo, em 2012, essa tentativa se mostrou frustrada, uma vez que os resultados apresentados na Conferência Rio+20, realizada na cidade do Rio de Janeiro, foram uma enorme coleção de políticas, programas e ações que não lograram êxito na sua execução. Isto é, chegou-se com um resultado negativo muito aquém das expectativas, o que contribuiu para o exacerbamento da questão ambiental.

No cerne dessas discussões, Jacobi e Sinisgalli (2012) afirmam que tal evento referido há pouco convocou a sociedade civil global para colaborar com debates que levassem a novas práticas sobre o desenvolvimento e o ambiente. A questão era como resolver todo um cenário de inseguranças até então permeado por medidas paliativas, com vistas a buscar alternativas estratégicas e fundamentais para tal problemática. É o momento em que a governança ambiental passa a ter um maior reconhecimento, uma vez que nela se encontram instrumentos necessários para mediar a construção de elos entre o Estado e a sociedade civil.

Ainda para Jacobi e Sinisgalli (2012, p.1477), “[...] os avanços na governança ambiental precisam ser cada vez mais incorporados nos processos que envolvem os tomadores de decisão e os não tomadores com o objetivo comum [...]”. E esse objetivo seria a maior convergência de ideias no enfrentamento e combate à problemática, bem como uma definição clara de gestão para sustentabilidade, na qual requisitos como a corresponsabilidade e a participação descentrada sejam o motor do processo. Isso implicaria, sobretudo, articulação e integração em rede e ênfase na importância dos atores engajados na gestão, o que culminaria em uma melhor interação com os decisores do processo. Desse modo, a governança ambiental exige a participação da sociedade civil como pré-requisito essencial para o desenvolvimento.

Recentemente, no ano de 2014, em Sidney, na Austrália, aconteceu o Congresso Mundial de Parques, com a participação de cerca de 6.000 pessoas. Nele, houve discussões sobre como poderiam ser enfrentados os problemas que dizem respeito à conservação planetária (PROMESA de Sidney, La, 2014). Embora avanços tenham sido conseguidos,

ainda assim foi mencionado que a governança e a gestão no que tange às AP e conservadas no mundo, desde que a UICN reuniu-se em Durban em 2003, podem ser vistas como bons presságios. Que, provavelmente, servirão de motivo para acelerar, de modo significativo, como estímulos para melhorar a *performance* das AP.

Mesmo comemorando êxitos obtidos, há de se admitir que as ameaças à biodiversidade e às AP atingiram historicamente níveis bem mais elevados. Também se tem que se reconhecer que muitos desses espaços, em todo o mundo, apresentam situações de carência de uma gestão eficiente. Em decorrência disso, o meio ambiente tem sido cada vez mais degradado.

Segundo Jacobi (2012, p. 12)

O fortalecimento da governança ambiental pode ter muitas estratégias (institucionais ou não), como as arenas de negociações, as práticas educativas e a participação da sociedade civil, ferramentas para o processo de construção de tomada de decisão compartilhada.

Nesse caso, a ênfase dada pelo autor diz respeito a um processo de construção com constância e deliberações contínuas, o que pode acontecer por meio de troca de saberes, “[...] desenvolvimento de práticas cujo foco analítico está na noção de poder social, que media [*sic*] as relações entre Estado, Sociedade, mercados e o meio ambiente” (JACOB; SINISGALLI, 2012, p. 1472). Assim, a troca de conhecimentos entre os pares promove uma crescente contribuição ao desenvolvimento do processo de governança ambiental.

Conforme Gohn (2004), a participação social que deve ser erigida tem como base valores democráticos. Ressalta-se, no entanto, que existem premissas relacionadas à participação da sociedade civil, na esfera pública, presentes por meio de conselhos e outras instituições. Entretanto, isso não significa que o Estado esteja sendo substituído; é, no entanto, muito mais um mecanismo legítimo de pressão para que este cumpra com deveres para com a sociedade.

E, nessa direção, Nascimento (2009, p. 49) enfatiza que essa participação “[...] afiança a efetividade e eficácia do poder público, garantindo com isso, uma governança boa e democrática. Destarte, tais atores sociais, ou seja, o Estado, a sociedade civil e a iniciativa privada [...]”, sobressaem-se como peças chave do processo de desenvolvimento. O que, por sua vez, significa dividir responsabilidades e fazer cumprir os pactos.

A governança ambiental surgiu, portanto, de um conceito neoliberal cujo caráter “antiEstado” foi engendrado por cientistas sociais com vistas a novas perspectivas institucionais orientadas para a gestão de recursos naturais (CASTRO; HOGENBOOM;

BAUD, 2011). Cabe questionar, no entanto, o alcance da seriedade por parte do Estado, protagonista de certo peso desse processo, com relação às unidades de conservação (UC). Isso se justifica precisamente porque, segundo esses autores, a complexidade dos processos socioambientais é alta, daí a necessidade de os sistemas de gestão serem eficientes e adaptativos.

E mais, em que pese terem sido intensificadas as conexões entre as chamadas questões socioambientais pela academia na década de 90, constata-se a latência de novas tendências para a governança ambiental na América Latina (CASTRO; HOGENBOOM; BAUD, 2011). Segundo tais autores, estas pressupõem um olhar atento, como, por exemplo, ao conceito de cidadania ambiental e à emergência de novas relações de poder global.

Acrescenta-se a isso, para enfatizar sua importância – cidadania ambiental –, o que Jacobi (2004 apud JACOBI; BARBI, 2011) diz: os resultados das inserções participativas na gestão podem causar impactos de diversas naturezas: sociais, econômicas, políticas e ambientais. Ainda que polêmicas, tais práticas sugerem saltos qualitativos em termos de cidadania, os quais definem novos vetores de participação no âmbito sociopolítico, e estas são indutores de mudança.

A considerar a histórica tradição de pesquisa socioambiental e os hodiernos alcances teóricos sobre o tema, pensa-se que urge o momento de se conceber outras orientações interdisciplinares que sejam mais adaptativas e inclusivas para a governança ambiental (CASTRO; HOGENBOOM; BAUD, 2011). Além disso,

O aprendizado gerado pelos estudos teóricos e empíricos da governança ambiental pode representar em termos acadêmicos um alcance para tais iniciativas, especialmente se for pautado em uma abordagem abrangente que combina teoria e prática (CASTRO; HOGENBOOM; BAUD, 2011, p.2).

Assim, ao tratar do turismo em UC, o que se tem notado nas últimas décadas é que não apenas este, mas todas as atividades que, de uma maneira ou de outra, interagem com a natureza pressupõem a valorização do meio ambiente e sua preservação (NEIMAN; PATRICIO, 2010). Todavia, para esses autores, especificamente com relação ao turismo, muito embora suas potencialidades para a dinâmica da gestão de uma UC, essa atividade tem um viés de ameaça a sua conservação. Outro autor debruçado sobre a mesma matéria, Campos (2004 apud NEIMAN; PATRICIO, 2010) comenta que a atividade turística é sem dúvida uma alternativa de desenvolvimento sustentável. No entanto, isso só dar-se-ia caso houvesse um envolvimento com as comunidades locais no que diz respeito à geração de renda. E justifica isso ao afirmar tal estratégia reduziria a exploração dos recursos florestais por aquelas, além de gerar receitas

para as áreas de proteção.

Ao retomarem-se os entendimentos de Neiman; Patricio (2010), estes consideram que as UC são áreas propícias para ações que contribuam para a formação de cidadãos mais conscientes da necessidade de preservar o meio ambiente. Por isso mesmo, podem atuar de modo mais participativo para esse objetivo. Exemplificam ainda os autores que a presença de visitantes em parques nacionais para recreação e turismo é um momento adequado para a conscientização destes com relação ao meio ambiente.

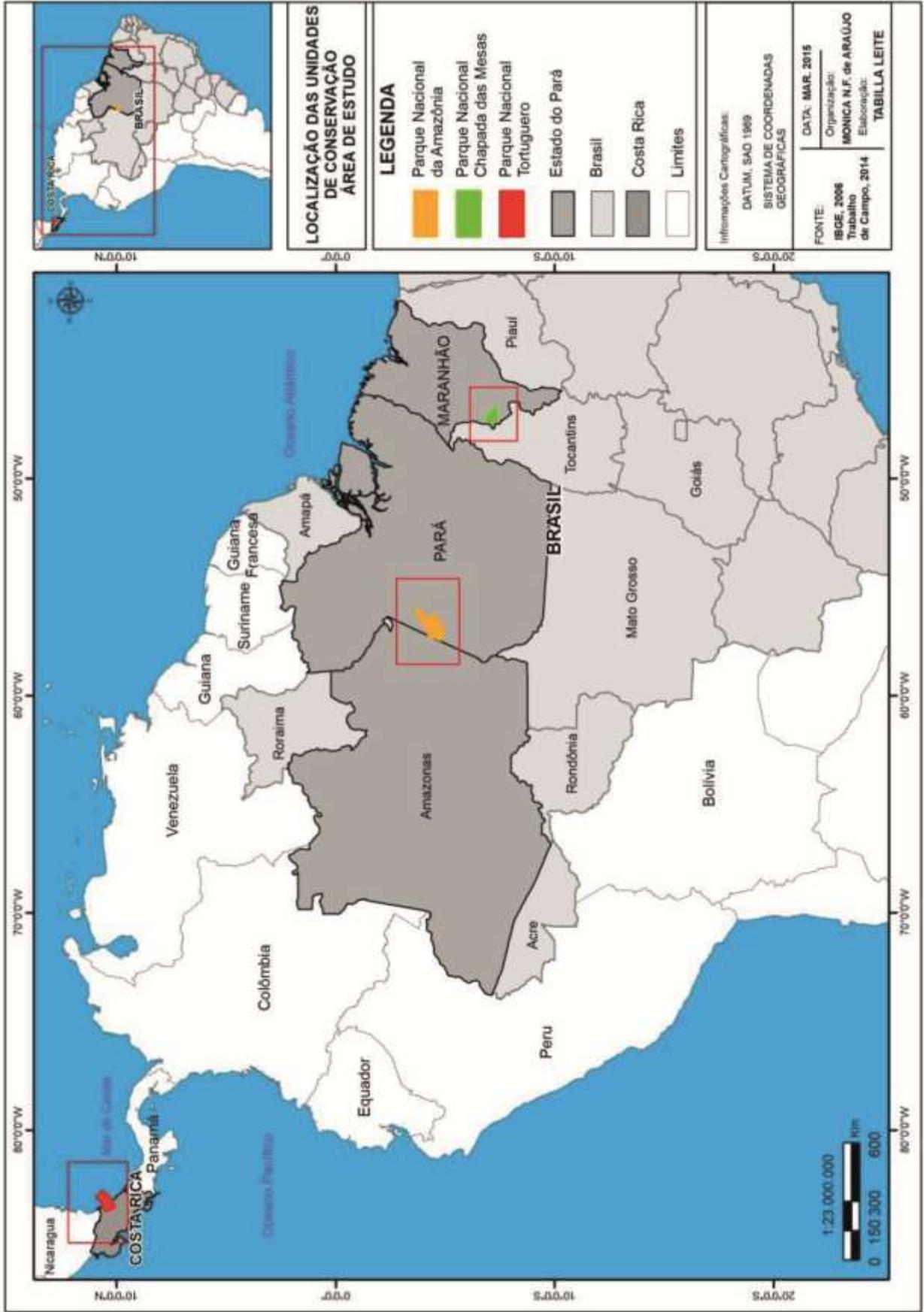
Além disso, Balmford et al. (2015), que desenvolveram um modelo para calcular os benefícios econômicos proporcionados pelas AP, indicam que, em todo o mundo, parques nacionais e outras AP recebem em torno de 8 bilhões de visitas anualmente. São US\$ 600 bilhões de dólares americanos. Esse montante mostra que as AP, por via do turismo, dão uma significativa contribuição para a economia global.

Pessoa; Rabinovici (2010) consideram que, entre outras atividades, o turismo intervém no modo como os espaços se organizam. Por isso, são imprescindíveis determinados controles, tanto no que diz respeito aos governos quanto no que é tangente às comunidades nas quais se desenvolve a atividade turística, o que implica sua participação em processos decisórios e de gestão. Os autores enfatizam ser necessário que esse processo de cunho participativo se dê por toda a tramitação, que vai da criação, passa pela implantação e finaliza com a gestão dessas UC.

Em referência especificamente à participação das comunidades na gestão das UC, os autores supracitados afirmam que esta se daria a partir da mobilização dos atores sociais, bem como de sua capacitação. Em síntese, essa participação se configuraria em conselhos, que seriam consultivos ou deliberativos, formados por integrantes diversos. Esses integrantes, por sua vez, seriam representantes de entidades governamentais e não governamentais e também da sociedade civil.

Assim, esta tese propõe estabelecer conexões entre a governança ambiental, os atores sociais, parques nacionais e turismo, uma vez que este último é uma das atividades previstas de acontecer nesses espaços ambientais. Nesse caminho, optou-se por realizar esta tese em três parques nacionais (Mapa 1), dois na Amazônia legal brasileira e um na Costa Rica.

Mapa 1 – Localização do Parque Nacional da Amazônia, Parque Nacional da Chapada das Mesas e Parque Nacional Tortuguero.



Fonte: Elaboração: Tabilla Leite (2015); e organização: Monica Araújo (2015).

No Brasil, escolheu-se o Parque Nacional da Amazônia (PARNAMAZONIA) e o Parque Nacional da Chapada das Mesas (PNCM) e na Costa Rica, o Parque Nacional Tortuguero (PNT). No caso do PARNAMAZONIA, este foi eleito por ser o primeiro parque criado no estado do Pará, no ano de 1974, (ICMBIO, 2012a) e porque teria parte de sua área ameaçada de inundação, segundo Torres (2014), pelo megaprojeto hidrelétrico do Tapajós.

Já o PNCM foi escolhido por ser o mais recente parque criado no estado do Maranhão, em 2005, de acordo com ICMBIO (2012b), e que se encontra também na Amazônia legal brasileira, apesar de ser caracterizado o seu bioma como cerrado.

No caso da Costa Rica, o PNT foi escolhido também como um dos *loci* para fundamentar esta tese por dois motivos: em primeiro lugar, ao fazer-se o levantamento das Áreas Silvestres Protegidas (ASP), que seriam estudadas como parte do objeto de estágio de doutorado sanduíche, realizado no *Centro Agronómico Tropical de Investigación y Enseñanza* (CATIE), Costa Rica, de outubro de 2013 a fevereiro de 2014, verificou-se na *homepage* do *Sistema Nacional de Áreas de Conservación* (SINAC), (2012), que esse parque é cognominado de *pequeno Amazonas*. E isso é justificado porque apresenta nichos de floresta tropical úmida, protegida por canais e rios, e por uma diversidade de flora e de fauna. Por essa razão, esse dado tem uma relação de natureza com os *loci* desta tese, isto é, o PARNAMAZONIA e o PNCM.

E, como segunda razão, houve a sugestão de Eliécer Vargas,¹ por Tortuguero ser um parque nacional (PARNA) que apresenta problemas que se referem à comunidade do seu entorno. Isso ocorre porque os comunitários carecem de título de propriedade, o que é conflituoso. Vale destacar também que o lixo produzido na comunidade é um óbice para o desenvolvimento de estratégias de sustentabilidade desta ASP.

É fundamental ressaltar para a compreensão desta tese, no que diz respeito aos seus objetivos, que o PNT não estava previsto como *locus* para a pesquisa até a data do exame de qualificação, em abril de 2013. Nesse momento, um dos membros da banca sugeriu que se incluísse na pesquisa uma UC de outro país, de modo a ter-se aspectos comparativos para melhor substanciar o estudo em pauta.

Por considerar a sugestão, decidiu-se escolher a Costa Rica e um de seus parques, por ser esse país uma referência internacional em conservação de AP, o qual possui 166 ASP (SISTEMA NACIONAL DE ÁREAS DE CONSERVACIÓN, 2013). Estas são asseguradas na Lei Orgânica do Ambiente, de 1998 (COSTA RICA. MINAE, 1998). E nessa totalidade estão inclusos 28 parques nacionais (SISTEMA NACIONAL DE ÁREAS DE

¹ Professor doutor e pesquisador do CATIE, coordenador do *Master of Science in International Sustainable Tourism* (MIST) e supervisor do estágio.

CONSERVACIÓN, 2013), áreas ícones ambientais do país, o fulcro do turismo em nível mundial.

Há de se notar também que o turismo instalou-se na Costa Rica há mais de vinte anos como atividade econômica que assegura mais divisas para o país. Em 2013, conforme o *Instituto Costarricense de Turismo* (ICT), (2014), o turismo contribuiu com US\$ 2.253,3 milhões, à frente, por exemplo, do café (*Coffea arabica* L.) e da banana (*Musa spp.*), os produtos de ponta do agronegócio costa-riquenho.

Nesse contexto, a ter como referência os problemas de institucionalização no que diz respeito a novos modos de governança encontrados no PARNAMAZONIA, PNCM e PNT, bem como em seus respectivos entornos, a questão central desta tese se delimita na compreensão de como os atores sociais que participam de algum modo – direta ou indiretamente – do processo de governança, nessas UC, articulam-se e promovem ações coletivas e pontuais. Estas, por sua vez, têm como intuito contribuir para a gestão dessas áreas. Isso se dá principalmente na sua conservação e no turismo que nelas é praticado.

Nesse sentido, definiu-se como hipótese desta tese que, apesar de as bases que instauram um processo de governança ambiental em parques nacionais serem fincadas pelo Estado, a participação de atores sociais é condição determinante tanto para a preservação de seu ecossistema quanto para a dinamização do turismo ecológico.

Para alicerçar o processo de compreensão dessa realidade, foi proposto o seguinte objetivo geral: analisar a construção da governança ambiental sob a perspectiva da participação de atores sociais nos PARNAMAZONIA e PNCM, ambos no Brasil, e no PNT, na Costa Rica, a considerar, principalmente, o que é realizado no que respeita à conservação da biodiversidade e ao turismo com bases sustentáveis.

E como objetivos específicos têm-se os seguintes: a) identificar a atuação das instâncias de governança local nos parques; b) verificar a participação de atores sociais na formação de instâncias de governança nos parques; c) analisar como se dá a interação entre os atores partícipes de um processo de governança nesses parques; d) investigar o processo de gestão dos parques e suas relações com os atores locais; e) examinar os problemas tangentes aos parques e aos entornos que interferem na conservação e no turismo; e f) analisar de que maneira o turismo é ou não elemento chave para as ações que pressupõem a governança nos parques.

Nessa perspectiva, levantam-se algumas questões que norteiam a compreensão e o encontro de respostas para aquelas que vão sustentar a hipótese desta tese. A partir de agora, passar-se-á a delinear os seguintes questionamentos fundamentais:

- a) Quais as instâncias de governança criadas que possibilitam a participação de atores sociais no processo de gestão dos parques?
- b) Dada a diversidade de atores e suas ações, pode-se determinar em suas articulações aquele que se pode ter como orientador decisivo no processo de gestão?
- c) Há participação de atores na criação dos parques e dos seus respectivos conselhos?
- d) Há dificuldades com relação à criação de conselhos consultivos, pressupondo a necessária participação dos atores envolvidos com a conservação dos parques em questão?
- e) Em que medida os conselhos criados ou em fase de criação estão contribuindo ou sendo decisivos para o processo de governança ambiental?
- f) Está sendo dada a devida importância a participação de atores sociais no processo de governança? E, se está, de que modo ela é decisiva?
- g) De que maneira a governança do parque atua de modo sustentável com relação à diade conservação e turismo?
- h) Quais as ações coletivas que o conjunto de atores desenvolve para contribuir com o turismo nos parques e em seus entornos dentro de uma perspectiva sustentável?
- i) Existem benefícios oriundos das atividades turísticas que acontecem nos parques para as comunidades locais que com eles interagem?
- j) Quais as origens dos conflitos existentes nas áreas das UC? E de que modo esses conflitos emperram ou dificultam sua governança?
- l) Como os problemas do parque e de seu entorno interferem na construção do processo de governança?
- m) Quais são os modos de organização de atores sociais pressupondo a não existência de um conselho constituído?
- n) Existem condições infraestruturais e de serviços nos parques e nas localidades circunvizinhas que propiciem a consolidação do turismo nesses espaços?

Em âmbito nacional, pesquisas realizadas por Irving et al. (2005); Faria; Pereira (2010), que tratam, respectivamente, da governança e políticas públicas em PARNA e da governança democrática e da criação de UC no município de Silves (AM), não enfatizam a questão do turismo. Já Kinker (2002) discute o ecoturismo e a conservação da natureza em três parques nacionais. E, por fim, Silva (2008) analisa o turismo sustentável no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

Ressaltam-se ainda os estudos realizados em parques nacionais amazônicos: o de Quaresma (2008), que analisa em uma perspectiva comparativa as políticas ambientais e de turismo no Monte Roraima, em uma área de fronteira de três países da Pan-Amazônia (Brasil,

Venezuela e Guiana): e o de Gomes (2007), que investigou o turismo no entorno do Parque Nacional do Cabo Orange, no Amapá, além de Marques (2012), que fez uma análise integrada da implantação do PNCM.

Na Costa Rica, Place (1991) investiga o estabelecimento do PNT e seus impactos sobre a população vizinha; Meletis (2007) fez um estudo sobre o ecoturismo na teoria e na prática e enfatiza a crise de resíduos sólidos (2002-2004) em Tortuguero, o qual explica a natureza de consumo de ecoturismo, as percepções dos turistas no ambiente, a resistência local para o desenvolvimento do ecoturismo. E ainda as percepções locais de impactos ambientais de ecoturismo e o futuro deste naquela comunidade. Já Koens; Dieperink; Miranda (2009) analisam as experiências da Costa Rica com o ecoturismo por meio de uma avaliação dos impactos ambientais, econômicos e sociais do desenvolvimento do ecoturismo em quatro destinações: Manuel Antonio, Monteverde, Tortuguero e na região em que o ecoturismo é promovido pela Asociación Comunal para el Manejo Forestal (ASCOMAFOR).

Ressalta-se que esta tese contribuirá para o conhecimento acerca de questões relacionadas à inter-relação governança ambiental e turismo em PARNA e, sobretudo, na Amazônia e na Costa Rica, visto que o estudo da conjunção desses aspectos e seus efeitos se constitui uma prática recente.

Este trabalho quanto à formatação teve a seguinte estrutura: **Introdução**, com as explicações do estudo, a problemática com a demarcação teórico-metodológica, os procedimentos da pesquisa e de modo aligeirado reflexões sobre cada capítulo.

Em **Ação coletiva, governança ambiental, unidades de conservação e turismo: enfoques teóricos**, segundo capítulo desta tese, constrói-se um percurso com base na teoria da ação coletiva de Ostrom e outros autores com possibilidades de fazer uma dialogicidade entre eles. Promove-se ainda nesse capítulo uma discussão abrangente sobre a governança ambiental, unidades de conservação, turismo com ênfase nos aspectos conceituais e no ecoturismo. A Amazônia brasileira toma um lugar de destaque na discussão quando se apresentam contextos e conceitos de UC, algumas legislações ambientais, inclusive sobre parques nacionais, e considerações sobre zona de amortecimento.

No terceiro capítulo, **Parque Nacional da Amazônia: perspectivas geoambientais, históricas, econômicas e socioculturais e outras discussões**, apresenta-se o parque e seu entorno. Tem como objetivo apresentar os diferenciais: naturais, históricos e culturais do PARNAMAZONIA. Contém ainda discussão sobre a infraestrutura, o plano de manejo e o processo de gestão do parque, bem como o turismo, finalizando com a questão da conservação.

Em **Parque Nacional da Chapada das Mesas: perspectivas geoambientais, históricas, econômicas e outras discussões**, quarto capítulo, contextualizam-se a história da região tocantina e seus aspectos gerais. Apresentam-se seus atrativos, equipamentos e serviços respectivos oferecidos nesse espaço. Abre-se uma discussão sobre a criação do parque, o CC e seus canais de participação.

No quinto capítulo, dá-se continuidade à última área de estudo, **Parque Nacional Tortuguero: perspectivas geoambientais, históricas, turísticas e outras discussões**, que compreende sua localização e limites, os diversos aspectos que ele apresenta no que se refere a sua geologia, geomorfologia, hidrografia e biodiversidade. Tem-se uma discussão sobre a trajetória da construção de seus planos de manejo, do CC e da participação de diversos atores sociais que atuam nas imediações do referido parque. Ainda analisa os principais problemas da UC, do turismo e da gestão.

Em **Análise comparativa e discussões: Parque Nacional da Amazônia, Parque Nacional da Chapada das Mesas e Parque Nacional Tortuguero**, que corresponde ao sexto capítulo, objetiva-se estabelecer comparações entre os três *loci* de estudo, o que permite não somente analisar os principais resultados encontrados como também traz à tona os arremates das discussões. E, ao final da tese, retoma-se a temática apresentada para efeito de **conclusão**.

1.1 Metodologia

Segundo Santos (1988), a ciência moderna desde o início do século XIX se pauta por um paradigma hegemônico que define uma nova racionalidade científica, que se estende nas ciências sociais que emergem, e que são praticamente direcionadas por esse paradigma. Por outro lado, numa visão crítica de seus princípios disciplinares, de acordo com Alvarenga et. al. (2011), passa-se a entender a importância de pensar em outro modo de produzir saber, visto que a realidade nem sempre se adequa a paradigmas disciplinares. Esses autores afirmam que

A interdisciplinaridade apresenta-se, a partir dos anos de 1960, como uma importante precursora não somente na crítica, mas, sobretudo, na busca de respostas aos limites do conhecimento simplificador, dicotômico e disciplinar da ciência moderna ou clássica. (ALVARENGA et. al., 2011, p. 20)

Por isso, a importância do olhar interdisciplinar como meio outro de entender complexidades, como espaço de conhecimentos em formação e gerador de novos saberes.

O pensar epistemológico, segundo Japiassu (1934), tem a preocupação precípua de

atentar para os problemas na forma como se estabelecem ou se negam; se são instrumentos de resolução ou se simplesmente não interferem efetivamente no proceder dos cientistas. No entanto, não se podem conceber problemas do nada, há sempre que se ter razões conceituais no que tange a sua formulação. Desse modo, o autor necessariamente vai utilizar algumas ferramentas conceituais em dois momentos: um deles diz respeito ao saber, ciência e epistemologia; e o outro, ao saber e pré-saber.

A concepção de saber se respalda no próprio uso das coisas, segundo a sua realidade. Sem querer compará-lo, pode-se dizer que assume um sentido maior do que a expressão ciência. Japiassu (1934, p.15) afirma que se tem como saber “[...] um conjunto de conhecimentos metodicamente adquiridos, mais ou menos sistematicamente organizados e susceptíveis de serem transmitidos por um processo pedagógico de ensino”. No entanto, determinados tipos de saber, por desconhecimento de sua sintaxe conceitual, ainda estão por serem ensinados, falta à ciência, no sentido lato da palavra, instrumental pedagógico para tanto, embora reflexos desse saber incidam claramente sobre a realidade.

Nessa direção, “saber” tem a ver, no sentido estrito, com aprendizagem, com uma ordem concreta, um *know-how*, e simultaneamente diz de um saber intelectual. Com relação a esse saber concreto, em conformidade com Moesch (2000, p.15-16), é “[...] preciso abandonar as análises cartesianas do pensamento científico, examinando suas possibilidades de superação”. Depreende-se disso que não se deve ir à realidade com conceitos preestabelecidos, mas sim aprender com a experiência.

Ao retomarem-se os entendimentos de Japiassu (1934) com relação ao conceito de ciência, este é visto como uma gama de saberes intelectuais. Por um lado, têm-se as ciências matemáticas e, por outro, disciplinas de incursão sobre os dados naturais e outros frutos da experiência. E muito importante, no intervalo que vai das ditas ciências aos saberes filosóficos, encontra-se uma taxonomia que define algumas disciplinas com estatutos sem uma formação precisa, entre as quais a história, a jurídica etc.

Se se detiver sobre o turismo – que é uma das categorias analíticas desta tese –, por exemplo, apesar de lidar com inter-relações entre populações e espaços de modo não estático, esta não é considerada, de acordo com Dencker (2002), uma ciência social, ou seja, não se tem um corpo teórico-metodológico organizado como doutrina científica. A dita disciplina está em evolução, e praticamente tem um estatuto ontológico dependente de conceitos e métodos de ciências estabelecidas, que são fundamentais para a sua formação.

A se refletir sobre epistemologia, Japiassu (1934) vai considerar um arco de significados com três sentidos e suas seguintes denominações:

a) epistemologia global, o qual diz respeito a uma virtualidade e a uma organização com seus problemas de natureza científica ou especulativa; quer sejam “científicos”;

b) epistemologia particular, que se direciona para um nicho de saber, tanto especulativo quanto científico; e

c) epistemologia específica, que vai abarcar um saber intelectualmente bem constituído, e, por conseguinte, desvelá-lo em detalhes, a descortinar sua organização, sua mecânica interna e seus relacionamentos com outras disciplinas.

Assim, para o desenvolvimento e manutenção de qualquer saber, seja científico, especulativo, disciplinativo etc., é fundamental o olhar epistemológico, o qual estará sempre a pôr em dúvida suas bases, no tocante a sua relação com a realidade, a qual pretende compreender e definir. E ainda com a ressalva de que o conhecimento adquirido deve ter sempre como perspectiva a provisoriedade.

Agora, com relação às instâncias dos saber e pré-saber, Japiassu (1934) ressalta que, anteriormente ao aparecimento de um presumível saber ou um tipo específico de saber – disciplina científica –, normalmente se encontra em primeiro nível algo que é dado e que tem características não científicas. É o que o autor aponta como “[...] estados mentais já formados de modo mais ou menos natural ou espontâneo” (JAPIASSU, 1934, p. 18), ou seja, conhecimentos nocionais e não ideias não configuradas. Em termos coletivos, os citados estados mentais configuram algo como uma cultura. Como se fossem raízes de ideias, as quais funcionam como dispositivos mentais de religação do pensamento consigo próprio, a predefinir assim elucidações.

Para o autor, essas “pré-noções” tem um caráter falso em termos de juízos, a redundar em simbolismos fechados em esquemas, no sentido de uma formação prática, a adquirir evidência e autoridade de acordo com determinadas funções que o meio social permite. Em conformidade com essa linha de pensamento, o pré-saber está intrinsecamente ligado ao saber – dentro de uma determinada cultura (com sua história) – ou a ciência.

Assim, pensa-se que, para compreender realidades específicas, principalmente quando trazem em seu fulcro fatores culturais determinantes para a sua existência concreta, é preciso abrir-se para multiplicidades de saberes e entender também que o saber científico não esgota sua explicação. Isso significa, sob o ponto de vista epistemológico, que o que aqui se estuda – governança ambiental, turismo, UC e atores sociais – está prenhe de interdependências de saberes.

Para a realização desta tese, fez-se imprescindível adotar determinados procedimentos técnicos com o fim de organicidade do processo de investigação. No entanto, não deve se ver fixidez nessa ordem, uma vez que neste caminho há adequações de rumo, evoluções, recuos,

progressões e retroações, visto que, numa visão complexa científica, não existem linearidades. E, ao proceder dessa maneira, abre-se o espaço para emergências de conhecimentos sobre a realidade a estudar para obter-se o máximo de aproximação com o objeto.

No que diz respeito à pesquisa bibliográfica, segundo Gil (1996), faz-se com base em materiais trabalhados, como livros de referência – informativos e remissivos –, periódicos, artigos científicos e outros impressos. A complementar este autor, Dencker (2002, p. 125) diz que “[...] toda pesquisa requer uma fase preliminar de levantamento e revisão da literatura existente para elaboração conceitual e marcos teóricos”. Apesar da importância desta, tem-se que ter o cuidado de cotejar informações semelhantes (e diferentes) que se encontram em fontes diversas para dirimir eventuais erros e evitar desvirtuar os objetivos de um estudo.

No caso da pesquisa realizada, os dados bibliográficos permitem uma amplitude maior de visão. Isso, precisamente, por saber a autora que esse procedimento técnico requer cuidados minuciosos e investimento de tempo. A pesquisa foi feita em livros, periódicos e documentos da web e trata das seguintes categorias analíticas: ação coletiva, governança ambiental, UC e turismo, especificamente em PARNA. Isso, sem dúvida, contribuiu, sobretudo, para a construção do arcabouço teórico-conceitual sobre o objeto de estudo. É importante que se ressalte que o referencial bibliográfico esteve sempre presente durante todas as fases da pesquisa, porque se relacionaram conceitos com informações.

Para Gil (1996), outra técnica de investigação é a documental, que, embora apresente afinidades com a bibliográfica, diferencia-se desta na natureza das fontes, pois a documental trabalha com materiais que não têm ainda o estatuto de ciência, embora possa vir a tê-lo. Esse tipo de procedimento é visto, em conformidade com Dencker (2002), como de primeira mão, encontrado em instituições públicas e privadas. E ainda, de segunda mão, quando se refere a relatórios de pesquisa, de empresa e outros.

Os procedimentos expostos acima, de acordo com Gil (1996); Vergara (2006), contribuem, sobremaneira, para que a ciência possa avançar a outro patamar qualitativo e encontrar respostas, desfazer equívocos e acrescentar novos dados ao paradigma até então utilizado para explicar dada realidade.

Conexo à pesquisa bibliográfica e documental, que está presente até a fase final desta tese – como já dito anteriormente –, foi realizado também trabalho de campo, a partir dos reconhecidos ensinamentos etnográficos de Malinowski (1978) e de Oliveira (1996, p. 28-29), que enfatizam o seguinte:

Se o Olhar e o Ouvir constituem a nossa ‘percepção’ da realidade focalizada na pesquisa empírica, o Escrever passa a ser parte quase indissociável do nosso ‘pensamento’, uma vez que o ato de escrever é simultâneo ao ato de pensar. [...] - é

no processo de redação de um texto que nosso pensamento caminha, encontrando soluções que dificilmente aparecerão ‘antes’ da textualização dos dados provenientes da observação sistemática.

Assim, Simonian (2000, p. 12), em pesquisa realizada em áreas de reservas da Amazônia brasileira, evidenciou que “Em outras palavras, dir-se-ia que o que se fez foi “ver”, ouvir e escrever” (OLIVEIRA, 1996). Ao proposto por Oliveira (1996), acrescentaram-se o “sentir, o perguntar e o fotografar”. Também, e a partir de Simonian (2007), fez-se o registro fotográfico de aspectos importantes dos PARNA e de seus entornos, quando possível, interessantes aos objetivos da pesquisa. Esses procedimentos metodológicos garantiram a efetividade da tese em questão, dada a complexidade que o trabalho de campo requereu.

Isso posto, iniciaram-se as primeiras aproximações desta pesquisadora com as áreas em estudo. No caso dos parques nacionais brasileiros e do costa-riquenho, foi realizado, primeiro, o método *survey*, que conforme Babbie (2003) constitui-se num “mecanismo de busca”, principalmente quando se inicia uma investigação sobre determinado tema e não se conhecem as áreas a serem pesquisadas.

Assim, nessa etapa preliminar de campo, o primeiro *survey* foi realizado no PARNAMAZONIA e na cidade de Itaituba com duração de oito dias, em março de 2012, quando se fizeram as primeiras observações de campo, bem como entrevistas informais. Esses diálogos foram feitos com uma série de interlocutores chave (Quadro 1): chefe e dois vigilantes/monitores do PARNAMAZONIA, fundador da Associação dos Amigos do Parque Nacional da Amazônia (AMIPARNA), coordenador de socioeconomia da Conservação Internacional (CI), proprietário do Hotel Apiacás, representante da Associação dos Filhos e Filhas de Itaituba (ASFITA), os responsáveis pelo Centro de Artesanato da Praia do Índio e a proprietária da Tapajós Turismo. Os quais foram importantes para iniciar a compreensão da realidade em que se debruçou, ou seja, traços de evidências que ajudaram a problematizá-la.

Quadro 1- Síntese dos entrevistados no *Survey*, PARNAMAZONIA/Itaituba

Nome	Entidade/empresa	Função
Maria Lúcia Carvalho	ICMBIO	Chefe do Parque
Adelson Rodrigues da Silva	ICMBIO	Vigilante do Parque e monitor de turismo
Joões Oliveira Muniz	ICMBIO	Vigilante do Parque e monitor de turismo
José Santos Nascimento Filho	AMIPARNA	Fundador e conselheiro do Parque

César Haag	CI	Coordenador de socioeconomia
Carlos Ribeiro	Hotel Apiacás	Proprietário
Elizabeth Gaspar	ASFITA	Assessora
Everaldo Manhuary Munduruku	Centro de Artesanato da Praia do Índio	Artesão responsável
Izileia da Conceição	Centro de Artesanato da Praia do Índio	Artesã
Eliete Gaspar	Agência de Viagens Tapajós Turismo	Proprietária

Fonte: Elaboração: Monica Araújo, 2015.

Foram feitas também séries de visitas ao PARNAMAZONIA, onde foi possível conhecer a infraestrutura, atrativos, trilhas, parte do entorno, bem como limitações – dificuldades de acesso, ausência de um centro de visitantes etc. – em termos gerais, que propiciaram um conhecimento mais amplo daquela realidade.

Em seguida, empreendeu-se o segundo *survey* no PNCM, onde foi trilhado um caminho semelhante ao do PARNAMAZONIA. Esse primeiro contato com aquela realidade específica, por meio de entrevistas informais e observações iniciais de campo, deu-se na última semana do mês de julho e na primeira do mês subsequente de 2012.

Os primeiros interlocutores desse *survey* foram (Quadro 2): o chefe do PNCM, secretário municipal de turismo e meio ambiente de Carolina, o morador e proprietário da fazenda Palmeirinha, um integrante da Associação dos Atingidos pelo Parque, um condutor ambiental, membro da Associação de Monitores Ambientais da Chapada das Mesas, proprietário da fazenda Cachoeira da Prata, proprietário da fazenda São Jorge (Cachoeira São Romão), responsável pelo posto de atendimento do SEBRAE, o presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), de Carolina, e também proprietário da pousada Belo Sono.

Quadro 2 - Síntese dos entrevistados no *Survey*, PNCM/ Carolina

Nome	Entidade/empresa	Função
Luciana Maria Fernandes Machado	ICMBIO	Chefe do Parque
Anildo Araujo dos Santos	Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente	Secretário
João Dias Carvalho	Fazenda Palmeirinha	Proprietário
Hamilton Fragoso da Luz	Associação dos Atingidos pelo Parque	Diretor
Wagner Cruz Moreira	Autônomo	Condutor ambiental
Fernanda Silva de Castro	Associação de Monitores Ambientais da Chapada das	Diretora

	Mesas	
Deisivan da Silva Carneiro	Fazenda Cachoeira da Prata	Proprietário
Geovane da Costa Spíndola	Fazenda São Jorge (Cachoeira de São Romão)	Proprietário
Silvane Maria Miranda Coqueiro	SEBRAE	Responsável pelo posto de atendimento
Noé Correia da Silva	CDL/Pousada Belo Sono	Presidente e proprietário da Pousada

Fonte: Elaboração: Monica Araújo, 2015.

A prosseguir, foi feita uma visita ao PNCM, com auxílio de condutor ambiental, no intuito de conhecer os atrativos – Morro das Araras, Morro das Figuras, Morro do Gavião Preto, Cachoeiras da Prata e de São Romão –, a infraestrutura e serviços disponíveis e parte do entorno do parque. Constatou-se, ainda, que dentro daquele sítio havia moradores, dado que não foi encontrado no PARNAMAZONIA. É importante ressaltar que em Carolina foram conhecidos alguns atrativos, como o Complexo de Pedra Caída e Balneário Cachoeiras do Itaipeturuzinho. Isso porque tais atrativos fazem parte da oferta turística da cidade.

Com relação às entrevistas efetuadas, tanto no PARNAMAZONIA quanto no PNCM, estas trataram dos seguintes assuntos: no primeiro, ateu-se à identificação dos principais problemas do parque e seu entorno, seu funcionamento, gestão, conselho consultivo e plano de manejo e aspectos turísticos tanto da cidade de Itaituba quanto do parque. No PNCM também se focaram essas questões.

Com relação ao PNT, o *survey* correspondeu ao período de 3 dias, no mês de novembro de 2013, que oportunizou o conhecimento preambular da área, as primeiras observações para situar-se diante do desconhecido. No entanto, esses iniciais passos na comunidade de Tortuguero foram providenciais no sentido de permitirem uma agenda com determinados atores. E isso possibilitou uma pré-configuração de um roteiro de entrevistas, o qual seria executado quando da próxima incursão ao local.

Como resultado desses *surveys* – e com ajuda das pesquisas documentais e bibliográficas –, foi possível configurar um quadro de elementos que caracterizaram as áreas de estudos – históricos, geográficos, geoambientais, ecossistêmicos, econômicos, sociais, socioculturais e políticos bem como turísticos.

Já na segunda ida ao campo, foram feitas entrevistas estruturadas com base em um roteiro pré-estruturado (Apêndice A) e de modo aleatório junto a alguns membros dos conselhos consultivos (CC) dos parques brasileiros. Optou-se por investigar essa instância devido ao fato de ser ela o principal instrumento de governança local. E, no caso do parque costa-riquenho, como não havia CC no principal setor, o costeiro, espaço mais procurado por

turistas, entrevistaram-se determinados atores sociais locais que, direta ou indiretamente, influenciavam a dinâmica do parque.

Quanto ao PNCM, foi-se a campo nos idos de junho e julho de 2013, e foram feitas entrevistas de ordem semiestruturadas e escolha aleatória. No que diz respeito às entidades representativas governamentais, são estas: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente de Carolina (SMTMA), Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Estreito.

Com relação às da sociedade civil, foram as seguintes: Instituto Pedro Ivan Pereira do Espírito Santo (PIPES), Centro de Trabalho Indigenista (CTI), Representantes dos Moradores do Parque – Riacho Fundo, Representante dos Moradores do Parque-Estiva, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Carolina (STTR-Carolina) e de Estreito (STTR-Estreito), Associação Carolinense de Turismo (ACATU), Serviço de Apoio a Pequenas e Médias Empresas (SEBRAE/MA) e Associação dos Pequenos Produtores Rurais Bezerra de Morais (ABM). E ainda duas representantes do Consórcio Estreito Energia (CESTE), que nunca foram empossadas como conselheiras. No total foram entrevistados 18 representantes de entidades.

No que respeita ao PARNAMAZONIA, a pesquisa de campo foi realizada no mês de setembro de 2013 quando foram realizadas entrevistas semiestruturadas. Do universo de 21 membros do CC desta UC, foram entrevistadas 13 entidades, entretanto, quando das entrevistas no ICMBIO e na Colônia de Pescadores Z-56 entrevistaram-se 2 membros nas respectivas entidades. Desses, cinco entidades governamentais – ICMBIO, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER), Fundação Nacional do Índio (FUNAI); Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Itaituba (SEMMA), 15º Batalhão da Polícia Militar do Estado do Pará. E ainda oito representantes de instituições não governamentais: Fórum dos Movimentos Sociais da BR-163, Colônia de Pescadores de Itaituba Z-56, Instituto de Pesquisa da Amazônia (IPAM), STTR de Itaituba, Associação dos Mineradores de Ouro do Tapajós (AMOT), ASFITA, Companhia Agro Industrial de Monte Alegre (ITAMBESA) e AMIPARNA.

Concernente aos parques brasileiros e seus entornos, o roteiro de perguntas privilegiou as questões relacionadas à criação destes, à participação desses atores sociais na criação e no funcionamento do CC, de suas ações com relação à conservação e ao turismo, níveis de dificuldades com relação ao desempenho do que desenvolviam como conselheiros, ao modelo e limites da gestão.

Na comunidade de Tortuguero as entrevistas formais foram realizadas nos meses de novembro e dezembro de 2013. Num primeiro momento, entrevistou-se a gestora do PNT, que indicou algumas entidades a serem contatadas, que na sua visão seriam importantes para a obtenção de determinadas informações cruciais à pesquisa. Assim, fizeram-se entrevistas com o presidente da *Asociación de Guías de Tortuguero* (ASOPROTUR), o assessor da *Asociación de Desarrollo Integral de Barra de Tortuguero* (ADIBT), o gerente da estação e a coordenadora de educação ambiental e divulgação da *Sea Turtle Conservancy* (STC), os arrendatários da *Cabinas Tortuguero* e da *Fresh Food*. E também com o gerente do *Mawamba Logde*, o subchefe da *Delegación Policial Barra de Tortuguero* e o diretor e professor da *Escuela de Musica Barra de Tortuguero*. No total entrevistaram-se 10 representantes.

Ademais, é de bom alvitre destacar que se realizaram *tours* aquáticos pelos canais do parque e por suas trilhas, além de visitas técnicas às dependências da STC e ao *Mawamba Logde* que contribuíram com outras informações que foram importantes para a compreensão da dinâmica daquela realidade.

Tais interlocuções tiveram duração, tanto no Brasil quanto na Costa Rica, média de uma hora; foram gravadas e transcritas. Todos os entrevistados (Quadro 3), no início de cada entrevista, tomaram conhecimento explícito sobre os objetivos da pesquisa e não se opuseram, de nenhum modo, à reprodução dessas informações.

Quadro 3 - Síntese dos entrevistados na pesquisa de campo

PNM (Carolina, Estreito e Imperatriz)		
Nome	Entidade/Empresa	Função
Paulo Adriano Dias	ICMBIO	Chefe do PNCM
João Pedro Barros Filho	INCRA	Conselheiro
Antonio Lucena Júnior	Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente/Carolina	Secretário e Conselheiro
Bruno Ramoele de Oliveira de Sousa	Secretaria Municipal do Meio Ambiente/Estreito	Secretário e Conselheiro
Thais de Souza Ramos Farias	Secretaria Municipal do Meio Ambiente/Estreito	Chefe de fiscalização ambiental e ex-Secretária
Clidenor Brito Pinto	PIPES	Conselheiro
Mayk Honnie Gomes de Arruda	CTI	Conselheiro
Pedro da Cunha Spindola	Representante dos Moradores do Parque/Riacho Fundo	Conselheiro

Moises Rosário de Abade	Morador do PNCM/Riacho Fundo	Pecuarista
Maria das Graças da Silva Costa	Representante dos Moradores do Parque/Estiva	Conselheira
Raimunda Freires da Silva	STTR/Carolina	Conselheira
Raimundo da Rocha	STTR/Carolina	Ex-Presidente do Sindicato
Margareth Thatia Medeiros da Rocha	STTR/Estreito	Conselheiro
Vilmar Dilberti Lieber	ACATU	Conselheiro
Maria Cecília Salata	SEBRAE	Conselheira
Hilton César da Silva Bezerra	ABM	Conselheiro
Lorena da Silva Durão	CESTE	Gerente de projetos sociais
Sirlene Neto de Andrade	CESTE	Analista de projetos econômicos
PARNAMAZONIA (Itaituba)		
Nome	Entidade/Empresa	Função
Assor Fucks	ICMBIO	Chefe do PARNAMAZONIA
José Sales de Sousa	ICMBIO	Técnico ambiental
Ana Aparecida Melo Baima	EMATER	Conselheira
Francisco Afrânio Nunes Soares	FUNAI	Conselheiro
Erotildes Santos Rodrigues	Secretaria Municipal de Meio Ambiente/Itaituba	Conselheira
Raimundo Nonato Leal da Ressureição	15º Batalhão da Polícia Militar/Pará	Conselheiro
Jesielita Roma Gouveia	Fórum dos Movimentos Sociais da BR-163	Conselheira
Maria Clara Sousa Machado	Colônia de Pescadores de Itaituba Z-56	Conselheira
Francisco Coelho de Oliveira	Colônia de Pescadores de Itaituba Z-56	Presidente da Colônia
Edivan Silva de Carvalho	IPAM	Conselheiro
Isaías Soares de Oliveira	STTR/Itaituba	Conselheiro
José Antunes	AMOT	Conselheiro
Ana Denise Azevedo Paxiuba	ASFITA	Conselheira
Reinaldo José Barbosa Lira	ITAMBESA	Conselheiro
José Santos Nascimento Filho	AMIPARNA	Conselheiro

PNT (Comunidade de Tortuguero)		
Nome	Entidade/Empresa	Função
Elena Vargas	PNT	Gestora do PNT
Eddy Rankin	ASOPROTUR	Presidente
Abel Bonilla	ADIBT	Assessor
Randall Torres	STC	Gerente da Estação
Georgina Zamora	STC	Coordenadora de educação ambiental
Wilfredo Torres	<i>Cabinas Tortuguero</i>	Arrendatário
Sonia Salazer	<i>Fresh Food e Cabina Tortuguero Natural</i>	Arrendatária
Olmar Alvarado	<i>Mawamba Lodge</i>	Gerente residente
Freddy Padilla	<i>Delegación Policial de Barra de Tortuguero</i>	Subchefe
Moisés Garcia	<i>Escuela de Musica Barra de Tortuguero</i>	Diretor e professor da Escola

Fonte: Elaboração: Monica Araújo (2015)

Com relação ao instrumento de coleta de dados, utilizaram-se as técnicas de interrogação: a entrevista. Para Dencker (2002, p. 137), a “[...] entrevista é uma comunicação verbal entre duas ou mais pessoas, com grau de estruturação previamente definido, cuja finalidade é a obtenção de informações de pesquisa”. As perguntas – apresentadas no apêndice A – se deram de modo oral e posteriormente as respostas foram anotadas ou gravadas pelo pesquisador.

Dentro desse contexto, a pesquisa utilizou, na visão de Dencker (2002), Gil (1996) e Günther (2006), um instrumental também qualitativo. Isso por compreender que existe um vínculo intrínseco entre o mundo objetivo e a subjetividade dos atores sociais, por haver a necessidade de desvendar o comportamento do indivíduo face ao objeto a ser estudado.

Nesse sentido, Martins (2004, p.289) amplia essa definição e afirma que a “[...] qualitativa é definida como aquela que privilegia a análise de microprocessos, por meio do estudo das ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados e caracterizada pela heterodoxia no momento da análise”. Em suma, a partir dessa metodologia tem-se a possibilidade de obter um quadro mais amplo de construção dessas realidades. E isso é algo fundamental aos estudos qualitativos, cujas principais características são, conforme o entendimento de Dilthey (apud GÜNTHER, 2006, p. 202):

[...] a primazia da *compreensão como princípio do conhecimento*, que prefere estudar relações complexas ao invés de explicá-las por meio do isolamento de variáveis. Uma segunda característica geral é a *construção da realidade*. A pesquisa é percebida como um ato subjetivo de construção. Os autores afirmam que a *descoberta e a construção de teorias* são objetos de estudo desta abordagem. Um quarto aspecto geral da pesquisa qualitativa, conforme estes autores, é que apesar da crescente importância de material visual, a pesquisa qualitativa é uma *ciência baseada em textos*, ou seja, a coleta de dados produz textos que nas diferentes técnicas analíticas são interpretados hermeneuticamente.

Mayring (2002 apud GÜNTHER, 2006, p. 205) descreve quatro modos de levantar dados na pesquisa qualitativa: dados verbais por meio de entrevista centrada num problema, entrevista narrativa, grupo de discussão e dados visuais por meio da observação participante.

Nesta tese, adotou-se primordialmente a técnica de entrevista, como já colocado anteriormente, sem descartar a técnica da observação participante que se deu com a convivência da autora com os grupos em processo de pesquisa.

Assim, buscou-se com isso obter informações acerca de questões relacionadas ao turismo e ao processo de governança ambiental, de modo que se pôde detectar e qualificar o curso das ações que foram executados ou não. E ainda os principais entraves e avanços, além de como está estruturado o turismo nos parques e nos municípios do entorno.

Ao dar prosseguimento ao estudo, passou-se à terceira fase que consistiu na análise e na interpretação das evidências coletadas numa visão de conjunto e de interdependência dos dados. Nesse ponto, buscou-se atenção aos ensinamentos de Dencker (2002), que diz que a análise deve reunir, de modo coerente e ordenado, as informações, com vistas a responder ao problema da pesquisa, a partir de sua interpretação. E ainda a mostrar uma visão ampla dos dados coletados e a estabelecer uma ligação entre eles e o conhecimento existente.

O desafio metodológico para a produção do conhecimento social expõe aspectos conceituais importantes, os quais, no contexto da problemática estudada, apontam que o método para análise de dados mais adequado é o comparativo. Isso porque se considerou coerente a proposta de efetivar análises comparativas, mesmo que em realidades e em territórios diferentes.

Sobre o método comparativo e sua trajetória na construção do conhecimento, Schneider; Schimitt (1988) afirmam que este é parte desde o século XIX dos estudos clássicos da sociologia. Exemplar, nessa perspectiva, é o trabalho de Marx sobre as “formações econômicas pré-capitalistas”, cujo tratamento sistemático foi a confrontação entre distintos modos de produção, de caráter singular.

Os mesmos autores, ainda, evidenciam uma abordagem aprofundada nas obras de

Comte, Durkheim e Weber, com respeito a esse método de comparação. E cujo confronto foi utilizado como instrumental de análise para buscar explicações e generalizações “[...] das questões epistemológicas e metodológicas associadas ao uso da comparação na construção do conhecimento em ciências sociais” (SCHNEIDER; SCHIMITT, 1988, p. 2). Ainda relacioná-las ao próprio construir da sociologia como campo peculiar do conhecimento, o que distanciou esta das demais ciências sociais e delimitou sua própria área de ação.

No entendimento de May (2004, p. 231 apud QUARESMA, 2008), o método comparativo caracteriza-se por ter uma abordagem de caráter pluralista. E a autora ainda aponta a sua finalidade:

[...] entender e explicar como as sociedades e culturas diferentes vivenciam e atuam sobre as mudanças sociais, econômicas e políticas, além de como essas visões relacionam-se com as mudanças mais gerais e portanto as experiências e ações compartilhadas diante de preocupações e pressões semelhantes. O resultado dessa pesquisa permite-nos formatar e agir sobre o futuro através de um conhecimento comparativo maior das nossas práticas presentes e das suas conseqüências potenciais (MAY, 2004, p. 234 apud QUARESMA, 2008, p. 46).

Portanto, esta tese tem como objeto de estudo as relações estabelecidas pelos atores sociais e de como estes se relacionam com as áreas de estudo no que tange às questões relacionadas ao turismo e à conservação. Trata-se de investigar a participação dessas categorias sociais específicas na construção da governança ambiental, através da trajetória de casos específicos e de sua comparação.

Então, numa perspectiva comparativa, esta tese desvenda como a governança ambiental é construída no PARNAMAZONIA, PNCM e PNT e em seus respectivos entornos, e como o turismo se apresenta. Também pretende verificar os diferentes significados que a questão da sustentabilidade assume na conservação da biossociodiversidade. E, conforme constatado por Quaresma (2008, p. 46), esse método possibilitou apontar “diferenças e diversidades neste processo”. E ainda “[...] identificar o que vincula as visões e práticas locais semelhantes ou não no sentido de estabelecer possíveis parâmetros que permitam desenhar um perfil da prática do turismo [...]”. Convém ressaltar, a seguir, os passos necessários para a aplicação do método em questão.

A sistematização do método comparativo sugerido por Schneider; Schimitt (1988, p. 36) considera os seguintes procedimentos: escolha de “duas ou mais séries de fenômenos”; “definição dos elementos a serem comparados”; e as “generalizações”. Assim, fez-se uma análise comparativa, de aspectos já citados anteriormente, entre os três parques. E, por fim, Schneider; Schimitt (1988) concluem que esse método permitirá, se bem aplicado, que:

[...] o cientista social consiga realizar sua viagem explorando os caminhos que se abrem no decorrer do processo de investigação sem se afastar demasiado, no entanto, de um trabalho sistemático sobre as interrogações [...]. (SCHNEIDER; SCHIMITT, 1988, p. 36)

Portanto, tem-se uma “bússola” como instrumental para análise comparativa nesta tese.

Em suma, a questão metodológica é eivada de implicações que comportam sentidos variados. Com relação a esta tese, independente do esforço interdisciplinar que se fez para se apropriar do objeto que se perseguiu, ou independente também dos métodos eleitos para explicar uma determinada realidade que se constituiu como problema, o importante foi encontrar resultados. E é salutar destacar que os métodos contribuíram para um avanço qualitativo em termos de compreensão de determinados fenômenos que inquietam.

2 AÇÃO COLETIVA, GOVERNANÇA AMBIENTAL, UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E TURISMO: ENFOQUES TEÓRICOS

Este capítulo discute aspectos da teoria da ação coletiva no que concerne ao processo de governança ambiental, a realçar a governança com foco na Amazônia brasileira. Procedeu-se assim, devido a sua complexidade e aos traços históricos que marcaram a realidade brasileira com reflexos na criação das UC. Além disso, abordam-se conceitos de UC e turismo e suas correspondentes direções analíticas.

Estudam-se as experiências de processos de governança em UC de recursos comuns. Isso envolve diversos atores sociais que interagem, articulam-se de diversos modos e orientam-se por via de planos de ação. E mais: reagem a comandos organizacionais e perseguem objetivos. Portanto, pensa-se ser lógico balizar-se, para a compreensão de conjunturas sociais, econômicas, políticas, na teoria da ação coletiva de Elinor Ostrom. Assim, entender-se-á como se estruturam as variegadas estratégias encetadas pelo conjunto desses atores que configuram determinadas ações de cunho coletivo em torno da sustentabilidade de recursos comuns.

Para tanto, é necessário começar-se a fazer uma digressão na evolução das teorias que possibilitaram a Ostrom (2001) concluir em torno do tema “Governando os bens comuns” certas assertivas que propiciaram o entendimento de diversas realidades e a tentativa de resolução de problemas dessa ordem, o que contribuiu em muito para o conhecimento científico.

2.1 A governança dos bens comuns

A utilização comunal de recursos da natureza envolve uma série complexa de fatores de ordem social, econômica, política e ambiental. As articulações desses elementos que constituem um sistema aberto são feitas por determinados atores dentro de uma sociedade específica e em um contexto histórico. Não há como refletir os modos dessa utilização sem ter como nortes de discussão “A Tragédia dos Comuns”, do biólogo Hardin (1968), e as análises realizadas pela pesquisadora Ostrom (2001) tangente à governança sobre determinados bens coletivos. Além disso, cabe muito bem nessa discussão o que foi tecido teoricamente por Olson (2011), sua lógica da ação coletiva.

Em um insigne artigo, de autoria de Garret Hardin, em 1968, que suscitou polêmicas, cujo título é *The Tragedy of the Commons*, este vai afirmar que a maximização de interesses

individuais, por meio de uma ação racional, não redundam em bem-estar coletivo. Muito pelo contrário, o autor conclui que essa maximização terminaria em uma “tragédia dos comuns”. O autor expõe sua tese da seguinte maneira: pastores de ovelhas utilizam uma mesma área para a pastagem. Um dado pastor resolve adicionar ao seu rebanho mais uma unidade; o ganho gerado por essa adição não é repartido coletivamente e fica somente com o dono daquele rebanho. No entanto, as despesas para manter as pastagens são divididas por todos. Teoricamente, espera-se que cada indivíduo queira otimizar seu lucro aumentando *ad infinitum* seu rebanho, até o momento em que os recursos que aquela pastagem comporta se esgotam, o que vai gerar uma tragédia para todos os pastores.

O autor ilustra essa “tragédia” com um exemplo dos parques nacionais, quando diz que

En la actualidad están abiertos a todo el mundo sin restricción alguna. Sin embargo, los parques son limitados en extensión: solamente hay un parque nacional Yosemite, mientras que la población parece crecer sin límite. Los mismos atractivos que los visitantes buscan de los parques se desgastan de manera constante. Es evidente que debemos dejar de considerarlos como bienes comunes o dejarán de tener valor como tales.

¿Qué haremos? Tenemos sólo una alternativa: venderlos como propiedad privada o conservar su carácter público pero restringiendo el derecho de entrada. (HARDIN, 1968, p. 14)

Nessa perspectiva, entende-se que para o autor há praticamente uma separação intransponível entre racionalidade individual e racionalidade coletiva. Ele acrescenta que somente pode-se conter uma tragédia por meio de dispositivos coercitivos e de leis, já que o autor não acredita na cooperação entre comuns. E mais, quando Hardin (1968) se refere a poder coercitivo, ele o faz de modo particular, especialmente em relação ao que teoriza, ou seja, coerção não se coaduna com decisões de caráter arbitrário, e sim com acordos mútuos, a considerar a maioria dos atores em jogo.

Ostrom (2001) observa que a tragédia dos comuns se alinha ao Modelo do “Dilema do Prisioneiro”², que remete a um jogo em que a escolha pela cooperação simplesmente deixaria os contendores em uma situação ideal para todos. No entanto, eles não cooperam porque não estão seguros sobre o comportamento um do outro, o que redundam em um desfecho coletivo aquém do que se teria conseguido caso houvesse confiança mútua.

Ao avançar-se nos entendimentos sobre o comportamento de grupos sociais (coletividades) com relação à gestão de bens comuns, passa-se a discorrer sobre o pensamento

² Atribuído por Merrill M. Flood e Melvin Dresher e formalizado por Albert W. Tucker.

de Olson (2011), ao tratar da ação coletiva. O autor vai afirmar que os indivíduos apenas se unem para cooperar se houver interesse pessoal. É esse o motivo precípua que move as pessoas em grupo quando se propõem a agir em prol de interesses coletivos. No entanto, o autor enfatiza sua premissa quando diz que:

Na verdade, a menos que o número de indivíduos do grupo seja realmente pequeno, ou a menos que haja coerção ou algum outro dispositivo especial que faça os indivíduos agirem em interesse próprio, os *indivíduos racionais e centrados nos próprios interesses não agirão para promover seus interesses comuns ou grupais* (OLSON, 2011, p. 14, grifo do autor)

É importante ressaltar dentro da lógica Olsoniana que os atores sociais, ao tratarem de bens comuns, não elegem apenas os incentivos de ordem econômica como razão para a cooperação. Atributos tais como laços de amizade, credibilidade e respeito podem muito bem se constituir como móveis para a ação coletiva que, naturalmente, são pressupostos básicos da ação à cooperação. Além desses, o autor aventava a possibilidade de que sanções e recompensas outras levem à cooperação.

A prosseguir-se nessa discussão, passa-se, doravante, a discorrer sobre a contraface das análises teóricas acima expostas, isto é, a governança dos comuns, proposta por Ostrom (2001), como instrumento de resolução de conflitos, baseada na cooperação que se opõe aos discursos de Hardin (1968) e Olson (2011).

Pensar-se agora em Ostrom (2001), quanto aos arranjos institucionais necessários para que haja uma governança em torno de bens coletivos, que evitem tragédias coletivas ou entropias de recursos. Esta propõe uma via que possibilite o estabelecimento de instâncias normativas e regulatórias a visar ao uso de um bem comum que pressupõe a aquiescência de seus usuários. Nesses termos, não haveria necessidade para viabilizar a sustentabilidade do recurso, que este fosse privatizado ou estatizado. O que subjaz a essa estratégia Ostromiana é que os usuários cooperariam devido ao interesse na conservação dos recursos, dos quais dependeria a vida comunitária e individual.

Baseada em pesquisas empíricas, a autora vai constatar que a autogestão de recursos baseada na cooperação se dá tanto em comunidades em zonas rurais quanto urbanas, de forma sustentável. E, para chegar a essa conclusão, a autora vai fazer o seguinte questionamento: como determinado grupo que se encontra envolvido em laços de interdependência pode organizar-se no sentido de conseguir benefícios coletivos e contínuos malgrado a tentação do *free-ride*? Ostrom diante disso afirma que a resposta para essa pergunta vai depender de algumas variáveis. Por exemplo, o que os indivíduos têm a ganhar ou a perder no que

concerne à relação entre suas ações e os resultados consequentes dela, os esperados; a diminuição da incerteza que tem por origem a ausência de conhecimento sobre os recursos explorados, feito segundo um processo de aprendizagem baseado segundo a lógica do ensaio – acerto e erro. E por fim, a autora diz da provisão e apropriação dos RUC, que é feito com o tempo e por via da taxa de desconto da renda futura sob a exploração de um bem finito. Portanto, configura-se com isso um emaranhado de interdependência dos atores ao ponto de que os indivíduos se vejam impactados na sua coletividade em quase tudo que realizam. Em consequência, eles próprios se obrigam a agir em conjunto, do contrário os benefícios seriam menores, caso agissem de forma independente.

A seguir Ostrom (2001) explicita ainda mais seu raciocínio, ao destacar os seguintes exemplos e ao enfatizar que o mito presunçoso de que os indivíduos não têm capacidade organizativa para resolver problemas de ordem comum e precisariam, portanto, de autoridades externas que os orientassem:

A group of lawyers will pool their assets to purchase a library and. pay for joint secretarial and research assistance. They will develop their own internal governance mechanisms and formulas for allocating costs and benefits to the partners. Most cooperatives are also examples. [...]. But until a theoretical explanation – based on human choice – for self-organized and self-governed enterprises is fully developed and accepted, major policy decisions will continue to be undertaken with a presumption that individuals cannot organize themselves and always need to be organized by external authorities. (OSTROM, 2001, p. 25)

Portanto, depreende-se que, no tocante às organizações humanas se verem diante de problemas comuns, pode-se pensar ser possível que elas próprias encontrem – com base em sua auto-organização e autogovernança – mecanismos estratégicos que facilitem e apontem soluções, sem necessariamente recorrer a agentes externos ao processo. Com isso, a autora demonstra que tragédias em torno de bens comuns podem ser evitadas.

A autora acrescenta ainda que essa capacidade auto-organizativa deve ser pensada como possibilidade, pois, a depender das circunstâncias, está sujeita ao *stress*, fracassos e falhas. No entanto, vai também dizer que certas organizações que exploram recursos comuns têm tido sucesso na formação de instituições próprias que tem perdurado por muito tempo. E isso só tem sido conseguido porque elas adotam estratégias que têm como *background* elementos contextuais de ordens física, cultural e institucional, que são determinantes para as ações coletivas e a colheita de bom resultados, frutos do embate com problemas comuns.

A prosseguir-se com uma visão voltada para as investigações sobre ações coletivas, é importante ressaltar-se que Ostrom (2002) aponta para o fato de que se deve dar atenção às necessidades das novas articulações de poder locais, que enfrentam diferentes desafios.

Apesar disso, a autora não descarta a possibilidade de pactos ou parcerias entre esferas governamentais feitas e sociedade civil autogerida. Ao observarem-se as circunstâncias que envolvem bens e serviços públicos e o compartilhamento de sua gestão de recursos, normalmente constata-se que o modelo tradicional estatal fracassa na sua aplicação. E vai acentuar, por sua vez, de modo bastante sintético e educativo que

A better foundation for public policy is to assume that neither citizens nor their officials are able to analyse all situations fully, but given a conducive, macropolitical regime, they may make efforts to solve complex problems through trial-and-error testing out of different rules for solving various collective-action problems. (OSTROM, 2002, p. 45)

Por isso mesmo, Ostrom (2002) predica pela horizontalidade e complementariedade entre instâncias centralizadoras – governo – e atores locais em sinergia de ações e pela superação de paradigmas arraigados no poder.

No que respeita a esses esforços de partilhamentos de natureza complementar, de acordo com Ostrom, V.; Ostrom, E. (1971) e Ostrom (2002), esses vão ser fundamentados pela democracia, que se amplia à proporção que as pessoas se qualificam ao ponto de poderem avaliar o desempenho resolutivo de seus governantes para com os problemas que se apresentam. Por outro lado, justificam-se pelo fato também de as instâncias de poder local terem mais *feeling* para empreenderem certas reações de modo positivo a circunstâncias especiais. E, por fim, Ostrom (2000a) e Ostrom (2002), pela razão de que a população local, por ter laços antigos de dependência direta com relação aos recursos comuns, quando munida de informações, pode tomar decisões apropriadas para resolver suas questões, muitas vezes mais acertadas do que aquelas que os governantes adotariam.

Em referência à evolução de regras e normas no campo, Ostrom (2002, p. 148) especifica que

Some consistent findings are emerging from empirical field research. A frequent finding is that the users of a common-pool resource organize them-selves to devise and enforce some their own basic rules, they tend to manage local resources more sustainably than rules are externally imposed on them [...].

Portanto, pode se apreender disso que experiências concretas, no que diz respeito à ação coletiva, podem servir de linhas de ensinamentos para o aprimoramento das relações entre instituições de controle, como, por exemplo o Estado, e coletividades em torno de Recursos de Bens Comuns (CPR).

2.1.1 Ação coletiva: caminhos para a resolução de conflitos

O interesse que concerne à biodiversidade de igual modo diz respeito às questões relativas à sustentabilidade de sistemas complexos. Segundo Heylighen (1988 apud PALAZZO, 2009) um sistema complexo se define por diferentes componentes em uma dualidade básica que é ao mesmo tempo distinta em suas partes e simultaneamente conectadas. Portanto, ao querer analisá-lo, deve-se fazê-lo em termos de um conjunto de elementos interdependentes.

Ao retomar-se Ostrom (2000b), esta concebe que os sistemas naturais que necessitam de manejo têm uma particularidade básica, que é sua complexidade. Por isso, é fundamental procurar-se mecanismos ou estratégias de governança na mesma proporção de sua complexidade. Assim, a autora enfatiza, que se não houver um interesse bem definido de instaurar-se um processo que intente a regulação do comportamento de atores no sentido de preservação da biodiversidade, destruir-se-á a complexidade natural que se almeja proteger.

Segundo Ostrom (2000b), apesar da complexidade e da interdependência em ambientes estruturalmente complexos, há uma série de incentivos entre as pessoas para que ajam de maneira oportunista. Por isso, a autora lança uma série de princípios básicos que serviriam de referencial de decisões coletivas entre instituições e atores sociais para alcançar objetivos sustentáveis com relações a recursos comuns. Estes são por demais diversos, ou seja, vão desde sistemas de irrigação, até a pesca de águas interiores, de terras de pastoreio até florestas. São estes os princípios em conformidade com a autora:

1) definição clara de limites: este diz respeito à porção que os indivíduos ou grupos familiares devem retirar ou não do acervo comum. Isto é conhecido como primeiro passo a ser dado por uma organização coletiva. Se isso não é respeitado, se não há limites estabelecidos, esforços e trabalhos podem ser escamoteados por outros;

2) congruência entre as regras de apropriação e de abastecimento e as condições locais: trata da apropriação que restringe o tempo, o lugar, a tecnologia e quanto de recurso pode ser utilizado com relação às condições locais e sua dependência ao abastecimento que necessitam (trabalho, materiais e dinheiro);

3) acordos de eleição coletiva: a utilização desse princípio para o manejo de recursos torna mais capazes as coletividades de congruir acordos e circunstâncias locais;

4) supervisão: é fundamental que seja sempre supervisionada entre a relação que existe entre as condições do recurso e o comportamento de seu dono. Mais especificamente, os

benefícios resultados da gestão comum devem ser diretamente proporcionais aos custos de como são utilizados;

5) sanções graduais: à violação de regras acordadas pela coletividade, são imputadas sanções graduais, o que vai depender do peso da quebra do acordo e de seu contexto. Entretanto, a autora cita Levi (1988), o que dá substância a esse princípio, que normalmente “Los principais actores están dispuestos a cumplir con un conjunto de reglas en un escenario que, señala Levi, cuando: a) se perciben que se logra el objetivo coletivo y b) cuando perciben que los demás también cumplen con sus compromisos.” (LEVI, 1988 apud OSTROM, 2000b, p. 46);

6) mecanismos para resolução de conflitos: instâncias locais facilitam de modo rápido o acesso de proprietários e suas autoridades para a resolução de conflitos, tanto entre os donos como entre as autoridades e donos. Diz a autora que no campo, quando os costumes são confrontados com leis, podem resultar daí conflitos, dos mais simples aos mais problemáticos, e dá como exemplo o fato de que” [...] cada usuário de los sistemas de riego deberá dedicar el trabajo de un día suyo o de algún trabajador, para ayudar en la limpieza de los canales antes de que inicie la temporada de riego” (OSTROM, 2000b, p. 51). No entanto, o significado disso pode ser interpretado de diversas maneiras, principalmente por aquelas pessoas que procuram quebrar as regras coletivas. É exatamente por isso que é fundamental conceber-se mecanismos que sejam discutidos coletivamente e definido de uma vez por todas o que é considerado falta, desde que se queira que a lógica dos sistema permaneça.

A autora acrescenta ainda que, mesmo que esses mecanismos funcionem na solução de conflitos, isso não garante aos usuários a conservação do sistema por um longo período, pois este mesmo está necessariamente condicionado a sua complexidade.

Com relação a parques nacionais, tanto no Brasil como na Costa Rica – países onde se localiza o objeto de estudo desta tese –, plano de manejo e conselho gestor são mecanismos fundamentais para a participação da sociedade local na tomada de decisões, além de contribuírem para o processo democrático e a construção da cidadania (IRVING et al., 2005; SISTEMA NACIONAL DE ÁREAS DE CONSERVACIÓN, 2013). São, portanto, artifícios essenciais no processo de governança ambiental;

7) reconhecimento mínimo do direito a organização: esse princípio diz respeito ao direito da comunidade de organizar-se, isto é, conceber suas próprias regras sem a necessidade da chancela de autoridades governamentais. Ostrom (2000b, p. 51) enfatiza que

Por el contrario, si los funcionarios gubernamentales asumen que solo ellos puede hacer este tipo de reglas, se vuelve muy complicado para los dueños del recurso mantener las instituciones de autogobierno a largo plazo. En el momento que se

quiera romper com las reglas internas, el interesado puede acudir a las autoridades gubernamentales y socavar las reglas locales.

Exemplifica ainda que em comunidades pesqueiras as pessoas criam suas próprias regras no sentido de que determinam em que condições concretas vão pescar, equipamentos, local, profissionais participantes, entre outros. E faz referência a Audum-Sanderberg (1993a, 1993b) ao dizer que este realizou um estudo sobre o que acontece quando os comunitários se utilizam de um mesmo bem comum por longas gerações sem necessitar de autoridade estabelecida para definição de sua própria governança; e

8) empreendimentos agrupados: trata da organização em variados níveis de empresas interdependentes no que diz respeito a sua apropriação, abastecimento, manutenção, cumprimento, resoluções de pontos de vista diferentes em torno de um objeto e das atividades governamentais. Em sistemas de um grau de complexidade maior é deveras complicado arranjar regras que sirvam na orientação de todos os âmbitos do abastecimento e apropriação em um só nível de organização.

Nessas considerações sobre as ideias das várias pesquisas de Ostrom sobre como encontrar a melhor maneira para gerir de modo sustentável os recursos de usos comuns, a autora vai perguntar-se, com base nesses princípios lançados, qual sua importância fundamental para tomada de decisões políticas. Vai apontar que as comunidades locais administram bem seus recursos em pequena escala. Portanto, futuras políticas de governança relativas à biodiversidade devem começar por incluir em seu desenho os indivíduos locais.

A autora coloca ainda que é importante olhar para as organizações locais que se deparam com o perigo da perda da biodiversidade, pois, desde que os usuários cuidem de seus recursos, podem a vir se beneficiar, por isso a necessidade dessas organizações. Além disso, ressalta-se a necessidade de que haja interações entre instâncias locais e instituições responsáveis pela conservação da biodiversidade a longo prazo. É portanto, segundo a autora, essa diversidade institucional e interdependente nos seus objetivos que têm em variados casos ajudado na proteção da biodiversidade. E mais, essa mescla institucional é geradora de ações imprescindíveis para o manejo sustentável dos complexos naturais.

Ao aplicar-se o significado de ação coletiva de Ostrom ao turismo sustentável, Quaresma; Campos (2006, p. 144) vão afirmar que

[...] faz-se necessária a participação efetiva dos diversos atores envolvidos na efetivação da atividade turística. Tal participação deve ser concebida no sentido da teoria da ação coletiva de Ostrom (*op. cit*), ou seja, a cooperação efetiva, cujos elementos centrais são reciprocidade, reputação e confiança. Em locais onde existem organizações comunitárias, associações, movimentos populares etc., as cooperações e organizações auto-gestoras são mais evidentes e ativas, isto é, conseguem manejar os recursos com pouca ou quase nenhuma intervenção do Estado. Portanto a

cooperação proposta por Ostrom precisa existir efetivamente nas políticas públicas de turismo, sob pena de as tragédias dos bens comuns continuarem a inibir o verdadeiro processo de desenvolvimento.

Constata-se, portanto, que os autores referenciados nas análises de Ostrom praticamente afirmam que é possível, segundo dadas condições, uma governança eficaz e sustentável em torno da relação entre usuários e recursos comuns.

Hardin, Olson e Ostrom, três eminentes pesquisadores que não mediram esforços para a compreensão de dilemas sociais. Ostrom, com relação aos outros, avança, graças a uma vasta pesquisa de campo. Isso se dá quando constata que a autogestão em torno de recursos comuns e escassos tem como pressuposto a cooperação, pode evitar o conflito, o interesse individual egoísta e, por fim, redundar em soluções sustentáveis beneficiadoras de coletividades.

2.3 Governança ambiental: entendimentos e possibilidades

2.3.1 Governança e governabilidade

Na discussão sobre governança, preliminarmente, importa aqui elucidar que há uma distinção entre governabilidade e governança. Na concepção de Prieto (2003, p. 1-2), esses termos são utilizados tanto por parte das agências de cooperação internacional, que aparecem, sobretudo, em boa parte da literatura política, quanto nos estudos sobre os “processos de democratização, descentralização e luta contra a corrupção”. Além disso, o autor evidencia a ausência de consenso acadêmico em torno de sua definição e delimitação no que concerne às suas relações e diferenças. E, ainda, dimensiona que tais conceitos variam de acordo com os interesses ou compromissos das instituições e grupos de investigação.

Em face dessas condições, Prieto (2003, p. 7) refere-se à governabilidade e à governança nos sentidos restrito e amplo. O autor menciona Altman e Castiglioni (1999) para definir a governabilidade restringida como “[...] la habilidad para gobernar, la capacidad de procesar y aplicar institucionalmente decisiones políticas [...]”, e Prats i Catalá (2003) para expor o conceito de governabilidade ampla como sendo:

Las reglas y procedimientos (instituciones) a través de las cuales los actores estratégicos de un determinado sistema social (organizaciones) resuelven los conflictos y toman decisiones de autoridad. Las instituciones pueden ser formales y informales, los actores estratégicos pueden ser gubernamentales o no gubernamentales, nacionales o internacionales, los conflictos pueden ser declarados o latentes o hasta ocultos, y la forma de decisiones comprenden tanto las adoptadas en las instituciones formales como las negociadas informalmente. (PRATS i; CATALÀ, 2003 apud PRIETO, 2003, p. 7).

Isso remete a dois aspectos no que respeita ao processo de decisão: o primeiro destaca tão somente a participação de instituições governamentais; e o segundo, além de considerar as determinações institucionais, evidencia por sua vez um outro elemento: os atores sociais e suas respectivas demandas.

No que concerne à governança restrita, Prieto (2003) adota a definição utilizada pelo Banco Mundial em 1995, ou seja, a forma como é exercido o poder, quer seja de caráter politicossocial ou administrativo. E, para a governança ampla baseia-se no que diz o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD): “[...] como el ejercicio de la autoridad econômica, política y administrativa para gestionar los asuntos de um país a todo nível. Involucra mecanismos, procesos y instituciones[...]” (PNUD, 1997 apud PRIETO, 2003, p.8). Isso se dá por meio da articulação realizada pelos cidadãos e outros grupos de interesses. Assim, o autor conclui que, na definição restrita, é evidenciado o poder de governar, independentemente das referências institucionais, enquanto que, na ampla, esses parâmetros devem ser considerados.

Durán (2009), quando de sua discussão sobre os parques nacionais naturais colombianos – Corales Del Rosario e San Bernardo –, também aponta que os termos supracitados apresentam uma distinção:

[...] el concepto de gobernanza (*governance*) para dar cuenta de procesos democráticos de participación política en la toma de decisiones de gobierno de manera legítima, en los que se involucra a la totalidad de actores sociales, económicos y políticos, estatales y de la sociedad civil. Muy distinto sería hablar de gobernabilidad (*governability*) en un Parque nacional, la cual entiendo como la capacidad que tienen las autoridades ambientales para gobernar (ejercer o poder y definir el rumbo) en las áreas protegidas (VIGIER, 2003; CRUZ, 2004, LAUNAY, 2006; BOLÍVAR, 2006 apud DURÁN, 2009, p.61).

A considerar esses dois delineamentos, coloca-se uma preocupação acerca dos desafios no processo de governança, pois o êxito dessas pretensões depende da incorporação de atores em qualquer cenário e do nível de envolvimento desses nos processos de transformação política, social e econômica. Além do mais, uma possível análise do processo de governança implicaria não só o exame minucioso dos principais atores, mas também os arranjos institucionais, com ênfase em seus papéis, potencialidades e limites.

2.3.2 Conceitos e contextos

Muitas vezes, ao conhecer-se o étimo de determinadas palavras, depara-se com o acontecimento da apropriação com mais lucidez dos conceitos que elas expressam. Segundo Fontaine; Velasco (2011), isso acontece com a origem da palavra “governança”, a qual se remete ao grego antigo na concretude da expressão *gubernaculum*, cujo termo é usado para definir o timão do barco na antiga Grécia, o que garantia segurança, direção firme.

A palavra *governance*, no entanto, começou praticamente a ser usada para distinguir-se de *governability*. Segundo Prats i Catalá (2001), a Real Academia Espanhola e a União Europeia, por sua vez, sugeriram na tradução para o castelhano *Governanza*, um galicismo já há muito em desuso. Sem querer negligenciar uma ou outra tradução, o que realmente existe aqui é a diferença conceitual entre governança e governabilidade, apesar da reconhecida ausência de solidez de seus campos semânticos.

Conforme Mayntz (2003, p. 1), a princípio *governance* era sinônimo de *governing*, entendido como processo de governar por organizações governamentais. A autora explicita que “[...] *governance* se viene utilizando más o menos como sinónimo de *politische Steuerung* [dirección política]”. E ressalva ainda a ampliação do campo semântico da palavra, que adquiriu novas acepções:

En primer término, actualmente se recurre a *governance* para indicar un nuevo estilo de gobierno, distinto del modelo de control jerárquico y caracterizado por un mayor grado de cooperación y por la interacción entre el Estado y los actores no estatales al interior de redes decisionales mixtas entre lo público y lo privado. [...] El segundo “nuevo” significado atribuido al concepto de *governance* es, por el contrario, más general y posee un origen diferente. *Governance* indica aquí una modalidad distinta de las acciones individuales, entendidas como formas primarias de construcción del orden social. Este uso del término parece derivarse de la economía de los costes de transacción, en particular del análisis del mercado y de la jerarquía como forma alternativa de organización económica (Williamson 1979). [...] El tercer significado de *governance* incluye ahora dos interpretaciones más restringidas de la palabra conocidas como sub-categorías. (MAYNTZ, 2003, p. 1)

Resta explícito, portanto, que o conceito de governança indica tanto um novo modo de governar, com um maior grau de cooperação e interação entre o Estado e os atores sociais, quanto algo além, ou seja, uma forma básica, estrutural, da construção da ordem social.

O aparecimento da expressão “governance” se dá a partir de reflexões conduzidas principalmente pelo Banco Mundial³: “[...] tendo em vista aprofundar o conhecimento das

³ A partir do início dos anos 90, o Banco Mundial desloca seu foco de preocupações de caráter mais técnico, no que tange à reforma burocrática e ao gerenciamento de políticas econômicas para temas mais amplos como legitimidade e pluralismo político. Embora seja sobretudo difícil pontuar as causas para a nova visão, o fracasso

condições que garantem um Estado eficiente” (DINIZ, 1995, p. 400 apud GONÇALVES, 2005, não paginado). Diniz (1995) ainda acrescenta que “tal preocupação deslocou o foco da atenção das implicações estritamente econômicas da ação estatal para uma visão mais abrangente, envolvendo as dimensões sociais e políticas da gestão pública”(DINIZ, 1995,p. 400 apud GONÇALVES, 2005, não paginado). O autor conclui que os resultados das políticas governamentais já não mais bastavam como critério de avaliação de capacidade governativa, era mister agora examinar a forma pela qual o governo exerce o poder.

Segundo os entendimentos de Wolf (1999, p. 4-5), o poder é considerado “um aspecto de todas as relações entre as pessoas”, o que possibilita distingui-lo em quatro categorias, a saber: a primeira faz referência à “[...] capacidade que é tida como inerente em um indivíduo”; a segunda trata das interações e das transações que se dão entre pessoas e diz respeito “[...] à habilidade de um ego de impor seu desejo sobre um alter”; a terceira, poder tático ou organizacional, refere-se ao poder que tende a controlar contextos nos quais possibilitam às pessoas a mostrar suas capacidades de interação com as outras, realçar os instrumentos que admitem o controle de ações de outras.

E, por fim, Wolf (1999, p. 5) trata do poder estrutural,

em relações e que não opera apenas internamente aos contextos e domínios mas também organiza e orquestra os próprios contextos e especifica a direção e distribuição de fluxos de energia. Em termos marxianos, refere-se ao poder de distribuir e alocar trabalho social. É também a modalidade de poder com a qual Michel Foucault se preocupava quando falou de ‘governança’, significando o exercício da ‘ação sobre a ação.

Muito antes dos anos 70, a palavra governança era confundida com “governar”, ou seja, todo o potencial do conceito a ser explorado ficava restrito, conforme posto por Mayntz (1997 apud JACOBI, 2012, p. 1470). Isso se dava, uma vez que governo não significava mais do que o processo natural de exercício de um poder centralizado e controlador, hierarquizado e institucionalizado sobre a sociedade, nos âmbitos nacional, estadual ou municipal. E, ainda, as demais entidades e grupos sociais de diversas naturezas não atuavam como atores decisores dos rumos que a sociedade deveria tomar. Mas, aceleradas mudanças nos planos social, econômico, tecnológico e ambiental foram, paulatinamente, corroendo uma estrutura verticalizada de poder, como que desafiando estruturas arraigadas na tradição.

Assim, Rodes (1997 apud JACOBI, 2012, p. 470 - 1471) evidencia, de modo

da experiência com ajuste estrutural na África Sub-Saariana (Reformas apoiadas pelo SALs – Empréstimos de Ajuste Estrutural) foi crucial para impor reavaliações, que identificaram a “crise de governança” como fator responsável pelos óbices ao desenvolvimento da África. (BORGES, 2003).

contudente, que “ao falarmos de governança nos referimos basicamente a um modo não hierarquizado de governar, onde atores não-estatais e diversos segmentos participam na formulação e implementação de políticas públicas”. Por conseguinte, hoje, o termo governança significa fundamentalmente um novo modo de governar, sobretudo com caráter participativo.

A difusão do conceito de “governança” se dá a partir dos anos 80. Torna-se, então, uma referência da modernidade da ação pública e da gestão empresarial. No entanto, segundo Gonçalves (2005, não paginado) “[...] parece está [*sic*] acontecendo um movimento de uso amplo da expressão, sem que sua utilização esteja cercada do cuidado analítico que requer”. Por isso, faz-se necessário, conforme esse autor, a precisão seu significado, a considerar, por sua vez, o contexto em que é utilizado.

Com relação à governança, Jacobi (2012, p. 1471) afirma que as significações “[...] e aplicações nos diferentes contextos possuem combinações de usos descritivos e normativos. Alguns se referem à governança numa escala muito ampla, como a das Nações Unidas ou para a governança não governamental (governança corporativa)”. E, para Kooiman (1993 apud JACOBI, 2012, p. 1471), esse conceito se sustenta em sua “[...] interdependência, objetivos compartilhados, fronteiras fluidas entre público, privado e esferas associativas e multiplicidade de formas de ação, intervenção e controle”. Desse modo, constata-se que esses elementos se fazem presentes devido aos múltiplos atores.

Rosenau (2000, p. 16), ao relacionar governo e governança no que respeita às suas diferenças conceituais, fundamenta um raciocínio de forma cabal e não deixa dúvidas de que o conceito de governança é mais amplo que o de governo, ou seja,

[...] a governança é um sistema de ordenação que depende de sentidos intersubjetivos, mas também de constituições e estatutos formalmente instituídos. Para dizê-lo mais claramente, a governança é um sistema de ordenação que só funciona se for aceito pela maioria (ou pelo menos pelos autores mais poderosos de seu universo), enquanto os governos podem funcionar mesmo em face de ampla oposição à sua política. Nesse sentido, a governança é sempre eficaz, quando se trata das funções necessárias para a persistência sistêmica, ou então não é concebida para existir efetivamente [...].

O autor citado ainda evidencia o termo “[...] governança sem governo – sem mecanismos regulatórios em uma esfera de atividade que funcione efetivamente mesmo que não tenha o endosso de uma atividade formal”. Daí depreende-se que a governança pode ter nas instituições governamentais um de seus partícipes, fazendo parte da multiplicidade de atores.

No relatório Nossa Comunidade Global (COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL, 1996, p. 2), fica patente que o processo de construção contínua da estabilidade das

nações depende inequivocamente de acordos e consensos. Nesse sentido, o conceito de governança se expressa claramente e é definido como:

[...] a totalidade das diversas maneiras pelas quais os indivíduos e as instituições, públicas e privadas, administram seus problemas comuns, é um processo contínuo pelo qual é possível acomodar interesses conflitantes ou diferentes e realizar ações cooperativas.

Percebe-se, nitidamente, uma orientação no sentido de incorporar a participação da sociedade na definição de políticas públicas cidadãs.

São sobremodo comuns nas ciências, tanto nas exatas quanto nas humanas, comportamentos precipitados em torno da descoberta e da construção de determinados conceitos que supostamente explicariam aspectos de uma realidade pontual. E, de certa maneira, os torna absolutos, como se fossem a chave para a resolução de todos os problemas de certas realidades que se deseja explicar e, nesta direção, Létourneau (2009, não paginado) considera o conceito de governança incipiente.

Esse autor segue, ainda, explicitando a fase inicial em que se encontram as pesquisas “[...] de campo sobre as práticas do conceito de governança, que parece mais interessante agora se concentrar em como o conceito realmente funciona na prática, em vez de tentar construir um modelo unificador do ponto de vista teórico” (LÉTOURNEAU, 2009, tradução nossa, não paginado). Portanto, é um conceito que carece de mais estudos.

Nessa linha de raciocínio, o autor vai expressar suas inquietações ao perguntar-se sobre o alcance do uso desse conceito que se encontra em processo de formação:

[...] Par sa polysémie, ce concept permet de répondre à une pluralité d’attentes, du moins est-ce supposé. Je propose ici de le considérer dans sa fonction mobilisatrice⁴. Son but serait alors de raller le plus grand nombre d’acteurs possible, un peu comme le fait d’une autre manière le concept de développement durable. Les acteurs économiques, qui ont certes un rôle majeur à jouer et que nous voudrions plus impliqués dans les discussions et dans l’action, peuvent être mobilisés d’une certain façon par le recours à la gouvernance. Mais les autres joueurs, politiques et sociaux, peuvent aussi l’être car ils peuvent y voir leur role renouvelé et transformé. Quitte à conserver les discussions sérieuses à y avoir entre ces partenaires pour une étape ultérieure, une foi qu’on s’entend sur la volonté de conciliation de ces volets et de ces types d’acteurs. (LÉTOURNEAU, 2009, não paginado).

Assim, o autor apresenta uma das características fundamentais do conceito de governança, ou seja, sua “função mobilizadora”, de acordo com o contexto em que o termo é aplicado.

A considerar, ainda, o entendimento de Létourneau (2009), é de destacar sua atenção ao conceito de governança enquanto um território de exercício de um novo modelo de poder, que implicaria a participação social e uma visão descentrada do poder, o qual não seria mais

exclusividade do Estado. E também refina seu pensamento ao ressaltar que se está acostumado a pensar em centros de decisões únicos, e que agora teria de se aprender que decisões não acontecem apenas em um único lugar ou centro, porém em vários, e todos são importantes para a realização de um objetivo comum.

Nascimento (2007, p. 6), ao explicitar governança, pretende, assim, que esta:

Se refere a arranjos institucionais que permitem dotar as instituições estatais de mecanismos que garantam a inclusão de dimensões sociais e políticas, a definição e caracterização dos agentes e atores, aceitos (não a mera convergência de interesses que possam ser consensuados) para a participação não só na formulação de políticas estatais e as demais condições necessárias para a otimização dos resultados pretendidos com as políticas estatais levando em conta os princípios consagrados e publicamente conhecidos, dentre os quais a *accountability*.

O autor cita tipos de governança, em seus enfoques mais variados, como a “governança corporativa” (GRÜN, 2003), “governança organizacional” (FONTES FILHO, 2003), “governança global” (PIERIK, 2003), “governança sem governo” (ROSENAU, 2000) e “governança eletrônica” (RUEDIGER, 2002). E explicita que a “governança operacional” (BRESSER-PEREIRA, 2004) é aplicada no sentido de agregar os avanços conceituais necessários ao documento *Governance and development*, proposto pelo Banco Mundial (WORLD BANK, 1992). Assim, enfatiza que o conceito não se limita a significados apenas administrativos e operacionais com ênfase na gestão e na procura do Estado eficiente.

A literatura ainda apresenta a “governança pública” (KISSLER; HEIDEMANN, 2006) e a “governança urbana” (PAOLETTO, 1999). Com relação a esta, Paoletto (1999) diz que esse tipo vai além da delimitação geográfica de uma cidade, tanto em áreas dominadas pelo mercado quanto pelo setor público. Para esse autor, a governança “[...] is still defined by most development agencies and banks as meaning the “manner in which power is exercised in the management of a country’s social and economic resources for development [...]” (ASIAN DEVELOPMENT BANK, 1997 apud PAOLETTO, 1999, p. 299), o qual questiona se essa definição ainda é ou não relevante. Como foi constatado, governança tem vários ângulos. Mas, agora, discorre-se sobre governança no campo ambiental, tema, também, desta pesquisa.

2.3.3 Governança ambiental e seus princípios

A partir dos anos noventa, foram intensificados os estudos sobre governança. Agora, o olhar “debruça-se” sobre uma série de questões de natureza social e política. No espectro socioambiental, de acordo com Fuentes (2011), a contemporaneidade dá ênfase à “governança

florestal”, “governança energética”, “governança dos recursos naturais” – sobretudo, “governança da água” –, governança de áreas protegidas, entre outros campos. Foram articulados enfoques conceituais, como também marcos “prescritivos” sobre a “boa governança”, incluindo não somente marcos regulatórios, transparências, prestação de contas.

Mas, para o autor citado, não apenas isso, uma vez que foram ressaltadas também a participação e a inclusão de direitos. Esta abordagem conceitual de governança ambiental foi concebida no âmbito da cooperação, agências e organizações internacionais, como a IUCN.

A considerar o acima explanado, a governança ambiental pode ser expressa via três dimensões: a “governança dos recursos naturais”⁴, a “governança indígena”⁵ e a “governança de áreas protegidas”. Evidencia-se, assim, que o termo governança, em sua visão macro, pode compreender várias esferas, quais sejam, local, regional, nacional e global (ANDRADE-MENDONZA, 2011). Com relação à governança de áreas protegidas, o conceito, no início dos anos noventa, foi fortalecido quando emergiram várias demandas oriundas de diferentes setores, tais como os de grupos indígenas, governos locais, coletivos, instituições, organizações não governamentais, que demandaram do Estado novas institucionalidades. Isso resultou na criação de um “sistema normativo internacional” no que respeita às áreas protegidas (FUENTES, 2011, p.85-86).

Na discussão sobre governança ambiental, Jacobi (2012) dá uma ênfase especial na medida em que esta abre um instigador espaço para se repensar formas inovadoras de gestão, pois integram o sistema de governança determinados elementos-vetores de articulações. Tais balizadores seriam: o político – que vai dar o equilíbrio necessário aos diversos interesses e realidades –, credibilidade, fator preponderante para que as pessoas confiem nas políticas a serem adotadas – e, por último, a dimensão ambiental.

Ao retomarem-se as considerações de Fuentes (2011), este descreve uma cronologia, que destaca, passo a passo, os avanços conquistados com relação ao entendimento sobre governança em áreas protegidas. O autor apresenta os eventos com suas respectivas

⁴ Entendida como um meio para assegurar a conservação. Refere-se aos marcos normativos e às políticas ambientais, que, por sua vez, devem atender às necessidades da população, à consolidação de espaços democráticos, conservação da biodiversidade e manejo dos ecossistemas. Nesse sentido, a governança seria um instrumento de contribuição para que uma sociedade possa definir suas metas e prioridades. Além disso, compreendem os sistemas de tomada de decisões, o acesso à informação e de participação. (ANDRADE-MENDONZA, 2011, p. 20).

⁵ Pode definir-se como as formas de governo, autogoverno e exercício autônomo dos povos indígenas em definir sua própria vida social e política sob os mais diversos aspectos (estrutura organizativa, instituições, regras e mecanismos de controle social, entre outros). Historicamente, nos países da região (América do Sul), os povos indígenas têm sofrido um processo de exclusão social, ou inseridos dentro de políticas integracionistas que têm buscado incorporá-los às sociedades nacionais sob o “manto” da “cidadania universal”. (FUENTES, 2011, p. 118).

deliberações, considerando a diversidade desses espaços criados (parques nacionais), seus objetivos, sistemas administrativos, legislações e cultura local:

a) Congresso Mundial de Conservação de Caracas (1992): foi estabelecida uma tipologia de áreas protegidas com diferentes graus de participação e coadministração das áreas;

b) Congresso de Áreas protegidas de Durbán (2003): instituiu princípios, parâmetros e marcos regulatórios para administrar áreas protegidas (direitos, participação, aproveitamento sustentável de recursos renováveis);

c) Congresso de Bangkok (2004): ampliou a discussão sobre a relação existente entre o desenvolvimento dos modos de governança e melhoramento dos níveis de conservação em áreas protegidas. Constatou-se, também, a necessidade do vínculo entre os diferentes tipos de áreas protegidas com as categorias de governança, definindo-se quatro tipos: 1) por parte do governo (seus organismos); 2) compartilhada – pública e privada; 3) privada – entidades privadas; e 4) indígena – comunidades ancestrais.

d) Congresso de Barcelona (2008): aprofundou a aplicação do conceito de governança em áreas indígenas; consulta aos grupos indígenas em diferentes níveis de decisão; exigência de incorporação de normas na administração de zonas protegidas, o direito consuetudinário, práticas e valores culturais.

Depreende-se, do que foi tratado nos mais variados congressos, que a aplicação dessas tipologias conta com o manejo flexível e adaptável de uma categoria e modo de governança para cada área protegida de modo a contribuir para a conservação dos ecossistemas.

No que respeita à avaliação da governança em UC, Abrams et al. (2003) propõem cinco princípios, a saber: legitimidade e voz; prestação de contas; capacidade de resposta; equidade; e direcionamento. Os autores afirmam, ainda, a existência de dois fatores que explicariam o porquê de novos modelos de governança. O primeiro relaciona-se aos governos que tentam implementar as suas políticas e programas de um modo economicamente mais rentável, ágil e justo, e aumentar os benefícios sociais. E o segundo, aos cidadãos que, por sua vez, exigem participar para obter maior influência nas decisões, a considerar que estas afetam suas vidas e, conforme o caso, podem inclusive corrigir erros que foram cometidos no passado.

Igualmente, Macedo (2008, p. 26) aponta que, de acordo com esses autores, “estes princípios se sobrepõem, sendo as suas variações determinadas por especificidades relacionadas aos diversos contextos – social, histórico, cultural e tecnológico”. Assim, constata-se, naturalmente, que, a depender do contexto, determinado princípio será mais

relevante do que outro, apesar de todos estarem articulados e interagirem entre si.

Por sua vez, o PNUD recomenda oito princípios da “boa governança” para áreas protegidas. Tais princípios seriam “[...] estado de direito; responsabilidade; orientação por consenso; participação de múltiplos atores; igualdade e inclusão; transparência; abertura à auditoria; e efetividade e eficiência” (MACEDO, 2008, p. 23). Os critérios foram elaborados sobre consensos internacionais, expressos a partir das declarações pactuadas nas Nações Unidas, bem como em documentos feitos pelo PNUD.

O autor apresenta sucintamente cinco princípios “[...] a partir de um processo de composição, adota critérios de similaridade e inclusão [...], tanto para analisar a orientação da gestão das unidades de conservação como para sua avaliação” (MACEDO, 2008, p. 29), conforme o que segue:

a) Legitimidade e participação de múltiplos atores:

1) Presença de instituições democráticas e representativas (eleições livres), expressando respeito à cidadania, à liberdade de expressão, associação e à não discriminação por gênero, raça, cor e religião;

2) Direito de participação e voz a todos os atores locais na tomada de decisão referente à gestão da UC;

3) Busca de consenso na mediação de propostas ou interesses conflitantes;

4) Decisões tomadas de modo descentralizado e localmente, baseadas em parâmetros ambientais mínimos, de maneira a manter a população sempre bem informada sobre decisões tomadas e prestação de contas.

5) Participação democrática dos cidadãos, no âmbito local, no que respeita aos processos relacionados à legislação, ao planejamento, à criação, à implantação e à gestão de UC:

6) Grau de confiança elevado no que diz respeito ao relacionamento dos atores envolvidos na gestão da UC.

b) Igualdade e inclusividade

1) Existência de estratégias visando ao desenvolvimento humano e aos aspectos históricos, culturais e sociais das comunidades.

2) Homogeneização de critérios, considerando planejamento, criação e gestão de UC, equivalentes aos padrões adotados no país e em convenções e acordos internacionais;

3) Vigência de leis e regulamentos que definam propósitos e objetivos para as UC; aplicação dos instrumentos de governança e participação de organizações e atores locais, sobretudo na tomada de decisões.

4) Estruturação de planos de manejo, regimento interno do Conselho e plano anual de gestão nas UC, que comportem as demandas da sociedade local com garantia de aprovação por parte dos órgãos competentes e ainda que assegurem a sua revisão e atualização.

c) Responsabilidade e transparência na prestação de contas (*accountability*)

1) Objetividade na definição de responsabilidades, isto é, “quem presta contas de quê, e a quem”;

2) Seriedade na prestação de contas públicas;

3) Disponibilidade de informações com relação ao desempenho da gestão.

d) Abertura à Auditoria e Equidade

1) Imparcialidade e transparência de normas, tornando-as de conhecimento público e acessíveis;

2) Respeito aos direitos, conhecimentos e práticas de populações locais; e criação de mecanismos de compensação (indenização) e/ou alternativas para o uso da área visando alcançar os objetivos das UC, tais como uso direto, estudos científicos, conservação e visitação.

e) Efetividade e eficiência: a interação e o desempenho das instituições gestoras com os parceiros interessados (*stakeholders*)

1) Capacidade para executar as funções concernentes ao plano de gestão com eficiência e alcançar seus objetivos; e

2) Habilidade dos gestores para maximizar esforços no sentido de assegurar a cooperação e resolver eventuais conflitos com os atores sociais;

Em uma análise sobre a governança e as políticas públicas com ênfase na gestão dos parques nacionais no Brasil, tendo como referencial de análise a implantação do SNUC e do Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), Irving et al. (2005) apontam que estes princípios

definidores de linhas de orientação dos processos de construção da governança em áreas protegidas e sua aplicação podem eficazmente contribuir tanto para a arquitetura do planejamento quanto para a avaliação crítica de processos.

Conclui-se, portanto, que é imprescindível pensar que os princípios de governança são simultaneamente “objetivos e meios na construção de uma sociedade” que tem como desafio constante o exercício pleno da cidadania.

2.3.4 Governança ambiental e a Amazônia brasileira

O mundo amazônico é de uma multiplicidade que enche o olhar e ao mesmo tempo espanta pelo emaranhado de faces a compreender, de homogeneidade nela pouco se encontra. Sua biodiversidade em fauna e flora é das mais complexas do planeta, e ressaltam-se ainda suas extensões e massas aquíferas. Não por acaso hoje o desenvolvido capitalista do cone norte volta-se com os mais variados interesses para essa região do Brasil – apesar de historicamente ter sido território de exploração e disputa por nações de ponta. Acrescenta-se a isso o seu rico mosaico de etnias e culturas das mais variegadas. Mas também compreender o ecúmeno amazônico, para além de outros importantes focos, passa hodiernamente pela abordagem política de seus limites e dimensões, como também pelo advento no final do século XX do conceito de globalização, cujas facetas tornam-se mais acentuadas nesse período.

Ao tecer considerações sobre os interesses internacionais do capitalismo pela Amazônia brasileira, De Antoni (2010) faz uma digressão histórica, baseado em três momentos cruciais: em primeiro lugar, o ciclo da borracha, em seguida, a ampliação da fronteira amazônica e, por último, a concepção e realização dos grandes projetos. Apenas para situar o Brasil e sua região dentro desse processo, assinala-se brevemente esse caminho.

Com relação à fase inicial (1840), segundo De Antoni (2010), o Brasil assumiu uma posição central devido à grande demanda da *hevea brasiliensis*, importante fonte de matéria-prima para o processo de vulcanização e de pneumáticos. No segundo momento (1830-1980), a Amazônia com a expansão da sua fronteira tornar-se-á elemento-chave para o desenvolvimento do país, quando então é objeto de um planejamento regional. Seguindo esse raciocínio,

A visão nacional-desenvolvimentista que norteava a política econômica do país, se, de um lado, visava estimular uma planificação autônoma da produção interna através da industrialização substitutiva de importações, do outro, reconhecia pragmaticamente que isso teria sido inalcançável sem a contribuição dos investimentos e da tecnologia estrangeiros. De fato, o governo militar, cuja retórica

nacionalista constituía o aspecto central da própria política, considerava inquestionável e indispensável o suporte do capital internacional desde que o direito à propriedade dos recursos e à soberania sobre o território amazônico ficassem com o Brasil (DE ANTONI, 2010, p. 302)

Fica patente, diante desse discurso, que a retórica nacionalista brasileira era, sem dúvida, dependente e periférica, porque para desenvolver o país necessitava-se do capital transnacional, investimentos e tecnologia.

E o último momento (anos 80) é retratado por dois projetos de grande envergadura: o Programa de Desenvolvimento da Região Noroeste (POLONOROESTE) e o Programa Grande Carajás (PGC). Segundo ainda o autor, tanto um projeto quanto outro foram criticados por movimentos ambientalistas preocupados com a proteção ao meio ambiente e com as ameaças às etnias indígenas. Diante desse cenário de pressão internacional, o Banco Mundial juntamente com seus parceiros foram levados a impor a uma avaliação crítica que culminou em 1985 com a suspensão de financiamento dos projetos. De Antoni (2010) ainda conclui que

A força do movimento ambientalista internacional, particularmente amplificada pelos meios de comunicação ocidentais depois da morte de Chico Mendes, parecia oferecer o momento oportuno para reconsiderar a importância do meio ambiente e das populações tradicionais nas políticas econômicas regionais e mundiais enquanto o processo de globalização começava a dominar a cena internacional. (DE ANTONI, 2010, p. 303).

Esses três momentos, portanto, podem ser considerados marcos de um proto desenvolvimento econômico brasileiro que, em síntese, lança o Brasil no cenário das relações capitalistas internacionais, a culminar na sua globalização.

Como uma fênix que renasce das cinzas, o capitalismo mundial, diante de desafios, quase sempre encontra soluções que o façam respirar e mover novas estruturas. Nessa perspectiva, Silva (2007, p. 82) vai ressaltar que

A ameaça ecológica fazia parte do cenário turbulento que poderia comprometer o padrão produtivista ocidental, fundado numa racionalidade econômica, que tem como lógica a necessidade crescente de recursos naturais, a natureza servindo de suporte material, no sentido “utilitarista” para produção de mercadorias. A segurança ambiental global deveria ser equacionada como parte indissociável do processo de estabilidade política mundial, criando-se um consenso de que a destruição das florestas tropicais era um aspecto importante da crise do modelo de crescimento global.

Dentro de tal contexto, a “saída” criada pelo capitalismo configurado no bloco de poder hegemônico mundial foi definir uma governança ambiental global em torno da Amazônia para preservar e dar continuidade ao modo de produção ocidental, segundo a ideologia economia neoclássica, que entende os recursos naturais precipuamente como mercadoria.

Isso se expressa por novas conexões entre economia e política nos contextos nacional

e internacional (financiamentos descentralizados), passa por uma nova concepção do papel do estado, por uma sobrevalorização da natureza e por uma maior velocidade de transformação das atividades e dos territórios por efeito das redes técnicas (BECKER, 2004). Para essa autora,

O novo valor atribuído ao potencial de recursos naturais confere à Amazônia o significado de fronteira do uso-científico tecnológico da natureza e, em sintonia com a política da formação de grandes blocos supranacionais, revela a necessidade de pensar e agir na escala da Amazônia sul-americana. (BECKER, 2004, p.33-34)

Segundo essa nova visão de globalização do mundo capitalista, concebe-se um singular significado à questão ambiental na região amazônica, o qual está intrinsecamente associado à nova configuração geopolítica mundial.

Nesse sentido Becker (2004) afirma que “A Fronteira do Capital Natural” vai definir um novo significado para a Amazônia com

[...] um duplo patrimônio: o de terras propriamente dito, e o de um imenso capital natural. Na representação simbólico-cultural, o valor da região está condicionado pela centralidade que tem hoje no mundo a biodiversidade e a sustentabilidade da Terra. Diversos movimentos ambientalistas corporificados em organizações não governamentais (ONGs) estendem amplamente suas redes na Amazônia graças à telecomunicações, penetrando decisivamente no imaginário planetário. (BECKER, 2004, p. 35).

Dessa maneira, o olhar nada ingênuo dos grandes do capitalismo mundial vai centrar esforços na região amazônica com sérias justificativas de sua importância para o meio ambiente mundial. Torna-se, portanto, foco dos mais variados interesses, sobretudo do sistema financeiro global, leia-se Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento, que havia nos anos 80 liberado substanciais recursos para projetos infraestruturais e de produção na região. A autora enfatiza que tais projetos visavam ao conhecimento sobre o meio ambiente local, bem como sua proteção, além disso eram restritivos a financiamentos que degradassem os biomas característicos daquela região.

No fulcro desse processo, por trás dessa cooperação internacional, havia movimentos estratégicos individuais (nações específicas) esteados por teias de agentes ativos, explícitas ou camufladas que usaram de subterfúgios como *War on Drugs* na Colômbia, de acordo com Becker (2004). A referida autora aponta que o Brasil não ficou ausente desse processo, fortificou-se passo a passo e saiu de um isolamento, receando ingerências externas nos seus territórios. Nesse sentido, o país formatou e executou grandes projetos com o objetivo de proteger seu meio ambiente amazônico. Foram os seguintes: Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), o sistema SIPAM/SIVAM (proteção e vigilância da

Amazônia), o Programa Brasileiro de Ecologia Molecular da Biodiversidade Amazônica (PROBEM) e o *Large Scale Biosphere Atmosphere Experiment on the Amazon* (LBA).

Foi no início da década de 90, como referente de sustentabilidade, que o país alçou-se mundialmente como protagonista da parceria transnacional no que diz respeito às especificidades da biodiversidade amazônica enquanto espaço impactante sobre o meio ambiente da terra. Nessa direção, e segundo Silva (2007, p. 80).

A região é foco de interesses de forças políticas e movimentos locais, nacionais e transnacionais. Por isso, tem se projetado como palco estratégico de emergentes e expansivas rede de estados, grupos empresariais e organizações da sociedade civil, na perspectiva de alcançar uma condição de segurança e desenvolvimento sustentável que promova a integração regional à dinâmica do capitalismo nacional e internacional.

Pelo exposto, nota-se a emergência de um embrião de governança ambiental na Amazônia que, a partir desse momento histórico, vai cada vez mais consolidar-se como estratégia imprescindível para a proteção do seu meio ambiente.

2.3.5 Governança ambiental e desenvolvimento sustentável: algumas considerações

Para se compreender as necessárias relações entre governança ambiental e desenvolvimento sustentável na Amazônia, tem-se que atentar para o fato de que as ideias e valores do movimento ambientalista global se espalharam por governos, ONG, comunidades organizadas, inclusive as científicas, e empresariado em geral (VIOLA, 1998). De forma multissetorial, as preocupações com o meio ambiente, a partir da década de 90, se impuseram no cenário mundial, com reflexos importantes no Brasil. Segundo o autor, na linha dessa análise,

Considerando-se as questões de meio ambiente e desenvolvimento podem definir-se três clivagens principais na dinâmica política internacional: a primeira sendo entre as forças cujos interesses e orientação estão dentro do Estado-nação (Nacionalistas) versus as forças cujos interesses e orientação localizam-se na escala mundial (Globalistas); a segunda sendo entre as forças que assumem a proteção ambiental como uma dimensão fundamental a ser combinada com o desenvolvimento econômico (Sustentabilistas) versus as forças que são favoráveis ao desenvolvimento econômico sem consideração da proteção ambiental (Predatórios); a terceira sendo entre as forças favoráveis a certa redistribuição progressiva da renda a escala nacional e internacional (Progressistas) versus as forças conservadoras do ponto de vista social (Conservadores). A combinação de estas três linhas de clivagem permite diferenciar oito grandes forças atuantes no sistema mundial: Nacionalistas-Conservadores (NC), Nacionalistas-Progressistas (NP), Nacionalistas-Conservadores-Sustentabilistas (NCS), Nacionalistas-Progressistas-Sustentabilistas (NPS), Globalistas-Conservadores (GC), Globalistas-Progressistas (GP), Globalistas-Conservadores-Sustentabilistas (GCS) e Globalistas-Progressistas-Sustentabilistas (GPS) (VIOLA, 1996 apud VIOLA, 1998, p. 6).

Como está exposto acima, esse verdadeiro mosaico de tendências – suas três faces – vai abrir

um leque de novos posicionamentos que dizem respeito à relação entre economia e proteção ao meio ambiente. Isso, naturalmente, torna essa relação sobremodo complexa no que diz respeito à resolutividade de um desenvolvimento global sustentável, a ter em vista sua capilaridade ao se concretizar regional e localmente.

A prosseguir com a análise do autor, em meio a uma diversidade de posicionamentos que relacionam mercado, meio ambiente, Estado e globalização, o Brasil, quanto ao que tange ao seu lugar dentro desse quadro, mostra-se de forma quase insólita como um Globalista-progressista-sustentabilista.

Viola (1998) aponta as várias razões para essa posição brasileira e põe em destaque as seguintes. A primeira delas diz respeito ao declinante Nacionalismo-conservador e, por outro lado, ao ascendente Globalismo-conservador – isso, por sua vez, ficou patente na ideia de desenvolvimento sustentável incorporada pela opinião pública. A segunda fala da entronização de uma sensibilidade do então presidente Collor com relação à questão ambiental devido ao país ser detentor soberano de 70% da floresta tropical do mundo, o que tem um verdadeiro impacto sobre o potencial energético da biosfera. E, por fim, a tomada de consciência de vários segmentos sociais brasileiros de que uma das maiores biodiversidades do mundo merece ser protegida sob os princípios de um desenvolvimento sustentável.

A seguir a linha de pensamento do autor, tanto o Brasil quanto a maioria dos países encontram-se envolvidos em processos de transformações estruturais. O Brasil, particularmente, está a embater-se com vários desafios, especificamente aquele que diz respeito ao desenvolvimento sustentável. Portanto, o autor vai apresentar, como pano de fundo o quadro que está posto: dois cenários que teoricamente expressam eixos de desenvolvimento para o país. Ou seja, “[...] um é a continuidade do atual processo de Globalização-segmentada (que substituiu o modelo nacionalista vigente até 1990), o outro é a mudança para uma nova dinâmica de Globalização-integradora” (VIOLA, 1998, p. 18). Naturalmente, as evidências dessas duas vias estarão sujeitas a novas conjunturas vetoriais.

A caracterizar esses dois cenários, põem-se em destaque, segundo o referido autor, os seguintes termos. No que respeito à Globalização-segmentada, proteção ao meio ambiente como valor secundário – legislação confusa sobre a normatização de áreas, bem como procedimentos ineficazes, especialmente nas regiões Norte-Nordeste. E persistência em um tipo de desenvolvimento predatório com insulares preservações na Amazônia. A traduzir,

Supõe políticas clássicas de desenvolvimento, porém misturadas com incentivos descoordenados a sistemas produtivos sustentáveis nas margens e formas precárias de preservação de áreas consideradas marginais do ponto de vista econômico (VIOLA, 1998, p. 19).

Em essência, isso define, embora haja outras razões de segundo grau, não menos importante a perspectiva dita Globalização-segmentada.

Tangente ao cenário Globalização-integradora, Viola (1998) aponta a sustentabilidade ambiental como cerne de convergências de forças para o desenvolvimento dentro de um sistema produtivo que tenha como base uma eficiência de energia, que recicle materiais, controle os níveis de poluição e tenha um facies ecológico. E o foco em um desenvolvimento sustentável na Amazônia que implique uma robusta mudança de sentido da política de desenvolvimento, a qual deve estar esteada em bases que estimulem uma produção sustentável que contenha eficaz tecnologia e que também seja aberta ao capital e à cooperação internacional. O autor aduz ainda que

Neste esquema o zoneamento ecológico-econômico e as joint-ventures Estado-corporações transnacionais ocupam um lugar estratégico dividindo-se a Amazônia em quatro grandes subsistemas: áreas de desenvolvimento sustentável de alta tecnologia, áreas de desenvolvimento sustentável de limitada tecnologia/extratativismo, **áreas de preservação/turismo ecológico** e áreas de preservação radical. (VIOLA, 1998, p. 20, grifo nosso).

Nesse panorama, é fundamental pensar, por exemplo, o turismo em termos atuais, no que ele pode proporcionar de contribuição, dentro de uma arquitetura de governança para um desenvolvimento sustentável.

Para refletir nesses termos, é imprescindível que se volte o olhar para as relações entre democracia e governança para um turismo que seja, no bom sentido, dependente de uma concepção maior de sustentabilidade. No entanto, é mister que se faça uma pequena digressão histórica sobre o que significou para o Brasil o processo de redemocratização política, o que sem dúvida vai reverberar positivamente nos arranjos institucionais necessários para uma estruturação da governança em áreas protegidas.

Isso fica demonstrado quando se consultam as considerações, sobre o citado processo, de Araújo e Castro (2007), que afirmam categoricamente que “A sociedade civil passou então a ser vista como lócus para as transformações políticas necessárias a um novo ordenamento que possibilite a expressão dos diversos setores e segmentos sociais” (ARAÚJO; CASTRO, 2007, p. 11). Essa assertiva vai se revelar quando da necessidade de se construir uma governança democrática que vai pressupor uma ordem dependente de uma gama de atores sociais tangente à questão das áreas protegidas. As autoras vão corroborar essa afirmação ao dizerem que

As pressões dos movimentos sociais cumpriram papel fundamental na transição do país rumo à democracia. A estrutura centralizadora no processo decisório do país passou a ser por eles questionada, pois impedia o acesso dos segmentos organizados da sociedade às definições públicas e ao controle dos gastos públicos, o que resultou na exigência de mudanças nas instituições do Estado, para que abrigassem o controle mais direto das representações da sociedade. (ARAÚJO; CASTRO, 2007, p.11).

Adjunto à emergência dessa mobilização social, é importante que se diga que à época o Brasil estava em crise econômica e sua legitimidade de poder estava em xeque, o que o obrigou a criar mecanismos estratégicos que levariam a uma descentralização desse poder.

Viola (1998), por sua vez, vai caracterizar de certa forma a importância desse processo de redemocratização para o país ao afirmar que “[...] a democracia requer uma engenharia institucional que favoreça o interesse público, que não é o agregado de interesses particulares.” (VIOLA, 1998, p. 18). No entanto, para o autor, o conceito de democracia assume também outra dimensão, que se refere ao poder organizativo, articulador e vindicativo de grupos singulares. Essa dupla face da democracia, ao ver do autor, constitui uma contradição que, a depender de determinadas conjunturas, vai contra os interesses públicos, exatamente porque o poder constituído de grupos particulares prevalece. Isso fica explicado para o autor quando diz que

Esta dinâmica democrática de conteúdo particularista e curtoprazista afetou muito as possibilidades expansivas das forças sociais sustentabilistas. O ambientalismo não é produtor deste problema, porém, ele é um dos atores mais afetados porque a questão ambiental é uma questão pública por excelência. (VIOLA, 1998, p. 18)

Diante dessa contradição no seio da democracia, a questão ambiental corre riscos de tornar-se refém de processos de decisão de atores comprometidos ou não com a preservação ambiental.

E, novamente falando do processo de redemocratização no Brasil, este culminou em termos políticos com o advento da Constituição de 1988, que em seu artigo 1º prevê que: “Todo poder emana do povo, que o exerce indiretamente através de seus representantes eleitos, ou indiretamente, nos termos desta Constituição” (BRASIL, 1998, p. 23). Nesse contexto, é a partir desse princípio democrático que se inaugura um novo momento histórico no que se refere à inserção da sociedade, em exercício de cidadania, nos processos decisórios que dizem respeito à “coisa pública”.

2.4 Unidades de Conservação

O que se segue é uma discussão acerca da contextualização das UC na Amazônia; conceitos essenciais para a compreensão da realidade que enfatizam os parques nacionais,

aspectos da legislação ambiental e zona de amortecimento.

2.4.1 Contextualização e conceitos de UC

A pensar como Becker (2004), a singularidade das extensões da floresta amazônica foi salientada a partir do estabelecimento do povoamento no arco produtivo das partes leste e sul da região. Nesse sentido, a partir da metade dos anos oitenta, a autora afirma que ações foram encetadas no que diz respeito ao domínio do território entre os eixos, fruto da junção de processos e atores em níveis geográficos diversos. Em primeiro lugar, destacam-se os obstáculos de várias naturezas impostos pelas populações tradicionais à usurpação de seus territórios e identidades, a ter como símbolo maior o seringueiro Chico Mendes. No entanto, houve também as reivindicações de indígenas, ribeirinhos e de ex-colonos que se internalizaram naquele território.

Outros fatores, segundo ainda a autora, foram: o fracasso do nacional-desenvolvimentismo e a crise do Estado brasileiro. O que se sobressai nesse processo, em 1985, foi a implantação do Projeto Calha Norte e, paralelamente a isso, a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS); o surgimento de grupos de pressão ambientalistas nacional e transnacional, que apregoavam um novo padrão de desenvolvimento, o sustentável, que seria realizado via cooperação ambiental internacional técnico-financeira, que era praxe em todos os projetos de cunho ambiental; e a decisão das autoridades brasileiras, como resposta a essas pressões, em aceitar parcerias internacionais em torno de projetos, e ainda nesse sentido foram criado o Ministério do Meio Ambiente (MMA – 1993) e definida uma política ambiental para o país.

Becker (2004) evidencia a organização da sociedade civil nesse contexto, sobretudo devido aos conflitos dos anos 70 e 80, fundamental para reconfiguração de uma nova orientação de desenvolvimento, no caso, conservacionista, nascido de “baixo para cima”. Aqueles, como artifício, articularam-se em redes transacionais, a construir parcerias com igrejas católicas, ONG, agremiações políticas e governos.

Para a referida autora, o arco de forças ambientalistas inclina-se para um modelo especificamente endógeno. A partir disso foi criado o Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7), o qual fez referência aos projetos endógenos, a utilizar uma estratégia descentrada, a fim de trazer para si as reivindicações de caráter social.

A esse respeito, Silva (2007, p. 88) considera o PPG-7 como:

Marco emblemático da governança internacional na região, pelo formato inovador de cooperação entre governos, sociedade civil e comunidade financeira internacional, o [...] PPG-7 representa um esforço transnacional na tentativa de mitigar os efeitos perversos da pilhagem do capitalismo global. Sob forte impacto da opinião pública internacional, catalisada pela mídia (que mostrava insistentemente cenas de destruição das florestas amazônicas), animada por imagens de satélites, e pelas denúncias das ONGs ambientalistas do Norte, a reunião da Cúpula do G-7 [...], realizada em Houston, em julho de 1990, começou a desenhar as linhas de ação transnacional em relação à Amazônia, incorporando em sua declaração final varais considerações e compromissos sobre o tema das florestas.

Portanto, a Amazônia, a partir desse momento, começa a aparecer no cenário mundial como um bem global no conjunto da segurança humana, o que também remete a uma proposta de desenvolvimento sustentável tanto nacional quanto transnacional.

A retomarem-se os entendimentos de Becker (2004), hoje, já estão sendo feitos experimentos científicos que pressupõem a junção de projetos ambientalistas segundo uma direção “tecnológico-ecológica” de mudança regional, o que difere de uma orientação “tecnológico-industrial”, predominante na região amazônica. No que se refere à orientação “tecnológico-ecológica”, as culturas tradicionais foram fundamentais com suas ações inovadoras. Esta buscava, segundo a autora, a garantia da sustentação da vida por meio do acesso a terra e à floresta tropical, e, nesse ínterim, a Igreja não mediu esforços para alcançar esse objetivo.

Outrossim, na análise da autora, proteger a biodiversidade passa a se tornar explicitamente um objetivo de ONG, entidades religiosas e agências governamentais, com destaque às internacionais. Como resultado desse processo, diferentes estratégias de posse e gestão da terra foram criadas, como também, modos diversos de uso e proteção da biodiversidade, além de outros – prática social como base da pesquisa científica.

Entretanto, no que concerne à biodiversidade e à proteção do conhecimento de comunidades tradicionais, Shiva (1996, p. 15) evidencia que:

Na Índia, eles pensaram muito nisso também, porque a inovação viaja muito mais do que a terra. E apesar de haver essa impressão de que será uma planta exótica da Amazônia, que alguém vai poder patentear e criar uma inovação muito grande na prática, o que predomina no mundo é o patenteamento de plantas muito comuns, seja para a agricultura, ou as largamente utilizadas medicinalmente por milhões de pessoas em muitas partes do mundo. Então, por isso que é muito importante não ficar pensando só no sistema para o que é excepcional, para aquelas plantas exóticas, pois isto acaba fortalecendo o sistema que subverte os direitos coletivos e a apropriação desses direitos sobre o que é mais comum.

Assim, as observações de Shiva (1996) são esclarecedoras principalmente porque hoje a Amazônia, mais do que nunca, é visada internacionalmente por uma série de razões. No entanto, sem deixar de lado a importância da preservação de sua biossociodiversidade, é mister sempre atentar para o que está por trás de ações louváveis em termos humanitários e

que se relaciona com a preservação da natureza. Por sua vez, não se pode descartar que hoje o sistema capitalista está mais apurado no sentido de que determinados fins justificam meios espúrios – como exemplo o patenteamento ilegal de espécimes da biodiversidade mundial deve deixar tanto os governos quanto a sociedade civil sempre em alerta.

A continuar a análise de Becker (2004), são muitos os tipos de concentrações de caráter endógeno, no entanto os que se sobressaem são as áreas protegidas e os projetos de cunho comunitário alternativo. Estes praticamente mudaram a face da região amazônica, a defini-la como um experimento de um novo território-paradigma de desenvolvimento. No caso das aludidas áreas protegidas, estas se situam na floresta e estão associadas à demarcação de Terras Indígenas (TI) e às UC, a ser 22% de território amazônico ocupado por TI e 6% por UC.

No que concerne às populações indígenas, segundo a autora, estes atores vêm crescendo substancialmente “[...] sua população, sua autonomia e seu poder de barganha frente ao Estado e aos grupos econômicos, graças à sua organização, ao governo e ao apoio financeiro e técnico de ONGs e de instituições estrangeiras” (BECKER, 2004, p. 105). Portanto, para entender a realidade amazônica nos dias de hoje, faz-se necessário atentar para esta nova configuração de teor político, sobretudo no que concerne aos chamados povos da floresta.

Agora, no que diz respeito às UC, ainda em conformidade com Becker (2004), estas mantêm elos fortes com o Governo Federal, por via da FUNAI e do IBAMA, mais precisamente do ICMBIO, o que se distingue nas áreas protegidas. Entre as UC, destaca-se a criação das RESEX. Estas vieram institucionalizar um modelo inovador de reforma agrária e alternativo à colonização, mas que também convive com suas contradições.

A autora também relaciona projetos conservacionistas com interesses científicos, que é o caso do Projeto Mamirauá⁶, localizado na região do Solimões, no estado do Amazonas, cujo objetivo entre outros, é pesquisar as raras espécies endêmicas da fauna que sofrem ameaças de extinção. Ressalta-se ainda que o projeto desenvolve programas de ecoturismo e Mamirauá tornou-se atualmente uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), além de fazer parte do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

A referida autora ainda vai destacar certa proposta de UC (1996), chamada Corredores de Conservação ou Ecológicos: no lugar de insularidades de conservação, definem-se

[...] estruturas em rede, agregando às ilhas suas zonas-tampão e outras áreas sob

⁶ Sobre detalhamentos do Mamirauá, consultar site institucional.

graus variados de utilização humana, considerando as inter-relações entre o mosaico de áreas protegidas. Trata-se de grandes extensões de ecossistemas florestais biologicamente prioritários em número de cinco para a Amazônia[...]. (BECKER, 2004, p. 108-109).

A fazer-se uma rápida digressão, foi exatamente via projeto Corredor Tapajós- Abacaxis que foi estruturado o Centro de Visitantes e uma trilha do PARNAMAZONIA.

A seguir ainda a linha de análise de Becker (2004), o vetor tecno-ecológico vem sendo alimentado por várias iniciativas de caráter institucional; tais iniciativas têm resultado uma série de realizações, como, por exemplo, a criação, em junho de 2000, do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Esse instrumento categoriza as UC, bem como seus sistemas de manejo; e ainda abrange nas esferas federal, estadual e municipal as áreas protegidas, inclusive as particulares, e ainda especifica dois grupos de categorias de UC.

No grupo I, encontram-se as unidades de proteção integral das quais fazem parte: estação ecológica; reserva biológica; parque nacional; monumento natural e refúgio de vida silvestre. Já, no grupo II, que se refere às unidades de uso sustentável, são vistas as seguintes categorias: área de proteção ambiental; área de relevante interesse ecológico; floresta nacional; reserva extrativista; reserva de fauna; reserva de desenvolvimento sustentável; e reserva particular do patrimônio natural (Lei 9.985/00, art. 8º e art. 14). Portanto, é desse modo que se estruturam as UC e, por conseguinte, a categoria parque nacional, que é elemento chave do objeto deste estudo, do lado brasileiro.

Longe de representarem um problema apenas nas instâncias referentes às questões ecológicas e paisagísticas, as UC têm sido, conforme Simonian (2005) e nos últimos decênios mais recentes, também alvo de debates vinculados aos contextos e processos socioeconômicos e culturais. Segundo a autora, isso acontece, sobretudo, com relação às populações que as habitam ou em áreas denominadas entorno. Historicamente, esses enfoques surgiram a partir da tentativa de implementação de políticas e ações públicas que se concretizaram à custa de muita tensão, conflitos e casos de violência.

Para Simonian; Pinto; Campos (2007), na região amazônica a recorrência de situações que vão contra os direitos e interesses de seres humanos resulta em tensões que geram os mais variados conflitos, às vezes violentos, quando se trata de aspectos socioambientais e culturais, e afirmando que em

Realidades desta natureza têm sido muito comuns em UC, independentes de suas especificidades, inclusive como vem sendo posto por autores como Allegretti (2002), Campos (2005a, Pinto (2000), Quaresma (2003), Santoyo (1992) e Simonian (2003b, 2000). [...] E, ante a presença crescente de turistas e/ou de empresas ligadas a processos produtivos em UC (Gomes, 2005), contradições novas emerge junto a

tais habitantes.[...]. Do ponto de vista ambiental, sociocultural e turístico, a região em que se situa o PESMA⁷ e a APA Araguaiarevela contradições que implicam em aceitação difícil. A literatura especializada aponta essa realidade, o que se pôde documentar em campo (Campos, 2005b; Pinto , 2005; Serra, [1998]: Simonian, 2005a). O local encontra-se praticamente destruído pelo desmatamento e pelo fogo, isso tudo em função das impactações recentes infligidas pelas ações antrópicas. (SIMONIAN; PINTO; CAMPOS, 2007, p.1-3)

Mas, apesar de toda essa conjuntura de conflitos, segundo esses autores, há muito por pesquisar em termos estéticos, históricos e culturais, metamorfoseados em produtos turísticos para serem apreciados por autóctones e turistas. Entretanto, o que acontece na Amazônia não necessariamente pode ser estendido a outras áreas protegidas, exatamente porque as áreas estudadas são muito específicas quanto aos seus problemas de naturezas diversas, ou seja, não se pode desenhar um padrão geral.

Conforme os entendimentos de Coelho; Cunha; Monteiro (2009, p.76), as UC equivocadamente costumam ser observadas “[...] como objetos dados, áreas naturais, e não como objetos criados – concebidos, inventados, conflitantes –”. Para esses autores as UC são objetos construídos por uma determinada visão de mundo, são constructos culturais, e, por isso, as relações entre grupos sociais – tradicionais ou não – e recursos naturais – processos de mudanças de caráter social, ambiental e territorial – precisam ser estudadas e desveladas a sua sintaxe. Assim, essas UC, com relação ao seu processo de construção como objeto, têm muito a ensinar ao olhar investigador; abrangem universos que vão além do apenas dado como objeto de natureza.

Segundo esses mesmos autores, existe uma tendência por parte de pesquisadores em conceber as UC e seus contextos a partir de seu desenho territorial e a totalidade das relações que superestruturam territorialidades, a considerar o momento e o espaço definido. Suas análises passam também pelo desvelamento

[...] do arranjo institucional e os regimes de propriedades que fazem os territórios existirem. Nesse contexto, examinam os limites do controle territorial e ambiental e tentam explicar os embates entre atores sociais envolvidos e suas mudanças de estratégias e de táticas. Assim, as unidades de conservação são antes de tudo examinadas como territórios de exercício de poder habitados por grupos sociais com identidades territoriais, símbolos e marcas distintivas, já existentes ou (re)inventadas. (COELHO; CUNHA; MONTEIRO, 2009, p.76)

Depreende-se, portanto, o que está explicitado acima se coaduna com a visão de Bourdieu (2011) quando analisa as representações de poder, que são construções históricas e sociais e

⁷ Pesquisa realizada no sudeste do Pará: Parque Estadual Serra dos Martírios/Andorinhas – PESMA e na Área de Proteção Ambiental São Geraldo do Araguaia – APA Araguaia.

que vão dar sustentáculo a determinadas objetividades.

A retomar Coelho; Cunha; Monteiro (2009), numa visão interpretativa esses autores vão ater-se à compreensão de outros significados que superam o objeto investigado, a cotejar tais significados e submetê-los a uma análise que os vê

[...] como fato, condição e como campos de luta, ou seja, como não só, mas também espaços de rivalidades territoriais (lutas entre atores sociais: atores/moradores; atores/empresas, etc.) tanto quanto como instrumentos territoriais e ambientais, unidades que são partes de um processo global contemporâneo resultante de ações motivadoras/inibidoras e normas restritivas da expansão humana e econômica ou evidenciador de símbolos dos limites da exploração e da “proteção ambiental. (COELHO; CUNHA; MONTEIRO, 2009, p.76).

Nessa direção, há de se pensar na importância do conceito de governança ambiental como uma estratégia de poder ativa, moderadora e resolutiva de conflitos entre os mais diversos atores e suas mundivisões em torno de objetivos coletivos, em princípio.

Na sequência do raciocínio de Coelho; Cunha; Monteiro (2009), a se ter como perspectiva o viés geopolítico dos recursos naturais, pode-se pensar as UC como espaços estratégicos para a proteção e poupança de recursos naturais. Afirmam ainda esses territórios como garantia de reprodutibilidade de recursos renováveis, de assistência institucional, além de suporte governamental para o bem-estar das gerações futuras. Essas UC são também vistas, em conformidade com Banco Mundial, 1992; Wilbanks, 1994; Fernandes, 2002 apud Coelho; Cunha; Monteiro (2009), como fruto de decisões arquitetadas pelos Estados-Nações, que, por seu lado, sofrem pressões de redes não governamentais mundiais. E que têm como princípio a economia da escassez de recursos, a reduzir os espaços de proteção do meio ambiental.

Esses mesmos autores ressaltam que, consoante com a vertente da ecologia política, é necessário ser incisivo em dizer, segundo Dillfuss (1973 apud COELHO; CUNHA; MONTEIRO, 2009, p. 77) que “o domínio fundamental da geografia [bem como de outros ramos das ciências sociais] ainda é o estudo dos grupos humanos, das populações que organizam o espaço em que vivem e de que vivem esses grupos, em função de sua civilização”. Abstrai-se, portanto, que quaisquer que sejam as equações formuladas para se entender os espaços geográficos tem-se que privilegiar o X e Y humanos.

E, por final, esses autores vão enfatizar que na perspectiva de Santos; Silveira (2001) as UC são percebidas como “espaço vivido” ou “território usado” pelos grupamentos humanos (COELHO; CUNHA; MONTEIRO, 2009). Portanto, ao pensar a UC como ferramenta de gestão ambiental e territorial, é razoável se debruçar analiticamente sobre seus conflitos, relacionamentos e alianças entre grupamentos sociais e atores diversificados, fixados em determinados espaços definidos com unidade de conservação.

Em suma, as UC seriam, mais do que quaisquer importantes teorizações que se façam sobre elas, espaços, sobretudo, de convivência – conflituosa e harmônica a um só tempo – entre os seres humanos e a biodiversidade. E é exatamente por isso que há de se respeitar cada minúsculo detalhe – que pode ser sobredeterminante em dado nível de relacionamento – que faz parte dessa rede plástica de relações que são as UC.

No entanto, para Diegues (1997), muitos desses verdadeiros enclaves de conservação – teoricamente falando – nunca passaram de projetos estampados em papel. E, por outro lado, os que tiveram efetividade na sua implantação geraram tensões com as comunidades locais, que, de acordo a legislação vigente, deveriam ser reassentadas em outras localidades, e, quando isso acontece, é de forma lenta.

A disseminação da ideia de parques nacionais sem habitantes humanos, *originária* dos Estados Unidos, quando da criação de *Yellowstone* em 1872, revisita, por um lado, *o mito de paraísos naturais intocados*, similar ao Éden judaico-cristão, de onde, segundo a mitologia, foram desterrados Adão e Eva (DIEGUES, 1997). É também semelhante ao Jardim das Hespérides dos Gregos e das Ilhas Bem-Aventuradas medievais. Por outro lado, essa ideia tem por base o que Moscovici chama de *conservacionismo reativo* (DIEGUES, 1997). Tal *conservacionismo reativo* atribui à natureza somente virtudes e à sociedade os vícios. Foi um movimento teórico de reação ao culturalismo, o qual via o mundo natural como uma ameaça ao regresso do homem a um estado selvagem, que se deu no século XIX.

Para Diegues (1997), essa mitologia de natureza intocável ainda é recorrente em seu aspecto conservacionista, expresso em criações de parques naturais, o que ainda se dá, sobretudo, em países com remanescentes de populações tradicionais, cujas culturas são eivadas de simbologias visceralmente ligadas à natureza.

Em conformidade com o referido autor, está explícito um conflito entre visões de mundo diferentes na medida em que este considera que tanto na ecologia política quanto na *tout-court* o Estado cria espaços modernos e públicos dentro dos mesmos espaços onde se encontram populações de culturas tradicionais. Exatamente por isso, segundo Diegues (1997), essas populações – atores sociais concretos – são praticamente consideradas “invisíveis”, visto que estes não estão previstos na arquitetura dos planos de manejo, o que é um equívoco. Hoje, as políticas modernas relativas a parques sabem da necessidade de contar e de incluir as populações tradicionais residentes nesses locais para a própria manutenção da biodiversidade. E ainda não se pode mais descartar determinados saberes que são fundamentais para a aludida conservação da natureza.

Essa visão, seguindo ainda o raciocínio do autor, o novo ecologismo – “naturalismo”

de Moscovici – se expressa naqueles movimentos sociais cuja proposta tem como princípio “[...] o respeito à diversidade cultural como base para a manutenção da diversidade biológica, uma nova aliança entre o homem e a natureza, e a necessidade da participação democrática na gestão dos espaços territoriais” (DIEGUES, 1997, p. 317). Portanto, hoje em dia, está mais do que implícito que tanto a criação quanto a manutenção desses espaços onde pulsa biossociodiversidade não podem prescindir das populações humanas que nele habitam, muito pelo contrário, há que se respeitar sua relação com tudo que a envolve. E melhor, não se deve quebrar os elos dessa cadeia, visto que há um intrínseca interdependência entre eles.

Pode-se inferir que, embora essa reflexão do referido autor remonte a meados da década de noventa, ela continua atualíssima, visto que, nas pesquisas de campo, preliminares, desta autora, constatou-se essa visão de separação interexcludente entre homem e natureza, explicitamente falando: uma visão conservadora.

Com relação às áreas naturais protegidas, Diegues (1997) comenta também sobre interferências antrópicas negativas. No entanto, sem precisamente fazer certa diferença de interesses, de cunho econômico, exógenos e o desenvolvimento de atividades de grupos de moradores com uma parcela de responsabilidade na manutenção da biodiversidade local.

Para o autor, é fato que raras vezes a concepção de natureza intocável – ideia preservacionista – é encontrável, inclusive em biodiversidades tropicais. Diegues (1997), outrossim, deixa de lado tanto uma mundivisão utilitarista da conservação quanto uma visão de preservação no sentido estreito da palavra, o que garantiria apenas por isso a organicidade biológica. O autor defende que, por exemplo, em países não desenvolvidos, é *sine qua non* que as populações tradicionais participem e se integrem na preservação da biodiversidades.

Na concepção moderna de planejamento de áreas protegidas, o que já vem de longa data, deve-se considerar o estudo e a observação dos indivíduos específicos, bem como suas variedades que habitam a área; sua distribuição geográfica e fatores de competição intraespecíficos (TORRES; FIGUEIREDO, 2005). Mas não é isso o que se evidencia quando se depara com essas áreas que deveriam ser protegidas, pois, para esses autores,

Rude e parcial, o conhecimento sobre a Amazônia não é confiável para nortear as prioridades de escolha de áreas de preservação. Junta-se ainda o fato de as políticas ambientais para a Amazônia se pautarem por outro crivo: demografia e interesses econômicos são, na maioria das vezes, determinantes muito mais ativos do desenho espacial das áreas de preservação (TORRES; FIGUEIREDO, 2005, p.324).

Ainda para esses autores, o PARNAMAZONIA é uma demonstração cabal da subserviência do fator meio ambiente à gana econômica do capital. Para melhor esclarecer como as coisas

acontecem no que se refere ao citado parque, este, embora seja o pioneiro em termos de criação de parques na Amazônia, segundo os autores,

[...] se constringe com um curioso “dente” entrecortando suas formas geométricas. Em 1985, quase onze após sua criação, um decreto publicado durante o mandato do então presidente João Figueiredo redefiniu os limites do Parque, excluindo inexplicavelmente do perímetro uma área rica em calcário, de aproximadamente 6.000 hectares. Hoje, adjacente a essa área, está instalada uma fábrica de cimento do grupo João Santos, com licença para pesquisa mineral na área do “dente”. (TORRES; FIGUEIREDO, 2005, p. 324).

Infere-se, portanto, que a lógica do capital grande determina, até às vezes sub-repticiamente, a ingerência das ações na construção dos PARNA, sem dar prioridade ao que de mais essencial existe no lugar, sua biodiversidade e seu relacionamento com as comunidades humanas. Exemplar é o acontecido nesse parque – em termos de descasos – e da futura construção da Hidrelétrica de São Luiz do Tapajós⁸, a redundar em inundação de uma área grande e, por conseguinte, a perda irreparável de vidas, de espécies raras e muitas delas endêmicas.

Com relação à área de influência da BR-163, segundo Torres; Figueiredo (2005), ela é ainda mais carente, no que diz respeito ao seu conhecimento, do que o restante da região amazônica. Aliam-se desmatamento e desinformação sobre sua biodiversidade, embora alguns avanços tenham sido alcançados com levantamento de sua fauna e flora, conforme já colocado no item de caracterização da área.

Ao dar sequência à discussão de Torres; Figueiredo (2005), integram a área de influência da BR-163 32 UC, entre as quais 25 são de uso sustentável e comportam moradores. Além disso, sete são de uso indireto. Esses mesmos autores ressaltam que a questão do modelo mais adequado de proteção, tem sido objeto de polêmicas. Há os defensores da implantação de áreas de proteção integral sem a presença humana e aqueles que pugnam pela presença humana nessas áreas, pois afastá-la seria, muitas vezes, nefasto, tanto em termos sociais como ambientais. Assim, nesse mesmo raciocínio, independente de qual

⁸De acordo com Fearnside (2013), em seguida à aprovação da Licença de Instalação da Usina de Belo Monte, datada de 01 junho de 2011 – sem cumprimento dos condicionantes, e, por conseguinte, de modo irregular –, o foco das políticas energéticas passou a priorizar o rio Tapajós. Foram planejadas 13 barragens até o ano de 2019; sete barragens no Pará nos rios Tapajós – São Luiz do Tapajós, Jatobá e Chacorão – e Jamanxim – Cachoeira do Caí, Jamanxim, Cachoeira dos Patos e Jardim do Ouro – mais seis barragens no Mato Grosso nos rios Teles Pires – Teles Pires, São Manoel, Colider, Sinop e Magessi – e Apicás – Foz do Apacás. Já as oito barragens no Tapajós e Teles Pires formam uma hidrovia para escoamento de soja de Mato Grosso para Santarém. As metas para a Bacia do Tapajós foram aumentadas com o PDE 2019 e o Programa de Aceleração do Crescimento-2 (PAC 2), de março de 2010, que inseriam mais duas barragens: Jardim de Ouro, no rio Jamanxim e Chacorão no rio Tapajós. A que causa mais polêmica é a de Chacorão, porquanto vai inundar 18.721 ha da TI dos Munduruku. Esta, por sua vez, comporta duas funções: armazenar água e fazer o rio navegável, também para o transporte de soja, o que declara a força econômico-política para aprovação de projetos com evidentes impactos socioambientais danosos. Uma demonstração deletéria de construção de “barragens em série”. Sem falar que áreas de unidades de conservação – federais e estaduais – seriam parcialmente inundadas.

modelo de conservação esteja em jogo, o fato é que não se definiu ainda uma forma melhor de refrear processos de destruição ambiental a não ser criando reservas.

Corroborando com esses autores Fearnside (2013, p. 2), quando afirma o seguinte:

Apesar da sabedoria convencional de que “parques de papel” representam um grande mal, eles desempenham, na realidade, um papel importante no processo de conservação na Amazônia. Decretar áreas como reservas dos vários tipos antes de ter fundos adequados do governo para “implantar” as unidades, inicia[*sic*] um processo que pode conduzir a obter os recursos. Se fosse esperar ter verbas adequadas para implantação antes de decretar a reserva, o resultado prático seria que muito poucas reservas seriam criadas porque o governo raramente tem verbas adequadas, até mesmo para as suas próprias despesas operacionais. Na medida em que se aproxima a fronteira de desmatamento, o custo aumenta dramaticamente, e as invasões tornam a criação de reservas politicamente impossível. Frequentemente (mas não sempre), apenas a presença do parque de papel intimida muitos invasores.

Tanto Torres; Figueiredo (2005) quanto Fearnside (2013) constatam que, apesar das imperfeições em vários níveis, tanto do planejamento quanto da criação de UC, estas são necessárias, pois garantem um mínimo de preservação da biodiversidade. Bruner et al. (2001 apud TORRES; FIGUEIREDO, 2005) reforçam esse posicionamento quando utilizam de um argumento irrefutável: as imagens produzidas por satélites mostram de forma terminante que os PARNA coíbem ações de degradação do meio ambiente. Por outro lado, a grande angular, que define essas imagens, passa longe dos conflitos humanos e de suas consequências, que são gestados nesses interiores, cujas populações os carregam quando de seu êxodo forçado para outras paragens próximas ou longínquas.

Segundo Diegues (2001), a criação de PARNA brasileiros espelha-se no padrão norte-americano, cujo princípio basilar exclui a presença do homem, como já citado anteriormente. E, nesse sentido, essa seria a forma de resguardar as belezas naturais das consequências do paradigma de desenvolvimento capitalista (TORRES; FIGUEIREDO, 2005). É ilustrativo o que esses autores tomam como referência, ou seja, o PARNAMAZONIA. Afirmam que, como a maioria dos PARNA – à época de sua implantação –, ele era habitado. No entanto, são facilmente identificadas as más gestão e fiscalização. Além disso, o referido parque padece de uma série de problemas de degradação da natureza, assim como é oprimido pelo seu entorno.

No entendimento de Castro Júnior; Coutinho; Freitas (2009), os problemas mais comuns, quando da implantação de UC, se dão na desarticulação entre as escalas geográficas e locais, que têm objetivos distintos. Isso tem por consequência a não resolução de problemas, principalmente das populações tradicionais, por parte da política de proteção.

2.4.2 Aspectos da legislação ambiental e os PARNA

Historicamente, segundo Barros (2000 apud DIOS; MARÇAL, 2009), grupos ambientalistas espalhados por todo o Brasil propugnavam pela urgência de uma lei que viesse a sistematizar os processos de criação e gestão de UC. Emerge assim, no ano de 1992, a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação(SNUC), por meio do Projeto de Lei 2.892/92, que tramitou no Congresso Nacional por longos oito anos, transformando-se na Lei Federal nº 9.985/00.

É no artigo 2º, inciso I, dessa lei que se define UC

espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. (BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000).

Considerar-se apenas a essência dessa lei para uma compreensão do seu significado, ou seja, ater-se ao *strictu sensu* desta, não se chegará ao seu entendimento. O seu desvelamento maior só será interiorizado quando de sua aplicação no concreto, i.e, quando a execução dessa lei for se defrontar com os moradores da área em questão, pois ali é um espaço mesclado de história, cultura, hábitos arraigados, biodiversidades, incontáveis saberes e de questões atinentes à sobrevivência das gentes. Aí, então, o sentido lato é percebido, principalmente no que respeita a visões de mundo diversas e conflituosas.

É a partir da definição, portanto, dessa lei que o SNUC classifica e categoriza as UC, conforme já demonstrado inicialmente, na abordagem teórica sobre UC.

No caso do PARNA, que está no grupo das unidades de proteção integral, seu objetivo é:

[...] a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. (BRASIL. Lei nº 9.985/00, de 18 de julho de 2000)

E, ainda, são de “[...] posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei” (BRASIL. Lei nº 9.985/00). Além disso, existem normas e restrições à visitação pública e com relação à pesquisa científica, ambas dependem da autorização do órgão gestor da unidade. E mais, as UC dessa categoria podem estar na esfera de poder tanto estadual quanto municipal.

Há que se reconsiderar, de forma semelhante ao que foi observado quando se tratou da definição de UC, que o que está explícito na lei é também passível de controvérsias quando esta vai se defrontar com a realidade local, i.e, quando determinados atores sociais são

atingidos na sua percepção pelo que a lei define.

Cabe mencionar que, embora o SNUC tenha, em 2000, classificado e categorizado os parques nacionais, a primeira definição de parques foi dada pelo Código Florestal, de 1934, que os vê

[...] como monumentos públicos naturais que perpetuam, em sua composição florística primitiva, trechos do país que, por circunstâncias peculiares, o mereçam. Assim, o primeiro parque nacional brasileiro foi criado em Itatiaia, em 1937, com o propósito de incentivar a pesquisa científica e oferecer lazer às populações urbanas. (DIOS; MARÇAL, 2009, p. 180).

Percebe-se nessa definição que à época não havia, pelo menos no Brasil, uma compreensão, no sentido amplo da palavra, do significado de biossociodiversidade. Esses territórios naturais estavam como que distantes da sociedade e como se estivessem ali apenas para serem contemplados como belezas naturais. Apesar dessa visão algo ingênua, segundo a definição acima, causa estranheza o fato de que, passado um razoável tempo da definição atual do SNUC, precisos 66 anos, essa percepção do que é um parque de certa forma ainda persiste.

Para ilustrar o que está sendo afirmado, a autora reporta-se ao PARNAMAZONIA, que, segundo informações colhidas e posteriormente apresentadas neste trabalho, continua não fazendo parte da vida da região como deveria, a considerar as poucas atividades desenvolvidas naquele espaço. Tem-se, assim, um “monumento público” pouco compreendido na sua importância, enquanto um espaço vital para o binômio homem-natureza. Além disso, quando se analisa a definição dada pelo SNUC, percebe-se nitidamente uma contradição na sua essência. Como falar de preservação, de beleza cênica, de biodiversidade, se está previsto que uma área grande do citado parque e outras adjacentes vão ser inundadas para dar lugar à Usina Hidrelétrica de São Luiz do Tapajós?

Ainda se pode dar outro exemplo, também ilustrativo, do PNCM, que foi criado em 2005, mas até hoje, 2015, não está aberto oficialmente à visitação pública.

Dios; Marçal (2009), ao citarem Diegues (1996), vão observar que o número de parques nacionais evoluiu de forma algo lenta, pois foi somente em 1944 que foi criada uma seção de Parques Nacionais do Serviço Florestal, via Decreto Federal nº 16.677. Este tinha como objetivo a orientação, fiscalização, coordenação e elaboração de atividades programadas para os PARNA, além de sua conservação para pesquisas científicas, práticas educativas e recreativas. E mais, promover estudos da biodiversidade local, bem como estudos geológicos das áreas onde estão situados. A ter em consideração a gestão dos parques, esta, até 1967, era feita pelo Ministério da Agricultura, depois a responsabilidade passou para o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). Segue-se que, a partir de 1989, o

IBAMA, que sucedeu o IBDF, passa a ser responsável pelas UC, no âmbito federal.

Ao fazer-se um percurso da trajetória de criação dos PARNA, segundo o acima colocado, percebe-se uma evolução conceitual do significado do que seja um parque e sua importância social; agora, nota-se claramente esse avanço na conceituação quando se vai além de perceber um parque como um simples “monumento”.

De acordo com os registros de Dios; Marçal (2009), as regiões Sul e Sudeste foram privilegiadas com a criação de parques nacionais, o que se deu até os anos 60. No entanto, por causa da expansão da fronteira agrícola para a região amazônica, em conformidade com Diegues (1996 apud DIOS; MARÇAL, 2009), foram criadas UC naquela região.

Hoje, ainda segundo Dios; Marçal (2009) são o Decreto Lei Federal nº 84.017, de 19 de setembro de 1979, a Lei 9.958/00 – que constituíram o SNUC – e ainda o Decreto federal 4.340/02 que regem os parques nacionais brasileiros.

Esses autores supracitados apresentam duas vertentes interpretativas com relação à evolução da legislação dos parques brasileiros, bem como aos seus princípios de gestão. A primeira, cita Drummond (1997), diz que o modelo brasileiro é reflexo de países europeus e dos Estados Unidos. E na segunda, de Dourojeanni (1997), muito pelo contrário, o modelo brasileiro possui suas próprias singularidades, inclusive considerado mais rigoroso do que os modelos daqueles países (DIOS; MARÇAL, 2009). Ainda conforme Dourojeanni (1997 apud DIOS; MARÇAL, 2009), a diferença essencial está em que os modelos norte-americano e europeu visam ao planejamento e à gestão territorial: e o brasileiro, sobretudo, à conservação.

Portanto, Parque – no contexto Amazônico, objetivamente pensando – é conservação e desmatamento; beleza cênica e desafetação; inclusão social e exclusão; conflito e harmonia; plano de manejo e inação; objetivos conservacionistas e interesses capitalistas; perpetuação da biodiversidade e extinção de espécies; lei e descaso; planejamento e inoperância; saber e desconhecimento; inércia e dinâmica; mito e realidade; presente e futuro.

2.4.3 Zona de amortecimento (zona-tampão ou entorno): considerações gerais

Em termos históricos, segundo Dios; Marçal (2009), a Resolução CONAMA nº 13, de 1990, é a primeira disposição legislativa que se refere à zona de amortecimento. Tal resolução diz que, nas áreas que circundam as UC, num raio de dez km, quaisquer atividades que possam interferir no sistema ecológico local deverão de forma obrigatória ter a licença do órgão ambiental responsável.

Entretanto, mais recentemente, em 2010, essa Resolução foi revogada pela de nº 428,

que afirma no inciso segundo:

Durante o prazo de 5 anos, contados a partir da publicação desta Resolução. O licenciamento de empreendimento de significativo impacto ambiental, localizados numa faixa de 3 mil metros a partir do limite da UC, cuja ZA não esteja estabelecida, sujeitar-se-á ao procedimento previsto no *caput*, com exceção de RPPNs, Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e Áreas Urbanas Consolidadas. (BRASIL, 2010a, p. 805).

Percebe-se uma redução significativa do raio da zona de amortecimento, o que eventualmente poderia causar problemas entre o parque e essas áreas exógenas, pois, a depender do que exista nessa zona – frações de sua extensão –, quer esteja a dez ou a três km, encontrar-se-ão problemas bem específicos. Tais singularidades podem vir a interferir na relação do que está dentro com o que está fora do parque.

Gomes (2010) vê o entorno como uma área dinâmica, ali são encontradas fortes atividades de cunho socioambiental, as quais podem ser geradoras de uma cadeia de conflitos relacionados à depredação dos recursos naturais. O autor ainda especifica que ali há uma concentração humana diversa, o que pode ser esteio de articulação entre atores sociais que tenham a finalidade de instituir “[...] políticas e projetos que possam ser absorvidos pela UC. Para isso, a ideia de sustentabilidade em atividades econômicas a serem efetivadas no entorno surge como algo necessário para a manutenção das UC” (GOMES, 2010, p.235). Wiedmann (1992 apud GOMES, 2010) afirma que é por via do objetivo de beneficiar as populações que se constituirão de modo concreto os PARNA, sem malefícios de ordem social ou descaracterização de paisagens.

Gomes (2010) ainda considera que não há solidez de conhecimento sobre a importância, no relacionamento com o parque em si, do entorno. Por isso, aponta que tem havido discussões em torno da perspectiva de seu uso sustentável, para amainar diversos impactos ao meio socioambiental no interior das UC.

Afirma também que o entorno, pela sua caracterização, persiste em ser desafiador para políticas de variegados matizes, porque comumente não é priorizado como espaço de desenvolvimento. Gomes (2010) conclui que espaço bem específico se constitui como problema tanto para gestores quanto para moradores. E ressalta que há uma transparente confusão entre funções sociais a desempenhar por esses atores.

Em conformidade com Vio (2001 apud DIOS; MARÇAL, 2009), zonas de amortecimento são áreas periféricas às UC, mas contemplam a presença humana com suas atividades, com a ressalva de não desvirtuarem os fins conservacionistas e tendo como prioridade sua autossustentabilidade. Ressalta ainda a importância dessa “periferia”, tanto que

atualmente pesquisadores variados vêm realizando nesses locais seus estudos, como MacKinnon (1981); Sayer (1991); Klemm (1992); Orlando (1997); Vio (2001) e também a presente autora.

Na Amazônia, destaca-se a pesquisa de Gomes (2007), que investigou o turismo e seus principais aspectos no entorno do PARNA do Cabo de Orange, no estado do Amapá. O autor conclui que:

[...] os resultados obtidos mostraram que, no geral, o turismo ainda está muito longe de ser uma realidade operante nesse entorno. Principalmente, porque as comunidades locais, as vilas Velha do Cassiporé e Cunani não apresentam infraestrutura física e social para um trabalho de turismo [...]. (GOMES, 2007, p. 259).

Gomes (2010) enfatiza também que para este PARNA estão sendo direcionadas políticas públicas que preveem articulações com a sociedade civil por meio da participação. Cita o caso das vilas supracitadas, no que diz respeito a seu potencial de desenvolvimento sustentável, apesar de essas políticas não priorizarem a biossociodiversidade.

Por sua vez, Quaresma (2008, p. 165) afirma que:

[...] no momento em que se buscam novas modalidades de gestão e de diálogo entre os diversos atores sociais, em que o planejamento de UC, as diretrizes e as políticas ambientais são questionados, há necessidade de um repensar da política de áreas protegidas, frente às mudanças globais.

De fato, há que se pensar em novas articulações de ideias, bem como em sua aplicabilidade estratégica, visto que esses espaços estão sujeitos a transformações que são reflexos de globalizações. De conformidade com Magalhães (2002 apud QUARESMA, 2008), utilizar as áreas de UC, bem como de seu entorno com objetivos turísticos pode significar um artifício para a realização desses, segundo uma concepção de sustentabilidade. Isso se faz sentido, pois os eventuais relacionamentos institucionais entre Estado, sociedade civil e empresas privadas não têm resolvido as questões mais fundamentais.

Quaresma (2008) ainda vai tecer reflexões no sentido de que as articulações oriundas desses relacionamentos ganhariam, sem dúvida, em substância, se atentassem para uma “[...] troca de saberes, a disseminação da informação e a capacitação de recursos humanos, além da congregação de esforços entre as atividades que têm no uso dos recursos naturais sua principal razão de ser” (QUARESMA, 2008, p. 165). Isso remete à necessidade de instituir-se instâncias de governança para dirimir problemas e encontrar soluções adequadas ao contexto.

O Brasil, por ser um país continental, apresenta no mínimo dois exemplos de áreas bem características no que diz respeito às zonas de entorno das UC, segundo Orlando (1997):

uma primeira, denominada florestada, e outra, povoada. Essa tipificação leva o referido autor a dizer que as florestas naturais e as de áreas protegidas praticamente não se distinguem. Portanto, tem-se a pretensão de consolidar zonas de amortecimento, é imprescindível que se criem estratégias com o intuito de evitar mudanças fundiárias, o que vai, de certa maneira, prevenir eventuais ocupações da terra.

2.5 Turismo

2.5.1 Abordagem conceitual

Ao iniciar a discussão acerca da conceituação de turismo, há de se considerar, dada a complexidade dos muitos significados que esse vocábulo possui, a afirmação de Almeida (2008, p. 17):

[...] conceito não tem definição. Conceito tem significado, ao contrário do termo ou da palavra, que podem ser definidas em verbetes, em glossários, e em enciclopédias. O conceito não é exatamente dicionarizado e mais consiste num instrumento de análise em tudo dinâmico e referido a autores que disputam a legitimidade de acioná-lo. Conceito implica nessa relação e em mudança de significado. Em virtude destes aspectos dinâmicos não pode ser enquadrado numa definição frigidificada, tampouco *[sic]* pode ser lido como sinonímia.

Nesses termos, o autor evidencia a necessidade de se considerar o contexto e a própria dinâmica em que um conceito pode ser construído, à medida que este amplia seu significado, como elemento de discussão. Conforme posto por Cooper (2001, p. 14), “[...] existem inúmeros problemas para identificar o setor turismo e incorporar todas as considerações em apenas uma definição. Isto, por sua vez, tem implicações em posicionar o turista e a atividade que ele ou ela executa, ou seja, o turismo”. Tal assertiva implica, por sua vez, o caráter generalizante e, portanto, restrito do turismo.

Em uma discussão sobre a “ampliação dos significados do turismo” realizado por Coriolano; Leitão; Vasconcelos (2009, p. 29), os autores afirmam que:

A atividade do turismo vem sendo historicamente associada aos modos de produção do trabalho industrial, comercial e financeiro, nos diversos mercados internacionais. Dentro dos paradigmas modernos, o turismo transfigurou-se, indo de lazer para as elites até tornar-se atividade massificada. Foi transformado em mercadoria barata, invenção da sociedade de consumo, transfigurou-se, revelando, pelos significados e pelos dilemas, a complexidade das sociedades contemporâneas.

Os autores ainda enfatizam que esses significados foram introduzidos no século XVIII, no período do pós-segunda guerra, portanto, adquiriram “ares” de modernidade e “[...]”

submetendo-se às representações sociais suscitadas pelo imaginário moderno. Desse modo, os discursos político, econômico e acadêmico chamam de “indústria” a atividade turística, com o objetivo de dar-lhe status de vigor e importância social.[...]” (CORIOLANO; LEITÃO; VASCONCELOS, 2009, p. 34). Esse entendimento, portanto, constitui uma possibilidade de fortalecimento dos possíveis sentidos que o turismo possa adquirir, ao longo dos tempos e de acordo com as suas abordagens aplicadas a definidos contextos.

A constatação dessa afirmação pode ser encontrada em Youell (2002, p. 28) que evidencia o problema de se encontrar um consenso em torno de uma definição para o turismo e “Isso se deve, em parte grande, a dois fatores principais: à natureza ampla do tema e ao fato de a indústria do turismo abranger numerosos setores industriais, que, embora diversos, estão inter-relacionados”. Nessa direção, Rejowski (1996) aponta o interesse de cada disciplina em analisar o turismo de acordo com sua interpretação e põe em destaque, nesse sentido, a Economia, a Sociologia, a Psicologia, a Geografia, a Antropologia, o Direito. E, ainda, segundo Youell (2002, p. 28-29), a problemática turística – sua conceituação – se conecta com

[...] Planejamento, Especialização em Negócios, Economia Política apenas para citar algumas, será fácil entender a dificuldade do acordo sobre uma definição viável. No lado da indústria, setores tão diversos quanto hotéis, centros de lazer, departamentos governamentais de planejamento, companhias aérea, órgãos de preservação e proteção, agências de viagens, museus, fornecedores de meios de transporte e centros de entretenimento, todos têm direito de ser incluídos em qualquer definição de turismo

Nesse contexto, o conceito, no caso de turismo, é um “instrumento de análise em tudo dinâmico” (ALMEIDA, 2008, p. 17), a disputar a validade de acordo com os seus autores.

Por sua vez, Goeldner; Brent Ritchie; McIntosh; (2002, p. 23) na tentativa de formular uma conceituação para o turismo, dada a abrangência da atividade, elencam quatro grupos que devem ser considerados. O primeiro é o “turista”, que procura experiências objetivando satisfazer suas necessidades físico-mentais, fato este que culminará com a seleção dos destinos turísticos das atividades a serem desenvolvidas. Em segundo, estão “as empresas fornecedoras de bens e serviços” que vislumbram a possibilidade de lucros ao oferecer seus produtos ao mercado consumidor. O terceiro grupo é o “governo da área ou comunidade anfitriã”, que considera a economia “sob suas jurisdições”, a renda, a receita e os impostos advindos da atividade. E, por fim, a “comunidade anfitriã”, que visualiza empregos, cultura e a interação com os visitantes internacionais.

A incluir-se, portanto, os aspectos acima e, ainda, segundo esses autores, o turismo

[...] pode ser definido como a soma de fenômenos e relações originados da interação

de turistas, empresas, governos locais e comunidades anfitriãs, no processo de atrair e receber turistas e outros visitantes. [...].

O turismo é um composto de atividades, serviços e setores que proporcionam uma experiência de viagem: estabelecimentos de transportes, hospedagem, alimentação, compras, entretenimento, locais para atividades e outros serviços de hospitalidade disponíveis para indivíduos ou grupos que estejam viajando para longe de onde vivem. Ele engloba todos os prestadores de serviços a visitantes e correlatos.

(GOELDNER; BRENT RITCHIE; MCINTOSCH, 2002, p. 23)

Evidencia-se, assim, a amplitude da atividade turística e ressalta-se aqui que “[...] 52 setores da economia estejam diretamente ligados ao turismo [...]” (BRASIL, 2015), sobretudo nos núcleos receptores e nas movimentações que envolvem esse conjunto de fatores inerentes ao setor. Nessa direção, constitui-se, então, em um combinado mais amplo de relações de caráter econômico, político, social, cultural e ambiental, decorrente da multiplicidade de redes de relações estabelecidas entre sujeitos (turistas, visitantes e população local) organizações, quer sejam públicas ou privadas, e ambiente físico, a efetivar, assim, a prática do turismo.

Beni (2000) explicita alguns elementos essenciais para a compreensão do fenômeno do turismo, por considerar a impossibilidade de muitos autores de anunciá-lo de modo correto “[...] e, por isso, preferem observar invariavelmente seus aspectos parciais ou, pelo menos, algumas de suas realidades isoladas” (BENI, 2000, p. 37). Destacar-se-iam, então, as seguintes especificações de delineamento do turismo:

1) Qualquer deslocamento ou viagem torna-se condição essencial para que haja turismo. Logo, o movimento que este enseja se vincula ao significado do termo *tour* “viagem em círculo; deslocamento de ida e volta” que se inicia no século XVIII. *Tour*; mais tarde, dá origem aos vocábulos: *tourism* e *tourist*;

2) Viajar significa sair do seu lugar de residência, ir para outro local. O tempo de ausência desse lugar fixo se constitui em uma das variáveis fundamentais na “caracterização e classificação do fluxo [...] e a solicitação do equipamento receptivo na destinação da viagem. [...] combinada com a anterior – a permanência – e somada à de comportamento de gastos do turismo no local [...]” são basais ao entendimento das estruturas do “tráfego turístico”;

3) Não basta a questão do espaço/tempo de uma viagem para designar a existência de turismo, principalmente quando este diz respeito a pessoas que viajam muito sem, contudo, fixar residência. Por fim, o último elemento refere-se ao,

4) Objeto do turismo, que se constitui no conjunto de equipamentos receptivos e no “[...] provimento dos serviços para a satisfação das necessidades do turista, que se denomina empresa de turismo, complexa, e, em sua maioria, responsável pela produção, preparação e distribuição dos bens e serviços turísticos. [...]”. O autor, também, conceitua “bem turístico”

como “[...] todos os elementos subjetivos e objetivos ao nosso dispor, dotados de apropriabilidade, passíveis de receber um valor econômico, ou seja, um preço”.

Ao considerarem-se todos estes parâmetros, o autor, ainda, agrupa os bens turísticos em:

1. *materiais* (monumentos, museus, galerias de arte, praias e outros) e *imateriais* (clima, paisagem e outros);
2. *imóveis*(terrenos, casas, hotéis, museus, galerias e outros) e, *movéis* (produtos gastronômicos, artísticos e artesanais);
3. *duráveis* ou *perecíveis* (artesanais ou produtos gastronômicos);
4. *de consumo* (bens que satisfazem diretamente as necessidades dos turistas) e *de capital*(os que são utilizados para a produção de outros bens);
5. *básicos, complementares e interdependentes*;
6. *naturais* ou *artificiais*

Os serviços turísticos, destinado à satisfação das motivações, necessidades e preferências do turista, podem ser assim classificados:

1. *receptivos* (atividades hotelereiras e extra-hoteleiras);
2. *de alimentação*;
3. *de transporte* (da residência à destinação turística e no centro receptor);
4. *públicos* (administração turística, postos de informações, etc.);
5. *de recreação e entretenimento* na área receptora. (BENI, 2000, p. 38, grifo nosso).

Assim, tem-se o produto turístico que se constitui em um “[...] conjunto de bens e serviços unidos por relações de interação e interdependência que o tornam extremamente complexo” (RUSCHMANN, 1995, p.11). Isso remete, também, às motivações que levam um indivíduo a escolher uma destinação turística, que podem ser motivos diversos, tais como: descanso, interesses culturais, conhecer novas pessoas, contemplar a natureza, participar de eventos, praticar de esportes de aventura e muito outros.

Entre essas motivações, o segmento que mais tem crescido é a busca pela natureza, mais precisamente o ecoturismo, que, em conformidade com Dias (2003, p. 104), “[...] procura fomentar a sustentabilidade e a preservação do meio ambiente natural. No âmbito da economia turística, é o setor que mais cresce, considerando todos os seus segmentos”. A seguir, discorre-se sobre este segmento: o ecoturismo.

2.5.2 Ecoturismo em áreas protegidas

De acordo com Brasil (1994, p.7), tem-se a seguinte definição para o Ecoturismo:

[...] é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio cultural e natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações.

Nessa definição oficial do governo brasileiro, percebe-se nitidamente a intenção de trazer a

discussão da sustentabilidade como forma de garantir a proteção de ecossistemas, por via do turismo, além de trazer benefícios para as populações.

Como bem coloca Paula; Rabinovici (2010), no início dos anos noventa começa a acontecer um olhar mais cuidadoso no sentido de orientar o que seria o ecoturismo praticado em locais que apresentavam potencialidades para essa prática. Embora para esses autores todo um aparato de políticas ambientais visando à proteção de certas reservas naturais tivesse acontecido há dez anos no Brasil (Floresta Amazônica, Mata Atlântica, Cerrado, Pantanal, e Caatinga), todas elas passaram a ser protegidas por lei como as UC. E em decorrência

[...] da legislação em vigor (Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC), é permitida a visitação somente nos parques nacionais, estaduais e municipais, em espaços destinados à visitação; nas reservas de desenvolvimento sustentável; nas áreas naturais tombadas pelos órgãos de preservação e nas áreas de proteção ambiental nas quais a visitação é controlada; e nas reservas particulares de patrimônio natural. É importante ressaltar que o ecoturismo não se limita às UCs, uma vez que existem muitas áreas naturais com potencial turístico. (PAULA; RABINOVICI, 2010, p.179)

Assim, observa-se que o ecoturismo pode ampliar seu raio de atuação para além de uma área protegida o que significa possibilidade de transformar as potencialidades em produto turístico desde que haja um envolvimento ativo e efetivo das comunidades locais, a torná-las cogestoras dessas áreas e atividades.

A propósito, Pinto (2000, p. 56) cita em suas pesquisas que na região amazônica a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em parceria com outros órgãos, “[...] vêm projetando estudos sobre o desenvolvimento sustentável da região e estado do Pará, com ênfase no desenvolvimento de atividades como o ecoturismo nas unidades de conservação”. O autor ainda ressalta que essa atividade, tanto no debate teórico quanto na prática, é apontada como prioritária

[...] para desencadear o desenvolvimento sustentável e melhorar as condições de vida da população, essencialmente se for desenvolvido nas unidades de conservação. Aliás, é nessa direção que apontam os estudos de Molina (1988), Boo (1990, 1995), Boullon (1993), Oxinalde (1994), Brandon (1995), além de muitas propostas institucionais. (PINTO, 2000, p. 56)

Depreendem-se, portanto, aceções acerca de um turismo mais “ecologizado” em áreas protegidas constituídas institucionalmente e que realmente possa contribuir para a melhoria de vida da população que mora no entorno dessas áreas.

Cruz (2008, p. 141), por sua vez, corrobora com essa discussão quando afirma que

As políticas de turismo na Amazônia são pautadas pelo discurso do desenvolvimento sustentável, pois a partir da década de 1990 o campo do turismo foi minado pelo discurso ambientalista, surgindo inclusive segmentos específicos do turismo que trabalham e aproveitam os recursos naturais e culturais enquanto produtos, o caso do ecoturismo.

Nota-se que, na Amazônia, apesar de toda sua potencialidade para o ecoturismo e das inúmeras UC, pouco são os exemplos de sucesso quando se trata dessa atividade. Para Fearnside (2012, p. 2)

Tanto o setor público como o privado tem papéis na conservação amazônica. Alguns tipos de atividades, tais como operações de ecoturismo, são inerentemente mais eficientes se feitos pelo setor privado. Organizações não-governamentais têm se mostrado intermediários essenciais entre órgãos governamentais, tais como o IBAMA, e as comunidades locais em unidades de conservação. O Parque Nacional do Jaú (com um arranjo de co-gestão com o IBAMA e a Fundação Vitória Amazônica) e o Parque Nacional Serra do Divisor (com um arranjo semelhante com SOS Amazônia) são os melhores (e praticamente os únicos) exemplos.

De fato, a discussão sobre o socioambientalismo tornou-se evidente na região, a partir de políticas que direcionaram para a possibilidade de “políticas desenvolvimentistas” pautadas em atividades produtivas, como o ecoturismo. Entretanto, tem-se a priorização de atividades predatórias em detrimento das ditas sustentáveis. Em face disso, pode-se perceber que não há, efetivamente, um interesse por parte dos governos em desenvolver a atividade ecoturística na Amazônia, de um modo geral.

A retomar-se o entendimento de Paula; Rabinovici (2010, p.179), quanto à regulamentação e certificação do ecoturismo, as ações realizadas no âmbito público, a partir do planejamento até outras iniciativas de caráter político, podem ser tidas “[...] como métodos preventivos para o desenvolvimento da atividade turística [...]”. Desse modo, cita-se Fennel (2002 apud PAULA; RABINOVICI, 2010, p. 179): “[...] a necessidade em assegurar que produtos e serviços turísticos estejam baseados em desempenhos apropriados e sustentáveis retorna as discussões acerca da atividade ecoturística”. Portanto, ressalta-se que, após a definição de uma política para o ecoturismo, uma vez que esta é realizada em ambientes frágeis, pode-se implementar ações que visem assegurar resultados satisfatórios que beneficiem tanto a comunidade quanto o turista.

Ainda de acordo com os autores, a certificação “[...] é um mecanismo não governamental, independente, de controle de produtos e destinos turísticos baseado em avaliação de desempenhos sociais, econômicos e ambientais [...]” (PAULA; RABINOVICI 2010, p. 179). Os autores evidenciam que foi criado em 1999 “[...] por uma coalizão de ONG,

iniciativa privada, universidades, comunidades, operadores, governos e especialistas da área o Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável (CBTS)”. O que resultou, portanto, na concepção de “padrões de sustentabilidade” que culminaram num sistema de certificação nacional. Entretanto, alegam que tal processo está estagnado desde 2009 em virtude de vários fatores, entre eles a dificuldade de formação de uma equipe de avaliação capacitada.

Os parques nacionais, bem como outras áreas naturais, na condição de espaços públicos, servem de base para o ecoturismo, tal atividade se coloca num setor mais amplo, o privado, visto que há nele uma finalidade que é a de gerar lucro para impulsionar tanto seu desenvolvimento como a manutenção (PAULA; RABINOVICI, 2010). Fennell (2002 apud PAULA; RABINOVICI, 2010, p.180) questiona até que ponto gerir parques públicos é, de fato, algo lucrativo, uma vez que os orçamentos são escassos. No entanto, ele também comenta que, assim como a gestão destes “não está sujeita à filosofia do mercado”, a prática do ecoturismo nessas áreas é pertinente, pois ela gera renda para cobrir as necessidades, pelo menos em partes para garantir a manutenção das áreas, desses parques.

Sherman e Dixon (1991 apud PAULA; RABINOVICI, 2010, p. 180) apontam para certos mecanismos com os quais seria possível viabilizar recursos com o turismo nessas áreas: “[...] cobrança de entrada aos usuários, taxas de estacionamento, taxas de concessão para as empresas que fornecem bens e serviços aos usuários, *royalties*, taxações e donativos provenientes dos visitantes”. Embora os autores aleguem que alguns possam apresentar aspectos negativos, o certo é que a cobrança além de eficiente à sustentabilidade do ecoturismo é passível de cobrir custos. Entretanto, para que isso aconteça, é necessário que sejam considerados aspectos essenciais tanto do parque quanto da comunidade e, também, daqueles que fazem visitas, segundo variáveis interesses.

A considerar ainda a assertiva de Paula; Rabinovici (2010, p. 181) acerca do tema

A formação de parcerias por meio de processos de terceirização, co-gestão e privatização entre o setor público e a iniciativa privada também pode ser uma alternativa para a fomentação da atividade turística com o objetivo de maximizar a eficiência na gestão dos serviços, diminuir as atividades-meio administradas ou executadas e realocar os recursos governamentais existentes. Ainda assim, a escolha por essas parcerias deve ser avaliada criteriosamente, pois o setor privado se preocupa unicamente com a lucratividade e, portanto, as premissas e práticas poderiam entrar em conflito quando desenvolvidas ao mesmo tempo.

No Brasil, em 2010, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) lançou licitação de serviços públicos em 11 Parques Nacionais⁹, com o intuito de incentivar o

⁹ O prazo de concessão será de 10 anos e as unidades de conservação contempladas no primeiro lote de licitação são os PARNA do Iguaçu (PR), da Tijuca (RJ), de Abrolhos (BA), Fernando de Noronha (PE), da Restinga de

ecoturismo e a conservação de áreas protegidas (INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, 2010). De acordo com o presidente do ICMBIO, Rômulo Mello, a contrapartida das concessionárias¹⁰ será o investimento na infraestrutura e conservação das áreas pois:

Identificamos um conjunto de serviços que podem ser feitos em cada área, avaliamos a viabilidade econômica e então faremos as concessões baseadas nestes resultados. Queremos, com isso, que essas unidades sejam fonte de emprego e renda, que sejam conhecidas e protegidas pela população (INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, 2010, não paginado).

Por certo, torna-se uma questão delicada, sobretudo quando há interesses e lógicas diversos e adversos. Assim, qualquer decisão a ser tomada nessas áreas pelo setor público deve, necessariamente, primar pelo diálogo entre os atores envolvidos, uma vez que, em tais interlocuções, todos podem ser beneficiados pela atividade ecoturística.

2.5.3 Ecoturismo em Parques Nacionais

Kinker (2002, p. 55) afirma que mundialmente a realidade dos Parques Nacionais, embora com suas mais diversas peculiaridades: “[...] localização, biodiversidade, populações do entorno e grau de desenvolvimento do país de origem, [...]” parece obedecer de um mesmo dilema: ameaça à sua preservação. Logo, para a autora, se antes era problema, hoje possui caráter de dilemas. E entre eles destacam-se os “[...] problemas socioculturais de competição no uso dos recursos da área protegida [...]” chegando até a questões de caráter administrativo-institucional, por causa da escassez de verba. A autora ainda aponta que houve um momento em que os órgãos gestores dessas áreas chegaram a considerar que o impacto ambiental mais desastroso era o causado pelo acesso permanente de pessoas.

A saber, ninguém discute que esses parques recebem um fluxo crescente de visitantes, conforme posto por Boo (1995 apud KINKER, 2002, p. 55), incentivados especialmente pela propagação, na mídia, visto que todas elas vendem pacotes de viagem deslumbrantes, de natureza intocada. Como consequência, a visitação a essas áreas tem aumentado e concorrido para o desgaste de locais cujas condições nem sempre se adequam ao desejo do visitante.

Jurubatiba (RJ), do Caparaó (ES), da Serra dos Órgãos (RJ), de Ubajara (CE), Sete Cidades (PI), Itatiaia (RJ), e da Chapada dos Guimarães (MT). Essa política faz parte do programa Turismo nos Parques do Ministério do Meio Ambiente em parceria com o Ministério do Turismo (Governo, 2010). Nota-se que os parques amazônicos não foram incluídos.

¹⁰ Este modelo de concessão é utilizado em parques norte-americanos, australianos, costa-riquenses, sul-africanos e neozelandeses.

Segundo Kinker (2002), o ecoturismo tem sido bastante desenvolvido em áreas protegidas e deve, portanto, ser norteado por princípios de conservação. Devido a isso, faz-se necessário desenvolver políticas de incentivo à atividade, a permitir que todos recursos, então, sejam investidos nas áreas passíveis de visitação.

A autora lembra ainda que em países com parques e AP, como Equador, Costa Rica e Ruanda, o ecoturismo já está consolidado. Como contraponto cita o Brasil, onde tanto as áreas protegidas nacionais como as estaduais carecem de recursos humanos qualificados e de um maior número de pessoal efetivo, além do que, na maioria deles, a infraestrutura deixa a desejar. Inclusive aponta que em alguns casos inexistente o plano de manejo, o que impossibilita, por exemplo, que alguns programas específicos, como o de uso público, se desenvolvam, com critérios, uma vez que podem ter seus objetivos de conservação comprometidos, até pelo próprio turista.

Por sua vez, Pimenta; Cezar (2009, p.186) afirmam que

Vários parques ainda são fechados à visitação, que seria premissa obrigatória ao desenvolvimento do ecoturismo no local, sob argumentos de escassez de recursos financeiros e pessoais ou pela falta de objetivo traçado na política de criação do parque. Para Pádua (2000), isso é parte de um ciclo vicioso em que a ausência de visitação inviabiliza uma reestruturação da região com o fim de se promover o turismo.

A considerar as tendências nacionais de criação de áreas protegidas, Simonian (1999 apud SIMONIAN, 2000, p. 27) conclui que os “Parques Nacionais e outras áreas de reserva foram criados em âmbito federal, mas quase sempre de um modo autoritário, ou seja, desrespeitando os interesses das populações tradicionais, quer fossem indígenas ou não”. Depreende-se daí o pouco interesse em, de fato, implantar o ecoturismo em parques, considerando ser esta atividade prevista na legislação, isto é, criam-se essas áreas, entretanto, estas, muitas das vezes, caem no “esquecimento” das autoridades competentes.

A retomar o raciocínio de Kinker (2002), a renda dos parques é formada a partir da entrada de dinheiro deixada pelos visitantes, o que significa condição precípua. Sem o visitante, o aporte de financiamento para a manutenção dessas áreas não acontece. A partir de sua própria experiência, a autora justifica a necessidade de visitante, uma vez que esse seria o principal mantenedor dos parques.

A autora relata que dificilmente haverá controle sobre essas áreas, sem que haja: “[...] a cobrança de ingressos, sem planilhas que organizem as visitas e o número de visitantes para cada área, e sem normas que sejam cumpridas por operadores, guias, turistas e administradores das unidades [...]” (KINKER, 2002, p. 56), o que acarretaria, sem dúvida, descontrole das atividades. Resulta daí que algumas consequências negativas, como a

educação, informação e geração de renda, restam capengas. Certamente, há uma carência de um olhar mais centrado sob como seria se a população local estivesse envolvida na atividade turística, de modo que ela participe e se torne uma aliada na conservação do parque.

A reforçar a assertiva de Kinker (2002), Pimenta; Cezar (2009, p. 188) constataram:

Uma pesquisa feita pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) mostrou que, em 2005, havia 23 parques atualmente com infraestrutura mínima para receber visitantes no Brasil e que de todos os visitantes de parques nacionais, 72% estão concentrados nos parques da Tijuca e do Iguaçu (Brasil, 2007). Apesar do grande número e da diversidade de parques, o Brasil não ocupa uma posição de destaque na América Latina em relação ao desenvolvimento do turismo, e apenas o Parque Nacional do Iguaçu é considerado rentável.

Evidencia-se, portanto, um considerável descaso com os parques criados em território nacional. Isso reflete ao que Simonian (2000, p.33-34) afirma sobre a problemática na Amazônia, quando conclui que “Ultimamente, tende-se a enfatizar o turismo como a solução para o desenvolvimento das áreas de reservas, quer em suas versões ecológica, histórica e/ou etnocultural”. Então, para a autora, a situação torna-se crítica, e toma como exemplo os danos socioambientais causados pelo turismo nos PARNA Pakaás Novo e Monte Roraima. Ademais em diversas situações projetos são elaborados, mas na maioria das vezes não saem do papel.

Ao citar Wall (1997 apud KINKER, 2002,p.57), Kinker enfatiza a necessidade de implantação de “[...] estratégias de planejamento e manejo para o desenvolvimento adequado das atividades turísticas em áreas protegidas, afim de que se potencializem os benefícios e diminuam as chances (que são grandes) de ocorrerem impactos negativos”. E, no entendimento da autora, há que se fazer uma espécie de engajamento de caráter “[...] intersetorial ativo e balanceado, no qual participem administradores de parques, planejadores, conservacionistas, operadores de turismo, comunidades locais, ONG, agências financiadoras e os próprios turistas” (KINKER, 2002, p.57). Diante de tal cenário, torna-se impossível qualquer tentativa de sucesso sem atuação desses atores sociais.

Corroborando com Kinker no que diz respeito a essa questão, Ceballos-Lascuráin (1999, p. 27) diz que:

Problemas crônicos, como a falta de orçamento e a falta de mão-de-obra especializada de muitas áreas protegidas, especialmente em países em desenvolvimento, poderiam finalmente começar a ser resolvidos, se fossem criados mecanismos adequados para fazer jorrar os dólares do turismo dentro dos sistemas de parques nacionais. Além disso, a pobreza alarmente de muitas áreas rurais do mundo poderia talvez diminuir, caso fossem elaboradas as fórmulas certas para envolver as comunidades locais no processo ecoturístico.

Entretanto essa “solução” encontrada pelo autor parece não se adequar muito à realidade brasileira e sobretudo à amazônica, pois outras questões como os conflitos de terra existentes e a implantação de hidrelétricas nessas áreas parecem ser bem maiores do que meros problemas administrativos e financeiros. O autor ainda afirma que, dada às pressões muitas das vezes sofridas pela atividade ecoturística nessas áreas, essa poderia ser expandida para outras áreas protegidas.

Em síntese, para que o ecoturismo seja sustentável, carece na sua essência de um tratamento multidisciplinar. Nesse mesmo raciocínio, Pinto (2008, p.229) aponta que “[...] a formação acadêmica do profissional tende para a inter e a multidisciplinaridade. O que requer uma visão holística das especificidades de cada região, para evitar as famosas “adaptações”, que muitas vezes tornam inviáveis o desenvolvimento turístico”. Isso retoma a opinião de Ceballos-Lascuráin (1999) quando evidencia que somente assim pode-se vislumbrar a implantação e execução da atividade ecoturística em uma área protegida. O que significa que a importância dos setores governamental e privado, das comunidades locais, das ONG e dos turistas é condição fundamental para a atividade, que necessita de um arco de aliança, em decorrência de sua complexidade e do seu impacto na área.

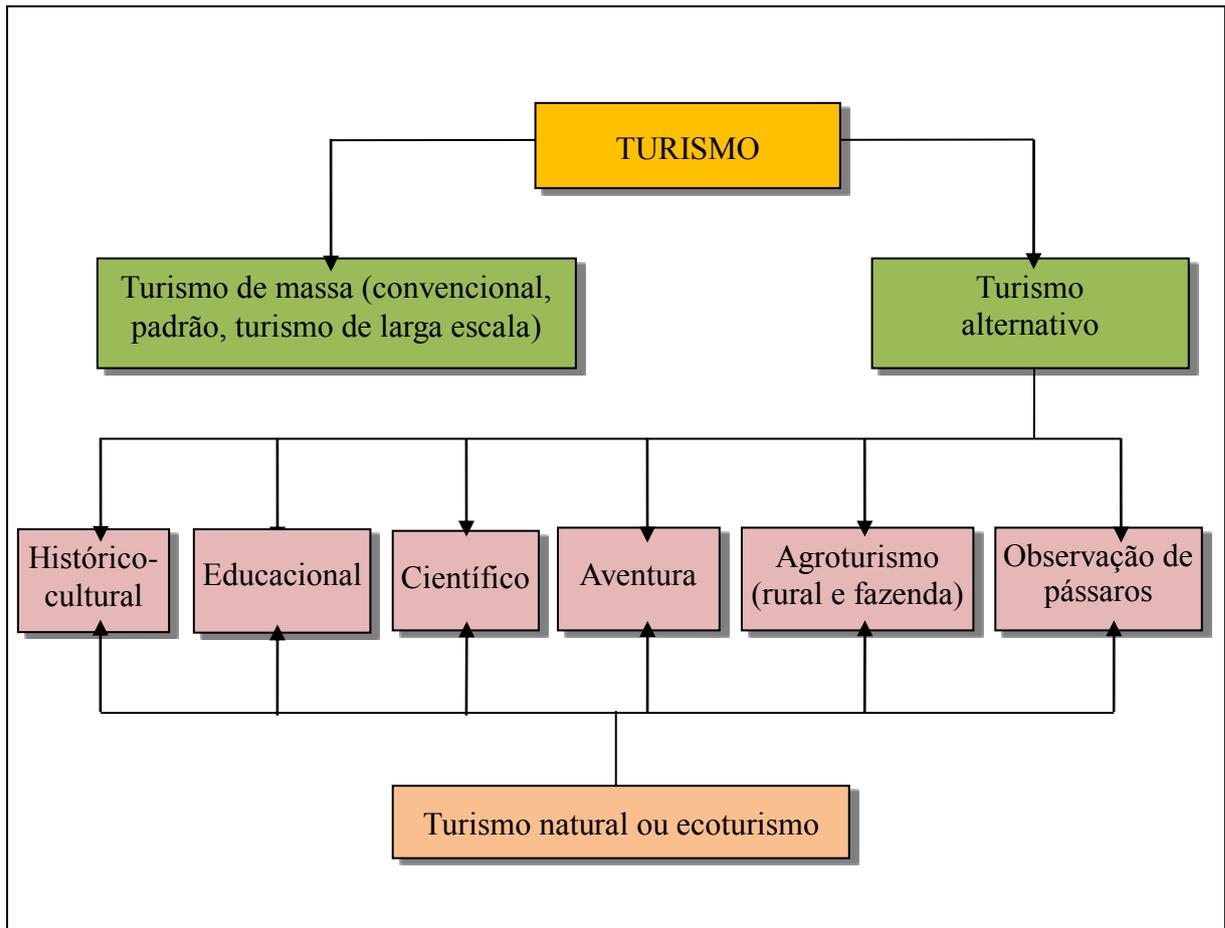
2.5.4 Segmentação em ecoturismo

Apesar de existirem autores variados¹¹, que tratam da fundamentação teórica sobre a segmentação em ecoturismo, optou-se por Facó; Neyman (2010), que são considerados por esta autora sobretudo pontual com relação ao trabalho que está sendo ora desenvolvido.

Foi a procura por turismo alternativo que ensejou o surgimento de caráter social, natural e cultural, uma vez que sua conservação segue princípios de sustentabilidade. Por consequência, esse tipo de turismo organizou segmentos variados decorrentes da motivação dos indivíduos adeptos do ecoturismo. Desse modo, os autores seguiram a classificação de Mieczkowski (1995 apud Facó; Neyman, 2010) e estabeleceu as seguintes vertentes para o turismo alternativo, turismo natural ou ecoturismo: cultural, educacional, científico, aventura e agroturismo, conforme se pode visualizar na Figura 1. Esta autora acrescentou a observação de pássaros, que é uma atividade do PARNAMAZONIA e do PNT.

¹¹ BOULLÓN, R. (1993); MCKERCHER, B. (2002); WERRING, S.; NEIL, J. (2001) dentre outros.

Figura 1 - O turismo alternativo



Fonte: Mieczkowski (1995) apud Facó; Neyman (2010, p. 51), com adaptações da autora (2013).

Em conformidade com Brasil (2008 apud FACO; NEYMAN, 2010, p. 50, grifo nosso), o turismo **cultural**: “[...] compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura”. O autor chama a atenção para possível discussão que geralmente acontece entre turismo histórico e cultural, que redundaria no termo “turismo histórico-cultural”, os quais de certa forma destacam tanto a história como a cultura. E que, por sua vez, permitiria a valorização de ambos no tocante às suas diversidades enquanto patrimônio material e imaterial.

Segundo o autor citado, o turismo histórico-cultural “[...] se relaciona com o ecoturismo pelo fato de que este último tem, como um de seus pilares, a integração com as comunidades locais” (FACO; NEYMAN, 2010, p. 51). Relatam que esse tipo de turismo só traz benefícios quando for capaz de promover a “valorização de culturas tradicionais”.

Convém ressaltar que, nesse tipo de turismo histórico-cultural, os autores citam o turismo arqueológico como sendo originário do já citado termo e utilizam o conceito de

Manzato; Rejowski (2005 apud FACO; NEYMAN, 2010, p.51), quando evidenciam que:

consiste no processo decorrente do deslocamento e da permanência de visitantes a locais denominados sítios arqueológicos, onde são encontrados os vestígios remanescentes de antigas sociedades, sejam elas pré-históricas e/ou históricas, passíveis de visitação terrestre ou aquática.

Acrescentam ainda que o turismo **arqueológico** abre possibilidades para a revelação de “[...] culturas e civilizações atuais e antigas se revelem ao visitante, o que promove assim o respeito à diversidade e propicia a conservação, por meio do resgate do passado e dos costumes das sociedades precursoras das atuais” (MANZATO; REJOWSKI, 2005 apud FACO; NEYMAN, 2010, p. 52, grifo nosso).

O turismo **étnico** como turismo alternativo revela não só “[...] os costumes e a identidade de outras etnias, tais como indígenas e agrupamentos quilombolas com heranças culturais e/ou históricas e características próprias que os distinguem dos demais”. No entendimento de Cardozo (2005 apud FACO; NEYMAN, 2010, p.52, grifo nosso), essa modalidade “[...] relacionada às experiências turísticas cujo atrativo seja a cultura de uma comunidade que se construiu e se representa fora das culturas centrais ocidentais, independentemente de uma comunidade ser autóctone, ou transplantada”. Cabe ressaltar, no entanto, que se torna inconveniente supervalorizar ou inferiorizar tudo o que está relacionado à cultura e à tradição, pois estas são dinâmicas e estão em contínuo processo de transformação.

Nesse tipo de prática, o turista, além de buscar uma relação intrínseca com a comunidade a ser visitada, pode também ter contato com as tradições de seus antepassados, a envolver-se mais com as pessoas e seus modos de vida.

Quando se fala em turismo **educacional** ou **pedagógico**, deve-se considerar que sua finalidade visa à promoção dos estudos teóricos com a prática, a qual pode ser vivenciada *in loco* pelos alunos. Tal vivência torna-se benéfica, uma vez que alia lazer ao conhecimento e promove, assim, educação ambiental e reconhecimento de culturas diferentes (FACO; NEYMAN, 2010).

No que diz respeito ao turismo **científico**, leva-se em consideração que as viagens geralmente são voltadas para pesquisas de campo ou ainda participações em eventos científicos cuja preocupação se volta à conservação das áreas, uma vez que servem de objeto de estudo do pesquisador. Essa assertiva é referendada por Pellegrini Filho (2000, p.275) que diz que esta “Modalidade de turismo praticada por cientistas [...] que realizam estudos em diferentes áreas, apoiados principalmente pela biodiversidade da região”. Nos três *loci* desta

pesquisa, é constante a presença de estudiosos dos mais diversos campos científicos.

Diferentemente dos outros tipos de turismo, o de **aventura** é direcionado a um segmento de pessoas que buscam mais “adrenalina”, uma vez que suas atividades são práticas ao ar livre, daí ser designado como se fosse um tipo de ecoturismo. Conforme (COSTA et. al., 2002, p.44 apud FACO; NEIMAN, 2010, p. 54) o turismo de aventura é definido como o “[...] segmento do mercado turístico que promove a prática de atividades de aventura e esporte recreacional, em ambientes naturais e espaços urbanos ao ar livre, que envolvem técnicas e equipamentos específicos, a adoção de procedimentos para garantir a segurança pessoal e de terceiros e o respeito ao patrimônio ambiental e sociocultural”. Quanto às atividades que esse tipo de turismo apresenta, destacam-se: *rafting*, rapel, *mountain bike*, *trekking*, arborismo, entre outros.

Apesar de o turismo de aventura realizar-se, em sua maioria, na natureza, ele não deve ser visto como ecoturismo, como costumam vender as agências/operadoras de turismo. Há práticas de aventura que se dão em locais construídos e, portanto urbanos. Já, no ecoturismo, tem-se a natureza como “ator principal”. Quanto à contribuição que este pode trazer se praticado com bom senso, é o de “[...] provocar alguma mudança de postura no praticante com relação à valorização do ambiente [...]” (FACO; NEYMAN, 2010, p.51) o que resulta nas mais variadas emoções.

Para Faco; Neyman (2010, p. 55, grifo nosso) “O turismo **rural** é uma prática em crescimento que acumula consigo o desenvolvimento social e econômico de diversas áreas rurais”. E, segundo o Ministério do Turismo, essa atividade pode ser definida, por excelência, como um “conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometidas com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade” (BRASIL, 2003, p.11). Ao comentar tal definição Faco; Neyman (2010 p.55) evidenciam a proposta de oferta de “[...] serviços, produtos e equipamentos, tais como hospedagem, transportes, alimentação e eventos, que utilizam o meio rural dotado de práticas agrícolas, cultura, biodiversidade, construções, entre outros”. Observou-se, por exemplo, que, na região onde estão localizados os parques ora em pesquisa, existem áreas propícias para o desenvolvimento desse tipo de turismo.

O **agroturismo**, hoje tão em voga, se relaciona em alguns momentos ao conceito de turismo rural, a diferenciar-se, todavia, em suas peculiaridades. Para Silva et al. (1998, p. 21 apud FACO; NEYMAN, 2010, p. 55, grifo nosso), o agroturismo é “[...] um processo de agregação de serviços e bens não materiais existentes nas propriedades rurais (paisagem, ar puro etc.) a partir do “tempo livre” das famílias agrícolas, com eventuais contratações de

mão-de-obra externa”. Por sua vez, Pires (2002, p. 3 apud FACO; NEYMAN, 2010, p. 56) afirma que esse é “[...] um segmento do turismo em áreas rurais que se localiza em fazendas preferencialmente ativas, podendo o turista participar das diferentes atividades agropecuárias”. Assim, a pessoa que opta por este tipo de turismo tem por motivação natural uma relação com o meio agrícola e todas as culturas e costumes dele derivados.

Um novo tipo de turismo é apresentado por Moreira (2008, p. 69, grifo nosso). Trata-se do **geoturismo**, “[...] uma segmentação turística sustentável, realizada por pessoas que têm o interesse em conhecer mais os aspectos geológicos e geomorfológicos de um determinado local, sendo esta a sua principal motivação na viagem”. E por fim, a autora evidencia que:

De qualquer forma, o ecoturismo, turismo de aventura, turismo técnico científico, geoturismo, entre outros, podem estar vinculados, visto que os meios interpretativos voltados aos aspectos geológicos podem ser utilizados por qualquer uma das modalidades de turismo praticadas em áreas naturais. (MOREIRA, 2011, p. 26)

E ainda destaca uma diferenciação entre o ecoturismo e o turismo convencional, quando diz que o primeiro pode ser analisado como um segmento do turismo responsável, que atende a “critérios e princípios” elementares de sustentabilidade.

Cabe ressaltar, que independente das diversas possibilidades de turismo que possam ser desenvolvidas no âmbito dos PARNA, é de fundamental importância que o ecoturismo se integre ao propósito maior daquela área, que seja de conduzir não apenas a proteção das áreas em questão, mas, sobretudo, o desenvolvimento socioeconômico que poderá gerar às comunidades que vivem no seu entorno, bem como da região onde estas estão localizadas.

Esse processo não pode prescindir da efetiva participação das comunidades e dos atores sociais com vistas à superação da sempre presente ameaça da “Tragédia dos Comuns”, defendida por Hardin (1968), bem como do “Dilema do Prisioneiro” por meio da premissa da cooperação (OSTROM, 2001) entre os atores, condição *sine qua non* para o alcance de uma governança ambiental que cumpra o papel de vetor de conservação e melhoria da qualidade de vida dos partícipes do entorno e do processo.

A governança está intrinsecamente vinculada aos princípios democráticos e valores coletivos com vistas à superação dos interesses particulares em prol do bem comum. Desse modo, vislumbra-se que, apesar das adversidades e complexidades próprias do desafio de gerir de maneira compartilhada os bens comuns, é possível contemplar que a teoria e a prática são passíveis de conciliação. E é esse o norte que permeia a presente tese centrada em três UC, que a seguir se expõem.

3 PARQUE NACIONAL DA AMAZÔNIA: PERSPECTIVAS GEOAMBIENTAIS, HISTÓRICAS, ECONÔMICAS, SOCIOCULTURAIS E OUTRAS DISCUSSÕES

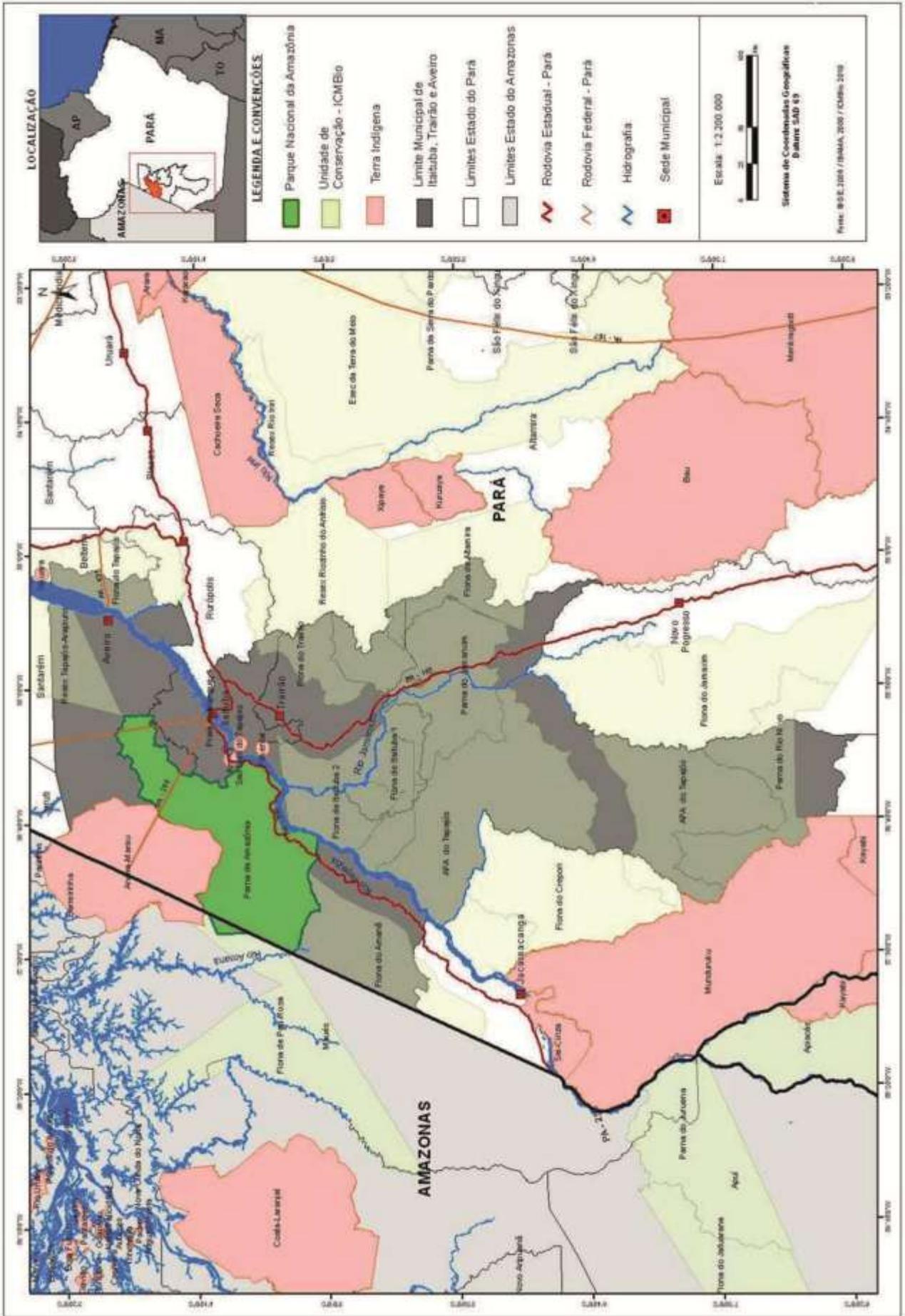
Neste capítulo, apresenta-se o PARNAMAZONIA no que se refere à sua localização e limites, caracteriza-se seu entorno, ressalta-se a importância da BR-163 como fator de influência, bem como os municípios circunvizinhos ao parque, e enfatiza aspectos físicos, territoriais, históricos, econômicos, infraestruturais e turísticos. Discutem-se também aspectos relacionados ao conselho consultivo, à gestão, ao turismo e à sua conservação em determinados contextos, a privilegiar sobretudo a visão dos conselheiros como atores participantes do processo de governança ambiental em curso nessa unidade.

3.1 Parque Nacional da Amazônia e sua área de influência

3.1.1 Localização e limites

O PARNAMAZONIA, considerado Unidade de Proteção Integral (UPI), foi criado em 19 de fevereiro de 1974, pelo Decreto nº 73.683, como parte do PIN, e isso ocorreu logo após a construção da Transamazônica, BR-230, como citado anteriormente. Está localizado, segundo o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (2011), no sudoeste do Pará e nordeste do Amazonas (Mapa 2), às margens do Tapajós, principal rio que drena a área e faz parte do mosaico de UC da BR-163.

Mapa 2 - Localização do PARNAMAZONIA e entorno



Fonte: IBGE (2006); ICMBIO (2006), elaboração Tabilla Leite (2012).

Conforme informações de Kasecker (2011), o PARNAMAZONIA abrange os municípios de Itaituba e Aveiro (PA), além de Maués (AM), e

[...] faz fronteira ao norte com a Terra Indígena Andirá-Marau, a leste com a Floresta Estadual de Maués e com a Floresta Nacional do Pau-Rosa, e ao sul com a Floresta Nacional do Amana. Os limites desta unidade de conservação foram definidos pelo Decreto 73.683 [...], com uma área inicial de 994.000 hectares. Em 2006, através do Decreto SN de 13 de fevereiro, o Governo Federal aumentou a área do parque para mais de um milhão de hectares (KASECKER, 2011, p. 92).

De acordo com o Instituto Socioambiental (2011), o PARNAMAZONIA conta atualmente com uma área de 1.089.436 hectares, conforme consta na Lei nº 12.678, de 25 de junho de 2012, assinada pela presidenta Dilma Rousseff. À guisa de compreensão atualizada sobre essa área e de acordo com informações evidenciadas no campo, constatou-se que a área sofreu uma desafetação em decorrência do projeto de implantação da Hidrelétrica de São Luizdo Tapajós¹², prevista sua construção para o ano de 2016.

A sede do PARNAMAZONIA, localiza-se fora de seus limites, na cidade de Itaituba, onde também funciona um escritório do IBAMA. Esse parque é administrado atualmente pelo ICMBIO, entretanto, segundo consta em seu plano de manejo, publicado em 1979, portanto cinco anos depois de sua criação, essa unidade estava sob a responsabilidade do extinto IBDF. No ano de 1989, o parque passa para a jurisdição do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA). Mais tarde essa unidade e outras passam a ser administradas pelo ICMBIO.

3.1.2 Caracterização das unidades de conservação do entorno

É fundamental para este estudo entender o parque como um elemento de um sistema de conexões em que cada parte pode influenciar a outra. Nesse sentido, faz-se mister reportar-se à Resolução CONAMA nº 428/2010, que diz ser área de influência de uma UC uma faixa de 3.000 quilômetros de largura que segue os limites externos do parque, que contorna assim como áreas que estão fora desse perímetro e que influem sobre a UC. No caso do PARNAMAZONIA, essa área engloba outras UC e uma terra indígena, além dos municípios de Itaituba e Aveiro, no Pará, e Maués, no Amazonas. A seguir, serão caracterizadas as UC do entorno, bem como esses municípios.

¹² Segundo Fearnside (2011), esta UH terá capacidade (MW) de 6.133, sua área do reservatório (ha) 72.225 e área inundada de UCs(ha) 30.251. Hidrelétricas amazônicas e política energética 3: impactos de barragens em séries.

De acordo com o decreto que cria o Distrito Florestal Sustentável da BR-163, no ano de 2006 esse distrito incorporava diversas UC ao mosaico no entorno do PARNAMAZONIA, segundo Estratégia (2009). Ao considerar as mais próximas, têm-se sete unidades no estados do Pará e Amazonas, dentre as quais cinco são florestas nacionais (FLONA), sendo uma delas de jurisdição estadual, uma RESEX e um parque. Em território paraense, tem-se a RESEX Tapajós-Arapiuns; a FLONA do Tapajós; o PARNA do Jamanxim; FLONA Itaituba II; a FLONA Amaná; a FLONA do Pau Rosa; e a FLONA Maués. De acordo com Estratégia (2009), descrevem-se a seguir dados sobre algumas dessas UC.

a) Resex Tapajós-Arapiuns

A RESEX está localizada em Santarém e Aveiro, com área aproximada de 647.610 há, e possui um Plano de Utilização, que visa ao uso dos recursos madeireiros e não madeireiros, de forma sustentável, pelos moradores da região, e tem, por isso, forte participação das organizações comunitárias (ESTRATÉGIA, 2009). Dentre as várias iniciativas que efetivam o plano, podem-se citar as Oficinas Caboclas do Tapajós (OCT). No final de 2004, alguns moradores foram treinados pelo Programa de Diversificação da Oferta Turística do Polo Tapajós (PDOT), para trabalhar com o turismo ecológico dentro da reserva. Atualmente, esses serviços contam apenas com os passeios pelo rio Arapiuns, no limite norte da RESEX.

b) FLONA do Tapajós

Com área de 545 mil hectares, é administrada pelo ICMBIO. Localiza-se no oeste paraense, nos municípios de Belterra, Aveiro, Rurópolis e Placas, com acesso pela BR-163 e pelo rio Tapajós. Essa UC tem aproximadamente 11.000 habitantes. E, ainda possui um programa de ecoturismo que tem atraído visitantes desde 2003.

c) PARNA do Jamanxim

Localizado nos municípios paraenses de Itaituba e Trairão, esse parque possui 859.722 ha, excluída dele uma área de 7.106 ha ao longo da BR-163.

d) FLONA de Itaituba I e II

A FLONA de Itaituba I possui uma área de 220.034 ha e localiza-se na convergência do rio Jamanxim com a margem direita do rio Tapajós, no município de Itaituba. E a FLONA II

tem área de 440.500 ha e é contígua à unidade anterior.

e) Floresta Estadual de Maués

Essa unidade possui 438.440 ha e abriga 15 comunidades que trabalham com atividades extrativistas e com o cultivo do guaraná e da mandioca. Localizada no município de Maués (AM), possui potencial grande para o ecoturismo e pesca esportiva.

Conforme o que foi colocado, o PARNAMAZONIA está no cerne de um sistema de áreas protegidas, cuja exuberância é comum a todas e onde algumas delas têm iniciativas no que se refere à questão do ecoturismo. No entanto, é de se presumir que as ações para essa atividade são meramente pontuais e não aproveitam todo o potencial turístico que é natural a essas áreas, o que caracteriza a inoperância das políticas ambientais e de turismo na região amazônica.

3.1.3 Parque Nacional da Amazônia e a BR-163

Para discorrer sobre a BR-163 e sua importância estratégica para a área de estudo deste trabalho, e ainda por considerar os reflexos que essa rodovia trouxe para a região, dentre os autores que já se debruçaram em suas pesquisas sobre este *locus*, optou-se, principalmente, por Araújo et al. (2008). Essa escolha se dá pelo fato de se encontrar em seus escritos um arcabouço de conhecimentos que se coadunam com o que se pretende analisar neste capítulo.

Por razões históricas, a rodovia Cuiabá-Santarém, BR-163, construída na década de 70, é considerada meio estrutural de conexão entre as regiões Norte e Sul do Brasil. De acordo com a ideologia dos governos militares, o que havia de “vazio demográfico” no país deveria ser incontinenti ocupado. Deu-se, então, que após 64, por intermédio do programa de incentivos fiscais da SUDAM, os governos “[...] transformaram os grandes capitalistas nacionais ou internacionais em grandes latifundiários [...]” (CASTRO; RIBEIRO, 2008, p.191), com vistas ao desenvolvimento de projetos¹³ de âmbito agropecuário na região amazônica.

Assim, de acordo com os autores supracitados, foi que, a partir dos anos 70, esse setor expandiu-se na região. Em decorrência disso, vieram tensões e conflitos locais de diversas

¹³ Conforme Castro; Ribeiro (2008), outros projetos foram implementados, como o Proterra, Polocentro, Polonoroeste e Polamazonia, além do já citado PIN. No ano de 1974, foi instituído o Polamazonia, com vistas à promoção do desenvolvimento integrado, em quinze áreas de desenvolvimento ou “polos de desenvolvimento regional”, de recursos naturais (agrícolas, florestais e minerais), ficando o PARNAMAZONIA, em parte, dentro dos limites do Polo Tapajós (IBDF, 1979).

naturezas, e o Estado, por outro lado, buscava, por meio de projetos de assentamentos de reforma agrária, subterfúgios na tentativa de atenuar a situação.

Castro; Ribeiro (2008) constatam, ainda, que o oeste do Pará era ocupado apenas pelas cidades de Santarém, Altamira e Itaituba, onde eram encontrados assentamentos de populações tradicionais em toda a sua extensão, a ter como economia de subsistência a agricultura e o extrativismo. Nesse contexto foram planejadas várias políticas territoriais, tais como o PIN, o Proterra, Polamazonia, Polocentro, entre outras. É a partir desse momento singular, que já traz em seu bojo contradições latentes, que se dá a polêmica ocupação da região.

A considerar os entendimentos de Araújo et al. (2008), eles afirmam que, como resultado do paradigma socioambiental e das ideias de desenvolvimento sustentável fomentados pelo Estado, surgiram propostas que atualmente representam um esforço de ordenamento territorial na chamada área de influência da BR-163. São esses avanços no debate e na prática que representam a real possibilidade de prevenir e preservar as áreas em questão, bem como seus recursos naturais. Os autores acrescentam ainda que a gestão integrada representa uma maneira de conciliação entre o preservar e o desenvolver. Assim, há uma tentativa de se encontrar caminhos para resolver problemas socioambientais e políticos no âmbito das UC, que requerem não somente soluções administrativas, mas, sobretudo, gestões participativas.

O PARNAMAZONIA está localizado nos complexos fundiários da Amazônia Oriental, definida, nos anos 70, como área de ocupação pelo PIN, e se originou a partir de uma

[...] série de planos de ordenamento territorial implementados pela União desde a época do regime militar, por meio da criação de órgãos oficiais e de instrumentos jurídicos-administrativos de fomento e assistência técnica às atividades econômicas, bem como de uso e prospecção dos recursos naturais. (ARAÚJO et al,2008, p.13).

Portanto, pode-se afirmar que a ocupação territorial da Amazônia foi definida por imposições de políticas públicas aliadas a intervenções de caráter privado, sem levar em consideração nenhuma articulação com os atores sociais, desprezando peculiaridades de caráter ambiental, cultural e socioeconômico da região. Desse modo, essa ocupação, bem como o uso do território, seguiu estratégias em sua parte maior institucionais, que beneficiaram tão somente grandes empreendedores.

Para Araújo et al. (2008) o PIN, e seus Projetos Integrados de Colonização (PIC), que previa distribuição de terras e implementação de rodovias, acabou por atrair uma demanda populacional extrarregional, o que colaborou assim para um crescimento quantitativo e

diversificação dos fluxos migratórios. Resultado dessa abertura foi o surgimento de conflitos pela disputa de terras e pelo uso de seus recursos. Isso posto, os autores evidenciam que a relativa homogeneidade da estrutura agrária ao longo da Transamazônica é causa para uma concentração fundiária maior na região e citam o exemplo, do Km-140 (Altamira-Itaituba). Ressaltam ainda que algumas culturas, como a do cacau (*Theobroma cacao*) e a da pimenta-do-reino (*Piper nigrum*), já nos anos 90, contribuíram para a manutenção desse processo.

Nessa mesma direção, Hall (1991, p. 33) afirma que:

Um grande instrumento da ocupação e expansão da fronteira em inícios da década de 1970 assumiu a forma de consolidação dirigida, por pequenos agricultores, ao longo das duas novas e grandes estradas, a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém. Até então, a colonização fora de alcance limitado e restrita na maior parte à Belém-Brasília. [...] Se o presidente Médici criara a impressão de que a colonização oficial da Amazônia era, basicamente, uma reação humanitária a uma calamidade natural (a seca no Nordeste), os militares viam-na em termos geopolíticos de ocupação dos vastos espaços abertos com colonos brasileiros.

Portanto, foi nessa conjuntura que nasceu o PARNAMAZONIA, uma das antigas UC da amazônia, pois o PIN, que ao “imobilizar” 6 milhões de hectares no chamado Polígono de Altamira, para fazer a “reforma agrária”, reservou aproximadamente um milhão de hectares para conservação (CANTO; VENTURIERI, 2007); (informação verbal)¹⁴. Para Canto; Venturieri (2007), isso também inaugura, pelo lado das autoridades governamentais, uma política de “preservação” do meio ambiente, mesmo que a finalidade maior tenha sido o estímulo à ocupação de terras que estavam sob as áreas de influência da Transamazônia e o estabelecimento de programas agropecuários.

Ao se retomarem os entendimentos de Araújo et al. (2008), no tocante à expansão da fronteira agrícola e à urbanização, eles explicitam que a área de influência da BR-163 contava com uma população em sua maioria rural (72,06%), em 1960, e possuía somente seis municípios. Posteriormente, uma década mais tarde, foram acrescentados mais dois outros municípios, quando ocorre significativa queda da população rural relativamente à urbana. Ainda, segundo os autores,

[...] antes da construção da rodovia Transamazônica (BR-230) e da rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163) já havia uma tendência de urbanização da população nessa região. Dentre os municípios que mais se destacaram, estão Itaituba (18,96%), Altamira (14,08%) e Santarém (10,5%). (ARAÚJO et al., 2008, p.22).

Ainda na década de 1970, essa mesma área recebe 16.059 novos imigrantes, dentre os quais 3.571 são procedentes da Amazônia Legal e os demais da região Sul e Nordeste. O município

¹⁴ José Sales de Sousa, técnico ambiental do ICMBIO.

de Santarém é o que recebeu o maior contingente de fluxo inter-regional, 61,29% compostos por amazonenses, maranhenses e acreanos.

Entretanto, Araújo et al. (2008) explicam que os imigrantes oriundos do Maranhão foram também para os municípios de Altamira, Itaituba e Senador José Porfírio, e que:

Dos seis municípios (Juriti, Santarém, Prainha, Porto de Moz, Altamira e Itaituba) que compunham, em 1960, o que hoje se chama “área de influência da BR-163”, Santarém foi o que mais recebeu migrantes, principalmente oriundos do Ceará, conhecidos localmente como “arigós”. Eles também se dirigiram para os demais municípios, principalmente Altamira, Itaituba e Juriti. Os maranhenses também se destacaram nesse período de reaquecimento da exploração da borracha e de surgimento dos garimpos de ouro no município de Itaituba. (ARAÚJO et al., 2008, p.23).

Nota-se, ainda, conforme posto por Hall (1991, p.34), que:

A fim de atrair colonos, não só do Nordeste, mas também da região Sul, o governo lançou uma maciça campanha pela tevê, rádio e imprensa escrita para transformar a imagem popular da Amazônia, de região essencialmente hostil para outra cheia de oportunidades para pessoas empreendedoras. Jatos fretados e aviões de transporte da FAB levaram imigrantes em vôos regulares para os projetos de colonização em Altamira, Itaituba e Marabá. Muitos, porém, chegaram por iniciativa própria, viajando de ônibus ou caminhão, com grande sacrifício pessoal, o que mostrava o grau de esperança depositado pelos famintos de terra nessa nova iniciativa do governo.

Depreende-se daí que o governo não mediu esforços para viabilizar suas metas em referência a ocupação amazônica, pois todo um aparato midiático a serviço de uma ideia foi acionado, com o objetivo de conquistar seu público-alvo.

Em conformidade com Araújo et al. (2008), em 1980, já existiam na área de influência da BR-163 oito municípios, a perfazer uma população estimada em 375.015 habitantes. O censo de 1991 fez um levantamento de 643.744 habitantes, distribuídos agora em 11 municípios: e em 2000, a população atingiu o número de 767.994 habitantes e o número de municípios subiu para 19. Em 2005, já eram 845.320 habitantes. Os municípios que apresentaram crescimento populacional mais acentuado foram Santarém, Itaituba e Altamira.

No início desse período, ainda segundo Araújo et al. (2008), a população da zona rural era predominante, ainda que o número não fosse tão expressivo, girando em torno de 14% sobre a população urbana. Porém, os autores evidenciam que o “fenômeno da urbanização” já se fazia notar, tanto que nesses vinte anos o crescimento das populações urbanas atingiu o número de 135%. E ressaltam, conforme o último censo, que foram verificados os seguintes dados: 45,80% de população rural e 54,20% de população urbana. Já no ano 2000, o fluxo migratório para a área de influência da BR-163 foi de 189.214 imigrantes, sendo um número expressivo oriundo de estados da Amazônia Legal, e Itaituba despontando como o município

que recebeu o maior número de imigrantes, aproximadamente 29,93%.

Diante desses dados e conforme Araújo et al., (2008, p.24), pode-se concluir que “O período que antecede o censo de 1980 foi marcado pela construção da BR-230 (Rodovia Transamazônica) e pelo Programa Integrado de Colonização (PIC) do INCRA”, quando já se percebia que esses acontecimentos provocavam uma expressiva marcha migratória para a região amazônica. Assim, a partir de tais eventos, os autores afirmam que:

A migração dos anos 80, registrada no censo 1991, cresceu consideravelmente em relação aos censos anteriores. Os cearenses e maranhenses lideram o processo migratório para a área de influência da BR-163, embora o número de maranhenses tenha sido superior ao de cearenses em dez de doze municípios em questão. (ARAÚJO et al., 2008, p. 26).

Entretanto, Hall (1991, p. 37) destaca que “Se as autoridades houvessem se dado ao trabalho de avaliar de forma racional o potencial agrícola da região, teriam descoberto que a Amazônia não era tão propícia à colonização dirigida como fora imaginado”, em decorrência da constituição de seu solo por demais ácido e por isso impróprio à agricultura.

O autor também ressalta que, com relação ao plano de colonização, o município de Itaituba foi sobremodo inviabilizado devido à possuir solo carente dos principais recursos orgânicos e minerais necessários para uma boa produção. Por outro lado, o autor ainda constata:

A transferência em massa para a Amazônia de sistemas agrícolas impróprios, por pequenos e grandes fazendeiros, combinada com o fracasso da pesquisa oficial dos órgãos de extensão rural para dirigir os colonos para solos férteis ou estudar e adotar técnicas indígenas em benefício dos mesmos (Moran, 1981, 1982, 1983a) resultaram em padrão que mutuamente se reforçava de rendimentos declinantes e danos ecológicos. (HALL, 1991, p. 37).

Destarte, depreende-se que projetos desta natureza estão fadados ao insucesso por desrespeitarem as reais necessidades locais das populações, tanto as autóctones quanto as imigrantes, por venderem uma realidade ilusória, devido a estarem a serviço de interesses do capital grande.

Destaca-se também que isso reflete, conforme posto por Gonçalves (2001, p. 102), em uma nova configuração da

[...] organização social do espaço geográfico que se instaura a partir dos anos 60[e que] tem na estrada seu eixo de estruturação. A estrada agora é construída na terra firme por grandes empresas de construção civil, essa aliada umbilical dos militares na construção do ‘Brasil-Grande’.

Assim, a aliança entre o capital, representado por essas empresas, e as autoridades

governamentais militares acenava como uma nova panaceia para o desenvolvimento do país, um novo Brasil que despontava e desmontava, por sua vez, as oligarquias dominantes da região amazônica.

Além de tudo, o que é mais contundente nesse cenário é o vazio de autossustentabilidade deixado por esses projetos. Isso se dá da seguinte maneira: a vinda de “[...] migrantes se, por um lado, atendia à demanda de mão-de-obra para a própria construção das estradas e das hidrelétricas, por outro lado, deixava um rastro de miséria e desemprego quando essas obras terminavam” (GONÇALVES, 2001, p.107). Tal postura não é de surpreender, pois isso segue a lógica do capital, principalmente no âmbito financeiro, que se sobrepõe, segundo a sua racionalidade, ao homem e ao seu relacionamento com a natureza, bem como à sua sustentabilidade.

Ao dar prosseguimento à compreensão de Araújo et al. (2008) sobre a dimensão econômica do garimpo na área em estudo, os autores constatam que a região do Tapajós é considerada uma das mais ricas para a exploração do ouro. Isso se reforça devido ao fato de que apesar, dos recursos rudimentares utilizados na garimpagem, que não retinham todo o recurso natural a ser explorado, os valores que resultavam dessa atividade continuavam muito rentáveis. No final da década de 60, porém, essa atividade começa a submergir. E, nesse momento de crise, são notadas alterações nas variáveis externas responsáveis pela estruturação do garimpo, que resultou na superação dessa atividade e no seu refortalecimento dessa atividade.

Esse refortalecimento da garimpagem, ainda segundo Araújo et al. (2008), ocorreu principalmente em consequência do significativo aumento do preço do ouro, reflexo “[...] da crise no sistema financeiro internacional e a perda da hegemonia econômica e política dos Estados Unidos” (ARAÚJO et al., 2008, p. 35). Outro fator foi a abertura das rodovias Transamazônica e Santarém-Cuiabá, que propiciou a comunicação entre Itaituba e os principais mercados sulistas. Além disso, em consequência desse progresso nas atividades auríferas, houve também uma maior participação do Estado e um significativo aumento do fluxo de imigrantes na região. Isso é verificado, conforme IBGE apud Araújo et al.(2008, p. 35-36), entre os anos 70 e 80, quando o índice populacional do município subiu de 12.690 para 39.829.

Tais modificações no funcionamento do garimpo tiveram como consequência alterações na sua organização social. Como citam Araújo et al. (2008), o salário dos garimpeiros, que no princípio era dissociado de produtividade, passa a ser definido a partir de um sistema de participação e à produtividade da jazida. Assim, o novo sistema, denominado

“meia-praça”, assegurava a metade da produção ao trabalhador, tendo como responsáveis pelos seus custos os proprietários do serviço.

Araújo et al. (2008) ainda constataram que o PIC levou à migração para regiões fronteiriças não apenas pessoas sem terras oriundas do nordeste, mas sobretudo um expressivo número de pequenos empreendedores com interesses especulativos-uma parte desses investidores com interesses no mercado que ascendia ao ritmo do crescimento urbano e outra interessada em investimentos no garimpo, a repassar parte do “risco da prospecção” aos garimpeiros. Os autores também afirmam que esse espaço de participação “oferecido” aos pequenos e médios investidores redundou num aumento da produção no mercado internacional que, embora com pequena produtividade, consegue triplicar o ganho do trabalhador e do investidor.

Outro aspecto importante a considerar é a assertiva que tece Gonçalves (2001, p. 107) quando aponta que

[...] uma organização espacial extremamente original se configurou, onde vilas e cidades apareciam e desapareciam num piscar de olhos, como se estivéssemos diante de acampamentos provisórios. Depois de peregrinar, seja do Nordeste, do Sul ou do Sudeste para a Amazônia e, já na região, de canteiros de obras para cidades, dessas para garimpos ou desses para aquelas, de tentar viver entre um pequeno pedaço de terra e um garimpo, o destino de muitos desses migrantes acabou sendo as capitais dos estados amazônicos, particularmente Belém ou Manaus. (GONÇALVES, 2001, p. 107).

Aliás, essa prática de organização de espaço já se tornou historicamente recorrente na região amazônica, que veio reafirmar a ausência concreta de projetos comprometidos que resultem em melhores perspectivas de vida para os cidadãos brasileiros, já que não se podem tratar pessoas como coisas quaisquer.

Já na fase de mecanização do garimpo – 1978 a 1983- e em conformidade com Araújo et al. (2008), a elevação do preço do ouro ajudou na superação da problemática questão do colapso dos aluviões superficiais mais afortunados, mas esse foi um artifício apenas temporário. Noutro momento, em meados da década de 70, ficou patente que apenas uma radical transformação técnica de extração poderia oferecer uma maior longevidade econômica às jazidas. Os autores ainda comentam que isso chegou com a instalação de balsas no Tapajós, no ano de 1978, o que tornou o processo de extração mecânico e solucionou o problema da impossibilidade de se alcançar o minério apenas com o esforço humano.

Mais uma vez, foi o elevado valor do metal no mercado internacional que impulsionou e favoreceu o processo de mecanização na extração do ouro nos garimpos da Amazônia (ARAÚJO et al., 2008). Com o conseqüente aumento na produção de ouro devido à

mecanização no processo de extração dos aluviões até então inatingíveis, não demorou para que as autoridades do governo federal voltassem suas atenções para as jazidas de ouro como meio de substituição de *commodities*. Isso se sucedeu graças, entre outras coisas, a uma crise na balança comercial e ao elevado preço do petróleo que marcou o final da década de 70.

Com a determinação do então ministro de Minas e Energia, César Cals, foi estabelecida a meta que tratava do “[...] aumento da produção de ouro de 4,5 toneladas em 1979 para 100 toneladas em 1985” (ARAÚJO et al., 2008, p. 38). Tal ambiciosa decisão traria com certeza vultosas riquezas para a Amazônia e conseqüentemente para o país, o que não aconteceu. Porém, e de acordo com os autores, novas perspectivas estavam traçadas para as pretensões políticas nacionais para a dimensão econômica do garimpo.

Essa mudança se deveu à descoberta, segundo os citados autores, nos princípios dos anos oitenta, próximo ao Programa Grande Carajás, sul do Pará, de uma jazida de grandioso potencial aurífero, a Serra Pelada, local que atraiu a presença de mais de 30.000 brasileiros. Mas esse número aumentou significativamente e, segundo Gonçalves (2001, p. 107), “O garimpo da Serra Pelada, que abrigou no auge mais de 80.000 mil trabalhadores, foi a melhor expressão dessa imagem de riqueza-miséria que esse modelo de desenvolvimento engendrou na Amazônia”. Isso exposto, pode-se e deve-se sempre pôr em questão quaisquer “modelos de desenvolvimento” que venham a querer transformar a região em polo, seja de qual natureza for, devido às suas próprias biossociodiversas especificidades.

Igualmente, Araújo et al. (2008) salientam que, em meados da década de oitenta, a Serra Pelada sofreu intervenção federal, o que induziu aefetivação da política da atividade de garimpagem, que estava sob a responsabilidade do Ministério das Minas e Energia (MME). Tal política, no entanto, segundo os autores, visava apenas atingir as metas estabelecidas pela política nacional de garimpagem sem nenhum plano de combate aos impactos negativos ao meio ambiente que o processo de extração mecânica por certo causaria. Percebe-se, então, o que já vem se constatando, que o verdadeiro desenvolvimento, principalmente quando se trata de uma região como a Amazônia, não pode ficar apenas à mercê de “boas intenções”; há que, no entanto, buscar sustentabilidade e, por conseqüência, garantir o futuro das gerações vindouras.

O ápice da garimpagem na Amazônia se deu de 1984 a 1989, conforme Araújo et al. (2008), como saída aos entraves de Serra Pelada, como, por exemplo, o abandono temporário do garimpo em períodos chuvosos e a trasladação para outras regiões, o que aconteceu no término do ano de 1983. Então, os autores evidenciam que houve um deslocamento grande de trabalhadores daquela região, principalmente para Tapajós, onde o contingente populacional

atingiu a marca de 40.000, naquele mesmo ano, e chegou a 100.000 pessoas no ano seguinte. Associado a esse fenômeno e com a produtividade grande que o sistema de extração propiciava, observou-se uma tendência à transformação do garimpo em local também de consumo do que era extraído. Tem-se, portanto, uma contradição de princípios com relação aos objetivos do projeto nacional.

Aliás, conforme apontam Araújo et al. (2008, p. 40):

A segunda onda migratória colocou a região, finalmente, em dependência total da atividade garimpeira, com todos os efeitos de um *boom town*, cujos efeitos mais notáveis foram: aumento de custo de vida, falta de mão-de-obra disponível na cidade, crescimento desordenado de Itaituba e aumento da violência. A cidade de Itaituba estabeleceu-se como entreposto comercial entre o Centro-Sul, a região produtora, e os garimpos, local de consumo dos insumos necessários para a extração de ouro.

Com efeito, essa série de problemas advindos da atividade garimpeira reproduz um padrão que infelizmente parece ser peculiar à Amazônia quando se trata de introdução de novas tentativas de desenvolvimento. A esse respeito, é ilustrativo o que coloca Gonçalves (2001, p. 109):

Registremos que a geografia da violência na Amazônia indica sua maior intensidade exatamente na área onde mais efetivamente se fizeram presentes as ações desse novo modelo de desenvolvimento, ou seja, ali onde maior foi a extensão de estradas construídas, de hidrelétricas e de grandes empresas de exploração mineral, além de maior número de fazendas pecuaristas e de empresas do setor madeireiro, ou seja, no sul e no sudeste do Pará, na Amazônia maranhense e no estado do Tocantins, na tristemente famosa região do Bico do Papagaio.

Essa realidade analisada pelos autores leva a pensar que a adoção desses supostos modelos de desenvolvimento resulta exatamente no contrário do que foi projetado. Isso porque são sempre recorrentes, no que diz respeito à sociedade local, onde ações de presumíveis desenvolvimentos são realizadas, os conflitos sociais, os danos ambientais, a miséria, a não perspectiva de um futuro promissor para as populações. Em suma, afirma-se categoricamente: o que fica do almejado “novo projeto” é o vazio social.

Diferentemente do que ocorreu no primeiro momento de crise nas jazidas de ouro, com o esgotamento dos aluviões superficiais, antes da implantação do processo de extração mecânica, dez anos após essa modernização nos meios de extração, a natureza não foi vetor de uma novo colapso (ARAÚJO et al., 2008). Esses mesmo autores asseveram que foram decisões de cunho político na esfera federal que desencadearam a crise, a qual foi consequência direta do Plano Collor, que, no início da década de 90, fez ruir o preço do ouro e aumentar os insumos de produção.

Outra consequência que resultou desse Plano foi o interdito das jazidas nas áreas de reserva indígena yanomami, onde laboravam aproximadamente 40.000 homens. Verifica-se,

assim, o verdadeiro caos que se tornou o processo de execução desse “grandioso” Plano.

Depois do fechamento de Serra Pelada, em 1983, e da entrega da área à Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), o Estado, por antecipar uma possível reação de grupos de pressões de garimpeiros, ofereceu, como alternativa para essa mão-de-obra que ficou ociosa, as áreas de trabalho na região do Tapajós (ARAÚJO et al., 2008). Além disso, foi disponibilizada a estrada Transgarimpeira, importante via de acesso e transporte (ARAÚJO et al., 2008). Ademais, o Tapajós representava uma importante solução para o governo federal, pois atrairia empresas de mineração por um custo menor após a construção da estrada.

Como visto, a atividade garimpeira representou, apesar de todos os percalços advindos de uma má gestão do empreendimento pelo governo federal, um marco histórico de tentativa de desenvolvimento da região. No mínimo, essa intenção serve de modelo de como não se deve tratar uma região de características tão complexa quanto a Amazônia; de certo, para integrar de forma produtiva a região ao desenvolvimento do resto do país é necessário que se desenhe um caminho diverso desse.

Em consonância com os entendimentos de Araújo et al. (2008), outra atividade que é também referencial para se entender a ocupação em termos de desenvolvimento da Amazônia, é a exploração madeireira, já que houve um acelerado crescimento desse setor a partir, principalmente, da instalação de indústrias de madeira na BR-163. Nessa atividade, destacam-se os municípios de Altamira, Itaituba, Novo Progresso e Santarém, com significativa produção, onde, por isso, se instalaram empresas voltadas aos mercados do sul e sudeste do país, bem como do exterior. Apesar de suas más condições, é a rodovia BR-163 que serve de escoamento para a exportação da madeira. Desde o final da década de 90, instalaram-se, sobretudo ao norte da região, nos municípios de Trairão e Itaituba, empresários de madeira serrada.

Um dos maiores atrativos para a instalação dessas empresas na região, além da oferta grande de matéria prima e da boa qualidade da terra para agricultura e pecuária, é o preço da terra (ARAÚJO et al., 2008, p. 39). Nesse contexto, surge a grilagem, como elemento que garante lucros extremamente altos para as fazendas, associada a outros meios ilícitos de apropriação da terra, além da prática de pistolagem, como forma violenta de garantir extração dos recursos naturais. Apesar da recorrência desses processos e do seu conhecimento pelos órgãos fiscalizadores, continuam a se repetir e a se reatualizar na Amazônia.

Fica atestado, portanto, que historicamente essa região é palco de inúmeros fatores geradores de conflitos que de muitas formas atravancam as mais diversas tentativas de desenvolvimento, como se estivessem tais causas terminantemente arraigadas na cultura local,

como também fossem ingenuamente ignoradas pelos “senhores” do desenvolvimento.

Por outro lado, ainda segundo Araújo et al. (2008), à medida que perduravam esses processos ilícitos de ocupação da terra e extração de minério, os governos, principalmente o federal, agilizam os planos de combate ao desmatamento e a outras atividades ilegais. Em decorrência disso e para conter esses processos, foi implantada uma

[...] política de criação de unidades de conservação (UCs) como reservas extrativistas (RESEXs), Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDSs), assim como Florestas Nacionais (Flonas) entre outras modalidades de ordenamento do território passou a ser adotada (ARAÚJO et al., 2008, p. 54).

É nesse contexto de ilicitudes, de conflitos, de arcaísmos culturais que foram assim criadas novas UC que vieram a juntar-se às anteriores criadas, como, por exemplo, o PARNAMAZONIA em 1974, o que, no entanto, não aboliu tais práticas, embora existam ações fiscalizadoras do ICMBIO local. Depreende-se desses fatos que essas áreas protegidas, apesar de criadas com o intuito de conservação da biodiversidade, terminaram por não atingir na sua plenitude seus objetivos.

No que respeita à caracterização, em alguns aspectos, da pecuária na região paraense da BR-163 e de acordo com dados da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (ADEPARA, 2006 apud ARAÚJO et al., 2008), ela é a atividade econômica mais comum nos municípios da área. Com um rebanho estimado em 2.487.993 de cabeças de gado em 2005, nota-se que

nos anos de 2001 e 2005, o município de Aveiro não apresentou nenhum registro de bovinos, enquanto Itaituba registrou em 2001, 82.508 mil cabeças de gado e em 2005, 234.699. A pecuária cresce de forma inercial no Oeste Paraense, caracterizando-se por diferentes dinâmicas sub-regionais, determinadas pelo seu histórico de ocupação. Trata-se de uma pecuária mista, com produção de bovinos (leiteiros e de corte), mas em toda a extensão da área de influência da BR-163, existem apenas dois laticínios. (ARAÚJO et al., 2008, p.54).

Verifica-se, diante desses dados, que a pecuária, embora seja uma atividade produtiva, muito antiga na região, possui um crescimento parco e não representativo para a economia local e muito menos nacional, visto que existem apenas duas empresas no ramo de laticínios.

O IBGE (2000 apud ARAÚJO et al., 2008, p. 68) aponta com generalidade que os “[...] municípios compõem a área de abrangência do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) da BR-163, mostra um contingente populacional de 724.940 habitantes. Esses municípios apresentam, em média, uma densidade demográfica de 1,51 hab/km²”. Esse instituto indica também a maior incidência na zona urbana, precisamente 402.490 habitantes,

espalhados em 85.935 residências, perfazendo 4,7 habitantes por domicílio. A população da zona rural é 322.450 habitantes, em 63.956 residências, perfazendo uma média de 5,04 habitantes por residência, média, portanto mais elevada que das residências urbanas.

As cidades-polo de Santarém, Altamira e Itaituba têm atraído, por sua vez,

[...] uma maior concentração de serviços públicos e de infraestrutura em seus espaços microrregionais. Essas cidades desempenham um papel de comando da economia local, dada a concentração populacional e de serviços, que não só incrementa percentuais significativos de adensamento populacional nas cidades circunvizinhas [...] (ARAÚJO et al., 2008, p.69).

Dessa população, a considerada economicamente ativa se concentra em setores de diferentes atividades, com predominância do setor terciário, conectadas à do primário, com especial realce para o trabalho familiar e informal (ARAÚJO et al., 2008). Os autores ressaltam que o que fica mais característico nas formas predominantes de trabalho na parte grande dos municípios estudados é a vulnerabilidade das populações. Estas são por demais conflitadas em condições desfavoráveis por agentes externos no que diz respeito ao uso da terra e dos recursos naturais, o que gera êxodo rural e maior densidade populacional nos pequenos e médios municípios.

Diante do exposto, é mister que se atente para o resgate de um conceito fundamental quanto a essas questões abordadas. No caso, é indispensável, para melhor compreensão dessa realidade, o conceito de governança, já que, como visto anteriormente torna-se impossível desenvolver uma região sem que se coloque como prioridade máxima a participação dos atores sociais envolvidos na gestão da coisa pública. Ao relacionar isso com a importância que reside no cuidado com o meio ambiente, pode-se descobrir um caminho que seja mais condizente com um tipo de desenvolvimento que se quer para a Amazônia, que respeite a biossociodiversidade, que proponha para gerações atuais e futuras uma vida autossustentável.

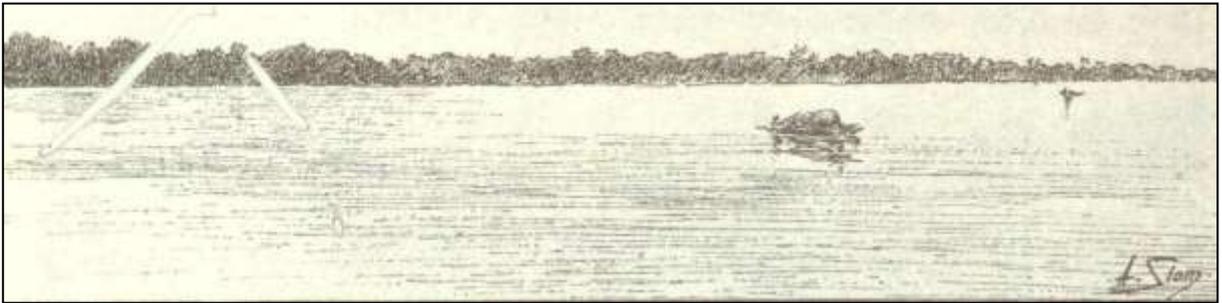
3.1.4 Os municípios de Itaituba, Aveiro e Maués e seus variados aspectos

A considerar a importância dos municípios de Itaituba, Aveiro e Maués como fatores de influência com relação ao parque, apresenta-se, em sequência, uma breve caracterização deles, no que concerne a seus aspectos físicos, históricos, culturais, socioeconômicos e turísticos. Entretanto, a ênfase maior será dada a Itaituba, por esse município ser o portal para o PARNAMAZONIA e por ter a maior porção de suas terras dentro dos limites do parque.

3.1.4.1 Itaituba

Antes de tudo, quaisquer que sejam as perspectivas já citadas a serem evidenciadas, o papel do rio Tapajós nesse contexto deve ser enfatizado. Assim, Coudreau (1977), ainda em finais do século XIX, destacava diferenças de desenvolvimento entre as partes “encachoeiradas” e as “não encachoeiradas”. O naturalista atribui a diferença ao clima, pois a parte do rio (Ilustração 1) em que se localizava a jusante das quedas era a que mais sofria as mais altas temperaturas, a mais úmida, mais “doentia” que a parte com cachoeiras. Contudo, esse mesmo autor frisa que, não obstante a isso, surgiram numerosos vilarejos, com destaque a Santarém e Itaituba, (Ilustração 2), e as margens do rio, que, segundo ele, apresentam belezas notáveis (COUDREAU, 1977). Assim, fica patente desde logo a importante relação dessa cidade com o Tapajós.

Ilustração 1 - Gravura feita por Coudreau: “O meio do Tapajós, visto de Itaituba”



Fonte: Coudreau (1977, p.17).

Ilustração 2 - Gravura feita por Coudreau: “Itaituba: Minha casa sob a mangueira”



Fonte: Coudreau (1977, p.18).

a) Aspectos físicos, territoriais e demográficos

Em referência à sua localização geográfica, Itaituba pertence à mesorregião Sudoeste Paraense e à microrregião de Itaituba. Está situada na região do estado do Pará, (PARATUR, (2007). É considerada a maior cidade em termos de extensão do estado. A sede municipal apresenta as seguintes coordenadas geográficas: 04° 16' 24" S e 55° 59' 09" WGr. Ao norte, limita-se com o município de Aveiro; ao leste, com os municípios de Altamira, Rurópolis, Novo Progresso e Trairão; ao sul, com o município de Jacareacanga; e ao oeste, com o estado do Amazonas e com o município de Jacareacanga.

O município em questão, segundo (INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SOCIAL DO PARÁ, 2011) tem 95.210 mil habitantes, distribuídos em 62.381 km² e possui uma densidade populacional de 1,57 hab./km².

A altitude máxima, conforme PARATUR(2007), na sede do município é de 45 metros, mas em seu restante existem trechos em que a altitude pode chegar a 300 metros. Pedologicamente, o município apresenta predominância de latossolo amarelo distrófico, com texturas argilosa e média. Apresenta ainda podzólico vermelho-amarelo, com textura argilosa, e latossolo vermelho-amarelo distrófico, com textura argilosa. Aparecem, ainda, em menores proporções, solos litólicos distróficos, com textura indiscriminada, areia quartzosa distrófica e aluvial eutrófico, com textura indiscriminada.

Quanto à vegetação, em conformidade com PARATUR(2007), ela é bastante complexa, em virtude da extensão da área territorial do município. Na Chapada do Cachimbo,

encontra-se o complexo do Cachimbo, que apresenta transição entre a Hiléia e o Cerrado. Ademais, outros tipos encontrados no município são a Floresta Aberta Mista (cocais) e a Floresta Aberta Latifoliada (cipóal). Nas adjacências das rodovias, as florestas vêm sendo bastante afetadas pelo desmatamento, propiciando o surgimento de Capoeiras nos locais onde os tratos cultivados foram abandonados.

Com relação aos acidentes geográficos ambientais, segundo a já referida fonte, devem se destacar os rios Tapajós, Jamanxim, Teles Pires e Cururu, a Ilha Grande do Cururu e as cachoeiras Chocarão, Chamão e Sete Quedas. Como patrimônio natural, deve-se destacar sobremaneira o Parque Nacional da Amazônia, com 994.000 ha, quase todo no estado do Pará, e, neste, a maior parte no município de Itaituba, e uma pequena fração no município de Aveiro. O município possui ainda áreas indígenas, tais como Sai-Cinza (1.255.52 km²), Munduruku (9.485.41 km²) e Andirá-Maraú (4.658.68 km²), também distribuídas pelos municípios de Juruti, Aveiro e pelo estado do Amazonas.

b) Aspectos históricos

A saber, a colonização portuguesa nos atuais estados do Pará e Maranhão somente se iniciou a partir do início do século XVII, e isso porque a Coroa portuguesa se viu ameaçada de perder essas terras aos invasores franceses, holandeses e ingleses, que faziam constantes incursões nessas regiões (INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SOCIAL DO PARÁ, 2011). Assim, após a expulsão dos franceses do Maranhão, foi criada a capitania do Grão-Pará e Maranhão, e foram feitas várias expedições que visavam destruir estabelecimentos de invasores e fixar de núcleos de colonização nas áreas que hoje fazem parte desses dois estados.

Dentre essas expedições, destaca-se a de Pedro Teixeira, no ano de 1626, portanto uma década depois de Belém ser fundada, que pela primeira vez fez incursões no Tapajós, a conferenciar de maneira não conflituosa com os aborígenes da região, em um lugar que atualmente é tido como a baía de Alter-do-Chão (INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SOCIAL DO PARÁ, 2011). Já por volta de 1639, o capitão Pedro Teixeira fez um retorno ao rio Tapajós, e fundou uma aldeia de mesma denominação. Na ocasião estava acompanhado de jesuítas, que começaram a catequização dos indígenas Tapaiuçus, na desembocadura do Tapajós (VELHO, 1972). Posteriormente, no ano de 1659, estive presente no lugar o padre Antonio Vieira e, na sequência, João Felipe Bettendorf.

Por volta de 1758, os grandes responsáveis pela criação de núcleos de povoamento no

Pará, que mantinham ligações com região do Tapajós, foram os jesuítas (INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SOCIAL DO PARÁ, 2011). Esses religiosos fundaram núcleos de povoação em vários locais, tais como São José ou Matapus, Santo Inácio ou Tupinabaranas, Borani e Arapiuns, que se desenvolveram bastante e que serviam como uma espécie de entreposto do rio Tapajós e de parte grande do Baixo Amazonas. Mas, a partir de 1754, uma série de novos fatores mudou esse cenário: a ascensão ao poder, em Portugal, do Marquês de Pombal, a nomeação de seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado como governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão; e, em 1759, a expulsão dos jesuítas. Esses acontecimentos fizeram com que o Vale do Tapajós, ficasse completamente em poder do Pará.

Mas, no que se refere especificamente ao município de Itaituba, sabe-se que em 1812 o lugar já existia, pois foi mencionado no relato de viagem de Miguel João de Castro no rio Tapajós. Em 1836, de acordo com Ferreira Penna, Itaituba não passava de um aldeamento indígena dependente da Província do Grão-Pará, para onde se deslocou um destacamento militar, sob ordens portuguesas, como um primeiro passo concreto de conquista de região (INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SOCIAL DO PARÁ, 2011). Nome insígne se destaca na saga histórica de fundação do município: o tenente-coronel Joaquim Caetano Corrêa, precursor do processo de desbravamento da região do Tapajós, é tido como o fundador de Itaituba.

Assim, até 1853, Itaituba era subordinada à freguesia de Pinhel e depois à jurisdição de Boim (INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SOCIAL DO PARÁ, 2011). Por outro lado, pela Lei nº 266, de 16 de outubro de 1854, a povoação de São João Baptista foi alçada à categoria de vila e daí passou a denominar-se de Brasiléia Legal; e como não correspondeu às expectativas, a Lei nº 290, de 15 de dezembro de 1856, passou a categoria para Itaituba, no entanto só foi viger em 3 de novembro do ano subsequente. Itaituba, em decorrência desse fato, seria elevada à condição de cidade em 1900, através da Lei nº 684, de 23 de março, sendo juridicamente lavrada como categoria de cidade em 15 de novembro.

c) Aspectos econômicos

Itaituba é considerada a maior província aurífera do Brasil, com potencial de mais de 100.000 km² de área explorável. A sua produção de ouro hoje é da ordem de 12 toneladas anuais, o que corresponde a 69% da produção paraense e a 25% da produção nacional

(INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SOCIAL DO PARÁ, 2011). Portanto, a base econômica do município está assentada, sobretudo, no extrativismo mineral (ouro e cassiterita) e, também, no extrativismo vegetal. Entretanto, sua parte grande de extração mineral ainda passa pelo processo tradicional de garimpagem manual de nove baterias, no qual, sabe-se, muito se perde no processo de lavagem.

Ainda, segundo o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), devido à abundância dos depósitos minerais, o município tem produção elevada (INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SOCIAL DO PARÁ, 2011). Além de saber-se também da existência de outros metais raros como nióbio, diamante, tântalo, topázio e rutilo, bem como o calcário, o que tem contribuído para melhorar as condições socioeconômicas da região. Já no que se refere ao extrativismo vegetal, os recursos naturais principais são originados do pau-rosa (óleo), a malva, castanha-do-pará e a maçanduba (leite).

No setor de agricultura, o que predomina é o cultivo de subsistência de produtos tais como arroz, milho, feijão, mandioca e outros menos importantes. A pecuária dispõe de algo em torno de 200.000 cabeças de gado de corte e 30.000 cabeças de gado leiteiro.

Mas, segundo o Instituto de Desenvolvimento Econômico - Social do Pará (2011), a oferta de empregos ainda é maior nos setores da administração pública, comércio, indústria de transformação e serviços. De fato, Itaituba possui um forte centro comercial, com bancos, hotéis, restaurantes, lojas de construção, de roupas, de eletrodomésticos, materiais e máquinas para mineração, compra e venda de minerais (ouro, principalmente), além de hospitais e sistemas de comunicação e transporte. Merece destaque ainda a indústria de cimento, com produção de 360.000 toneladas/ano ou 30.000 sacos por dia. Além desses setores que se destacam na economia de Itaituba, há ainda o enorme potencial turístico, muito incipiente, representado pela fauna e flora amazônicas e, sobretudo, pelo PARNAMAZONIA.

d) Infraestrutura e serviços urbanos

O acesso rodoviário ao município se dá por duas principais autoestradas federais que passam pela região, isto é, a Santarém-Cuiabá (BR-163) e a Transamazônica (BR-230). Por via fluvial, parte do terminal um barco que faz diariamente a linha Santarém; entre outras opções, há viagens feitas de lancha, regularmente. De avião, conta-se com o aeroporto de Itaituba, que está localizado a cinco quilômetros do centro da cidade. O município é atendido pela companhia aérea Trip, com voos diários para Belém, Manaus, Cuiabá e demais cidades

vizinhas.

No quesito educação, a rede do município possui instituições dos três níveis: fundamental, médio e superior (incluindo Educação Especial e Educação para Jovens e Adultos - EJA).

No que concerne à segurança municipal, é constituída pelo 53º Batalhão de Infantaria de Selva; pelo 7º Grupamento de Bombeiros Militares; pela Delegacia de Atendimento Especializado à Mulher; e pelo 15º Batalhão da Polícia Militar.

Com relação ao sistema de saúde do município, é composto por sete hospitais, 13 postos de saúde e um pronto-socorro, além de possuir serviços médicos privados em algumas especialidades.

No município existem duas agências dos Correios, duas emissoras de rádio AM e cinco emissoras de televisão (repetidoras): Rede Globo, SBT, CNT, Rede Record e Rede Bandeirantes.

e) Serviços básicos

É a Hidrelétrica de Tucuruí a responsável pelos serviços de energia fornecidos ao município. Já com relação ao abastecimento de água, os cidadãos, na sua maioria grande, têm poços e ainda utilizam a água fornecida pela Companhia de Abastecimento de Água. O sistema de drenagem fluvial do município é precário, no entanto a maioria da população tem fossas sépticas. No quesito limpeza pública, o serviço só atende a sede e deixa, portanto, a zona rural descoberta. Uma parte da coleta de lixo está a cargo da Prefeitura, e a outra é terceirizada. Entanto, a coleta não é seletiva, não há tratamento, e o lixo é jogado em lixão.

f) Aspectos turísticos e potencialidades

A respeito dos aspectos turísticos e de seu potencial, segundo Carlos Ribeiro¹⁵, são os seguintes os atrativos de Itaituba:

[...] o Tapajós é o número um, por sua grandiosidade e exuberância, além de suas cachoeiras e corredeiras; o Parque Nacional da Amazônia; as praias no verão; o Tabuleiro de Monte Cristo; a Festa de N. Sra. de Santana; as grutas; a pesca esportiva, a água termal, a prática de *Wind* e *kitesurf* no rio; as quadrilhas juninas, as corredeiras do Jamaxim; garimpos; Fordlândia; observação de pássaros; e o turismo de aventura. (informação verbal).

Vale ressaltar que o informante esclareceu que, apesar de todo esse potencial de atratividade, a

¹⁵ Proprietário do Hotel Apiacás, em Itaituba.

maior demanda turística de seu hotel é a que provém de negócios das mais diversas naturezas.

A começar pelas manifestações religiosas, a maior delas é a festa de Nossa Senhora de Santana, padroeira da cidade, expressão maior da cultura popular. Os festejos começam nos primeiros 15 dias do mês de julho e findam com a procissão do Círio, no dia 26, conforme informação verbal¹⁶. Afora essa festa, não há registro no cotidiano da cidade de outra manifestação cultural de tamanha relevância.

O artesanato produz artefatos de ferro e madeira, além de peças da cultura Munduruku (PARATUR, 2007). No que diz respeito à arte indígena, as peças são produzidas (Fotografia 1) e comercializadas no Centro de Artesanato da Praia do Índio, onde laboram indígenas e mestiços. Localizado na zona rural de Itaituba, o Centro é parte da Aldeia Praia do Índio, que existe desde 1965. Segundo informação verbal¹⁷, esse local

[...] existe desde 2006, quando o francês Jean Grismaldi, de uma ONG alemã, conheceu nosso trabalho. Ele fez projeto e conseguiu recursos de R\$ 20.000,00. Aí, a comunidade entrou com o trabalho e construímos tudo. Não é cooperativa nem associação. O posto de venda pode ser dessa aldeia, mas, sendo indígena, você vende. Os produtos mais vendidos são a cerâmica e bijuterias. Vende-se para o pessoal do exército, sobretudo no final do ano, que encomendam muito, mas as vendas caem no mês do inverno. Aqui vêm grupos de até seis pessoas para conhecer a cidade e levam as bijuterias, cerâmicas e pratos decorativos. Eles são americanos e europeus e já teve até um colombiano. No período da baixa, em fevereiro, vende R\$ 1.000,00; em março, de R\$ 3.000 a R\$ 5.000,00, e, de julho a dezembro, aproximadamente R\$ 7.000,00 por mês. O pessoal recebeu treinamento, cinco cursos em Belém e Icoaraci, oferecidos pelo SEBRAE, em parceria com a Prefeitura de Itaituba. [...].

Sobre a atividade turística e sua relação com o artesanato, o informante afirma que “Vai aumentar a nossa renda, mas por outro lado vem fazer a exploração da nossa terra. Porque você vai vender as peças, porque toda cidade tem o seu artesanato e nós somos ponto de referência. O nosso município tem muitas riquezas, ouro, cassiterita” (informação verbal). Verifica-se, portanto, que o nativo tem uma visão ambígua sobre a questão do turismo que acontece no seu município, uma vez que, ao mesmo tempo em que concorda com a sua importância econômica, sobrepõe a ele um sentimento nativista quando se reporta ao seu receio no que tange à exploração de riquezas da sua terra, como se fossem tirar algo dele.

¹⁶ Elizabeth Gaspar, bibliotecária e moradora da cidade.

¹⁷ Everaldo Manhuary Munduruku. Segundo ele, Manhuary faz parte da etnia Axiwinka do Peru; Munduruku, da etnia do Baixo, Médio e Alto Tapajós.

Fotografia 1 - Muiraquitã¹⁸ produzido pelos Mundurukus



Fonte: Cecília Araújo, 2013.

Ressalta-se ainda a percepção de Izilea da Conceição¹⁹, sobre o turismo:

O turista vem conhecer o parque, estudar os pássaros, como a ararajuba, aquela que é verde e amarela. Mas veja que a cidade não tem uma qualidade para receber as pessoas. O transporte é ruim, o aeroporto é um horror. Aqui tem hotel que é caríssimo. Os mais baratos cheiram a mofo. As pessoas precisam de um treinamento. Falta união. Por exemplo: São Luiz do Tapajós não tem incentivo para construir pousada. Não tem ninguém com visão e já andaram por Belém, onde tem o Mangal das Garças. A cidade não tem estrutura para receber. Estão perdidos com a construção das barragens. Sai-cinza, aldeia Nova, Akai Maebo (São Luiz do Tapajós), pois mais de 80% dessas áreas vão para o fundo porque são cinco hidrelétricas. Está havendo muito desmatamento na cidade para construção de casa para abrigar os novos moradores que vêm para a cidade por causa da hidrelétrica. (informação verbal).

É de notar que a percepção da informante é muito acurada em relação ao que é básico como infraestrutura de turismo para a região. Além disso, seu discurso denota preocupação com a

¹⁸ “Muiraquitã é um amuleto indígena. Segundo a lenda, era retirado, sob a inspiração de Iaci (Lua), do fundo de um lago denominado Espelho da Lua (Iaci-uaruá) e oferecido pelas guerreiras Amazonas aos índios da aldeia vizinha, os guacaris, logo após acasalarem em noites de lua cheia.

Uma versão da fábula diz que os rebentos do sexo masculino nascidos dessa união eram sacrificados. Outra, que eram entregues aos guacaris. As meninas permaneciam com a tribo feminina. O amuleto conferia *status* e poderes mágicos ao seu possuidor. Bem pequenos e, por isso mesmo, alvo fácil de roubos e contrabandos, os muiraquitãs, quase sempre confeccionados em rochas esverdeadas, tinham em geral forma de sapo. Mais raramente, podiam ser tallados também em rochas brancas, em formatos de morcegos, peixes e homens. Associados à cerâmica Conduri, os muiraquitãs não são exclusivos da região do Baixo Amazonas.

Há informações de sua ocorrência na ilha de Marajó, além de Santarém, Alto Tapajós, norte de Manaus e até nas Guianas e ilhas do Caribe, segundo o professor Eduardo Góes Neves, do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) da USP.

¹⁹ Mestiça que trabalha no Centro de Artesanato da Praia do Índio.

instalação do complexo de hidrelétricas, o que na sua visão degradará o meio ambiente e consequentemente trará danos para a população local e para o turismo.

A ter em consideração o patrimônio histórico, ele é representado pelo prédio da Prefeitura Municipal e Igreja de Nossa Senhora de Santana (Fotografia 2), localizada na Cidade Baixa, cujas construções datam da fundação da cidade (INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SOCIAL DO PARÁ, 2011). Além dessas, merece ser citada ainda a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Bom Remédio, localizada na Cidade Alta, onde acontece no mês de setembro sua festividade anual em homenagem à santa. Destaque-se a percepção da autora, no momento de sua visita à cidade, quanto ao mingüado e disperso patrimônio.

Fotografia 2-Vista frontal da Igreja Nossa Senhora de Santana



Fonte: Monica Araújo, 2012.

Dentre os atrativos classificados como naturais, são notáveis os seguintes:

a) Água Mineral: fonte de água mineral, localizada à margem direita do rio Tapajós, na Vila de Miritituba.

b) Cavernas: complexo de salões, galerias e lagos de água cristalina, numa caverna de calcário ativa, com formação rochosa bastante antiga, no meio da Amazônia. Dista 75 km de Miritituba.

c) Lago do Jacaré: adequado à prática da pesca esportiva, esse lago dista 45 minutos de Itaituba, e seu acesso é por via fluvial, pelo Tapajós.

d) Água da Sonda (Água Termal): água que brota de uma fonte natural, com uma temperatura que chega a 39°; a sua composição possui diferentes tipos de minerais, e, segundo os moradores, devido à sua qualidade, essa água tem o poder de curar micoses e doenças da pele.

e) Praias: o município possui várias, que se formam em decorrência da diminuição do volume de água do rio Tapajós, sendo as mais visitadas as seguintes: praia do Caçador, distante oito quilômetros do centro da cidade; praia do Paraná-Mirim, por via fluvial dista aproximadamente 40 minutos; praia do Sapo, a dois quilômetros do centro de Itaituba; e, praia do Papagaio, cerca de 30 minutos por via fluvial. Dentre esses pontos turísticos, as praias se constituem como o maior atrativo devido à sua natural beleza, sem falar que a frequência de visitante a essas no verão é muito intensa.

É imprescindível destacar também quatro comunidades que têm características fundamentais para incrementar o fluxo turístico na região: Vila Rayol, São Luiz do Tapajós, Vila Pimental e Paraná-Miri.

A pequena comunidade de Vila Rayol, constituída por 12 famílias, está localizada à margem esquerda do rio Tapajós, a menos de dois quilômetros da entrada do parque e apenas a cinquenta quilômetros de Itaituba. A vila não possui energia elétrica, mas apenas geradores que bombeiam a água do rio para a comunidade (ESTRATÉGIA, 2009). As casas da população local são de pauapique, entretanto, existem construções de madeira que servem para o Festival da Galinha Caipira, evento realizado no mês de setembro.

Conforme Estratégia (2009) e Paratur (2007), as formas de sustento diário da população, além da pesca, são as roças de mandioca, as mangas e a criação de galinha caipira. E, para completar o sistema de alimentação, a comunidade conta com gêneros adquiridos em Itaituba.

Por sua vez, a pequenavila apresenta potencialidades para o ecoturismo. Ela pode funcionar como apoio logístico às atividades do parque, a disponibilizar alimentação, passeios fluviais pelas ilhas do Tapajós, com pesca esportiva e esportes de aventura (ESTRATÉGIA 2009; PARATUR, 2007). Em suma, Rayol pode ser parte de um roteiro ecoturístico opcional, o que traria benefícios para a comunidade.

A comunidade de São Luiz do Tapajós é frontal ao PARNAMAZONIA. Partindo de Itaituba, por via fluvial, pode-se chegar em duas horas (PARATUR, 2007). De acordo com levantamento de Estratégia (2009), sua população é de aproximadamente 120 famílias. No lugarejo existem apenas duas ruas, em linha com a margem direita do Tapajós.

Conforme Canto e Venturieri (2007), a formação da comunidade de São Luiz do Tapajós está intrinsecamente relacionada à migração de moradores antigos da área transformada no PARNAMAZONIA. No entendimento de Coelho (2006 apud CANTO; VENTURIERI, 2007, p. 25), essa onda migratória foi resultado de pressões que sofreram as

populações que residiam nos limites do parque. Segundo a referida autora, com a promessa de indenização, eles tiveram que abandonar a área. A autora ainda evidencia que, de acordo com os moradores, o que houve na verdade foi intimidação, violência e o desrespeito total com o que foi combinado entre o governo e os moradores.

Canto; Venturieri (2007, p. 25) afirmam que o descaso com os moradores daquela área incidiu no seu próprio modo de vida nas mais diversas dimensões, pois muitos deles “[...] saíram das margens da rodovia Transamazônica”. Outros seguiram para a cidade ou comunidades mais próximas, como foi o caso daqueles que se dirigiram para São Luiz do Tapajós (CANTO; VENTURIERI, 2007). Portanto, a criação do parque foi um dos fatores de constituição daquela comunidade.

No que diz respeito à sua economia, de acordo com Estratégia (2009), é basicamente de subsistência, sendo as principais atividades o plantio de mandioca, arroz, milho e de algumas frutas, tais como melancia e manga, tendo a atividade pesqueira²⁰ como complemento.

A comunidade dispõe de energia elétrica e telefonia. Os estabelecimentos de pequeno porte comercializam mantimentos básicos (ESTRATÉGIA, 2009; CASTRO; VENTURIERI, 2007). Comparativamente à Vila Rayol, essa comunidade possui uma estrutura um pouco melhor. Segundo Paratur (2007), essa localidade é considerada um dos principais atrativos do município de Itaituba, pois lá se encontram “dunas fluviais” e cachoeiras.

Na atualidade, a vila recebe esporadicamente visitantes, e alguns de seus habitantes estão treinados para acompanhar os visitantes a locais de interesse, tais como o Campo dos Perdidos ou a um pequeno sítio arqueológico com inscrições rupestres, ainda que ninguém tenha formação para dar as informações adequadas sobre esses lugares (ESTRATÉGIA, 2009). Nessa localidade é realizada ainda a Festa do Tambaqui, que, tradicionalmente, ocorre em novembro. Porém, tendo em vista esse mês é o período de defeso do peixe, a comunidade foi instada a realizar a festa em outro mês e com o outro nome de: “Festa do Peixe”, o que já está vigorando.

A respeito das manifestações populares religiosas, há os festejos a São Luiz Gonzaga, padroeiro da comunidade (CANTO; VENTURIERI, 2007). São realizados em junho, quando vem muita gente de outras comunidades, como a de Pimentel, Rayol, Nova Canaã e de Itaituba. A festa é um misto de sagrado e profano.

²⁰ Dentre os peixes, conforme Castro; Venturieri (2007), destacam-se: o aracu comum (*Lepotimun spp.*), o jaraqui (*Semaprochilodus taenirus*), o pacu (*Mylossoma spp.*), o tucunaré (*Cichla spp.*) e o tambaqui (*Colossoma macropomum*).

A vocação da vila para o ecoturismo, como sugere Estratégia (2009), passa pela possibilidade de hospedagem, com a criação de pousadas e restaurantes; apoio logístico ao turismo de aventura; passeios a pé ao Campo dos Perdidos e aos sítios pré-históricos; passeios de barco e voadeiras pelo rio Tapajós e afluentes; lazer de praias, entre outras.

Outra localidade que também pode desenvolver seu potencial turístico é a Vila Pimental, que se localiza à margem direita do rio Tapajós e é a maior comunidade dentre as três já citadas. Em agosto de 2006, contava com uma população de 1.000 habitantes, (ESTRATÉGIA, 2009). Essa vila possui com energia elétrica e comércio que se concentra em armazéns que oferecem gêneros de primeira necessidade. As principais atividades econômicas são de subsistência, notadamente roça e pesca. Em 2006, os moradores se associaram e, atualmente, já ocorre uma maior organização do setor de pesca, inclusive com vendas para outros municípios (ESTRATÉGIA, 2009). Portanto, essa vila, como as demais, é uma típica comunidade beira-rio.

O acesso a Pimental pode ser feito por terra. Ele se dá a partir de um ramo adventício da BR-163, que dista aproximadamente três horas de viagem de Itaituba, no período de verão, (ESTRATÉGIA, 2009). Outra opção é o rio, pois um barco que sai de Itaituba diariamente às 11 horas, aportando em São Luiz do Tapajós às 17 horas. A partir daí, o percurso é terrestre, já que não há barcos de linha partindo de Itaituba para nenhuma localidade acima da Vila de São Luiz do Tapajós, devido às corredeiras.

O potencial para o ecoturismo está relacionado, sobretudo, à pesca esportiva, tendo em vista que a localidade já é frequentada por pessoas com interesse nessa atividade (ESTRATÉGIA, 2009).

Deve ainda ser citada a comunidade de Paraná-Miri, à qual se chega em 15 minutos de voadeira, saindo de Itaituba, ou em 30 minutos, com barco de linha regular (PARATUR, 2007). O autor informa que a referida comunidade possui cerca de 100 famílias que lidam com a pesca e com a agricultura de subsistência, com destaque para a mandioca, que cultivam e beneficiam.

É nessa comunidade que se dá o já famoso e consolidado Itaverão, em julho, reunindo cerca de 15 mil pessoas. Nesse evento ocorre forte participação da comunidade, bem como geração de emprego e renda. A comunidade, pelo seu perfil, tem também boas condições de desenvolver seu ecoturismo, principalmente no que diz respeito à pesca esportiva e a esportes de aventura.

Além do que foi discorrido acima, no que se refere aos atrativos de Itaituba e de suas comunidades, é importante agora que se apresente uma descrição da infraestrutura turística do

município, apesar de que o turismo de lazer, em si, não seja sobretudo significativo para Itaituba.

No entanto, esse município, centro regional, possui sete hotéis, a perfazer um total de 184 unidades habitacionais, voltados para o turismo de negócios, conforme já citado anteriormente, e de visitantes de localidades circunvizinhas à procura de atendimento na área da saúde (PARATUR, 2007). Além dos estabelecimentos, Itaituba ainda oferece outras opções de hospedagem, como pensões e similares.

No tocante aos serviços de restauração, observou-se que a cidade dispõe de diversas opções: cozinha regional e nordestina oferecida em restaurantes com serviços *à la carte* e *self-service*; churrascarias e pizzarias; destaca-se o restaurante do Hotel Apiacás, que oferece, além de uma culinária regional, uma cozinha internacional: italiana e japonesa. Ressalta-se, ainda, que a partir do final da tarde, a orla é também tomada por ambulantes (Fotografia 3) que comercializam as mais variadas iguarias regionais.

Fotografia 3 - Ambulantes dispostos na Orla



Fonte: Monica Araújo, 2012.

No Hotel Apiacás, a cidade ainda tem um salão climatizado que comporta 120 pessoas, no qual se realizam convenções e variados eventos durante o ano (informação verbal)²¹.

O mercado turístico dispõe de uma companhia aérea que opera atualmente na cidade, a *Trip* Linhas aéreas e três agências de turismo que atuam mais na área do receptivo. Segundo

²¹ Carlos Ribeiro, proprietário do Hotel Apiacás.

Elizeth Gaspar²², essas agências não comercializam pacotes para o PARNAMAZONIA em decorrência de não haver demanda suficiente.

Não se pode deixar de mencionar a orla do rio Tapajós na cidade, pois esta se constitui no espaço de maior atração para o lazer, sobretudo depois que esse local ganhou 800 metros de urbanização. Nessa área foram estruturados quiosques, rampas de acesso ao rio, mirantes, bancos de madeira, canteiros, anfiteatro frontal ao rio, praça central e chafariz. Além disso, os quiosques, sobretudo à noite, são muito frequentados. A orla é espaço de caminhadas e corridas para a população.

No que diz respeito aos serviços de entretenimento e lazer, podem-se destacar os seguintes:

a) Maloquinha Hotel Fazenda: o acesso se dá pela Rodovia Transamazônica (Fotografia 4). Possui hospedagem: cinco chalés com capacidade para quatro pessoas em cada um; e quatro quartos com capacidade para duas a quatro pessoas em cada um. Apresenta como atrativos as seguintes atividades: pesque pague e solte; parque infantil; galinheiro; criação de gado bovino, suíno e caprino; criação de tilápias e pirarucus; e horta. Nesse hotel, pode se realizado eventos para até 80 pessoas.

Fotografia 4 - Acesso para a Pousada Maloquinha



Fonte: Monica Araújo, 2012.

b) Balneário Fonte Azul: local para eventos e dança, dotado de bar e restaurante; possui igarapé e trilha ecológica, além de fonte de água mineral. O acesso é pela Rodovia Transamazônica.

²² Proprietária da agência Tapajós Turismo.

c) Parque de Exposições Hélio Mota Gueiros: localizado na Rodovia BR-230 – km 5, com área de 5 hectares, duas pistas para rodeio, duas baías, sete currais e churrascaria.

No município, os principais eventos programados, em conformidade com o calendário da Paratur (2007), são os seguintes: Carnaval; Via-Sacra; Quadra Junina; Círio Fluvial; Festa de N^a. S^a. de Santana; Fetram; Itaverão; Carnaverão; Fest-Cant; Exposição Feira Agropecuária de Itaituba; Festival da Manga; Feira do Comércio; e Aniversário da cidade de Itaituba.

3.1.4.2 Aveiro

a) Aspectos físicos, territoriais e demográficos

O município de Aveiro situa-se na mesorregião sudoeste paraense e na microrregião de Itaituba, com sua sede municipal possuindo as seguintes coordenadas geográficas: 03° 36' 15" S e 55° 19' 115" WGr, segundo informação do Instituto de Desenvolvimento Econômico - Social do Pará (2011). No que concerne aos seus limites, de acordo com a mesma fonte, são os seguintes: ao norte, Santarém, Juruti e Belterra; ao leste, Santarém e Rurópolis; ao sul, Rurópolis e Itaituba; e, ao oeste, o estado do Amazonas.

No que diz respeito aos solos, ainda em conformidade com a mesma fonte, eles são constituídos, predominantemente, pelo latossolo amarelo distrófico, textura argilosa; podzólico vermelho-amarelo, textura argilosa; podzólico vermelho-amarelo cascalhento, textura argilosa; pequenas manchas de latossolo vermelho-amarelo distrófico, textura argilosa; terra roxa estruturada eutrófica, textura argilosa, hidromórficos gleizados eutróficos e aluvial distrófico, ambos hidromórficos com textura não discriminada.

Em termos de altitude, a média é aproximadamente 40 metros. Contudo, para o sul ocorrem altitudes de mais de 230 metros, mais especificamente nas áreas paleozóicas da Bacia do Amazonas (INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SOCIAL DO PARÁ, 2011). A vegetação do município se caracteriza, sobretudo, pela Floresta Densa com emergentes, a margear o rio Cupari. A Floresta Aberta mista (com palmeiras) ocorre também, mas em áreas isoladas. Por sua vez, nas linhas que margeiam o rio Tapajós, onde inundação é influente, como nas ilhas, dominam as Formações Pioneiras e áreas de Tensão Ecológica, onde Florestas Densas e Formações Pioneiras convergem.

Quanto à hidrografia, o que há de mais importante é o rio Tapajós e seus afluentes, que se limita parcialmente com Rurópolis, na porção sul, em segmentos de médio e baixo curso. Na margem direita, está localizado o mais importante dos afluentes, o rio Capuri, no seu baixo curso, que se limita parcialmente com Rurópolis a sudoeste (INSTITUTO DE

DESENVOLVIMENTO DO PARÁ, 2011). A sede municipal fica à sua margem direita.

Já as características climáticas de Aveiro não são muito diferentes das dos demais municípios de sua região. Temperatura elevada, com médias anuais de 25,6°C e valores médios para a máxima de 31°C e, para a mínima, de 22,5°C (INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SOCIAL DO PARÁ, 2011). Quanto à umidade relativa do ar, ela apresenta valores acima de 80% em parte grande dos meses do ano (INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SOCIAL DO PARÁ, 2011). Relativamente à pluviosidade, ela se aproxima dos 2.000mm anuais, a ser, porém, um tanto irregular durante o ano. As chuvas caem, em Aveiro, de dezembro a junho, e as épocas menos chuvosas são de julho a novembro.

Em se tratando de patrimônio natural, além da cobertura da Floresta Densa, o município inclui a área indígena Andirá-Maraú, que está situada nos estados do Amazonas e Pará, e sua extensão nesse último é 465.868 ha, com frações ainda em dois municípios, Itaituba e Juruti (INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SOCIAL DO PARÁ, 2011). É em Aveiro que se encontra uma parte do PARNAMAZONIA, como já citado anteriormente, e, além disso, esse município está também encravado na FLONA Tapajós.

De acordo com o último censo do IBGE, realizado em 2010, o município de Aveiro possuía uma população de 15.261 habitantes, distribuídos em uma área de 17.082,30 km², com densidade de 0,89 hab/km².

b) Aspectos históricos

As origens do município de Aveiro estão ligadas aos índios Mundurucus, cuja aldeia chamava-se Tapajós-Tapera, situada às margens do Tapajós. Esses índios provieram do alto desse rio, e o aldeamento progrediu substancialmente, e por isso obteve, em 23 de agosto de 1781, designação portuguesa de Lugar de Aveiro, pelo governador e capitão-general José de Nápoles Telles de Menezes, que imediatamente fez do morador Francisco Alves Nobre, administrador da localidade (INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SOCIAL DO PARÁ, 2011). Essa informação é corroborada por Coudreau (1977), que assim explica a origem da localidade:

Aveiro foi fundada em 1781 por ordem do Governador J. de N. Teles Menezes, que para aí enviou inicialmente duzentas pessoas. O povoado, no princípio, prosperou, obtendo logo o título de vila, as sucessivas invasões das “formigas-de-fogo” tornaram-no, lá para o meio deste século, inabitável. Em 1833, segunda Baena, a população total de Aveiro era de 313 pessoas, estava completamente despovoado.

[...] Defronte e um pouco a jusante de Aveiro, encontram-se os vestígios das antigas aldeias de *Santa Cruz e Pinhel*. Santa Cruz foi uma aldeia de mundurucus que abrigava 507 índios em 1848. Pinhel nunca chegou a ser tão importante, apesar dos sacrifícios feitos em homens e em dinheiro para povoá-la. (COUDREAU,1977, p.16).

Verifica-se, portanto, que, na formação da cidade, há importante presença da cultura Munduruku, o que ainda persiste por meio de seus remanescentes na região tapajônica.

É digna de nota ainda a existência, naquela localidade, da freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Aveiro, isso antes de 1781 (INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SOCIAL DO PARÁ, 2011). Logo, o ato de criação e nomeação do lugar foi apenas uma confirmação, pois ele já era conhecido como Aveiro bem antes. Portanto, o município passou do Período Colonial até o momento da Independência, na condição de freguesia, e somente no Segundo Reinado teve seus limites definidos, pela Lei nº 511, de 1º de dezembro de 1866.

Foi em 4 de abril de 1883, por via da Lei nº 1.152, que a freguesia de Nossa Senhora de Aveiro foi desmembrada do município de Itaituba, elevando-se à categoria de município com o nome de Aveiro, o qual foi instalado em 15 de maio de 1884 (INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SOCIAL DO PARÁ, 2011). Porém, em 1930, essa condição de município é perdida, e suas terras passam à jurisdição de Santarém, em conformidade com o Art. nº 2 do Decreto nº 6, de 4 de novembro, condição essa que somente foi restaurada, através da Lei nº 2.460, de 29 de dezembro de 1961. Por via da Lei nº 5.446, de 10 de maio de 1988, Aveiro mais uma vez desmembra-se, e parte de seu território dá origem ao município de Rurópolis. Hoje, esse município congrega os distritos de Aveiro, Brasília Legal e Pinhel.

c) Aspectos econômicos e educacionais

A economia do município, em conformidade com IBGE (2010), gira em torno do setor público, e dentre as culturas destacam-se a banana (*Musa paradisiaca*), com produção de 3.600 toneladas, a laranja (*Citrus aurantium L*), que totalizando 600 toneladas, e o café (em coco), com produção de 175 toneladas, além do coco-da-baía (mil frutos), com 132 toneladas. Na pecuária, os principais rebanhos são de bovinos, 37.229 cabeças, galos, frangas, frangos e pintos, totalizando 14.335, e galinhas (*Galus domesticus*), com 6.460 unidades.

Em referência ao sistema educacional, de acordo com o Instituto de Desenvolvimento Econômico - social do Pará (2011), o município conta com 116 estabelecimentos de ensino, dos quais 46 são destinados à Pré-Escola, 69 ao Ensino Fundamental (todos da esfera

municipal) e apenas uma escola ao Ensino Médio, sob responsabilidade do Governo do Estado. O município ainda dispõe de uma biblioteca pública.

d) Aspectos Turísticos

Igualmente ao município de Itaituba, as principais festas populares são as religiosas, dentre as quais a principal é a festa da santa padroeira da cidade, Nossa Senhora da Conceição. As demais festas dão também dinamismo à cidade no decorrer do ano: a Festa de São José do Sagrado Coração de Jesus; a de São João Batista; e a do Balão Vermelho (INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SOCIAL DO PARÁ, 2011). Entre as manifestações populares, que são poucas, merecem destaque as dos grupos típicos conhecidos, como a Desfeiteira e Amazurra, que se apresentam durante as festas religiosas, a preservar a cultura local. Aveiro possui artesanato, sendo as principais peças de caráter utilitário (panelas, vasos, chapéus), confeccionadas em barro, palha e madeira.

Como potencial turístico, o município de Aveiro possui os seguintes atrativos:

a) Vila de Fordlândia²³: cidade abandonada criada pelo megamilionário norte-americano Henry Ford, no início do século XX, para um empreendimento de heveicultura (plantação de seringueiras), cujo projeto não teve prosseguimento. Essa vila foi arquitetada segundo um padrão de cidade interiorana norte-americana. Como esse projeto não vingou, hoje o que deveria ser uma cidade, é uma ruína, que carece de investimentos para sua revitalização.

Conforme Costa (1993), investimentos altos foram alocados para montar a seguinte infraestrutura: dois sofisticados hospitais – um em Fordlândia (Fotografia 5) e outro em Belterra; patrulhas sanitárias para o saneamento das plantações de seringueiras. Foi construída também infraestrutura portuária com dois portos, entre eles, o de Belterra era flutuante; sistema de comunicação; área para lazer (Fotografia 6); um laboratório de pesquisa tecnológica (COSTA, 1993); e 2.000 casas e vila para o *Staff*, bem como barracões diversos para instalar trabalhadores sem a companhia da família. Esses investimentos se deram em dois períodos: de 1928 a 1934, em Fordlândia, e de 1935 a 1940, em Belterra.

Exemplo do que seria como cidade pode ser visualizado no que restou de infraestrutura urbana, como o hospital (Fotografia 7), o maior e mais antigo do Pará, ruas de vasta lateralidade, meticulosamente planejadas, com hidrantes, moradias de madeira

²³ Para uma análise mais aprofundada sobre Fordlândia, ver em: COSTA, F. A de. *Grande capital e agricultura na Amazônia: a experiência Ford no Tapajós*. Belém: UFPA, 1993. GRANDIN, Greg. *Fordlandia: the rise and fall of Henri Ford's forgotten jungle city*. New York: Metropolitan Books, 2009. p.1-18.

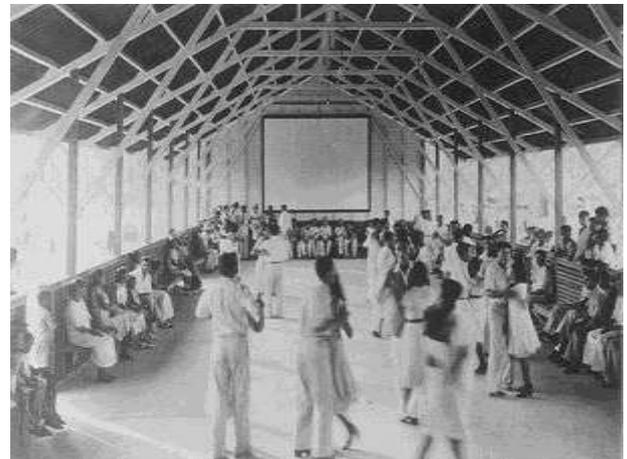
(Fotografia 8), que formam o cenário do que restou como parte do empreendimento seringalista. Para demonstrar um determinante aspecto do que ruiu, mais de 1 milhão de hectares de seringueiras foi engolido pelos fungos da hileia grande.

Fotografia 5 - Antigo hospital de Fordlândia



Fonte: Costa, F. de A. (1993).

Fotografia 6 - Barracão de Lazer



Fonte: Ligia T. L. Simonian, 2012.

Fotografia 7 - Ruínas do hospital



Fonte: Costa, F. de A. (1993).

Fotografia 8 - Casa e rua em Fordlândia



Fonte: Costa, F. de A. (1993).

Várias questões são apontadas por Costa (1993) no que se relaciona ao fracasso do projeto de destruturação da Companhia Ford Industrial do Brasil: utilização de avançado maquinário; relações capitalistas de produção; ausência de capital social básico; ausência de conhecimento científico da cultura da seringueira; e ausência de mercado de trabalho compatível com a envergadura da empresa.

Com relação ao acesso à Vila, ele pode ser feito por via fluvial e terrestre. O primeiro é realizado mediante uma linha regular de barco, com cerca de cinco horas, ou de lancha-voadeira, aproximadamente uma hora e meia de viagem, partindo-se de Itaituba. Por terra, no

verão, faz-se o trajeto pelo ramal transfordlândia, em viagem de três horas, saindo da BR-163.

Em Fordlândia (Fotografias 9 e 10), não há infraestrutura turística, no entanto, esse distrito poderia fazer parte de um roteiro turístico da região, porque conhecer o que restou desse projeto não realizado pode servir como mais um exemplo de elemento de uma cadeia de ciclos de exploração da biodiversidade amazônica.

Fotografia 9 - Vista parcial de Fordlândia e porto



Fonte: Monica Araújo, 2012.

Fotografia 10 - Galpão em frente ao porto



Fonte: Ligia T. L. Simonian, 2012.

b) Caverna Paraíso: localizada a cerca de 90 quilômetros de Itaituba, o acesso à caverna é feito a partir do Km-72 da Transamazônica, entre Itaituba e Rurópolis. É considerada a maior cavidade calcária conhecida da Amazônia, de aproximadamente 300 metros de extensão, com galerias que apresentam formações rochosas de estalagmites e estalactites, além de outras formas naturais (ESTRATÉGIA, 2009). De acordo com informações colhidas em Itaituba, o dono da terra onde se situam o atrativo não faz questão de torná-lo turístico, entretanto permite a visitação autorizada.

c) Tabuleiro de Monte Cristo: berçário de desova de tartarugas, sito à margem esquerda do Tapajós, perto de Brasília Legal. Existe potencial para a realização de visitas guiadas, com atividades de educação ambiental que visam, principalmente, à preservação da espécie, sobretudo por ocasião da ruptura de seus ovos.

d) FLONA do Tapajós: a porção sul desse atrativo se encontra no município de Aveiro, o que pode permitir pacotes de ecoturismo dessa área com o PARNAMAZONIA. Com isso, seria possível criar um conjunto de roteiros que integrariam os extremos norte e sul do Polo Tapajós (PROECOTUR) (ESTRATÉGIA, 2009). Incentivar o desenvolvimento do transporte fluvial para o ecoturismo seria de suma importância para a evolução turística do Baixo Tapajós (Santarém a Itaituba), pois integraria esse polo como porta de entrada para a Amazônia.

3.1.4.3 Maués

a) Aspectos físicos, territoriais e populacionais

Esse município está localizado no estado do Amazonas, mais especificamente na mesorregião do Centro Amazonense e microrregião de Parintins. Seus limites são os seguintes: ao sul, Apuí; ao oeste, Borba, Nova Olinda do Norte e Itacoatiara; ao norte, Urie, Curitiba, Bela Vista do Ramos, Barreirinha; e, ao leste, o Pará e seus municípios: Jacareaganga, Itaituba, Aveiro e Juruti. Ainda, uma pequena parte desse município encontra-se nos limites do parque. Segundo Maria Lúcia Carvalho²⁴ (informação verbal), a entrada para o parque pelo Amazonas é feita somente através dos rios Urupadi e Maués-Açu, passando pela TI de Andirá-Maraú, e apenas com a autorização dos índios e da Funai. E, de acordo com o IBGE (2012), Maués possui 54.079 habitantes, distribuídos em uma área de 39.990 km².

b) Aspectos históricos e econômicos

Os primeiros registros referentes ao atual município de Maués remontam aos finais do século XVIII, quando foram formados os aldeamentos indígenas de Canumã, Juruti e Luséa (chamada Uacituba pelos indígenas, atual Maués), que eram povoados pelos Mundurucus (IBGE, 2012). No ano de 1832, segundo a mesma fonte, Luséa sofreu ataques da etnia Maués, que dizimaram 30 soldados e muitos moradores. No ano seguinte, o aldeamento Luséa foi elevado à condição de Vila.

Nos idos de 1835, esse local foi palco de embates do movimento Cabanagem, cujos insurgentes, em número de 880, se autodesarmaram, em 25 de março de 1840 (IBGE, 2012). Dez anos mais tarde, quando criada a Província do Amazonas, Luséa passou de vila a município instalado, além de Maués, Barcelos e Tefé. Depois, em 1865, a sede municipal de Luséa passa a chamar-se Vila da Conceição e, em 1892, o município recebe a denominação de Maués. A origem de tal nome vem dos Maués, quem pela primeira vez cultivou o guaraná na região. Em seguida, em 1895 (IBGE, 2012), o termo judiciário de Maués passou à condição de comarca e, em 1896, elevou-se à condição de cidade.

Portanto, em retrospectiva, o atual município de Maués criou-se como distrito com a denominação de Luséa, em 1800 (IBGE, 2012). Foi elevado à categoria de vila, em 1833. Em 1858, foi considerada freguesia, com o nome de Maués, pela Lei nº 92, de 06.11.1858, até

²⁴ À época chefe do PARNAMAZONIA.

consolidar-se como município em 1892.

Ao longo da sua história, a composição administrativa do município oscilou entre uma organização administrativa formada apenas do distrito-sede ou deste com outros. Assim, em 1911, o município se compõe de cinco distritos: Maués, Urucará, Arrozal, Curupira e Batista. Mas, em 1933, o município já aparece constituído apenas do distrito-sede. Desse modo, não obstante o mesmo ter adquirido depois dessa época partes de outros municípios, mudança significativa só ocorreria em 1988, quando passa a se constituir de três distritos, Maués, Osório da Fonseca e Repartimento, a permanecer assim, conforme consta de sua divisão territorial, datada de 2009 (IBGE, 2012). Portanto, historicamente, foi essa a formação administrativa desse município.

No que concerne à economia, conforme (IBGE, 2012), suas principais atividades são a agricultura, a produção de guaraná²⁵ e a pecuária.

3.2 Diferenciais naturais, históricos e culturais do PARNAMAZONIA

O acesso principal ao parque é feito a partir da cidade de Itaituba, por duas vias, uma terrestre e outra fluvial. Por terra, percorre-se 53 km de estrada de terra, partindo de Itaituba no sentido Jacareacanga, pela rodovia Transamazônica (Fotografia 11), até o parque. Esse trajeto, na época do verão, pode durar aproximadamente uma hora e meia e, ao longo dessa rodovia, não há qualquer tipo de sinalização, apenas existe uma placa (Fotografia 12) que demarca o limite de acesso ao parque. A rodovia se prolonga por mais 112 km dentro de seus limites, com muitos trechos de pontes de madeira, o que torna frequentes acidentes e contratempos. O melhor tipo de transporte pode ser o de tração 4 x 4, preferível para esse tipo de estrada.

²⁵ O Guaraná, arbusto da família das Sapindáceas, muito comum no Amazonas e no Pará, é também conhecido como naranazeiro, uaraná, guaranaúva e guaranaína. Foi descoberto em 1821 por Humboldt, em contato com tribos indígenas que viviam na Amazônia, município hoje chamado de Maués. Os índios consideravam o guaraná sagrado e utilizavam a pasta como remédio. Os frutos do guaraná são pequenos e vermelhos, apresentam-se em cachos. A medicina natural considera-os alimento capaz de revigorar as perdas orgânicas. O guaranazeiro foi estudado pela primeira vez, em 1826, por Von Martius. Nesta época, já se difundiam na Europa informações sobre as qualidades terapêuticas da planta.

Fotografia 11 - Trecho da Transamazônica que corta o PARNAMAZONIA



Fonte: Monica Araújo, 2012.

Fotografia 12 - Placa indicativa do PARNAMAZONIA



Fonte: Monica Araújo, 2012.

É mister se destacar a falta de cuidados com o parque pelas autoridades competentes, pois o estado em que se encontra a placa é um evidência de descaso, bem como a própria falta desinalização no percurso que leva a esse parque, sem nenhum chamariz. Isso denigre a imagem do parque, tanto aos olhos da população local quanto aos visitantes, o que, pelo contrário, deveria ser motivo de orgulho e atração.

Feito o percurso pela Transamazônica, após passagem por uma ponte de madeira que cruza o igarapé Tracoá (Fotografia 13), depara-se com a primeira base (Fotografia 14) do parque, que leva o mesmo nome do curso d'água, onde funciona um setor de vigilância terceirizado do parque desse lugar. Em seguida, percorre-se mais 12 km até chegar à segunda base, Uruá, próximo ao igarapé de mesma denominação, e encontra-se ali o mirante, as trilhas interpretativas e os alojamentos.

Fotografia 13 - Ponte sobre o igarapé Tracoá



Fonte: Monica Araújo, 2012.

Fotografia 14 - Base Tracoá



Fonte: Monica Araújo, 2012.

Com respeito ao acesso por via fluvial, o visitante conta com linhas regulares de transporte entre Itaituba e a vila de São Luís do Tapajós, à sua margem direita, e o deslocamento pode durar de três a cinco horas. Outra opção são as chamadas voadeiras, que podem chegar até a trilha na foz do Tracoá, a partir daí se chega à portaria do parque em uma hora, sendo meia hora desse percurso feito a pé pela trilha.

a) Aspectos biofísicos

Os rios amazônicos são classificados em três categorias: os de águas brancas – o rio Amazonas e seus afluentes que nascem na Cordilheira dos Andes; os de águas claras – o Tapajós, Xingu e Tocantins, que nascem no Escudo Brasileiro e têm um conteúdo muito baixo de material em suspensão; e os de águas negras – que nascem na Planície Amazônica e se caracterizam pela coloração escura de suas águas, devido a substâncias húmicas do podzólico, solos arenosos das regiões onde nascem esses rios (INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL, 1979). No caso dos rios de águas claras, eles não constituem uma várzea, entretanto

[...] podem apresentar um depósito de materiais arenosos abaixo das principais corredeiras. Tal sedimentação, resultando em abundantes tabuleiros de areia e praias, ocorre no rio Tapajós, na área correspondente ao Parque Nacional, e também rio abaixo. (INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL 1979, p. 17).

No que se refere à potencialidade ecoturística do Tapajós, ressalta-se sua paisagem de características singulares com “[...] pedrais, ilhas e ilhotas que separam a Vila Rayol (margem esquerda do rio) da Vila de São Luiz do Tapajós (margem direita)” (ESTRATÉGIA, 2009, p. 12). O autor destaca que o acúmulo de areias clara nesses lugares define perfis de praias de forte inclinação, o que decorre da amplitude do nível do rio, no interregno entre cheia e seca. Frontalmente a essas localidades, o rio se espalha por canais diversos oriundos de uma fenda geológica, a perfazer uma das paisagens mais instigantes da região. Todo esse cenário, naturalmente, deve encher de beleza os olhos do visitante e também das populações locais.

O conjunto conhecido por Corredeiras do Tapajós (Fotografia 15) é formado por uma topografia montanhosa e acidentada, cobertura vegetação densa, contrastando com as águas brancas que acontecem pela extensão. São saltos, praias, afloramentos de rochas vulcânicas e corredeiras. Estas últimas se iniciam a cerca de dois quilômetros abaixo da

praia do Uruá e são locais privilegiados para atividades de aventura na água, seja descendo as corredeiras em *rafting*, seja em trajetos de aventura de voadeira rio acima, conforme sugere Estratégia (2009). Sua extensão de 28 km abrange as proximidades da vila de São Luiz do Tapajós até o porto Bururé, trecho pequeno, que apresenta interesse para atividades de aventura.

Fotografia 15 - Corredeiras do Tapajós



Fonte: Gilberto Nascimento, 2009.

Quando de sua viagem ao Tapajós, realizada em 1895-1986, Coudreau (1977) narra minuciosamente aspectos variados do rio. Enfatiza que o “Tapajós é o último grande rio curso d’água ocidental do Planalto Central Brasileiro. Para oeste, é o último dos afluentes entrecortados de cachoeiras” (COUDREAU, 1977, p. 15), há quem o denomine de “Tapajós encachoeirado”. Outra descrição desse viajante que merece destaque por exprimir a beleza da região é a seguinte:

Estamos no rio desde a manhã. Trata-se de um dia de céu de verão, céu de doçura infinita durante os primeiros quartos de hora da lenta ascensão do sol acima do horizonte. Os raios de ouro ergueram-se no suave azul, e até às nove horas, tudo fica terno e doce, o azul do céu e das águas, o verde das vertentes e até mesmo a própria sensação da vida em geral. As incontáveis gradações de verdes das margens adormecidas reluzem sob a aveludada paleta do sol, que vai subindo lentamente no sol, numa apoteose de verde, azul e dourado.

Tomados deste encantamento, chegamos à enseada do Mangabal Grande,* entre a Ponta da Sapucaia e a Ponta Grossa, logo abaixo da cachoeira. (COUDREAU, 1977, p. 34).

De fato, diante de tais declarações, pode-se imaginar o quanto esse viajante europeu ficou impressionado com a natureza, não se restringiu, portanto, em suas anotações de bordo, a avaliar somente os aspectos mais técnicos da região tapajônica.

E, como se pôde observar *in loco*, apesar da beleza e de todo esse potencial natural existente no PARNAMAZONIA, pouco foi implementado em termos de estrutura para a viabilização de programas turísticos, ainda que tenham sido elaboradas estratégias de uso público para a citada unidade de conservação. É importante ressaltar ainda que tal documento está a nortear este trabalho de pesquisa, uma vez que contém importantes informações sobre o parque.

No que concerne ao clima, e por estar localizada no sudoeste do Pará, conforme Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (1979), essa região está em faixa de baixa latitude, apresenta predominância de clima quente e úmido (equatorial) com temperaturas médias frequentemente superiores a 22°C, com oscilação entre 24°C e 26°C. Os meses de setembro e outubro são os mais tórridos, em contraste aos de junho a agosto, que são mais amenos, ainda que não apresentem temperaturas inferiores a 22°C. As mínimas e máximas absolutas são de 21°C e 38 e 40°C, respectivamente. A mesma fonte informa que a umidade relativa do ar gira em torno de 80% por todo o ano e as chuvas geralmente se mostram mais intensas nos meses de verão.

b) Aspectos geológicos e geomorfológicos

Localizado numa zona de transição entre o Escudo Brasileiro e a Bacia Sedimentar do Amazonas, o PARNAMAZONIA apresenta, por isso, desde materiais de origem vulcânica da Formação Iriri até as mais sólidas formações rochosas do Escudo Brasileiro pré-cambriano (INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL, 1979). Ainda se encontram depósitos aluviais mais recentes, da era quaternária da Bacia Sedimentar do Amazonas, a constituir, portanto, os sedimentos paleozoicos do Urupadi e do Tapajós.

Visualizam-se nesse espaço geomorfológico as mais diversas formas de relevo, como as colinas de topo aplainado, interflúvios tabulares, colinas, vales encaixados e ravinas, que resultam de sua intensa dissecação natural, e a elas se somam afloramentos rochosos de origem vulcânica, sendo frequentes das corredeiras do Tapajós. Essa configuração, por sua vez, se constitui em forte atrativo para atividades de ecoturismo, como já posto anteriormente (INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL, 1979; MOREIRA, 2011) ressalta outra vertente turística que pode ser desenvolvida em áreas que possuem

características semelhantes com os parques nacionais e geoparques norte-americanos, portugueses, espanhóis, malasianos, australianos e costa riquenhos: o geoturismo.

a) Aspectos pedológicos

Com relação aos seus solos, o PARNAMAZONIA caracteriza-se pela maior presença de três tipos²⁶ distintos: o latossolo amarelo distrófico, com boa permeabilidade, porém de baixa fertilidade, dada sua acentuada acidez; solos hidromórficos e gleyzados, propícios à formação de matas de galeria e encontrados às margens do rio Tapajós (Fotografia 16) e de alguns igarapés; e os “palhais”, onde há concentração grande de palmeiras de babaçu.

Fotografia 16 - Solos hidromórficos e gleyzados às margens do Tapajós



Fonte: Monica Araújo, 2012.

Ao considerar o que coloca Sombroek (2000 apud KERN et al., [19--]), a região Amazônica frequentemente é caracterizada como um ecúmeno homogêneo de alta pluviosidade e temperaturas elevadas, além de possuir solos de acentuada acidez e faltos em nutrientes. Entretanto, por suas reais condições ambientais e climáticas serem por demais diversificadas, estas podem ser seguidas por variações na cobertura vegetal, na tipologia e nas peculiaridades dos solos amazônicos.

Nesse sentido, Kern et al. ([19--]) apontam que constatações de cunho arqueológico sugerem que atividades antrópicas antigas nos *habitat* da Amazônia mudaram com expressiva

²⁶ No PARNAMAZONIA, há ocorrência de 11 tipos de solos, devido a estarem assentados sobre formas de relevo que foram desenhadas sobre uma base geológica terciária, com dominância do período pré-cambriano. (INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL, 1979, p.21).

ênfase a paisagem circunvizinha dos assentamentos, em especial no pré-histórico tardio. Os autores evidenciam a esse respeito

[...] as áreas de solo que foram afetadas pelo homem pré-histórico, que apresentam cor escura, restos de material arqueológico (fragmentos cerâmicos e de artefatos líticos) e alto teor de Ca, Mg, Zn, Mn, P e C. Em função da coloração escura da camada superficial, tais solos são conhecidos como Terra Preta Arqueológica (TPA), Terra Preta de Índio (TPI) ou Terra Preta (TP), além de uma variante menos divulgada, a terra mulata (Sombroek, 1966; Kern & Kämpf 1989). (KERN et al., [19--]).

Também, esses autores revelam ser esse solo de coloração escura graças, principalmente, ao material orgânico decompositado em priscas eras. Essa formação, por sua vez, se mostrou como forma de carvão residual provinda de fogo doméstico e da queima de segmentos de mata para utilização na agricultura. Além do que seus teores altos de Carbono Orgânico, Fósforo, Cálcio e de Magnésio são subprodutos de depósitos de cinzas, retalhos de peixes, conchas, animais de caça, dejeções humanas, entre outros compostos de origem, o que gera a fertilidade grande dos solos.

Assim, toda essa fertilidade é expressivamente superior à maior parte dos solos da Amazônia não alterados pelo homem pré-histórico, o que normalmente é de baixa acidez e nutrição. (RODRIGUES, 1996; KERN; KÄMPF, 1989; WOODS; MCCANN, 1999; MCCANN et al., 2001; LIMA et al., 2002 apud KERN, et al., [19--]). Conforme Kern et. al. ([19--], não paginado), “Os sítios de TPs podem estar circundados por solos de cores bruno-acinzentadas, também com teor alto de C orgânico, porém com teores de P e Ca mais baixos, e com pouca incidência ou mesmo ausência de artefatos culturais”. Esses solos, segundo Sombroek (1966 apud KERN et al., [19--]), distinguem-se dos solos adjacentes não modificados, frutos da atividade agriculturável pré-histórica, de caráter permanente ou semipermanente, cuja identidade é de solos terra mulata (TM).

A ocorrência de TP é ampla na Pan-Amazônia e, segundo German (2004 apud Kern et al. ([19--])), é amiúde localizada ao longo de rios e interflúvios, espalhando-se em várzeas, relevos de margem e terra firme. Evidencia-se também que o *locus* desses assentamentos facilita a acessibilidade aos ambientes adversos e ainda funciona como controle de acesso e melhor visão de campo para a defesa.

As TPA, de acordo com Estratégia (2009), são encontradas em localidades diversas no curso do Rio Tapajós e no PARNAMAZONIA, mais precisamente às adjacências

[...] do Morro da Terra Preta, da Base Uruá, no antigo ramal do Saita e ao longo da Trilha da Capelinha [...]. A quantidade de material arqueológico (os fragmentos citados acima) que aflora nessas áreas, permite cogitarmos que estes locais foram

bastante frequentados por grupos indígenas do passado. Evans (1964) afirma que os grupos indígenas que viveram às margens do Tapajós integraram uma cultura complexa conhecida por Estilo Santarém, que teria deixado os diversos resquícios encontrados naquelas localidades. (ESTRATÉGIA, 2009, p. 29).

O mencionando acima, com relação às TPA, constitui-se em notável material de estudo para quem quer se debruçar sobre a arqueologia pré-histórica amazônica, que o PARNAMAZONIA também propicia. Além disso, pode causar interesse pelas suas idiossincrasias ao turismo arqueológico.

O naturalista Henri Coudreau, nos anos de 1895 a 1898, em suas viagens ao Tapajós, Xingu e Tocantins, em passando pelas cidades de Santarém e Itaituba, apenas registra uma visita a uma localidade denominada Terra Preta, somente fazendo referência à cultura material indígena, sem, no entanto, fazer menção alguma às características desse tipo de solo de que se trata (COUDREAU, 1997a; 1977b; 1980 apud KERN et al., [19--], p.76). Entretanto, as primeiras notícias de relatos sobre a TP datam de registros feitos pelos estudiosos Charles Hartt e Joseph Beal Steere (WOODS; DENEVAN, 2006 apud KERN et al., [19--], p.76), nos anos de 1870 e 1871, que descrevem sobre a região do Baixo Tapajós e fazem uma relação direta entre Terras Pretas e aldeamentos indígenas²⁷.

Ao final do século XIX, a característica de fertilidade da TPA espicaçava o interesse de cientistas como, por exemplo, Hartt e Katzer, entre outros. No entanto, só no término do século XX é que as TPs passaram a chamar a atenção da comunidade científica nacional e internacional para realizar pesquisas²⁸ multi e interdisciplinares, multiplicando, assim, a quantidade de artigos científicos. Percebe-se, portanto, a importância das pesquisas sobre TP para a agricultura, para o conhecimento da pré-história da Amazônia, assim como para as mudanças climáticas atuais.

²⁷ “Hartt, em 1885, sugeriu que TPAs seriam solos vegetais, para os quais os índios eram atraídos devido à alta fertilidade da terra; e fundamentou essa hipótese, por ter encontrado fragmentos cerâmicos em toda a camada de refugo ocupacional. Em 1871, o cientista Steere afirma que as Terras Pretas apresentam solos profundos e com grande quantidade de material cerâmico, levando a hipóteses de que esses solos profundos seriam antigos “sítios de vilarejos indígenas” e que a coloração preta do solo era devido ao lixo de uma grande população, somado às folhas podres de palmeiras decorrentes da cobertura de casas, ao longo de várias gerações. Kern et al. ([19--]).

²⁸ O Museu Goeldi, ao lado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Universidade Federal do Pará (UFPA), Embrapa Amazônia Oriental, Embrapa-Rio, Esalq-SP, Universidade Estadual do Pará – UEPA e da Universidade Federal Rural – UFRA, vem pesquisando em solos de TPs e áreas adjacentes. Resultado dessas pesquisas são teses, dissertações e numerosos artigos e capítulos de livros. Há também o Grupo de Pesquisa “Estudo de Terra Preta Arqueológica da Amazônia”, registrado desde 1997, no CNPq. Dedicam-se ainda ao estudo das TPs, o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA), a UFPA, e a Embrapa Amazônia Ocidental, que têm como parceiros a Universidade Federal de Viçosa - UFV, Embrapa-Rio, entre outros órgãos. (KERN et al., [19--]).

b) Fauna e flora

Considera-se que um dos aspectos naturais mais proeminentes do PARNAMAZONIA é sua vegetação de cobertura florestal quase ininterrupta e diversificada conforme a sua posição equatorial (INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL, 1979). Desse modo, tem-se a floresta de terra firme que apresenta duas subdivisões: floresta ombrófila densa e floresta ombrófila aberta. E a aluvial e a de Igapó.

Ainda segundo a fonte consultada, a floresta de terra firme constitui a maior parte dessa vegetação e caracteriza-se pela forte presença de árvores de porte elevado, além de possuir alta diversidade biológica e baixa densidade de indivíduos. Conforme inventário florístico²⁹ (SOCIEDADE PARA A PESQUISA E PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE, 2007), tanto o PARNAMAZONIA quanto as FLONA Itaituba I e II possuem um número de espécies de árvores grande e variado. A maioria delas atinge uma considerável altura de 50 metros, e sobressaem-se seringueiras (*Hevea brasiliensis*), castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa*), jacarandá (*Dalbergia spruceana*), variegadas espécies de ipê (*Tabebuia sp.*) e cedro.

Faz-se um contraponto a essa grandiosidade florestal, pela baixa incidência solar, as camadas inferiores são profusas em trepadeiras, musgos, líquens, orquídeas (*Oncidium lanceanum Lindl*) e samambaias.

Por sua vez, a floresta aluvial está diretamente relacionada à presença de água no solo e ocorre em áreas baixas e alagadiças, com presença de rios e igarapés. Apresenta, em conformidade com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (1979), um número inferior de espécies, comparativamente às florestas de solo firme, e árvores mais baixas, como a sumaúma (*Ceiba pentandra*) e o açaí (*Euterpe oleracea*).

E, por fim, a floresta de Igapó ocorre em ilhas e praias do Tapajós, que são espaços sujeitos a inundações. Porém, diferentemente do que ocorre com a floresta aluvial, essa inundação decorre do regime de chuvas (INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL, 1979). Caracteriza-se pela presença de árvores baixas e ramificadas, além de ser intercalada com trechos de areia branca e afloramentos rochosos.

²⁹ Foi feito um levantamento rápido da biodiversidade vegetal no PARNAMAZONIA. Um se deu em outubro de 2004 e outro em fevereiro de 2005. Na primeira expedição, estação seca, foram priorizados *habitats* de mata de terra firme, às margens da Transamazônica. Na segunda, foram explorados as matas de igapó e área de transição entre este ambiente e a terra firme, bem como áreas de terra firme e baixa, às proximidades do igarapé Tracoá. Ainda na primeira etapa da expedição, catalogaram-se 370 espécies de plantas de 60 famílias. O maior número de espécies exclusivas foi encontrado na Floresta ombrófila densa com dossel emergente e o menor em área de Floresta ombrófila aberta submontana com palmeiras. Registrou-se uma maior riqueza florística na área da Capelinha. A quem interessar um aprofundamento maior desse inventário, consultar Sociedade Para A Pesquisa E Proteção Do Meio Ambiente (SAPOPEMA) “Mapeamento e diagnóstico da biodiversidade do Parque Nacional da Amazônia e das Florestas Nacionais de Itaituba I e II: subsídios para a elaboração dos planos de manejo/levantamentos rápidos de biodiversidade. Relatório final. Santarém. Novembro, 2007.

O que propicia a proliferação dos fungos é a alta umidade e a vasta quantidade de matéria orgânica morta depositada no solo do parque. A diversidade dos seres saprófitos atrai a atenção de visitantes e pesquisadores (INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL, 1979). O período seco é pobre em macrofungos, porém, aos primeiros dias de chuva, eclode uma exuberante variedade de cores e formas significativas de grupos e espécies diversos como os *agaricus*, *afloforais*, *boletos*, *gasteromicetos*, *tramelares* e *ascomicetos*, entre outros.

Os primórdios das pesquisas ornitológicas realizadas na área do PARNAMAZONIA datam, segundo Sociedade para a Pesquisa e Proteção do Meio Ambiente (2007), de cerca de 100 anos, na Vila Braga e na ilha de Goiana, quando Emilie Sneathlage coletou vários espécimes.

Oren e Parker (1997 apud ESTRATÉGIA, 2009) estudaram a fauna ornitológica dessa região e documentaram uma população de 387 espécies para o parque e 445 para Itaituba, com destaque para 19 espécies de dendrocolaptídeos. Os autores assinalaram que o parque é detentor do maior número de arapaçus (araras, papagaios e periquitos) conhecidas no neotrópico; chama a atenção também pela presença da ararajuba (*Guaruba guarouba*), (fotografia 17). Essa ave, símbolo do parque, consta da lista de animais em risco de extinção, segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA). Os cientistas constatam a “[...] presença de 44 espécies de papa-formigas, 14 espécies de beija-flor, 11 espécies de pica-pau e 6 espécies de tucano e de araçari”. Verifica-se, assim, a diversidade grande de pássaros que podem ser apreciados no parque.

Fotografia 17 - Ararajuba, ave-símbolo do parque



Fonte: Gilberto Nascimento, 2010.

Em levantamento da Sociedade para a Pesquisa e Proteção do Meio Ambiente (2007), acrescentem-se à relação de Oren e Parker mais 38 espécies, entre as quais a harpia (*Harpia harpyia*), o urubu-rei (*Sarcoramphus papa*), o inhambu (*Crypturellus stringulosus*), o conhecido urubu-de-cabeça-preta (*Coragyps atratus*), a jacupiranga (*Penelope pileata Cracidae*), o jacamim-verde (*Psophia viridis Psophiidae*), a mãe-de-taoca-preta (*Rhegmatorhina berlepschi*) e a mãe-de-taoca-dourada (*Skutchia borbae*). Como resultado desse mapeamento, o número de espécies de aves do parque elevou-se para 425. As espécies mais incidentes são: o arapaçu-bico-de-cunha (*Glyphorhynchus spirurus*) (Dendrocolaptidae), o mãe-de-taoca-pintada (*Phlegopsis nigromaculata*) (Thamnophilidae) e o arapacu-elegante (*Xiphorhynchus elegans*).

Ainda, registra-se, embora em menor frequência, determinadas espécies anteriormente ignoradas para a região, conforme segue: falcão-caburé (*Micrastur ruficollis*), falcão-críptico (*Micrastur mintoni*), tiriba-de-barriga-vermelha (*Pyrrhura perlata*), mãe-da-lua-gigante (*Nyctibius grandis*), urutau-de-asa-branca (*Nyctibius leucopterus*), acurana (*Hydropsalis climacocerca*), martim-pescador-da-mata (*Chloroceryle inda*). A supracitada pesquisa ocorreu tendo por base as trilhas da Capelinha, do Uruá, da Piçarreira, Tracoá e área da Lorena.

Destaca-se que, em decorrência da incidência grande de aves das mais variadas espécies nessa unidade de conservação, há uma procura grande por parte de cientistas, observadores de pássaros e pessoas interessadas na ornitofauna.

No que concerne à presença de mamíferos, registram-se de 100 espécies nos limites do parque, sendo “[...] 37 morcegos, 16 roedores, 13 carnívoros, 13 primatas, 10 edentados, 6 marsupiais, 4 artiodáctios, 1 lagomorfo e 1 perissodáctilo”, de acordo com Sociedade para a Pesquisa e Proteção do Meio Ambiente (2005); Marques et al. (1988 apud ESTRATÉGIA, 2009, p. 28). Ainda segundo esses levantamentos, estavam relacionados como animais em risco de extinção: a ariranha (*Pteronura brasiliensis*), o cachorro-vinagre (*Speothosvenaticus*) e o tatu-canastra (*Priodontes maximus*). A essa relação inclui-se o tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*), a onça-pintada (*Panthera onça*), e o peixe-boi (*Trichechus inunguis*).

Entre os primatas, destacam-se o macaco-prego (*Cebus apella*), sagui (*Callithrix humeralifer*), caiarara (*Cebus albifrons*) e cuxiú-de-nariz-branco (*Chiropotes albinasus*). São comuns também as presenças de onças-parda e preta, porcos-do-mato (*Tayassu tajacu* Lin.), antas (*Tapirus terrestris* Lin.) e veados, e suas pegadas podem ser vistas com muita facilidade e frequência pelos visitantes.

Existe uma série de espécies conhecidas para a região, segundo Sociedade Para a

Pesquisa e Proteção do Meio Ambiente (2007), que ainda não foi registrada até o presente, tais como: preguiças (*Bradypus* spp e *Choloepus didactylus*), coendu (*Coendou SP*), gato mourisco (*Herpailurus yaguaroundi*), cachorro-do-mato (*Atelocynus microtis* e *Speothus venaticus*), macaco-da-noite (*Aotus nigriceps*), macaco-barrigudo (*Lagothrix lagothricha*) e coatá (*Ateles chamek*).

As espécies de morcegos mais evidenciadas pelo levantamento são as seguintes:

Carollia persicillata (32,8%), *Artibeus jamaicensis* (7,96%), *Pteronotus parnellii* (7,71%) e *Trachops cirrhosus* (7,21%). [...]. Das 42 espécies registradas neste inventário 17 constituem novas ocorrências para a área, incluindo espécies relativamente comuns em florestas neotropicais como, por exemplo, *Artibeus obscurus* e *Molossus molossus* e também espécies raras como *Vampyrum spectrum*, *Chrotopterus auritus* e *Neoplatymops mattogrossensis*. (SOCIEDADE PARA A PESQUISA E PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE, 2007, p.7).

Ressalta-se que esse levantamento enfatiza que esses mamíferos, de significativa diversidade no parque, que habitam diversos nichos ecológicos entre diferentes fitofisionomias e *micro-habitat*, podem também ser utilizados em projetos de monitoração do meio ambiente.

Alguns autores citam a ocorrência de boto-cor-de-rosa (*Inia geoffrensis*) e do preto (*Sotalia fluviatilis*) na área do parque, apesar de os moradores ribeirinhos afirmarem que não há botos, nem peixes-boi, acima das corredeiras do Tapajós.

Divergências à parte, o que se sabe como certo é que o rio Tapajós e seus afluentes são pródigos em diversidade de espécies aquáticas, com destaque para o pirarucu (*Arapaima gigas*), o tucunaré (*Cichla spp*) e o tambaqui (*Colossoma macropomum*), peixes muito apreciados na culturagastronômica amazônica (INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL, 1979). Além desses, há ainda o poraquê (*Electrophorus electricus*) e a arraia-de-fogo (*Potamotrygon motoro*).

Outra presença de fácil aparição no parque é a dos répteis, como o jacaré-açu (*Melanosuchus niger*) e o jacaretinga (*Caiman crocodilus*), que convivem com a tartaruga da Amazônia (*Podocnemis expansa*) e com o tracajá (*Podocnemis unifilis*), os quais podem ser avistados com frequência nas margens do rio Tapajós e na foz de Igarapés (SAPOPEMA, 2007). As áreas mais degradadas do parque são mais facilmente habitadas por lagartos (*Tupinambis daud*), iguanas (*Iguana iguana*) e lagartixas (*Rhacodactylus leachianus*), enquanto nas matas podem ser encontradas várias espécies de serpentes, como jararaca (*Bothrops jararaca*), coral (*Micrurus*), coral-verdadeira (*Micrurus corallinus*) surucucu (*Lachesis muta*), entre outras.

De acordo com Sociedade para a Pesquisa e Proteção do Meio Ambiente (2007), entre

os répteis foram registrados 197 indivíduos de 49 espécies. As espécies mais abundantes foram *Coleodactylus amazonicus*, *Anolis nitens tandai*, *Gonatodes humerali*) e *Kentropyx calcarata*. No que concerne aos anfíbios (Fotografias 18 e 19), foram anotados 965 indivíduos de 51 espécies, sendo as mais recorrentes as *Engystomops petersi*, *Adenomera spp.* e *Chiasmocleis jimi*.

Fotografia 18 - *Ameerega trivittata*.



Fonte: SAPOPEMA (2007).

Fotografia 19 - *Hypsiboas granosus*.



Fonte: SAPOPEMA (2007).

Quanto aos insetos, foi estimada pelo PM do parque a presença de cerca de 500 espécies (INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL, 1979). Dados do Sociedade para a Pesquisa e Proteção do Meio Ambiente (2007) apontam que a coleção de borboletas (*Lepidoptera: Papilionoidea*) do PARNAMAZONIA foi constituída por 1.053 indivíduos diurnos, a apresentar 279 morfoespécies. A totalidade das famílias que formam a subordem Papilionoidea, encontradas no território nacional (*Lycaenidae*, *Nymphalidae* e *Pieridae*), foi documentada no PARNAMAZONIA.

O mesmo inventário aponta que, dentre as espécies frugívoras identificadas, citam-se a *Agrias claudina* (espécie rara) (Fotografia 20) , *Tyridia acesta*, *Archeoprepona demophon*, *Bia actorion*, *Zaretis itys*, *Memphis morvus*, *Catonephele acontius*, *Haetera piera*, *Historis odius*, *Morpho achilles* (Fotografia 21) e *Nessaea obvinus*.

Fotografia 20 - *Agrias claudina*

Fonte: SAPOPEMA (2007).

Fotografia 21 - *Morpho achilles*

Fonte: SAPOPEMA (2007)

Além das borboletas, podem ser vistos os besouros escaraválhos (*Megasoma Acteon* e *Macrodonia cerviconis*) e, ainda as formigas, com destaque para a pequena formiga-de-fogo (*Wasmannia auropunctata*), temida por causar ardência prolongada com sua picada, e a avantajada tucandeira, que também causa dor intensa e é utilizada nos rituais de passagem e de iniciação à idade adulta, na etnia Maués.

Como apresentada acima, essa imensa e rara biodiversidade constitui-se num patrimônio natural único no planeta, sobretudo, pelo fato de que muitas dessas formas de vida são endêmicas. É fundamental, portanto, gestões que prevejam a articulação entre os atores sociais que direta ou indiretamente estejam envolvidos com essa UC, para que sejam construídas, realmente, formas eficazes de ação que venham a garantir sua sustentabilidade. E o ecoturismo parece ser, pelo seu caráter agregador, o meio mais adequado para funcionar como elemento-chave integrador de objetivos coletivos.

c) Lendas e curiosidades

O PARNAMAZONIA pode ser destacado também pela sua mitologia, que define muito bem traços da cultura amazônica. São conhecimentos que têm procedência da fonte Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (2013, não paginado), mas que, no entanto, foram evidenciados pela autora durante seu trabalho preliminar de coleta de dados *in loco*. Segue, resumidamente, lendas e curiosidades, por considerar que esses são alvos de estudos sem uma necessária rigidez científica:

1) Mapinguari: é um animal fantástico. Os densos pelos do bicho praticamente tornam o seu corpo fechado contra balas, menos a região umbilical. Seus pés estão ao contrário. Contam tratar-se de um velho índio que se metamorfoseou em terrível monstro, o que naturalmente assusta a imaginação popular. Muitos elocubram ser uma preguiça de proporções gigantescas cuja morada está em pequenos e longínquos lugarejos amazônicos. Dizem que seu berro é estarrecedor, o que causa pavor só de pensar.

2) Caipora ou Matinta Pereira: dentro dessa mitologia, é o ser mais popularmente conhecido, com semelhança em nível de significado, a Diana Grega. É a protetora grande da floresta e assobia para assustar os caçadores. Essa sabedoria mitológica poderia muito bem ser utilizada como fator de conscientização ecológica, já que ela na sua essência fala da proteção da biofauna.

3) Sapo-cururu: o enigmático olhar desse anfíbio é fulminante e desorientador. O visitante da floresta que tiver o azar de cruzar o olhar com o dele perde-se nas matas e não consegue reconhecer as trilhas que o levam de volta. Dizem também que sua urina tem a propriedade de cegar aquele incauto que passar por ele.

4) Formigas tucandeiras: seu corpo chega até cinco centímetros de comprimento, o que é uma enormidade para as medidas normais de formiga. Incrivelmente, ao juntarem-se umas às outras, com o artifício de prenderem com a boca o ferrão da anterior, transformam-se em cipó-títica, muito utilizado no artesanato amazônico.

5) Expressão de religiosidade católica, uma peregrinação é feita até um lugar chamado Capelinha de São José da Mata, que consiste num Santuário no meio da selva, feito no lugar onde o rio Nambual tem origem. Dizem que um antigo jesuíta, numa expedição exploratória, parou para repousar no igarapé Santa Tereza, e seus animais de carga, assustados por um estranho, fugiram. Desesperado, o religioso fez uma promessa ao santo: se saísse vivo dali, faria uma capela naquele lugar. O mito conta que o jesuíta terminou por achar o caminho para o rio Tapajós e teve seus burros recuperados. Apesar dessa história lendária, todo mês de agosto há uma peregrinação para a capelinha, tendo como responsável pela organização Raimundo dos Santos Pimentel, o “Dico”, devoto do santo.

O visitante que quiser conhecer de perto a cerimônia de devoção, que é acompanhada por padres, deve se juntar ao grupo de fiéis, como se fora participar de uma excursão que dura quatro dias (dois de ida e dois de volta). O custo para isso sai por R\$ 50,00 (cinquenta reais) e está inclusa alimentação, guias e pernoite, que é feita em acampamentos montados pelos mateiros. A peregrinação para a capelinha constitui-se em um atrativo religioso icônico do PARNAMAZONIA. Também é importante ressaltar que, em termos de turismo em si, estão

sendo viabilizados recursos financeiros para melhorar a infraestrutura do percurso, inclusive com sinalização, para minimizar a ocorrência de acidentes.

6) Encontraram-se ainda, em Torres; Figueiredo (2005, p. 374), notas que fazem menção a uma história sobre o **Milagreiro Guariraba**, que em resumo é a seguinte: dois escravos fujões, Vicente e João Guariraba, ao se evadirem, perdem-se na floresta e terminam por falecer. Um caboclo que por ali andava, ao encontrar seus corpos moribundos, condói-se de suas desgraças e enterra-os. Ao imaginar que aqueles mortos possam ter compaixão por ele, o caboclo, que estava enfermo, faz a seguinte promessa: oferecer-lhes vela e em troca pede-lhes a cura da doença que o atormentava. O homem ficou bom e, a partir daí, cumpriu o que havia prometido: no candeeiro do túmulo dos “Santos”, sempre tem gás para manter a chama acesa.

Os autores ainda narram que os corpos do Guabiraba encontram-se enterrados na fazenda de mesmo nome, localizada à margem direita do Tapajós, frontal ao PARNAMAZONIA, limítrofe à FLONA Itaituba II. Os devotos multiplicaram-se e normalmente oferecem ex-votos para suas curas alcançadas. Além disso, levam querosene e a roupa vestida de quando a promessa foi feita.

7) Antes da realização da pesquisa de campo, esta autora foi informada, por uma amiga, da existência de uma pessoa que poderia contribuir com dados importantes com relação ao parque. Tratava-se de um professor, José Santos Nascimento Filho, que também era conhecido na cidade como **homem-cobra**, por ter sido picado por uma coral peçonhenta (*Micrurus*) (Fotografia 22).

Fotografia 22 - Um dos tipos da coral: *Micrurus filiformis*



Fonte: Pardal et al.(2010).

Então, teve-se a oportunidade de conhecer a partir de um relato³⁰ a interessante história do homem-cobra:

Quando eu estava fazendo parte de uma expedição para o levantamento de fauna e flora para o plano de manejo do parque, teve esse acidente comigo. Foi um acontecimento que teve grande repercussão, porque, estatisticamente, existe apenas 0,4% de chance de se ser mordido por uma coral atualmente na Amazônia. Por ser uma serpente dócil, não agressiva, a chance é 0,7% de se sair vivo, porque é uma espécie rara de se encontrar; e justamente naquela noite, eu encontrei a espécie rara, fui mordido por ela e toda uma história aconteceu. Então, existe muita biodiversidade, tem muita coisa que não é registrada. Não tinha o contra-veneno aqui no município nem no Estado do Pará, e as equipes que estavam conosco, da Conservação Internacional e da UFPA, vasculharam toda essa região e só encontraram no Hospital Tropical em Manaus. Então, fui encaminhado de helicóptero para lá e pude fazer o procedimento. Isso, eu já estava com umas 4-5 horas de veneno no corpo. Ela é neurotóxica e a primeira coisa que o veneno faz é apagar a gente. Ainda bem que eu a vi, a capturei e eles a levaram para Manaus. Mesmo assim, eu continuo trabalhando com serpentes, isso é acidente de trabalho e depois disso não falta mais soro antielapídico na região. Por um lado foi bom. A *micrurus* é abundante aqui na Amazônia, tem umas cinco espécies, mas essa que a gente encontrou é uma das raras [...]. Primeiro ela adormece por ser neurotóxica; o veneno trabalha o sistema nervoso e o desliga; há o risco de uma taquicardia, de parada cardiorrespiratória. Tem estudos que mostram que existem proteínas que permanecem, que ficam circulando, mas sem efeito no corpo. Apesar da tradição local, ela reza que nas luas de maior intensidade, quando a lua se aproxima mais da terra, as águas tem um momento que a minha sensibilidade aumenta no sentido de qualquer coisa me dá alergia; a irritabilidade também aumenta. Seria uma TPC (Tensão Pós Cobra). Eu noto variação principalmente na irritabilidade, mas na questão de humor minha esposa é quem sabe. Enfim, de qualquer forma, tem uma parte do parque no meu corpo. (informação verbal).

A partir desse relato, pode-se imaginar que deve haver, com certeza, muitas outras narrativas que tenham algo de insólito, que espicaçam a imaginação. Isso posto, no segundo momento da pesquisa, para melhor caracterização da área de estudo, procurar-se-á atentar para outras diferentes narrativas. Estas, mesmo que de modo tangencial, guardam sua importância para a definição de um melhor saber sobre a região amazônica.

Diante desse instigante quadro que demonstrou ser o parque um patrimônio natural e histórico-cultural, políticas adequadas podem e devem ser desenvolvidas para que ele se transforme realmente em um bem de usufruto turístico, que concilie a conservação da biodiversidade com lazer. No entanto, para que isso venha a acontecer, é fundamental, como já foi citado anteriormente neste trabalho, a responsável articulação entre os diversos atores sociais envolvidos no processo de gestão do parque, o que traria uma série de benefícios para a comunidade autóctone. Além disso, outros atores se beneficiariam também como empresários e trabalhadores das mais diversas naturezas.

Outras informações, agora, de cunho histórico, dizem respeito aos primórdios da

³⁰ Cientista natural, 32 anos, professor da rede pública de Itaituba, fundador da AMIPARNA e conselheiro do parque.

colonização amazônica, que tem como cenário o rio Tapajós e por extensão o PARNAMAZONIA. Em conformidade com Coudreau (1977), esses colonizadores eram piauienses, maranhenses e outras plagas do Pará, os quais se miscigenaram com os nativos da nação Munduruku, ocuparam os seringais locais e ali se fixaram, produzindo e comerciando borracha (*Hevea brasiliensis*). Além disso, esse naturalista e outros como Bates tratam de certos pontos fundamentais para a compreensão da história dessa época, o que é importante para essa pesquisa. Enfatize-se que se tratará desses aspectos somente após novas reflexões teóricas e pesquisas de campo. Ressalte-se ainda que se dará maior ênfase à fase da borracha por ter sido a principal fonte econômica à época.

3.3 O plano de manejo, o conselho consultivo, a gestão, o turismo e a conservação do PARNAMAZONIA: contextos e atores sociais

3.3.1 A construção do plano de manejo

O PM do PARNAMAZONIA data de 1979 e, no que diz respeito à sua configuração, como instrumento diretor para o funcionamento pleno do parque, apesar de ainda estar em estágio muito incipiente no que concerne a realizações, como se verá a seguir, foram criadas 11 Áreas de Desenvolvimento (AD), entretanto nem todas voltadas ao Programa de Uso Público. Faz parte do PM do parque (INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL, 1979) o quadro seguinte, que descreve essas Áreas de Desenvolvimento e suas principais funções:

Quadro 4 - Áreas de Desenvolvimento propostas no plano de manejo

Áreas de Desenvolvimento propostas ao longo da Transamazônica			
AD	Objetivos	Uso público	Utilização atual
Tracoá (Limite leste)	Entrada-Saída Orientação Proteção	sim	Entrada-saída, orientação, trilhas, natação, proteção
Morro da Terra Preta	Interpretação Trilhas Piqueniques	sim	Não implantada, trilhas, observação de pássaros
Uruá	Administração Interpretação Pesquisa	sim	Observação, trilhas, banho de rio/natação piquenique, abrigo de visitantes e pesquisadores, proteção
Saita	Residência Manutenção	não	Não implantada, trilhas
Buburé	Porto Interpretação	sim	Não implantada, porto
Lorena	Embarcadouro Recreação	sim	Não implantada, sem uso
Montanha (Limite sul)	Entrada-Saída Orientação Proteção	sim	Não implantada, entrada-saída

Áreas de Desenvolvimento propostas ao longo do limite norte do Parque			
AD	Objetivos	Uso público	Utilização atual
Amanã	Proteção	não	Não implantadas, sem uso
Urupadi			
Mamuru			
Mariaquã			

* De acordo com o plano de manejo

Fonte: Estratégia (2009) com adaptações da autora (2012).

No que se refere a esse quadro, as áreas onde foi identificado algum desenvolvimento com relação a ações que contribuíram para a sustentabilidade do PARNAMAZONIA se resumem a apenas duas AD: as bases Tracoá e Uruá³¹. Nas demais, nada havia de concreto em termos de infraestrutura para o turismo. Sobre essas duas áreas, far-se-á mais adiante uma discussão.

Estratégia (2007) faz a seguinte análise sobre as demais AD:

a) AD Buburé: tem a peculiaridade de funcionar como porto natural para aqueles que sobem o rio Tapajós ou para quem vem no sentido contrário, dirigindo-se para as corredeiras e cachoeiras, predominantes no Tapajós, até as redondezas da Vila São Luiz do Tapajós. Porém, esse aportamento é feito sem nenhuma infraestrutura especial, aproveitando-se apenas a praia existente. Segundo José Sales de Sousa (informação verbal), no Porto Bururé mora apenas uma família, e esta ainda não recebeu indenização, pois, se não há documentação, não há como ser paga.

b) AD Morro de Terra Preta: foi planejada como centro de visitantes do parque e a AD Lorena como local de lazer e recreação, com uma infraestrutura adequada.

c) AD Montanha: assim como a do Tracoá, tem como principal finalidade a entrada e saída do parque com vistas ao controle e orientação.

Conforme visto, depreende-se que há muito a ser realizado com relação ao que foi planejado para o PARNAMAZONIA. No entanto, sabe-se que esses processos de implantação, pela sua complexidade, são lentos e, muitas vezes, nada é realizado, *lato sensu*.

Ademais, constatou-se que foi elaborada uma segunda versão do PM, porém ela ainda está tramitando em lugar competente à espera de sua homologação em Brasília. Portanto, 35 anos se passaram desde sua primeira elaboração, o que denota descuido pelas autoridades, já que, quando de sua elaboração, segundo Torres; Figueiredo (2005), no PARNAMAZONIA, como aconteceu em outras áreas protegidas, não houve mapeamento da biodiversidade da região. Constatou-se também que é incipiente o conhecimento concreto sobre a realidade amazônica, necessário para priorizar a escolha das áreas de preservação.

³¹ Segundo informação verbal repassada por Adelson Ribeiro da Silva, vigilante do parque e também monitor de turismo. Tracoá significa formiga e uruá, um caramujo, um bichinho de casco.

O documento “Plano de Manejo da Amazônia/Tapajós” (INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL, 1979) mostra que para sua elaboração contou-se com diversos auxiliares técnicos³², inclusive a participação da *World Wildlife Foundation For Nature* (WWF) como consultora, em um movimento vertical, devido ao fato de a comunidade local não ter participado do processo de sua construção. À época não se cogitava ainda a inserção de atores sociais locais nem ao menos como “consultados”, o que seria fundamental, pois o estabelecimento daquela área de conservação naturalmente interferiria na vida dos comunitários. Todavia, chama a atenção nos agradecimentos do referido documento a citação de um mateiro do parque, talvez consultado pelos seus conhecimentos sobre a floresta, bem como a de um guarda-florestal.

Essa lógica de concepção de um PM assenta-se no fato, segundo Irving et al.(2005), de que este sempre foi visto como um documento de caráter técnico, a reboque de uma cultura de especialistas, únicos capazes de sua elaboração, o que denota o escanteamento dos atores locais, detentores de um saber bem específico, como partícipes. Evidenciam ainda os autores que muitos PM no Brasil estão ultrapassados e não condizem com a realidade atual, que apresenta novos desafios para a gestão dos recursos comuns. Também vão comentar que:

Da mesma forma, muitos Planos de Manejo, principalmente os mais antigos, têm o seu foco no diagnóstico e não no prognóstico, o que torna este documento, frequentemente, de uso limitado e de difícil tradução para a sociedade (IRVING et al., 2005, p. 92).

Em parte, os autores tem razão ao referir-se que fica um vácuo de aplicação do PM do modo como é concebido. No entanto, ao dizer que seu uso torna-se limitado por falta o de vista não faz o menor sentido, porque um plano simplesmente é feito para ser executado. Ou seja, não há construção de PM sem prognóstico.

Ainda sobre essa matéria, Torres; Figueiredo (2005) discorrem que se alia a isso a questão das políticas do meio ambiente para a região amazônica se orientar segundo outros critérios, como aspectos demográficos e interesses econômicos, que são sobremodo predominantes na definição dessas áreas. Observa-se, entretanto, que à época essas políticas não concebiam o instrumental de vastas implicações como a governança ambiental, na maioria de seus princípios – a legitimidade e participação de múltiplos atores sociais, igualdade, inclusividade e equidade –, nesses tipos de processos, como eixo condutor de decisões democráticas.

³²Vejam-se as instituições que participaram da elaboração desta 1ª versão do PM: WWF/IUCN,IBDF/POLAMAZONIA, FAO.

Corroborar esse estado de arte César Haag³³, quando afirma que o plano de manejo foi

feito sem muita pesquisa, sem geração de muita informação qualificada para escrever um documento desse porte. Não que eu considere que um plano de manejo deva ser um compêndio de informações sobre biodiversidade; eu acho que a tendência é que os planos de manejo sejam cada vez mais instrumento da gestão, menos do que geração de conhecimento; os planos de manejos demoram para sair; [...] eu acho que as partes mais importantes do plano de manejo são o zoneamento e os programas de manejo, principalmente os programas de manejo. E a segunda versão do plano de manejo que nós elaboramos teve essa pegada (informação verbal).

A respeito disso, a segunda versão desse plano, de acordo com as declarações de César Haag (informação verbal), teve participação fundamental da Conservação Internacional (CI), pois foi

a partir de 2007, com o projeto corredor Tapajós-Abacaxis, que pretendia apoiar a implementação de quatro unidades de conservação naquela região, o Parque Nacional da Amazônia, a Flona do Amanhã, a RESEX Tapajós-Arapiús e a Flona Pau-Rosa. E aí, qual era o objetivo desse componente do projeto chamado Apoio à Implementação de Unidade de Conservação? Desenvolver um instrumento de gestão das UC, pois nenhuma tinha plano de manejo nem conselho. Então, basicamente, o que fizemos foram muitas pesquisas (NR) para subsidiar a elaboração dos planos de manejo e a construção, capacitação dos conselhos e apoio a atividades educativas.³⁴

Portanto, com relação à questão do plano de manejo em si, o informante é categórico em afirmar que depois de todo esse trabalho de pesquisa empreendido e de educação ambiental, esse plano não obteve sucesso, pois até hoje (2015)³⁵ não foi aprovado, ou seja, depois de muito trabalho. Alega ainda que os burocratas de Brasília não conseguem enxergar todo o esforço despendido para se chegar a esse produto. E conclui que

[...] essas incoerências administrativas, digamos assim, acaba reforçando ou perpetuando essa relação de distanciamento homem-natureza, desnatura a natureza, pois a partir do momento que você tem um plano de manejo e este não é aprovado, acaba desnaturalizando o parque. [...] as pessoas ali em Brasília ainda não entenderam, não absorveram que essa burocracia atrapalha o fazer com que essas áreas sejam mais públicas e ajudem mais perto a natureza. (informação verbal).

Então, ao fazer algumas reflexões sobre o que foi colocado acima, percebe-se algo de descaso com relação a um instrumento de trabalho – plano de manejo – de tamanha importância para a gestão e uso público do parque.

³³ Sociólogo, coordenador de socioeconomia da CI. Ressalta-se que essa ONG faz parte do Conselho Consultivo do PARNAMAZONIA.

³⁴ Para o PM, segundo o informante, foram feitas muitas pesquisas em parceria com a SOCIEDADE PARA A PESQUISA E PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE (SAPOPEMA); dentre os estudos, foram feitos também inventários de potencial de cavernas dentro do parque com a equipe do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas (CECAV/IMCBIO-BSB). Foram quatro anos de trabalhos com vários especialistas e momentos diferentes (César Haag, informação verbal).

³⁵ Ressalta-se que, até o finalizar desta tese, o PM tinha sido aprovado pelas autoridades competentes.

Outro informante³⁶ também reforça o discurso de uma visão mais moderna do PM quando se refere à participação de outros atores – comunidades do entorno do parque – no seu processo de concepção. Outrossim, mais um interlocutor³⁷ enfatiza a participação quando diz que a SEMMA tem atuado ativamente nas reuniões em que são discutidos vários temas, entre os quais o que concerne ao plano de manejo. Isso indica já a emergência por parte de autoridades oficiais da necessidade de se fazerem outras articulações nesse determinado contexto social em prol de uma sustentabilidade, o que denota uma compreensão mais larga da realidade no que se refere a áreas de conservação, o que leva a pensar nos passos iniciais para se instaurar um processo de governança ambiental.

Entretanto, cabe registrar que, em 2004, houve o desenvolvimento de uma ação coletiva, da qual participaram diversos atores sociais – representantes locais de comunidades, organizações governamentais e não governamentais, empresários, profissionais da educação e da comunicação, e facilitadores da CI (IBAMA; CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL; ALCOA, 2004). O objetivo dessa congregação de atores era desenvolver um plano ativo que contemplasse as áreas de comunicação e educação ambiental do PARNAMAZONIA.

Essa tese resultou no elenco de uma série de desafios que teriam que ser enfrentados por todos que direta ou indiretamente estavam envolvidos com a questão da sustentabilidade do parque. A idéia preponderante seria incluir os comunitários na revisão do PM, como é relatado por Livia Martins³⁸ quando

[...] assinalou que esta reunião confirma o novo momento em que vive o Parque à medida que começa a cumprir o seu verdadeiro papel. Faz um relato histórico da área protegida, refletindo sobre a expectativa que o nome do Parque gera em quem é de fora e ainda não conhece o local. Continua mostrando os acordos que foram feitos com as comunidades do entorno e como está sendo o processo de demarcação e de revisão do Plano de Manejo. (IBAMA; CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL; ALCOA, 2004, p. 9).

Portanto, a instauração dessa ação coletiva demonstra um princípio de um processo de governança nada ortodoxo, porque privilegia a participação de variados atores sociais com seus mais diversos saberes em busca de um objetivo comum. Essa concepção coaduna-se com a de Ostrom (2000) quando essa governança, no que respeita à ação coletiva, propõe arranjos entre atores, para que sejam estabelecidos contratos que praticamente os obrigam a cumprir acordos de modo cooperativo.

Ao deparar-se com esse contexto de discussão sobre o PM do PARNAMAZONIA,

³⁶ José Santos Nascimento Filho.

³⁷ Eronildes Santos Rodrigues, 36 anos, bióloga, fiscal do meio ambiente da SEMMA.

³⁸ Analista ambiental do IBAMA, no Parque Nacional da Amazônia.

acentua-se que este passou por dois momentos distintos. Sua primeira versão assentou-se na conjuntura histórico-política brasileira dos finais da ditadura militar, que estava acorde com uma determinada visão de mundo política, evidentemente não democrática. Já a sua segunda versão se dá em plena ordem democrática do Estado Brasileiro, quando se pode identificar em termos de articulações para sua arquitetura, a participação de vários segmentos sociais. No entanto, em que pese o seu planejamento ter sido concluído, não foi realizado concretamente. O PARNAMAZONIA continua, portanto, sem seu PM atualizado, sem condizer com as novas conjunturas e demandas que um UC deste tipo exige.

Vê-se, contudo, que, apesar da “mão” de modernização da ação pública no que respeita à atualização de estratégias, mecanismos, procedimentos, ações, práticas democráticas e cidadãos direcionados para uma sustentabilidade, nada concretamente foi realizado, pois o aludido plano está transcorrendo entre os meandros da burocracia. Talvez, esse estado de coisas se encontre da maneira que está, por causa de um processo suposto do Complexo Hidrelétrico do Tapajós³⁹, que faz parte da política energética nacional.

Sobre o que acaba de ser discutido, importa observar o que Theys (2003) tem a dizer, embora o meio ambiente hodiernamente seja protagonista de preocupações globais e nacionais no que diz respeito a sua sustentabilidade e os modos de governança para isso conseguir-se, é bom não esquecer que essa denodada importância que se dá ao ambiente anda de parilha [...] avec le souci quasi obsessionnel de renforcer les modes d'intervention traditionnels de l'Etat – de type “ *command and control*” (THEYS, 2003, p. 3). Assim, segundo a perspectiva do autor, o Estado não abre mão do controle nem de intervir quando lhe convém, se determinadas ações para ele têm uma face estratégica.

No entanto, caso o PARNAMAZONIA não estivesse sob o poder desses condicionamentos referidos acima, seria imperiosa a homologação da segunda versão de seu plano de manejo.

3.3.2 Conselho Consultivo: instrumento estratégico de governança

Quando da criação do PARNAMAZONIA, nos idos de 1974, sob o regime ditatorial, não havia espaço para a formação de conselhos consultivos em AP, pois ainda não havia

³⁹ Sobre esse assunto, aconselha-se visitar a referência *Tapajós: hidrelétricas, infraestrutura e caos: elementos para a governança da sustentabilidade em uma região singular*. Organizado por Wilson Campos de Sousa Júnior. São José dos Campos: ITA/CTA, 2014. 192 p. Acrescentará esclarecimentos que envolvem a política energética brasileira, nos seus mais variados aspectos, precisamente as UC.

legislação regulamentada para isso. Vale ressaltar que num relato colhido o entrevistado⁴⁰ reporta-se ao momento histórico de sua criação:

[...] o parque foi instituído em 74 ainda sob o regime militar, na presidência do Médici, na abertura da Transamazônica; então, eles acharam importante uma área de preservação e criaram o Parque Nacional (informação verbal).

A partir dessa informação – e das demais de todos os outros entrevistados, que trazem o mesmo teor –, depreende-se que, entre os membros que compõem o conselho ou mesmo entre os moradores da região, ninguém foi ouvido, o que não é de surpreender devido à conjuntura política à época. Segundo Loureiro (2008), historicamente, muitas UC foram criadas de forma vertical, em um escala de dependência de “cima para baixo”, o que resultou na ausência do sentido de pertencimento da cidadania.

Não há dúvidas de que, se houvesse a participação efetiva de atores locais, entre outros, eles poderiam muito bem contribuir com saberes diversos para a criação de espaços de decisão ou consulta no tocante a interesses da coletividade. Inclusive, em havendo participação, poder-se-ia alcançar decisões mais precisas sobre que tipo de categoria de UC seria a mais adequada para aquela área.

Há de se enfatizar que, nessas circunstâncias, não dá para pensar-se em governança de bens comuns a partir de uma teoria democrática e participativa, como a da ação coletiva de Ostrom (2000a), que prevê, sobretudo, para a realização de fins coletivos, a cooperação entre todos os atores interessados. Em contextos de arbitrariedades (que pressupõe coerção), não há como aventar-se a possibilidade de cooperação. Nesse sentido, essa UC já nasce com o “pé quebrado” e passível de alguma tragédia ambiental. E melhor (ou pior): o processo já se instaura, com relação à coletividade e ao meio ambiente, de forma eminentemente deseducativa e desagregadora, o que vai influenciar na sua sustentabilidade futura e num perigoso distanciamento simbólico entre os convivas que se relacionam direta ou indiretamente com o PARNAMAZONIA.

No que concerne à formação propriamente dita do conselho gestor do PARNAMAZONIA, ela se deu somente por meio da Portaria Nº 86, de 26 de novembro de 2004, baseado em uma lei do SNUC, art. 29, já citada anteriormente, que obrigava a constituição de conselhos consultivos no processo de gestão dos parques nacionais. Tinha por finalidade “[...] contribuir para a implantação e implementação de ações voltadas à consecução dos objetivos de criação da Unidade de Conservação” (IBAMA, 2004, Art. 1º).

⁴⁰ José Santos Nascimento Filho, representante do AMIPARNA.

Esse Conselho possui 21 membros⁴¹ e é composto de representantes de entidades governamentais e não governamentais e de empresas privadas. Portanto, sua criação aconteceu 30 anos após a criação dessa UC, fato este que denota um total descaso com o parque.

O depoimento a seguir conta de que modo as pessoas da localidade mantiveram um primeiro contato com a ideia de participação enquanto conselheiros da UC em questão, que há mais ou menos trinta anos havia sido criada:

[...] nós viemos a nos familiarizar ou a ingressar no grupo de estudos, debates dentro do parque nacional, quando da vinda da Livia⁴² para a formação do conselho consultivo, praticamente depois de duas décadas; o conselho começou a ser fomentado para elaboração do plano de manejo do parque, foi quando nós tivemos as capacitações da Conservação Internacional [...], a chefe do parque na época começou a trabalhar com a questão da participação das comunidades; então foram incluídas as comunidades do entorno e de dentro do parque para fomentar o plano de manejo, que só podia ter três ações básicas; então foram reunidas as comunidades e depois dessas reuniões surgiram as ações prioritárias, que era a formação do conselho, as capacitações comunitárias e a busca de recursos para implementar o uso público do parque como eles chamavam: foi nessas reuniões que surgiu o grupo da primeira gestão do conselho do parque nacional. (informação verbal, José Santos Nascimento Filho, representante da AMIPARNA).

É importante dar destaque ainda para ao relato de outro membro⁴³ que evidencia outras motivações de determinados participantes dessas reuniões inaugurais, que não o interesse com relação à gestão do parque, enquanto bem comum:

Nas reuniões foi lançada a problemática, e depois a gente foi entendendo o sentido daquela criação que ia acontecer; inclusive, muitos empresários, madeireiros se infiltraram, quer dizer, entraram pensando que eles iam ter alguma oportunidade de fazer aquilo que eles desejavam, que é a oportunidade de explorar madeira, essas coisas e tal, e quando na verdade não era isso não, e quando eles notaram que era diferente a coisa, muito deles saíram, que não era isso aí o sentido da criação do conselho. (informação verbal).

⁴¹Entidades representativas no Conselho: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA/MMA); Fundação Nacional do Índio (FUNAI); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Governo do Pará - SECTAM; 15º Batalhão da Polícia Militar do Estado do Pará; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER); Prefeitura Municipal de Itaituba/PA; ONG *Conservation International*(CI); ONG Sociedade para a Pesquisa e Proteção do Meio Ambiente (SAPOPEMA); Instituto de Pesquisa da Amazônia (IPAM); Comissão de Justiça e Paz; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaituba/PA; Sindicato dos Produtores Rurais de Itaituba/PA; Associação dos Mineradores de Ouro do Tapajós; Associação dos Filhos de Itaituba; Associações das Comunidades de São Manuel, São Benedito, São Jorge e Nova Integração; Associações das Comunidades Cocalinho, Novo Arixi, Nova Conquista I, Nova Conquista II e Três Irmãos; Associações das Comunidades de Novo Horizonte, Nova União, Nova Olinda e Nova Califórnia; Colônia de Pescadores de Itaituba, Z-56; Fórum dos Movimentos Sociais da BR-163; e Companhia Agro Industrial de Monte Alegre (IBAMA, 2004).

⁴²Analista ambiental, ex- chefe do PARNAMAZONIA.

⁴³Francisco Afrânio Nunes, 56 anos, técnico do magistério, representante da FUNAI/Itaituba.

Com esses depoimentos, nota-se que, já nos primeiros momentos de discussão e tentativa de organização para uma gestão compartilhada, ficava evidente que o “projeto” não era uma unanimidade com relação a determinados atores porque ia contra interesses individuais.

Assim, a reunião de atores sociais para a constituição do conselho, embasada em lei, representa a própria gênese do processo de governança no parque, ou seja, é o marco regulatório. Nesse contexto, não se pode deixar de apontar o fato de que esse movimento de articulação com vistas à formação do conselho provém de uma instância governamental, o IBAMA, que à época era o gestor da UC, e não do seio da sociedade civil. Sem dúvida, ligado a isso, pensa-se que talvez o parque não constitua um bem para a comunidade – ou talvez algo que porventura esteja distante subjetivamente e que por isso mesmo não se constitui como um bem concreto –, parece que a comunidade não consegue dimensionar toda a sua importância, em vários níveis, como exemplos, ambiental, socioeducativo e histórico-cultural.

O processo de governança no PARNAMAZONIA pelas informações colhidas, principalmente no que diz respeito aos seus primórdios, quando da formação do Conselho, indicava ser promissor, isto é, havia um projeto de ações a ser realizado. E algumas o foram, como exemplificam os esforços para propiciar o uso público do parque, e para isso foi constituída a AMIPARNA, fruto [...] de uma dessas capacitações realizadas inicialmente com o intuito de levar os alunos do município para conhecer o parque nacional (informação verbal)⁴⁴. Isso, sem dúvida, só vem a comprovar as boas intenções dos atores sociais partícipes do conselho com relação a uma boa governança do parque.

Como referendo substantivo aos resultados encontrados acima no que se refere à formação do CC do PARNAMAZONIA como instrumento de participação dentro de uma arquitetura de governança em UC, Loureiro (2008, p. 246) conclui que

[...] a criação do conselho tem representado, na maioria das vezes, o primeiro momento de discussão dos conflitos envolvendo a Unidade, fora dos limites dos técnicos do órgão gestor, incluindo setores do ambientalismo, parte dos grupos mais diretamente afetados, e, principalmente, reunindo-os em um mesmo espaço.

Demonstra-se aí o princípio democrático de participação cidadã na formação de CC. Isso deve ser exaltado. No entanto, é necessário perceber-se que a instância conselho não pode ser vista como panaceia de resolução de todos os problemas que envolvem diferentes atores, diversos interesses em torno de um bem comum. Mais do que solução, um conselho representa potencialidades em processo de desenvolvimento em espaços públicos, sobretudo os ambientais que são complexos, de uma ordem delicada e que merecem, portanto, muita

⁴⁴ César Haag.

atenção e atitudes responsáveis com o presente e o futuro.

Apesar de ser uma instância consultiva por excelência, especificamente o conselho do PARNAMAZONIA contribuiu com subsídios orientadores que redundaram em ações que foram de substancial importância para os rumos sustentáveis da UC. Observe-se o depoimento de uma das entidades participativas do conselho, na pessoa de César Haag:

No PARNAMAZONIA teve um *plus*. Nós não ficamos só restritos ao plano de manejo e ao conselho, pelo contrário, o que apoiamos foi o fortalecimento da Associação dos Amigos do Parque Nacional da Amazônia, pois estruturamos sua sede e financiamos algumas ações de educação ambiental; e aí investimos também em infraestrutura, como a trilha interpretativa e o mirante, que foram financiados pelo projeto do corredor Tapajós-abacaxis. (informação verbal).

O referido informante⁴⁵ justifica que esse *plus* se deu porque o parque sempre foi muito dissociado do município. Embora esteja a menos de 100 km de Itaituba, as pessoas não tinham ideia do que era um parque, apesar de frequentarem as corredeiras que ali estão; ignoravam que o lugar era de uso público. Essa dissociação é vista até hoje e se constitui, portanto, em uma relação de afastamento, de exclusão. Tal observação é corroborada pela autora, pois diversas vezes, sempre que ela perguntava aos moradores de Itaituba sobre o parque, eles em sua maioria afirmavam que nunca tinham ido a ele.

Ainda para César Haag:

As pessoas passam pela frente da porta do parque e não entram porque acham que é proibido. O certo seria exatamente o contrário. Então, essa relação precisava ser mudada, e para isso precisa se trabalhar muito mais; o fato das pessoas terem medo vem em função daquela conflituosa questão ali do arco, quando, às vezes, o ICMBIO, com ou sem truculência, atuava. Assim, quais as informações que chegavam para a população de Itaituba? O ICMBIO multou as pessoas que entravam no parque, e é essa aí a informação que chega; então as pessoas que passam na frente do parque dizia: “Poxa, o ICMBIO vai me multar!” E a porteira sempre fechada, nunca aberta, sempre fechada. (informação verbal).

Nesse sentido, o informante⁴⁶ afirma que o trabalho da AMIPARNA foi muito importante, pois a citada associação levava

[...] os ônibus cheios de crianças das escolas para o parque, e diziam que aqui é um espaço público, no sentido amplo do público, que podem visitar, podem aprender coisa sobre a biodiversidade da região de vocês, pois o que se ensina hoje na escola é o *e* de elefante, mas tem elefante aqui na Amazônia? Tem? Não tem elefante aqui. É fundamental que se aprenda o *a* da arara, o *m* do macaco, da nossa fauna que está viva. Então, o que existe, eu acho, é um processo de distanciamento, nosso também, da nossa formação como ser social, da natureza, da distinção, nós somos homem e a natureza é a natureza, isso na nossa formação mesmo [...]. (informação verbal).

⁴⁵ César Haag.

⁴⁶ César Haag.

Depreende-se daí, que urge a necessidade de se trabalhar a questão da educação ambiental nas escolas, no sentido de amainar, a ter como referência o discurso acima, essa separação entre natureza e cultura, o que está, segundo ainda o informante, na formação do nosso ser social. Todavia, esse processo educativo ambiental deve ser estendido também para todos os atores sociais que de uma forma ou de outra estejam ligados – ou frequentem o parque.

O Conselho configura-se também, a partir desse depoimento, como uma entidade ativa, preocupada com o presente-futuro do parque, e para isso busca e conquista parceiros e os convida para os cuidados com o bem coletivo. Denota-se, cabalmente, o trabalho desenvolvido pelos conselheiros, a disseminar inclusive informações na comunidade e em seu entorno, a ponto de contagiar outros atores com relação à importância dessa UC para a região. Leia-se o relato seguinte:

Financeiramente, a gente não participou da estruturação física do parque, mas ajudou a refletir as trilhas e o mirante, qual seria o melhor local, que tipo de estrutura seria viável. Um exemplo foram aqueles bancos em forma de onça, dando um recorte para a floresta, uma valorização diferenciada do tipo de móvel, então foi o IPAM que orientou a CI, onde ela deveria comprar, fizemos a interlocução com os outros moradores da Flona do Tapajós, oficinas caboclas do Tapajós. A Instituição que executou foi a AMIPARNA na época. (informação verbal)⁴⁷.

Nesse sentido, esses relatos são imprescindíveis para se compreender os momentos iniciais da atuação e envolvimento de determinados atores sociais com relação à governança ambiental e as ações no que concerne ao turismo no parque.

Apesar das constatações averiguadas no parágrafo acima – construção de uma governança e advento do turismo no parque –, nota-se, segundo essas incursões de campo, a configuração de um cenário que praticamente desconstrói o anterior.

Isso se verifica por meio de problemas que foram ressaltados por todos os membros do conselho e que configuram um quadro de discontinuidades, descompromissos, entre outras falhas, que vai descaracterizar a importância dessa instância no bojo do processo de governança da UC. Para iniciar essa discussão, vejam-se, espécies de relatos que vão mostrar como ocorre essa desarticulação:

O conselho há dois anos faliu; os representantes do ICMBIO [...] eles descasaram, e o Conselho se desmotivou, a gente, não está mais funcionando esse Conselho. (informação verbal, grifo nosso).⁴⁸.

Olha, faz muito tempo que nós não recebemos nada de comunicado do conselho. Na verdade, **eu acho que o conselho está desativado**, ele não está funcionando [...]. (informação verbal, grifo nosso)⁴⁹.

⁴⁷ Edivan Silva de Carvalho, 36 anos, técnico em agropecuária e representante do IPAM.

⁴⁸ Isaías Soares de Oliveira, 62 anos, Primário completo, representante do STTR.

⁴⁹ Ana Denise Azevedo Paxiuba, 53 anos, Administradora de Empresas, representante da ASFITA.

Normalmente, participamos quando somos convidados. **Agora eu não sei se ainda sou do conselho.** Mas como conselho do parque, nunca mais se reuniu. (informação verbal, grifo nosso)⁵⁰.

Está zero. A gente nunca mais foi notificada, quer dizer, a não ser o sargento Anael, porque eu fui destacado a dois anos. Talvez o sargento Anael que ficou aqui na sede, se teve alguma reunião, ele pode ter participado. (informação verbal, grifo nosso)⁵¹.

Olha, **a participação nossa no conselho está um pouco parada**, porque a gente é convidado; o conselho envia os convites para as reuniões e no momento a gente está ausente por falta de reuniões do conselho mesmo. (informação verbal, grifo nosso)⁵².

Ele está desativado, até porque a responsável pelo parque, que era do conselho consultivo, que dava a maior força, ela foi transferida, que era a Maria Lúcia. E depois que ela saiu, nós não tivemos mais reuniões; está faltando essas reuniões. Eu **estou achando que tem que reativar esse conselho porque por hora ninguém sabe como vai ficar**, não teve mais reuniões, não teve mais esses encontros, aquelas articulações que fazíamos. (informação verbal, grifo nosso)⁵³.

Nesse sentido, para que se compreenda o nível de esfacelamento em que se encontra o que deveria ser o conselho do PARNAMAZONIA, é necessário que se atente à legislação no que diz respeito à estruturação e à consolidação de um CC de uma UC.

Em consulta realizada na ata de reunião ocorrida em 3 de julho de 2009, verificou-se que, de acordo com o Presidente do Conselho, à época Marcio Ferla, esse grupo não se reunia

[...] desde a sua posse, em 2007, apenas duas reuniões foram realizadas, sendo que em 2008 não houve nenhuma. Isto ocorreu, segundo ele, por muitos problemas de caráter administrativo e entre estes cita: a divisão do IBAMA e o surgimento do Instituto Chico Mendes, que tiveram que se organizar quanto órgão, a falta de recursos para subsidiar as reuniões do Conselho, os inúmeros problemas com a demarcação que impediu avanços nos trabalhos do Conselho, já que não havia definições e nem respostas concretas por parte do Governo a respeito da demarcação. (INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, 2009).

Entretanto, em março de 2012, Maria Lúcia Carvalho³² disse (informação verbal) que em 2011, também não houve reuniões.

Assim, de acordo com o que reza o documento “Os princípios e diretrizes para a gestão participativa de Unidades de conservação” (BRASIL, 2004), no que diz respeito ao contexto em estudo, destacam-se alguns pontos intrinsecamente ligados ao tema. Nos termos desse texto, compete ao conselho não apenas o que na lei está expresso, que trata da

⁵⁰ Reinaldo José Barbosa Lira, 54 anos, Geólogo, Responsável pela Geologia e Mineração da ITACIMPASA e representante da mesma.

⁵¹ Raimundo Nonato Leal da Ressureição, 51 anos, Ensino Médio completo. Sub-tenente e Comandante de destacamento do 15º Batalhão da PM/ PA.

⁵² Jesielita Roma Gouveia, 54 anos, Assistente Social, Coordenadora do Fórum dos Movimentos Sociais da BR-163 km-30, Campo Verde (Distrito), representante do conselho.

⁵³ Ana Aparecida Melo Baima, 58 anos, Cientista Social, representante da EMATER.

elaboração do regimento interno, da avaliação de orçamentos e contratos, do acompanhamento da elaboração e revisão de planos de manejo, mas também dar continuidade às ações que visem à sustentabilidade da UC. E mais: um conselho precisa ser criado para ter como fim o estabelecimento de uma ampla mobilização dos atores sociais, o pleno conhecimento da dimensão ambiental e social da UC; e, finalmente, a sistemática organização de encontros para tomada de decisões que digam respeito ao objeto de seus cuidados.

Outrossim, na elaboração do regimento interno do conselho, devem ficar explícitas as regras de procedimentos, a garantir que a convocação dos conselheiros, quando necessária, não deve ficar a cargo apenas do presidente, mas possa ser realizada por uma maioria simples. Conclui-se, ao cotejar o que a legislação ordena com o que se constata na realidade, que o conselho do PARNAMAZONIA, além de não funcionar como deveria, ou seja, regularmente, está distante de concretizar as suas perspectivas. Isso se deve, portanto, pelo nível de desorganização e, segundo os relatos acima, por falta de convocação do ICMBIO, como se este fosse o único responsável para articular as reuniões. Esse segundo motivo fica mais reforçado com a leitura do relato a seguir:

Ficou um pouco complicado para participar porque o ICMBIO está passando por uma série de mudanças. Nós tínhamos uma chefia dentro do parque, essa chefia saiu e ficou o colega Sales, e agora sabemos que mudou novamente. São essas chefias que são responsáveis de fomentar as reuniões do conselho, apesar de que toda a ata já previa as reuniões anuais e *ficou estabelecido* duas reuniões anuais; tivemos uma reunião em 2012 e depois de lá até o presente momento, se houve, a gente não foi comunicado e fica no aguardo da própria comunicação do ICMBIO quando da próxima reunião do Conselho. (informação verbal)⁵⁴.

Então, os depoimentos relativos à atual participação dos membros do conselho denotam um estado de desânimo e de falta de pertencimento, além de parecer que desconhecem seus direitos de se autogerirem dentro de determinados contextos, como, por exemplo, o de não esperarem por uma convocação, tomando atitudes próprias que visem ao interesse coletivo.

Com respeito às razões da desarticulação das reuniões no sentido de participação, há um leque bem aberto de explicações, que parece fazer sentido. Vejam-se alguns depoimentos que vão justificar, segundo seus autores, essa situação, que denota precipuamente sua inação:

É que o conselho é consultivo; na verdade o conselho é para ser renovado no próximo mês. Só não foi dada continuidade no passado em função da lei que desafetou o parque; como houve a saída da chefe no ano passado, em 2012, faltou uma reunião. Eu pretendo renovar o conselho agora em 2013. O conselho não está desativado, na verdade é que os conselheiros não são atuantes: algumas entidades que estão no conselho é porque têm algum interesse, ou é o interesse em função da área que foi desafetada para assentamentos ou o interesse em pesquisa de algumas

⁵⁴ José Santos Nascimento Filho.

instituições que nós convidamos, ou ainda o interesse de algumas associações que prestam serviços ao parque, no caso do AMIPARNA[...] e esse ano o início foi conturbado em função do governo procurar atingir o superávit primário e etc; alguns investimentos foram tirados, como alimentação para conselheiros que moram distante; então isso ficou um pouco complicado. (informação verbal)⁵⁵.

Esse ano nós não fomos convidados a participar de reunião do parque porque houve uma mudança na gerência, então eu acredito que o atual gestor quando tiver total conhecimento, funcionamento e seus instrumentos e em que pé anda, eu acredito que ele vai realizar essas reuniões e vai convocar os órgãos que fazem parte do conselho, porém esse ano ainda não fomos convocados. (informação verbal)⁵⁶.

[...] o parque nacional tem gerado um conflito ou pelo menos gerou um conflito em função da ocupação da área que ele ocupava, que não tinha divisas naturais, e de pessoas que ocupavam o parque e foram retiradas, pessoas de influência e de certa forma com algum tipo de violência; e das reuniões que o IPAM participou estava muito fragilizado, por isso as reuniões estavam se esvaziando; ao longo do tempo, as reuniões têm se esvaziado, apesar de ser a unidade de conservação mais antiga da região, do território da BR-163. Eu sinto que existe um esvaziamento das reuniões, isso se confirma inclusive com a não participação do IPAM, uma vez que a gente tem deixado de ir às reuniões, porque o *quorum* é muito pequeno ou porque as discussões não evoluem para um planejamento mais efetivo de utilização do recurso do parque ou das oportunidades que o parque tem de desenvolvimento. Eu acho que esse esvaziamento foi em razão de uma luta muito grande de populações da região para *redemarc*ar o parque, e isso desgastou tanto as pessoas que eu vejo como um aspecto talvez que tenha contribuído, porque essa era uma das principais bandeiras de lutas das pessoas locais que participavam das discussões do parque; era uma discussão para uma redefinição do parque, e isso é uma discussão desde 2000 que a gente tem acompanhado e não evoluiu até o interesse do governo em relação às hidrelétricas do Tapajós, quando efetivamente houve o que eles chamam de desafetação do PARNAMAZONIA, isso é um dos fatores; um outro fator, talvez, que eu falei anteriormente, foi o desenvolvimento das atividades no parque mesmo, visitas, estudos até que acontecem; já aconteceram alguns estudos no parque, mas a população em si não consegue se beneficiar dessa dinâmica que o parque poderia oferecer de turismo, por exemplo, e isso acaba gerando insatisfação porque as pessoas não veem benefícios locais, apesar dos benefícios dos estudos feitos serem importantíssimos, mas acaba esvaziando e fragilizando também; existe uma rotatividade muito grande de gestores, algumas vezes em função do próprio servidor querer sair da região, mas em outras vezes também servidores que foram ameaçados de morte e precisavam sair aqui da região; então isso acaba mudando a metodologia que a pessoa trabalha, às vezes até a forma da pessoa se posicionar nas reuniões, o que acaba causando desconforto nas pessoas que estão presentes, e isso acaba esvaziando esse espaço. (informação verbal)⁵⁷.

Eu acho que se deve à troca de gestor; nós estávamos na gestão da Maria Lúcia, depois passou para o Sales assumir interinamente e agora é o Assor. Essa mudança de gestão desarticula as ações prioritárias de reuniões do conselho; por exemplo, quem vai responder, até que venha a portaria, decreto do ICMBIO de quem vai assumir o ICMBIO, nomeando a pessoa para assumir. (informação verbal)⁵⁸.

O conselho vinha funcionando assim uma média mais para o lado dos empresários do que para os agricultores; quando a gente ia se reunir, a maioria dos governamentais, da sociedade civil era mais forte do que as cadeiras de agricultores;

⁵⁵ Assor Egon Fucks, chefe do PARNAMAZONIA e representante do ICMBIO.

⁵⁶ Erotildes Santos Rodrigues.

⁵⁷ Edivan Silva de Carvalho.

⁵⁸ José Santos Nascimento Filho.

eles pouco atendiam os agricultores. (informação verbal)⁵⁹.

O conselho, eu não posso nem lhe alegar muito porque a gente aqui no trabalho, muitas vezes no dia a dia, às vezes, se não tiver algum lembrete, a gente se esquece, mas eu, como conselheiro, senti muito a retirada do IBAMA; se o conselho foi criado, era para ajudar os órgãos ICMBIO e IBAMA; e depois de criado, por que que o governo retirou se é aqui que está o foco de alta necessidade? Nós estamos na Amazônia aqui, aí eu fico me perguntando, será porque foi criado para preservar, o conselho foi criado para dar apoio, para preservar a Amazônia, e de repente aquela criação tem um projeto do governo? Será que foi retirado por causa das pressões que iam sofrer? Pode ir lá tirar uma foto do parque, abandonado, só tem um fiscal que está guarnecendo o patrimônio. Então, isso enfraqueceu bastante o conselho. Teve uma reunião que eu não participei, e eu tô assim, não sei nem lhe responder isso mesmo; mas o que eu lamento seria mesmo, reativar mesmo, a volta do IBAMA, e não sou só que eu estou falando, são os deputados, os senadores, *sentiu* que não deveria ter acontecido a retirada do IBAMA. (informação verbal)⁶⁰

Eu acho que as políticas do governo estão atrapalhando um pouco essas reuniões com os conselheiros do parque; muda de governo, aí muda a administração, o ICMBIO muda a coordenação, aí vai modificando um pouco essas discussões. (informação verbal)⁶¹.

Quando foi criado o AMIPARNA, o conselho perdeu um pouco, para não dizer totalmente o objetivo, aí suspenderam as reuniões, nós não fomos mais convidados. A AMIPARNA pegou a responsabilidade para ela; foi ela que ficou responsável por tudo que era decidido. A AMIPARNA ficou coordenando essa questão. Porque geralmente, quando estava ativo o conselho, eles passavam um *e-mail* para a Associação, mandavam ofícios convidando para as reuniões, mandavam informativos, e nada disso nós recebemos mais; faz tempo, faz um bom tempo que nós não recebemos mais nada. Eu acho também que isso se deve até a essa questão de mudança de administrador do IBAMA, e nessa mudança de IBAMA para ICMBIO parece que eles ficaram meio perdidos; a gente nunca conseguiu saber até onde vai a responsabilidade do IBAMA com o parque e aonde é a do ICMBIO; isso aí não ficou muito claro. E com isso, deixou de fazer aquelas reuniões; eu não sei se foi isso, mas eu acho que em parte foi isso, essa divisão de poderes entre os órgãos; e também houve a rotatividade muito grande na administração do IBAMA/ICMBIO. (informação verbal)⁶².

Faz tempo que não somos convocados para reuniões. Só fomos convocados na época quando foi criado o conselho, inclusive para visitas no parque, aquela coisa, quando estavam para se criar as outras unidades de conservação, porque tinha dinheiro, dinheiro da ONG lá de fora; são as ONG que bancam tudo isso aí, até hoje eu sei que existia; quando eles criaram esse projeto BR-163 Sustentável, era com o dinheiro da BR-163 Sustentável de ONGs e de todas essas situações, mas o dinheiro acabou. O ICMBIO não tem dinheiro nem para fazer reuniões nem para alimentação; pode fazer pergunta aí para o pessoal do ICMBIO se eles têm condições de estar fazendo reuniões. Há tempo que nós não reunimos mais os conselhos; só que o ICMBIO não tem dinheiro mais para essas reuniões todas. Por quê? Já conseguiram tudo o que eles queriam porque é o poder internacional que manda no Brasil, nessas questões ambientais, e já conseguiram o que queriam, e deixam aí o povo acabando na miséria e ilícito, como eu falo. A partir do dia 13 de fevereiro de 2006, grande parte dessa região do tapajós passou a ser criminosos ambientais. (informação verbal)^{63*}.

⁵⁹ Isaías Soares de Oliveira.

⁶⁰ Francisco Afrânio Nunes.

⁶¹ Jesielita Roma Gouveia.

⁶² Ana Denise Azevedo Paxiuba.

⁶³ José Antunes, 69 anos, Advogado e Minerador, Vice-presidente da AMOT.

Eu acho que é por causa da mudança assim, de os funcionários que vêm de fora; chegam aqui, é uma realidade diferente, e eles têm boa vontade para fazer alguma coisa, e aquele impasse de falta de apoio e tem até pessoas que torcem para que não dê certo, são os madeireiros, são os grileiros, e tudo isso pesa para que não aconteça como nós queremos, que aconteça que funcionasse como nós conselheiros queremos que funcionasse. (informação verbal)⁶⁴.

Ao se fazer um exercício de imaginação sociológica e se concluir que uma boa governança do parque é crucial para a sobrevivência social, política e ambiental da comunidade, a ter como referência a eficácia e eficiência do conselho gestor está dada uma tragédia coletiva. Mas não é o caso. No entanto, o quadro de desarticulação instaurado tem uma série de matizes que, combinados, mostram os descaminhos que ferem os princípios de uma boa governança.

Isso tem resultado, entre outras coisas, no não usufruto devido pelos comunitários locais e turistas desse bem comum; no “fortalecimento” do sentimento de não pertencimento ao parque, em se tratando das pessoas da região; na falta de exploração desse espaço pelas escolas da região como apoio para uma educação ambiental; e na não referência como área lúdica. Para efeito de didatismo na explicação, passa-se a elencar, segundo os depoimentos anteriores, os motivos centrais que fragilizaram o conselho do PARNAMAZONIA. Todos têm seu grau de importância, mas é no relacionamento entre eles que se observa quão instável se mostra o conselho com relação às ações que deveria empreenderem benefício do parque.

Em primeiro lugar, é preponderante, para que se entenda o significado real de um CC que se atente para o fato de que

os conselhos gestores devem ser entendidos como espaços legalmente constituídos e legítimos para o exercício do controle social na gestão do patrimônio natural-social, e não apenas como instância de consulta dos gestores e das gestoras e/ou equipe técnica envolvida. (LOUREIRO; IRVING, 2006, p. 18).

Nesse sentido, não é o que parece compreender o então Presidente do conselho e gestor do parque ao afirmar, quando perguntado sobre a atual situação do conselho, que este era consultivo. Relacionadas a isso, questões como necessidade de renovação do conselho, mudança de gestor, saída do IBAMA da cidade, falta de logística ocasional para reuniões, sem falar na dependência também para isso de recursos provenientes das ONGs, lentidão burocrática, entre outros, não deveriam ser empecilhos e entraves para o desmonte do conselho no que havia de sólido.

A seguir, outros fatores são pontuados também pelos depoentes como causadores dos desenlaces dessa instância de poder: devido a uma discussão de uma pauta que se referia a uma área de demarcação do parque, que é conflituosa, a participação nas reuniões começou a

⁶⁴ Ana Aparecida Melo Baima.

decair, principalmente porque as discussões não avançaram e, por isso, não resultaram em um planejamento resolutivo que trouxesse benefícios à UC no que se refere ao turismo. A alegação de um depoente de que no próprio seio do conselho há uma tendência de privilegiar conselheiros empresários a membros agricultores. O poder da AMIPARNA a direcionar pautas de “compromissos”, causando desconforto entre uns e outros membros. Mudança de governo, causando remanejamento de servidores, tendo reflexos no método de trabalho da gestão.

E, sobretudo, o advento da questão energética, quando foi propalada aos “quatro ventos” a instalação do Complexo Hidrelétrico do Tapajós, o que para isso uma parte do parque foi desafetada, causando uma série de conflitos de diversas ordens. E, por conseguinte, atingiu, de uma maneira ou de outra, membros conselheiros, bem como a população, o que também redundou em desmotivação.

No que concerne à implantação do Complexo Hidrelétrico do Tapajós, conforme também o registro em atas do ano de 2009, ela é bastante discutida pelos senhores membros do referido conselho. Destaque para os seguintes informes de Antonio Martins, da Comissão de Justiça e Paz, que evidencia a

[...] IV Romaria da Terra realizada entre os dias 31/08 a 02/09/09 no município de Trairão. O evento contou com a presença de cerca de 1.000 pessoas e tratou, dentre outros temas, da instalação do Complexo Hidrelétrico do Tapajós, sobre o qual manifestaram-se contrariamente. Pe. João complementa a fala do Sr. Antônio dizendo que também foi realizado o Seminário Terra, Água e Direitos no qual o tema das hidrelétricas também foi levantado e a partir do qual iniciou-se um processo de conscientização na base com as diversas comunidades atingidas direta ou indiretamente pelo projeto. Márcio pergunta: como está sendo o posicionamento das comunidades em relação ao assunto? Pe. João responde que estão contra as hidrelétricas, principalmente as populações indígenas e tradicionais, porém, no município de Itaituba, grande parcela da população é favorável ao projeto, assim como alguns vereadores. A exposição de informes continua com a Sra. Jesielita (Fórum dos movimentos sociais da BR-163) que fala do seminário sobre sustentabilidade para a área mineral e energética realizado em Belém entre os dias 09 a 11 de setembro. Ainda sobre o assunto das hidrelétricas o Sr. Francisco Afrânio (FUNAI) conta que durante o congresso de produtores rurais em Belém muito foi discutido sobre a usina de Belo Monte e também sobre o Complexo Hidrelétrico do Rio Tapajós. Informações relevantes sobre o processo de instalação de uma hidrelétrica (HE) foram tratados neste evento, como o apodrecimento de matéria orgânica nos grandes reservatórios e a elevação da toxicidade da água. Ao falar sobre os impactos negativos gerados por HEs como a de Tucuruí, o Sr. Afrânio diz que os vereadores do município de Itaituba deveriam também conhecer essa realidade e não apenas a de Itaipu, a qual foram visitar recentemente. Allyne fala que apesar de hoje Itaipu ser um modelo de produção de energia, muitas consequências negativas ficaram de sua instalação. Para exemplificar fala das vilas criadas durante a construção e da explosão populacional que houve na época no município de Foz do Iguaçu, processo que foi seguido de um esvaziamento contínuo da cidade sem que avanços sociais como em saúde e educação fossem efetivados. Maria da Graça (EMATER) diz que em Itaituba os empresários acreditam que as hidrelétricas trariam crescimento econômico para o município e desta forma para eles próprios, ela acredita que caso o projeto se instale provavelmente virão empreendimentos externos para o município, já que o mesmo não possui infra-estrutura suficiente para

atender as demandas geradas e que portanto, os empresários locais não seriam os principais beneficiados.[...] (INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, 2009).

Dessa maneira, verifica-se que há uma preocupação grande em torno da criação do Complexo Hidrelétrico do Tapajós, que, segundo esses relatos, trará inúmeros impactos de diversas ordens para a região.

Assim, os problemas concernentes ao conselho não podem ser separados dos do parque, visto que, antes da existência do conselho, a UC já existia concretamente. E trazia desde a sua origem toda uma outra série de problemas de diversas naturezas, que ficou latente e historicamente foi emergindo, manifestando conflitos os mais variados, de cunho social, político, econômico, agrário, étnico e ambiental.

Um dos principais problemas levantados se refere à questão da terra, que envolve posseiros, desafetação de área, grilagem de fazendeiros e violência, o que é muito comum na Amazônia. Leia-se o seguinte relato:

Hoje o grande problema do parque é a região do antigo arco, que é a invasão de posseiros.[...] tinha mais de 280 famílias e hoje continua mais de 80 famílias; agora com a desafetação houve outras invasões.[...] mas é uma área de especulação na verdade, tem grandes fazendeiros na área; eles expulsaram pequenos colonos e tomaram as áreas deles e foram tomando; tem áreas com mais de mil hectares que é para ser de assentamento; agora a área desafetada ficou a cargo do INCRA e do Terra Legal; e uma das exigências do ICMBIO, e eu como gestor, é exigir primeiramente o assentamento das pessoas que estão dentro do parque; e nós consolidarmos os limites com sinalização, porque até então eles alegavam não saber quais eram os limites do parque; e hoje não tem mais essa desculpa, pois os limites dos parques são os rios. (informação verbal)⁶⁵.

Além desses problemas relacionados, há outros problemas relativos tanto ao território do parque como ao seu entorno; também, faz-se referência à falta de estrutura no sentido lato da palavra, inclusive turística, que inviabilizaria o desenvolvimento de atividades em termos científicos, educativos e recreacionais. Observem-se os depoimentos que seguem:

Como em toda região de Itaituba, temos garimpagem no parque, extração de madeira ilegal [...]. E por ser uma UC integral, acredito que a gente tem muita informação científica e atrativos que podem estar sendo explorados; falta, eu acredito, investimento para estruturar o parque; é uma área muito grande que pode estar sendo aproveitada por pesquisadores, por estudantes e pela população em geral, que inclusive pode trazer renda para o município, e não está em função do difícil acesso, de não ter logística para receber turistas e pesquisadores. Então falta essa parte. (informação verbal)⁶⁶.

Nas áreas de entorno pegando o Igarapé do Montana por ali, nós temos entre as UC da Floresta Nacional e o parque tem garimpagem no leito do rio Tapajós através de dragas das balsas; então de entorno tem é expansão territorial, o município de

⁶⁵ Assor Fucks.

⁶⁶ Erotildes Santos Rodrigues.

Itaituba que cresce para dentro da UC, uma comunidade do km 180 também cresce para o parque e os efeitos de bordas de pequenas instalações rurais próximo do parque. (informação verbal)⁶⁷

A fiscalização, que é pouca, quando vem descobrir, muitas vezes já aconteceu. (informação verbal)⁶⁸

O problema do parque é mais a gestão, porque o ICMBIO não tem condição de coordenar sozinho o parque. São poucas pessoas para administrar os problemas do parque. (informação verbal)⁶⁹.

Entretanto, tudo parece indicar que a questão da construção da Hidrelétrica do Tapajós, nos limites do parque, desencadeou problemas de diversas naturezas que refletem no processo de estruturação desse parque.

E, apesar de o projeto dessa fonte energética ainda não ter se concretizado, isso causa polêmicas, celeumas e conflitos que envolvem diversos atores, que de várias maneiras influenciam os presentes e futuros caminhos do PARNAMAZONIA.

O problema da política de desenvolvimento, a nossa região se inseriu à política nacional onde as hidrelétricas passaram a ser prioridades; então as pessoas locais questionam para mim: por que que as pessoas locais não têm direito sobre os recursos e quando vai construir uma hidrelétrica não importa milhares de hectares serem alagados para a hidrelétrica? Então, a própria política de desenvolvimento estabelecida aqui em função das hidrelétricas traz um problema de gestão para o PARNAMAZONIA. (informação verbal)⁷⁰.

As hidrelétricas, a nossa maior reivindicação é porque a nossa é cidade muito distante da capital e nem o governo estadual nem o federal dão muita assistência pra nós, e agora vem a construção das hidrelétricas, são sete hidrelétricas na bacia do Tapajós e a hidrelétrica mais próxima nossa fica 50 km, que é em São Luís do Tapajós, e essa hidrelétrica, a maior parte do parque vai ficar em baixo d'água. Se teve uma criação do parque nos anos 70, e foi hoje uma luta continuar esse parque para ser preservado e, de repente, o presidente da República libera para a construção das hidrelétricas e, dentro dessas próprias áreas, tem áreas indígenas que vão ficar todas em baixo d'água, então a gente trabalha muito em cima dessa conscientização. (informação verbal)⁷¹.

Um problema muito grande vai ser a construção da hidrelétrica; sabemos que vai afetar e não é pouco; tem as praias, os sítios ecológicos, as cachoeiras, o Guabiraba, o São José da Capelinha, e tudo fica no parque; e todos esses pontos, essas coisas ricas que nós temos, essas riquezas naturais vão ficar afetados pela hidrelétrica do Tapajós. (informação verbal)⁷².

Para concluir esse quadro de causas e consequências responsáveis pelos destinos do PARNAMAZONIA, mostra-se, a seguir, um depoimento que chama bastante atenção no que respeita à “visão de parque” que o atual gestor tem:

⁶⁷ José Santos Nascimento Filho.

⁶⁸ Francisco Afrânio Nunes.

⁶⁹ Jesielita Roma Gouveia.

⁷⁰ Edivan Silva de Carvalho.

⁷¹ Jesielita Roma Gouveia.

⁷² Ana Aparecida Melo Baima.

Pelo tempo que o parque existe, não houve nenhuma ação para desenvolver o turismo, e eu acredito que não haverá, porque, como gestor e tendo uma visão mais espacial do parque, o parque estava no plano de ser utilizado para complexo hidrelétrico; então eu não vou investir em uma UC que vai ser utilizada para ser construída uma hidrelétrica; na verdade esse é meu ver pelo pouco investido no parque. Porque o atrativo do parque é a cachoeira; ela é longa mas é pequena; não é assim você olhar uma Foz do Iguaçu. Eu, como turista, mesmo sendo gestor, gosto do parque, defendo ele, mas eu não vejo assim... ah! o pessoal vai ver a cachoeira São Luís. [...] já considerando que o parque tem uma conservação excepcional, eu até já falei que ele poderia até trocar de categoria, porque não tem uma visitação significativa, por isso poderia ser uma Reserva Biológica. (informa o verbal)⁷³.

Na sua lógica “espacial”, que parece especialmente frágil, quer justificar as transforma es que possam acontecer na estrutura territorial do parque, o que naturalmente incidi, provavelmente de modo negativo, sobre um turismo ainda muito incipiente.

3.3.3 A gestão do parque: o olhar dos conselheiros

Ao se ter como pano de fundo os depoimentos de determinados entrevistados, pode comear a configurar-se um modelo de gestão quanto ao PARNAMAZONIA. Veja-se, para iniciar a compreender o que se passa quanto   gestão no referido parque, um depoimento de seu próprio gestor⁷⁴:

[...] é um modelo bom porque tem dado certo, em todas as unidades; se usa esse modelo de gestão, inclusive, nós temos capacita o na nossa academia em São Paulo, chamada gestão participativa, que é um curso de tr s módulos realizado quase que sempre anualmente. Prepara os gestores, aliás, prepara os servidores para a gestão participativa. É um modelo adequado. Hoje o nosso obstáculo   a falta de recursos humanos e financeiros. Esses são os grandes problemas, pois você deixa de fazer várias a es em fun o de limita o de recursos. (informa o verbal).

Naturalmente, tal modelo segue as linhas gerais do que é definido pelo ICMBIO, no entanto, obrigatoriamente ele está aberto a ajustes que dizem respeito às singularidades da área estudada.

A seguir, observe-se mais um depoimento⁷⁵ que corrobora o anterior:

[...] as Unidades de Conserva o já têm um modelo de gestão pré-estabelecido, UC integral, que só pode ser utilizado para um determinado fim, e isso acaba direcionando a gestão. Eles sempre chamam o conselho na hora de montar o plano da unidade de conserva o; os conselheiros são ouvidos, depois é discutido tudo o que foi acordado, o que ficou estabelecido, porque, assim como o parque, há outras UC que trabalham na mesma categoria. Então tem muita participa o, é bastante ouvido; jamais você vai chegar no parque vai pedir para fazer uma visita, seja uma institui o governamental, seja uma escola, um pesquisador, e você vai receber uma negativa, você vai ser bem recebido com todas as gestões até agora. Todos os

⁷³ Assor Fucks.

⁷⁴ Assor Fucks.

⁷⁵ Erotildes Santos Rodrigues.

gestores do parque que nós temos acompanhado recebem bem. Ser for em uma época do ano em que as trilhas estejam livres, eles permitem, os guardas recebem com toda a boa vontade, acompanham nas trilhas, se não tiver quem os acompanhe, porque os guardas tem o curso de guia. Se for uma época do ano em não tem acesso por causa de arvores caídas, eles avisam que não é possível. É uma coisa bem dinâmica, bem tranquila, eu acho boa. (informação verbal).

Entretanto, o informante ressalta que a gestão poderia ser mais eficaz se não houvesse a falta de recursos. Cita, por exemplo, o fato de que, em que pese o parque ter sido criado nos inícios da década de 70, a população de Itaituba não conhece o parque, uma falha evidente e fundamental na infraestrutura de transporte.

Em contraponto a essa propalada adequação desse modelo de gestão, o próprio assistente⁷⁶ de pesquisa do IPAM, ressalta algumas fragilidades da gestão, que se reputam como caras ao que se pretende ser uma UC para além da sua vocação para fins de recreação e turismo, ou seja:

O modelo de gestão do parque segue a legislação em vigor sobre UC, então, quando eu te falei sobre o Conselho Consultivo, talvez de uma unidade como esse, deve envolver a população local, mas também deve envolver pesquisadores, professores que queiram entrar na causa ambiental, trabalhar com a pesquisa da sociobiodiversidade [...] as discussões do parque se limitam à ocupação e o uso, mas usufruir da oportunidade de ganhar conhecimento científico mesmo, das espécies que podem ser descobertas na área, a gente tem pouca participação dessas pessoas que poderiam estar contribuindo.[...] este modelo que está previsto no SNUC é considerado por muitos estudiosos, um sistema que é válido. (informação verbal).

Além disso, o informante afirma que a gestão, no tocante à instância conselho, peca por falta de transparência, pois esse quadro de atores não acessam devidas informações sobre a questão financeira. Se isto fosse possível, propiciaria, melhores e acertados posicionamentos sobre a realidade do parque, uma vez que ninguém é consultado à toa. Ademais, essa ausência de transparência fere um dos basilares princípios da governança, que é a *accountability* (ABRAMS et al., 2003). Ressalta, ainda, a ausência de recursos humanos e infraestruturais, para empreender determinadas demandas do parque, o que, em suma, fragiliza a gestão como processo.

Para outro informante⁷⁷, cujo discurso reflete, em parte, os dois últimos relatos, aponta que teoricamente o modelo de gestão é exequível, desde que sejam dadas as condições necessárias para tanto, como, por exemplo, munir a gestão de pessoal tanto em termos quantitativos quanto qualitativos. Além disso, criar um ambiente favorável para que instituições, entidades, atores diversos envolvidos com o parque possam se articular em torno

⁷⁶ Edivan Carvalho.

⁷⁷ José Santos Nascimento Filho.

de um objetivo comum. No entanto, isso nunca aconteceu, nem nas gestões pregressas nem na atual, embora em uma ou outra gestão passada houvesse algo de articulação. No que concerne à insuficiência do número de profissionais, é sintomático que nesse parque, que abrange quase um milhão de hectares, haja apenas dois funcionários efetivos e outros terceirizados, o que demonstra certa insegurança com relação ao futuro dessa reserva.

A seguir, elenca-se uma série de falas que denotam sentidos variados que refletem as visões de determinados conselheiros do modelo de gestão aludido. Em alguns momentos, depara-se com discursos completamente descentrados, pouco à altura de um conselheiro de uma UC tão importante para a Amazônia e para o mundo:

Eu não tenho acesso a essas informações, e eu não posso nem dizer se ela é boa ou não, porque a minha participação é muito vaga. (informação verbal)⁷⁸.

Saiu essa medida provisória, a 1558, ela foi ótima. Muitos agricultores, muitas pessoas que estão no entorno do parque gostaram. O que nos está deixando insatisfeitos é a falta de assistência do governo federal, de não fazer a demarcação.[...] o modelo de gestão do parque não é adequado, é muito rígido e priva as pessoas de produzir. (informação verbal)⁷⁹.

[...] sobre a administração eu não posso explicar, a não ser os técnicos para explicar sobre a maneira como eles vigiavam. (informação verbal)⁸⁰.

Não é que o pessoal do ICMBIO tenha culpa dessa má gestão, é falta mesmo de pessoas, de fiscais para trabalharem dentro do parque e fazer um trabalho mais eficiente. Tem também a questão de transporte [...]; então falta transporte, apoio, recursos para manter o parque verdadeiramente parque. (informação verbal)⁸¹.

Eu acho legal, né, eu acho até bom, porque, se não tivesse essa fiscalização deles no parque, já *tinha* acabado muitas coisas, porque hoje o que se mostra na televisão, como eles mesmo botam para aparecer é onça, é macaco, é tatu, é paca, é todo bicho; se eles não *tivesse* essa preservação dentro do parque nacional, se eles não *tivesse* tomado essa atitude, não *existe* mais, porque o povo já *tinha* acabado tudo, então a gente só ouvia falar, a gente não conhecia e hoje eles estão trabalhando em cima, tipo um ponto turístico, né? Que todo mundo vai, os turistas vão conhecer as bonitezas que existem no parque nacional, como as praias, como as caças que existem dentro, acompanhados de uma pessoa do ICMBIO, né? Então eu acho muito lindo, né? E apesar de que eu sou uma pescadora, mas a coisa que eu acho mais bonita é preservar a natureza que Deus deixou e que não deve acabar. [...] Eu acho esse modelo de gestão é adequado, eu acho certo. No meu ponto de vista eu acho que não tem nenhum obstáculo sobre a preservação do parque nacional. (informação verbal)⁸².

[...] eles procuram trabalhar dentro da legislação. Até porque, se hoje nós não tivéssemos uma preservação, muitas pessoas entram na sombra dos agricultores, né?

⁷⁸ Representante do 15º Batalhão da PM/ PA.

⁷⁹ Representante do STTR.

⁸⁰ Representante da FUNAI.

⁸¹ Representante do Fórum dos Movimentos Sociais da BR-163 km-30, Campo Verde (Distrito).

⁸² Maria Clara Sousa Machado, 51 anos, primário completo, pescadora, Colônia de Pescadores Z-56-Itautuba/PA.

(informação verbal)⁸³.

Acho que para a sociedade, não. Para eles podem até ser, mas para a sociedade não. Eu acredito que se deve à rotatividade muito grande dos gestores e também por eles não terem essa abertura. Eu acho que não tem como gerenciar um parque do tamanho do nosso se você não dividir com alguém, e isso poderia ser feito através do conselho, como começou a ser feito. Eu acho que a ativação do conselho seria uma das soluções. (informação verbal)⁸⁴.

Não conheço o modelo de gestão do parque. (informação verbal)⁸⁵.

Nós não temos gestão nenhuma, eu não posso opinar sobre gestão nenhuma. (informação verbal)⁸⁶.

Eu acho que há muitas coisas que deixam a desejar. Se tem alguma coisa para fazer, tem que ser dentro das normas; as normas, bem que eles respeitam e tudo. Eles teriam que ter mais autoridade para resolver. Mas, às vezes a gente vê que o responsável pelo parque quer fazer alguma coisa, ele não tem essa autoridade, essa autonomia para fazer. Tudo depende do chefe deles, do pessoal que fica aqui acima do local. [...] Eles são poucos funcionários, precisa de mais funcionários, fica tudo muito acarretado pra eles, e eu acho que eles são uns guerreiros, que eles estão aqui ameaçados; vão embora porque muitas vezes são ameaçados de morte; nós sabemos disso, porque quando eles vão para aplicar a multa, punições para as pessoas que fazem as coisas que não é para fazer, as coisas que interferem no parque, às vezes eles são até punidos. (informação verbal)⁸⁷.

Provavelmente, o desencontro de opiniões acerca de um instrumento tão fundamental, como é o modelo de gestão no que se refere à governança ambiental, deva ser reputado ao ambiente institucionalmente desarticulado no qual esses conselheiros convivem, e, conseqüentemente, repensado.

Entretanto, não há como negar, segundo Macedo (2007), que são evidentes os saltos qualitativos legais bem como a modernidade dos discursos que têm como base a participação dos mais diversos atores sociais na gestão de áreas protegidas, ou seja, sua horizontalidade é bem-vinda. No entanto, não resta dúvida de que teorizar uma participação e vê-la em prática em processos complexos dependentes de vários atores são coisas muito diferentes. Para o referido autor, nem sempre o que está na lei é garantia de satisfação.

Outra vertente analítica, que de certa forma acrescenta ao que foi dito, enfatiza que, apesar de que as discussões sobre gestões de parque tenham evoluído de modo considerável,

[...] a participação da sociedade, neste caso, parece ainda periférica e experimental, embora seja evidente o movimento no sentido de construção de novas práticas, a partir da valorização das observações dos diferentes atores sociais. Este quadro parece indicar um processo ainda em fase inicial, e talvez por esta razão este seja um momento essencial para se refletir sobre os rumos desejados para a gestão de

⁸³ Francisco Coelho de Oliveira, 53 anos, 3º primário, pescador artesanal, Presidente da Colônia de Pescadores Z-56- Itautuba/PA.

⁸⁴ Representante da ASFITA.

⁸⁵ Representante da ITACIMPASA.

⁸⁶ Representante da AMOT.

⁸⁷ Representante da EMATER.

parques nacionais, a partir da projeção de cenários e construção de novas práticas em políticas de proteção da natureza. (IRVING et al. 2005, p.94).

Além disso, a autora afirma que ainda hoje é demais limitada a autonomia dos gestores no que é relativo a decisões, porque muitas vezes a legislação que se impõe não se adéqua a contextos locais. Ressalta, ainda, que os parques nacionais, salvo algumas exceções, convivem com escassos recursos humanos e financeiros.

A continuar, começar-se-á a fazer uma descrição e discussão dos diversos aspectos turísticos do PARNAMAZONIA, a caracterizar seus atrativos, o perfil dos visitantes, a infraestrutura turística e percepções sobre o turismo no parque.

3.3.4 A realidade do turismo no parque

A começar pela Base Tracoá, essa AD, implantada em um espaço aberto, onde anteriormente era mata fechada, à margem do Km-53 da rodovia Transamazônica, funciona como um posto de vigilância armada (Fotografia 23), como visto anteriormente, além de ser local de uso público, dada a implantação e operação da Trilha do Igarapé Tracoá (Fotografia 24).

Fotografia 23 - Posto de vigilância da Base Tracoá



Fonte: Monica Araújo, 2012.

Fotografia 24 - Margem do Tracoá, visto da Base



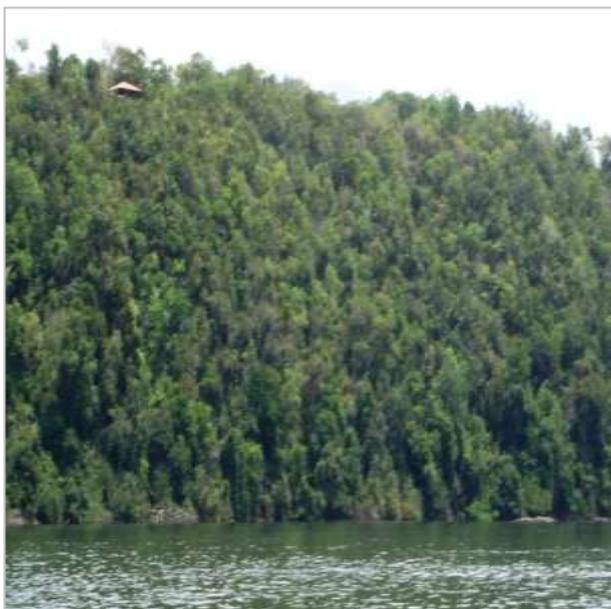
Fonte: Monica Araújo, 2012.

Ressalta-se, ainda, que é a partir desse ponto que se vai percorrer a trilha que leva à Capelinha de São José do Mato, segundo informações colhidas junto ao vigilante que estava no momento da visita. Essa AD se estrutura da seguinte forma: casa de madeira,

aproximadamente com 50 m², dispendo de acomodações suficientes para três guardas; tem ainda um gerador a diesel, que por medida de economia é ligado apenas por algumas horas do dia e da noite, o que possibilita a comunicação por rádio e a iluminação; o posto dispõe ainda de adutora de água e fossa para coleta de esgotos. Salienta-se que essa casa, de praxe, não hospeda visitantes, serve apenas para acomodação dos vigilantes. Observou-se que o posto não dispõe de meios de locomoção própria e, diante de qualquer necessidade, tem-se que esperar pelo socorro durante mais ou menos uma hora.

Localizada no Km-65, a próxima AD, a de Uruá, é a mais importante do circuito das bases por ser vetor das principais atividades turístico-recreativas do parque. Essa base possui um mirante com banheiros e duas casas-alojamento. No que se refere ao mirante (Fotografia 25), ele é estruturado de madeira, com vista panorâmica (Fotografia 26) para o rio Tapajós, que, além de propiciar um belo cenário, pois de lá se podem visualizar suas corredeiras, que formam suas praias, serve também para o estar de grupos em visitação. A melhor época de se contemplar essa natureza é a partir do mês de julho até final de novembro. Esse espaço (Fotografias 27 e 28) foi construído com recursos da CI, ONG, que atua desde 2005 no parque, e da *Aluminum Company of Canada* -Alcoa.

Fotografia 25 - Mirante, no canto superior esquerdo



Fonte: Estratégia (2009).

Fotografia 26 - Panorâmica do Mirante



Fonte: Monica Araújo, 2012.

Fotografia 27 - Entrada do Mirante

Fonte: Monica Araújo, 2012.

Fotografia 28 - Interior do Mirante

Fonte: Monica Araújo, 2012.

Com relação aos alojamentos, um deles é destinado para excursionistas, turistas, estudantes, pesquisadores ou observadores de pássaros, conforme verbalização⁸⁸ obtida à época da visita feita pela autora ao parque. O alojamento (Fotografia 29,) construído de madeira e telado, dispõe de dois quartos com beliches, sala, cozinha equipada, banheiro e dispensa. Comporta aproximadamente 10 pessoas. O sistema de estada no alojamento varia conforme o objetivo de quem o procura: o turista pode permanecer de três a quatro dias; os pesquisadores, até cinco dias; e os observadores de pássaros ficam em média cinco dias.

Fotografia 29 - Alojamento para pesquisadores

Fonte: Monica Araújo, 2012.

⁸⁸ Adelson Ribeiro da Silva.

3.3.4.1 Trilhas

As trilhas constituem um portal de entrada que permite um contato entre o homem, o meio ambiente e sua biodiversidade. Normalmente o seu percurso é feito a pé, e atualmente são espaços para a maioria das atividades de lazer, estudo da biofauna e da bioflora, além de proporcionarem atividades educativas sobre o meio.

Ao se fazer uma rápida digressão histórica, constata-se que as trilhas sem dúvida foram sendo feitas a partir de necessidades como procura por alimentação, meio facilitador para o predador (o homem), proteção com relação a intempéries naturais, entre outros motivos. Hoje, sobretudo, nas UC, as trilhas representam um meio de recreação e pesquisa (FONTOURA; SIMIQUELI, 2006 apud FREDERICO; NEIMAN, 2010), como observado no PARNAMAZONIA, onde é possível visitantes e estudiosos terem acesso, de uma forma mais fácil, ao meio ambiente.

Essa abordagem é reforçada por Neiman e Rabinovici (apud 2002 NEIMAN, 2010), que enfatizam serem as trilhas importantes meios para interpretação do ambiente natural. As autoras ainda ressaltam um fato que não pode ser deixado de lado, a possibilidade de suas implantações acarretarem problemas de diversas naturezas a esses ambientes, pois seus traçados podem trazer desequilíbrios. Por isso, a importância de se conhecer bem onde se está pisando, isto é, os fatores biofísicos, meteorológicos e climáticos da região, sobretudo na floresta equatorial amazônica por sua representatividade com relação a todos os ecossistemas do orbe terrestre.

Conforme Vasconcellos (2003) e Ham (1992 apud Moreira, 2011, p. 92), as trilhas autoguiadas podem ser feitas pelo visitante, sem acompanhamento de profissional capacitado para tal fim, o condutor ambiental. No entanto, é importante que o trilheiro tenha em conta os lugares pré-estabelecidos de parada, bem como traga consigo material de informação, além do que as trilhas devem ser sinalizadas para evitar dissabores de percurso. Normalmente, segundo os autores, as trilhas devem ser temáticas e sua sinalização, de fácil comunicação.

Ao se falar propriamente das trilhas existentes no PARNAMAZONIA, tem-se como número total nove, e cada uma com suas singularidades e pouca variação entre si, conforme a tabela e descrição a seguir:

Tabela 1 - Trilhas abertas ao público no PARNAMAZONIA

Trilha	Extensão (m)	Tempo (h)
Área de desenvolvimento URUÁ		
Trilha Interpretativa do Rio Tapajós	2.590	2:00
Trilha do Banho dos Porcos	3.007	1:30
Trilha das Árvores Gêmeas ou do Saita	2.097	1:30
Trilha do Açaizal	3.238	1:30
Área de desenvolvimento TRACOÁ		
Trilha da Cachoeira do Tracoá	511*	0:30 **
Trilha do Igarapé Tracoá	2.950	3:00
Ramal do Morro da Terra Preta	1.330 *	1:30 **
Trilha do Morro da Terra Preta	2.218	1:00
Trilha da Capela de São José da Mata	aprox. 30 km*	3 dias **

* Somente em um sentido.

** Para as trilhas lineares, tempo de ida e volta.

Fonte: Estratégia (2009), com adaptações da autora (2013).

Como já referido anteriormente, a autora teve a oportunidade de conhecer apenas duas bases e de ter percorrido apenas parte de uma trilha, devido aos seguintes fatores: era tempo de inverno, por conseguinte, chuvoso, e não havia, por isso, sido feita a capina. Portanto, neste trabalho, a utilização de dados secundários sobre as trilhas, baseados em Estratégia (2009), sobre as trilhas se deve a isso.

Todas as trilhas tiveram sua origem nas atividades extrativistas de madeira, levantamentos topográficos ou fruto de estudos dos faunísticos e de flora, e só mais tarde foram utilizadas para a atividade de caminhada, exceção feita à Trilha Interpretativa, projetada e construída para esse fim. Apesar das diferenças em suas origens, as trilhas não apresentam entre si grandes diferenças, inclusive nos aspectos naturais, ressalva feita apenas ao aspecto estrutural, que coloca a Trilha Interpretativa do Tapajós como a mais bem equipada, por ser a única que dispõe de sinalização e equipamentos facilitadores. Ressalta-se ainda a atuação dos próprios vigilantes como guias, atividade fora de sua atribuição de trabalho, os quais são sempre indicados pela administração do parque. A própria autora constatou isso quando lá esteve, pois fez sua trilha acompanhada por um vigilante.

São as seguintes as quatro trilhas que partem da base Uruá: Trilha Interpretativa do Rio Tapajós, a Trilha das Árvores Gêmeas (ou do ramal do Saita), a Trilha do Banho dos Porcos e a Trilha do Açaizal.

a) **Trilha Interpretativa do Rio Tapajós ou Autoguiada (Fotografias 30 e 31)**

Trilha de circuito circular. Tem como marco de suas atividades a entrega oficial do mirante, em novembro de 2007, parceria entre o IBAMA, a ONG Conservação Internacional e o PROECOTUR.

Fotografia 30 - Trecho inicial da Trilha do Tapajós



Fonte: Monica Araújo, 2012.

Fotografia 31 - Aspecto paisagístico da Trilha



Fonte: Monica Araújo, 2012.

Essa trilha é categorizada como zona de uso intensivo e foi aberta com a finalidade de portal de interpretação ambiental, entre a terra firme e a área inundável do Tapajós, principal atrativo da região. Por suas características, possibilita interpretações entre a mata de terra seca, a encosta e igapó. E ainda propicia a integração da visita ao mirante a dois pontos especiais do rio Tapajós: a Praia do Uruá, de areia fina e alva, um das raras entradas para o banho no rio, que se deveu à abertura dessa trilha e do ramal para automóveis (Fotografia 32); e Travessão do Uruá, cujo desfruto das quedas d'águas é feito pela da trilha, sendo somente aberto no verão. Em termos de situação fundiária, essa trilha está sob a jurisdição do parque.

Fotografia 32 - Trecho do ramal para automóveis



Fonte: Monica Araújo, 2012.

A considerar a demanda real de visitas, antes de sua inauguração essa trilha já recebia visitantes, entretanto, não havia dados sobre o perfil deles. Em meados de 2008, com a celebração de um convênio, a CI transferiu recursos financeiros para a AMIPARNA, o que permitiu a ida de estudantes da rede pública de Itaituba ao parque. Conforme a dimensão do coletivo de alunos, nível etário e objetivo do passeio, essa associação oferece visita ao mirante e à trilha. E, de praxe, sempre ocorre no mirante, um piquenique, pois essas visitas são de um dia. Com essa iniciativa da AMIPARNA, outros visitantes passaram a frequentar o local, a saber: grupos oriundos de associações de funcionários de instituições itaitubenses, além de estudantes do ensino médio e superior.

No quesito equipamentos facilitadores, essa trilha dispõe ainda, além da já citada sinalização, de plataformas (*decks*) protegidas por corrimão, em trechos mais perigosos; conta também com bancos, passarelas e degraus protetores, bem como sinalização para facilitar o percurso autoguiado. Afora isso, ela oferece ainda cerca que protege a vegetação em recuperação. A sinalização perfaz requisitos de comunicação: é descritiva, indicativa, interpretativa e de advertência, como segue:

a) sinalização descritiva (Fotografia 33): possui placa com *design* que demonstra sua extensão, desnível, atrativos, sugestões e advertências de segurança, além dos pontos de interpretação.

Fotografia 33 - Placa da trilha do Tapajós



Fonte: Monica Araújo, 2012.

b) sinalização indicativa: placas que orientam o visitante, indicando o trajeto de ida e de volta, e o trajeto alternativo, para períodos de cheia no Tapajós, quando não é possível chegar até a praia e às rochas à beira do rio.

c) sinalização de advertência: como outras placas, essas advertem principalmente no que diz respeito à possibilidade de acidentes com arraias (*Potamotrygon motoro*).

Ressalta-se ainda que, no percurso dessa trilha, encontram-se, entre a vegetação, os escombros de uma residência que outrora fora construída, segundo informação verbal⁸⁹, para receber o então Presidente da República, Emílio Garrastazu Médici, quando da inauguração da Transamazônia, em 1972. Entretanto, o referido presidente ficou hospedado em Ruropólis.

A Trilha Interpretativa, sem dúvida, contribui na formação do visitante do parque sobre a região. Ela dá as características do ambiente, propiciando um passeio pelas áreas mais marcantes do *platô* onde se encontra o Mirante, até beirar Tapajós. Nesse sentido, são dadas condições de observar a cobertura vegetal da região. Cabe salientar que nunca foram adotadas medidas para se estabelecer a capacidade de carga dessas áreas de recreação do parque.

d) Trilha do Banho dos Porcos

Com aspecto físico de mais ou menos uma forma elíptica, essa trilha, que se inicia próximo aos alojamentos da Base Uruá, beira o ramal no sentido da praia no rio Tapajós, e tem a extensão de 2.672 m. Em seu percurso, podem-se visualizar bandos de porcos-do-

⁸⁹ Joaes Oliveira Muniz, vigilante do parque e monitor de turismo que foi o condutor da autora, nesta trilha.

mato (*Tayassu tacaju* Lin.), que costumam se banhar nas poças de lama, e, ainda, perceber os contrastes entre a mata de terra firme e a de igapó.

e) Trilha das Árvores Gêmeas ou do Saita

De circuito linear e em formato de bumerangue, essa trilha inicia seu percurso no ramal do Saita,⁹⁰ distante aproximadamente dois quilômetros do acesso principal da Base Uruá (ESTRATÉGIA, 2009). Mostra-se sem desníveis até o ponto, que dista dos 200 metros iniciais da trilha do Banho dos Porcos. Em meio ao trajeto, podem-se encontrar vestígios de etnias indígenas sobre a terra preta. O visitante pode deparar-se com palmáceas e gameleiras (*Ficus adhatodifolia*) no percurso.

f) Trilha do Açaizal

Com seus extremos apontados para a Transamazônica, em formato de parábola, essa trilha tem seu acesso mais próximo à distância de 300 metros do portal da Base Uruá, e mais distante, cerca de 1.500 metros desse ponto, estão ambos, portanto, à margem da referida rodovia (ESTRATÉGIA, 2009). Essa trilha perfaz um curso de 3.238 metros, logo é a mais extensa das trilhas, que conduz a um açaizal, que se abeira ao igarapé Uruá. Na tentativa de preservar esse caminho de predadores humanos e coletores, as entradas são minetizadas pela vegetação, que não é desbastada, o que é diferente dos demais trechos da trilha, onde ramos e vegetação rasteira são naturalmente gastos pelo uso frequente.

Já na Base Tracoá, tem-se a trilha do Igarapé Tracoá, o antigo ramal e a trilha do Morro da Terra Preta, além da trilha da Capelinha, que são abertas à visitação e localizadas dentro dos limites do parque.

g) Trilha do Igarapé Tracoá

A partir da Base Tracoá, essa trilha se inicia e segue o igarapé de mesma denominação, nos seguintes sentidos: a montante do igarapé, por cerca de 500 metros, circunda o poço e salto dessas águas; e a jusante, por cerca de 1.700 metros, segue o igarapé por terreno de várzea até o local onde desemboca no rio Tapajós (ESTRATÉGIA, 2009). A volta, depois de trilhar no sentido contrário os últimos 344 metros, é feita por um atalho que retorna à Transamazônica em um trajeto de mais 543 metros m por terra firme, a totalizar 2.950 metros. Essa trilha se distingue por seguir as linhas de um igarapé e pelo sua utilização em práticas de educação ou de

⁹⁰ Esse nome deve-se a um imigrante japonês, agricultor, que se fixou, durante vários anos, na área onde se inicia a trilha.

recreação. No caminho entre a rodovia e o Tapajós, são encontradas áreas próprias ao banho no Tracoá, e há que ter-se cuidados, devido ali ser *habitat* de poraquê (*Electrophorus electricus*).

h) Trilha do Morro da Terra Preta

Essa trilha começa a partir do ramal que transportava o cascalho para a antiga manutenção da Transamazônica. Seu circuito é linear e tem a extensão de 2.218 metros, a percorrer a mata de terra firme até cerca de 300 metros da entrada da Base Uruá e costuma ser utilizada para observação de aves.

i) Ramal da Piçarreira

Possui aproximadamente um quilômetro de extensão, atravessa áreas antes aproveitadas como cascalheiras, e é apropriada para a observação de aves. Esse ramal eleva-se até ao cume do Morro da Terra Preta (Fotografia 34), onde se avista a floresta, além da calha do Tapajós, e está em situação de abandonado e progressivamente tomado pela vegetação.

Fotografia 34 - Morro da Terra Preta



Fonte: Estratégia (2009).

j) Trilha da Capela de São José da Mata ou Trilha da Capelinha (Fotografias 35 e 36)

A trilha se inicia no Km-80 da Transamazônica, com cerca de trinta quilômetros de extensão, perfazendo entre ida e volta, sessenta quilômetros. Os iniciais cinco quilômetros são frequentemente visitados por observadores de aves. Aqueles que vão até ao final da trilha, no caso os peregrinos, se deparam com um sítio arqueológico lítico e cerâmico de TPI, que, inclusive, requer proteção. Os que a percorrem toda precisam de três dias e dois pernites na mata, bem como levarequipamentos e mantimentos necessários para a sobrevivência.

Fotografia 35 - Trecho da trilha da Capelinha

Fonte: PortalTvtapajõara (2013).

Fotografia 36 - Missão campal na Capelinha

Fonte: PortalTvtapajõara (2013).

Assim, como foi visto, as trilhas do PARNAMAZONIA poderiam possibilitar atrativos diversos, caso o que foi planejado-vide plano de manejo- já houvesse sido implementado. Para tanto, seria interessante, por parte do poder público, tomar como exemplo de ação as parcerias, como as que já foram feitas pelas ONGs citadas. Graças a isso, já existe uma infraestrutura mínima que abre espaço para que o parque seja um *locus* dinâmico de estudos, lazer, recreação e outras demandas turísticas.

3.3.4.2 Caracterização dos visitantes

Ao se pensarem os aspectos referentes ao comportamento e à caracterização geral dos visitantes, eles se constituem de quatro estratos, conforme Estratégia (2009):

a) Grupo de estudantes: segundo informações repassadas pelos condutores de turismo (vigilantes), dentre os estudantes que frequentam o parque, a sua maioria vem pela primeira vez. São estudantes de ensino médio de diversas faixas etárias, inclusive a de terceira idade, contudo não há precisamente um levantamento sobre esse tipo de visitante. Os poucos estudantes que já estiveram em visita ao parque o fizeram com o objetivo de estudar o meio ambiente, já os demais grupos o fazem por apenas um dia, normalmente em número não superior a sete pessoas, e procuram lazer e recreação nas trilhas. Só a partir de meados de 2007, é que se iniciou a procura pelo parque por grupos de estudantes, como já foi abordado anteriormente.

No que concerne à origem dos estudantes, eles são provenientes de escolas da região em visita de um dia. Existe na base para controle um livro que registra as visitas, mas, no entanto, é apontada somente a nacionalidade do visitante, por isso a impossibilidade de se obterem dados quantitativos de cidade ou região de origem. Pelo que já foi registrado, há um significativo

aumento de visitas por parte da população itaitubense entre os anos de 2005 e 2007, de acordo com consulta às licenças de visita. Além disso, foi verificado que outras categorias de estudantes, de cursos técnicos ou superiores já procuram a utilização do espaço do parque para lazer e também para eventos de natureza comemorativa, como festa de final de ano letivo.

b) Peregrinos: é de Itaituba a maioria dos visitantes que se dirigem à Capelinha de São José da Mata. Para que isso aconteça, é necessária uma prévia autorização pela administração do parque. É notável que nessas viagens, os grupos peregrinos aproveitam para realizar uma atividade benfazeja para o parque, que é a limpeza dos diversos trechos da trilha. Normalmente, são senhores e senhoras na faixa etária dos sessenta anos. É de supor que essas pessoas estejam bem preparadas fisicamente, pois, como já citado anteriormente, são três dias e dois pernoites. Apesar de essa trilha ter um caráter de religiosidade, presume-se que as pessoas que dela participam também tenham um espírito aventureiro, o que talvez, se dê de acordo com a percepção da autora, pelo próprio encantamento que a floresta em si induz.

c) Turistas nacionais e estrangeiros⁹¹: já era de esperar que a grandiosa biodiversidade do parque não fosse de interesse apenas de brasileiros, o que pode ser constatado pela regularidade do fluxo de turistas estrangeiros, conforme livro de visitantes, como mostra a tabela abaixo:

⁹¹ Na segunda ida ao campo, os dados sobre o número de visitantes não foram disponibilizados, pois estavam em processo de sistematização pelos analistas do PARNAMAZONIA. No entanto, teve-se acesso aos dados, via *e-mail* pela direção do parque, atualizados quanto à visita a esse lugar. Assim, em 2008, o parque recebeu **157** visitantes, sendo 95 de Itaituba, 56 nacionais e 6 estrangeiros; em 2009, o total foi **818**, distribuídos em 602 de Itaituba, 168 nacionais e 48 estrangeiros; no ano de 2010, o montante foi de **756**, dos quais 611 de Itaituba, 140 nacionais e 5 estrangeiros; em 2011, foi totalizado **1.111**, dos quais 1003 de Itaituba, 87 nacionais e 4 estrangeiros; no ano de 2012, este número foi de **619**, distribuídos em 538 de Itaituba, 67 nacionais e 14 estrangeiros; em 2013, o total foi de **684**, dos quais 618 de Itaituba, 50 nacionais e 16 estrangeiros; e, por fim, em 2014, totalizaram-se 320 visitantes, dos quais 293 de Itaituba, 25 nacionais e 2 estrangeiros. (COELHO, L., 2015).

Tabela 2 - Número de visitantes do parque, segundo nacionalidade e ano

ORIGEM	*1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total
Brasil	36	39	11	65	95	32	35	62	138	135	***662	1.310
Inglaterra	-	5	1	12	1	1	12	2	6	-	-	40
Alemanha	-	4	2	3	8	8	1	1	2	3	4	36
EUA	1	2	-	3	8	8	1	1	2	3	4	33
Espanha	-	-	-	-	-	8	-	4	1	2	-	15
Suíça	1	1	2	1	-	-	-	-	-	-	2	7
Argentina	-	-	1	-	2	-	-	1	1	2	-	7
Outros ***	1	3	-	5	2	2	1	3	1	1	2	25
Total	39	54	17	91	116	59	50	76	151	146	674	1.473

neste ano pôde-se contabilizar as autorizações de visita, incluindo as visitas para manutenção de trilhas (56 pessoas)

*a partir de setembro

***países com menos de sete visitantes no intervalo de dez anos

Fonte: Estratégia (2009), com alterações da autora (2013).

A partir dessa tabela, depreende-se que o maior afluxo de visitantes é nacional e um irrisório número é de estrangeiros. Vale ressaltar que os números do ano de 2007 crescem significativamente, o que é bastante presumível, em consequência da inauguração do mirante e da trilha.

d) Observadores de aves (*birdwatchers*): são ingleses, alemães e norte-americanos, os principais estrangeiros que para o parque se dirigem com o intuito de observar suas aves. De forma predominante, esses visitantes têm idade superior a 55 anos. A sistemática que esses observadores seguem consiste em observar, catalogar, fotografar e gravar o canto das aves⁹². A estada gira em torno de dois a dez dias, no que diz respeito exclusivamente a essa atividade. A ararajuba (*Guaruba guarouba*) é uma das espécies que costumam atrair muitos *birdwatchers*.

No circuito turístico nacional e internacional, existem empresas especializadas que organizam pacotes para esse fim, sob forma de *forfait*, para atender às solicitações de cada grupo. Dada as características dos grupos, exclusivamente estrangeiros, eles, na maioria das

⁹² Existe no mercado eletrônico uma boa oferta de livros e guias impressos, comercializados em quase todos os países, por meio de empresas como a *Amazon.com*, que disponibiliza títulos como o livro *Where to find birds in South América*, de Nigel Weatherley, editado pela *Princeton University Press*, 2000. Essa obra é considerada referência da área e apresenta uma listagem para as aves de destaque no PARNAMAZONIA. A editora publica ainda outros livros sobre *birdwatching* que referendam o Parque e a Amazônia. A obra "Aves do Brasil", de autoria de Deodato Silva, é um clássico do tema e está disponibilizada em livrarias universitárias. Podem-se encontrar mais informações também no site *birdsong*, que vende CDs e DVDs com cantos de aves do Brasil, inclusive com referências para o PARNAMAZONIA. E, ainda, nos sites: *math.sunysb.edu* e *mma -Songs of Brazilian Birds* (ESTRATÉGIA, 2009).

vezes, vêm acompanhados por um guia bilíngue ou inclui um auxiliar (português-inglês). De acordo com informações colhidas junto aos condutores, essa atividade de observação acontece em dois tempos: na aurora e no crepúsculo do dia. São poucos os *birders* que permanecem observando entre 09h e 16h. Esse intervalo é investido em gravações de cantos ou para observar as raras espécies de aves que ainda se encontram em atividade na mata. Os seus interesses podem incidir sobre um gênero específico de aves ou uma espécie particular.

No entanto, cabe aqui afirmar que existem problemas relacionados à dinâmica dessa atividade: hospedagem improvisada; ausência de meios necessários para o pleno desenvolvimento da atividade; e falta de um agendamento eficiente no seu planejamento, o que evitaria óbices. Exemplo sobre isso é encontrar na mesma trilha outro grupo de observadores ou ainda pessoas que desempenham outras atividades.

e) Recreativos (piqueniques): as visitas dessa categoria acontecem sem regularidade, de quando em quando, pelos moradores locais, como também por estudantes. Os moradores que frequentam a base, nessa ocasião, são parte da família e do círculo de amizade dos vigilantes, a constituírem-se nos principais usuários. Suas atividades recreativas são realizadas com a autorização da administração do parque.

Os piqueniques realizam-se em duas áreas: a primeira acontece no bosque contíguo à cachoeira e lago do Tracoá; é inundável e imprópria sua utilização em período de cheias; é uma área com vida ativa, que dá vistas para o lago e a cachoeira. A segunda fica no Mirante do Uruá; possui uma infraestrutura adequada para tal fim, com mesa, bancos, cadeiras, suportes de redes e banheiros. É um espaço especial devido à bela visão que propicia.

Pelo exposto acima, o parque, apesar de sua incompletude no que respeita à estruturação, serviços e atividades turísticas, mesmo assim recebe uma variada demanda de usuários. A considerar que a maior parte desses visitantes é constituída por estudantes e moradores de Itaituba, pode-se inferir que, a partir de 2007, com a abertura oficial do mirante e das trilhas, essas pessoas começaram a internalizar esse espaço natural como seu, inclusive na dimensão simbólica. Nesse sentido, o parque representaria um bem significativo para a região, o que redundaria em uma preocupação e participação no que diz respeito à sua gestão e conservação.

Já foi explicitado acima que a área em que se encontra o PARNAMAZONIA, possivelmente será em parte inundada por motivos estratégicos energéticos do governo brasileiro. Isso sem dúvida é um óbice para que sejam tecidas visões projetivas sobre o turismo no lugar. As pesquisas de campo indicaram, a partir das falas de determinados atores sociais, precisamente conselheiros, uma compreensão muito fragmentária com relação ao que

se espera das atividades de turismo em um parque. Veja-se, por exemplo, no parágrafo seguinte, o entendimento que o gestor⁹³ do parque, que é presidente do conselho, tem com relação ao binômio parque-turismo.

Segundo o referido informante, os maiores obstáculos para que o turismo no parque aconteça são a falta de acesso e a infraestrutura inadequada, por isso, ele afirma que raramente se encontra um turista naquele sítio. Ele relata que pessoas lá chegam para pesquisar ou documentar aquela realidade, o que não representa propriamente o turista em busca de lazer. Ainda ressalta que o próprio itaitubense não visita o parque devido à distância, às condições físicas da estrada de acesso e ao custo de deslocamento. No entanto, enfatiza que no entorno da UC é possível a atividade turística por causa de outros atrativos. E conclui dizendo que a direção do parque está à espera de resoluções com relação a que fração do parque será inundada para a instalação do Complexo de Hidrelétricas do Tapajós e que somente depois de isso definido é que se poderá pensar em planos para o parque.

Outra informante⁹⁴, da mesma maneira que o anterior, ao ser indagada sobre questões relacionadas às atividades turísticas, deu destaque ao turismo científico e enfatizou que estrangeiros de diversos países costumam ali aportar; relatou ainda que, além desses existem os observadores de pássaros que, pela diversidade da fauna alada, procuram o lugar. No entanto, afirma de modo ressentido que pelas características do parque-suas corredeiras, sua biodiversidade-, outros tipos outros de turismo poderiam ser praticados, desde que houvesse estrutura para tanto. E ainda vai exalta o PARNAMAZONIA como um raro lugar, um dos mais impressionantes do mundo, onde a natureza se manifesta das mais belas e diversas maneiras.

A entrevistada prossegue e ressalta que a UC deveria ser divulgada de uma maneira que atraísse melhor a demanda turística brasileira, inclusive a local e a circunvizinha. E, com relação a essas duas últimas, diz que o problema da dificuldade de deslocamento é mais um entrave para a visitação turística. A informante toca em um ponto crucial para a vida do parque, que é o possível projeto de execução da Hidrelétrica do Tapajós. Com relação a essa questão, ela lamenta não ter sido realizado um trabalho de

divulgação, de estruturação do parque, de apoio na implementação de estrutura física e de uma equipe permanente ali para fazer acompanhamentos, para fazer as trilhas guiadas; eu acho que isso seria muito bom para o parque; talvez, se isso já existisse, o parque seria visto de uma outra forma, e a hidrelétrica não precisaria ser feita ali, levando para o fundo uma estrutura que custou muito cara, que foi doação. (informação verbal).

⁹³ Assor Fucks.

⁹⁴ Erotildes Santos Rodrigues.

E talvez, se o PM do parque, que data de 1979, tivesse sido reatualizado há mais tempo e assim se consolidado a UC como rico espaço de conservação e para fins turísticos e com influência por isso mesmo nos cenários internacional, nacional ou local, talvez fosse muito mais difícil a decisão por parte do Estado nacional inundá-lo para dar espaço à hidrelétrica. É bom lembrar que o que existe de infraestrutura no parque é resultado de uma ação coletiva entre parceiros do nível da AMIPARNA, CI, IPAM e outros.

Quanto ao turismo no entorno do PARNAMAZONIA, a referida informante diz que não tem conhecimento, mas cita o exemplo de comunidades como São Luiz do Tapajós e o Sai-cinza, que realizam seus festivais, porém sem conexão com o parque. No entanto, fala de um trabalho realizado no entorno que diz respeito ao fomento de atividades regionais, incentivando os produtores não-madeireiros e informando-os sobre a utilização ou não de determinados espaços. Além disso, o órgão ao qual pertence a interlocutora desenvolve junto ao ICMBIO um trabalho de educação ambiental que consiste em levar estudantes em visita ao parque, o que é prejudicado pela indisponibilidade de transporte. E ainda relata a parceria feita com ICMBIO para delimitar o parque e identificar marcos geográficos como rios e igarapés.

Ao dar sequência às entrevistas, Edivan Silva de Carvalho⁹⁵ considera que o turismo no parque está em estágio inicial e ainda prejudicado por falta de políticas de turismo nas três esferas de poder. E cita, o que já se sabe, a prática de um turismo religioso no parque. No mais, afirma que o parque tem suas potencialidades turísticas, porém não tem estrutura para receber demandas, sem falar na questão da desafetação que, segundo pensa, foi feita de modo “polítiquero” e por isso atingiu áreas propícias ao turismo. Perguntado sobre o que se poderia fazer para alavancar o turismo no parque, remeteu ao ICMBIO a responsabilidade de investir na sua estrutura física e capacitar os gestores para dotá-los de condições para o desenvolvimento de metas turísticas.

Para concluir essa interlocução, o referido entrevistado acima afirma que o IPAM não tem projeto na área de turismo para o parque nem para qualquer outra UC da região. Ao se perguntar se há ações de turismo no entorno, a resposta que se obteve foi que para aquela área não se aventa essa possibilidade. No entanto, diz que a zona de amortecimento tem potencial, mas que é preciso, a pensar-se em ações futuras, em primeiro lugar internalizar essa alternativa. Ao ampliar seu pensamento sobre o turismo, sugere que, ao se desenvolver o turismo local, os comunitários teriam oportunidades de realizar atividades para gerar renda, o

⁹⁵ Representante do IPAM.

que é uma natural derivação do produto turismo. Ressalta, ainda, que o turismo precisa de infraestrutura, de transporte, de alimentação etc. E não é uma trilha, um mirante ou outra coisa congênere que vai viabilizar o turismo no parque e em seu entorno.

A fala⁹⁶ a seguir é bem pontual e contundente com relação à realidade do parque quando expressa que o turismo nesse lugar se resume à visitação, por parte de grupos escolares, ao mirante e à existência de uma trilha. Apesar de não tecer comentários mais largos sobre o turismo no parque e em seu entorno, o informante sugere algo que é de importância para o desenvolvimento dessa atividade, que é a busca de parceiros por meio de convênios, o que sem dúvida, segundo ele, poderia melhorar as condições de infraestrutura do parque e, por conseguinte, dinamizar o turismo.

De uma UC bem estruturada com plano de manejo, conselho consultivo ativo e gestão participativa, espera-se que mudanças de gestores não interfiram de modo drástico na continuidade dos trabalhos e no cumprimento dos seus objetivos. De acordo com o conselheiro José Santos Nascimento Filho⁹⁷, não é o que se vê no PARNAMAZONIA, muito pelo contrário. Esse informante ressalta a necessidade de solucionar determinados problemas com relação ao turismo, mas que, infelizmente, a constante troca de gestores impossibilita ações. Desse modo, é de esperar que seja normal contar-se com esse tipo de mudança, já que esse cargo não é vitalício. Para explicitar isso, veja-se o que ele diz:

Quando a gente tem essa mudança de gestão, nós também temos uma quebra da visitação; passamos um período muito grande sem visitantes, tanto locais quanto de fora. Em decorrência dessa mudança de gestão, não tivemos a manutenção dos equipamentos públicos do parque, das trilhas e do mirante. Tudo ficou a cargo dos vigilantes que fazem a manutenção lá. [...] com isso a gente teve uma ruptura do trabalho. (informação verbal).

No entanto, apesar da descontinuidade de manutenção do parque, o informante afirma que, no que concerne à pesquisa científica, o trabalho continua, ou seja, pesquisadores seguem frequentando o parque. No mais, enfatiza como positiva, já ressaltado por outros informantes, a parceria do ICMBIO, ALCOA, CI e AMIPARNA na implementação das trilhas autoguiadas, do mirante e do grupo de formação de condutores ambiental.

Um dado relevante, por denotar a desestruturação da direção do parque com relação ao turismo, é o fato de que não existe a preocupação em fazer-se convênio e parcerias, com agências de turismo especializadas que operariam a ida de grupos ao parque. Segundo

⁹⁶ Representante do 15º Batalhão da PM/PA.

⁹⁷ Representante da AMIPARNA.

informa o entrevistado acima, a própria associação é que se responsabiliza em montar grupos e levá-los ao parque. Observe-se um trecho de seu relato:

Hoje nós ficamos apenas com o turismo que eu chamo de esporádico, a gente organiza um pacote, via AMIPARMA, contrata um pessoal (técnico de enfermagem, corpo de bombeiro, guias e, se necessário, um intérprete) e leva os turistas para dentro do parque. (informação verbal)⁹⁸.

Além disso, essa associação, quando convidada, ministra palestras nas escolas sobre educação ambiental. O informante ainda faz uma referência com foco na comunidade do entorno do parque, onde se formou um grupo de condutores, estratégia que aproximava o parque da comunidade. No entanto, por conta da desarticulação da AMIPARNA, há mais de dois anos, esse esforço não teve continuidade.

A necessidade de se promover a educação ambiental na comunidade como nas escolas é destacado por um informante ⁹⁹sindicalista; isso, a seu ver, seria de grande valia para a aproximação do parque-comunidade. Entende, ainda, o parque como um espaço rico em biodiversidade, entre outros atrativos, mas acha que lá não existe turismo. Além disso, sugere que se houvesse mais facilidades – como abertura de estradas vicinais – de deslocamentos entre o parque e as comunidades, o que daria mais visibilidade a estas, surgiriam mais projetos, o espaço das comunidades seria mais organizado e, sem dúvida, a distância simbólica entre eles diminuiria.

Em outras palavras, o referido entrevistado diz que: “O PARNAMAZONIA tem muitas áreas importantes, tem muitos igarapés, tem cultura, tem muito sentido para ele explorar geral na parte de turismo dentro desse parque, porque fica muito próximo à cidade, é muito fácil, e também motivaria os agricultores” (informação verbal). Assim, faria mais sentido prático e benfazejo para o turismo o trabalho de educação ambiental, complementa.

Para o representante¹⁰⁰ da FUNAI, como para outros conselheiros, o turismo é incipiente e, além disso, o próprio itaitubense não se interessa pelo parque. E sugere que, se houvesse um maior fluxo de turistas, talvez isso motivaria

[...] as pessoas que moram em volta do parque; venderiam seus produtos, seus artesanatos. Isso é que era o sentido da gente debater muitas coisas, muitos assuntos no Conselho, era nesse sentido. A pessoa lá em volta, viver da natureza sem agredir, criar seu artesanato, vender sua farinha, os seus produtos da roça. (informação verbal).

No trecho a seguir da fala do referido informante, percebe-se que, embora o turismo no

⁹⁸ Representante da AMIPARNA.

⁹⁹ Representante do STTR.

¹⁰⁰ Francisco Afrânio Nunes Soares.

parque esteja em foco, ele tece comentários sobre a cidade de Itaituba e sua relação com o turismo, já que é porta de entrada para a UC em questão, como se fosse um dos determinantes para qualificar a atividade turística. Veja o trecho:

Começando pela cidade, esta deveria se: as ruas asfaltadas, os hotéis preparados, embora muitos hotéis já estão preparados para esse tipo de coisa, e as agências, já existem agências que estão preparadas também. Mas, quando se fala em vir para Itaituba e quando se chega aqui na entrada, se vê o retrato: em Itaituba se fala muito em turismo, mas agora não, porque o rio está ainda cheio, mas, no verão, você vê a sujeira de mato, aquela imundície toda, aí o turista não aceita e tem medo. (informação verbal).

Percebe-se que o entrevistado concebe o turismo como fator de desenvolvimento, desde que sejam dadas as condições para isso, e não o dissocia do desenvolvimento da cidade, a ter, portanto, como base o parque, para o desenvolvimento da cidade.

Existe outra conselheira¹⁰¹ que corrobora a mesma opinião do fato de o turismo ser vetor de desenvolvimento. Mas, no entanto, não tece comentários significantes sobre a sua afirmação, a ter por base o parque, por não conhecê-lo. Apesar desse agravante, e por afirmar também que no parque não existe turismo, sugere portanto que haja divulgação para atrair turistas e ainda aventa a possibilidade de Itaituba tornar-se um polo turístico, o que seria de bom “alvitre” para o parque.

O desconhecimento sobre a realidade física do PARNAMAZONIA é patente nas falas de mais dois¹⁰² entrevistados da mesma entidade. No entanto, tem uma visão edênica do parque, portanto acham que as pessoas deveriam conhecê-lo. Atentam ainda para o fato de que é preciso preservar aquela natureza. Ressaltam em poucas palavras a necessidade de que sejam abertos espaços, naturalmente pelas autoridades competentes, para que as pessoas conheçam o parque e aprendam sobre a importância de preservar o meio ambiente. É necessário esclarecer, com relação a esses dois informantes, sua consciência ambiental, mesmo não tendo sido capacitados para serem conselheiros. Leia-se o seguinte relato¹⁰³:

[...] a Z-56 poderia contribuir junto ao ICMBIO através do turismo de pesca, porque nós temos muitas belezas na região, que são cachoeiras, muitas áreas de praias, mas precisaria de ter um controle, uma fiscalização, segurança, desde a hora que saia daqui para fazer esse trabalho lá. Precisaria também de capacitação, que a colônia tenha conhecimento pra passar para essas pessoas, o que ele pode e não pode fazer nessa área; porque é complicado, é uma área de preservação ambiental. Então a entidade tem que ter conhecimento do que vai fazer junto em parceria com o ICMBIO. (informação verbal).

¹⁰¹ Jesielita Roma Gouveia.

¹⁰² Maria Clara Sousa Machado.

¹⁰³ Francisco Coelho de Oliveira.

Portanto, o entrevistado sugere, a partir dos seus conhecimentos provindos de sua atividade enquanto pescador, que se poderia muito bem pensar em desenvolver o turismo de pesca, o que, sem dúvida, não faltaria demanda e divulgaria o parque como destino desse tipo de atividade, já que a fauna aquática nos rios amazônicos é abundante.

E, por fim, outros entrevistados vão apenas reforçar o que foi colhido de mais substancial no que diz respeito à questão do turismo no parque.

3.3.5 Conservação do parque

Como um dos principais objetivos da criação de um parque nacional é a conservação de sua biodiversidade, perguntou-se aos membros do Conselho o que as instituições das quais eram representantes pensavam sobre isso e que tipo de contribuição estariam dando ou poderiam dar para conservar o patrimônio natural do parque. Algumas respostas se ativeram ao fato de que, por participarem das reuniões do conselho, já estariam contribuindo para a conservação dessa UC, o que, convenha-se, uma coisa não está diretamente relacionada a outra. Outro dado diz respeito, segundo os entrevistados, à importância de se trabalhar a questão da educação ambiental, o que já vem sendo feito, mas, por uma série de questões, entre as quais, desarticulações de instituições relacionadas à conservação do parque, esse tipo de trabalho não tem continuado.

Além disso, outras respostas emergiram, como a de que a falta de consolidação do processo de definição dos limites do parque incide na comunidade, no sentido de não compreender, na sua inteireza, o significado de conservação. Pelo contrário, definidos aqueles, o parque ganharia em identidade. Nesse sentido, ficaria mais fácil comunicar às pessoas que aquela área precisa ser conservada pelos seus atributos, pela sua biodiversidade rara. Mais uma resposta atrelou o apoio à conservação aos eventuais projetos do ICMBIO, isto é, caso a direção do parque apresentasse projetos de conservação, estes poderiam sem dúvida contribuir. Observem-se os seguintes depoimentos:

[...] o IPAM está como uma abordagem mais de áreas de assentamento; então, do ponto de vista de algum tipo de projeto, a gente não tem perspectiva de trabalhar no parque. Agora o que a gente tem procurado é [...] qual o tipo de desenvolvimento que queremos para a região. A gente pode contribuir nas reuniões de conselho, apesar de não termos participado, mas até porque as reuniões não têm funcionado muito. (informação verbal)¹⁰⁴.

A gente participa nas discussões do parque. Quando o conselho se reúne, e vem a pauta de discussões, a gente discute da melhor forma possível, inclusive a capacitação dos conselheiros que já foi solicitado. Essa capacitação ainda não veio. A

¹⁰⁴ Edivan Silva de Carvalho.

gente participa de um conselho e nunca fomos capacitados como conselheiros. A gente vê essa deficiência dentro do Conselho. (informação verbal)¹⁰⁵
 [...]o fato de nós já estarmos participando já contribui para isso, darmos opinião, participando das reuniões normalmente. Nunca faltamos. (informação verbal)¹⁰⁶.

A SEMMA não tem gerência dentro da UC. Só o que está fora de UC é que está na nossa competência, mas a gente trabalha em conjunto sempre que o ICMBIO solicita. É uma articulação muito boa existente entre os dois órgãos, inclusive na questão das comunidades tradicionais; na questão da educação ambiental, sempre que eles solicitam, a gente vai; faz orientação sobre licenciamento ambiental nas UC dentro de atividades, dá explicação, mas eu acredito que a secretaria poderia ter uma atuação melhor na utilização dos recursos do fundo municipal, justamente para implementar essas estruturas físicas dentro do parque. [...] E isso dificulta, pois a gente poderia estar utilizando esses recursos em projetos de estruturação; poderia ser muito mais fácil para o ICMBIO receber doação do que ele aprovar estruturação física dentro dos próprios órgãos federais, porque os recursos vêm, mas vocês só pode usar em alguns tipos de atividades, e ele recebendo uma doação como, por exemplo a CI que entre 2006/2008 doou a construção do mirante e da trilha autoguiada. Mas temos também problemas na gestão do fundo, o que acaba complicando. (informação verbal)¹⁰⁷.

Hoje a AMIPARNA está um pouco desarticulada mas, desde sua implantação, desde que nós nascemos como AMIPARNA, nós auxiliamos a gestão com relação do uso público, [...], trabalhar o fomento da educação ambiental com as escolas, articulado com a Secretaria Municipal de Educação. Itaituba e Trairão são campeões ainda em desmatamento, uma vez que nossos modelos econômicos se baseiam na garimpagem, na agropecuária e na extração de madeira em Trairão. Para proteger, nós temos que barrar o desenvolvimento do Estado, e não é isso que queremos. Então empreender esforços para proteger uma área seria a maior contribuição que a AMIPARNA poderia estar dando ao parque. (informação verbal)¹⁰⁸.

[...] a preservação do meio ambiente é uma responsabilidade de toda a sociedade, e a Z-56 é uma entidade que trabalha com esse sistema de preservação, aconselhando seus pescadores, porque quando se fala em preservar não é só lá em terra, também nós temos as margens dos rios, né? Com o desmatamento nas partes de áreas permanentes, a pesca predatória também nos atinge, pois somos uma comunidade de pescadores. [...] eu acho que é de grande importância também a entidade fazer a sua parte *dela*, com os nossos pescadores a fazerem parte dessa preservação. (informação verbal)¹⁰⁹.

Nós somos parceiros desses órgãos, participamos de todos os encontros, no entanto, quando precisamos deles, somos desrespeitados. É que existe muita fraude de latifundiários nessas áreas de madeireiros, que são poucos autuados, e nós agricultores somos mais pressionados. (informação verbal)¹¹⁰

Atualmente se fala muito em florestabilidade, que é um palavra nova. Mas, se funcionasse junto com os professores, com os alunos, com os jovens, eu acho que muita coisa poderia ser feita para a conservação do Parque Nacional da Amazônia. (informação verbal)¹¹¹.

Identificar e consolidar os limites, para os comunitários tomarem conhecimento da área do parque; e intensificar a fiscalização nesses que dão acesso fácil, que é o

¹⁰⁵ Jesielita Roma Gouveia.

¹⁰⁶ Reinaldo José Barbosa Lira.

¹⁰⁷ Representante da SEMMA.

¹⁰⁸ Representante da AMIPARNA.

¹⁰⁹ Francisco Coelho de Oliveira.

¹¹⁰ Isaías Soares de Oliveira.

¹¹¹ Representante da EMATER.

antigo arco e a rodovia. (informação verbal)¹¹².

A FUNAI, como Instituição, vai para apoiar [...] um projeto do ICMBIO. (informação verbal)¹¹³.

No meu ponto de vista, é a gente fazendo parceria com o ICMBIO, com o IBAMA, sobre a preservação, e nós ajudando eles para poder preservar. Ajudando a não destruir as coisas, e sim para manter o que tem lá dentro, para que não acabe, não seja destruído e seja conservado. (informação verbal)¹¹⁴.

Nós temos ação no policiamento ambiental; todas as vezes que o ICMBIO ou o IBAMA nos procuram aqui, a gente tem um pessoal qualificado para dar apoio nessa parte de segurança. (informação verbal)¹¹⁵.

E, por fim, outra entrevistada alega que desconhece ações de conservação por parte do ICMBIO, além de outro que culpabiliza o governo por não dar alternativa aos agricultores quando eles são proibidos, por questões ambientais, de desmatar os espaços em que vivem. Vejam-se estes dois últimos trechos de relatos:

Essa é outra questão que também fica difícil responder. Eu não sei como poderia estar acontecendo essa conservação. A gente não tem conhecimento de como o ICMBIO está trabalhando essa questão lá. (informação verbal)¹¹⁶.

[...] a AMOT, os nossos associados são essencialmente mineradores, só que os garimpeiros daqui são todos agricultores. Por quê? É aquela questão complementar, é o que existe aqui nessa região. Então nós temos o maior interesse, todos esses pequenos agricultores, eles são garimpeiros que vão para os garimpos e que ficam nas suas áreas; mas hoje o que está havendo que não se pode mais nem cuidar das suas áreas em si? O que está acontecendo com o agricultor pequeno? Eles estão vindos para a periferia das grandes cidades, né? E está havendo um índice de crime, de prostituição, menores se prostituindo porque o governo não está vendo questão ambiental nenhuma, ele está vendo outro interesse que eu não sei qual é, mas que não é interesse pelo povo daqui da região não é. (informação verbal)¹¹⁷.

Dessa discussão, que tem como cerne a conservação e sua relação com as ações das instituições presentes no conselho do parque, depreende-se que não há um eixo orientador que discipline responsabilidades, comportamentos e atitudes em prol do que há de mais importante no que tange ao parque, que é sua conservação, porta de entrada para a proteção da sua grande biodiversidade. Por essa razão é que se vê nas falas acima uma falta de conexão, de rumo em torno de um objetivo comum.

A seguir, discorre-se sobre o segundo *locus* da pesquisa, o Parque Nacional da Chapada das Mesas.

¹¹² Representante do ICMBIO.

¹¹³ Representante da FUNAI.

¹¹⁴ Maria Clara Sousa Machado.

¹¹⁵ Representante do 15º Batalhão da Polícia Militar.

¹¹⁶ Representante da ASFITA.

¹¹⁷ Representante da AMOT.

4 PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DAS MESAS: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS, TURÍSTICAS, ECONÔMICAS, SOCIOAMBIENTAIS E OUTRAS DISCUSSÕES

Este capítulo refere-se a aspectos da formação histórica da região tocantina, tece consideração sobre Carolina, Riachão e Estreito, municípios que estão na área de abrangência do PNCM, ressaltando algumas circunstâncias históricas, institucionais e turísticas, além de apresentar atrativos turísticos da região. Especificamente com relação ao município de Estreito, faz-se referência à hidrelétrica ali instalada. E mais, tangente ao PNCM, discorre-se sobre aspectos físicos, naturais, dentre outros. Trata-se também da criação do referido parque, de seu CC e problemas atinentes à sua dinâmica. Outrossim, detém-se sobre a gestão do parque, bem como sobre o turismo que ali incide e a sua conservação. Nessa discussão, remete-se, com ênfase, à participação dos membros do CC e suas articulações no processo de governança do referido parque.

4.1 Contextualização histórica da Região do Tocantins

Para discorrer sobre as origens exploratórias no que diz respeito à região do Tocantins, ter-se-ão como referência os escritos de Velho (1972). Tal escolha procede devido ao fato de que o autor consegue, de forma bastante sintética, dar uma visão ao mesmo tempo concisa e panorâmica da região tocantina, enfatizando o que há de mais importante para o que é de interesse deste trabalho.

De acordo com Velho (1972), o desbravamento e o povoamento da região do Tocantins foram retardados em um século após sua descoberta pelos portugueses; praticamente não há registro de iniciativas importantes. As expedições que deram início à sua exploração foram sobretudo difíceis, desencorajando-os. Quanto aos espanhóis, a suposta viagem de Orellana pelo Amazonas não foi historiada.

Nesse ínterim, segundo o autor, a região é explorada por franceses, ingleses e holandeses. O francês Charles Des Vaux é quem funda uma pequena feitoria na desembocadura do Tocantins. Mas somente no ano de 1610 é que La Blanartier ao penetrá-lo até a cachoeira de Itaboca, que vai torna-se um óbice e divisor entre os cursos inferior e médio do Tocantins.

Daniel de La Touche, no ano de 1613, explora o Tocantins até a sua confluência com o Araguaia. Um parte da expedição sobe o Tocantins, e outra vai pelo rio Araguaia. Alguns expedicionários ficam por três anos naquela área (VELHO, 1972). Por esses tempos, a região

amazônica recebe também ingleses e holandeses, sem muitas preocupações exploratórias no que diz respeito ao Tocantins. Segundo esse autor, o interesse era fazer ligações entre o interior do Pará e o Maranhão. Por sua vez, os portugueses viam essas incursões como ameaça à economia açucareira, que estava em plena expansão no Nordeste. Mas os portugueses, ainda em conformidade com Velho (1972), começam a voltar-se para o sul, já que o domínio dos espanhóis, a partir de 1580, vai diminuir a preocupação destes com a fronteira sulina.

Apesar de os portugueses terem conquistado o território paraibano muito antes, em 1583, somente em 1615 vão expulsar os franceses do Maranhão. Essa é uma data marcante, porque é a partir daí que os portugueses vão expulsar por definitivo seus inúmeros “inimigos” da região amazônica. Simultaneamente a isso, Velho (1972) afirma que uma nova fase exploratória vai se dar. O ponto alto é a viagem de Pedro Teixeira pelo Amazonas, que vai de 1637 a 1639. Segundo Sousa (1994), essa expedição foi uma demonstração cabal de organização dos portugueses.

O padre Chistobal de Acuña escreveu relatos dessa expedição, fazendo pela primeira vez a descrição sucinta dos habitantes das margens do Amazonas.

Quase cem anos tinham-se passado desde Orellana, quando Pedro Teixeira despontou em Quito, recebido com muitas festas e maldisfaçada desconfiança pelos espanhóis. Para a maioria dos povos da Amazônia, todo esse vai-e-vem de europeus ensandecidos pela cobiça tinha sido pouco percebido. Mas é o próprio padre de Acuña quem vai relatar ter encontrado tropas de portugueses preadores de índios até mesmo nas lonjuras do Tapajós. Os anos despreocupados dos povos indígenas tinham chegado ao fim. (SOUSA, 1994, p. 35).

Esse relato demonstra que a gana dos povos d’Além-Mar, os europeus, praticamente não tinha limites com relação ao domínio do mundo.

Ao se retomarem os entendimentos de Velho (1972) ele afirma que o Estado do Maranhão foi criado em 1621, cuja extensão perfazia um arco que ia do Ceará ao Pará. Mas, nessas circunstâncias, foi extinto por completo no ano de 1774.

Nessa sequência histórica, o autor prossegue dizendo que o processo colonizador português na Amazônia ficou em torno do “grande rio”, onde se cultivou uma parca agricultura, com destaque para a monocultura açucareira. No entanto, essa incipiente produção foi influenciada pelo mercado desorganizado do açúcar no século XVII.

Além disso, outros tipos de expedições são organizados pelos interiores da bacia amazônica, com intuito de apresar indígenas e coletar as famosas **drogas do sertão**, que constituem a “[...] única riqueza mais apreciável, e são o cravo, a canela, a castanha, a salsaparrilha e, sobretudo, o cacau, que é também cultivado, junto à foz do Tocantins, próximo a Cameté, fundada em 1635 (VELHO, 1972, p. 17). O autor põe em destaque, no que concerne às expedições amazônicas, a ação das ordens religiosas, principalmente da Companhia de Jesus,

que por sinal vão explorar o Tocantins.

De acordo com Baena (apud VELHO, 1972), é precisamente, no ano de 1625, um frei de nome Cristovão de Lisboa a quem vai subir pela primeira vez o Tocantins. Mas para os portugueses o Tocantins era uma vastidão ainda a ser explorada. No final da década de 1660, para além da cachoeira de Itaboca, Gonçalo Paes e Manuel Brandão vão descobrir cravo, canela e castanha às margens desse rio (VELHO, 1972). Então, as florestas tocantinas são adentradas por eles com o objetivo de descobrir minas de ouro e prata. E lá pelos fins do século, o rio Tocantins já havia sido por completo cursado; pensava-se que através dessa via se chegaria às minas goianas.

Mais adiante, em 1721, ainda conforme Velho (1972), a margem esquerda do Tocantins vai ser explorada, onde se encontra o seu mais significativo afluente, o Itacaiúnas. Três anos depois, é a vez do rio São Félix, também afluente do Tocantins, que vai ser percorrido por Bartolomeu Bueno da Silva Filho.

Em meados século XVIII, por já se saber que a vocação econômica do Maranhão estava na agricultura, esse Estado se torna líder nessa atividade, criando uma companhia de comércio (VELHO, 1972). O algodão é a atividade agrícola que prepondera, e há um mercado favorável na Europa para esse tipo de produto, o que vai exigir mão de obra escrava africana em monta grande. Além do algodão, a produção de arroz também vai se destacar, principalmente no mercado do sul da França. Portanto, o autor vai afirmar que é exatamente nessa época que o Maranhão alcança sua idade áurea, em termos de exportação de *commodities* agrícolas. Com relação ao Pará, sua participação é modesta com relação nesse surto econômico.

Mas o que é bom dura pouco. Segundo o autor, devido às guerras napoleônicas, essa idade de ouro econômico entra em declínio e apenas vai voltara ressurgir meio século depois. Em referência à porção maranhense, a Guerra de Secessão norte-americana vai dar esteio a um breve período de prosperidade do algodão, mas logo o algodão egípcio abafa e expulsa o algodão brasileiro do comércio internacional.

Esse quadro econômico de declínio é, segundo Velho (1972), intensificado no início do século XIX, principalmente no Pará, em decorrência da desconstrução do sistema de mão de obra indígena, idealizado e realizado pela Companhia de Jesus.

Se houve um surto agrícola na parte média do Tocantins, foi modesto, não foi além de sua foz (VELHO, 1972). Para o autor, é patente: a decadência da atividade agrícola, tanto no Pará como no Maranhão, emergiu no início do século XIX.

No entanto, por esses tempos, já se iniciava na região uma outra atividade econômica,

uma frente pastoril vinda da Bahia, que resultaria numa economia mais forte para a região do Médio Tocantins.

É a partir de meados do século XVIII que vai iniciar-se, no Sertão de Pastos Bons, sul do Maranhão, a empreitada para o Tocantins. Uma carta régia de Portugal, de 1798, dava ordens ao governador do Maranhão que investigasse o rio Tocantins, como também os governadores do Pará e de Goiás (VELHO, 1972). Como resultado dessas ações, paulatinamente foram surgindo entrepostos no rio, onde surgirá uma agricultura de subsistência. Das fazendas de Pastos Bons, expedições são realizadas nas mais diversas direções, surgindo assim novas fazendas de gado. Essas entradas vão fazer surgir, em 1808, a cidade de Riachão, a oeste, e daí começam a aparecer também fazendas no Manuel Alves Grande, afluente da margem direita do Tocantins; essas fazendas vão se expandindo até alcançar o Tocantins.

A cidade de Carolina vai nascer em 1810, na margem esquerda do Tocantins, ao lado de Goiás. Em seguida, em 1825, vai surgir Boa Vista do Tocantins, atualmente Tocantinópolis (VELHO, 1972). Mas Carolina, já em 1831, passa para a margem direita do Tocantins e, em 1854, é incorporada ao Maranhão, após, por fim, ser definida a questão dos limites com Goiás. O que ressalta de mais importante nesse contexto é que o rio Tocantins desempenha uma função de conexão pastoril com o Pará. Para Velho (1972):

Apareciam algumas pequenas fazendas em suas margens, que serviam de pousada. Já havia comerciantes que se estabeleciam com o intuito de abastecer o Sudoeste do Maranhão de sal, tecidos, ferragens, através de Belém, em vez de, por exemplo, através de Caxias. Por vezes os seus entrepostos se transformavam com o correr do tempo em pequenas vilas. A ligação econômica com o litoral maranhense, portanto, desde essa época, mantinha-se bastante frouxa; ainda mais dada a decadência da economia algodoeira. Era disputada inicialmente pelo poder de polarização da Bahia, e depois pelo Pará; tal como, em nossos dias, também pelo nordeste e pelo sul do país.

Durante toda a primeira metade do século XIX e boa parte da segunda prossegue a expansão pastoril no Maranhão. Atravessa-se o Tocantins e vai-se ocupando os campos do Norte de Goiás entre o Tocantins e o Araguaia. A expansão, agora, parece fazer-se mais lentamente, talvez pela melhor qualidade das pastagens que permitirá uma densidade relativamente maior de cabeças de gado, mas também devido à resistência dos grupos indígenas Timbira e à proximidade crescente da orla da floresta amazônica e dos vales úmidos a Leste. (VELHO, 1972, p. 27).

Depreende-se, portanto, que o Tocantins representa historicamente um aglutinador de esforços para o desenvolvimento da região tocantina e do Maranhão, por consequência.

No entanto, é mister destacar que essa verdadeira frente pecuarista se fazia como que conectada umbilicalmente aos campos naturais, os quais infelizmente não tinham vocação para investimentos de maior grau, muito pelo contrário, se constituíam um obstáculo, de certo

modo inexpugnável (VELHO, 1972). As novas vilas fundadas beiravam as florestas.

Mas o governo maranhense não esquecia das históricas pretensões do Pará quanto à ampliação de seu território, por isso funda Porto Franco, em 1852. Só que, no mesmo ano, Santa Tereza da Imperatriz é fundada pelos paraenses, a qual mais tarde fica a pertencer ao Maranhão. Nesse contexto, Imperatriz torna-se um ícone dessa expansão pecuarista.

Aos parâmetros da época, em termos de pujança de cidade, é Carolina que vai crescer de maneira mais expressiva, principalmente com a Belém-Brasília, para onde Rodrigues (apud Velho (1972) antevia a transferência da capital do Estado do Maranhão, o que não aconteceu.

Foi assim, portanto, que se deu a ocupação territorial e econômica da região tocantina, cujo protagonista grande é o próprio rio Tocantins.

4.2 Os municípios de Carolina, Riachão e Estreito

4.2.1 Carolina

A cidade de Carolina, com 10,516 km², está situada na mesorregião do sul do Maranhão; é divisa com o estado do Tocantins. Seus limites são ao norte – município de Estreito; ao sul e ao oeste – estado do Tocantins; e ao leste – município de Riachão. Fica distante 853 km de São Luís e 221 km de Imperatriz (BEZERRA, 2005). Por estar muito próxima ao Tocantins, recebe influência de suas cidades circunvizinhas.

De acordo com IBGE (2010), sua população é de 23.959 habitantes, dentre os quais 16. 237 vivem na zona urbana e 7.722, na rural, distribuídos em uma área de 6.442 km².

a) Aspectos históricos

A definição das fronteiras que dividem os estados do Maranhão e Goiás – atualmente Tocantins – é palco da formação histórica do município de Carolina. Para Pinto (1949), tudo começa quando a Coroa Portuguesa decidiu explorar os interiores maranhenses através das águas do rio Tocantins, conforme a Carta Real de 12 de março de 1798, que tratava da invenção de meios para desbravar o Tocantins e empreender comércio entre as capitânicas do Maranhão, Grão-Pará e Goiás.

Também, segundo Coelho Netto (1979), essa exploração consistia na busca por ouro, na captura de indígenas e na descoberta de produtos de valor comercial. Nessa empreitada, destaca-se o fazendeiro Elias Ferreira Barros, dono de terras às margens do rio Manuel Alves

Grande – afluente do Tocantins –, que frequentemente viajava com o intuito de adquirir novas terras. Durante essas incursões, descobre o Tocantins, graças a uma história contada por um indígena.

Ainda em conformidade com Coelho Netto (1979), Elias Barros construiu uma embarcação e viajou ao Pará, através do rio Tocantins, trouxe mercadorias e inaugurou, portanto, o comércio entre Maranhão, Pará e Goiás. O mesmo autor ressalta que, no ano de 1809, um mercador goiano, Francisco José Pinto de Magalhães, dá início, à margem do Tocantins, ao povoado de São Pedro de Alcântara, com 42 habitantes.

O referido autor também informa que o povoado supracitado passa a ser alvo de cobiça tanto do governo goiano quanto do maranhense, no sentido de se adonar daquela jurisdição. É demarcada, então, a fronteira entre as duas províncias, e como resultado da disputa, São Pedro de Alcântara passa à soberania maranhense. Assim, é fundado o povoado de Santo Antônio das Três Barras, o qual, no ano de 1825, é denominado Carolina, uma régia homenagem à consorte de D. Pedro I, Carolina Leopoldina.

No entanto, essa situação não agrada ao governo goiano, como relata Coelho Netto (1979), e, quase dez anos depois, em 1834, a sede do governo de Goiás transfere-se para São Pedro de Alcântara, que era pertencente ao Maranhão e que ficava perto da cidade de Carolina. Assim, a disputa pela jurisdição da área se reinicia, e apenas se finda quando, por ordem do Imperador, em 1859, ele eleva a vila de Carolina à categoria de município, a confirmar sua jurisdição ao governo do Maranhão.

Em referência à sua formação administrativa, segundo IBGE (2012) a vila de Carolina é elevada à categoria de sede municipal – com a mesma denominação –, por meio da Lei Provincial nº 527, de 08 de julho de 1859. Então, a Lei Estadual nº 269, de 31 de dezembro de 1948, cria o distrito de Paranaidji¹¹⁸ e o anexa ao município de Carolina, que, em 1950, constitui-se de dois distritos: Carolina e Paranaidji. Em seguida, através da Lei Estadual nº 1304, de 27 de dezembro de 1954, o distrito de Presidente Vargas (ex-Paranaidji) se categoriza município. Depois, ele é extinto pelo acórdão do Superior Tribunal Federal de 06 de maio de 1957, e seu território é anexado ao município de Carolina e denominado Paranaidji.

A respeito dessa divisão territorial, ainda conforme IBGE (2012), datada de 1º de julho de 1960, o município é constituído de 2 distritos: o distrito-sede Carolina e Paranaidji. A Lei Estadual nº 4416 desvincula do município de Carolina o distrito de Paranaidji, o qual é

¹¹⁸ Paranaidji, nome de origem indígena que significa lugar de limo; uma espécie de alga verde-escura que nasce nas profundezas de mares e rios. Entretanto, existe outra vulgata para a palavra, significando estreito.

elevado à categoria de município com a denominação de Estreito. Assim, em 18 de agosto de 1988, o município é constituído do distrito-sede, e permanece assim com essa divisão territorial datada de 2005.

b) Aspectos institucionais e turísticos

Para compor o quadro de características relacionadas à questão do turismo em Carolina¹¹⁹, optou-se, preliminarmente, por destacar os aspectos do setor público municipal e da iniciativa privada – seus discursos – devido a uma questão de método. No segundo momento da pesquisa de campo é que se analisam outras falas, como exemplo, a dos turistas, assim como dos moradores da cidade e de outros atores envolvidos – direta ou indiretamente – com a atividade turística.

A gestão municipal do turismo em Carolina é feita pela Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente (SMTAM) e possui duas diretorias: a de turismo e meio ambiente e a de eventos, que é responsável por todos os eventos que a prefeitura promove na cidade, como o carnaval e o aniversário da cidade. Em conformidade com o gestor local (informação verbal)¹²⁰, a cidade não tem nenhum atrativo sob sua responsabilidade, pois o único atrativo natural público que tinha era a praia, que foi coberta pela lago da Barragem de Estreito (Fotografia 37).

Fotografia 37 - Lago da Barragem de Estreito



Fonte: Monica Araújo, 2012.

¹¹⁹ Carolina faz parte do Polo Turístico da Chapada das Mesas junto com Imperatriz, que é o portal de Riachão, Balsas e Tasso Fragoso.

¹²⁰ Anildo Araújo dos Santos, Secretário Municipal de Turismo e Meio Ambiente de Carolina.

Ainda sobre o assunto, o Secretário¹²¹ evidencia o seguinte:

[...] o que tenho aqui é só a foto da praia, que era o acesso mais democrático; a cidade ia toda para lá e nós perdemos a nossa praia – só temos os banhos que são pagos. Eu diria que nesse momento passamos por uma transição do que era e do que vai ser. (informação verbal).

O referido gestor acredita que, depois do acontecido com a praia, o turismo sofreu um refluxo, mas salienta que a atividade turística pode ser fortalecida com eventos, pois o turista vem para os banhos durante o dia e, à noite, pode participar da área cultural. Nesse sentido, haverá esforços para ser viabilizada a “noite carolinense”, e relata que

[...] nesse mês de julho, teve muitas festas, mês de grandes *shows*, e também a vaquejada, ligada à atividade pecuária, que é um evento tradicional desde os tempos imemoriais. E Carolina tem um aspecto interessante, pois foi fundada por um fazendeiro, um morador daqui, Elias Ferreira Barros. Assim, a pecuária sempre esteve ligada com o município. O forte sempre foi a pecuária; a agricultura que temos é a de subsistência. Então, acho que o modelo econômico, eu não diria que está passando por uma crise, pois a matriz econômica é a pecuária, mas está surgindo a prestação de serviços através do turismo. (informação verbal).

Dessa maneira, o gestor sinaliza para a possibilidade de o turismo vir a ser também uma forte atividade econômica no município. Outro atrativo, segundo o secretário, diz respeito ao próprio centro histórico¹²² (Fotografias 38, 39 e 40) de Carolina, que foi tombado pelo Patrimônio Histórico, mas esclarece que é preciso fazer um trabalho com os moradores, pois atualmente ele está sofrendo muita descaracterização das casas, (Fotografias 41 e 42), principalmente na Avenida Getúlio Vargas, a denominada de Rua Grande pelo carolinenses.

¹²¹ Anildo Araújo dos Santos.

¹²² O governo estadual do Maranhão, por meio do Decreto nº 12.954, de 12 de fevereiro de 1993, instituiu o Tombamento do Centro Histórico de Carolina, que tem sua inscrição no Livro de Tombo, sob o nº 063, folhas 013, em 12 de março de 1993 (MARANHÃO, 1993).

Fotografias 38, 39 e 40 - Edificações do centro histórico de Carolina



Fonte: Monica Araújo, 2012.

Fotografias 41 e 42 - Descaracterização do centro histórico de Carolina



Fonte: Monica Araújo, 2012.



Fonte: Monica Araújo, 2012.

Outros logradouros públicos que chamam a atenção na cidade são a praça José Alcides de Carvalho (Fotografia 43), também conhecida como praça Dr. Zeca, e praça Alípio Carvalho (Fotografia 44). São bastante frequentadas à noite, o que as torna um dos principais locais de entretenimento para os moradores e visitantes. Percebeu-se que tanto as praças quanto as ruas da cidade são bem limpas e varridas diariamente.

Fotografia 43 - Praça José Alcides de Carvalho

Fonte: Monica Araújo, 2012.

Fotografia 44 - Praça Alípio Carvalho

Fonte: Monica Araújo, 2012.

Com relação ao trabalho na área de turismo que o SEBRAE¹²³ desenvolve na região, de acordo com Silvane Maria Miranda Coqueiro (informação verbal), ele iniciou desde 2005, com o Projeto Chapada das Mesas, a ter como eixos de atuação: capacitação, consultoria e promoção turística. Segundo a informante¹²⁴, houve um trabalho de divulgação no Complexo da Pedra Caída. Entretanto, não era suficiente divulgar apenas o turismo, havia uma necessidade grande, que persiste até hoje, que diz respeito ao atendimento nos empreendimentos turísticos, com ênfase maior no servir, no hospedar. O atendimento, no melhor sentido da palavra, se constitui, portanto, no maior entrave com relação à atividade turística em Carolina.

À época da primeira entrevista, agosto de 2012, o SEBRAE atendia a uma demanda da Prefeitura de Carolina, para realizar um trabalho na preparação das empresas de turismo locais para o evento *Rally* dos Sertões. Era um trabalho de campo feito, porta a porta, por consultores, junto a empreendedores. Foram realizadas quatro ações interligadas, a saber:

a) cama e café: consultoria para as pessoas que estavam interessadas em oferecer a sua casa como hospedagem familiar, mediante essa consultoria, recebiam orientações referentes a: como recepcionar os hóspedes, servir o café e cobrar as diárias. E, a depender dos serviços e das acomodações, essa hospedagem recebia categoria que podia variar de 1 até 3 estrelas;

b) hospedagem: o foco principal da consultoria estava na definição de formação de preços e na divulgação das empresas que estariam nas peças promocionais do *Rally*;

¹²³ Segundo o Secretário Municipal de Turismo e Meio Ambiente, o SEBRAE é um parceiro importante na construção das políticas públicas de turismo de Carolina e do Polo da Chapada das Mesas, portanto, não poderia deixar de ser citado. Percebeu-se também que todos os interlocutores fazem referência a essa instituição, o que se presume ser ela forte na área. Outra observação é o fato do distanciamento do município com relação ao governo do Maranhão; a única menção que fizeram foi em relação ao trabalho do ex-Governador Jackson Lago, que, segundo o Secretário, foi o gestor que avançou no setor em Carolina, mas que infelizmente foi cassado em 2009. Portanto, conclui-se que a presença do Estado na região deixa muito a desejar.

¹²⁴ Responsável pelo posto de atendimento do SEBRAE/Carolina.

c) formação geral de preços: com relação aos valores que iriam ser praticados durante o evento;

d) marketing: visita às pousadas, hotéis, restaurantes, pizzarias, lanchonetes e agências de viagem, (Fotografias 45, 46 e 47), a fim de divulgar o evento.

Segundo a informante¹²⁵, o relacionamento do SEBRAE com o *trade* turístico é satisfatório, fato esse que facilita o trabalho dessa instituição na cidade. Ainda, convém ressaltar um dado curioso que esta técnica colocou com relação à formação da demanda turística para Carolina: “Antes, eram muitos moradores que foram embora para Brasília e Goiânia, os quais nas férias iam, traziam os filhos e, depois, os amigos dos filhos; então as pessoas conheceram a cidade e divulgaram ‘boca à boca’ lá fora” (informação verbal)¹²⁶. Assim, muitos vêm para fazer ecoturismo, turismo de aventura e acampar na região. A cidade, além de hotéis e pousadas com preços variados, dispõe hoje de um Albergue da Juventude.

Fotografia 45 - Pousadas da cidade



Fonte: Monica Araújo, 2012.



Fonte: Monica Araújo, 2012.

Fotografia 46 - Agência de ecoturismo



Fonte: Monica Araújo, 2012.

Fotografia 47 - Lanchonete e restaurante



Fonte: Monica Araújo, 2012.

¹²⁵ Silvane Maria Miranda Coqueiro.

¹²⁶ Noé Correia da Silva.

No que tange à demanda turística por Carolina, segundo dados do (MARANHÃO. SETUR, 2007), em pesquisa realizada no mês de julho de 2007, portanto na alta estação, o município recebeu 98% de turistas brasileiros, dos quais o percentual mais representativo é do estado do Tocantins, com 23,81%, e apenas 2% de estrangeiros. Logo em seguida, aparece o Maranhão com 22,45%, seguido do Pará e de Brasília com 11,90%, além de Goiás com 6,80%. Portanto, trata-se de um fluxo regional. A faixa etária com maior frequência está no intervalo de 18 a 27 anos, com um percentual de 41%; no intervalo de 28 a 37 anos, tem-se a porcentagem de 24,67% e no de 38 a 47 anos, apenas 17,33%. Disso se depreende que o perfil maior, quanto à idade, é de jovens.

A mesma fonte informa que a principal motivação de visitação à cidade, 88,08%, foi por causa dos atrativos naturais, e apenas 8,72% por motivo de manifestações culturais. Esses dados evidenciam, assim, que a busca pela natureza é a maior motivação que impulsiona o turismo na cidade. Outro dado importante diz respeito à prevalência da indicação de parentes ou amigos como forma de influir na tomada de decisão do destino, com 80,37% em relação às divulgações provenientes da internet, apenas 12,62%. Ressalta-se, ainda, que o tempo de permanência média é de 1 a 3 dias (43,33%) e de 4 a 7 dias (39,33%). E que 98,33% dos entrevistados têm a intenção de retornar à cidade de Carolina.

Entretanto, outro aspecto relevante que não apareceu nos resultados da pesquisa de demanda turística acima, mas foi relatado por Noé Correia da Silva (informação verbal)¹²⁷, diz respeito ao turismo de negócios: são grupos de revendedores, vendedores, comerciantes e viajantes. Estes, portanto, não estão classificados como turistas de lazer, mas utilizam a infraestrutura da cidade e contribuem para a contabilidade turística do município.

Na entrevista realizada com Noé Correia da Silva, ele relatou que atualmente o turismo em Carolina poderia ser melhor:

A gente como hoteleiro tá percebendo que o fluxo de pessoas interessadas pela natureza está procurando visitar Carolina e a gente tá percebendo que o fluxo de pessoas interessadas por esse assunto está aumentando cada vez mais; eu espero que a partir, agora dia 22 de agosto, vamos ter a hospedagem da equipe do Rally dos Sertões, e com certeza é uma equipe muito grande; só a organização, dizem que é 2.000 pessoas, fora os indiretos que acompanham, mais as cidades vizinhas, que vêm para conhecer e, às vezes, até chegam a acompanhar; eu creio é um número muito expressivo, além da capacidade hoteleira de Carolina, que, com certeza, se não fosse uma equipe preparada para esses eventos, iriam passar situações difíceis; mas eles já são preparados para isso; já andam com suas barracas; e, com certeza, por mais que houvesse número de leitos na cidade, ainda não seria suficiente para hospedá-los todos, inclusive eu estou sendo informado que a nossa pousada Belo Sono está lotada de reservas; a maioria das pousadas já estão todas lotadas para 22

¹²⁷ Proprietário da pousada Belo Sono, Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Carolina e Presidente da Associação “Os Gideões Internacionais no Brasil”, de Carolina.

de agosto de 2012 e, com a estadia deles, aqui a procura pelos atrativos turísticos, as cachoeiras, vai aumentar muito mais, porque acompanha canais de televisão, e com isso vai ser divulgado no mundo inteiro. Eu creio que vai melhorar bastante o turismo aqui em Carolina. (informação verbal).

Diante do exposto, é possível dimensionar, dentre outros aspectos, o impacto econômico que eventos como o *Rally* dos Sertões, causam numa cidade vocacionada para o turismo como Carolina, bem como a preocupação do *trade* turístico local em receber, a contento, evento de tal envergadura, uma vez que esse evento já se consolidou, tanto quanto a Vaquejada e o Enduro, como atração no calendário turístico da cidade.

No que concerne ao Enduro Ecológico do Cerrado, de acordo com o referido informante¹²⁸, ele se constitui em outro evento esportivo grande, organizado por João Boneco. O evento lota toda a rede hoteleira e

[...] nós sabemos que onde não existe muita verba e a classe empresarial, principalmente a hoteleira, está enxergando isso, começando a ajudar o organizador, e ainda os restaurantes chegaram a ter um consenso de união; assim a cada dia, procura-se investir mais nessa festa, que é agora em janeiro, e cada ano está aumentando mais. Esse ano foi uma coisa extraordinária: muita gente veio de quase todos os municípios vizinhos. Então essa é uma das festas que realmente está surtindo efeito para toda classe empresarial, não só de hoteleiros, mas também de restaurantes e mais do comércio de modo em geral. Eu tenho certeza que a nossa expectativa, graças a Deus, é que melhore cada ano. (informação verbal).

Pode-se perceber, a partir dessa declaração, que já há uma articulação entre os diversos segmentos da atividade turística na cidade. Ainda, segundo Enduro Ecológico (2013), este ano o evento que está em sua 13^a edição, reuniu no final de semana aproximadamente 8.000 (oito mil) pessoas e abriu oficialmente o calendário turístico de Carolina. Contou ainda com público oriundo dos estados de Goiás, Piauí, Pará, Ceará e do Distrito Federal. Para o prefeito de Carolina, Ubiratan Jucá, a cidade é vocacionada

[...] para o turismo, vai investir em eventos como esse que possam atrair cada vez mais turistas para a cidade. "Entendemos que nossa cidade tem um apelo muito grande para o turismo e, além de divulgar nossos atrativos locais, eventos como esses aquecem a nossa economia, gerando emprego e renda para a população." (ENDURO Ecológico...,2013).

Ainda para 2013, está prevista a realização do Carnaval e do Festival de Paraquedismo.

Esses eventos, por certo, movimentam a economia local, mas há de se atentar para as consequências do fluxo grande de visitantes nessa localidade e verificar como é trabalhada,

¹²⁸ Noé Correia da Silva.

por exemplo, a questão do lixo, a própria poluição sonora na cidade e o abuso do aumento de preço nos serviços e mercadorias. Isso, sem dúvidas, poderá afastar turistas.

A considero treinamento, ainda de acordo com a informação verbal¹²⁹, o SEBRAE sempre está presente junto ao empresariado local e realiza cursos de relações humanas, oratória e outros de atendimento, pois o objetivo das empresas de turismo carolinenses é a busca pela satisfação dos clientes. De certo, tal visão pode fazer com que esses turistas propaguem bem, em seus locais de origem, não apenas seus estabelecimentos, mas a cidade de modo geral.

Com relação ao PNCM, o informante¹³⁰ é categórico ao afirmar que:

O parque, realmente se for trabalhado, se as nossas autoridades procurarem investir, aproveitar esse polo turístico – que existe em Carolina, que talvez seja o único no Maranhão que tem tantas ofertas naturais e que deixa os nossos visitantes encantados e com aquela ansiedade de voltar outra vez, de trazer toda a família, conforme os próprios nossos hóspedes têm relatado –, então eu creio que, se nossas autoridades municipais, estaduais e até federais se envolverem nesse sentido, eu creio que Carolina será em breve uma cidade reconhecida internacionalmente e que será uma cidade, com certeza, hospedeira, e que essa forma dela ser hospedeira, como desde muitos anos atrás, ser sinônimo de hospedar bem as pessoas com toda forma de educação, carinho, ter diálogo, passar informações do início do nosso município, de como, por exemplo, as cachoeiras foram descobertas. Por isso o turista se sente feliz e satisfeito em Carolina; ele vem pra cá para esse diferencial da natureza ao vivo e a cores. Então, eu creio que, se nossas autoridades olharem para esse município com a quantidade de oferta que ele tem pra oferecer, será um município diferenciado, não só em nível de Estado, mas de Brasil. (informação verbal).

E conclui que o SEBRAE quer atrair os empreendedores locais a investirem, ao invés de ficarem a esperar que cheguem empresários de fora para abrirem suas empresas na cidade. E, para finalizar, enfatiza que não se deve esperar, deve-se começar pelas atividades ecoturísticas – que são o foco da Chapada das Mesas –, pois elas já têm bom público.

É de se perceber, a partir do discurso do informante, que no seu fulcro já existe uma noção de governança – participação de atores sociais – como necessidade primaz para as articulações com o objetivo de desenvolvimento do turismo na região.

A respeito dos atrativos histórico-culturais e religiosos da cidade de Carolina, citam-se alguns que foram visitados durante o *survey*:

a) Memorial Mangueira Centenária (Fotografia 48): inaugurado pelo Rotary Clube de Carolina no ano de 1992, em homenagem a uma centenária mangueira, que fica na parte histórica da cidade, na Avenida Getúlio Vargas. Seu tronco tem mais de um metro de diâmetro.

¹²⁹ Noé Correia da Silva.

¹³⁰ Noé Correia da Silva.

b) Portal Carolina 2000 (Fotografia 49): réplica ampliada das portas existentes na arquitetura de Carolina, com o intuito de a população atentar para a importância do patrimônio urbanístico da cidade.

c) Obelisco da Independência (Fotografia 50): ícone que comemora o primeiro centenário da Independência (1922). Em sua base, está enterrada uma garrafa com a Ata comemorativa de inauguração e os respectivos nomes dos idealizadores. Esse documento deverá ser lido no próximo centenário da Independência (2022).

d) Casa de Benjamim Carvalho: sua construção data dos inícios do século XX e serviu de abrigo para os oficiais do comando da Coluna Prestes, que estiveram na cidade em novembro de 1925.

e) Casa Professor José Queiroz (Fotografia 51): esse centro homenageia um dos símbolos da cultura carolinense. No momento da visita, encontrava-se em reforma interna;

f) Biblioteca Municipal Odolfo Medeiros (Fotografia 52): localizada próxima à praça Alípio de Carvalho. Possui um acervo variado e dispõe de três espaços: duas áreas para leitura e uma biblioteca infantil;

g) Igreja de São Pedro de Alcântara (Fotografia 53): igreja Matriz da cidade, edificada em 1864. Esse Santo é o padroeiro da cidade. Seus festejos acontecem anualmente, no dia 19 de outubro, com novenas, missas e realização de uma procissão grande.

h) Igreja do Menino Jesus de Praga: pequena igreja onde se realiza, no mês de dezembro, seus festejos em homenagem ao Menino Jesus. Distante um quilômetro do centro da cidade.

Fotografia 48 - Memorial Mangueira Centenária



Fonte: Monica Araújo, 2012.

Fotografia 49 - Portal Carolina 2000



Fonte: Monica Araújo, 2012.

Fotografia 50 - Obelisco da Independência

Fonte: Monica Araújo, 2012.

Fotografia 51 - Casa Professor José Queiroz

Fonte: Monica Araújo, 2012.

Fotografia 52 - Interior da Biblioteca Municipal Odolfo Medeiros

Fonte: Monica Araújo, 2012.

Fotografia 53 - Igreja de São Pedro de Alcântara

Fonte: Monica Araújo, 2012.

i) Outros atrativos turísticos na região

A continuar a caracterização dos atrativos, agora, conforme já observado anteriormente, apresentar-se-ão apenas aqueles da região próxima ao PNCM que foram visitados durante o *survey* e a pesquisa de campo.

1) Complexo de Pedra Caída: está localizado a uma distância de aproximadamente 32 km da cidade de Carolina, às margens da rodovia BR-230. São 10.600 hectares com uma estrutura para o lazer.

O Complexo dispõe de boa infraestrutura e serviços (Fotografias 54, 55, 56 e 57) como portão de entrada, salão de recepção, bar, restaurante, hospedagem em chalés, áreas de lazer com piscinas naturais, quiosques, loja de *souvenirs*, banheiros e estacionamento. Ao

adentrar o Complexo, o visitante paga uma taxa e em seguida, no salão, são proferidas orientações sobre a necessidade de não deixar lixo nos locais e, por fim, oferecem os passeios turísticos com seus respectivos preços.

Fotografia 54 - Palestra de orientação ambiental



Fonte: Monica Araújo, 2012.

Fotografia 55 - Chalé



Fonte: Monica Araújo, 2012.

Fotografia 56 - Piscina de água natural



Fonte: Monica Araújo, 2012.

Fotografia 57 - Transporte tracionado



Fonte: Monica Araújo, 2012.

O empreendimento é considerado hoje uma referência para a prática de turismo, pois dispõe de diversos atrativos naturais, como cachoeiras, cavernas, cânions, piscinas naturais adaptadas, morros propícios para realização de atividades de ecoturismo, tais como trilhas, contemplação da fauna e flora, cachoeiras e práticas de turismo de aventura como *trekking*, rapel, tirolesa, arvorismo (Fotografia 58) e escalada.

Fotografia 58 - Prática de arvorismo



Fonte: Monica Araújo, 2012.

Segundo Pãozinho¹³¹(2012), verifica-se que todos esses atrativos estão em meio a uma vegetação típica do cerrado, com relevos diversos, incluindo monumentos naturais, praticamente esculpidos pela erosão eólica ou pluvial, o que é propício à apreciação e pesquisa.

Destacam-se, portanto, os principais locais ou geossítios de interesse grande e valor geoturístico: Santuário de Pedra Caída e as Cachoeiras da Caverna e do Capelão. Ainda existem as cachoeiras da Pedra Furada, do Garrote, Porteira e Brilho. Ressalta-se, também, de acordo com as informações repassadas durante a palestra de apresentação do Complexo, que existem mais de 26 cachoeiras na área, entretanto apenas sete fazem parte dos roteiros.

Dentre as cachoeiras que estão no roteiro, a mais visitada é a do Santuário de Pedra Caída. Chega-se a ela por uma trilha suspensa com passarelas de madeira (Fotografia 59) e em alguns segmentos do percurso a passagem é feita através de rampas (Fotografias 60 e 61). Esse passeio é realizado com monitores uniformizados e munidos de equipamentos de comunicação, o que denota preocupação da direção do empreendimento com a segurança das pessoas. Durante o percurso, a autora percebeu o intenso fluxo de visitantes, por ser período de

¹³¹ Este autor realizou um estudo monografia sobre o potencial do geoturismo no Complexo de Pedra Caída.

férias. Entretanto ficou a preocupação no que se refere à capacidade de carga desses atrativos e também ao pouco tempo, cerca de 10 minutos, que é destinado ao visitante em permanecer no espaço das cachoeiras.

Fotografia 59 - Trilha suspensa



Fonte: Monica Araújo, 2012.

Fotografia 60 - Trilha suspensa, com vista para o Cerrado



Fonte: Monica Araújo, 2012.

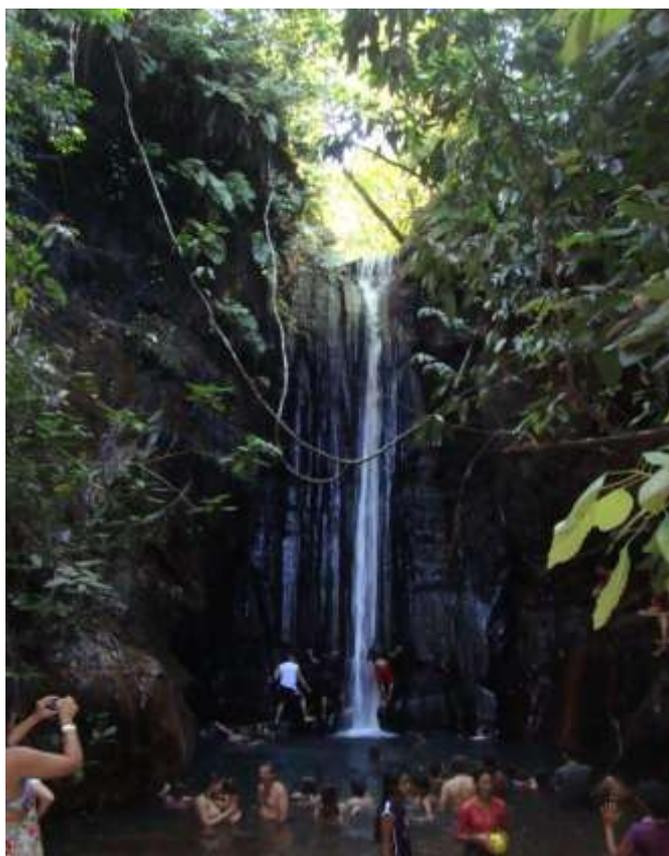
Fotografia 61 - Trilha com corrimão



Fonte: Monica Araújo, 2012.

Com relação às cachoeiras da Caverna e Capelão (Fotografia 62), elas distam cerca de 6 a 7 km da entrada do Complexo, e o percurso para chegar a elas tem duração média de 4 horas e 30 minutos. O trajeto é realizado com transporte tracionado. Essas duas cachoeiras têm seu acesso através de escadas e trilhas suspensas com corrimão de ferro. Para esses passeios, há muitos visitantes também, o que vale igualmente também as preocupações citadas acima, no que concerne às cachoeiras visitadas anteriormente.

Fotografia 62 - Cachoeira do Capelão



Fonte: Monica Araújo, 2012.

Em conformidade com Pãozinho (2012), com a implantação da UHE, ocorreram mudanças, entre as quais a migração de alguns espécimes da biofauna para outros nichos do Complexo.

2) Cachoeiras do Itapecuruzinho (Gêmeas) (Fotografia 63): esse balneário dista 32 km do centro da cidade e seu acesso é feito pela BR-230. O atrativo principal é composto por duas cachoeiras com altura de 12 metros, formadas pela bifurcação do rio Itapecuruzinho. Essas quedas d'água ao jorrarem formam uma ampla área propícia ao banho e à prática de *boat a remo*, além de serem impactantes ao olhar do visitante. São oferecidos serviços de

hospedagem em chalés, alimentação, equipamentos de entretenimento e *playground*. Sua estrutura ainda oferece um espaço com tendas armadas (Fotografia 64) para o estar dos visitantes, com serviço de alimentação. Para se ter acesso ao local, paga-se uma taxa ambiental. Por uma questão de segurança, o espaço dispõe de salva-vidas, uma vez que o lugar, dada sua proximidade com a cidade, é muito frequentado.

Fotografia 63 - Cachoeiras gêmeas do Itapecuruzinho



Fonte: Monica Araújo, 2012.

Fotografia 64 - Tenda com serviço de bar e restaurante



Fonte: Monica Araújo, 2012.

Diante do que foi abordado no que diz respeito aos mais variados aspectos do PNCM, a autora, apesar disso e com propriedade, sabe da importância de ampliar os conhecimentos sobre a comunidade que reside no parque. Porque as pessoas comuns, as famílias, os agricultores, os coletores são partes imprescindíveis para a compreensão do que ali acontece; então, atentar para o discurso deles, bem como para a cultura local – saberes, modo de vida, mitologia (lendas), idiossincrasias locais, produção de artefatos etc. –, seria extremamente benfazejo para esta pesquisa. Entretanto, esses aspectos não foram possíveis de investigar, uma vez que saíam do eixo central da pesquisa. Torna-se, portanto, um fator limitante desta pesquisa.

4.2.2 Riachão

O município de Riachão está localizado na microrregião de Balsas, sul do Maranhão, e tem como municípios limítrofes Balsas, Carolina, Feira Nova, Nova Colinas e, ainda, Campos Lindos, no estado do Tocantins. A cidade conta atualmente, segundo dados do IBGE (2010a), atualmente com uma população de 20.209 habitantes, distribuídos em uma área de 6.373 km².

O primeiro registro do município data de 1808, quando se fixaram na região as famílias dos fazendeiros Elias Ferreira Barros e Manoel Coelho Paredes, oriundos de Pastos Bons (IBGE, 2010b). Elias Ferreira Barros, fundador do povoado, o denominou-o de Riachão, pois o lugar ficava às margens de um curso d'água grande; atualmente, é denominado Riacho Velho. O povoado, em seguida, se trasladou para um lugar distante quatro quilômetros do primitivo local, onde atualmente é a cidade de Riachão.

O povoado passou à categoria de vila, em 19 de abril de 1833, e o Império estabelecia a freguesia de Nossa Senhora de Nazaré de Riachão (IBGE, 2010b). Entretanto, o ato imperial que fazia referência à condição de categoria de Vila de Riachão foi extraviado, mas o governo confirmou a categoria de vila, via Lei nº 7, de 29 de abril de 1835, e nessa data é que os riachãoenses comemoram o aniversário do município. No tocante à formação administrativa, já foi distrito de Carolina, e a Lei Estadual nº 269, de 31 de dezembro de 1948, criou o distrito de Fortaleza das Mangabeiras, o anexando-o ao município de Riachão (IBGE, 2010b). Na sua divisão territorial, de 1º de julho de 1960, e até hoje, o município constitui-se de dois distritos: Riachão e Fortaleza das Mangabeiras.

Dentre os principais atrativos naturais do município, está a Cachoeira de Santa Bárbara, que se constitui um dos maiores saltos da Chapada das Mesas, com a altura de 75 metros, e sua queda forma um lago de águas azuis. Pode-se também praticar rapel, *trecking* e

banho, além de observar as espécies de andorinhas. Fica distante 130 km de Carolina e localiza-se ao lado do Poço azul (Fotografia 65); chega-se ao local depois de uma trilha de cinco minutos.

Fotografia 65 - Poço Azul



Fonte: Google Imagens, 2012.

4.2.3 Estreito

O município de Estreito pertence à Mesorregião do sul Maranhense e à Microrregião de Porto Franco (REDE, 2009). No que respeita aos seus limites, são os seguintes: ao norte: Porto Franco e São João do Paraíso; ao sul: Carolina; ao leste: São Pedro dos Crentes; e, ao oeste, o estado de Tocantins (REDE, 2009). No que concerne ao acesso, o município é servido pelas Rodovias Federais BR-010, faz a conexão entre Belém e Brasília, e a BR-230, que liga Estreito a Carolina, Riachão e Balsas; e ainda dispõe da MA-138, que liga Estreito a São Pedro dos Crentes.

De acordo com o IBGE (2010c), o município de Estreito possui uma população de 35.835 habitantes, distribuídos numa área de 2.719 km².

A respeito de sua origem histórica, ela se dá em 1909, quando Virgílio Franco e Antônio Marinho fundaram um povoado, o qual foi denominado de Estreito, por ter sua localização exatamente onde melhor se fazia a travessia do rio Tocantins, em demanda do Estado de Goiás e vice-versa (REDE, 2009). Nos idos de 1948, sob a jurisdição do município de Carolina, o povoado transformou-se em distrito, com o topônimo de Paranaidji, e esse

nome foi conservado até o dia 27 de dezembro de 1954, quando o povoado se elevou à categoria de município, via Lei Estadual nº 1304, redenominado de Presidente Vargas.

Segundo ainda Rede (2009), apesar de juridicamente instalado em 17 de março de 1955, com seu primeiro prefeito e vereadores eleitos em 3 de outubro de 1955, é cassada a emancipação do município pelo Supremo Tribunal Federal (STF). No entanto, recupera a sua economia política em 12 de maio de 1982, por meio do Decreto-Lei nº 4416, e um dos fatores que contribuíram para o resgate de sua autonomia política foi a construção da Belém-Brasília, que alavancou economicamente o município.

Assim, em conformidade com informações do IBGE (2010c), pode-se delimitar a história de Estreito em dois momentos: o primeiro tem como referência o rio Tocantins como eixo de desenvolvimento, pois o mercado e o escoamento da produção dependiam exclusivamente das águas fluviais, fator que impulsionou o progresso. E o segundo se relaciona com a rodovia Belém-Brasília, fator de crescimento socioeconômico, o que transformou a vila, de imediato, em um dos mais importantes centros do estado do Maranhão.

É mister ressaltar que foi inaugurada pela presidenta Dilma Rousseff, em 18 de outubro de 2012, a Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE) (Fotografia 66), construída pelo CESTE¹³², localizada no rio Tocantins, Sub-Bacia do Tocantins, Bacia Amazônica, à distância de 855 km da foz, na divisa dos estados do Tocantins e Maranhão (CONSÓRCIO ESTREITO ENERGIA, 2013). Em conformidade com a mesma fonte, a barragem e suas estruturas associadas estão situadas nos municípios de Estreito (MA) e de Aguiarnópolis e Palmeiras do Tocantins (TO). A Usina dista 130 km de Imperatriz (MA), a 766 km de São Luís, e a 513 km de Palmas.

¹³² O empreendimento é formado pelas empresas GDF SUEZ-Tractebel Energia (40,07%), Vale (30%), Alcoa (25,49%) e Intercement (4,44%).

Fotografia 66 - Vista aérea da Usina Hidrelétrica de Estreito



Fonte: Consórcio Estreito Energia (2013).

Igualmente, a hidrelétrica integra o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2) do Governo Federal e tem capacidade¹³³ de 1.087 MW de energia, o que atende a demanda de quatro milhões de habitantes (CONSÓRCIO ESTREITO ENERGIA, 2013).

O CESTE possui um plano de *marketing* de turismo regional, o qual foi apresentado aos 12 gestores dos municípios que estão na abrangência da UHE. Segundo o Consórcio Estreito Energia (2013), esse plano visa à implementação de ações de promoção dos atrativos turísticos desses municípios, contribuindo, assim, para o desenvolvimento – local e regional – e a realização de estudos regionais com o objetivo de perfazer o perfil do turista e de identificar seus atrativos. Além dessas atividades, estão previstos a atualização do Inventário da Oferta Turística dos municípios e um plano de mídia com peças conceituais e promocionais, e ainda serão sinalizados os principais pontos turísticos da região.

Por sua importância, não se pode deixar de salientar que foi em decorrência da implantação dessa usina que a cidade de Carolina perdeu um de seus maiores e mais democráticos espaços de lazer, sua praia. Portanto, há sempre que se pensar na amplitude de determinadas ações e suas consequências com relação à comunidade em que elas incidem. Com relação ao exemplo citado, transparece que essa comunidade perdeu um bem de lazer insubstituível.

¹³³ **Dados técnicos: reservatório:** Extensão: 260,23 km; capacidade: 5.400 x 106 m³; N.A. de montante: 156m; N.A. de jusante: 134,45m; áreas inundadas: 400 km² ; vida útil: mais do que 100 anos; municípios interferidos: Estreito e Carolina (MA), Aguiarnópolis, Babaçulândia, Barra do Ouro, Darcinópolis, Filadélfia, Goiatins, Itapiratins, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins e Tupiratins (TO). (CONSÓRCIO ESTREITO ENERGIA, 2013).

4.3 Diferenciais físicos, naturais, territoriais e outros

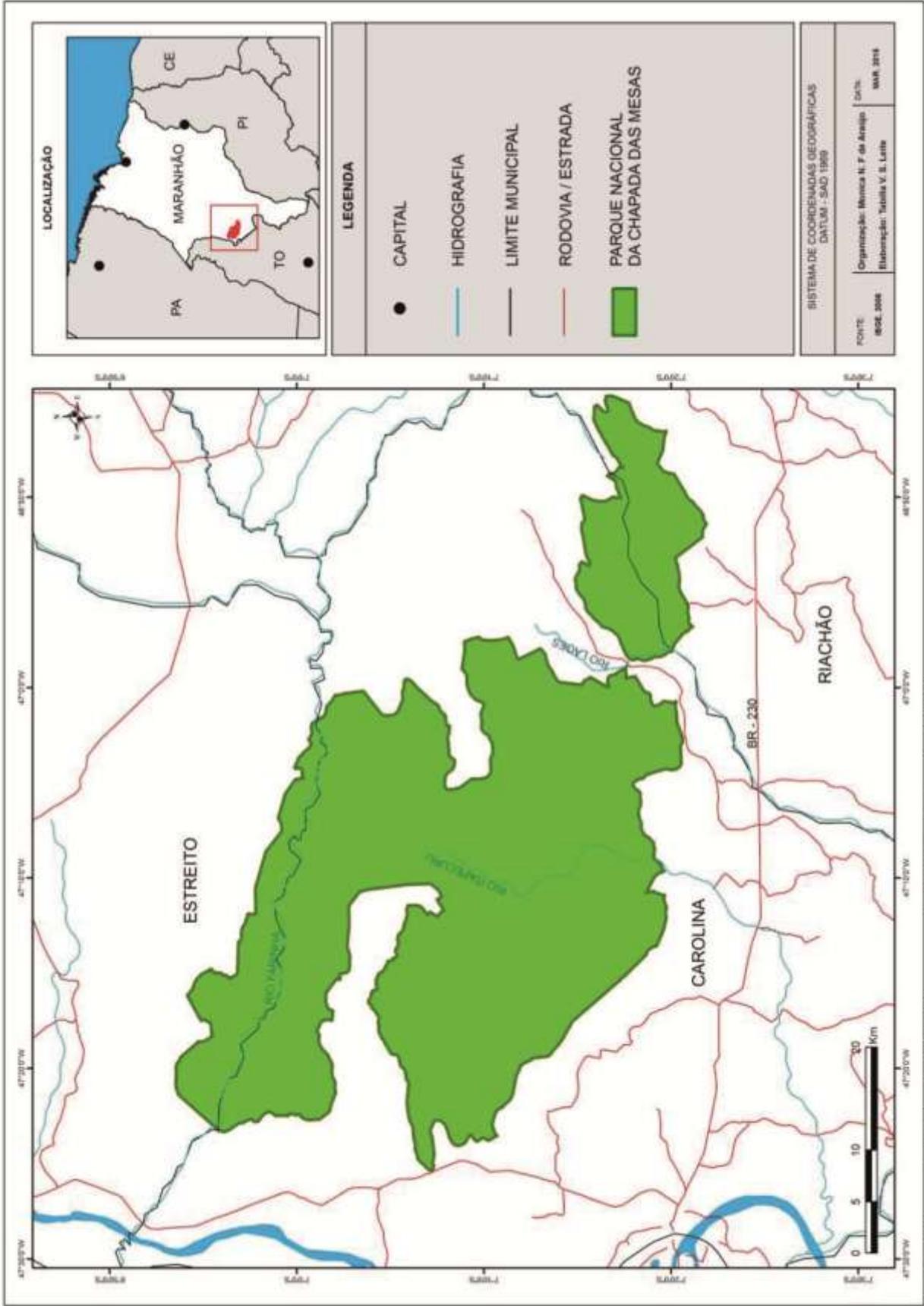
As constantes ameaças ambientais sofridas pela região denominada Chapada das Mesas, localizada ao sul do Maranhão, motivou, desde 1970, sucessivas propostas de conservação dessa área (MORAES; LIMA, 2007). Isso posto, outras tentativas ocorreram ao longo dos anos, mas nenhuma delas foi efetivada. Entretanto, foi só em 2003 que, preocupados com o desmatamento e projetos incompatíveis com a conservação ambiental, os movimentos pró-meio ambiente, articulados com o poder público, conforme esses autores, encaminharam um novo pedido ao Ministério do Meio Ambiente.

Portanto, para esses autores, a criação do parque se impõe principalmente pelo fato de a área em discussão se encontrar num bioma de Cerrado, caracterizado por uma diversidade de nascentes de cursos d'água de três importantes bacias hidrográficas, ou seja, a do Parnaíba, do Araguaia/Tocantins e a do São Francisco, além de reunir em suas extensões uma considerável biodiversidade.

Os mesmos autores evidenciam que em 22 de agosto de 2005, após estudos feitos pelo IBAMA, foi apresentada e discutida, em Consulta Pública na cidade de Carolina, a proposta de se criar um Parque Nacional com 141.000 hectares. Assim, na ocasião foi aventada a ampliação da área, o que resultou num aumento para 160.046 hectares, divididos em duas glebas: uma dentro dos limites de Carolina e Estreito, com 140.000 hectares, e outra com 19.000 hectares, entre Carolina e Riachão.

Criada em 12 de dezembro de 2005, essa Unidade de Conservação de Proteção Integral localiza-se (Mapa 3) numa região de importância grande para a conservação da biodiversidade brasileira. De acordo com Pereira; Ferreira; Costa Neto (2010), essa unidade funciona como um ecótono entre três biomas: o Cerrado, a Amazônia e a Caatinga, áreas com altos níveis de riqueza e abundância de fauna e flora.

Mapa 3 - Localização do Parque Nacional da Chapada das Mesas



Fonte: Elaboração: Tabilla Leite(2015); e organização Monica Araújo (2015).

Entretanto, por meio do Decreto de 31 de janeiro de 2006, houve alteração no art. 1º do decreto anterior, de 12 de dezembro de 2005, que cria o PNCM, nos municípios de Carolina, Riachão e Estreito, no sul do estado do Maranhão. A nova redação é a seguinte:

[...] fica criado o Parque Nacional da Chapada das Mesas, nos municípios de Carolina, Riachão e Estreito, no estado do Maranhão, com o objetivo básico de preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. (BRASIL, 2006).

Assim, atualmente, o Maranhão já dispõe de três áreas com estatuto de parque nacional – PNCM, Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses e o Parque Nacional das Nascentes do Rio das Bicas –, o que denota, sem dúvida, certa preocupação das autoridades competentes com a conservação da biodiversidade. Ali também se encontram biomas raros no contexto mundial, povoados de espécies endêmicas, de populações humanas antigas, e por isso mesmo – e por razões outras que posteriormente se discutirá neste trabalho – se faz mister conservar.

As principais vias de acesso ao PNCM se dão pelos municípios de Carolina e Estreito, saindo das BR-230 (Fotografia 67) e da BR-010 por estradas vicinais (Fotografia 68), formadas quase sempre de areias soltas, o que dificulta o acesso ou o limita ao uso de veículos tracionados. Embora em precário estado de conservação, as estradas vicinais são inúmeras por ligarem, na gleba maior, diversas propriedades particulares entre si e a povoados, o que cria um emaranhado de acessos aos mais variados e remotos pontos da UC (INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, 2012). No entanto, apesar desses tantos acessos que levam ao parque, o visitante pode terminar por se perder numa confusão de entradas.

Fotografia 67 - BR- 230, no sentido Carolina, acesso ao PNCM



Fonte: Monica Araújo, 2012.

Fotografia 68 - Estrada para se chegar ao PNCM



Fonte: Monica Araújo, 2012.

A autora constatou tais fatos por experiência própria. As dificuldades se fazem presentes, devido ainda à absoluta falta de sinalização, e isso denota, de imediato, o descaso para com o parque, o que é um tanto contraditório com a série de esforços envidados, na criação dele, pelos mais diversos atores sociais, como já citado anteriormente. Desse modo, faz-se necessária a contratação¹³⁴ de um guia de turismo, conhecedor da área, por meio de uma agência ou de um autônomo. Observou-se também que, durante o percurso, o turista se depara com sucessivas portei­ras, que são entradas de acesso a propriedades privadas que estão incluídas na área do parque obriga o motorista-guia a estar sempre a parar, a fim de abrir e fechar esses portões, o que não deixa de ser um inconveniente para o visitante. Ademais, esse fato torna a viagem mais longa e cansativa, e soma-se a isso o intenso calor que impera na região.

No que tange à parte menor da unidade, ela é caracterizada pela presença de acidentes geográficos – chapadas de cerrado aberto –, o que torna o acesso muito limitado (INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, 2012). Em 2010, essa região teve estradas demarcadas com o auxílio da Brigada de Combate a Incêndios Florestais, o que facilitou o acesso, que antes só podia ser feito quase todo a pé.

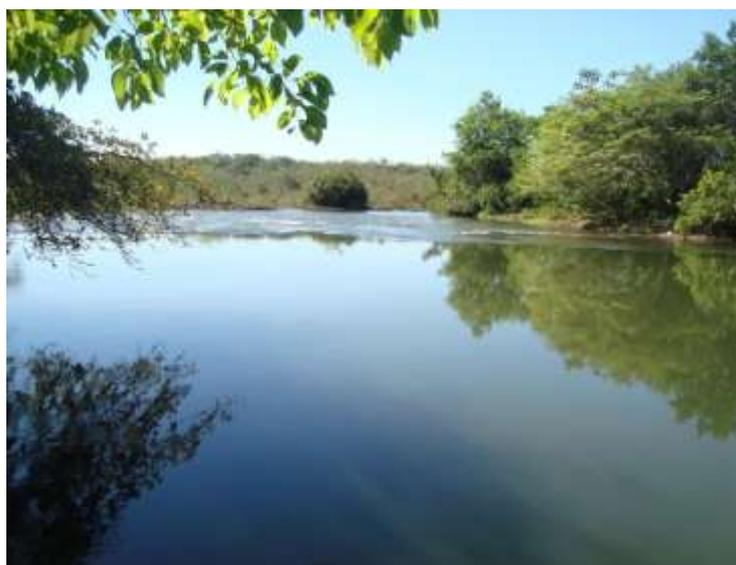
Quanto à questão climática, segundo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (2012), a região se caracteriza por apresentar um clima Tropical do tipo Aw – classificação de Köppen – com predomínio de elevadas temperaturas durante o ano inteiro. Além disso, possui dois períodos climáticos: inverno seco – maio a outubro – e verão chuvoso

¹³⁴ À época do *survey*, que foi realizado no período de alta estação, o pacote para o parque custava R\$ 500,00 (quinhentos reais) dia, sem nada incluso.

– novembro a abril. É exatamente nesse último período que o cerrado da Chapada das Mesas é tomado em grandes áreas por focos de incêndio, o que será tratado com mais vagar adiante. A média pluviométrica para o período de 1961 a 1990 foi de 1.718,7 mm, conforme o Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), e a média entre 1.250 e 1.500 mm. Sua temperatura média anual fica em torno de 26,1°C, com mínimas de 25,2°C e máximas em torno de 36°C, entre julho e agosto.

O parque é caracterizado por apresentar uma rede hidrográfica pujante, que comporta muitas nascentes e cursos d'água de diversos rios, como Itapecuru, Urupuchete, Corrente, Lajinha e Farinha (Fotografia 69), a ser este último um dos principais afluentes do rio Tocantins (Fotografia 70) no estado do Maranhão. Por meio de um estudo feito pelo ICMBIO, com base em imagens de satélites, sobrevoos e análise de dados do IBGE, foi revelada a presença de mais de 400 nascentes no PNCM (INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, 2012). Isso, portanto, se constitui por si uma riqueza natural sem medida, o que leva a necessidade constante de preservá-la, sobretudo no que concerne, em nossos dias, à raridade que é a água potável tanto no Brasil quanto no mundo. Logo, essas nascentes reveladas precisam ser preservadas.

Fotografia 69 - Trecho do rio Farinha



Fonte: Monica Araújo, 2012.

Fotografia 70 - Trecho do Tocantins visto a partir da cidade de Filadélfia (TO). Ao fundo, a cidade de Carolina e o Morro do Chapéu



Fonte: Monica Araújo, 2012.

Ainda sobre esse aspecto hidrológico, a importância da preservação desses abundantes mananciais aquíferos se dá agora, no que diz respeito ao turismo em si, no parque e no entorno, pelo fato de ser a água que se expressa em cachoeiras, lagoas, lagos e praias fluviais o atrativo grande. Isso, entretanto, não desmerece para o turismo outros aspectos como, por exemplo, o arqueológico, o relevo característico do cerrado, sua biofauna e bioflora.

A se falar sobre a topografia (Fotografia 71) em forma de relevo, predomina no PNCM o plano-ondulado, composto em sua maioria por relevo de chapada, de altitude basal de 250m, com presença de morros de arenito elevados e topos planos, em forma de meseta, que nomeia bem apropriadamente a região, Chapada das Mesas (INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, 2012). Esses desenhos resultam da ação do vento e das chuvas ao longo de séculos e têm altitudes que variam de 250 m nos vales, a 524m, na Serra da Malícia – gleba maior –, e de 595m, na Serra dos Macacos, a 604m, na Serra da Aldeia, ambas localizadas na gleba menor.

Fotografia 71 - Vista parcial do relevo da região



Fonte: IBAMA, 2006.

É importante ressaltar, ainda, o processo erosivo do arenito que resulta na formação de solos arenosos, caracterizados pelas diferentes colorações, que variam de acordo com sua origem (INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, 2012).

Podem ser verificadas nos limites do parque as formações de nome popular Mosquito, Mutuca e Sambaíba, a ser esta última a predominante na região.

De acordo com sua formação e origem, quase todo o solo do parque pode ser definido como Neossolos Quartzarênicos, (INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, 2012), de baixo potencial agrícola e tendência grande a erosão.

O relevo na Chapada das Mesas, em termos turísticos, é muito representativo, porque quando se fala dela, imediatamente se remete a um dos seus ícones, o Morro do Chapéu (Fotografia 72), um relevo esculpido pela natureza que assumindo essa forma. Segundo informação verbal¹³⁵, após escalado, do seu cume descortinam-se o cerrado em toda a sua amplitude, a cidade de Carolina, o rio Tocantins e a Ilha dos Botes.

¹³⁵ Wagner Cruz Moreira, condutor ambiental.

Fotografia 72 - Morro do Chapéu, no entorno do Parque



Fonte: Monica Araújo, 2012.

A vegetação que compõe o PNCM é característica do bioma Cerrado. Nela ocorrem diversas fitofisionomias características das savanas e das florestas, a ocorrer também espécies da Caatinga e da Amazônia. Entretanto, predominam associados aos cursos d'água, matas, brejos, compostos por buritizais, palmeiras, jussarais, e áreas de veredas (INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, 2012). Encontram-se, segundo esta fonte, ainda espécies vegetais de interesse comercial, como cedro (*Cedrela odorata L.*), aroeira (*Astronium sp.*), ipê (*Tabebuia sp.*) e jatobá (*Hymenaea sp.*), o que tem atraído a atenção do extrativista clandestino que causa o desmatamento ilegal.

Por ser alvo constante das ameaças e reunir diversidade grande de espécies vegetais, de acordo com Filgueiras e Pereira (1994 apud MORAES; LIMA, 2007), e animais (ROCHA et al., 1994; BASTOS et al., 2003) apud (MORAES; LIMA, 2007), o Cerrado entrou para a relação dos 25 *hotspots* em nível mundial, conforme Myers et al., (2000); Moraes; Lima (2007). Ademais, a área continua sendo alvo de desequilíbrios ecológicos, causados, sobretudo, pela expansão agrícola, que já fez desaparecer cerca de 80% da cobertura original da região (PRIMACK; RODRIGUES, 2001; DIAS, 1990; SILVA et al., 2001 apud MORAES; LIMA, 2007). Isso posto, pode-se depreender que, a continuar essa situação de desmatamento, que acarreta também a extinção de determinadas espécies – fauna e flora –, a área do parque pode continuar a sofrer perdas irreparáveis, o que prejudica todo o bioma.

4.4 A Criação, o Conselho Consultivo, os problemas, a gestão, o turismo e a conservação do Parque: conexões e atores sociais

4.4.1 Criação do PNCM: considerações breves

No que se refere ao processo de criação do PNCM, as primeiras discussões envolveram a participação de alguns empresários atuantes na região, funcionários dos governos federal, estadual e municipal, entre outros atores. O representante¹³⁶ do CTI relata que a entidade esteve desde o início preocupada em criar uma UC na região para preservar o “cerrado em pé”, segundo suas palavras, o que coincidia com o avanço conflituoso da soja e da pecuária na região. O entrevistado enfatiza que a CTI desde o início fomentou o diálogo com o poder público para a criação do parque. Comenta também, que à época, discutia-se inclusive o tipo de categoria que seria dado àquele espaço a conservar, se um parque nacional ou uma reserva extrativista. Por fim, chegou-se à conclusão de que a área em pauta seria um parque.

Conforme a ex-Secretária¹³⁷ Municipal de Meio Ambiente de Estreito, no tocante à criação do PNCM, houve participação à época da Prefeitura de Carolina, de Riachão e de algumas prefeituras convidadas. Segundo a entrevista, o projeto, já sob os auspícios do IBAMA, estava pronto, com mapeamento de como seria a distribuição das áreas do parque. Inclusive a criação do parque foi referendada por votações populares. O importante que a informante ressalta é que no “papel” estava tudo perfeito, bonito, mas na prática o que se vê é que não funciona.

De acordo com o presidente¹³⁸ da ACATU, houve participação da sociedade civil no processo em questão. Existia no bojo das discussões uma preocupação com relação ao impacto ambiental da construção das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) sobre os recursos naturais locais, principalmente nas cachoeiras de São Romão e Prata. Isso se dava pelo fato de que, como as usinas iriam gerar pouca energia, não justificava sua localização no que havia de mais caro no cenário natural do parque. Além disso, reporta-se a um perigo iminente à época, que era o avanço da cultura da soja, como já se relatou em espaços acima. Para complementar essa configuração da relação parque e sociedade nos seus primórdios, veja-se o trecho da seguinte fala:

¹³⁶ Mayk Honnie Gomes de Arruda, 32 anos, tecnólogo em agroindústria, representante do CTI.

¹³⁷ Thais de Souza Ramos Farias, 34 anos, bacharel em história, chefe de fiscalização ambiental da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Estreito/MA.

¹³⁸ Vilmar Dilberti Lieber, administrador de empresas administrador de negócios, representante da ACATU.

A princípio, a gente não compreendia todo o valor que estava contido naquela área; para nós o que importava era proteger as cachoeiras. Depois, começamos a entender que aquela reserva poderia ser uma fonte de renda para o pessoal que morava no entorno e uma forma de sobrevivência também para as agências de turismo. (informação verbal)¹³⁹.

Assim, foi nesse contexto que emergiu uma série de questões e posicionamentos com a participação de diversos atores sociais, o que redundou na criação do referido parque.

Apesar de nos relatos anteriores encontrar-se a ideia de que amplos setores e segmentos da sociedade participaram do processo de criação do PNCM, os relatos seguintes demonstram que muitos ficaram alheios a esse processo, principalmente moradores residentes na área do parque e de seu entorno.

Não participamos. Essa discussão houve, mas em Carolina. Mas, daí, eles foram direto pra Cachoeira da Prata e falaram com Pedro Carneiro, e pediram a assinatura dele, e depois eles foram para a Cachoeira de São Romão; conversaram com o Jorge, e aí o Jorge assinou; mas outras pessoas eles não chamaram; eles não fizeram uma reunião no sertão dentro do parque para chamar o pessoal. (informação verbal)¹⁴⁰.

Não. [...] eu, da participação de criação do parque, não; só ouvi falar um pouco, que iniciou através da prefeitura de Carolina, que ela foi quem teve a iniciativa de fazer o pedido para criação do parque, porque já tinham projetos de uma mini-hidrelétrica do Rio Farinha, abaixo das cachoeiras; foi de onde surgiu da prefeitura o pedido da criação do parque para não acabar com as cachoeiras, porque, provavelmente, com a construção de usinas, ia acabar tudo. (informação verbal)¹⁴¹.

Não senhora, eu pelo menos não participei; quando eu vim saber, já estava criado. Por sinal me prejudicou muito, muito, pois eu tinha umas dívidas no banco; e aí eu usava aquele método: paga uma, tira uma outra; aí entraram duas coisas junto, entrou uma crise, barateou o gado, que eu mexo com gado; eu tive que vender o gado todo pra pagar as dívidas e não dei de pagar; eu queria vender as terras, foi comprador, agradou, tudo mais. Quando souberam que era dentro do parque, não quiseram. Aí eu fiquei endividado, até hoje nunca terminei de pagar as dívidas por causa disso. Uma das coisas que me prejudicou demais; se tivesse até um jeito de ser indenizado, logo para mim, seria bom, mas isso é difícil porque o pessoal daqui do ICMBIO me disse que esse trânsito todinho que foi criado parece que só tem duas pessoas que tá no tempo de receber; tem que trazer um bocado de documento; é caro, eu não tenho condições de fazer. Então eu procurei a Dona Luciana: porque que não pagava logo esses dois que era pra mim fica assim mais animado, porque eu podia até tomar dinheiro emprestado, fazer um esforço e legalizar tudo para poder receber, mas meus documentos, minhas terras tudo é legalizado, eu pago meus impostos tudo em dia, tudo direitinho, tudo é escriturado. (informação verbal)¹⁴².

Eu pessoalmente, não. Na verdade, esse parque foi criado num processo onde a população não teve comunicação nenhuma. Foi só entre gestores municipais e algumas entidades do município [...]. (informação verbal)¹⁴³.

¹³⁹ Isabel Lieber, proprietária da Cia do Cerrado.

¹⁴⁰ Moisés Rosário de Abade, 74 anos, morador do parque há 42 anos, proprietário da Fazenda Serra Alta, no Riacho Fundo.

¹⁴¹ Margareth Thatia Medeiros da Rocha, ensino médio, secretária da Juventude do STTR/Estreito).

¹⁴² Pedro da Cunha Spíndola, 69 anos, pecuarista, morador do Riacho Fundo.

¹⁴³ Raimunda Freires da Silva, ensino fundamental completo, secretária geral do STTR/Carolina.

Mais ou menos. A gente discutiu exatamente como foi criado porque inclusive a gente nem sabia que tinha criado esse parque. Quando começou, a gente ficou muito surpreso e até apavorado porque as notícias correm, e as pessoas que estão lá dentro do parque estão apavoradas, achando que as pessoas vão ter que abandonar suas residências e que não iriam receber uma recompensa. Todo mundo ficou muito nervoso, principalmente os mais velhos ficaram muito preocupados; ainda hoje a situação é estressante, teve gente que passou mal, achando que iriam sair, achando que iriam mandar todo mundo embora; quando a gente soube foi quando o IBAMA começou a se apresentar pra gente dizendo que tinha sido criado um parque, mas nós não fomos convidados para a criação do parque; ninguém da comunidade. Não, nós não participamos da criação do Parque. (informação verbal)¹⁴⁴.

A gente soube logo que veio o pessoal do ICMBIO; começaram a trabalhar. Primeiro teve umas pesquisas aqui, viram que era uma região que deveria ser protegida por causa da soja, do eucalipto, para proteger essas nascentes aí, que ainda não são poluídas na região; tem muita nascente na área do parque, aí foi criado esse parque aqui. (informação verbal)¹⁴⁵.

Como foi visto, muitos deles afirmaram que só vieram ter notícia do que tinha acontecido, depois de algum tempo de sua criação, o que revela que a participação dos atingidos e interessados na construção desse processo de criação não foi feita de modo democrático, no sentido largo da palavra.

4.4.1.1 Plano de manejo

Quando da realização do *survey* em agosto de 2012, detectou-se que o PNCM não possuía seu plano de manejo, apesar de ter sido criado em 2005, e somente havia, por parte de autoridades competentes do parque, princípios de discussões sobre a concepção de como deveria ser elaborado esse documento. Não havia nem mesmo um diagnóstico completo da complexidade da área nem uma previsão orçamentária para isto. Nessas condições, como pensar-se em plano de manejo? Veja-se com relação a isso um detalhe de um discurso pronunciado pela ex-gestora¹⁴⁶ do PNCM, o que vai facilitar a compreensão do processo inaugurado:

Nós estamos pensando em fazer um plano de manejo completamente diferente. Hoje o ICMBIO já está revendo o modelo do Plano de Manejo que é feito para torná-lo de fato um documento operacional e não uma bíblia de informação sobre a unidade. Tanto que o foco hoje é dar menos ênfase para os diagnósticos e mais ênfase para o que se quer fazer. [...] o planejamento no momento do Parque hoje aqui é esse, e daqui há cinco anos onde vamos querer estar. Então o plano de manejo é uma ferramenta de gestão e não um grande compêndio de informações inúteis. [...] o que a gente precisa é de tempo para compilar estas informações num documento onde a gente vai informar o que falta, qual a nossa demanda hoje. A gente não dá conta de fazer, pois a gente tem uma demanda por estudos físicos que a gente não tem. Seria

¹⁴⁴ Maria das Graças da Silva Costa Formação, 41 anos, 5ª série do primário, lavradora da Estiva.

¹⁴⁵ Hilton César da Silva Bezerra, 8ª série, presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais Bezerra Morais, Comunidade do Solta.

¹⁴⁶ Luciana Maria Fernandes Machado, ex-chefe do PNCM.

geomorfologia, geologia, porque uma grande parte do parque, o grande objetivo de criação do parque é proteção de um patrimônio que é geomorfológico, que são as mesetas, que é uma paisagem então para entender sem entender quais são os limitantes de uso dessa paisagem, qual é o zoneamento que a gente vai dar para o parque, quais áreas são sensíveis demais, que a gente não pode abrir uma estrada, que então vão ser nossas áreas intangíveis. Então, a gente depende disso, que é uma coisa que nós não temos quadro técnico para determinadas especialidades. Então, tá fora do nosso escopo e a parte de uso público a gente precisa de um trabalho mais especializado para fazer esse levantamento do usufruto. Não só para identificar os potenciais atrativos, mas exatamente para discutir como nós vamos aproveitar esses atrativos antes das famílias serem indenizadas. Então, o que a gente quer é que o plano de manejo leve em todo processo em consideração, que a área do Parque hoje não é regularizada, a gente não quer fazer um plano de manejo ideal como se não existisse ninguém lá dentro, que não é assim, a realidade nossa é essa o que a gente quer trabalhar. Então o diagnóstico é o nosso ponto zero para o plano de manejo. (informação verbal).

Isso remete à importância que os gestores do ICMBIO dão à elaboração do plano de manejo, a considerar todas as dificuldades como foi visto, ou seja, falta de recursos financeiros, pessoal e equipamentos. No entanto, é muito mais do que isso o que importa: dentro do parque há pessoas, há famílias, há vidas. Porque um plano de tal envergadura pressupõe algo mais do que um mero instrumento técnico.

A informante comenta também que

os instrumentos de gestão ainda são muito frágeis porque a gente não fez o plano de manejo, ainda porque primeiro a gente acha que o Conselho Consultivo tem que vir antes; a gente quer que o Conselho Consultivo ajude na construção do processo do plano de manejo; a gente acha que esse diagnóstico é muito importante para a gente entender onde, como e quem dentro da comunidade pode ser nosso parceiro, como a gente vai fazer e antes do plano a gente acha que tem que conduzir os termos de compromisso com a comunidade, isto é uma prioridade porque tem as famílias morando e elas têm as necessidades delas e os direitos delas garantidos e a gente precisa fazer com que os documentos que regulamentem isso tenham validade, então a gente precisa construir isso também. (informação verbal).

Em que pese nessa fala não ser explícito um convite à participação de outros atores sociais, inclusive os comunitários, nas entrelinhas a entrevistada sugere essa participação quando dá importância ao CC para a construção do PM. No mais, o discurso da informante reproduz o do IBAMA (1996 apud MORSELLO, 2001) quando este diz da necessidade de participação de outros atores envolvidos na sustentabilidade de UC. Nessa referência é ressaltado que os CC devem promover a participação, o que resulta, em vias de diálogos passíveis, amenizar conflitos, projetar possíveis problemas e sugerir soluções, segundo os objetivos e prioridades em pauta.

Ao retornar ao campo, em julho de 2013, o atual gestor¹⁴⁷ do PNCM, em entrevista, afirma que a UC iria ter como uma das metas a elaboração e aprovação de seu PM. Tal

¹⁴⁷ Paulo Adriano Dias, 34 anos, biólogo, mestre em biodiversidade.

informação consta também em atas¹⁴⁸ do conselho consultivo e, ainda, a inexistência desse documento é enfatizado em outras falas¹⁴⁹. No entanto, quando em consulta por *e-mail*¹⁵⁰, em dezembro de 2014, ao Sr. Paulo Adriano Dias¹⁵¹, obteve-se a informação de que o plano de manejo não havia sido feito, mas que este já dispunha de recursos financeiros que viabilizariam sua elaboração, em 2015. Isso foi conseguido devido ao avanço em pesquisas científicas sobre a área do parque e ao manejo do fogo. Portanto, segundo os informantes e os documentos apresentados, o que existe, de fato, é apenas uma perspectiva de que haja no futuro um plano de manejo.

É ainda importante sublinhar que já se percebe, no caso do PNCM, um princípio de gestão de um CC preocupado em elaborar um plano de manejo que condiga com as necessidades locais e que seja participativo. Isso em termos de perspectiva, pelo menos.

Do exposto, sobressai-se um problema por demais contundente com relação ao uso público daquela UC, e a demora no fazimento do plano de manejo pode implicar uma série de outros problemas derivados. Um deles seria o turismo desordenado e suas consequências nefastas para a biodiversidade local e, enfim, para a não sustentabilidade do parque. Além disso, seria a perda de oportunidades de gerar recursos financeiros tanto para o parque quanto para o desenvolvimento das comunidades circunvizinhas, já que turismo bem estruturado é fator de desenvolvimento.

4.4.2 Conselho consultivo: discussões iniciais e outras dinâmicas

No que concerne à implantação do CCC do PNCM, antes de ser criado em 1º de dezembro de 2011, ele passou por diversas etapas, que incluíram trabalhos como o de sensibilização das comunidades do interior do parque, com identificação de possíveis lideranças comunitárias, parte das atribuições do Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental (INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, 2012).

Logo em seguida à primeira fase de sensibilização e liderança, foi feita uma identificação de entidades da sociedade civil e de representantes de órgãos governamentais que estavam incumbidos de equacionar os interesses de uma e outra parte. Após essa

¹⁴⁸ Ata da 1ª reunião do CC do PNCM, realizada entre os dias 22 e 24 de maio de 2013, e da 2ª reunião ordinária, realizada em 21 e 22 de novembro de 2013.

¹⁴⁹ Antônio Lucena Júnior, engenheiro civil, Secretário Municipal de Turismo e Meio Ambiente de Carolina; Vilmar Dilberti Lieber, 44 anos, administrador de empresas/negócios, empresário do turismo, representante da ACATU; e Maria Cecília Salata, 36 anos, gestora de negócios, representante do SEBRAE.

¹⁵⁰ Data do *e-mail*: 28.06.2013.

¹⁵¹ Gestor do PNCM.

identificação, um novo trabalho de sensibilização e mobilização foi realizado entre os meses de agosto e outubro de 2011 (INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, 2012). Assim, ficou decidido que os 24 membros¹⁵² das entidades seriam divididos paritariamente entre representantes das entidades civis e do governo.

Para complementar as informações acima, o atual gestor¹⁵³ do parque afirmou que foram elencados determinados atores com atividades de teor econômico ou social na região, dentre os quais cita o CESTE, a SUZANO e a PIPES. Alega ainda que a escolha por organizações como participantes do conselho baseou-se na sua relação com as questões ambientais, principalmente, a SUZANO, que iria na região instalar-se, e sua indústria não poderia conflitar-se com o parque nem com a sua área de entorno, já que precisaria de espaços para o florestamento de eucalipto, o que foi acordado verbalmente.

Esse informante ressalta que a instalação do conselho foi muito providencial, porque tem ajudado sobremodo a gestão do parque, que conta atualmente com apenas um servidor. O conselho foi formado em 2011, sua portaria regulamentadora é de 2012 e em 2013 foi realizada a sua primeira reunião ordinária. Nesse encontro, foi feito um nivelamento principalmente em relação à atuação dos conselheiros e à capacitação em legislação ambiental pertinente à gestão da unidade, diz o gestor. Segue colocando algumas deliberações desse encontro e, como entrave para a gestão – a qual entende como compartilhada –, cita a questão fundiária:

[...]a gente discutiu dentro do conselho as questões legais, o posicionamento institucional e o que se precisaria para tentar solucionar ou como começar a fazer essa discussão e encaminhar para que se chegue aos objetivos do parque, que a UC se torne de fato de uso da comunidade. (informação verbal).

Ainda diz que as necessárias articulações entre as instituições envolvidas foram feitas, grupos de trabalho intermunicipais foram formados com o intuito de regularização jurídica.

Desse primeiro encontro, houve o interesse de uma outra instituição em participar do conselho, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), que já vinha mantendo contato com a direção do parque, pois pretendia se instalar em Carolina e

¹⁵² Entidades representativas governamentais: ICMBIO, IBAMA, INCRA, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA-MA), Secretaria de Estado do Turismo do Maranhão (SETUR/MA), Secretaria do Patrimônio Cultural/MA, Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Prefeitura Municipal de Carolina, Câmara Municipal de Carolina, Prefeitura Municipal de Riachão, Câmara Municipal de Riachão e Prefeitura Municipal de Estreito (ICMBIO, 2012). Entidades representativas da sociedade civil: CESTE, PIPES, SUZANO, CTI, Representantes dos Moradores do Parque/Riacho Fundo, Representante dos Moradores do Parque/Estiva, STTR-Carolina, STTR-Riachão, ACATU; Associação dos Atingidos pelo Parque; Serviço de Apoio a Pequenas e Médias Empresas (SEBRAE/MA), STTR- Estreito e Associação Bezerra de Morais (ICMBIO, 2012).

¹⁵³ Paulo Adriano Dias.

utilizar o parque como laboratório de pesquisa (informação verbal)¹⁵⁴. Para esse informante, essa reunião foi eminentemente participativa e abriu espaço para outros níveis de governança que envolvem as instâncias municipal e estadual.

Segundo as palavras do representante¹⁵⁵ do INCRA, devido ao fato de no início do processo de formação do conselho existir um desconhecimento da questão fundiária por parte dos servidores do ICMBIO, este órgão foi solicitado a participar do conselho, pois estaria eminentemente capacitado a dirimir dúvidas sobre desapropriação de terras. O informante ainda ressalta que sua participação é de suma importância nesses primeiros momentos e ainda diz que provavelmente o INCRA continuará como membro representante dessa instância, mesmo que de uma maneira mais distante, após a regularização da organização fundiária.

A considerar o PNCM em sua territorialidade, um dos seus problemas cruciais é a questão fundiária. Apesar de o parque ter sido criado em 2005 e de esforços já terem sido realizados pelas autoridades competentes, essa questão ainda está em processo de análise, a aguardar resoluções terminais. Entretanto, o Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (2012) justifica a suspensão desse problema, pelo relativo pouco tempo de existência do parque e pelas complexidades que decorrem de atuais debates que envolvem interesses conflitantes. Para compreender-se melhor essa questão, é necessário afirmar que a autora teve informações de que parte da comunidade está envolvida no sentido de transformar o PNCM em uma RESEX.

No entanto, sobre a questão em pauta, Luciana Maria Fernandes Machado¹⁵⁶, (informação verbal) declara que o deputado Domingos Dutra¹⁵⁷, que está à frente do movimento que objetiva transformar o parque em uma RESEX dificulta um pouco o processo de gestão. Segundo a informante, isso interferiu na relação do ICMBIO com as comunidades, uma vez que elas ficaram muito receosas com a presença dos técnicos, pois no levantamento havia questões que se referiam ao âmbito da intimidade da família. Assim, “[...] era preciso ter uma relação de confiança muito grande, a partir do momento que você gera uma relação de desconfiança, a gente para de ter essa abertura para chegar na casa das pessoas, sentar e conversar” (informação verbal).

Em conformidade com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

¹⁵⁴ Paulo Adriano Dias.

¹⁵⁵ João Pedro Barros Filho, 36 anos, engenheiro agrônomo e representante do INCRA.

¹⁵⁶ À época chefe do PNCM.

¹⁵⁷ Apresentado em 10.03.2010, o Projeto de Lei nº 6927/2010, de autoria do Deputado Federal Domingos Dutra, da bancada do Partido dos Trabalhadores/PT/MA, está aguardando Parecer na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS), e sua Ementa é “Altera a categoria da unidade de conservação Parque Nacional da Chapada das Mesas para Reserva Extrativista Chapada das Mesas, nos municípios de Carolina, Riachão e Estreito no Estado do Maranhão”.

(2012), apesar de persistirem problemas com a falta de demarcação do parque, desde 2007 a equipe do PNCM fez um levantamento sobre os moradores que estão dentro do seu limite desse. No ano de 2008, foram identificadas 200 famílias residentes, e um cadastro realizado um ano mais tarde fez um levantamento mais sucinto de dados, como diagnóstico do perfil dos moradores, situação legal de suas propriedades e o tipo de usos que fazem do solo. Esse estudo cadastrou pouco mais de 100 moradias, dentre as quais 25% dos moradores se declararam posseiros.

Em referência aos processos indenizatórios, uma vez que, segundo a lei, não pode haver moradores em parques, os esforços nesse sentido foram realizados por meio de orientações e reuniões comunitárias. Todavia, muitos moradores alegam que não têm nenhum interesse em abandonar a terra ou em ser indenizados. Além desses problemas, vale ressaltar que muitas propriedades e áreas dentro dos limites do parque não têm documentação, inventário e demarcação (INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, 2012). Em agosto de 2012, constatou-se *in loco* que apenas um morador¹⁵⁸ estava com a sua propriedade regularizada e aguardava o recebimento da indenização.

A respeito da documentação, em conformidade com Anildo Araújo dos Santos (informação verbal)¹⁵⁹ ele explicita que:

[...] a pessoa que mora hoje nessa terra, já tem seu pai e mãe mortos, e ninguém faz divisão, não faz inventário, pois vêm os filhos e eles mesmo dividem entre si, depois esses morrem, vêm outros e assumem e não fazem inventário, aí gera um problema. Então essa questão da documentação é uma coisa que dificulta muito. Mas recentemente criaram uns artificios aí na lei para poder acelerar mais a questão da documentação para não exigir muita coisa. Pois exigiram memorial descrito desde o primeiro dono até hoje. Então, é uma dificuldade para as pessoas que moram dentro do parque. Desde a década de 70, já tinha a ideia de se criar um parque, depois a ideia morreu. Na década de 90, vieram aqui com um história de concluir 2 PCH no rio Farinha, aí a sociedade como um todo se mobilizou contra a construção dessa PCH. Por que fazer nas cachoeiras se já estava previsto construir a barragem de Estreito? Então, vão destruir as nossas cachoeiras, e isso gerou um movimento de resistência da comunidade de Carolina, de Imperatriz, de Araguaína, estudantes, universitários. Então, isso mobilizou tanto que desistiram, e aí isso criou um momento favorável para a criação do parque, e o Lula assinou o decreto de um projeto de lei da deputada Terezinha Fernandes, em 2005. Quando o parque foi criado, a expectativa era de que as pessoas que moravam lá, iam logo receber a indenização, mas só que isso não ocorreu. Logo em seguida, foi criado uma associação de pessoas que foram atingidas pelo parque. O que era uma contradição. São situações como estas que geram esses conflitos. Os fazendeiros que eram a favor, viraram contra. Aí gerou uma insatisfação. Isso é uma questão de interesses deles e de enxergar que o parque nasceu dentro dessa controvérsia e nós estamos nessa situação de *stand by* esperando o próximo passo. (informação verbal).

¹⁵⁸ Hamilton Fragoso da Luz, proprietário da fazenda Cristo-Rei, de 1.821 hectares.

¹⁵⁹ Anildo Araújo dos Santos, técnico em contabilidade e, à época, Secretário Municipal de Turismo de Carolina.

Diante disso, verifica-se a importância dos movimentos sociais – de resistência – para a resolução de conflitos em torno de uma questão como essa do parque, que envolve uma série de interesses, senão de vários segmentos sociais, de toda a sociedade. Para ilustrar de que tipo de cenário se fala, isso remete ao que ocorreu no Acre na década de 80 quando da luta da organização dos seringueiros daquele Estado, capitaneada por Chico Mendes. No caso do PNCM, uma vertente de entendimento reside no fato de que aqueles moradores que estavam mais diretamente envolvidos com a questão da criação estavam inicialmente favor. Entretanto, ao se darem conta de que, por trás da promessa de uma indenização, havia todo um processo burocrático – que envolvia documentos de propriedade de posse da terra inexistentes – a ser paulatinamente superado, mudaram de opinião, de forma contraditória.

No que concerne à questão da indenização, Luciana Maria Fernandes Machado declara:

[...] Nós temos o recurso da compensação da Hidrelétrica de Estreito que nos foi destinado no momento do licenciamento. Foram R\$ 4.000.000,00, mas o recurso como um todo era da ordem de R\$ 9.000.000,00. O Ministério Público Estadual questionou a destinação desse recurso porque achou que era pouco. Pois o parque, até na zona de influência direta do empreendimento, quase até o limite do parque, pelo nível de água, aumentou. E até hoje esse recurso está emperrado na justiça e o mesmo era justamente para o plano de manejo e para as primeiras indenizações. (informação verbal)¹⁶⁰.

Nesse sentido, a tomar por base depoimentos como o acima descrito, a situação fundiária do parque vai se protelar no sentido de uma resolução definitiva, dado que são muitas variáveis em torno da questão. Contudo, para o ex-Secretário Municipal de Turismo de Carolina (informação verbal), cerca de 90 % do parque está dentro desse município e uma pequena parte em Estreito e Riachão. Assim, isso vai ter um impacto econômico muito grande na cidade de Carolina, pois para o gestor

[...] o sertanejo¹⁶¹ se vê num conflito porque às vezes as políticas públicas não vão chegar lá e ele vem para a cidade, para a periferia, pois são pessoas de pequenas posses; vai inchar a cidade e aí vai ser necessário termos mais estrutura, mais escola, mais saúde. Então, o município, nesse caso, vai ser impactado pelo parque e nesse aspecto então o governo não resolve a questão da demarcação, das indenizações; as pessoas fazem negócios, pois vendem um pedaço de terra, mas sabem que não

¹⁶⁰ Ex-chefe do PNCM.

¹⁶¹ Os autores Diegues; Arruda (2001) propõem a descrição dos grupos de populações tradicionais “Os sertanejos e vaqueiros ocupam a orla descontínua do Agreste e avançam nas áreas semi-áridas das caatingas. Penetrando no Brasil central, atingem campos cerrados que se estendem por milhares de quilômetros quadrados. No Agreste, depois nas caatingas, e por fim nos cerrados, os sertanejos desenvolveram economia pastoril associada à produção açucareira para o fornecimento de carne, couro e bois de serviço. As atividades pastoris, nas condições climáticas dos sertões, cobertos de pastos pobres e com extensas áreas sujeitas a secas periódicas, conformaram não só a vida, mas também a própria figura do homem e do gado, que foram penetrando terra adentro, até ocupar, ao fim de três séculos, quase todo o sertão. Diegues; Arruda(2001, p.50).

podem. São situações que tendem só a se agravar. Então, enquanto o governo federal não fizer o pagamento da indenização, a demarcação, o plano de manejo, porque os parques são assim, criados alheios à vontade dos moradores, e quando um parque ainda é no papel. Como pode ser uma questão de prioridade para o governo federal de criar uma área de 160 mil hectares e colocar três funcionários? Inclusive nós cedemos uma sala lá no prédio da prefeitura para eles ficarem e até hoje eles nunca saíram lá, para um prédio próprio do ICMBIO. Me preocupa como é que o governo federal vai fazer essa política pública sem assistência, as pessoas ficam relegadas a segundo plano, pois envolve famílias e essas famílias são em número de 300. São situações que envolvem mesmo coisa como foi a barragem de Estreito, que teve-se que desalojar pessoas que estavam ali há 100 anos, de três, quatro gerações, é a mesma coisa aqui. (informação verbal)¹⁶².

De fato, são preocupantes as declarações do informante, no que tange a uma possível migração, que vai causar transtornos estruturais na cidade, pois esta não está preparada para receber esses trãnsfugas, além de todos os problemas que advirão de ordem econômica e social, principalmente. É um quadro típico de anunciação de uma exclusão social, que historicamente vem acontecendo em vários recantos do país, vide o PARNAMAZONIA.

Foram priorizadas, no ano de 2007, áreas para regularização, segundo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, (2012):

a) propriedades junto às cachoeiras São Romão e Prata, do rio Farinha, por estarem estarem sofrendo pressão turística, como também a exploração sem controle dessa atividade pelos proprietários, que as utilizam de forma comercial por mais de 15 anos.

b) áreas de posseiros, conhecidos como “labigós”, situadas na chapada do ribeirão Gavião, devido à prática da caça de subsistência e da utilização do fogo de modo não racional, o que vem causando impactos na área.

c) áreas de latifúndio, empregadas como pastagem de gado por grandes criadores, os quais cultivam espécies exóticas e utilizam o fogo para a renovação do pasto.

A partir dessas informações, pode-se inferir que são muitos os complicadores para uma solução imediata que venha atender aos interesses de todos.

Ademais, segundo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (2012), o reduzido quadro técnico do PNCM, que conta com apenas três analistas ambientais, se constitui um problema no que se refere à situação fundiária e à “consolidação territorial”, desta, que exigem, por sua vez, estudos e pesquisas de campo com sérios detalhamentos.

No quesito uso e ocupação do solo, uma parte significativa da população do PNCM, bem como das áreas de entorno, é constituída de famílias de pequenos agricultores. Estes usam a terra para cultivo de subsistência e não recorrem a recursos tecnológicos para a limpeza da área, controle de pragas e renovação da pastagem. Há também um número menor

¹⁶² Anildo Araújo dos Santos.

de grandes criadores de gados que, a exemplo dos que praticam a agricultura familiar, preferem o uso de técnicas rudimentares para o cultivo e colheita da terra ao invés de uso de maquinário agrícola (INSTITUTO CHICO MENDES MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, 2012). A utilização de recursos rudimentares, como o fogo para a renovação de áreas de pastagem, tem sido um dos maiores causadores de incêndios que ocorrem no PNCM.

Os dados referentes ao ano de 2009, que se remetem à utilização do fogo para cultivo e renovação de pastagem, demonstram que 92% dos agricultores do parque usam desse expediente (INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, 2012). A ocupação é caracterizada por grandes vazios, tendo seus principais pontos de povoamento fora dos limites do parque. Apesar de esses pequenos e dispersos centros ficarem fora do parque – zona de amortecimento –, um contingente grande, dentre esses que moram nessas áreas, tem a parte maior de suas terras no interior do PNCM, como, por exemplo, as comunidades Riacho Fundo, Vão, Canto do Porto e Buritirana.

Segundo o depoimento de João Dias Carvalho (informação verbal)¹⁶³, proprietário da fazenda Palmeirinha (Fotografias 73 e 74), em Riacho Fundo, a criação do parque praticamente não modificou em nada sua vida. Ele continua a criar seu gado, a comercializá-lo e a fazer roças de milho, arroz, feijão, fava, mandioca, além de criar galinhas. Para melhor esclarecer esse distanciamento da comunidade local com relação ao turismo que é praticado no PNCM, é interessante atentar-se à declaração desse informante, que é significativa: “Nunca encostaram aqui para conversar. Eu não sei do movimento desses turistas aí no parque”. Apesar da referida propriedade cruzar o caminho de acesso aos atrativos naturais do parque, não se compreende porque não utilizar esse ponto, que pode oferecer descanso e alimentação como referência logística para o turismo, já que, para se chegar a determinados atrativos, demora-se cerca de três horas.

¹⁶³ Morador do parque há 8 anos, criado na região.

Fotografia 73 - Família de João Dias Carvalho, Riacho Fundo



Fonte: Monica Araújo, 2012.

Fotografia 74 - Aspectos da Fazenda Palmeirinha e do Cerrado



Fonte: Monica Araújo, 2012.

A energia elétrica, esta até bem pouco tempo, só era possível por meio de geradores ou placas solares. No entanto, apenas umas poucas residências faziam uso desses recursos. Em 2011, segundo o Instituto Chico Mendes Mendes de Conservação da Biodiversidade (2012), é autorizada a instalação do Projeto Luz para Todos nas residências localizadas no interior do parque, por meio de um parecer favorável da Procuradoria Federal Especializada do ICMBIO (Parecer nº 0185/2011AGU/PGF/PFE-ICMBIO).

Ao se retomar a questão da formação do conselho, o representante¹⁶⁴ do governo municipal atual afirma que participou, no entanto tece sérias críticas à falta de planejamento na criação do parque. Diz que este nasceu sem dotação orçamentária, sem previsão de

¹⁶⁴ Representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo de Carolina.

elaboração de plano de manejo e sem contabilização dos recursos para eventuais indenizações daqueles que vão ter que sair dos limites do parque.

Com relação à fala de mais um conselheiro¹⁶⁵, nota-se, de modo articulado por parte dele, o próprio o significado da função de um conselho, que ele deveria antes de tudo pensar como participante de um conjunto de membros com foco nas questões amplas do parque, inclusive de maneira consultiva, o que ele parece não entender. Veja-se um fragmento do seu discurso:

[...] a gente não pode criar leis lá dentro, se a gente quiser executar alguma ação lá, nós temos que consultar as leis do Parque para saber se concede ou não.[...] É bom porque a gente tá lutando pelo direito do pessoal que está lá dentro[...]. (informação verbal).

Embora o informante tenha participado das discussões iniciais, sido inclusive capacitado, demonstra não compreender a importância dessa instância de discussão para o devir do PNCM.

Segundo o ex-presidente¹⁶⁶ do STTR de Carolina, essa entidade participou da criação do conselho, e diz que foi

[...] teve uma discussão grande. Houve a questão das parcerias, quem fazia parte do conselho. Nesse tempo o CESTE tava junto, um bom número de participantes; a única prefeitura que não participou foi a de Riachão; mas as outras todas participaram, a de Estreito, Carolina, e Balsas. (informação verbal).

Para complementar essa fala, utiliza-se um fragmento do discurso de outra informante¹⁶⁷, também do sindicato:

teve uma ambição no início, eu não sei o que o povo enxergava; ou enxergava que ia ter dinheiro, e foi um negócio. Queriam deixar alguma entidade de fora, então o sindicato teve aquela rejeição de algumas entidades que se acham mais elevadas; aí a prefeitura quis fechar o quadro, mas lá não foi assim, não; cada entidade tinha sua cadeira. (informação verbal).

E mais, no caso da primeira reunião do conselho, a informante acrescenta que foram discutidas as questões referentes as leis do parque, seu funcionamento, o processo em que se encontravam especificamente as indenizações. Além disso, os participantes tiveram a oportunidade de conhecer o parque em si, isto é, parte de seus atrativos naturais. E vai enfatizar ainda que o ICMBIO explicou que o conselho era apenas consultivo. No entanto, seus membros poderiam lançar propostas com o objetivo de contribuir para a gestão do parque.

¹⁶⁵ Hilton César da Silva Bezerra.

¹⁶⁶ Raimundo da Rocha.

¹⁶⁷ Margareth Thatia Medeiros da Rocha.

Uma outra entidade que participou desde o início da criação do conselho foi a CTI, que, antes mesmo da presença do ICMBIO em Carolina, já acompanhava as discussões sobre a criação do parque. Sua presença no conselho, segundo o seu representante¹⁶⁸³, foi de fundamental importância, pois ela tem uma marca de participação em conservação e preservação da biodiversidade não só na região, como também em todo o Brasil. Nas discussões, foi de modo veemente contra a participação de empresas privadas, embora não tenha definido atores. Ainda acrescenta que o conjunto dos atores sociais participantes praticamente concedeu ao ICMBIO o lugar de protagonista nas articulações, como bem se expressa:

Quando o ICMBIO chegou com os primeiros colaboradores, esse trabalho começou a ser feito. O que avalio é que primeiro houve a necessidade de se conhecer o parque, as pessoas que lá estavam e se começar a avaliar o impacto dessa UC para a biodiversidade e para as pessoas que estavam lá dentro. Paralelo a isso, o ICMBIO assumiu de fato a função dele, que é o protagonismo de puxar essa discussão.[...] então, eu até faço uma observação que não foi a partir desse segundo momento tão ativo como foi no começo, deixou com que o ICMBIO puxasse e protagonizasse essa articulação, todo esse processo de mobilização; a gente não acompanhou essa mobilização, a gente deu um pitaco, estávamos presentes, mas eu acho que o ICMBIO cumpriu à risca o que a legislação estabelece. (informação verbal).

Pode-se inferir dessa fala um certo “lamento” do informante em não ter acompanhado de maneira mais presente todo esse processo, principalmente após a inserção do ICMBIO; isso, partindo de uma entidade com um histórico de mobilização na região, é muito forte.

Ao ser questionado com relação à demora da instauração do conselho, que se deu em 2013, uma vez que ele foi criado em 2011, o referido entrevistado da CTI alega que isso se deve a uma questão de mobilização e aduz que Carolina historicamente

tem um problema. A sociedade civil dentro do município não tem uma base, uma estrutura muito bem definida. [...] então esse processo de chamar, de mobilizar, de discutir e de conhecer o parque, de saber o que se pretendia de fato, o papel do próprio conselho de como atender as demandas, eu acho que houve no meio do processo questões internas que o ICMBIO teve que resolver, como, por exemplo, a de uso da terra, do povo que está lá, que ainda não foi indenizado, de eles terem acesso a energia, via luz para todos. Essa discussão de sustentabilidade das pessoas que estão ali dentro tomou muito tempo também; então, a junção do que a gente não tinha uma mobilidade social efetiva dentro do município, somada às demandas internas do parque, acho que foi a razão da demora. [...] além disso, havia as dificuldades orçamentárias a nível federal do ICMBIO, FUNAI, INCRA, o que atrasou esse processo. (informação verbal).

Portanto, seriam essas algumas das razões que explicariam, segundo o informante, todo esse processo de demora com relação à instauração do conselho. No entanto, ressalta que além

¹⁶⁸ Mayk Honnie Gomes de Arruda.

dessa desmobilização havia os naturais trâmites do processo.

Para o representante¹⁶⁹ da ACATU, de certo houve alguns diálogos com o ICMBIO com relação à formação do conselho, pois de sua parte havia uma preocupação no que concerne ao controle de entrada e saída de visitantes aos atrativos do parque. É importante ressaltar também que o parque não contava à época com seu plano de manejo, o que ainda não existe. Afirma ainda que muitas entidades, privadas ou públicas, foram convidadas pelo ICMBIO a participarem do Conselho, mas o CESTE declinou do convite, fato sobre o qual o informante não tece maiores esclarecimentos. No mais, destaca-se de sua fala a falta de recursos para se executarem planejamentos no PNCM.

Em entrevista ao CESTE, um representante¹⁷⁰ informou que ignorava os motivos da não participação dessa empresa no referido conselho do parque, o que é sobretudo estranho devido ao fato de o consórcio ter grande importância na região. No entanto, foi constatado que esse grupo empresarial empreendeu um programa de turismo com a finalidade de construir praias artificiais permanentes nas margens do reservatório e de rios tributários, de certo modo para compensar as praias originais que foram inundadas, lugares em que a população costumava ir para lazer. Entretanto, esses espaços não foram aceitos pelas comunidades locais, em função de não estarem acostumadas com águas paradas, o que era muito diferente das praias originais, onde havia um certo movimento ondular de suas águas. A entrevistada complementa essa informação:

O CESTE está trabalhando situações de engenharia de modo a rever este quadro para que se consiga que as comunidades de fato usufruam daquele espaço. O programa de turismo continua em andamento para posterior monitoramento, que avaliará seus resultados, indicando a sua finalização ou não. (informação verbal).

O fato é que, com a inundação das praias originais, onde as pessoas se divertiam, inclusive sem pagar ingresso, houve um corte antropológico na cultura local, uma ferida que ficou aberta, e talvez se torne difícil, com a introdução desse “novo espaço de lazer”, fechá-la, conquistar a população.

Ao entrevistar Bruno Ramoele de Oliveira de Sousa¹⁷¹, ele comenta que na verdade não entendia a importância de sua participação no conselho, pois sugestões eram sempre barradas, como se tudo que diz respeito ao parque já estivesse sido decidido e não passível de mudança,

¹⁶⁹ Vilmar Dilberti Lieber.

¹⁷⁰ Lorena da Silva Durão, socióloga, gerente de projetos sociais; participou também da entrevista a sra. Sirlene Neto de Andrade, pedagoga, analista de projetos econômicos.

¹⁷¹ Representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Estreito, 33 anos, formado em Direito e Filosofia.

principalmente com relação aos residentes no espaço da UC. Observe-se o seguinte trecho:

[...] toda questão que nós tínhamos para fazer sugestões, que fossem benéficas à população local, sempre tinha uma barreira. No meu ponto de vista, aquilo já está tudo escrito e definido, e a gente tá servindo de besta ali [...] o que acontece, por curiosidade nós fomos conversar com o pessoal que era representante dos moradores, que realmente está sendo afetado. [...] o pessoal de lá é muito leigo; eles não sabiam o que é, para que serve; muitos perguntavam lá: e aí, a polícia vai tirar a gente? Vai dar tempo de tirar nossas coisas? O que acontece, eu vejo que não houve, como eles mesmos falaram, uma audiência pública para saber se era bom ou não. Foi uma coisa que foi instituída de cima pra baixo, e pronto. (informação verbal).

Sem fugir ao comentário do informante, é importante enfatizar que hoje uma das maiores preocupações com relação à criação de UC não é apenas a proteção daquela biodiversidade, mas as conexões desta com as populações humanas que convivem na mesma área, uma vez essas UC são criadas em áreas habitadas. Portanto, é louvável a inquietação com o presente-futuro desses moradores, independente de interesses que estejam por trás de sua fala.

Para a moradora e representante da Comunidade da Estiva¹⁷², embora tenha participado das reuniões de mobilização para a formação do conselho, via ICMBIO, a ideia de ser conselheira parece que não se lhe ajusta muito bem, que esse papel ainda não foi bem internalizado por ela. Vejam-se os seguintes fragmentos de fala:

A primeira participação, que foi numa reunião na casa do meu cunhado, que é dentro da nossa propriedade, com a Luciana, o Paulo e o João. [...] e então feita uma votação para escolher conselheiros; eu inclusive não queria porque eu não estava preparada para esse tipo de coisa; mas eles foram atrás de mim e do meu cunhado, o Waldemar; aí eu fiquei de conselheira e ele de suplente. [...] Depois, teve a posse do conselho com entrega de certificado na Cachoeira da Prata. Então eu entrei nessa coisa sem nem entender, mas eles diziam que era importante o pessoal do parque participar e entrar no conselho; nós ficamos dentro do parque, então nós tínhamos a oportunidade de participar de alguma coisa, de ficar por dentro do que está acontecendo. [...] eles disseram que agora nós já estamos dentro não tem como fugir. (informação verbal).

Pelo depoimento da entrevistada, principalmente no trecho final, quando diz que “não tem como fugir”, fica-se a imaginar o estado de confusão em que se encontra a pessoa que é praticamente obrigada a ser conselheira da gestão de um parque e ao mesmo tempo saber que, mais dia, menos dia, terá que abandonar sua terra, que está dentro dos limites de uma UC.

No rol de entrevistas feitas, sobressai-se uma intervenção da representante¹⁷³ do SEBRAE. Ela contribui com esclarecimentos sobre o processo de capacitação dos conselheiros. Afirma que, durante a mobilização para a posse do conselho, que foi realizada em maio de 2013, os integrantes receberam, por meio de mensagem eletrônica, informações

¹⁷² Maria das Graças da Silva Costa.

¹⁷³ Maria Cecília Salata.

sobre a história da formação do conselho consultivo. E mais, que as instituições e entidades teriam que indicar seus representantes titulares e suplentes.

A referida entrevistada imediata após essa convocação diz que o ICMBIO teve a preocupação de nivelar de modo básico conhecimentos sobre a realidade do parque, justamente pela diversidade em termos de expertise dos atores participantes.

4.4.3 Problemas do PNCM e do entorno: contextos e olhares

Na apresentação que se segue, vai-se discorrer sobre os principais problemas que afetam o PNCM e suas implicações para a governança ambiental. Isso será baseado principalmente na série de entrevistas que foi empreendida por essa autora, em um quadro de interlocutores representantes da comunidade e de instituições públicas e entidades privadas que, de um modo ou de outro, está envolvido com a questão do parque.

As principais causas de conflitos¹⁷⁴ e conflitos e/ou pressões ambientais existentes no PNCM decorrem das relações homem-natureza e comunidades locais-entidades governamentais, e são os seguintes, conforme o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (2012):

a) Ocupação irregular/invasão: diz respeito à ocorrência de novas ocupações. Por exemplo, alguns moradores abandonam a localidade por um certo período de tempo e retornam depois para utilizá-la na agricultura ou retomá-la como herdeiros. Há casos de pessoas que moram em outras regiões e só de tempos em tempos fazem uso da moradia.

b) Turismo desordenado: restringe-se quase que completamente à visitação das cachoeiras Prata e São Romão. Os moradores das localidades próximas a essas acabam por se beneficiar financeiramente, por cobrar taxas de visitação e prestar serviços de alimentação e hospedagem, mas sem oferecer o mínimo de estrutura básica de controle aos impactos causados pelos serviços oferecidos e pelas visitações. Além desses aspectos, o acesso às cachoeiras e a outras localidades do parque representa por si só um impacto ambiental, uma vez que o solo é frágil, portanto sujeito a erosão.

c) Desmatamento: ocorre no entorno do PNCM, motivado pela exploração dos

¹⁷⁴ A UC estabeleceu algumas restrições de uso de recursos naturais, mesmo considerando o baixo impacto provocado pelas populações residentes nos limites do parque e seu entorno (conforme Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2012).

recursos naturais e pelo comércio das chamadas “madeiras brancas – de brejo”: camaçari (*Caraipa sp.*), merim (*Humiria sp.*), canjirana (*Cabranea sp.*) e amarelão (*Apuleia sp.*). Além dessas, outras como o jatobá (*Hymenaea sp.*) e o ipê (*Tabebuia sp.*) são bastante exploradas dada sua qualidade para a construção civil. A aroeira (*Astronium sp.*) é outra espécie bastante explorada para a construção de cercados e currais.

d) Caça e Pesca: ocorrem tanto na modalidade de subsistência como na profissional, e esta última é mais perniciosa por se dar geralmente em larga escala e por utilizar recursos tecnológicos.

e) Uso de Área de Preservação Permanente (APP): a baixa vocação para a agricultura da maior parte dos solos do interior do PNCM leva as pessoas que vivem de culturas de subsistência a explorarem as APP, localizadas tanto em matas ciliares quanto em áreas acidentadas. Essas áreas são selecionadas dado o seu potencial grande de material orgânico. Uma das práticas mais usuais na região é a chamada roça de topo, pois é feita por um número considerável de famílias que a praticam no interior do parque.

f) Espécies exóticas: as práticas pecuárias que utilizam o uso do fogo para nova pastagem, além de facilitarem o risco de incêndio, representam a substituição da vegetação natural da região e das espécies, muitas das quais exóticas. Além desses preocupantes aspectos, estima-se que em cada residência exista pelo menos cão e gato, além de aves, equinos e caprinos criados para consumo próprio. Assim, a coexistência desses animais domésticos com a fauna selvagem propicia a fácil proliferação de doenças e a depredação ambiental. Ressalta-se que, entre as espécies utilizadas, a banana é a principal ameaça ao cimo das serras onde de hábito são cultivadas.

g) Uso de fogo: a utilização do fogo para a renovação de pastagem é um dos problemas mais graves nas áreas do PNCM e seu entorno, e acontece, sobretudo, em setembro.

Ao observarem todos esses agravantes decorrentes da ação antrópica na região, apesar dos esforços que estão sendo empreendidos pelo ICMBIO, os quais serão abordados a seguir, é fundamental que, além de um trabalho de conscientização juntos às comunidades, haja também operações sistemáticas de fiscalização.

4.4.3.1 Alguns dados sobre a ocorrência de incêndios

Segundo dados coletados com a detecção de focos de calor feita por satélites, nota-se que a ocorrência de incêndios na região se dá em toda a época de estiagem, que vai de maio a setembro, e se manifesta com maior intensidade nos dois últimos meses desse período.

A conhecer os usos que a população faz do fogo, especialmente o relacionado às práticas pecuárias, sugere-se que sejam realizados serviços de brigada na região, para colocar em prática atividade não apenas de combate ao incêndio, mas também à formação de equipes de controle ao fogo e de grupos voluntários nas comunidades do entorno do PNCM (INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, 2012)

O PNCM passou a figurar na lista das UC que mais apresentaram focos de incêndio. Foram 558 focos, segundo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, (2012), no período compreendido entre os anos de 2007 e 2010, e ficou na 24ª posição, atrás de outras 14 UCs do bioma Cerrado. A mesma fonte informa que, ao fazer uma análise dos focos de calor registrados por satélites entre os anos de 2007 e 2011, os números mais elevados foram: em 2007, o total de 149; em 2010, com 300; e, 2011 com 242. Esses dados podem estar associados às condições climáticas provocadas pelo *El Niño*, que ocorreu nos períodos de 2006-2007 e 2009-2010, o que reduziu as precipitações e, por conseguinte, aumentou os períodos de estiagem, a causar o risco de incêndios florestais.

Foram identificadas pelo ICMBIO quatro zonas de prioridade para prevenção de focos de incêndio, cujos critérios são: “[...] a riqueza biológica, cênica e histórica da região, além da dificuldade de acesso para combate, fragilidade à ocorrência de incêndio e pressão antrópica” (INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, 2012).

a) Região da Serra Grande (Fotografia 75): possui relevos de difícil acesso, incidência grande de material inflamável, constatação de vales, cortados por várias estradas, e variação vetorial grande das correntes de ar;

Fotografia 75 - Panorâmica da região da Serra Grande



Fonte: IBAMA, 2006.

b) Região da Prata (Fotografia 76): vai do povoado Riacho Fundo até a Cachoeira do São Romão e apresenta alta diversidade biológica; é área de nidificação de psitacídeos; primatas e outros animais de porte. Nessa região, situa-se o Morro das Araras, além do Morro das Figuras, com suas inscrições rupestres, bem como duas cachoeiras, que são os principais atrativos turísticos do parque. Encontra-se também a prática da pecuária, da atividade turística e numerosas estradas vicinais;

Fotografia 76 - Vista parcial da fazenda e da Cachoeira da Prata



Fonte: IBAMA, 2006.

c) Região das nascentes do Itapecuru: nesse lugar a presença de nascentes é grande; incêndios, por ocasião da renovação de pastagens naturais, foram constatados e no entorno existem povoados (Canto do Porto, Estiva, Santa Maria dos Ferreiras, Amarelo, São José dos Pereiras e Solta);

d) Gleba de Riachão: topologia acidentada, com vastas regiões serranas que são utilizadas como pastagem sazonal para gado.

Pelo que foi exposto, a ocorrência de incêndios na região do parque é uma questão sobre a qual é necessário se debruçar, a fim de se encontrarem algumas outras soluções que venham minimizar as consequências da incidência de fogo nesse espaço.

A seguir observem-se as principais entrevistas onde foram identificados determinados problemas com relação ao parque. Encontrar-se-ão nelas pontos de vista diferentes, no tocante ao significado de problema para o parque e seu entorno, dos apontados pelo documento citado imediatamente acima.

Para o representante¹⁷⁵ do INCRA, que diz conhecer razoavelmente o parque e seus arredores e a cultura local, o problema mais contundente dessa UC é a falta de recursos para financiar a indenização das terras que serão desocupadas pelos atuais moradores; e um agravante tangente a isso se refere ao fato de não se saber juridicamente quem é o dono dessa ou daquela terra. Uma outra questão que emerge de sua fala, que se relaciona com as áreas de entorno, e que também tem a sua gravidade, é o avanço do plantio de eucalipto (*Eucalyptus*) em local bem próximo ao parque. Além disso, cita como problema do próprio INCRA a implantação de um assentamento em área próxima também ao parque. Veja o que diz sobre isso:

[...] a Fazenda Ponta da Serra tem proposta de criação de um assentamento com capacidade de aproximadamente 39 famílias; são pessoas ligadas ao movimento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carolina; assim, por ser numa área que tem influência direta com o parque, a gente fez questão de citar essa informação; [...] área que inclusive não tem um potencial muito elevado; então não há como você arriscar criar um assentamento ali próximo, ainda sabendo que as terras ali não oferecem tanto potencial agrícola. (informação verbal).

O entrevistado supracitado, quando se refere a esses problemas, não o faz à toa. Com relação ao plantio de *Eucalyptus*, sabe-se, cientificamente, que florestas artificiais de eucalipto são danosas na convivência com outras espécies locais, e uma das razões dessa UC é preservar a biodiversidade. No que diz respeito à tentativa do INCRA em assentar populações em áreas circunvizinhas ao parque, o que já foi tentado por duas vezes, e, segundo o informante, contrariado por ele próprio, é evidente que isso seria mais uma agravante dentro dos problemas por que passa o parque e seu entorno.

Para Hilton César da Silva Bezerra¹⁷⁶, que diz conhecer bem o parque, pois trabalhou como brigadista, há o problema das queimadas, que acontece todo ano, principalmente

¹⁷⁵ João Pedro Barros Filho.

¹⁷⁶ Presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais Bezerra Morais.

quando entra agosto, período em que fica muito difícil o controle pelas brigadas. Segundo o informante, além disso, o parque sofre pela caça e pesca ilegais. E ainda fala de um problema de ordem econômica que atualmente incide sobre a comunidade local, que é a proibição futura do extrativismo da juçara (*Euterpe edulis*) no entorno do parque, embora ainda se faça a coleta desse fruto. No mais, continua sem resolução o problema da indenização das terras dos moradores do parque e de seu entorno.

Na visão da representante¹⁷⁷ do SEBRAE, que apenas conheceu o parque em decorrência da visita que fez durante a posse do conselho consultivo, além de ter estado em algumas comunidades do entorno, a posse da terra é o problema mais emergente. E vai ressaltar, na perspectiva do turismo, como administrar os atrativos do parque, especificamente as cachoeiras de São Romão e da Prata. Isso a preocupa, pois, para se ter acesso a essas quedas d'água, paga-se uma taxa de visitação. Mas, na concepção da informante, o problema não para por aí. Há que se atentar também para os fatores alimentação e segurança das pessoas que frequentam esses estabelecimentos. Eis um trecho de seu depoimento:

[...] me preocupa a partir do momento que a visitação da cachoeira é um negócio. Várias normas incidem sobre essa atividade, e eu não sei até que ponto, aliás eu sei, esse pessoal está preparado ou não para receber os visitantes, oferecer segurança para essas pessoas. Eu acredito que daqui a algum tempo haverá licitação para outras empresas também atuarem e fazerem a gestão desses atrativos. Até que ponto é interessante tirar alguém que já está ali, que tem trabalhado naquela terra e ser preterido por alguém de fora? Mas também será que aquela que está hoje lá vai poder prestar um serviço de qualidade? (informação verbal).

Portanto, ela questiona quem vai ter condições reais de oferecer serviços de qualidade, se quem já está estabelecido lá há muito tempo ou se um empreendedor forasteiro. Para além do foco do parque enquanto negócio, é importante enfatizar a preocupação da informante com a vida do comunitário-empresário.

Para além de ser um parque, estabelecido no mapa da Amazônia legal brasileira, o PNCM é um celeiro de vida social e econômica com ligações das comunidades locais com o espaço exterior ao parque, em uma relação de interdependência em vários níveis. O depoimento a seguir mostra como acontecem as dinâmicas dessas relações, o que de certo modo vai descaracterizar o entendimento que se tem de parque. Assim, segundo Mayk Arruda Gomes Arruda¹⁷⁸, que conhece bem o parque devido ao seu trânsito como funcionário da FRUTA SÃ, o extrativismo do bacuri (*Platonia insignis*) realizado no interior do parque é responsável por 60% da demanda da fábrica por essa fruta, e afirma que os maiores bacurizais

¹⁷⁷ Maria Cecília Salata.

¹⁷⁸ Representante da CTI.

estão dentro dessa UC.

Indagado se essa atividade de extração e venda de bacuris é algo legal, o entrevistado riposta que, pelo parque ainda não ter um plano de manejo nem a questão fundiária não ter sido resolvida, existem instrumentos jurídicos que permitem a exploração sustentável desse fruto pelas famílias locais. E acrescenta que no próprio ICMBIO há uma vertente que defende esse tipo de exploração e outra que é absolutamente contrária a isso. No seu entender, existe por parte do ICMBIO local a preocupação de manter os comunitários dentro do parque, do contrário iriam, caso a extração fosse proibida, abrir área, tomar posse e plantar banana (*Musa spp.*), o que seria um outro problema para o ICMBIO, além do fato de que historicamente esse plantio já se desenvolveu, e é muito complicado conter atualmente o seu avanço.

Ademais, o entrevistado ainda se reporta ao grave problema do escoamento de madeira, e isso tem demandado intensa fiscalização por parte do ICMBIO, o que não acontece em outras áreas. Explica que há

[...] uma incidência muito grande de pequenas serrarias e madeireiras da região, que buscam dentro do parque seu suprimento e, além da madeira para uso geral, se usa muito a vegetação do Cerrado para produção de carvão; a gente tem enfrentado isso na pele em algumas comunidades que a gente visita, que estão no entorno do parque; a gente até trabalha de fornecimento; a gente tem feito um trabalho também de diálogo com eles, porque há pequenas carvoarias em que o pessoal usa muito a reserva de dentro do parque para alimentação disso. E aí o ICMBIO tem feito muitas apreensões, o que é uma coisa interessante; muitas apreensões de madeira foram feitas dentro da área, isso tem gerado problema porque não tem depósito para isso na região; então tem que ficar contando com parceria privada, o que é meio complicado. (informação verbal).

O que se nota desse depoimento é que, apesar de o parque ter sido criado há oito anos, fundamentais problemas que têm origem na ausência de um plano de manejo e de resoluções concretas para a questão fundiária persistem e implicam acúmulo de novos problemas. Essas duas questões são também compartilhadas pelo Secretário de Turismo e Meio ambiente de Carolina¹⁷⁹.

A informante Raimunda Freires da Silva¹⁸⁰ relata que conhece o parque, pois já fez vários passeios turísticos pelo seu interior. E faz uma crítica séria ao ICMBIO quanto ao seu relacionamento com os comunitários que residem no parque ou no entorno, ao ressaltar que essa Instituição procede quase sempre de modo punitivo e nunca educativo, o que ela lastima e compreende que seria importante atentar-se para a cultura local. Concorde que o principal problema é fundiário, mas nas entrelinhas de seu discurso aventa a possibilidade de que

¹⁷⁹ Antônio Lucena Júnior.

¹⁸⁰ Representante do STTR de Carolina.

problemas serem resolvidos caso o ICMBIO tivesse outra visão. É bem explícita nas seguintes palavras:

O principal problema hoje do parque é fundiário, porque o ICMBIO só faz punir, não educa; a gente vem sempre falando pra eles eduquem, depois punam; porque... como é que tu vais tirar a cultura do pessoal que está ali, sertanejos nativos, do dia para noite, dizer que ele não pode mais fazer isso ou aquilo? Acho que a principal questão é essa. (informação verbal).

A entrevistada ainda registra em seu depoimento que a população de Carolina se beneficiou da criação desse parque naquele espaço, apesar do projeto da SUZANO, que era malvisto pela sociedade.

Outra informante¹⁸¹ reforça o que foi dito pela anterior ao enfatizar o pequeno fluxo de informação que chega até a comunidade, tanto no parque quanto no seu entorno, o que acarreta procedimentos equivocados das pessoas quanto ao que pode ou não ser feito nas terras do parque. Por exemplo, fazer uma roça de milho no entorno do parque é proibido. No entanto, às vezes, a informação até chega, mas não é absorvida de maneira inteligível como teria de ser.

O empresário¹⁸² do ramo de turismo afirma conhecer os atrativos do parque e algumas comunidades. Em sua fala, dá destaque à falta de condições infraestruturais para se pensar em um turismo organizado, sobretudo em termos de acesso aos principais chamarizes do parque. Acredita ainda que, por ser bem estruturada essa UC, existe todo um nicho de mercado turístico a ser explorado.

4.4.4 A gestão do parque: o olhar dos conselheiros

Muito embora a gestão do PNCM esteja sob a égide do SNUC com um modelo teoricamente bem definido que pressupõe ações, para dinamizar as atividades no parque, de um gestor, de um conselho consultivo e da participação da sociedade, praticamente sua figura principal, o gestor, fica impedido de desenvolver seu trabalho a contento. Isso se dá, sobretudo, pela falta de um plano de manejo e de dotação orçamentária, sem falar na ausência de um número de servidores para dar conta de suas demandas, que são muitas. A seguir, ver-se-á uma série de resultados de entrevistas que vão dar uma visão ampla do estado de arte da gestão do parque.

As UC são territórios de proteção, conservação e utilização da sociedade, um espaço gerido pela sociedade, participativamente; tem um órgão governamental responsável pela

¹⁸¹ Thaís de Souza Ramos Farias.

¹⁸² Vilmar Dilberti Lieber.

gestão dessas áreas, mas o seu uso direto ou indireto tem que ser feita pela sociedade, cuja participação é fundamental¹⁸³. Portanto, o modelo é esse, e é muito positivo; porque prevê a participação da sociedade nas decisões. Hoje, tem-se a possibilidade de transferir-se a gestão para uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPI); ou melhor, a possibilidade de cessão do governo para a gestão de UC a uma OSCIP, sem perder a perspectiva da participação da sociedade, pois há que se prever a formação de conselho, a publicização de atos e de tomada de decisões¹⁸⁴. No entanto, o informante, na verdade, não responde à pergunta proferida, e apenas contextualiza o que preconiza o que diz o SNUC sobre a gestão de uma UC.

Em relação aos entraves que dificultam a gestão, o referido gestor do parque se reporta em primeiro lugar aos problemas internos do ICMBIO que refletem na falta de infraestrutura adequada, bem como nos precários recursos humanos. Entretanto, apesar das dificuldades, o entrevistado afirma que a gestão tem avançado na capacitação de servidores, de elaboração participativa de planejamento, avaliação, proposição de metas e reavaliação. O ICMBIO tem sido referência com relação a planejamento.

Para exemplificar o que foi dito precedentemente acima pelo representante do ICMBIO, o conselheiro¹⁸⁵ do INCRA enaltece a postura aberta ao diálogo e a transparência dos atuais servidores do órgão gestor do parque, no sentido de esforçar-se para construir uma gestão participativa de fato. E reforça o que disse afirmando que hoje os assuntos demandados são discutidos, em outras palavras, debatidos na mesa do conselho. Todavia reconhece as fragilidades da gestão, indiretamente condicionadas à falta de estrutura não disponibilizada pelo governo federal. Sem se aprofundar, emite o juízo de que só considerará o parque criado quando não houver mais a presença humana em seu interior, o que é degradante com relação ao maior objetivo da UC, que é preservar o meio ambiente daquele espaço natural.

De modo semelhante, o entrevistado¹⁸⁶ do CTI tece considerações tocantes a fatores que são cruciais na gestão do parque. Ressalta que o atual processo de gestão dá importância à participação democrática, aos papéis desempenhados especificamente pelas diversas esferas de poder e ainda exalta a função fiscalizadora e controladora do Estado. Esse conjunto de fatores contribui de modo sinérgico para a satisfação de interesses coletivos. Continua sua análise enfatizando que, apesar de o atual processo de gestão ser positivo, é necessário não perder o senso de que ele é desafiador:

¹⁸³ Paulo Adriano Dias.

¹⁸⁴ Paulo Adriano Dias.

¹⁸⁵ João Pedro Barros Filho.

¹⁸⁶ Mayk Honnie Gomes de Arruda.

Esse formato de gestão tira a frieza do papel, da legislação, e a gente consegue sensibilizar essa história, humanizar esse formato; se a gente fosse cumprir radicalmente a legislação, o ICMBIO ficaria aí multando todo mundo que tem três pés de banana no quintal, e isso é um absurdo. (informação verbal).

Portanto, é fundamental, segundo sua lógica, não perder de vista que tal processo precisa ser também humanizador, muito embora tenha que ter como base de ação uma legislação que quer ser aplicada.

Outra questão levantada pelo entrevistado compreende o conselho do parque como indispensável para a intermediação de interesses com respeito à concepção de uma gestão coletiva. Afirma que lidar com mudanças políticas que acontecem a cada quatro anos é por demais complicado, principalmente no que concerne aos impactos na comunidade local, em níveis social, econômico, como também cultural. Destaca-se este trecho de sua fala por ser esclarecedor: “[...] acho que é do próprio conselho flexibilizar, entender as necessidades locais das pessoas que ali estão, sem também afrouxar muito, porque senão, se piscar o olho, não se tem mais reserva” (informação verbal). Seriam essas suas principais observações.

Os demais entrevistados praticamente repisam as inquietações mais básicas referentes à problemática da gestão, ou seja, a ameaça do fogo, a falta de recursos financeiros e humanos, a necessidade de mais diálogo, a indenização das terras, a constante troca de gestores do parque, a desinformação e a preocupação com o futuro das pessoas moradoras tanto do parque quanto do seu entorno.

É mister se destacarem, no conjunto dessas falas, dois aspectos divisores com relação ao binômio gestão-conselho. Há aqueles que veem essa relação de modo muito “pé no chão”, muito objetivo, de uma maneira muito próxima à realidade local, aquilo que toca muito de perto, como os problemas relacionados ao fogo e à falta de informação. Há o outro grupo que, provavelmente, percebe essas questões concretas pelo nível do discurso colhido, mas, no entanto, faz determinadas abstrações que tangem mais profundamente ao significado de gestão, de governança, tendo um conselho como instrumento.

4.4.5 A realidade do turismo no parque

Neste subitem, apresentar-se-ão os atrativos, bem como os serviços turísticos, que foram visitados e utilizados durante o *survey* e a pesquisa de campo. Foram analisados os atrativos situados no interior do PNCM, e apenas alguns que estão em seu entorno, por serem bastante numerosos¹⁸⁷, o que demandaria um tempo maior no campo. Isso se justifica pelo

¹⁸⁷ Para maiores detalhes sobre os atrativos da região, consultar: SEBRAE. Perfil Sócio-Econômico e Cultural

fato de os que estão dentro do parque serem sobretudo representativos. Assim, essa abordagem vai além de uma simples caracterização, pois, além de recorrer a fontes bibliográficas para desenhar esse quadro, utilizaram-se, também, de algumas informações verbais, que foram de significação ímpar para compô-lo com seus mais importantes elementos.

4.4.5.1 Atrativos e serviços turísticos

O cenário natural da chapada é composto de inúmeras formações geomorfológicas, como as seguintes: morros do Chapéu, do Gavião Preto, das Araras, das Figuras, do Dedo, da Galinha, dos Guardiões e do Tamanduá; serras, como a Grande e a do Portal; praias fluviais, dentre as quais, a de Santa Maria e a ilha dos Botes (informação verbal)¹⁸⁸. O mesmo informante ainda relata cursos d'água, como as lagoas dos Pintos, Grande e a Encantada (que só aparece no verão); rios, dentre os quais: Tocantins, Manoel Alves, Sereno, Itapecuru, Farinha, Lages, Urupuchete, Brejão e Corrente. Além de muitos outros atrativos d'água, como: São Romão, Prata, Santa Bárbara, Pedra Caída, Caverna, Capelão, Pedra Furada, Paredão, Lago Azul, Lagoa Verde, Dodô, Ilia, Mansinha, Porão dos Poços, da Garrafa e do Garrote.

Assim, constata-se a diversidade geomorfológica grande do parque e entornos. É mister ressaltar que não existe mais a praia de Carolina, praia urbana que se constituía no principal espaço de lazer dos carolinenses e visitantes, pois ela foi submersa quando da construção da Usina Hidrelétrica de Estreito, fato esse que trouxe consequências de vários matizes para a cidade e para o turismo. Entretanto, sobre esse tema tratar-se-á depois da pesquisa de campo na localidade.

Quanto aos atrativos situados dentro do parque, por ordem de visitação da autora, têm-se os seguintes:

a) Morro das Araras: situado a 44 quilômetros de Carolina (Fotografia 77), de propriedade particular, o Morro das Araras   de forma o rochosa. Para se chegar ao seu topo, existe uma escada de madeira (Fotografia 78) em condi es precárias, em alguns trechos, o que pode pôr em risco os visitantes desse atrativo. No sopé do morro (Fotografia 79), existe apenas uma r stica cabana para abrigar motocicletas. Do cimo do morro (Fotografia 80),   possível avistar a Garganta do Diabo – depressão do platô –, uma panorâmica da paisagem do

do Município de Carolina-Ma. São Luís, 2005; e Bezerra, G. S. Turismo de aventura em Carolina. Monografia de Gradua o - Curso de Turismo, Universidade Federal do Maranhão, São Luís-Ma, 2005.

¹⁸⁸Informa es concedidas por Wagner Cruz Moreira.

cerrado e duas fazendas, além de se poder presenciar o voo das araras (Fotografia 81), que dá nome ao lugar. O morro é o *habitat* e local de reprodução dessa espécie. Esse atrativo, a exemplo dos outros já mencionados, é falto em sinalização turística.

Fotografia 77 - Trecho de acesso ao “Araras”



Fonte: Monica Araújo, 2012.

Fotografia 78 - Acesso ao Topo



Fonte: Monica Araújo, 2012.

Fotografia 79 - Abrigo no sopé do Morro das Araras



Fonte: Monica Araújo, 2012.

Fotografia 80 - Cimo do Morro das Araras



Fonte: Monica Araújo, 2012.

Fotografia 81 - Voo das araras



Fonte: IBAMA, 2006.

b) Morro das Figuras: localizado a cerca de 47¹⁸⁹ km de Carolina, fica situado em meio a uma região inóspita, com vegetação de médio e pequeno porte e relevos rochosos, no vale do rio Farinha. É possível constatar a ação do fogo na rocha de arenito vermelho-amarelada que se encontra no lugar. Seu nome lhe foi dado pelo fato de encontrarem-se ali gravadas diversas inscrições rupestres – figuras antropomórficas, pegadas humanas e pontilhadas (Fotografia 82) – de antigas tribos que habitavam a região (MARANHÃO, 1993). Ainda não foram catalogadas pelo IPHAN.

Fotografia 82 - Inscrições rupestres, pegadas humanas e pontilhadas



Fonte: Monica Araújo, 2012.

É provável que outras localidades dentro da UC e em seu entorno abriguem sítios arqueológicos, visto que toda essa região foi habitada por povos indígenas antes de as frentes de colonização adentrarem-na, que segundo o INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (2012):

[...] fica claro em relatos históricos como os de Francisco de Paula Ribeiro, alferes e depois capitão do Reino de Portugal, que durante 20 anos, no início do século XIX, percorreu essa região, registrando os aspectos geográficos, étnicos e culturais, fauna e flora dos chamados “Sertões dos Pastos Bons”, um vasto território que

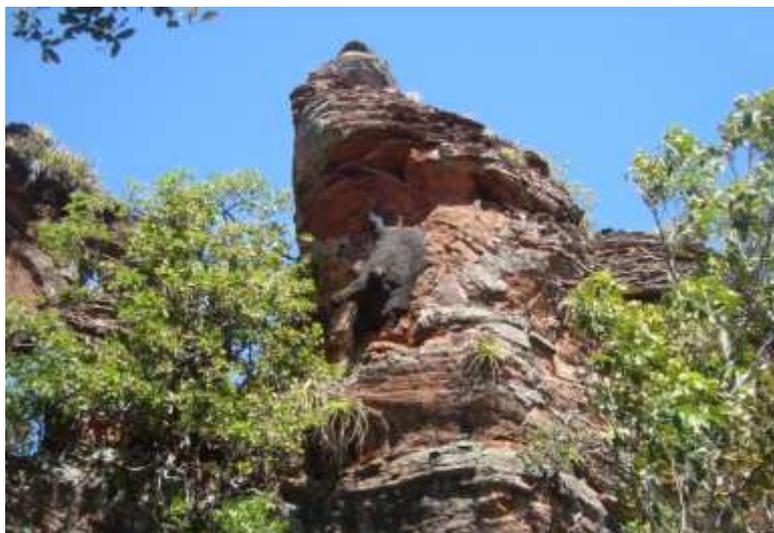
¹⁸⁹ Segundo consta no processo de Tombamento, arquivo do Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão-DPHAP/MA, o Morro das Figuras fica a 2.500 metros da Sede da fazenda Recanto, propriedade de Teresa Silva Teles, que também é dona do Morro das Araras. O Sítio tem como coordenadas geográficas: 7° 0' 24", latitude sul, e 47° 12' 16"; longitude oeste, considerando-se área tombada o círculo que, tendo como centro as referidas coordenadas, possui raio de 100 metros (MARANHÃO, 1993). Esses dois morros foram tombados pelo Patrimônio Histórico do Estado do Maranhão, via Decreto nº 12.956, de 12 de fevereiro de 1993, e publicado no Diário Oficial do Estado do Maranhão no dia 19 de fevereiro de 1993.

compreendia toda a região ao sul do litoral, desde o Parnaíba até o Gurupi. Em 1915, o já então capitão, foi nomeado comissário da Província no processo de estabelecimento de limites com o Goiás. (INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, 2012, p 7-8).

É natural que esse atrativo, além do seu valor turístico, por suas características, possa ser alvo de pesquisas arqueológicas, já que apresenta rastro – inscrições rupestres – de uma cultura antiga da região.

c) Morro do Gavião Preto (Fotografia 83): Situado ao lado do Morro das Figuras, essa formação, além de fisicamente semelhar-se a um gavião, também chama a atenção pelo fato de nela encontrar-se aderido à sua estrutura uma colmeia de abelhas “indígenas”,¹⁹⁰ com esporão atrofiado, denominadas de chupa-boi, com esporão atrofiado, o que significa que não picam. A vegetação local tem predominância do capim-agreste, além de se encontrarem árvores tortas, como piqui (*Caryocar brasiliense Camb*) e barbatimão (*Stryphnodendron barbatimam Mart.*)

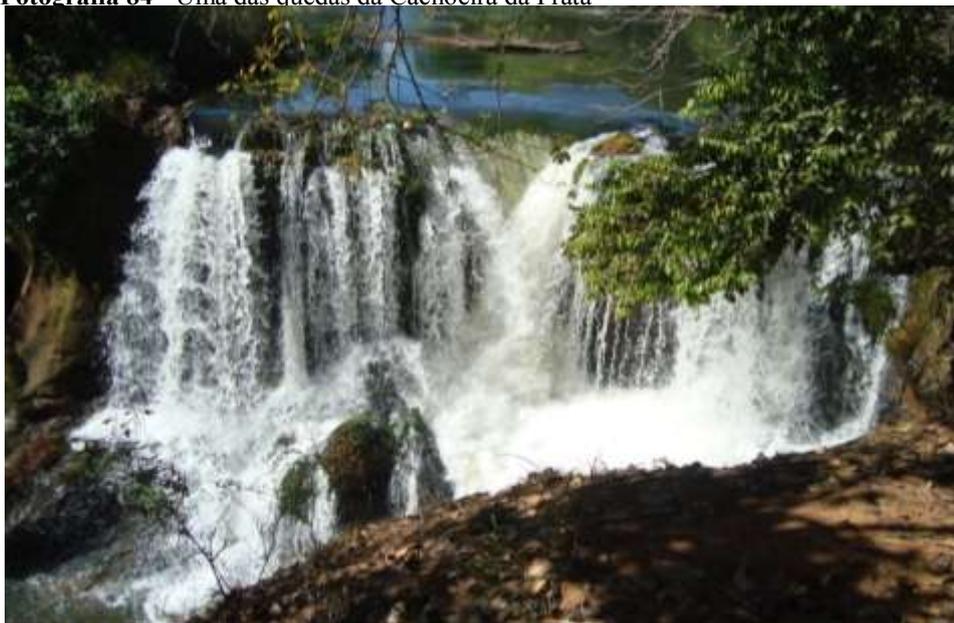
Fotografia 83 - “Gavião Preto” e a colmeia de abelhas “indígenas”



Fonte: Monica Araújo, 2012.

d) Cachoeira da Prata (Fotografia 84): propriedade particular, a fazenda (Fotografia 85) está localizada a 61 km do centro de Carolina, aproximadamente a duas horas. O acesso é feito por estrada pavimentada e por terra, em veículo de tração 4x4. É formada pelas águas do rio Farinha e possui um conjunto de saltos d’água, em número de três, que são próprios para banho e turismo de aventura. O lugar conta com infraestrutura básica de bar, restaurante, área de lazer (Fotografia 86) e acomodação para receber os visitantes, aos quais é cobrada uma taxa ambiental.

¹⁹⁰ Informação verbal prestadora por Wagner Cruz Moreira.

Fotografia 84 - Uma das quedas da Cachoeira da Prata

Fonte: Monica Araújo, 2012.

Fotografia 85 - Entrada para a Cachoeira da Prata

Fonte: Monica Araújo, 2012.

Fotografia 86 - Área de lazer da fazenda

Fonte: Monica Araújo, 2012.

Segundo Deisivan da Silva Carneiro (informação verbal)¹⁹¹, a principal atividade da fazenda Cachoeira da Prata, terra de herança familiar, é o turismo, praticado há doze anos pelos donos. Além da atividade turística, a fazenda vive de uma economia de subsistência, em que se destaca o cultivo da mandioca, arroz, milho e banana. Com relação aos visitantes, embora não haja nenhum registro para que se possa balizar-se, conforme o informante a frequência deles é boa, principalmente nos meses de julho, dezembro e janeiro. Alguns fazem a visita individualmente, mas, na maioria das vezes, ela é feita em grupo. Normalmente as pessoas vêm passar o dia e, com menos frequência vem para acampar, dormir ou até passar

¹⁹¹ Deisivan da Silva Carneiro, lavrador, proprietário da fazenda Cachoeira da Prata.

dois dias.

Segundo o depoente, “Eles gostam e saem satisfeitos” (informação verbal)¹⁹². Desse modo, abstrai-se do que foi relatado, sob o ponto de vista do pequeno empresário, que o turismo na fazenda é satisfatório. No entanto, observou-se que com relação à infraestrutura carece, por exemplo, de melhorias e reparos nos compartimentos da casa – quarto, cozinha, banheiro –, no acondicionamento dos alimentos, no atendimento ao visitante, numa melhor valorização pecuniária quanto ao que é oferecido – exorbitância nos preços. Assim, espera-se que um empreendimento turístico tenha no mínimo as condições básicas para o seu funcionamento, no qual o visitante se sinta confortável e seguro na maioria dos aspectos citados.

A respeito da criação do parque, o informante¹⁹³ declarou que os moradores foram alijados desse processo: “[...] a gente não participou da criação, a gente foi pego assim tipo de surpresa”; eles não sabem o que pode acontecer, já que “[...] uns dizem que é pra sair todo mundo, e aí ninguém sabe como é que vai ser, dizem que vão pagar indenização ainda, mas ninguém sabe ainda quando vai acontecer”(informação verbal). A partir dessa informação, depreende-se que os moradores do parque não foram ouvidos, o que denota uma certa arbitrariedade das autoridades federais.

e) Cachoeira de São Romão (Fotografia 87): também de propriedade privada, a fazenda São Jorge dista 80 km de Carolina, no vale do rio Farinha; São Romão, com um salto de 25 metros, tem por trás de sua parede d’água os Andorinhões do Cerrado (Fotografias 88 e 89). A via de acesso é feita por estrada pavimentada e por terra, mediante carros de tração 4X4. Possui infraestrutura turística, como bar, restaurante, redário e acomodação improvisada. Como a Cachoeira da Prata, o local também é indicado para a prática do turismo de aventura, e também se paga uma taxa ambiental.

¹⁹² Deisivan da Silva Carneiro.

¹⁹³ Deisivan da Silva Carneiro.

Fotografia 87 - Cachoeira de São Romão



Fonte: Monica Araújo, 2012.

Fotografia 88 - Paredão de musgo, atrás da queda d'água



Fonte: Monica Araújo, 2012.

Fotografia 89 - Esterco dos Andorinhões do Cerrado



Fonte: Monica Araújo, 2012.

É importante se fazer uma observação, por uma questão de segurança: da entrada até à cachoeira tem-se que passar por um caminho (Fotografias 90 e 91) empedrado, irregular, escorregadio e íngreme com muito cuidado. Para orientar o visitante, existem placas sobre preservação ambiental e de advertência.

Fotografia 90 - Trilha de acesso a São Romão



Fonte: Monica Araújo, 2012.

Fotografia 91 - Trilha (trecho)



Fonte: Monica Araújo, 2012.

De acordo com informação verbal¹⁹⁴, o empreendimento (Fotografias 92 e 93) tem uns dez anos e recebe visitantes da região, de São Paulo, do Rio de Janeiro e até do exterior. Os pacotes turísticos são comercializados pelas agências de receptivo local e nacional. A fazenda, segundo o informante,

[...] “vive” de turismo, tem uma fazenda nossa que a gente cria umas vaquinhas pouquinho, planta roça, cria galinha, porco; a gente não vive praticamente só disso, mas hoje tá sendo a fonte de renda bem positiva. É, a gente tá investindo mesmo no turismo, que tá crescendo na região. (informação verbal).

Ainda segundo o informante, ele próprio sabe que é preciso melhorar a estrutura, principalmente de acomodação – construção de chalés – e alimentação, mas se vê impedido por conta da legislação vigente.

¹⁹⁴ Geovane da Costa Spíndola, um dos proprietários da fazenda São Jorge, de 454 hectares.

Fotografia 92 - Bar e restaurante da fazenda

Fonte: Monica Araújo, 2012.

Fotografia 93 - Redário

Fonte: Monica Araújo, 2012.

Com relação à situação fundiária, o informante¹⁹⁵ declarou o seguinte:

Olha, é meio complicado: a gente é a favor da preservação, mas você sabe: a gente não concorda de como a lei do parque funciona, porque, sabe, tem o processo de desapropriação e tudo, aí a gente fica meio preocupado porque não sabe como funciona a lei; aí a gente sabe hoje, se eu falar pra você que pra nós por um lado o parque é bom, porque a questão do turismo, o parque incentiva o turismo, mas por outro lado, pra subsistência, já complica porque a gente sobrevive daqui; a minha família vem de geração, vem passando de pai pra filho, somos famílias centenárias que moram aqui. Então, não tem sentido o governo criar um parque e querer desapropriar a gente daqui, coisas que tem esse lado ruim. Mas o parque é bom, mas pra nós não é bom, inclusive tem um movimento criado em questão disso mesmo, juntou todas as famílias tradicionais, aí a gente já foi para Brasília, debatemos com a ministra já sobre a nossa permanência aqui e estamos aí esperando uma resposta do o governo pra ver o que vai fazer com a gente. (informação verbal).

Caso a lei os obriga a ser retirar da área, o informante afirmou o que segue:

[...] se a lei foi cumprida, eles vão ter que tirar muita gente daqui, só se for na base naquela coisa, na base do 38, porque aqui todo mundo, não é só eu que fala, todo mundo fala numa boca só, a maioria das famílias, todos falam isso, a gente não tem plano de sair daqui. O governo tem que ter uma solução pra nós, que nós não vamos abrir mão disso aqui por nada nesse mundo. (informação verbal).

Diante desse quadro, fica patente que o imbróglgio está criado, os moradores do parque se sentem no direito, por diversas razões apontadas, de continuarem residindo e tocando a sua vida no local e por isso, são afirmativos em não saírem da área. Apesar do incisivo discurso do informante, não se pode no momento afirmar que esse pensamento é compartilhado por outros moradores, uma vez que não se pôde averiguar melhor essa situação. No entanto, não

¹⁹⁵ Geovane da Costa Spíndola.

se pode negar que esse quadro conflituoso não exista. Em diversas ocasiões e com diferentes atores, esse conflito foi expresso nos meios de comunicação. Enfim, o “falatório” é geral na cidade e no parque.

Quanto à atuação do ICMBIO no parque, o informante se restringe a dizer que o instituto [...] está fazendo o trabalho deles; aí eles estão com a brigada de incêndio apagando o fogo, e pra nós é bom também, a presença deles evita que o fogo se alastre. Então, por esse lado é bom, a gente tem boa relação com eles; no começo teve aí uns problemas, mas hoje a gente se dá bem” (informação verbal)¹⁹⁶. Abstrai-se, assim, que o “nó” da questão não foi desatado. Porque a questão fundamental, que diz respeito à relação entre o parque e os moradores, passa longe dos problemas de incêndio no Cerrado.

No que respeita à capacitação profissional para o turismo, o declarante informou que ele passou por um curso básico de monitor, oferecido pelo SEBRAE, mas que, segundo a sua visão, está ainda a desejar, pois há necessidade de muito mais cursos de qualificação para a atividade turística.

No que tocante à perspectiva com relação ao turismo, o informante diz:

Eu acredito que vá aumentar, mas a gente, eu mesmo estou apostando tudo. Morei fora, estudei fora, voltei apostando nisso aí; eu acredito que vá aumentar por causa da questão do Parque, a gente sabe que incentiva muito. A questão pra nós aqui é o que eu falei: é a questão da desapropriação, inclusive tem um projeto de lei, tá lá com a ministra, tem um acordo feito pra reduzir 30 mil hectares e colocar essas famílias nesses 30 mil hectares para não ter que remover essas famílias, vai levar daqui para o município de Riachão, que tem uma área deserta, aí o Parque não vai diminuir, na verdade ele só vai mudar de lugar; 30 mil hectares, esse projeto já está na Câmara dos Deputados em Brasília, aí a ministra já com as medidas provisórias que saíram agora, redução da unidade de conservação; aí incluiu a Chapada das Mesas, tá esperando desmembrar os 30 mil e jogar pro outro município ainda. (informação verbal).

Verifica-se aí a sinalização de uma medida de solução para o conflito estabelecido. No entanto, não se podem ainda dimensionar suas consequências nem para o parque nem para os moradores nem para o turismo.

Ressalta-se ainda que o informante, a respeito do turismo, tem o seguinte posicionamento:

[...] hoje a gente sabe que o turismo na Chapada das Mesas diminui por causa da barragem de Estreito; ela causou um impacto muito grande, fortíssimo, tanto na área social como do pessoal envolvido com turismo, também porque acabou as praias de Carolina, de Estreito, que era uma coisa que atraía turista de fora; essa temporada aqui era pra tá cheio, hoje num tá porque as praias acabaram, e hoje só tem os atrativos que não são muitos, não dá pra atender o fluxo; para você crescer mesmo,

¹⁹⁶ Geovane da Costa Spíndola.

acredito que hoje a prefeitura tem que incentivar mais, tentar atrair mais turista pra cá e qualificar o pessoal da região através do SEBRAE mesmo, para que o turista retorne, investir mais nessa área. Atualmente o prefeito do município não tem muita vocação pra isso, ele não fez nada nessa área aí de turismo. A Chapada das Mesas na região do sul do Maranhão, o turismo tá meio precário por conta da administração. (informação verbal).

Diante desse discurso, observa-se, como consequências oriundas da implantação da UHE, o “sumiço” da praia de Carolina, que já foi abordada anteriormente, a ausência de qualificação no âmbito do turismo local necessita e o descaso das autoridades competentes para com a atividade turística.

Apesar de todos esses atrativos presentes no PNCM instigarem o olhar pela sua beleza natural, fica demonstrado que, para o visitante chegar até eles, tem que passar por alguns obstáculos que seriam normalmente transpostos, se houvesse um plano de manejo que realmente condissesse com a realidade local.

Nesse sentido, é imprescindível destacar os entendimentos de Anildo Araújo dos Santos¹⁹⁷ sobre a realização de um trabalho integrado que envolva os municípios de Carolina, Estreito e Riachão. Alega o informante a necessidade de os gestores estarem imbuídos de uma só política, talvez um consórcio, pois temos “[...] uma grande demanda e nunca tivemos resposta, que é a sinalização turística. Todos os anos, inscrevemos a demanda no Ministério do Turismo (MINTUR) – e nunca nos atenderam” (informação verbal). De fato, a declaração é pertinente.

Entretanto, pelo que foi colocado, até o presente momento não há ainda uma orientação nem vontade política do governo federal em desenvolver o turismo ecológico no parque, pois, enquanto não forem resolvidas questões mais profundas, como a fundiária, ao que parece, nem um passo pode ser dado nessa direção.

f) Capacitação profissional

No que se refere à capacitação profissional com foco no PNCM, importa salientar que no ano de 2006, foi realizado durante quatro meses, em regime intensivo, o curso de monitor ambiental, com apoio do SEBRAE, IBAMA, Prefeitura Municipal de Carolina e de empresas locais, conforme Fernanda Silva de Castro¹⁹⁸. Esse curso formou 40 monitores ambientais, moradores e indígenas nas áreas do PNCM – Carolina, Estreito, Riachão –

¹⁹⁷ Informação verbal.

¹⁹⁸ Monitora ambiental, membro da Associação dos Monitores Ambientais da Chapada das Mesas, ensino superior completo.

Vieram professores da Chapada dos Veadeiros e de outras regiões para ser implantado esse primeiro curso no Brasil, realizado pelo SEBRAE e IBAMA, que depois daqui foi levado para São Luís, Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, Chapada Diamantina e para outros parques nacionais; então foi aqui em Carolina que começou esse tipo de curso. Entretanto, hoje a atuação dos monitores teve uma queda porque alguns foram embora, trabalhar em outra área. Atualmente eu sou a única mulher que ainda atua como monitora. [...]. Depois do curso foi criada, com ajuda do pessoal do Projeto Rondon, a Associação de Monitores Ambientais da Chapada das Mesas, que conseguiu alguns prêmios, mas no momento está parada para fazer algumas mudanças. (informação verbal).

A partir dessas informações, verifica-se que, imediatamente após a criação do parque, houve uma preocupação das instituições e empresas locais em iniciar um trabalho de capacitação junto à comunidade, o que reflete certo cuidado com a questão de preparo de pessoal especializado para atuar em uma área natural.

Entretanto, não se tem registro de outro evento dessa natureza na cidade, talvez em decorrência da própria situação em que o parque se encontra hoje. Igualmente, a informante¹⁹⁹ afirma que a criação do parque foi importante, porque antes queriam implantar, na área, uma hidrelétrica de um percurso curto, como já posto anteriormente, e a partir daí se iniciou uma luta pela criação do parque. Em decorrência disso,

[...] tem-se hoje um controle maior do que acontece no parque: por mais que a gente saiba que tem morador e que estes não foram indenizados, há uma preocupação de preservação local, sobretudo por causa do turismo. E, com isso, pode-se organizar melhor o parque para a visitação, para evitar a poluição no local. É um turismo ecológico, não é de massa... Mesmo com todos os problemas de lá, espero que, com a futura estrutura que o parque vai ter, seja bem melhor do que é hoje, porque lá é um tipo de turismo ecológico; tem muito a crescer; tanto com relação aos moradores locais quanto aos empresários que queiram investir lá. (informação verbal).

Percebe-se, portanto, uma expectativa com relação à abertura do parque para visitação – fato este que até hoje não aconteceu, em decorrência do que já foi citado – e, por conseguinte, com a possibilidade de o turismo trazer algum tipo de benefício para a sociedade.

Em referência à articulação do ICMBIO com os moradores do parque, a informante²⁰⁰ percebeu que antes eles ficavam assustados com a presença dos técnicos da instituição, pois achavam que iriam ser multados, e afirma que hoje a situação mudou, porquanto há uma interação melhor, há diálogo entre eles. Além disso, os moradores já sabem fazer denúncia, já sabem a quem recorrer. A respeito da relação com os monitores, a referida informante²⁰¹ diz que: “[...] os moradores do parque com o tempo foram pegando a confiança; os monitores têm uma interação com os moradores, sobretudo, os que estão na rota dos passeios” (informação

¹⁹⁹ Fernanda Silva de Castro.

²⁰⁰ Fernanda Silva de Castro.

²⁰¹ Fernanda Silva de Castro.

verbal). Isso remete ao entendimento de que o processo de articulação entre os atores sociais está paulatinamente em construção, mesmo com toda a problemática da situação fundiária no PNCM.

4.4.5.2 Turismo: possibilidades sob a ótica dos conselheiros

Na criação do PNCM é previsto que seja desenvolvida atividade turística, além da preservação da biodiversidade local. No entanto, até o presente momento o parque não dispõe de uma estrutura que permita isso. Sem falar que nem ao menos tem um plano de manejo que daria um eixo de ação a diversas atividades no parque. E mais, a questão fundiária é um dos obstáculos que mais travam quaisquer tentativas de dinamizar o turismo naquelas plagas. Acrescenta-se que, como não há um plano de manejo em execução, o turismo no parque caracteriza-se pela informalidade e, como se diz popularmente, vai “se virando” com o que há de incipiente infraestrutura e serviços disponibilizados.

Perguntado acerca do seu posicionamento sobre o turismo que é praticado no parque, seu atual gestor²⁰² tece algumas considerações capitais. Em primeiro lugar, afirma que a questão do turismo pela sua importância, já que a UC está em uma área absolutamente propícia a isso, está sendo discutida no conselho. E acrescenta que, para formalizar o início dos procedimentos conforme o que manda a lei, é necessário fazer-se uma série de pesquisas de diversas ordens – para evitar impactos ao meio ambiente – e só assim abrir o turismo de fato para o uso público.

Ressalta o referido informante a preocupação com certas atividades de cunho turístico já existentes naquele local antes mesmo de torna-se parque, o que é difícil controlar, segundo determinados padrões de sustentabilidade, e isso constitui em mais um problema a ser pensado. E continua dizendo que embora não haja um plano de manejo elaborado e em execução, deve haver regras mínimas que imponham um certo controle a esse turismo amador, porque quaisquer falhas podem prejudicar a imagem pública do parque, o que não interessa a ninguém. Relata o seguinte:

[...] a gente vem discutindo de como melhorar esse serviço, porque hoje ainda são prestados de maneira insatisfatória, o que gera problemas, riscos e pode acabar representando de modo negativo a imagem do parque; então, a gente não tem controle de fluxo, não tem controle de capacidade de atendimento, de qualidade de serviços, mas já iniciamos uma discussão para ordenar minimamente isso. (informação verbal).

²⁰² Paulo Adriano Dias.

Portanto, segundo a direção do parque, as atuais condições para a atividade turística não permitem sua realização conforme o que preconizam as leis que regem as UC.

Para João Pedro Barros Filho²⁰³, apesar de a infraestrutura turística do parque ser precária, de qualquer maneira a atividade movimentou a economia de Carolina. Na sua fala, percebe-se que ele tem uma visão do que significa turismo, pois ele discorre sobre outros fatores, além do econômico, fala da sua preocupação com a face ecológica do turismo:

[...] de certa forma, isso aí está gerando renda para o município, de alguma maneira o turismo lá movimentou a cidade de Carolina; essa época do ano fica bastante movimentada, hotéis, pousadas, restaurantes; então os preços sobem; de certa maneira isso atinge a economia local, principalmente de Carolina. [...] por menor que seja a degradação, vai acontecer, ele vai jogar uma latinha, ele vai sujar, ele vai levar uma planta, catar uma pedra; de qualquer maneira causar algum impacto. Se pudesse ficar sem ninguém, seria melhor ainda. (informação verbal).

Com relação ao turismo no entorno que está sob a jurisdição do parque, o entrevistado afirma que não há fiscalização, que o turismo é feito de qualquer jeito, deixando degradação. Apesar disso, reforça que é bom, economicamente, para a região. No entanto, também diz que muito precisa ser corrigido. No seu discurso, prima por um trabalho de conscientização ambiental, o que geraria mudanças de comportamentos. Mas enfatiza, ainda, que, apesar dessas preocupações, não cabe ao INCRA tomar atitudes para transformar essa realidade.

Segundo o Secretário de Meio Ambiente e Turismo de Carolina²⁰⁴, para amainar a precariedade infraestrutural e de serviços do turismo no parque, alguns projetos estão em trâmite junto ao Ministério do Turismo e com anuência do ICMBIO. Tem-se, como exemplo, a abertura de uma estrada vicinal, com extensão de 70 km, que levaria o visitante às cachoeiras da Prata e São Romão. No mais, aponta o turismo como fundamental dinamizador para a economia local e dá dados colhidos junto ao SEBRAE: no início de 2013 havia 800 leitos nos meios de hospedagem; e que esse número subiu para 943 leitos em julho do mesmo ano.

Além disso, foi inaugurado, em dezembro de 2014, o Complexo Turístico de Pedra Caída²⁰⁵, de iniciativa privada, que comporta mais 450 leitos, o que demonstra o perfil turístico da região. Isso será enfatizado quando o entrevistado imediatamente acima diz que será criado um roteiro integrado²⁰⁶. Este começa em Brasília, passa pela Chapada dos Veadeiros, alcança o Jalapão, no Tocantins, e finaliza na Chapada das Mesas, em Carolina. Um turismo de aventura, que, por sinal, parte dele já é comercializado por algumas agências

²⁰³ Representante do INCRA.

²⁰⁴ Antonio Lucena Junior.

²⁰⁵ Informação advinda de jornais locais.

²⁰⁶ Antonio Lucena Junior.

de Carolina, o que é feito com a anuência da própria Secretaria de Meio Ambiente e Turismo do Município de Carolina, bem como da direção do parque. E, ao ser perguntado se a instituição a qual representa desenvolve ações específicas voltadas para o turismo no parque, replica que não.

De modo mais simples, porém significativo, sem muitos rodeios, o interlocutor²⁰⁷ da comunidade do Solta faz, embora a sua entidade não desenvolva nenhuma ação específica em prol do turismo no parque, uma apreciação dos benefícios econômicos que o turismo traz para a cidade de Carolina. Isso faz sentido porque, apesar de frequentarem o parque, alega que os visitantes deixam dinheiro é na cidade, em hotéis, restaurantes e nos traslados. E mais, como há donos de atrativos no circuito do parque, os turistas também deixam seus valores no lugar. No entanto, o dinheiro fica restrito a esses comunitários-empresários. Na sua análise, fica patente o seu ressentimento de que nada fica, em termos de renda, para a comunidade que mora no entorno do parque. Diz ainda que o SEBRAE, além de ministrar capacitações para o desenvolvimento de produtos locais artesanais, aventa a possibilidade de no futuro vir a desenvolver o turismo rural, o que geraria renda para os comunitários.

O representante²⁰⁸ do Grupo PIPES, em primeiro lugar, avalia o turismo no parque como bom, por deixar, alguma renda para os moradores locais donos dos atrativos, a exemplo do que o informante anterior afirmou à autora desta tese. No entanto, toca no ponto crucial para o turismo sustentável, que é a degradação ambiental que se expressa por via do lixo deixado durante a passagem do visitante pelo local. Isso, segundo ele, acontece tanto no parque quanto no atrativo da Pedra Caída e acha muito difícil controlar esse tipo de comportamento, que passa por uma questão de educação ambiental.

Percebe-se que, apesar de o referido informante dizer que o turismo é bom, reclama também, como tantos outros entrevistados, que o parque não dispõe de uma infraestrutura adequada para receber o visitante. É importante notar que, embora seja o representante da PIPES, que é um grupo que tem interesses econômicos no turismo, não desenvolve nenhuma ação específica no parque. Entretanto, em que pese essa afirmação, diz que o grupo mantém uma parceria com o ICMBIO, o SEBRAE e a SEMA via Instituto PIPES – espaço de capacitações –, a ceder espaços para reuniões e estacionamento de veículos, que facilita esses encontros do Instituto com a comunidade.

Ao seguir com a análise das entrevistas feitas, mostra-se o que a representante²⁰⁹ do

²⁰⁷ Hilton César da Silva Bezerra.

²⁰⁸ Clidenor Brito Pinto, 52 anos, administrador de empresas, gerente administrativo e representante da PIPES.

²⁰⁹ Maria Cecília Salata.

SEBRAE observa sobre o turismo no parque. Ressalta que ainda não tem um conhecimento mais profundo daquela realidade. No entanto, não deixa de perceber que as pessoas que visitam o parque não têm uma consciência estabelecida sobre o sentido de preservação da biodiversidade local, por isso degradam de modo diverso o ambiente, ou seja, não desfrutam do atrativo natural de uma maneira responsável. Sugere, em termos estruturais, para que o parque consiga oferecer serviços que condigam com seus objetivos, que haja um maior envolvimento do poder público, da comunidade e interação entre esses dois atores, a fim de que fins benéficos, tanto para o parque quanto para a coletividade, sejam alcançados.

A referida entrevistada acredita que o momento atual vivido pelo parque é providencial por causa da instauração do conselho e, de certo modo, do trabalho que as instituições estão a desenvolver em prol daquela UC. Porém, a seu ver, as coisas ficarão mais bem configuradas quando o plano de manejo do parque der início ao seu processo, o que, por enquanto, não aconteceu. A continuar, um dado que emerge da sua fala toca em uma questão que diz respeito à própria política pública de regionalização do turismo. Veja isso mais bem explicitado nas palavras da entrevistada

A Secretaria de Turismo do Estado e o SEBRAE enxergam a Chapada das Mesas, não o Parque Nacional. A Chapada das Mesas é pólo turístico que tem influência de oito municípios. Nesse contexto, a gente tem trabalhado a instância da Governança desses oito municípios, independente, de estar na área do parque ou não. Então, eu acredito realmente que, para a gente começar a trabalhar algo específico, necessita de atividades e ações específicas para essa área. Ter um olhar diferente para essa região. (informação verbal).

Portanto, nas entrelinhas de seu discurso, a interlocutora do SEBRAE, no tocante à relação do parque com seu público-alvo, especificamente quanto à sua divulgação, diz que é necessário que os principais atores envolvidos tenham outra visão de *marketing*, isto é, que vejam o parque não apenas como o atrativo Chapada das Mesas, mas como algo muito maior, com todas as suas implicações turísticas, ambientais, de governança, entre outras.

Ao ser questionada sobre as ações específicas de turismo que o SEBRAE desenvolve, a entrevistada discorre sobre o trabalho realizado apenas no entorno do parque e em Carolina, e o conceitua como produção social do turismo. Eis seu relato:

Carolina é onde a gente tem efetivamente trabalhado, até pela especificidade da movimentação turística aqui no município, área rural ou urbana; e aí o que acontece, nós temos, esse ano, começado a trabalhar a produção social do turismo em alguns povoados e distritos aqui de Carolina, que é Buritizinho, com hortaliças, peixes, galinha caipira, produção de laticínios e derivados; temos trabalhado Canto Grande com as casas de farinha e temos a Solta, na produção de mel, produção de polpa de frutas; lá é bem conhecido por conta da Associação Bezerra de Moraes, por conta da Fruta São. Então, temos trabalhado [...] a produção associada ao turismo; nós temos

trabalhado também nessas comunidades o fomento do artesanato, tentando resgatar um pouco os ícones de artesanato da região, como as embarcações tradicionais. Então, qual foi a história da região? Embarcações tradicionais, o ciclo do gado; temos trabalhado isso, essa reflexão da cultura do povo no artesanato, especificamente a ser comercializado para a atividade turística em Carolina e no entorno; especificamente envolvendo as comunidades. Temos feito outras atividades aqui em Carolina junto aos empreendimentos de alimentação, hospedagem. Temos feito mais: no ano passado foi cama e café, mas esse ano estamos trabalhando os Conselhos Municipais de Turismo em função da instância de governança. E também nós temos trabalhado, agora mais recentemente, a adequação dos meios de hospedagem à matriz do Ministério do Turismo. E feito ainda o estudo da viabilidade econômica dos artesanatos. (informação verbal).

Assim, verifica-se que ainda não há um trabalho dessa organização dentro do parque, mas sinaliza a possibilidade de no futuro vir a realizar-se.

O representante²¹⁰ da ACATU praticamente trata a questão do turismo na sua operacionalidade e traça um paralelo entre o que as agências de turismo oferecem hoje e o que poderiam oferecer, caso houvesse condições para isso. Como não há cultura local de atendimento e de empreendedorismo turístico, as próprias agências encarregaram-se de montar as bases que vão facilitar o bem-estar do turista no deslocamento entre a cidade-sede e o parque. E dá um exemplo que bem caracteriza esse trabalho:

[...] para esse turismo funcionar, a gente tem que arrumar alguma coisa; é claro que ele fica sabendo tudo, o trajeto é todo colocado num *briefing*; mas tem que se criar uma situação intermediária para que quando o turista chegar à comunidade da D. Maria, ela vai estar pronta para recebê-lo; educada, está trabalhando com produtos e ela vai vender o café, o bolo, um queijinho, bater um papinho...; então, o turista vai ter a oportunidade de conhecer um pouco do contexto social dela; ela ganha o dinheirinho dela, é dinheiro novo que circula, e a gente em 15 minutos segue em frente [...]. (informação verbal).

No entanto, complementa seu raciocínio ao afirmar que esse trabalho que é realizado somente no entorno do parque, uma vez que os dois atrativos já têm uma infraestrutura e serviço mínimos, o que praticamente obriga o agente de turismo a oferecer apenas o que está disponível naqueles sítios. Entretanto, abstrai ao dizer que o ideal para dinamizar e melhorar o turismo *in loco* seria – e naturalmente apenas depois que o parque tivesse munido de seu plano de manejo – abrir um processo de licitação para concessão de serviços que dessem um conforto de fato para o visitante.

Com relação ao que foi apontado por esse conselheiro, fica bem nítida a importância do SEBRAE, que indiretamente está atrelado ao produto turismo, quando cria situações concretas nas comunidades, insuflando (e instrumentalizando) o espírito empreendedor local, movimentando, no sentido bem específico, os saberes e fazeres das pessoas, gerando renda e

²¹⁰ Vilmar Dilberti Lieber.

desenvolvimento turístico sustentável. O entrevistado declara que, com a instauração do conselho, abre-se mais um espaço para interlocuções, o que, não resta dúvida, pode contribuir para uma organização melhor do setor turístico no que tange ao parque. Os demais entrevistados ou dizem que não têm uma opinião formada sobre a questão do turismo no parque e em seu entorno, ou vão apenas repisar pontos que foram analisados com mais detalhes por outras entidades ligadas direta ou indiretamente ao turismo. Por exemplo, basicamente vão tocar em aspectos como a falta de infraestrutura, a ausência de plano de manejo, a necessidade de capacitação etc. E complementam afirmando que não agem como instituição sobre essa realidade turística, com estudos ou programas ou atividades.

4.4.6 Conservação do parque

O tema conservação, no que diz respeito ao PNCM, é complexo de tratar, devido ao fato de que está sob o controle de leis do Ministério do Meio Ambiente. Então, trabalhar a conservação em uma UC, independente do seu nível de organização – se tem ou não plano de manejo, se há conselho consultivo atuante, se os atores sociais envolvidos no que tange à conservação desempenham bem ou não suas funções, se a direção da UC desempenha ou não, a contento, suas funções etc –, é um dado que está inextricavelmente ligado ao orçamento destinado a essa UC. No caso do PNCM, as condições para se trabalhar, no sentido de se conservá-lo, são as mais precárias. Um primeiro informante²¹¹ fala sobre o fato de que, apesar de o orçamento destinado ao ICMBIO (valores em 2013) ter sido da ordem de R\$260.000.000,00 (duzentos e sessenta milhões de reais), para o PNCM não veio nada. Veja-se isso explicado pelo atual gestor do parque:

O meu posicionamento pessoal... eu acho ridículo, para um país de tamanha magnitude, não dar a importância devida ao meio ambiente em seu orçamento. [...] a gente não tem orçamento próprio. A gente trabalha com fornecimento de serviços feitos via contrato nacional; então a gente não tem nem um recurso para aplicação, planejar a utilização de recursos; o que se faz é o planejamento de atividades finalísticas; dentro disso vai entrar a utilização de serviços: o fornecimento de combustível, manutenção de veículos, uso de serviços básicos de telefonia, energia, serviço terceirizado. Mas orçamento de aplicação direta não tem. A gente tem recursos emergenciais, caso se justifique a aplicação, via suprimento de fundos. [...] o que a gente consegue é, via projetos, para atividades multifinalísticas; então, quando se vai fazer uma atividade, tipo, vamos formar um conselho, se faz um projeto e se procura de onde vai sair o recurso; inclusive a formação do conselho foi feita com recursos externos, feito via acesso ao projeto Cerrado, que é um projeto que conta com a doação do exterior para apoio às ações de fortalecimento, para diminuir desmatamento e queimadas no Cerrado. Então, a gente, na própria reunião do conselho, a gente jogou isso para o conselho; a próxima reunião que a gente for fazer, não se sabe como fazer. Para realizar uma reunião dessas, os custos são em

²¹¹ Paulo Adriano Dias.

torno de R\$15.000,00; tem esse orçamento; então, quem puder ajudar, se algum município se disponibilizar a fornecer hospedagem local, alimentação, estamos aí prontos para receber, porque a gente trabalha com atividades finalísticas e orçamento restrito. (informação verbal).

Esse depoimento aponta um certo descaso no trato de algo teoricamente tão importante, principalmente nos dias de hoje, em que a preocupação com a conservação ambiental é ponto de primeira ordem mundial, especialmente na área amazônica do planeta, que por coincidência em terras brasileiras. O conselheiro²¹² da PIPES, quando perguntado sobre o que a entidade faz para contribuir com a conservação do parque, diz que são múltiplas as formas de ajuda nesse sentido e pontua as parcerias que já vem realizando com o ICMBIO, como a cessão de equipamentos, pronto atendimento às solicitações que são feitas à empresa e ajuda de diversas maneiras em épocas de queimada. Com relação ao tema parcerias, outra informante²¹³ comenta que, embora a sua entidade não participe diretamente dos trabalhos de conservação, seria de “bom alvitre” que a direção do parque sempre buscasse parcerias. Isso se daria como alternativa à falta de recursos, porque o fato é que o parque, já que foi criado, tem que “ficar em pé”, independente de ter ou não recursos fixos definidos por lei. Comunga dessa mesma opinião o Secretário²¹⁴ de Meio Ambiente de Estreito que diz estar de braços abertos para contribuir com a demanda do ICMBIO.

As ações que a CTI empreende dizem respeito fundamentalmente ao trabalho junto às famílias que estão no interior do parque: ações de compras de produtos disponibilizados por essas famílias, de conscientização para a conservação do parque, de conscientização com relação ao seu trabalho e de orientação. Afirma o representante²¹⁵ dessa entidade que está também no seu papel questionar alguns procedimentos que, de uma maneira ou de outra, atingem o parque. Questiona-se sobretudo o investimento em energia elétrica, que, a seu ver, tendo como *background* a situação fundiária não resolvida, caracterizou a falta de interesse público e o descaso com os moradores. E, ainda, o referido entrevistado se pergunta: o investimento feito para a estrutura de fornecimento de energia elétrica não seria suficiente para quitar uma fração significativa desse passivo fundiário? E conclui que o conselho deveria ter a função precípua de questionar os processos das mais diversas naturezas que incidem sobre a UC, e isto é um constante desafio, mas não chega a ser unânime esse tipo de atitude dentro do conselho.

²¹² Clidenor Brito Pinto.

²¹³ Margaret Thatia Medeiros, do STTR de Estreito.

²¹⁴ Bruno Ramoele Oliveira de Sousa.

²¹⁵ Mayk Honnie Gomes de Arruda.

Segundo Maria Cecília Salata²¹⁶, muito embora a questão da conservação não diga respeito diretamente aos propósitos do SEBRAE como instituição, que fomenta as ações de empreendedorismo, inclusive ligada ao turismo sustentável, essa instituição poderia muito bem contribuir com a questão ambiental no parque, o que está ligado à conservação. Como exemplo, a representante diz que poderiam ser feitos trabalhos condicentes com a conscientização do turista, do empresário e da comunidade, o que, sem dúvida, ampliaria para outros atores envolvidos com o parque o senso de conservação.

Para a sindicalista Raimunda Freires da Silva²¹⁷, as assembleias da entidade que acontecem no parque são oportunas para se falar, no sentido de se conscientizar as pessoas da importância da conservação do meio ambiente, porque este é um bem para as gerações futuras e, por isso, deve ser preservado. Assim, as pessoas são incentivadas a mudar determinados comportamentos que prejudicam a biodiversidade do parque. A Sra. Maria das Graças da Silva Costa, conselheira e moradora da Estiva, apesar de sofrer todoo problema que envolve a indenização de sua propriedade e dos demais – ela sabe sem dúvida que vai ser retirada dali –, tenta passar para as outras pessoas a importância de preservar a natureza do parque.

Após as discussões atinentes às duas UC brasileiras, debruça-se sobre a realidade da terceira área em foco, ou seja, o PNT.

²¹⁶ Representante do SEBRAE.

²¹⁷ Representante do STTR de Carolina.

5 PARQUE NACIONAL TORTUGUERO: PERSPECTIVAS GEOAMBIENTAIS, HISTÓRICAS, TURÍSTICAS E OUTRAS DISCUSSÕES

O presente capítulo apresenta e discute determinados aspectos que personalizam as ASP na Costa Rica, com destaque para o PNT. Em seguida, faz-se referência às especificidades quanto a sua geologia, geomorfologia, hidrografia e biodiversidade. Trata-se, também, de análises focadas no plano de manejo do parque, da formação do conselho consultivo, da gestão e seus problemas, bem como do turismo e da conservação. Sem falar que se ressalta a importância de determinados atores sociais que a seu modo contribuem de modo significativo para a sustentabilidade do referido parque.

5.1 Áreas Silvestres Protegidas: discussões breves e localização

A configuração e o estabelecimento de ASP na Costa Rica fazem parte de um processo inaugurado no ano de 1955, momento marco de criação do *Instituto Costarricense de Turismo* (ICT), sob os auspícios da Lei nº 1.917, datada em 30 de julho de 1955, de acordo com Costa Rica. Minae (2004). Segundo as diretrizes dessa lei, foram estabelecida como Parques Nacionais a totalidade dos vulcões do espaço territorial costa-riquense, a abranger um raio de 2 quilômetros desde suas principais crateras. Essa lei também especifica que os parques nacionais Vulcão Irazú e Turrialba ficam sob a égide desse documento legal.

Em outro momento, que se deu em 1963, estabeleceu-se a Reserva Natural Absoluta Cabo Blanco; já em 1969, define-se com maior incisividade um marco regulatório para a criação de áreas protegidas (COSTA RICA. MINAE, 2004). Isso foi feito em conformidade com a Lei Florestal nº 4465. Nesse sentido, é durante a década iniciada em 1970 que grande parte das áreas protegidas do país são criadas.

Apesar da distância entre a criação e a regulamentação dessas ASP, 14 anos, vale ressaltar a percepção estratégica do governo da Costa Rica em proteger essas áreas de fundamental importância para a preservação da biodiversidade, e mais, tornar possível para o mundo sua visitação turística. Isso se torna bem expressivo quando se remete às palavras de Lizano (2002) ao dizer que

[...] el turismo en Costa Rica se ha convertido en uno de los principales factores de impulso a la conservación, protección, y uso eficiente de los recursos naturales, al asignar en forma indirecta un valor económico como consecuencia de su uso. Más que un insumo para la producción, los recursos naturales han jugado el papel de capital productivo al consolidarse como atractivos de la más alta jerarquía en el producto turístico costarricense. (LIZANO, 2002, p. 106).

Assim, reforça-se a ideia de que a atividade turística em determinadas regiões do planeta, especialmente em países latino-americanos, onde se encontra uma maior biodiversidade, pode ser vista como fator preponderante de preservação e ao mesmo tempo de capital produtivo.

Ao dar-se continuidade à institucionalização de áreas protegidas, em 1995 se resolve criar o SINAC ligado ao Ministério de Recursos Naturais, Energia e Minas (MINAE), baseado em três vetores, ou seja, uma direção florestal, uma silvestre e outra de parques nacionais (COSTA RICA. MINAE, 2004). Essas três direções, de maneira integrada, seriam responsáveis pelas AP com diferenciadas categorias²¹⁸. Isso foi consolidado no ano de 1988 com a Lei da Biodiversidade nº 7.788. Essa medida singular foi tomada, segundo Costa Rica. Minae (2004, p. 13), para se contrapor a

[...] problemas de fragmentación del paisaje como resultado del crecimiento de la frontera agrícola, el tamaño pequeño de las áreas protegidas así como su forma y ante la necesidad de planificar estas áreas com um enfoque más integral [...].

Foi nesse contexto, portanto, que se deu início ao processo de agregação regionalizada de áreas protegidas.

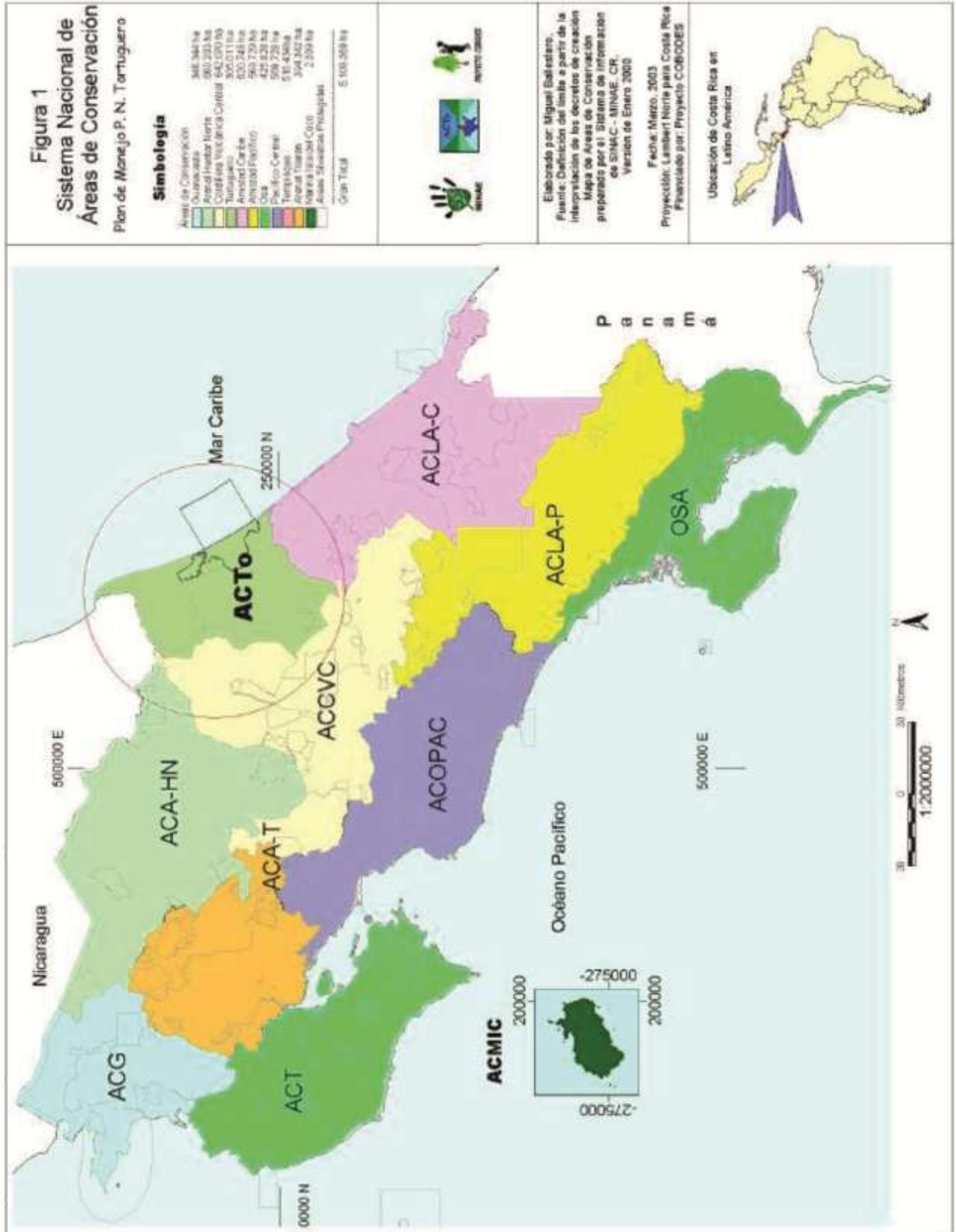
Hodiernamente, a Costa Rica²¹⁹ possui 11 (mapa 4) Direções Regionais de Áreas de Conservação, conforme *Sistema Nacional de Áreas de Conservación* (2014), que têm a responsabilidade de dar os rumos para a gestão dessas áreas, a saber: *Área de Conservación Arenal Huetar Norte* (ACAHN), *Área de Conservación Arenal Tempisque* (ACAT), *Área de Conservación Cordillera Volcánica Central* (ACCVC), *Área de Conservación Guanacaste* (ACG), *Área de Conservación La Amistad Caribe* (ACLAC), *Área de Conservación La Amistad-Pacífico* (ACLAP), *Área de Conservación Marina Isla del Coco* (ACMIC), *Área de Conservación Osa* (ACOSA), *Área de Conservación Pacífico Central* (ACOPAC), *Área de Conservación Tempisque* (ACT) e *Área de Conservación Tortuguero* (ACTO).

No que diz respeito à localização e limites da ACTO, segundo SINAC (2004), esta se encontra no nordeste caribenho costa-riquenho, precisamente entre os rios *San Juan* até o norte, limita-se com a Nicarágua, o rio *Parismina* até a porção sul, quando se limita com a ACLAC, e o rio *Sarapiquí* até o oeste, onde confina com a ACCVC.

²¹⁸ De acordo com o Art. 32, que trata da Classificação das áreas silvestres protegidas, cap. VII, Ley Organica del Ambiente, publicada na La Gaceta 101 de 27/05/1998, as categorias de manejo são as seguintes: reservas florestais, zonas protetoras, parques nacionais, reservas biológicas, refúgios nacionais de vida silvestre, úmidos e monumentos naturais.

²¹⁹ Atualmente, a Costa Rica dispõe de 166 Áreas Silvestres Protegidas (ASP), que correspondem a 26,55% do território nacional e 49,54% das águas territoriais (SISTEMA NACIONAL DE ÁREAS DE CONSERVACIÓN, 2013); nessa totalidade incluem-se 28 parques nacionais, perfazendo 629.394 hectares, o que constitui a maior extensão geográfica com relação as demais categorias de manejo, e são considerados representações ambientais, o centro do turismo a nível mundial.

Mapa 4 – Localização das Áreas de Conservação do SINAC



Fonte: Costa Rica (2004)

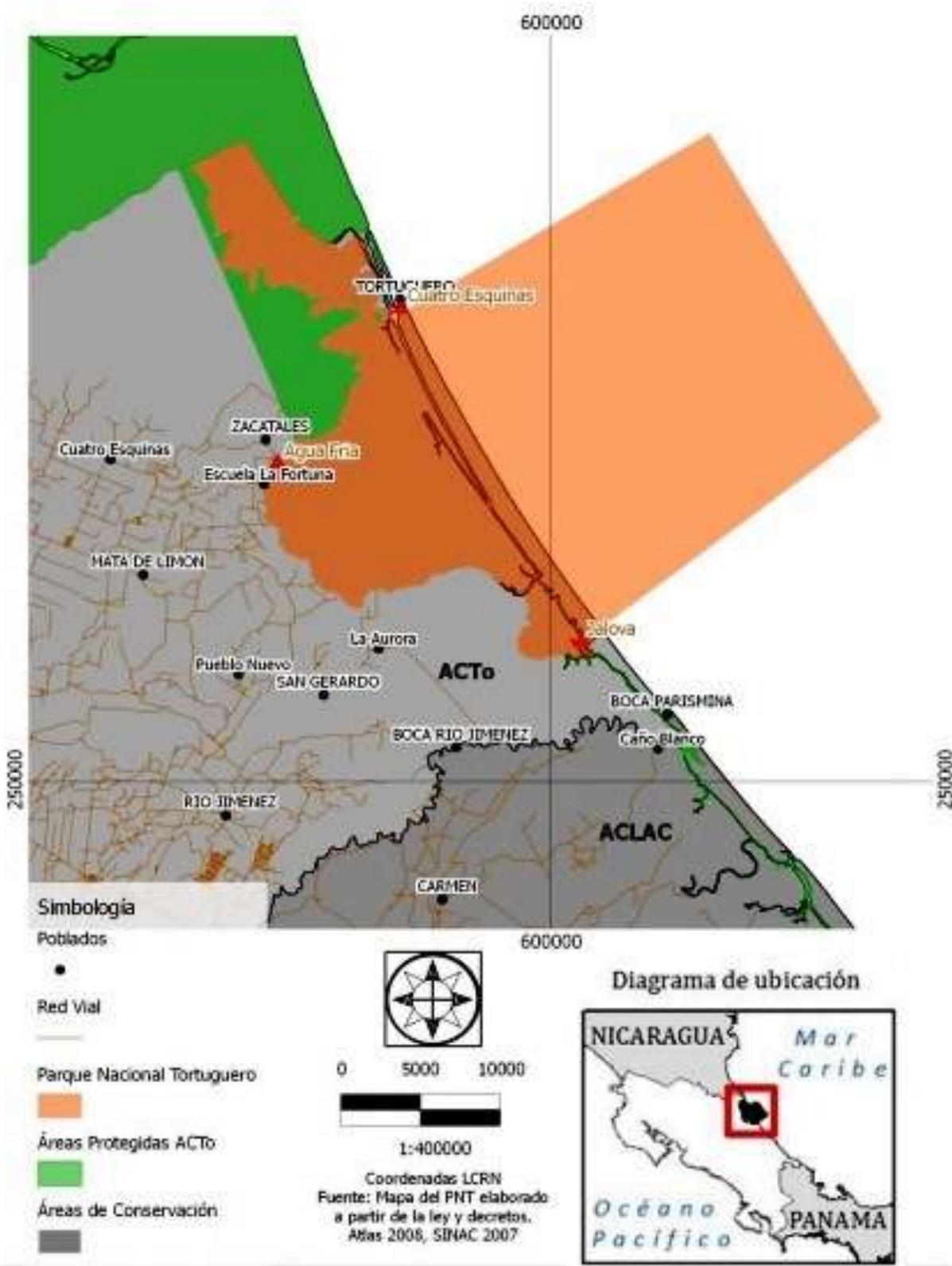
Quanto à ACTO, esta possui 7 ASP, que são o PNT, os *Acuíferos Guácimo-Pococí*, o *Refugio de Vida Silvestre Barra del Colorado*, o *Refugio de Vida Silvestre Archie Carr*, o *Refugio de Vida Silvestre Corredor Fronterizo*, *Zona Protectora Tortuguero* e *Humedal Nacional Cariari* (COSTA RICA. MINAE, 2004). Essa área totaliza 180.925 ha, inclusa a área marinha. No entanto, a área territorial completa é de aproximadamente 30.481 ha – 3.024 km² - que corresponde aos *cantonês* de *Guácimo* e *Pococí* que estão inseridos na província de Limón e fração do Cantón de Sarapiquí, na Província de Heredia.

Em termos demográficos, os cantones de *Pococí* têm 103.121 habitantes e *Guácimo* perfaz 34.879 habitantes, que são da Província de *Limón*. Já no distrito *Puerto Viejo* do cantón de Sarapiquí, que é Província de *Heredia*, encontram-se 16.627 habitantes, para um total de 154.672 habitantes. Essa ACTO se caracteriza por ser uma zona rural com um percentual de 66.9% da população total, restando para a área urbana 33.1% (CHUPRINE, 2003 apud COSTA RICA. MINAE, 2004).

A mesma referência diz que, no uso da terra dessa ACTO, prepondera o plantio do abacaxi (*Ananas comosus*), da banana (*Musa spp.*), sobretudo nos Distritos *La Rita*, *Roxana*, *Cariari* e *Guácimo*. Parte desse território, 42%, é área de conservação, e 87,8% desse total pertencente juridicamente ao Distrito de Colorado.

Com relação à localização e limites do PNT (mapa 5), este está situado no nordeste da Costa Rica. No entanto, a partir do momento em que este se estabelece como parque nacional, seus limites foram modificados por três vezes. Atualmente, a área perfaz 26.604,42 ha, segundo Bermúdez y Mena (apud COSTA RICA. MINAE, 2004, p. 31), e 45.755,45 de hectares marinhos (BALLESTERO, 2003 apud SISTEMA NACIONAL DE ÁREAS DE CONSERVACIÓN, 2013, p. 31). O limite sudeste do parque está localizado a 50 km de *Puerto de Moín*, e seu limite sudoeste, a 30 km de *Guápiles* (BALLESTERO, 2003, apud SINAC, 2013, p. 31).

Mapa 5 - Localización del Parque Nacional Tortuguero



Fonte: Hiener Acevedo (2013 apud SINAC, 2013, p. 5)

Especificamente com relação ao setor terrestre, que está inserido na Floresta Tropical muito úmida, o PNT possui um sistema hídrico – rios e lagunas – que funciona como via de comunicação fluvial para nativos e turistas. Além disso, contém montanhas, chamadas *Lomas de Sierpe*, de baixas altitudes – que não ultrapassam 311m (COSTA RICA. MINAE, 2004).

A mesma fonte informa que o parque na sua porção marinha tem uma costa mais ou menos reta, com águas onde se protegem além das tartarugas verdes (*Chelonia mydas*), outras espécies, como a tartaruga baula (*Dermochelys coriacea*), a carey (*Eretmochelys imbricata*) e a caguama (*Caretta caretta*), entre outras espécies de peixes. É essa diversidade topológica em conjunto com uma ampla biodiversidade fauno-florística que caracteriza o PNT e que por isso mesmo atrai uma gama de pesquisadores e turistas do mundo inteiro.

Em termos climáticos, no PNT há predominância do clima úmido e muito úmido, o que se deve aos ventos alísios que chegam do norte e nordeste e levam muita umidade, que se precipita em forma de chuva (COSTA RICA. MINAE, 2004). Dados da mesma fonte indicam que na área norte do parque há um regime pluviométrico que alcança 6.000 mm; os meses de maior incidência de chuva são os de julho e dezembro, e os de menor são abril, março e outubro; e as temperaturas médias oscilam entre 25° e 30°.

5.2 Diferenciais geológicos, geomorfológicos, hidrográficos e biodiversidade

O PNT encontra-se situado em uma região topográfica que faz parte do que é chamada zona do caribe costa-riquenho, o que por sua vez é dito depressão de Nicarágua, que vai do Golfo de Fonseca ao litoral da banda do Pacífico de Honduras, El Salvador e Nicarágua até a parte litorânea caribenha da Costa Rica, cognominada *Cuenca de Limón* (COSTA RICA. MINAE, 2004). Essa depressão é alimentada por sedimentos provindos do mar que têm origem na Cordilheira Vulcânica Central, os quais são trazidos por rios nascentes na referida cordilheira que atravessam a zona do parque. Em termos geomorfológicos, a zona caribe se caracteriza por cinco frações, ou seja, os cones vulcânicos antigos, os terraços antigos, as planícies fluviais, a planície costeira e o sopé do monte da cordilheira.

Conforme Costa Rica. Minae (2004), um complexo sistema hidrográfico dentro do qual está situado o PNT é formado pela Bacia *Reventazón – Parismina*, que por sua vez origina os rios *Toro Amarillo*, responsável pelo surgimento do rio Tortuguero, além dos rios *Sierpe*, *La Suerte* e *Penitencia* e afluentes secundários e terciários.

A Costa Rica é conhecida pela sua significativa biodiversidade. São milhares de espécies vegetais, e pelo menos 12% desse total são endêmicas; cerca de 200 dessas espécies

são árvores, que fazem parte, algumas delas, do eco vegetal do parque (COSTA RICA. MINAE, 2004). O conjunto da flora pode ser diferenciado em sete *habitats*, que são os seguintes: vegetação litoral, *yolilates*, florestas alagadas pantanosas, florestas de galeria, mata em morros, comunidades herbáceas de lagunas e pântanos herbáceos.

Como o parque está dividido em vários setores, em cada um desses predominam determinadas espécies vegetais. No setor *Agua Fría*, por exemplo, encontra-se o *dosel el gavilán* (*Pentaclethra macroleoba*), entre outras; já na orla dos rios domina a espécie sotacaballo (*Zygia longifolia*); palmas (*Arecaceae*), rubiáceas, melastomatáceas e várias outras espécies de piperáceas acham-se no sotobosque e em trechos inundados vê-se formação de *yolillo* (*Raphia taedigera*) com helicônias y *platanillas* (MORA; RODRIGUÉZ Y LÓPEZ, 2003 apud (COSTA RICA. MINAE, 2004). Também encontra-se no setor *Cuatro Esquinas* uma formação vegetação muito semelhante ao da *Agua Fría*, e o que mais se encontra no dosel da vegetação é a planta *Ficus*.

E, por fim, na orla dos canais se pode comumente encontrar espécies como o

[...] cativo y el yolillo. Además es muy común encontrar, yolillo, aceituno, gavilán, sangregado (*Pterocarpus officinalis*), *Inga goldmanii* (Mimosoidea), *Zygia inaequalis* (Mimosoidea) y *Rustia occidentalis* (Rubiaceae). También son comunes las especies cuyas semillas son dispersadas por agua, como el poponjoche (*Pachira aquatica*) y varias lianas como *Hiraea figinea* (Malphigiaceae) y *Combretum cacoucia* (Combretaceae). (MORA; LÓPEZ, Y RODRÍGUEZ, 2003 apud COSTA RICA. MINAE, 2004).

Portanto, é essa variegada flora, em conjunto com uma rede de águas, que faz parte de um processo de conservação ambiental, que expressa a exuberância do PNT, e que por isso mesmo instiga a ciência investigativa e por outro lado atrai milhares de turistas.

No território do PNT, encontra-se uma multifauna distribuída entre anfíbios, répteis, peixes, aves e mamíferos, alguns deles endêmicos e outros comuns às florestas tropicais. Entre esses, certas espécies de peixes são de importância fundamental para a sobrevivência das populações locais, e outros indivíduos de determinadas espécies interessam a estudos.

Ao iniciar-se essa descrição sobre a fauna do parque, é importante citar que o ícone ambiental daquele espaço são as tartarugas verdes (*Chelonia mydas*) (Fotografia 94), espécie de anfíbio que nidifica nas praias locais e que corre risco de extinção. Essa espécie de anfíbio, além de ser foco de proteção natural e de investigações científicas, se constitui um atrativo turístico em termos mundiais. Segundo depoimento de Georgina Zamora²²⁰, Tortuguero é a segunda praia com mais desove de tartarugas verdes; e em primeiro lugar, as praias

²²⁰ Cientista ambiental e coordenadora de educação ambiental e divulgação comunitária da *Sea Turtle Conservancy* (STC).

australianas. O problema é que as pessoas veem tantas tartarugas e pensam que nunca vão acabar. Essa informante explicita que

En toda la playa hay 170.000 mil nidos. Cada tortuga puede anidar entre dos y siete veces por temporada. No se pueden contar las tortugas por sus rastros ya que ellas salen y a veces no ponen sus huevos sino que regresan horas más tarde. Cada tortuga pone entre 90 y 110 huevos; la sobrevivencia del pasado año fue aproximadamente 70%, hay estudios que dicen que sobrevive una de cada mil y otros que una de cada diez, el éxito de la sobrevivencia es muy bajo. (informação verbal).

Diante desse depoimento, não é de se estranhar que tantos esforços sejam feitos, inclusive por ONG internacionais, para proteger esses animais da extinção.

Fotografia 94 - Filhote de *Chelonia Mydas* na praia em Tortuguero



Fonte: Monica Araújo, 2013.

Nas águas que banham o parque há uma profusão de espécies de peixes – são conhecidas em torno de 55 –, entre as quais uma é endêmica na Costa Rica, a *Priapichthys annectens* (MORA; LÓPEZ, Y RODRÍGUEZ, 2003 apud COSTA RICA. MINAE, 2004). Essas ditas espécies têm dupla importância para as populações locais, uma de caráter econômico alimentar e outra, desportivo.

Com relação a anfíbios e répteis, são conhecidas 124 espécies, o que representa 31% da diversidade desses grupos no país. Entre esses grupos, destaca-se a tartaruga verde (*Chelonia*

Mydas), como já foi dito anteriormente. Além dessa espécie, existem outras que também são protegidas e estudadas. Segundo Randall Torres²²¹ (informação verbal) ; Acuña-Mesén (1999), a investigação e a conservação das tartarugas marinhas na Costa Rica se dão em torno de quatro tipos, ou seja, a *Chelonia Mydas* – e sua sub-espécie, a negra (*Rhinoclemmys funerea*) –, a *camagua* ou *cabezona* (*Caretta carretta*), a *baula* (*Dermodochelys coriacea*) e a *lora* (*Lepidochelys olivacea*). Dos répteis, o guajipal (*Caiman crocodilos*), que vive em rios e canais do parque, é o mais conhecido.

Devido à complexidade do ecossistema do parque com seus diversos sítios de alimentação, há uma coexistência de aves e hábitos alimentares: insetívoras, frugívoras, granívoras, nectarívoras e mais uma vasta coleção de espécies que tem como alimento seres vertebrados de pequeno e médio porte (COSTA RICA. MINAE, 2004). Grande parte dessas espécies torna-se atrativa devido ao fato de serem raras ou pela dificuldade de serem observadas em outros sítios ecológicos, principalmente por especialista em comportamento de aves em seu *habitat*. A “[...] *Amazona farinosa*, lapa roja (*Ara macao*), lapa verde (*Ara ambigua*), *Pionus senilis*, *Pteroglossus torquatus*, *tucán picoiris* (*Ramphastos swainsonii*) [...]” (MORA, RODRIGUÉZ Y LÓPEZ, 2003 apud 2004 COSTA RICA. MINAE, 2004, p. 41) são exemplos a serem citados.

Uma das singularidades do PNT com relação aos mamíferos que o habitam é a grande diversidade, inclusive em forma e tamanho. Protegê-los, num ecossistema tão complexo em que habitam, implica também cuidados com a flora e outras diversas espécies animais. No que concerne a esses mamíferos, muitos deles que se encontram ameaçados de extinção estão em processo de proteção. Podem ser citados a anta (*Tapirus bairdii*), o jaguar (*Panthera onca*) e peixe-boi (*Trichechus manatus*), escolhido recentemente²²² como novo símbolo nacional da Costa Rica.

Com relação ao jaguar existe uma peculiaridade, como bem relata Georgina Zamora²²³, encontrada somente no PNT e que tem a ver com a reprodução das tartarugas verdes (*Chelonia mydas*), um dado comportamental muito interessante: o jaguar (*Panthera onca*) normalmente vive de modo solitário. Esse mamífero mudou circunstancialmente seu comportamento para comunitário. Isso se deve ao fato de eles não precisarem competir para obter alimento, já que há uma grande oferta de *Chelonia mydas*.

²²¹ Técnico em desenho arquitetônico e gerente da estação da STC.

²²² Em 29 de julho de 2014, a Assembleia Legislativa da Costa Rica aprovou a declaração do *Trichechus manatus*, conhecido como *manatí* ou *vaca marina*, proposta feita pelos alunos da escola de Limoncito, Limón/CR no ano de 2012.

²²³ Cientista ambiental e coordenadora de educação ambiental e divulgação comunitária da *Sea Turtle Conservancy* (STC).

Ainda sobre o jaguar (*Panthera onca*), Arroyo-Arce; Guilder; Salom-Pérez (2014) afirmam que a atual ocorrência de um grande número desses predadores no PNT pode ser devido ao alto nível de reprodução das *Chelonia mydas*, ao declínio das suas presas primárias como resultado da caça ilegal dentro do parque e nos arredores e, por fim, ao aumento das pressões antrópicas nos seus limites.

Existem ainda no PNT várias espécies de macacos e outros mamíferos, segundo Costa Rica. Minae, 2004): mono congo (*Allouta palliata*), mono colorado (*Atteleles geofroyii*), mono carablanca (*Cebus capuchinus*), o tepezcuintle (*Agouti paca*), o caucel (*Leopardus wiedii*), entre outros. Encontram-se também mais de 68 espécies de morcegos, entre as quais as seguintes *Carllia castanea*, *Artibeus watsoni*, *Atibeus lituratus* e *Dyphylla ecaudata*.

5.3 O plano de manejo, o conselho consultivo, os problemas, a gestão, o turismo e a conservação do PNT: conexões e atores sociais

5.3.1 Considerações iniciais: acesso e aspectos infraestruturais

O PNT é conhecido pela desova das *Chelonia mydas* em suas praias. Por isso mesmo é um dos mais procurados pelos turistas de diversos perfis. O acesso ao parque pode ser feito por via aérea ou aquática. Existe uma companhia aérea na Costa Rica que provê o transportante, que parte do aeroporto de Pavas, situado próximo a *San José*. Ao chegar a Tortuguero, o visitante pega um barco, cerca de 10 minutos, que o leva ao centro do povoado (TRANSPORTACIÓN pública, 2013). À segunda opção, a via aquática, precede uma série de etapas por via terrestre e de ônibus, partindo do terminal *Gran Caribe* (Caribeños) em *San José*, passa por Cariari até chegar a *La Pavona* onde se toma um barco e chega-se a Tortuguero. Caso o visitante queira ir a Tortuguero em carro próprio, ele chega até *La Pavona* onde guarda seu carro em um estacionamento próprio para isso e segue de barco.

O setor administrativo do parque conta com um quadro de 22 funcionários que se distribuem em um administrador, três encarregados de centros operativos, três promotores turísticos e 14 guarda-parques. No setor terrestre, que fica no oeste do parque, encontra-se um centro de operações, Água Fría, que possui um encarregado e cinco guarda-parques. Já, na costa, existem mais dois centros, o *Cuatro Esquinas*, onde trabalha um administrador, um encarregado de posto, quatro guarda-parques e três operadores turísticos; no outro centro, que fica em Jalova, encontram-se um encarregado de posto e cinco guarda-parques.

O parque também conta com um alojamento para seus funcionários e uma estrutura onde são guardados todos os tipos de materiais e objetos ASP que eventualmente tenham uma serventia. Além disso, existe uma infraestrutura de banheiros para os visitantes.

O parque dispõe ainda de um centro de visitação (Fotografia 95) no qual se encontra uma exposição permanente sobre a história do povoado como também do parque. O visitante que o frequentar ficará munido de uma série de informações, que de certa maneira são importantes na sua estada em Tortuguero. Essa visitação pode ser feita individualmente ou em grupo; caso se queira, contrata-se um guia local que, além de prevenir sobre determinados cuidados que se deve ter para não sofrer qualquer tipo de dano, acompanha o visitante em uma trilha inaugural de conhecimento em sua chegada. É importante que se diga que o visitante, antes de chegar a este centro, precisa comprar seu ingresso e fazer seu registro no prédio de informação (Fotografia 96). Nos *tours* dos canais é necessário que se compre também o ingresso nesse espaço.

Fotografia 95 - Centro de Visitação com exposição permanente



Fonte: Monica Araújo, 2013.

Fotografia 96 - Centro de Informação *La Tortuga Vigilante*



Fonte: Monica Araújo, 2013.

Atualmente²²⁴, o parque dispõe de uma trilha, El Gavilán (Fotografia 97), que se interioriza pelo parque nacional em um percurso de 6,4 km, entre ida e volta, paralela à praia. Em determinados pontos desses caminhos encontram-se postos de fiscalização com serviços temporários para prevenir o próprio parque de quaisquer ocorrências que venham a prejudicar a conservação da área. Ao percorrer a trilha, depara-se com uma infraestrutura, a *Asociación de Voluntarios para el Servicio en Areas Protegidas* (ASVO)²²⁵ (Fotografia 98), que permite o trabalho de voluntários no que respeita à educação e investigação ambientais.

Fotografia 97 - Trecho da Trilha El Gavilán



Fonte: Monica Araújo, 2013.

²²⁴ Quando da estada desta autora em novembro de 2013.

²²⁵ *Estación de educación e investigación ambiental Robles Koufman.*

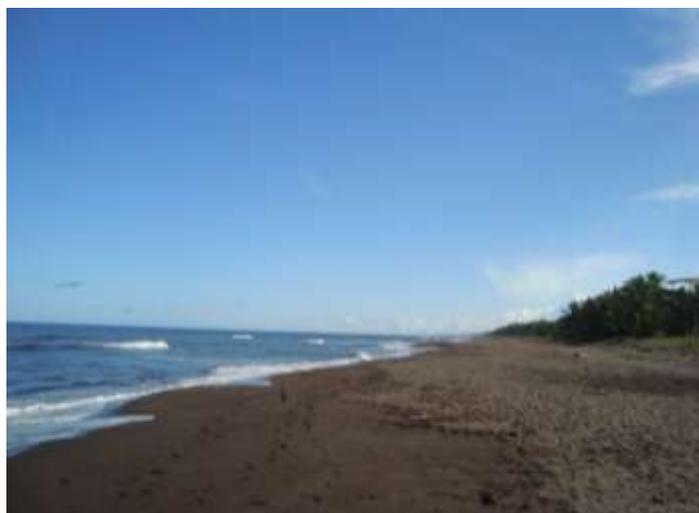
Fotografia 98 - Estação de educação ambiental e investigação Robles Koufman



Fonte: Monica Araújo, 2013.

Foi no ano de 1970 que o PNT estabeleceu-se segundo um Decreto Executivo e devidamente regulamentado pela Lei da República em 1975 (COSTA RICA. MINAE, 2004). Existiam três razões para tal feito, que se baseavam no fato de que no referido parque havia uma biodiversidade (fauna e flora) específica que necessitava ser conservada, pois encontrava-se em perigo de extinção, especialmente as *Chelonia mydas* que desovam nas praias (Fotografia 99) que ali se encontram. E mais, lá também se podia encontrar um conjunto natural de canais e lagunas de significativa beleza e inestimável valor turístico.

Fotografia 99 - Praia de Tortuguero



Fonte: Monica Araújo, 2013.

Nota-se, portanto, que o estabelecimento do PNT foi sobretudo criterioso, além de ter proporcionado à ciência um instigante espaço de investigação devido aos seus expressivos biomas, destaca-se a pesquisa sobre a tartaruga verde (*Chelonia mydas*). E, para se destacar com abrangência a importância desse parque, ressalta-se que já nos idos de 1959 a *Caribbean Conservation Corporation* (CCC), atualmente conhecida como *Sea Turtle Conservancy* (STC), (Fotografia 100) – grupo de pesquisa e conservação de tartarugas marinhas mais antigo do mundo – (HARRISON, 2014), se instalara na região preocupada com a ameaça de extinção desses quelônios.

Fotografia 100 - Prédio da estação de pesquisas da STC



Fonte: Monica Araújo, 2013.

Existe também outra estação de pesquisa, a *Global Vision International* – Jalova (GVI), que trabalha com programas de conservação da vida selvagem, com destaque para preservação do jaguar (*Panthera onca*) e tartarugas marinhas (*Chelonia mydas*). Pelo exposto, demonstra-se a consciência ecológica do governo costa-riquenho quando facilita a entidades internacionais o acesso a pesquisas científicas e à educação ambiental em seu próprio território, o que ajuda por outro lado à preservação do seu próprio meio ambiente, *lato sensu*, bem como abre o seu país para o turismo.

5.3.2 Abordagem sobre o Plano de Manejo e entorno

A construção do PM do PNT se deu segundo um processo eminentemente participativo que envolveu direta e indiretamente técnicos, intelectuais, consultores na área de

manejo de recursos naturais, geografia, turismo, engenharia florestal, antropologia e planejamento de ASP: além de funcionários da ACTO, comunidades locais, empresários e organizações locais e governamentais (COSTA RICA. MINAE, 2004).

Após 28 anos de estabelecimento, a área protegida de Tortuguero pôde contar com seu primeiro plano de manejo. Sua publicação foi feita em Janeiro de 2004 e teve como financiadores os *Proyectos Conservación de Bosques y Desarrollo Sostenible* (CODOBES) da União Europeia e Ecomercados - Banco Mundial e o MINAE da Costa Rica.

Esse plano foi concebido para orientar uma gestão por um período entre cinco e oito anos com o objetivo de “[...] conservación del área, y dado que el entorno de este parque nacional en muy dinámico, es necesario un seguimiento y evaluación periódica de las acciones propuestas” (COSTA RICA. MINAE, 2004). Para que se entenda o desfecho elaborativo do qual resultou o plano de manejo, é necessário fazer-se uma digressão.

A mesma fonte informa que, nos idos de 1983, por meio do Curso de Manejo de Áreas Silvestres do CATIE e com a colaboração de funcionários do Serviço de Parques da Costa Rica (SNP), arquitetou-se um primeiro esboço do *Plan Geral de Manejo y Desarrollo del Parque Nacional Tortuguero*. Apesar de tal esboço não ter sido levado a termo com relação ao Plano de Manejo em si, foi fundamental para o processo decisório de ações de manejo no referido parque. Nos anos 90, outras ações foram propostas, tais como:

Estrategia para el Desarrollo Sostenible de PNT y SUS áreas aledañas, elaborado em 1990.

Estrategia de Conservación par el Desarrollo Sostenible de las Llanuras de Tortuguero y SUS estúdios biofisicos, elaborado entre 1991 y 1992.

El Plan de Manejo para el Area de Conservación Tortuguero y su información complementaria, elaborado em 1996. (COSTA RICA. MINAE, 2004, p 15).

Esse conjunto de documentos foi pensado e desenvolvido para um planejamento de curto prazo, por meio de planos anuais operativos.

É importante constatar, com bases nessas informações, que, mesmo tendo sido criado o parque em 1975, e seu plano de manejo somente apresentado oficialmente em 2004, quer-se afirmar que o parque em si não ficou sem ações gerenciais que davam suporte a sua existência enquanto espaço de conservação. É também fundamental dizer-se que no fulcro do trabalho que envolvia o parque destacava-se sempre a necessidade de vê-lo sob a égide da sustentabilidade nos seus mais diferentes aspectos em conexão com a vida nas comunidades.

Aguirre (2007 apud Place, 1991) afirma que não havia em Tortuguero um conjunto de estratégias voltado para o desenvolvimento sustentável da área, o que estaria a cargo do SINAC. Também enfatiza que esforços nesse sentido estavam sob o poder de grupos

empresariais turísticos e ONG, sem que houvesse a participação de outros atores, como, por exemplo, os residentes, os quais não associavam o espaço de vida silvestre e benefícios econômicos que poderiam provir da atividade turística. Portanto, constata-se que só houve de fato uma preocupação com o desenvolvimento sustentável do PNT com os esforços traduzidos em documentos produzidos pela direção do parque, que dá feição aos primeiros princípios de um planejamento para aquela área de proteção.

Os avanços na elaboração do plano de manejo do parque resultaram na definição de um novo zoneamento estratégico que melhor contemplava – segundo os elaboradores – um planejamento eficaz para a ASP. O quadro de definição apresentado em 2004 foi o seguinte: zona de proteção absoluta, zona primitiva, zona de uso público, zona de recuperação do recurso e zona de uso especial. A seguir é mostrado um quadro de critérios e tamanhos para a definição dessas zonas.

Para fins de compreensão, a seguir são citados os objetivos de cada zona, a detalhar o referente ao uso público, no que diz respeito ao turismo:

- a) zona de proteção absoluta: proteção da biodiversidade e manutenção dos processos ecológicos, criando condições para investigação e monitoramento da área;
- b) zona primitiva: uso para amortecimento da zona de proteção absoluta, promovendo condições para estudos científicos e monitoramento do parque;
- c) zona de recuperação do recurso: promoção da recuperação natural das áreas do PNT, que foram degradadas por atividades antrópicas voltadas para a pecuária;
- d) zona de uso especial: aplacar os impactos negativos de uso incompatíveis com os ecossistemas do parque, e

La zona de uso público tiene dos áreas de desarrollo: una en el Sector de Cuatro Esquinas (caño Mora, caño Chiquero, río Tortuguero, playa Tortuguero y Sendero El Gavilán), y otra en el Sector de Jalova (playa Jalova, Laguna Jalova, caño California y Sendero El Tucán). Ambas áreas de desarrollo poseen atractivos similares y se caracterizan por encontrarse en los límites norte y sur del parque, cerca de las comunidades de Barra de Tortuguero y Barra de Parismina, respectivamente. En esta zona se permite la presencia e influencia de visitantes y de instalaciones afines. (COSTA RICA. MINAE, 2004, p. 112).

Essa zona foi planejada para proporcionar ao visitante o usufruto de atrativos que bem marcam a floresta tropical, muito chuvosa; oferecer também oportunidades de educação ambiental; manejar espaços para recreação dos visitantes; e apoiar a pesquisa científica.

Pequenas comunidades vão caracterizar o entorno do PNT. Um primeiro tipo depende economicamente da agricultura e da criação de gado. *La Fortuna, El Ceibo, Palacios, San Geraldo e La Aurora* são exemplos típicos e estão localizadas no setor sul e oeste do parque.

O segundo tipo, localizado na costa caribenha, ao sudeste e norte do parque, são aquelas que dependem da atividade turística. *Barra de Parismina e Barra de Tortuguero* são as encontradas nesse setor (COSTA RICA. MINAE, 2004). O acesso a serviços básicos, como água potável, manejo de dejetos, educação, saúde, segurança, estradas e transportes é limitador de desenvolvimento.

Nesses lugares, o processo de degradação ambiental já está em grau avançado. Mas isso se explica devido ao fato de que a fronteira agrícola situa-se no limite do parque – até as lindes do noroeste é onde se situam o *R.V.S. Barra del Colorado* e a *Zona Protectora Tortuguero*.

Como observação, no que respeita ao entorno do parque, ou seja, sua zona de amortecimento, a direção do parque, segundo Costa Rica. Minae (2004), deve trabalhar junto às comunidades com o intuito de promover o desenvolvimento sustentável destas. Especificamente, as comunidades vizinhas de *El Ceibo, Palacios, La Aurora, Barra de Tortuguero, Barra de Parismina e La Fortuna*, onde as ações “[...] deben realizarse mediante el trabajo conjunto con otras instituciones del Estado, ONGs y las comunidades” (COSTA RICA. MINAE, 2004, p. 114). Com relação ao que foi exposto, é importante asseverar que os objetivos relativos a cada zona são, em tese, cumpridos, baseados em um sistema de normas estabelecidas pelo plano de manejo.

O mesmo documento informa que, no que concerne à arquitetura estratégica para viabilizar o plano de manejo do PNT, foram estabelecidos cinco programas conjugados com ações pontuais: programa de administração, programa de uso público, programa de proteção e controle, programa de manejo e monitoramento de recursos e programa de extensão comunitária. Tais programas, como é óbvio, têm seus objetivos, normas e ações.

No entanto, ressalta-se que, no programa de administração, há uma descrição relativa ao apoio de instituições e organizações nacionais e internacionais em execução. Esse suporte está ligado à conformação de um Conselho local que trabalharia com base na Lei da Biodiversidade nº 7.788, de 23 de abril de 1998 (art. 29), e funcionaria coordenado ao Conselho Regional da ACTO (COSTA RICA. MINAE, 2004). Além disso, estaria responsável pela formação de um Comitê técnico para assessorar a gestão da ASP, a considerar o manejo integral dos recursos naturais e ambientais, sobretudo a região norte caribenha.

Robles et al. (2007), ao analisar a experiência costa-riquenha sobre a implementação dos planos de manejo de suas ASP, identificaram os entraves impedidores para a eficácia deles mesmos e teceram várias considerações que merecem ser bem destacadas. Essas

análises tiveram como objeto de estudo as seguintes: *Parque Nacional Volcán Poás, Parque Nacional Volcán Irazú, Monumento Nacional Guayabo, Refúgio Nacional de Vida Silvestre Gandoca-Manzanillo e Parque Nacional Tortuguero.*

A partir de determinados critérios gerais de avaliação de qualidade de planos de manejo, com relação a Tortuguero, chegou-se aos seguintes resultados:

- a)** estabelece objetivos primários e secundários para o manejo. Todavia, sem missão nem visão;
- b)** não está explícita a priorização de tarefas a curto e longo prazo;
- c)** as estratégias são claramente definidas;
- d)** não há indicadores de análises de experiências anteriores nem de fortalezas e debilidades da organização;
- e)** considera adequadamente a participação de atores locais e regionais;
- f)** possui três etapas de execução de calendário específico;
- g)** aponta para o desenvolvimento de um plano de monitoramento e financeiro, mas não os definem;
- h)** as zonas e os programas contam com normas específicas;
- i)** não considera protocolo para modificação do plano nem calendário para avaliar sua implementação;
- j)** tem sua categoria de manejo justificada;
- l)** o zoneamento e a zona de amortecimento são considerados adequados;
- m)** os limites são definidos em mapas, porém não descritos; e
- n)** recursos humanos e infraestrutura definidos.

O PNT, segundo o referido estudo, obteve a maior pontuação com relação a outras ASP quanto ao item índice de implementação. Atingiu 23 pontos dos 32, que é a pontuação máxima definida pela metodologia da pesquisa, seguida por Gandoca-Manzanillo, o que representa um alcance de 72%. Como se consta neste estudo, o referido parque tem realizado o seu trabalho, em termos gerais, com relação à conservação, a contento.

Os autores, Robles et al. (2007), identificaram quatro grupos genéricos de barreiras: fatores institucionais do SINAC, o plano de manejo elaborado, a administração da área protegida e o envolvimento dos atores interessados. Além disso, apontam suas prováveis causas e sugerem determinadas recomendações para subsidiar de forma concreta políticas públicas para as ASP pesquisadas. No que concerne à barreira genérica relacionada ao envolvimento de atores interessados, foram registrados entraves bem específicos, tais como: falta de compromisso por parte dos atores; conflito de interesses de acordo com o que

recomendado pelo plano; falta de benefícios econômicos para as comunidades vizinhas; e o plano não é produto de um processo de participação.

Já em relação às possíveis causas dessas barreiras, os referidos autores detectaram as seguintes: participação frágil ou nula nos processos de manejo e planificação; falta de incentivos tangíveis e intangíveis; ausência de alianças estratégicas com atores para o manejo. E mais, ausência de políticas e diretrizes para a resolução de conflitos e falta de validação do plano por parte dos atores.

É importante ressaltar sobre o que foi tecido no exposto em relação à pesquisa de Robles et al. (2007), quando estes se atêm a observar determinadas barreiras que são óbices ao pleno desenvolvimento de um plano de manejo, que o estudo não faz especificações por ASP, o que seria fundamental, pois cada área traz em si suas particularidades. Assim, muito do que foi apontado como entraves será certamente encontrado nesta ou naquela área protegida, o que naturalmente serve de orientação.

E para concluir essa descrição de razões quanto a planos de manejos em ASP, segundo esses autores, é necessário

Desarrollar un esquema nuevo para llevar a cabo procesos de planificación del manejo de las AP. [...] tendrá como propósito, redefinir la forma de planificar hasta ahora utilizada, con el fin de que los planes de manejo resultantes, faciliten y fomenten la implementación de los mismos.

Considerar, [...] a las AP como sistemas sócio-ecológicos complejos, donde implícitamente estarán incluidos para su manejo, conceptos modernos tales como resiliencia, panarquía, gobernanza, cambio climático, valoración económica total de los bienes y servicios derivados de las AP, etc. (ROBLES et al., 2007, p.62).

De acordo com os parâmetros e a metodologia do estudo feito, depreende-se que a maioria das ASP investigadas tem contemplado em parte os requisitos de um plano de manejo eficaz. Naturalmente, essa pesquisa, quando aponta novas orientações de mudança baseadas em conceitos como governança, valorização econômica de bens e serviços e outros, deverá contribuir em muito para demover certas barreiras que emperram o desenvolvimento acorde com novos tempos de pós-modernidade das ASP costa-riquenhas.

O *Sistema Nacional de Áreas de Conservación* (2013) publica um documento²²⁶ geral de atualização do plano de manejo do PNT para vigor de 2014 até 2023. Em primeiro lugar o novo diagnóstico sobre o parque, precisamente sua biodiversidade, confirma o inestimável valor da ASP para conservação dos ecossistemas e suas espécies terrestres e marinhas,

²²⁶ Participaram de sua elaboração *Sostenible por Naturaleza* e só foi possível graças ao projeto *Biodiversidad Marino Costero* em Costa Rica, *Desarrollo de Capacidades y Adaptación al Cambio Climático* (BIOMARCC/SINAC/GIZ (Agência alemã de cooperação internacional), a *Asociación Costa Rica por Siempre* (ACRXS), servidores do PNT e da ACTO). Sistema Nacional de Áreas de Conservación (2013).

algumas já ameaças de extinção.

Durante o processo de diagnose do PNT para a atualização de seu plano, foram numeradas 734 espécies vegetais conhecidas, um aumento de 5% em relação ao anterior. O que era catalogado como endêmica foi reduzido de 13 para dois (SISTEMA NACIONAL DE ÁREAS DE CONSERVACIÓN, 2013). Foi constatado nessa revisão que as investigações sobre a biodiversidade marinho-costeira deixam a desejar; foram detectadas lacunas de informações, por exemplo, sobre o róbaló (*Centropomus spp*), o sábaló (*Megalops atlanticus*) e a macarela (*Scomberomorus maculatus*).

Foi definido como fundamental para o plano de atualização nove elementos focais de manejo (EFM), inclusive terrestres e marinhos:

[...] 1) Chanco de monte o cariblanco (*Tayassu pecari*), 2) manatí, 3) cinco espécies de felinos, 4) cuatro espécies de aves rapaces, 5) tres especies de aves acuáticas, 6) seis especies de peces, 7) cuatro espécies de tortugas marinas, 8) Laguna Jalova, y 9) Yolillal. (SISTEMA NACIONAL DE ÁREAS DE CONSERVACIÓN, 2013, p. 113).

Pontuou-se, ainda, que determinadas ameaças impactam cada um desses elementos focais, ou seja: contaminação da água, caça, impacto da visitação de turistas, desmatamento nas zonas vizinhas, sedimentação, navegação no canal principal, extração de ovos de tartarugas, pesca, corte e extração ilegal de madeira no parque e contaminação por sólidos.

A continuar-se frisar as linhas significativas da atualização do referido plano, observou-se que comunitários relataram que a caça do chanco de monte (*Tayassu pecari*), da anta (*Tapirus bairdii*) e do tepezcuintle (*Agouti paca*), além do jaguar (*Panthera onca*). A caça   propiciada pelas próprias veredas de caminho aos caçadores, que se imiscuem no parque pelos interiores e cercanias. Os informantes também falam da remoção das coberturas vegetais nos arrabaldes do parque, com o fito de cultivos vários, como banana (*Musaparadis aca*), abacaxi (*Ananas comosus*), palma africana (*Elaeis guiensis*), além de atividades pecuárias. E mais, dizem ainda da contaminação das  guas, que no parque correm por plantações de abacaxi e banana.

Um dado muito interessante sugerido por esse plano diz respeito à necessidade de rastreadores – comitê formado por hoteleiros, comunidade e administradores do parque, responsáveis pela conservação das tartarugas e pela satisfação do visitante – e guias de turismo local de serem mais ativos com relação   gestão turística, pois estes são atores locais com presenç a nos mais variados aspectos da operação de turismo associado ao parque. Ressalta-se também que há urgência em implementar ações para o monitoramento de impactos derivados da visitação na zona de uso público e acrescenta que é preciso

disponibilizar recursos e capacidade técnica humanos, além de material, condizentes com as precisões da área de proteção de Tortuguero.

Esse documento oficial sugere inclusive que há possibilidade de captar recursos por meio do Projeto BID-Turismo, com o objetivo de conceder espaços para serviços não essenciais, mas que, no entanto, podem ser de significativa serventia para a visitação turística no parque, assim como para melhorar as relações entre os atores envolvidos na gestão da ASP. Sobre esse projeto, a gestora do Parque, Elena Vargas²²⁷ (informação verbal) diz,

[...] en infraestructura tenemos problemas, ahorita tenemos un proyecto un préstamo del Banco Interamericano de Desarrollo y el Parque Nacional Tortuguero es parte de este proyecto. Es un proyecto a nivel país y, bueno con ese préstamo, se va hacer un sendero que es para subir al cerro Tortuguero, que es un mirador. Ese es otro atractivo que queremos reabrir. Entonces, con ese proyecto, se va hacer el sendero porque aquí en Tortuguero el problema es que todos los senderos se inundan; entonces, como son muchos visitantes, el impacto sob el suelo es muy fuerte, el pisoteo; entonces, ocupamos que los senderos sean elevados. Al SINAC le ha costado enfocar sus esfuerzos económicos en los senderos; entonces, hasta ahorita, el sistema está cambiando la visión más social del turismo y se están dando cuenta que se hay que mejorar la infraestructura para los turistas; así, ese proyecto trae la rotulación (señalización), debido a que la rotulación aquí en el parque es casi nula, solo esta que tenemos aquí es lo que hay. Tenemos muy mala señalización para los visitantes con información de todo tipo, y lo otro que viene a hacer el proyecto es un muelle nuevo para que los turistas puedan caminar con mayor seguridad y también se van a ampliar los baños. Ahorita nosotros tenemos tres servicios sanitarios, pero ninguno tiene acceso para discapacitados; entonces eso es parte de las ideas: ampliar los servicios y eso es lo que tenemos. (informação verbal).

Em consonância com os ditames da atualização do plano de manejo, a informante reforça a necessidade de o governo costa-riquenho recorrer ao BID, já que esse agente financeiro se predispõe a contribuir com certos incentivos para o desenvolvimento de estratégias benfazejas no sentido de uma sustentabilidade em suas ASP. Por exemplo, seria importante para o turismo e principalmente para a comunidade que um porto seja construído, porque assim vai facilitar o acesso de pessoas (Fotografia 101), inclusive portadoras de necessidades especiais, a Tortuguero. Isso, por outro lado, dinamizaria o turismo, bem como o tráfego de mercadorias para a localidade, que sofre, atualmente, de uma série de impedimentos de várias ordens.

²²⁷ Bióloga.

Fotografia 101 - Atracadouro de Tortuguero



Fonte: Monica Araújo, 2013.

Ainda sobre esse assunto, Abel Bonilla (informação verbal)²²⁸ tece considerações ao afirmar que a mesma instituição financiadora vai proporcionar a execução de mais uma benfeitoria para Tortuguero, que é

[...] el tratamiento y manejo de las aguas negras en la zona donde estamos; lo que funciona son tanques sépticos en nivel freático; aquí es muy alto, y cuándo llueve se inunda; [...] este proyecto cuesta 3 millones de dólares; estamos en la etapa previa de análisis, de discusión del modelo de planta de tratamiento que se requiere considerando las características de la zona. Por ser isla no puede ser cualquier planta; entonces, estamos con los modelos, experimentando internacionalmente a ver qué empresa viene para seleccionar el tipo de modelo y crear la planta de tratamiento y la redistribución de la agua negras. (informação verbal).

Isso posto, a iniciativa do tratamento dessas águas chamadas negras pode, sem dúvida, contribuir tanto para a sustentabilidade daquela área de proteção quanto para o saneamento básico da localidade, que desfrutará de uma vida mais saudável.

De acordo com o *Sistema Nacional de Áreas de Conservación* (2014), o plano de manejo de 2004-2012 nem mesmo chegou a implementar em 100% as 13 estratégias entre as 31 planejadas. O que foi justificado para tamanha falha foi a falta de servidores, frágil capacitação, desmotivação e a idade já avançada de determinados funcionários. O dito acima

²²⁸ Sociólogo, Assessor da ADIBT- *Cantón Pococí- Provincia de Limón*.

é reforçado por Elena Vargas²²⁹ (informação verbal), quando de comentários sobre problemas do PNT. Segundo ela,

Nuestro principal problema es la falta de personal; es una área muy grande y sin personal. El personal que hay entró hace muchos años y ya empieza a mostrar problemas físicos: enfermedades, Dolores em las rodillas y espada, hongos en la piel (debido a las consiciones húmidas de aqui). La edad; no es lo mismo un guardaparques que tiene 20 que uno que tiene 60 años. Los recorridos por tierra son muy difíciles porque el parque es un bosque inundado, requieren muchas condiciones físicas y eso es lo que falta renovar, traer gente nueva que aprenda los que ellos sabes hacer. Todo eso se asocia a la falta de personal; por ejemplo, nosotros quisiéramos hacer más investigación, quisiéramos hacer trabajos de educación ambiental, tener mayor presencia en la comunidades, fomentar, orientar, ayudar más a las comunidades a participar en la toma de decisiones, pero el trabajo es mucho y recargado en muy pocas personas, entonces eso nos limita. (informação verbal).

Ao levar-se em consideração o que foi informado sobre a implementação das estratégias para o manejo do parque, pode-se cotejar com o que foi explicitado por Robles et al.(2007) e concluir-se que os entraves citados no tocante à barreira administração da ASP realmente foram obstáculos que se impuseram contra uma eficaz gestão do parque.

No que respeita à proposta do plano geral de manejo atual (2014-2023), esta se define em cinco programas e 24 estratégias. (SISTEMA NACIONAL DE ÁREAS DE CONSERVACIÓN, 2013). Antes de apresentá-las, é importante ressaltar que a sua configuração foi definida a partir de oficinas participativas integradas pelo pessoal da ACTO, lideranças comunitárias, empresários, representantes de organizações, pesquisadores/professores, entre outros.

O primeiro programa é o administrativo que traz no seu bojo as seguintes estratégias: consolidar o recurso humano do PNT; fortalecer a comunicação entre o parque e o público-alvo; desenvolver instrumentos para a captação de recursos financeiros; fortalecer a coordenação com diversas instituições (SISTEMA NACIONAL DE ÁREAS DE CONSERVACIÓN, 2013). E mais, proporcionar ao pessoal equipamentos e infraestrutura adequados ao manejo; propiciar as condições para o manejo de resíduos sólidos e líquidos dos postos operativos do parque; e estabelecer um programa de avaliação e dar continuidade anual ao PM, integrando os planos operativos e conexos.

O programa controle e proteção diz respeito às ameaças que impactam os elementos focais de manejo (SISTEMA NACIONAL DE ÁREAS DE CONSERVACIÓN, 2013). As estratégias são as seguintes: consolidar o recurso humano; fortificar as relações de cooperação

²²⁹ Gestora do PNT.

com o *Ministerio de Seguridad Pública* (MSP); e elaborar e implementar o plano de controle e programa do PNT em parceria com o MSP, guias locais, projeto rastreadores, *Fuerza Pública*, voluntários, ONG e guarda-parques.

Talvez, um dos programas mais estratégicos para a boa governança do parque seja o de turismo sustentável que contém as seguintes estratégias: contemporaneizar o instrumental com o fito de aperfeiçoar a gestão do fluxo de visitantes e do turismo em geral e monitorar os impactos dos turistas e a qualidade da vivência nas Zonas de Uso Público (ZUP) (SISTEMA NACIONAL DE ÁREAS DE CONSERVACIÓN, 2013)

Ademais, outras estratégias dizem respeito ao fortalecimento da infraestrutura de uso público própria aos visitantes, centrado na adaptação às mudanças climáticas, e à implementação de novos mecanismos, como a permissão de uso e concessão de serviços não essenciais nas ZUP. E, por fim, fortalecer as alianças estratégicas com atores relevantes – empresários do setor turístico, organizações comunitárias, guias de turismo e rastreadores – para a gestão da visitação.

O quarto programa, o de investigação e monitoramento, segundo *Sistema Nacional de Áreas de Conservación* (2013), tem com estratégia principal gerar informações que tenham utilidade para o melhor conhecimento dos recursos para ações de manejo e tomada de decisões. Outras dizem respeito ao fortalecimento das capacidades e articulações para a gestão da investigação científica.

Por fim, o quinto programa, o de gestão cidadã, objetiva um trabalho que preveja um relacionamento adequado do parque com o seu entorno social,

[...] tanto a nivel de las comunidades costeras como aquellas tierra adentro. Una manera de hacerlo es promoviendo la conscientización de la población vecina en relación a la conservación y sostenibilidad del ambiente y la biodiversidad. (SISTEMA NACIONAL DE ÁREAS DE CONSERVACIÓN, 2013, p. 89)

A seguir apresentam-se as quatro estratégias desse programa: fortalecer a educação ambiental a visar à conscientização das populações do entorno; consolidar a coordenação interinstitucional com relação aos aspectos de conservação, ambiente e sustentabilidade; propor um plano de ação para as questões de ocupação nos setores de *Jalova* e *Cuatro Esquinas*; e por último fortalecer a participação cidadã por meio de conselhos locais do PNT, tanto do setor terrestre quanto do costeiro.

Ao comparar-se o PM (2004 - 2012) com a sua atualização, é evidente que houve avanços significativos. No entanto, não é possível perceber ainda qualquer eficácia de sua atualização devido ao fato de que sua concretização está em estado embrionário. Ressalta-se,

de qualquer maneira, que a eficácia desse conjunto de programas passa necessariamente pela governança, que é eixo dinamizador e articulador, ou deveria ser, fundamental no processo de gestão das estratégias contidas nos programas.

Verificou-se, ainda, que no PM anterior não existe menção com relação à criação de conselhos locais, o que fere o ordenamento jurídico do SINAC, segundo Costa Rica. Minae (2006) que diz que na Costa Rica é variegada a participação da sociedade no que concerne a gestão ambiental, que é expressa por meio de acordo com Costa Rica. Minae (2006), na Costa Rica, é multiforme a participação da sociedade com relação à gestão ambiental. Nesse sentido, o que se percebe são formas de participação que se expressam no que diz respeito ao ordenamento jurídico, das seguintes formas no SINAC: conselhos regionais e locais ambientais, comitês de manejo de ASP, comitê de bacias, comissões específicas de proteção de recursos, além de programas de voluntariado e de caráter nacional, com ênfase local.

Portanto, a referida atualização do PM salta qualitativamente, pelo menos em teoria, quando propõe o programa gestão cidadã, já que é imprescindível em um processo de governança ambiental que haja a participação da comunidade para o desenvolvimento deste. A seguir, discorre-se sobre a construção dos conselhos consultivos locais no processo de governança dos parques nacionais em estudo.

5.3.3 Conselhos consultivos: processo de construção e perspectivas

As informações colhidas em campo, relativas à construção dos Conselhos Locais Ambientais (CLA) do PNT, foram baseadas em relatos provindos sobretudo da gestora do parque²³⁰, além de outros atores que, de uma forma ou de outra, contribuíram para dar configuração significativa aos entendimentos sobre a formação dos referidos CLA. Também recorreu-se a relatórios como contributos para esses entendimentos, uma vez que por enquanto não existem outros elementos bibliográficos que possam servir de esteio.

No que concerne a essa discussão, Elena Vargas²³¹ (informação verbal) relata que

Nosotros somos parte del parque por una decisión de la dirección ya que éste pertenece a una área de conservación, a un región; hace dos años, se decidió dividir el parque en dos: un sector costero, que es donde está todo el turismo fuerte, que es Tortuguero y un sector montañoso, que es el sector ubicado al oeste al parque, [...] y allí hay muchas comunidades de bananeras, piñeras, que son comunidades muy pobres. Muchas personas son nicaragüenses; en el sector terrestre de ese parque en el que no permitimos todavía el turismo porque no hay suficiente personal, no hay infraestructura, no hay capacidad administrativa para ofrecer servicios turísticos. En

²³⁰ Elena Vargas.

²³¹ Gestora do PNT.

ese sector la relación que tienen las comunidades con el parque es muy diferente la relación que tienen con el parque que la relación que tienen comunidades como la de Tortuguero, donde casi 100% de la población vive de servicios turísticos. Entonces se les dio prioridad a esas comunidades que están ubicadas a lo interno al parque; se certificaron las principales organizaciones por cada comunidad y conformó un consejo local, llamado Consejo Local de Parque Nacional Tortuguero - Sector Oeste. Esta es la zona de amortiguamiento del parque, y con ellos ya estamos trabajando en los últimos años; tenemos pendiente, y de carácter urgente, hacer el otro Consejo Local, para el sector costero que incluya las comunidades de Parismina, Tortuguero y San Francisco. (información verbal).

Evidencia-se, portanto, duas realidades totalmente opostas: de um lado, um setor “organizado” para atividades turísticas, que é o lado costeiro do parque, e, outro, setor, até o presente momento, sem infraestrutura nem material humano, que congeminasse as mínimas condições para o desenvolvimento do turismo. O fato é que as experiências de formação de um conselho local foram executadas justamente na área montanhosa do parque onde não há turismo, o que é aparente estranho, pois a lógica seria começar-se onde há a necessidade de um conselho.

Pode-se pensar, a ter como base a fala da informante²³², que tal atitude por parte dos responsáveis teria o objetivo de atrair as comunidades do setor oeste para uma tomada de consciência sobre a importância do parque como um espaço a proteger, e, portanto, principiar a formação de um conselho local naquela área seria um primeiro passo que se daria. Além disso, a Lei da Biodiversidade nº 7788, de 30/04/1998, faculta que sejam formados conselhos locais para apoiar a gestão das ASP que deverão ser ratificados pelos conselhos regionais das áreas de conservação.

A mesma informante afirma que os conselhos locais são obrigatórios por Lei, no entanto isso não procede se se detém à lei já citada. Relata ainda uma série de problemas que envolvem a formação desses conselhos: grandes extensões das áreas do parque e demora em articular os atores envolvidos. Esses conselhos devem ser compostos por pessoas das comunidades, representantes de instituições públicas e privadas, ONG e membros do Ministério da Educação. Há inclusive a dificuldade financeira no que tange a custear as reuniões dos participantes, visto que existem questões que envolvem deslocamento de pessoas, alimentação e outros. E, para concluir, a entrevistada ressalta que, além desses entraves, há outros como:

motivar a las personas también es un trabajo voluntario que ellos están haciendo. Sacar ese espacio de su tiempo y de su trabajo para hacer parte de la gestión del parque no es fácil, entonces nos hace falta una manera que podemos de retribuirles

²³² Gestora do PNT.

por eso esfuerzo, y eso lo que el país tiene que resolver, pienso yo, al corto plazo. (informação verbal).

Portanto, não basta que exista um ordenamento jurídico que obrigue a constituição de conselhos, que por sinal são consultivos, pois cada lugar, cada país tem suas particularidades.

Em sequência, a mesma interlocutora, Elena Vargas, tece alguns comentários com relação à organicidade do conselho do parque: a dinâmica dessa instância se presentifica em uma assembleia que se faz a cada dois anos. Esta se instala por meio vários grupos que se distribuem da seguinte maneira: o setor do Estado, o privado, as organizações não governamentais e os grupos comunitários. Cada comunidade pode compor-se de uma a três organizações, e estas não precisam ter *status* jurídico, ou seja, o importante é que sejam grupos ativos e que se reúnam sistematicamente.

A prosseguir, a informante diz que a assembleia é instalada e escolhida a Junta Diretora do Conselho. Esse grupo reúne-se uma vez a cada dois meses, e faz primeiramente diagnósticos do estado das comunidades, que fazem parte nos conselhos locais. O passo seguinte se dá pela visitação às comunidades, quando convocam para reuniões os representantes das organizações comunitárias, momento em que são apresentados projetos produtivos dessas localidades

[...] ahí hay gente que trabaja, por ejemplo, enpacando papitas, yuca, malanga; hay varios emprendimientos locales; van viendo la problemática ambiental de la comunidad; también se ve la parte social. Si no hay escuela, el consejo trata de buscar al representante de gobierno que tiene que asegurar que llegue el profesor a la comunidad, si trata de ir mejorando la parte social, pero el enfoque el más ambiental. Por ejemplo, se determina que las casas todas están tirando sus aguas residuales al río o que hay una chanchera que igual esta gerando y disponiendo gran cantidad de contaminación en una laguna [...]. Con base en ese diagnóstico, hacen un plano de trabajo; en el que es el secretario general de la Yunta Directiva el que lleva todas las actas que de lo que sucede en las reuniones. (informação verbal).

Portanto, segundo as informações de Elena Vargas, foi assim que se deu a organização e funcionamento do *Consejo Local de Parque Nacional Tortuguero - Sector Oeste*.

Percebem-se, ainda, os esforços da direção do parque, apesar das dificuldades encontradas, em observar a vida *in loco* das comunidades em relação ao modo que as pessoas lidam com o sentido de conservação daquela área. Além disso, nota-se que há um trabalho da direção do PNT em se aproximar e armar estratégias para solucionar determinados problemas que afetam o cotidiano.

Referente ao *Consejo Regional del Área de Conservación (CORAC)/ACTO*, estabelecido na Lei de Biodiversidade 7788, que é a instância máxima na escala de

importância quando se trata de áreas de conservação, Abel Bonilla²³³ (informação verbal) afirma que o CORAC só existe no papel, ou seja, não funciona, não põe em prática o que manda a lei. Observe-se o que ele diz:

[...] Es un Consejo Regional que reúne una serie de líderes de las comunidades de toda la región del Área de Conservación de Tortuguero; existe ese Consejo, pero no cumple ninguna función, se reúne una vez al año, verifican proyectos, planifican, escuchan las quejas de los vecinos, pero no ejecutan. Se ha convertido en una figura meramente burocrática; en teoría es una figura de participación ciudadana, pero no tiene recursos, no cuentan con mecanismos legales para ejecutar proyectos, entonces se convierte en un mecanismo meramente para escucharse, quejarse.[...] entonces es simplemente un órgano consultivo. (informação verbal).

Apesar de o informante dizer com tanta incisividade que o conselho regional é inoperante, ao alegar que é meramente consultivo, o entendimento que se tem é que o seu discurso parece estar equivocado, pois existem outros ASP cujos conselhos – por lei, consultivos – funcionam, contribuem com uma série de tarefas que são benfazejas para o desenvolvimento sustentável em vários aspectos em suas localidades. Por exemplo, o *Refúgio Nacional de Vida Silvestre Gandoca-Manzanillo* (COSTA RICA. MINAE, 2006). E, por outro lado, para dar ênfase a sua fala, o entrevistado afirma que o que funciona mesmo é o SINAC, que é a figura nacional, depois a ACTO com seus funcionários e com um escritório regional, e nada mais.

Para Eddy Rankin²³⁴ (informação verbal), o conselho regional funciona, precisamente, com as diversas forças ativas da comunidade. Como exemplo, a associação de guias locais de Tortuguero que trabalham diretamente com esse conselho, a ter como objetivo a conservação e a proteção do parque. Em contraponto ao que disse Abel Bonilla²³⁵, o conselho regional desempenha sim uma função de suma importância na área em questão.

Não é de estranhar que haja, por parte dos informantes X e Y com relação ao parque, certa incompreensão no que diz respeito ao conselho regional, dado que o próprio *Sistema Nacional de Áreas de Conservación* (2010) reconhece que as próprias instâncias de governança ligadas ao PNT, por estarem em processo contínuo de formação, têm suas fragilidades. Veja-se o que aponta o SINAC sobre as debilidades desse processo de participação social:

64. En la gestión del SINAC son escasos los procesos ordenados, los mecanismos y métodos dirigidos a involucrar a las comunidades indígenas y campesinas en el manejo y usos sostenibles de los recursos naturales.

65. La educación ambiental y la gestión comunitaria no son prioridades

²³³ Sociólogo, assessor da Associação de Desenvolvimento Integral de Tortuguero.

²³⁴ Presidente da Asociación de Guías de Tortuguero (ASOPROTUR), 49 anos, secundário completo.

²³⁵ Assessor da ADIBT.

institucionales, no les asigna recurso económico y humano como programas.

66.El Consejo Nacional de Áreas de Conservación (CONAC) y los Consejos Regionales (CORAC) y Consejos Locales (COLAC), en su mayoría, no ejecutan en todos sus alcances las funciones que les competen por ley.

67.La participación de la sociedad tiende a entenderse en el SINAC, como consultas puntuales o un fin en si mismo, y como un medio continuo para el involucramiento de los actores sociales.(SISTEMA NACIONAL DE ÁREAS DE CONSERVACIÓN, 2010, p. 25).

Percebe-se, a partir das entrevistas coletadas e de alguns próprios itens contidos na Lei da Biodiversidade nº 7788, tangente à participação da sociedade no que diz respeito ao seu envolvimento com a conservação do parque, já que ela é elemento de fundamental importância nesse incipiente processo de governança, quão difícil deve ser a estruturação de um conselho atuante. Principalmente quando se sabe que conselho local do setor oeste teve sua iniciação no ano de 2010.

No entanto, constate-se também que houve avanços na participação da sociedade em relação ao plano de manejo, pois, conforme Chamorro; Bermúdez (2006), quando vão se referir à avaliação da sustentabilidade do PNT, os comunitários têm acesso à tomada de decisões quanto ao manejo da ASP. Entretanto, os autores asseveram que falta envolvimento direto nas decisões tomadas. E ainda comentam que “Se ha venido fortaleciendo este proceso por medio de la creación de un Consejo de Área de Conservación, según lo estipulado en la Ley de Biodiversidad” (CHAMORRO; BERMÚDEZ, 2006, p. 162) e que representantes de diversos grupos da comunidade têm participado do transcorrer da elaboração do plano de manejo e de outros planos.

5.3.4 A gestão do parque e as ações empreendidas pelos atores sociais

Já foi explicitado que, na área do Parque Nacional de Tortuguero, a instância de governança que se define por Conselho só existe no setor oeste. Na zona costeira onde fundamentalmente acontece o turismo ainda não há tal instância. No entanto, existe concretamente uma organização composta por diversos atores sociais translocais e locais que são responsáveis por ações individuais (instituições governamentais, associações, ONG e empresas privadas) ou coletivas que dão sustentação ao parque enquanto área de conservação e destino turístico pelas suas mais diversas atrações.

A seguir, far-se-á uma exposição com mais detalhes das ações que estão sob a responsabilidade da administração do parque distribuídas em setores, o que já foi pontuado anteriormente quando se falou do plano de manejo dessa ASP.

Em resposta a uma questão pronunciada sobre a dinâmica da conservação da biofauna

e do turismo no parque, a informante²³⁶ discorreu com as seguintes razões: a primeira se ateve a tecer considerações que afirmavam que a administração estava dando monitoramento e seguimento a todos os programas previstos no plano de manejo. No programa de controle e proteção, asseverou que há um encarregado para cada setor do parque. E a segunda razão disse respeito ao plano de turismo sustentável, que é uma ação concreta das mais importantes, quando prazos precisam ser cumpridos de forma rigorosa, porque, principalmente, quanto às tartarugas há que se submeter às leis naturais. Ressalte-se que essas duas razões citadas, que são programas de fato, estão intrinsecamente conectadas ao plano de manejo.

A própria informante demonstra com seu discurso que a gestão do parque não se basta como promotora de ações, ou seja, ela necessita de outros atores para dar concreção às atividades que são importantes para a conservação do parque e, por derivação, do turismo que é praticado nessa ASP; vai dizer, portanto, no que diz respeito à pesquisa científica, que

por dicha tenemos organizaciones no gubernamentales alrededor del parque; en todo los limites. Tenemos una en Caña Palmas donde está la STC, que son los que estudian a las tortugas desde los 50 años; tenemos otra allí abajo en Jalova, la GVI ahora se metió la gente a estudiar los jaguares; otra es el Centro Científico Tropical con el proyecto MANATI. Tenemos muchos aliados externos que nos ayudan con la investigación; pero hay mucho trabajo para hacer porque ocupamos orientar las investigaciones hacia temas que a nosotros nos sirvan para tomar decisiones. Este es en paso en el que estamos ahorita pero la parte de educación ambiental nos han costado un poco más así como también el programa de la gestión ciudadana. (informação verbal).

Portanto, fica demonstrado que a gestão do parque tem se afirmado dentro de um processo de governança ambiental que necessita para o seu bom desenvolvimento de outros atores sociais. Constata-se também que essa gestão entende que esse processo precisa estar aberto à participação comunitária, se não por outras razões, mas pelo fato de ter criado um programa de gestão cidadã, que trata sobretudo da educação ambiental, e por já ter iniciado o processo de formação do conselho local.

Nesse arco de envolvimento de atores diversos com objetivos de conservar o parque, Elena Vargas²³⁷ ressalta que a direção do parque mantém uma relação bem próxima com a ASOPROTUR, que desempenha um papel essencial para o turismo local, ou seja,

Tenemos otra asociación que es la de guía; ellos si trabajan más com nosotros en la parte de turismo porque tenemos una relación muy estrechadebidoal desove de las tortugas. Nosotros en ese tour de desova nos regulamos mucho porque la tortuga está en peligro de extinción y entonces la administración tiene la obligación de ser más estricta con el tour de la tortuga. La asociación de guías locales estaba

²³⁶ Elena Vargas.

²³⁷ Gestora do parque.

legalizada hace más de diez años, pero nunca había estado activa hasta hace talvez dos años, y la junta directiva, se reúne de manera constante por medio de asambleas. Ellos vienen, se relacionan con nosotros y participan; si, ellos si se relacionan más en la toma de decisiones o en el la propuesta de varias formas de manejar específicamente el turismo; ellos si trabajan más cerca com nosotros. (informação verbal)

Percebe-se na fala da informante que dá relevante importância a ASOPROTUR como parceira de trabalho e, por outro lado, demonstra que relação é frutífera; os guias detêm um saber capaz de influenciar decisões, e isso é plenamente entendido e utilizado no bom sentido pela direção do parque.

Assim, depreende-se que atores participando na execução de ações planejadas são de bom alvitre para o trabalho de conservação do parque ou de qualquer outra dimensão da realidade. Mas o mais importante em tudo isso é entender, que para sustentar um processo de governança ambiental, é necessário que haja uma cadeia de elos que na sua interdependência funcionam melhor, mesmo que haja conflitos de interesses próprios. É no esforço em resolver esses conflitos que também está o *optimus* da governança.

No entanto, por se saber que todo processo, principalmente ao iniciar-se, necessita de ajustes constantes, notam-se na gestão do dito parque certas descoordenações, no que tange às ações de outros atores sociais que têm por objetivo a preservação ambiental. A mesma informante²³⁸ revela esse fenômeno:

Ellos tienen sus programas y porsupuesto que colaboran con la conservación del parque, pero nos comunican y nos llevamos bien; pero no estamos coordinados. Ellos hacen, por ejemplo, la semana de biodiversidad (Fotografía 102) y está muy bien. A nosotros nos sirve, que los guías y la comunidade aprendan, pero no es algo que nosotros programemos o que nosotros ejecutamos. Nosotros asistimos si necesitan de algo y les podemos ayudar con mucho gusto los hacemos porque son nuestros aliados pero ellos no participan de nuestra planificación. (informação verbal).

Vê-se assim que esse processo de governança ambiental no PNT está só iniciando, e, por sinal, sem muitos percalços, vide a percepção da informante quando de certa maneira apoia uma determinada ação que é coletiva e para o bem do parque.

²³⁸ Elena Vargas.

Fotografia 102 - Semana da Biodiversidade em Tortuguero



Fonte: Monica Araújo, 2013.

A continuar-se a considerar o tema gestão do PNT, outro informante²³⁹ comenta isso como problema segundo um ponto de vista que se refere ao que chama de limites da gestão, pois a comunidade de Tortuguero (Fotografia 103) está geograficamente situada dentro de um parque nacional, o que segundo ele tolhe determinados processos que dizem respeito tanto à vida da comunidade quanto à gestão do parque. Exemplifica expondo o seguinte

la grande limitante se da porque el parque ve como un todo a la población del desove de la tortuga a lo largo de seis kilómetros de la cancha. No es que la tortuga desove en la área de parque, la tortuga se desova aquí en el pueblo, antiguamente en la área [...] el Pueblo no puede desarrollar una serie de actividades porque la ley de parque obliga o lo limita a desarrolla actividades. (informação verbal).

Tortuguero não é exceção no que diz respeito a estar encravado dentro de uma área comunitária que historicamente já existia até uma lei para transformá-lo em parque. Isso se pode constatar nos parques nacionais da Amazônia, Chapada das Mesas entre outros, cada qual com suas particularidades. No entanto, não deixa de ser um desafio para sua atual gestão conviver com certas limitações que transcendem as leis, visto que em muitos aspectos os cotidianos das pessoas são feitos, poder-se-ia dizer, de uma matéria muito delicada.

²³⁹ Abel Bonilla.

Fotografia 103 - Praça principal de Tortuguero



Fonte: Monica Araújo, 2013.

Esse mesmo informante acrescenta mais um problema à gestão do parque, o que segundo ele é mais um limitador de eficiência e, por consequência, de eficácia com relação aos objetivos da gestão. O entrevistado diz que existe um bom número de funcionários – da segurança pública, ministério da saúde e ambiente – no entanto, no caso dos profissionais que atuam diretamente no parque, não contam com condições e recursos adequados ao seu bom desempenho. Outrossim, enfatiza que “[...] estamos en coordinación con ellos de la mayoría, quizás de todos los proyectos porque nosotros no podemos desarollar ninguno proyecto que no tenga el visto bueno del parque[...].” (informação verbal). Portanto, em certo nível existe uma coordenação de ações da ADIBT com o parque, porém também de subordinação, visto que nada pode ser realizado sem a rubrica da direção do parque.

Quanto à relação da STC com a direção do parque, um informante relata que se trabalha em coordenação, no tocante a questões de autorizações, regulamentos e situações emergenciais, por exemplo, como quando é detectado pelos colaboradores o roubo de tartarugas ou outro de qualquer natureza, o que os faz tomar medidas resolutivas. Mas a participação da STC não se restringe apenas a isso. O mesmo entrevistado afirma que ela mantém relações com outra ONG, a GVI, compartilhando informações que são caras à conservação das tartarugas, jaguares e répteis.

O discurso da STC intermediado pela figura do gerente da estação²⁴⁰ aborda uma questão muito delicada que tem como objeto a própria comunidade de Tortuguero. Em suas linhas, ele vai falar das dificuldades desse relacionamento, que bem explicado é óbice, em parte, para as ações benéficas da ONG

Acá digamos somos como tres mundos aparte, está el Pueblo como tal, está el parque nacional y está la STC. Nosotros tratamos de tener una buena relación con las personas, pero se trata de llevar bien el problema. Con los estudios que se han hecho; es que se han puesto reglas en las playas para controlar un poco la cantidad de personas que salen en la noche. La gente pues que siente un cierto rechazo hacia nosotros, pero es como 50% que sí y 50% que no. Sin embargo se trata de involucrar un poco más al pueblo con actividades de educación ambiental, tratamos de ayudar a la comunidad en lo que ésta pida ayuda, soporte en algo, pues tratamos de ayudar en lo que podemos. Claro que nosotros somos una empresa, como tal no podemos colaborarles tanto como los hoteles que generan mucho dinero pero nosotros tratamos de ayudar en lo que podemos. (informação verbal).

Apesar de o representante da STC deixar explícito no seu discurso de três mundos diferentes e apartados entre si, não se deve levar isso ao pé da letra, porque não é o que acontece na realidade. Na verdade, pelas observações que foram feitas em campo, os reclamos dessa organização com relação à comunidade passam simplesmente por uma questão de educação ambiental desta, razão esta responsável pela falta de compreensão de determinadas ações encetadas pela ONG dentro de um projeto maior, que é a conservação das tartarugas.

Isso posto, talvez vários desentendimentos de relação desta com a comunidade sejam amainados, deixem de ser entraves para o trabalho desenvolvido, quando o novo programa de gestão cidadã do parque for posto efetivamente em prática, a esclarecer e transformar assim essa realidade.

5.3.5 Contexto turístico de Tortuguero

Pelos idos do século XVIII, Tortuguero já era conhecida por marinheiros e comerciantes espanhóis devido de ao fato que ali milhares de tartarugas desovavam (LA HISTORIA de Tortuguero, 2013). Já se fazia com os nativos locais comércio da carne, do óleo e da carapaça desse anfíbio. Nos finais do séc. XIX, iniciou-se uma exportação em grande escala da tartaruga verde (*Chelonia mydas*), com destino aos Estados Unidos e à Europa (LA HISTORIA de Tortuguero, 2013).

A mesma fonte informa que foi a partir da década de 40, no séc. XX, a inauguração em Tortuguero da chamada época madeireira, quando se abriu o primeiro moinho de corte, o que

²⁴⁰ Randall Torres.

transformou drasticamente aquela aldeia, praticamente a população local foi quadruplicada, houve melhoria de transporte e estabelecimento de uma escola (LA HISTORIA de Tortuguero, 2013). Para quem vivia em uma dura economia de subsistência, as madeireiras asseguravam salários aos moradores. O problema foi quando essas empresas quebraram, deixaram uma superpopulação em situação econômica precária, além de várias áreas nativas devastadas. Arruinadas as empresas madeiras, restaram maquinários oxidados e canais à época construídos que hoje fazem parte do PNT.

Entretanto, um fato importante a ressaltar-se sobre aspectos da história de Tortuguero acontece em 1953, quando o biólogo americano Archier Carr chegou à localidade para estudar as Tartarugas Verdes, segundo Randall Torres²⁴¹ (informação verbal). O entrevistado relata que o cientista deparou-se com uma situação que dizia do risco iminente de diminuição drástica dos quelônios, causada por ações antrópicas, e, em decorrência disso, resolveu fundar uma estação científica, a *Caribbean Conservation Corporation* (CCC) (atualmente conhecida como *Sea Turtle Conservancy*) em 1959.

A derradeira empresa madeireira, a encerrar seus trabalhos em 1972, fez com que com funcionários sumissem, o que transformou a vida de antigas famílias, e as acomodou com relação a suprir a necessidade de trabalho, o mesmo acontecendo com as pessoas que ali chegavam (LA HISTORIA de Tortuguero, 2013). O resultado disso foi que a população voltou a viver como vivia antigamente, em atividades de cultivo, caça e pesca, uma economia meramente de subsistência.

Como foi dito anteriormente, o PNT foi estabelecido em 1975 para conter o desmatamento e a exploração das tartarugas. Em seguida, no ano de 1978, foi construído um hotel em Tortuguero, (LA HISTORIA de Tortuguero, 2013).que praticamente inaugura o turismo moderno daquele lugar.

Com o tempo, houve uma mudança que veio a incentivar certo progresso local, ou seja, a construção de canais que interconectavam os caminhos fluviais entre as localidades de *Limón*, Tortuguero e *Barra del Colorado*, evitando o perigoso transporte pelo mar (LA HISTORIA de Tortuguero, 2013). Esse sistema estabelecido pelo governo, em 1979, que regulariza o transporte em bote duas vezes por semana para Tortuguero, tira de um quase absoluto isolamento.

Uma das decisões de suma importância tanto para a preservação das *Chelonia mydas* quanto para o turismo ecológico aconteceu em 2004, quando foi posto em prática, pela STC, o

²⁴¹ Gerente da estação da STC.

Tortuguero Turtle Spotter Program, que consiste em um

[...] a pilot project aimed at reducing the impact of tourism visitation on green turtle nesting was implemented on the public beach in Tortuguero, Costa Rica, host to one of the largest green turtle nesting rookeries in the world. Seven local turtle spotters were hired with funds from local hotel and cabaña owners. Each night the turtle spotters patrolled the beach searching for nesting females. When they encountered a turtle they radioed her location back to the guides, who then walked their tourists to her, using a path located behind the beach. The spotters replaced the old tour system, in which tourists would walk the beach with their guide searching for turtles, thus reducing the impacts of the tourists on the turtles coming ashore to nest. (HARRISON, 2014, não paginado).

Destaca-se dessa iniciativa que houve uma positiva cooperação entre o *trade* turístico e a STC para minimizar o impacto do homem sobre aquela natureza que tudo indica ser bastante frágil. Essa ação é também educativo-ambiental, pois dá uma nova ordenação aos *tours* das tartarugas, sobretudo aos guias locais, os grandes responsáveis diretamente pela condução do principal atrativo turístico. Isso, ao menos tempo, é vetor de preservação da espécie.

A continuar a tecer considerações sobre o turismo em Tortuguero, é importante fundamentá-lo no fato de que já há algum tempo muitas empresas provindas de outras partes do país fizeram investimentos responsáveis pelo desenvolvimento do setor turístico ali. Isso se expressa em empreendimentos hoteleiros, tais como *logdes* e pousadas, restaurantes, artesanato, pequenas agências de turismo. De certo modo, essas iniciativas, de maneira comparativa com relação a outras atividades econômicas locais, criaram uma dependência quase que visceral da comunidade de Tortuguero no que diz respeito ao turismo.

Um das afirmações que bem ilustra essa “submissão” ao turismo pela comunidade é explícita na fala de Eddy Rankin ao dizer que Tortuguero depende direta ou indiretamente dessa atividade econômica em termos totais

[...] la comunidad ya sigue trabajando para los hoteles, como guías locales para ver el proceso de desove o trabajando para alguien que trabaja para el turismo, entonces toda la comunidad se ve directamente involucrada en lo que es toda la área. (informação verbal).

Outros informantes consideram essa dependência ao turismo negativa, diferentemente do que acontece em outros lugares do planeta cuja “dependência” a essa atividade gera desenvolvimento, tornando-a “positiva” em termos socioeconômicos. Observem-se então os seguintes relatos:

Tenemos problema a nivel económico, pues la cantidad de trabajo no es mucha; las personas depende más que todo, del trabajo en los hoteles; en alguna tienda de souvenirs o, cuando es temporada de desove, trabajan como guías; tenemos problemas de infraestructura acá, por ejemplo, con las aguas negras y que no tenemos un muelle adecuado, cuando viene de visita las personas discapacitadas nos cuesta un poco poder bajarlos del bote, pues no hay una rampa [...] (informação

verbal).²⁴²

Aquí la economía es fatal. Muchas personas sobreviven de hacer tours, se venden pipas. La pesca aquí es difícil [...] (informação verbal).²⁴³

Nota-se, pelos relatos, que, mesmo após quase 40 anos de ter se iniciado a atividade, persistem sérios problemas que sem dúvida mereceriam mais atenção das autoridades, porque se pode pensar, com certeza, o turismo como uma atividade-ponte que gera desenvolvimento sustentável, ou seja, a face mais benéfica do turismo.

Se há um lugar na costa caribenha costa-riquenha cujas belezas naturais milhares de turistas do mundo desejam conhecer, esse lugar chama-se Tortuguero. Desde os inícios da década de 80 até os dias de hoje, essa afluência só cresce. Pode-se classificar por etapas a chegada dos visitantes. De acordo com Costa Rica. Minae (2004), a primeira se dá de 1982 a 1989 e não é muito representativa; em média o PNT foi visitado por apenas 2.128 turistas/ano. A partir do final desse período, o número de visitantes estrangeiros supera o de residentes.

As explicações, segundo a mesma referência, pela reduzida quantidade de visita, são baseadas na escassa oferta de serviços turísticos que naquele momento existia. Isso se dava porque a população não tinha o turismo como único meio de subsistência, outras atividades econômicas supriam suas necessidades. Para se ter uma ideia dos parcos valores econômicos auferidos pela visitação, observem-se os dados do Costa Rica. Minae (2004): o ingresso ao parque variou de 1982 a 1989, de ¢ 5,00²⁴⁴ a ¢25,00, tanto para os nacionais quanto para os estrangeiros.

A seguir, a segunda etapa vai de 1990 a 2002, quando se dá um aumento do fluxo de visitantes ao parque, em média, 46.000 visitantes/ano, um salto, sem dúvida, bastante significativo (COSTA RICA. MINAE, 2004). Como consequência dessa ascensão, o PNT se firma como importante destino para o turismo, sobretudo, o internacional. E mais, o ingresso às ASP para os visitantes em 1994 passa de US\$1.27 a US\$ 15.00 (BERMÚDEZ, 1996 apud COSTA RICA. MINAE, 2004). Essa etapa ainda traz outro dado relevante no que concerne ao ingresso do turismo internacional no parque relativo aos anos 95,96 e 97: como houve um aumento em mais de 1.000% na tarifa, houve uma expressiva diminuição desses visitantes.

Já, em 2013, o turismo contabilizou um total de 121.651 visitantes; desse total 93.294 são estrangeiros e 28.357 são nacionais e locais. Com relação a esse último total, é de observar que 13.935 referem-se a guias e capitães de botes que participam dos *tours*. No

²⁴² Eddy Rankin.

²⁴³ Moises Garcia, 26 anos, diretor e professor da Escola de Música de Tortuguero.

²⁴⁴ ¢ = cólon. Moeda costarriquenha (cada ¢ 500 equivale a aproximadamente US\$ 1).

entanto, o ingresso apenas na localidade de Tortuguero de visitantes provindos dos mais diversos lugares da Costa Rica é de 14.422. O gráfico abaixo ilustra essa visitação.

Gráfico 1 - Vistantes no PNT, ano de 2013



Fonte: Sistema Nacional de Áreas de Conservación, 2014; alterações da autora (2014).

Com referência aos meses de maior visitação, os destaques são fevereiro e março devido à estação seca, porém o pico da visitação se dá em março com ingresso de 16.436 visitantes. Na sequência, em grau de importância, estão os meses de julho e agosto, 13.202 e 11.979 visitantes, precisamente por causa da temporada da desova das tartarugas. Já, no final do ano, verifica-se novamente um ascenso da visitação, depois de uma queda, devido à alta temporada de turismo no país.

O fato é que o PNT recebe anualmente uma quantidade significativa de turistas, sejam estes nacionais ou internacionais. Ao ter-se por base esse volume, que naturalmente se traduz em receita para o parque, seria normal pensar-se que a questão financeira não se constitui em problema para a manutenção e investimentos nessa ASP.

Mas não é o que acontece segundo relatos abaixo; na realidade, a contabilidade do PNT, assim como de outros parques da Costa Rica, está sob a égide de uma lei orientadora que centraliza o montante do que se recolhe com relação a ingressos pagos, e o Estado utiliza esses recursos como investimento conforme seus princípios legais. Ou seja, o que se arrecada em Tortuguero, via visitação, não fica obrigatoriamente nesse parque. Isso pode ser mais esclarecido, ao observar-se o que dizem os seguintes informantes:

Aquí entra mucho turista en junio, julio y agosto, entra mucha plata, hay mucha inversión de dinero en ese lugar y en el parque también, pero no sé para donde va ese dinero. [...] se centralizada y el gobierno, no invierte aquí. Se supone que se queda en el Sistema Nacional de Áreas de Conservación, aquí siempre se están

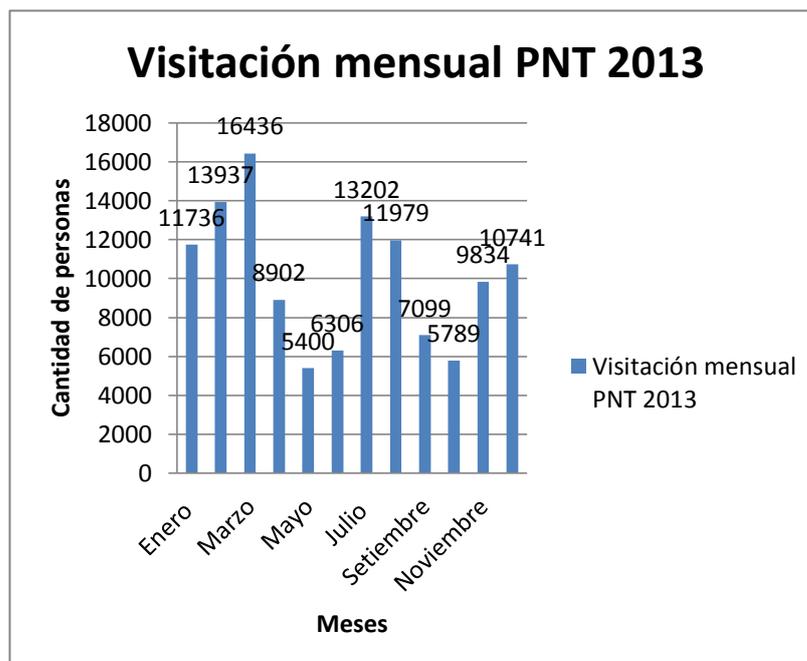
quejando de que no tiene personal ni recursos, que no tienen nada. Pero si hay mucho turismo, y las tortugas definitivamente es el atractivo principal. (informação verbal)²⁴⁵.

En Tortuguero, a pesar que le entra cierta cantidad de dinero por año, los ingresos se van a una caja única del Estado y lo que llega a Tortuguero es lo mínimo entonces no tenemos capacidad suficiente para poder proteger a nuestro parque como se debería. (informação verbal)²⁴⁶.

Diría que no hemos visto en mucho tiempo ninguna acción acerca del parque, porque el parque todo lo que recoge, es decir el dinero que llega como la entrada que se cobra a los parques nacionales, todo eso van a caja única del Estado no lo reinvierte en los parques nacionales. Supuestamente es para mantener otros parques nacionales, pero Tortuguero es el tercer parque a nivel nacional que generación de dinero y no se reinvierte lo que se recoleta en Tortuguero. (informação verbal)²⁴⁷.

Em breve comentário, nota-se que fundamentalmente não é transparente para a comunidade – ou falta-lhes acesso a documentos contábeis que direcionam investimentos – o que o Estado faz concretamente no conjunto dos 26 parques nacionais costa-riquenho. E mais – sem ser necessário aqui aventar outras hipóteses causais –, pode-se pensar que esses problemas focados podem ter conexão com a falta de informação entre a direção do parque e a comunidade, o que sem dúvida gera problemas de governança, *stricto sensu* da palavra.

Gráfico 2 - Visitação mensal do PNT, ano 2013



Fonte: Costa Rica (2014).

²⁴⁵ Georgina Zamora.

²⁴⁶ Eddy Rankin.

²⁴⁷ Wilfredo Torres (Paulo), arrendatário da *Cabinas Tortuguero*, 41 anos, segundo grau completo.

Percebe-se, ao observar-se o gráfico dois, que o PNT é visitado durante todo o ano pelas mais diversas razões e atrativos. Isso é confirmado pela empresária Sonia Salazar²⁴⁸ que diz que “Siempre hay turistas, todo el año. Entran y salen, ellos salen muy contentos porque les gusta mucho aquí”. Portanto, o parque pode “sentir-se” privilegiado por receber de forma contínua, independente da estação, visitantes de vários países.

Todavia, o volume crescente de turistas, sem dúvida, causa sérios impactos ao meio ambiente – pressão sobre os recursos naturais nos canais e na praia da zona de uso público (EHLERS, 2012; MELETIS y HARRISON, 2010 apud SISTEMA NACIONAL DE ÁREAS DE CONSERVACIÓN, 2013). Se isso já existe naturalmente, o problema pode se intensificar se não houver uma gestão sobre o controle desses impactos para contrabalançá-los.

Com bases nas entrevistas coletadas, tem-se certo perfil com diferentes características e motivações diversas dos visitantes que ocorrem a essa ASP. Veja-se, por exemplo, o que diz Elena Vargas²⁴⁹:

El turista que viene a Tortuguero busca más que todo relajamiento, aventura, digamos, si la persona todavía tiene bastante energía le gusta mucho hacer lo tour de las canoas, el kayak, las caminatas por los senderos o por la playa; observar aves también y muchas gente viene en temporada de julio y agosto; la mayoría de las personas viene a ver las tortugas que están desovando en esta época.

Relata ainda a informante que o parque recebe cerca de 90% de estrangeiros; já os nacionais são poucos, talvez por falta de informação e de um *marketing* turístico em nível nacional, porque no que diz respeito ao *marketing* internacional o parque tem sido muito bem trabalhado. Desses estrangeiros, 50% são norte-americanos; em seguida vêm os europeus, espanhóis, franceses e alemães, as principais origens.

Outro informante²⁵⁰ trata com a sua fala de mostrar dados que vão dizer de outras faces desse turista que vem Costa Rica como ao parque.

El turismo que viene a zona es el turismo que nosotros llamamos turista clase A. Todavía en Costa Rica existe, por las características del país, hay un tipo de turista que nosotros llamamos mochileros que es este tipo de turista que viene, consume drogas, se meten en actividades ilícitas, en prostitución y algunas otras actividades ilícitas que afetan el turismo; en caso de Tortuguero, no se da ese tipo de turista; en Tortuguero, en su mayoría, el turista es europeo, hay mucho mercado español, mucho mercado francés, en general mucho turista europeo y sobretodo adulto mayor, gente con una edad ya avanzada por las características de la zona; les gustan venir aquí y participar de todas las bellezas que tiene Tortuguero; muy poco turista nacional, porque sabemos que el turista costarricense tiende a impactar el tema de las visitas a las playas, esos no lo hemos permitido nosotros; es importante tener turistas de calidad, que no nos impacta negativamente toda la actividad turística que viene a la zona. (informação verbal).

²⁴⁸ Arrendatária do restaurante *Fresh Food* e da *Cabina Tortuguero Natural*.

²⁴⁹ Gestora do parque.

²⁵⁰ Abel Bonilla.

Nessa entrevista, salta aos olhos que um participante de uma entidade de fundamental importância para a comunidade enfatize o cuidado com os impactos ambientais que podem ser causados em Tortuguero. Talvez por isso seu discurso revele uma preferência cristalina pelo turista internacional, em detrimento ao nacional, que, segundo o informante, pode causar deletérios impactos ao meio.

Ao complementar a caracterização da atividade turística em Tortuguero com relação a quem visita o parque, um informante²⁵¹ explica de maneira objetiva que

Es más, el turismo ecológico, es el que abarca todo, también hay un poco de pesca deportiva y lo turismo científico, pero más que todo es el turista ecológico, el que nos visita casi durante todo el año (informação verbal).

E diz ainda que, no que se refere ao turista nacional, estes provêm de *San Jose, Heredia, Alajuela, Cartago e Puntarenas*, e a visitação mais importante que temos são os “gringos”, depois os europeus, brasileiros e argentinos vêm em menor quantidade.

O turismo em Tortuguero atrai um tipo muito especial de visitante, que são aqueles que se albergam em *lodges*, segundo Olmar Alvarado²⁵²,

[...] huéspedes naturalistas, viene buscando flora y fauna, tranquilidad; no es un destino de fiesta ni de hotel, es un lodge; entonces, no es gente muy joven, la mayoría son adultos; hay una época que viene estudiantes jóvenes, pero en general, es gente adulta que busca tranquilidad. (informação verbal).

O entrevistado explica como o turista tem acesso a essa estrutura de hospedagem em Tortuguero, e assim mostra como funciona esse serviço a comercialização e as atividades em geral dos *lodges* se dão por meio da venda de um pacote com todos os serviços inclusos. Isso corresponde a duas noites, quando o turista chega, vai ao povoado, volta para dormir e no dia seguinte faz *tours*, caminhadas, trilhas e, pela parte da tarde vai ao parque em bote para percorrer trilhas aquáticas (Fotografia 104); no dia seguinte, deixa a localidade.

²⁵¹ Eddy Rankin.

²⁵² Gerente residente do *Mawamba Lodge*, administrador de empresas, 51 anos.

Fotografia 104 - *Tour* pelos canais do PNT



Fonte: Monica Araújo, 2013.

O informante Olman Alvarado tece ainda outros comentários bem específicos sobre a hospedagem:

Pero si muy poco huéspedes llegan solos; siempre la dinámica es que vendemos el paquete y nosotros el transporte por tierra y por agua, está incluido en el precio del paquete; sin el bar y algunos tours que son opcionales como caminatas nocturnas, kayak, pero el paquete se incluye las actividades del parque, del pueblo, y las atracciones que tenemos aquí en Mawamba que son: dos mariposarios, (Fotografia 105) un ranário un jardín botánico de plantas tropicales y un tour auto guiado. (informação verbal).

Entretanto, há outros meios de hospedagem do tipo *cabinas*²⁵³, (Fotografia 105) como cita Wilfredo Torres (Informação verbal), que são procuradas por pequenas agências de turismo, que também enviam grupos de turistas, e por mochileiros que chegam por conta própria. Conforme o informante, Tortuguero dispõe de 22 estabelecimentos entre *lodges* e *cabinas* de portes diversos, e, naturalmente, com preços variados.

²⁵³ Pousadas.

Fotografia 105 - Um dos *mariposarios* do *Mawamba Lodge*



Fonte: Monica Araújo, 2013.

Fotografia 106 - Uma das *cabinas* de Tortuguero



Fonte: Monica Araújo, 2013

Pelo exposto, pode-se dizer que Tortuguero é um destino dos mais procurados na Costa Rica pelos seus atrativos naturais e ecológicos, principalmente na estação seca, além do seu mais importante ícone ecológico, que é a época da desova das tartarugas, inclusive por ser também uma fonte de pesquisa científica.

Igualmente, não haveria a possibilidade do turismo em Tortuguero enquanto atividade motriz se não houvesse um conjunto de atores sociais de certo modo empenhados em desenvolvê-lo. Por isso é importante para esta tese perceber, mesmo que seja de maneira não tão profunda, uma vez que a percepção da comunidade tortuguense e de seus atores não nos

cabe com objeto de pesquisa, algumas visões sobre o turismo. Assim, depara-se com determinado tipo de discurso de um informante²⁵⁴ que exerce um cargo que tem a ver com o gerenciamento das atividades de uma ONG. Veja-se, portanto, o que o informante respondeu:

Pues no la tenemos en realidad. Si, trabajo con el turismo, pero nuestro enfoque no es tanto con el turismo como tal, como un hotel o como el pueblo en sí; pues se trata cuando el turista viene, tenga una buena atención acá; si, lo tratamos con respecto y amabilidad obviamente, pero no es algo así dependiente de ello; tenemos como objetivo, brindar un bueno servicio. (informação verbal).

Dessa argumentação, transparece uma visão de turismo de certo modo restrita diante da importância histórica e científica desse ator, a ONG, no processo de governança ambiental.

Já outra informante²⁵⁵, que pertence à mesma ONG e desempenha a função de Coordenadora de Educação Ambiental e Divulgação Comunitária, fala sobre o turismo sob outras perspectivas que denotam uma visão ampla, sustentável e projetiva, pois considera o turismo um inestimável instrumento de conscientização ambiental. No sentido de que o turista, ao receber e compreender novas mensagens que são introjetadas na medida em que se depara com espaços e experiências não conhecidos, pode fazer com que o visto e o aprendido viagem e impactem outras pessoas em diferentes lugares.

Outra perspectiva de turismo, talvez a mais importante, porque diz da relação inextricável entre turismo e conservação ambiental, pode-se ver na análise sobre o desenvolvimento do turismo em Tortuguero, inclusive de certo modo retrospectivo e evolutivo, feita por outro entrevistado²⁵⁶. Em outras palavras, ele vai se referir ao fato de que, antes de ser constituída uma associação de guias em Tortuguero, atividades turísticas já existiam, a remontar de 20 a 25 anos atrás. O problema, segundo ele, se tratava de saber como lidar com o turismo que se desenvolve no local, “[...] la gente tuvo que hacer montones de modificaciones, tanto con el parque como con la CCC, que antes era la STC igual capacitar a los guías para dar la mayor cantidad de información [...]” (informação verbal). E continua a dizer que hoje se trata de melhorar os serviços de informação ao turista, como, por exemplo, orientar os diferentes grupos de turistas que lá aportam.

Outra questão que os instiga é como proteger as espécies e evitar sua extinção e ao mesmo tempo transformar isso em benefício econômico por meio do turismo ecológico. Por coincidência, pressupõe-se, era o mesmo raciocínio que tecia Archie Carr²⁵⁷, ao conversar

²⁵⁴ Gerente da STC.

²⁵⁵ Georgina Zamora.

²⁵⁶ Presidente ASOPROTUR.

²⁵⁷ Fundador da STC.

com os comunitários nos idos de 1950. O informante Eddy Rankin vai dizer ainda que é necessário que haja estudos constantes de impacto de factabilidade, porque isso, sem dúvida, reflete na realidade. Em outras palavras, o informante critica a visão estandardizada que acha que

el turismo es solamente construir un hotel; y que vengan la gente y pues ahí un montón de cosas que hay que tomar en cuenta: lo que es el impacto ambiental, lo que son los desechos sólidos, los desechos líquidos y contaminación sónica. Hay tanta cosa que debería de hacer un estudio primero para poder tratar de hacerlo de la mejor forma posible y lógicamente que todo trabajo con la naturaleza se haga siempre cuidando el ecosistema; si se afecta el ecosistema se generan danos irreversibles y no se puede recuperar. (informação verbal).

Portanto, esse informante de maneira bem particular vai, a partir de uma visão holística, tecer comentários essenciais para o desenvolvimento sustentável do turismo em Tortuguero.

5.3.5.1 *Conservação e turismo: iniciativas em curso*

O tema da necessidade da conservação do meio ambiente em Tortuguero e de sua relação com o turismo, segundo uma entrevistada²⁵⁸, teve seu início quando o cientista Archie Carr, ao chegar à localidade, se deparou com o fato de que os comunitários se alimentavam das tartarugas. Com o tempo, sua convivência com aquela realidade o possibilitou a mostrar para as pessoas que seria mais interessante preservar esses animais em vez de comê-los, porque esses anfíbios poderiam ser atrativo turístico, e isso podia gerar renda para a comunidade. Não se deve ter dúvida, ao se tratar da figura de um cientista preocupado com o meio ambiente, de que, na sua relação cotidiana com os tortuguenses, naquele momento foi plantada uma semente também da precisão de cuidar-se de uma maneira sustentável naquele ecossistema, para além da questão econômica.

Reforça-se esse aspecto da relação turismo e conservação das tartarugas quando Meletis; Harrison (2010) ressaltam que

Sea turtle conservation organizations promote tourism as a way to “save turtles”, and reconcile conservation and development near nesting beaches. Examples include Save The Turtles of Parismina (ASTOP) and Sea Turtle Conservation (STC), in Costa Rica; Projeto TAMAR in Brazil; SEE Turtles and WIDECAS supporting tours in different countries; and the World Wildlife Fund's involvement in tourism-related conservation in turtle nesting areas around the world¹. Turtles can support tourism activities (e.g, turtle tours) that do not involve their extractive use. (TROËNG; DREWS, 2004 apud MELETIS; HARRISON, 2010, p.26, grifo nosso).

Portanto, do que dito acima pelos autores, o turismo nesse seu momento evolutivo constitui-se

²⁵⁸ Georgina Zamora

um importante instrumento dentro de um sistema que tem objetivos preservacionistas.

Atualmente, a STC, como ator participe do processo de governança do parque, desenvolve certo tipo de trabalho de âmbito conservacionista, que visa entre outros objetivos educar ambientalmente os comunitários. De acordo com uma informante²⁵⁹, o programa de educação ambiental se constitui em realizar projetos junto à comunidade, porque entende que é necessário, para que qualquer ação dessa natureza vingue, o contato com os moradores locais. Ressalta também que, para proteger recursos naturais, tem-se que intercambiar conhecimentos com a própria comunidade, trocar saberes.

A mesma informante afirma que há problemas com determinadas pessoas envolvidas com o turismo na localidade como, por exemplo, os guias que, segundo a entrevistada, não seguem as instruções que lhes são transmitidas no contato com o turista. Observe-se o que ela fala sobre isso, quando perguntada sobre a relação da estação de pesquisa com a comunidade: “Sinceramente durante muitos anos não tem sido tão boa; porque muitas vezes os guias fazem coisas que não deveriam fazer no *tour* das tartarugas e isso choca um pouco conosco.” (tradução nossa; informação verbal)²⁶⁰. E relata ainda que o trabalho desenvolvido junto às crianças apresenta menor dificuldade do que com os adultos. Segundo a informante, é bem mais fácil trabalhar com as crianças, tentar educá-las, pois elas ainda estão em processo de formação. No tocante à compreensão sobre aquela realidade, são menos preconceituosas do que os adultos; mesmo assim, segue-se com o trabalho.

Outro aspecto que a entrevistada imediatamente acima vai levantar diz respeito ao fato, segundo sua percepção, de que os turistas que vêm a Tortuguero geralmente buscam natureza e são curiosos quanto às tartarugas. Entretanto, afirma que existe um problema muito grave com relação à categoria guias locais, pois todo mundo acha que pode ser guia, por causa dos benefícios econômicos que têm ao fazer os *tours* de tartaruga, o que não é verdade porque, para ser guia, é imprescindível que o profissional tenha determinadas qualidades e cumpra certas regras. Em seu depoimento, a entrevistada dá a seguinte explicação:

Los turistas están en un lugar distinto, no conocen y tu puedes dar una mensaje y puedes usar al turista como una herramienta muy buena para un buen mensaje de conservación, o se les puede dar un mensage que muy malo. Creo que no hay problemas con los turistas pero con los guías que comparten conellos.(informação verbal).

Outro problema também apontado refere-se à questão de que as próprias pousadas não

²⁵⁹ Georgina Zamora

²⁶⁰ Georgina Zamora.

contribuem com informações indispensáveis para a boa estada do turista no local. Por exemplo, os turistas não são informados de que não é permitido o passeio noturno pela praia na época da desova das tartarugas.

Portanto, vê-se pelos relatos imediatamente acima que há ainda muito a ser feito no que diz respeito a esse processo que visa à conservação e que envolve muito atores, e é compreensível que haja falhas. No que toca à relação da STC com a direção do parque, a mesma informante alega que a convivência é saudável no sentido de que não há muitos conflitos de interesses; no entanto, faz críticas à estrutura de pessoal quando reclama do seu reduzido número de funcionários. E ainda sugerindo que poderia ter mais comunicação, mais colaboração com o trabalho que desempenha em prol do parque, já que é parte da educação ambiental, o que deveria interessar a todos, por isso precisaria de mais apoio da direção. A informante²⁶¹ dá como exemplo o seguinte caso:

Ellos son la autoridad, si yo le digo a los de las cabinas que apaguen las luces porque las tortugas se ven afectadas, ellos dicen “la gringa empieza a decirnos qué tenemos que hacer” pero si voy con alguien del parque es diferente pues ellos son la autoridad. Entonces, me gustaria de que hubiera mayor disponibilidad para este tipo de cosas. (informação verbal).

Nesse sentido, percebe-se que a entrevistada faz uma crítica muito razoável quando se refere a problemas de pouca monta que seriam facilmente resolvíveis se houvesse mais interesse e se já houvesse sido implantado o programa de gestão cidadão que consta no atual plano de manejo do parque, que por seu lado contempla questões dessa natureza.

Na visão de um informante³, há vários programas de conservação da biodiversidade do parque, com os quais estão envolvidas algumas instituições, como o *Instituto Nacional de Aprendizaje* (INA) e o ICT, que têm sistematicamente capacitado os guias locais sobre como tratar a questão da proteção das diferentes espécies, como, por exemplo, monitorar seu desenvolvimento para que se possa efetivamente protegê-las. Cita ainda que Tortuguero recebe a visita de pesquisadores da *Universidad de Costa Rica* (UCR) para estudos sobre impactos causados pela população de Tortuguero e turistas sobre essas espécies.

Apesar de haver em Tortuguero um número razoável de *lodges* e pousadas para receber os turistas que aportam na localidade, causa espécie não haver uma associação que represente o setor hoteleiro, pois são atores de fundamental importância no processo de conservação do lugar. Embora isso seja um sinal de descoordenação, há iniciativa individual desses atores que têm redundado em benefícios para a comunidade e por tabela para

²⁶¹ Georgina Zamora.

conservação do parque. É interessante atentar para o que diz Olmar Alvarado:

Sí, todo que hacemos tiene que a ver con la conservación. Ahora ustedes van a ver un biodigestor muy grande para tratar todas las aguas negras y devolver agua limpia a la tierra; todos los esfuerzos que hace el pueblo, el parque, la STC, con Georgina, la encargada de la gestión ambiental, la estamos apoyando en todo lo que ella hace; ahora estamos con un proyecto para poner más basureros en el pueblo, vamos a poner tres más. Y ahora estamos también con un proyecto para educar a las personas del pueblo a separar la basura: los orgánicos y los no orgánicos; todos los recipientes de cinco valores que yo desocupo se lo doy a ella y ella está repartiendo en las casas y entonces siempre estamos haciendo algo de limpieza de playas siempre colaboramos con todas las campañas que hay para hacer todo lo posible para que el destino sea sostenible. (informação verbal).

Bela iniciativa individual! Agora, imagine-se um conjunto das mais diferentes ações realizadas por uma associação de hoteleiros bem estruturada e focada na resolução dos problemas que mais impactam negativamente Tortuguero!

Ao perguntar-se sobre os problemas que incidem com mais intensidade sobre a conservação da biodiversidade de Tortuguero, o mesmo informante²⁶² vai enfatizar que as causas dos problemas são em resumo a falta de educação ambiental e a desunião dos comunitários. Ressalta que ainda persiste um gravíssimo problema que diz respeito à poluição das águas, por falta de saneamento básico, além de não haver uma cultura ambiental que entenda que é fundamental separar os resíduos e depositá-los em seu lugar específico para que isso não contribua para engrandecer o problema da falta de saneamento. E acrescenta que

Nosotros siempre lo apoyamos al Asociación de Desarrollo en todos los esfuerzos que hacen, pero yo creo que falta educación y falta un poco más de unión entre todas las personas del pueblo. Usualmente, se logra cuando es algo importante, pero hay un poco de apatía y hay que trabajar en eso. (informação verbal)

De certo modo, a participação desse empreendimento com relação ao parque é ativa, e isso fica mais evidente ainda quando se sabe que ele contribui para o bem-estar do turista na localidade, algo que transcende aos limites da hospedagem.

Dentre do conjunto de atores envolvidos com trabalhos que dizem respeito à conservação do Parque, está a *Fuerza Pública*. Seu contingente de policiais promove ações e realização de atividades conforme um plano anual operativo. De acordo com o informante²⁶³, são empreendidas uma ou duas atividades durante o ano,

eso se llama “Un día por el bien de la comunidad”, donde nosotros organizamos con otras instituciones trabajos de hacer limpieza de playas, limpieza de parque,

²⁶² Olmar Alvarado.

²⁶³ Freddy Padilla, 46 anos, bacharel em criminologia, sub-jefe da Delegación Policial de Tortuguero.

protección a la fauna silvestre, es parte de nuestro trabajo que tenemos presentar anualmente. (informação verbal).

Esse informante ainda acrescenta quais são realmente as instituições e entidades que colaboram, ou seja, a ASOPROTUR, a STC, a ASVO, o colégio, a instituição de educação, que ajudam a *Fuerza Pública* a executar seu trabalho comunitário, só enfatizando, para o bem do parque.

5.3.6 Tortuguero e seus problemas: desafios à sustentabilidade

Em Tortuguero é visível uma série de problemas que prejudicam seus cidadãos, a gerar insegurança fragilizando sua estrutura social. Segundo dados da Costa Rica. Minae (2004), os mais incidentes são as drogas, a prostituição, a delinquência e o abuso infantil, além da ausência – ou insuficiência – de autoridades policiais constituídas na comunidade.

No entanto, quanto à falta da *Fuerza Pública*, dados mais recentes colhidos, quando a autora deste estudo foi a campo, em 2013, indicam que houve uma mudança significativa no que tange à institucionalização dessa “Força”, agora mais presente na localidade, o que não implica de modo direto a resolução desses determinados problemas de uma maneira absoluta. Veja-se o relato de Freddy Padilla:

La Delegación Policial Barra de Tortuguero tiene bastantes años de operar; un aproximado de 10 años tiene la Fuerza Pública; solo que antes tenía poco policías y hace aproximadamente 5 años hizo más amplia; de carácter cantonal. (informação verbal).

E mais: com relação aos outros problemas citados, se se atém ao que diz o mesmo informante², esses são mais sérios. Para confirmar, observem-se outras palavras: os principais delitos, segundo o informante, são o tráfico de drogas e a violência doméstica. Quanto às drogas,

hay mucha que viene de lado de Colombia, eso ya en gran escala por lo menos lo que es gran cantidad de droga 2.000 a 3.000 kilos igualmente, tambien hay tráfico de drogas que llamanos hormiga, que es la venta de drogas que se da en la comunidad. Eso se da aquí todos los días y tenemos que lidiar con eso, y tenemos recursos para trabajar en lo que es tráfico de drogas al menudeo; y lo que es a gran escala no podemos porque eso se da en alta mar y nosotros no tenemos condiciones para trabajar en esa parte. (informação verbal).

Assim, uma própria autoridade policial local assevera que a estrutura policial por suas limitações não tem como conter o tráfico de drogas em alta escala.

Perguntado ao mesmo informante se esse fenômeno de alguma maneira influenciava o turismo em Tortuguero, este pressupõe que afeta o turismo em muito, alega que o turista em sua maioria que não se envolve com drogas é prejudicado, porque pode ser vítima de assalto devido à necessidade dos usuários pela droga por maconha. Entretanto, não se pense em situações de grandes assaltos ou terríveis violências, como se sabe acontecer em outros lugares. Isso pode ser melhor compreendido quando se atenta ao que diz o mesmo informante:

El lugar es muy tranquilo, más bien para mi concepto es exageradamente tranquilo; aquí el turista anda solo, anda en el parque solo; anda con cámaras, con teléfonos y al turistas no asaltan. Hay situaciones lógicamente aisladas, esporádicas. En realidad, en temporada de desova de tortuga no se dan asaltos; los delincuentes locales cuando hay desove aprovechan para comercializar huevos y carne de tortuga y, por lo tanto, no se va asalta al turista. Porque? Porque viven de los huevos de tortugas de la carne de tortuga. Ya cuando termina el desove es cuando se empiezan a producir ciertos asaltos, pero en realidad es un lugar muy tranquilo. (informação verbal).

O fato é que, de acordo com essas informações, o fator preponderante para a delinquência (envolvimento com drogas) de parcelas da população local está ligado à falta de trabalho.

Mas, muito além disso, o narcotráfico, segundo outro informante²⁶⁴, constitui-se em um problema muito sério que abrange todo o Caribe, e, naturalmente, seus reflexos incidem na zona caribenha costa-riquenha, a torná-la vulnerável, principalmente, no que diz respeito à proximidade com Colombia e Nicarágua, dois centros da rota do narcotráfico mundial. O entrevistado enfatiza esse discurso quando diz que “Hay sectores fuertes que participan, absorben a jóvenes, algunos muchachos se lo convierten en mulas, y terminan dedicándose al trasiego de drogas, um tema muy serio” (informação verbal). Nota-se, portanto, que Tortuguero está longe de ser especial com relação às drogas, o é com relação à natureza.

Se por um lado, há o problema das drogas, por outro, há iniciativas²⁶⁵ que têm o propósito também de afastar os segmentos jovens desse vício. Por exemplo, é o caso do projeto desenvolvido pela ADIBT que tem como objetivo tirar as crianças e os jovens da marginalidade por meio da música. Agora, em Tortuguero, a música (Fotografia 107 e 108)

²⁶⁴ Abel Bonilla.

²⁶⁵ De acordo com depoimento de Abel Bonilla, a escola de música comunal é uma experiência que se firmou por meio de um convênio com uma organização de estado do governo central para começar a trabalhar com crianças, pois estas não fazem muitas atividades na comunidade. Nesse sentido, a ADBT teve como meta conseguir em dois anos os instrumentos musicais, contratar um professor e recrutar jovens de 16 a 20 anos para a escola de música. Até agora, tem obtido êxito; são 200 alunos matriculados atualmente e a orquestra está formada por 50 jovens que não pagam. O trabalho está sendo subsidiado pela *Asociación de Desarrollo*. Já existe um grupo de estudantes de Calipso, pois se está tratando de recuperar a música autóctone da Zona. Este projeto tem sua execução em quase 100%, mas faltam alguns recursos, mais instrumentos e sua manutenção. A experiência tem sido um sucesso; pois é instigante aos jovens poder tocar um violino ou um trompete; para eles, o projeto é um sonho musical.

A orquestra se apresentou pela primeira vez em 27 de dezembro de 2013 em Tortuguero e, depois desse primeiro evento, existe uma programação que é cumprida em vários *logdes*.

faz parte da vida cotidiana da comunidade. Para Moisés García²⁶⁶

Ellos pueden venir aquí y aprovechar su tiempo, la musica quizás le forma carácter, valores como la disciplina, el respeto y otros; y la música nos complementamos con la cultura, combate también el problema de la droga; ellos tienen familiares y amigos vinculados con la droga. Es un pueblo tercer mundista, excluido de la sociedad, y se puede ver que tiene talento en Tortuguero puede salir talentos. (informação verbal).

Assim, vê-se que iniciativas como essa são muito bem-vindas porque oferecem outras visões de mundo e oportunidades para pessoas em situação de risco, o que tem resultado em sucesso e melhorado a vida de parcelas de jovens, que, dessa forma, tendem a se afastar das drogas.

Fotografia 107 - Escola de Música *Calypso* de Tortuguero



Fonte: Monica Araújo, 2013.

Fotografia 108 - Ensaio de jovens para apresentação em Tortuguero



Fonte: Monica Araújo, 2013.

²⁶⁶ Diretor e professor da Escola de Música Barra de Tortuguero, 26 anos, violinista da Sinfônica Nacional da Costa Rica.

Outro problema detectado pelo Costa Rica. Minae (2004) refere-se à ausência de uma participação requerida pelas comunidades de Parismina e Tortuguero com relação à tomada de decisões sobre programas que se desenvolvem no local. Reclamam da demasiada centralidade do governo, como também da incongruência de certo desenvolvimento com as necessidades mais prementes da comunidade. No entanto, constatou-se a presença da ADIBT que prevê no seu estatuto a participação organizada da comunidade. Sua legitimidade pode ser asseverada de acordo com o que diz o informante nos seguintes termos:

es una organización creada por Ley y está inscrita a una asociación nacional que se llama DINADECO (Dirección Nacional de Desarrollo de las Comunidades). Es una organización estatal, autónoma, que es la encargada de velar por las organizaciones comunales; [...] el estado aporta una porcentaje importante para que generen actividades comunales, si puede entender como un pequeño gobierno local en esa comunidad. (informação verbal).

E acrescenta que esta associação adtr a si própria por meio de uma assembleia que prevê a participação dos membros da comunidade.

Todavía, há um depoimento²⁶⁷ que contradiz a fala anterior e ao mesmo tempo a reforça

Tortuguero es bien complicado. Tiene una Asociación de Desarrollo que tiene un presidente, pero la Asociación no se reúne. Todas las decisiones, todos los proyectos, todas lo que hace la Asociación de Desarrollo lo hace una sola persona, que es el presidente y él toma las decisiones solo, prácticamente el decide qué hacer en el Pueblo sin consultar a nadie. Pero, esto se da porque al Pueblo le gusta que sea así [...]; Entonces eso complica mucho la relación con el parque y con todas las otras instituciones del Estado, porque ese señor, el presidente, está en contra del Estado; entonces complica la relación con todos con las instituciones, de educación, de protección, de voluntariado. Ese señor se ha encargado de espantar a todos los que se han venido a ayudar; entonces eso hay sido bastante complicado aquí en Tortuguero por el momento.

Ao retornar-se ao depoimento de Abel Bonilla, este vai assumir a centralidade de decisões tomada no sentido do desenvolvimento da comunidade com precisas justificativas, ou seja, diz que, dadas as características de Tortuguero, os comunitários são passivos na sua grande maioria. E que, na verdade, alguns membros da Junta Diretiva da associação, como exemplo Roberto Rodríguez, o presidente, são os que mais participam e impulsionam o desenvolvimento de projetos para a comunidade.

Em contraponto ao que diz o Abel Bonilla ao referir-se aos moradores como passivo, a justificar assim a centralidade das decisões, outro entrevistado afirma que a ADIBT tem ideias

²⁶⁷3 Elena Vargas.

com as quais a ASOPROTUR não concorda, gerando um choque de comunicação entre as duas entidades, o que demonstra, talvez, não se tratar de passividade no que diz respeito à alegada não participação dos comunitários.

Outro problema de crucial importância, apontado pela Costa Rica. Minae (2004), remete à histórica questão da terra e de sua propriedade em Tortuguero, “[...] por estar dentro de la Zona Marítimo – Terrestre, no favorece el acceso a créditos para vivienda o el desarrollo de programas estatales de dotación de vivienda popular” (COSTA RICA. MINAE, 2004, p.73). Como a comunidade de Tortuguero está dentro dos limites da zona de conservação do parque, pode-se dizer que sua institucionalidade jurídica como povoado é regida sobretudo pelas leis do parque como instituição jurídica maior. De acordo com depoimento de um entrevistado²⁶⁸, a comunidade não possui títulos de propriedade, todas as terras pertencem a *Junta de Administración Portuária y Desarrollo Económico de la Vertiente Atlántica*² (JAPDEVA), uma organização no caribe costa-riquenho, que, em coordenação com a administração do parque, constitui-se um sólido arranjo institucional.

Esse mesmo informante explicita a essência dessa organização com o seguinte discurso:

es gran sombrilla institucional se creo para administrar, desarrollar, planificar proyectos en todo el Caribe; ellos son los dueños de todos esos terrenos, nadie a lo largo de todo esa barra de este lado y de outro lado de la laguna tiene título de propiedad. Esto debido a creen que al tener un título de propiedad porque creen que ao tener un título de propiedad la gente va comenzar a vender y eso va explotar turísticamente. (informação verbal).

Apesar das razões supracitadas, podem-se tecer algumas considerações que talvez expliquem a emergência dos conflitos que existem em Tortuguero sobre a questão da propriedade em si. Veja-se só: apesar de os comunitários de Tortuguero não residirem dentro da área do parque, mas sim no seu entorno, eles não podem ter títulos de propriedade, o seu direito legítimo por ali estar há gerações e mais gerações lhes é negado. Arranjos legais quando da criação do parque foram engendrados para legitimar essa proibição, a separar legalmente, e por derivação, simbolicamente, o parque da comunidade, como se fossem universos completamente diferentes e sem conexão um com o outro.

Não é preciso, portanto, ter muita imaginação sociológica para perceber certo estratégico preconceito sugerido por um entrevistado²⁶⁹ quando ele vai traçar um perfil sociopsicológico do *tortuguense* quando fala de sua índole passiva e sem iniciativa, portanto não confiável. Acrescente-se a isso a justificativa do mesmo entrevistado, ao se referir à

²⁶⁸ Abel Bonilla.

²⁶⁹ Abel Bonilla.

organização, sobre os receios que esta tem de abrir espaço para a titularidade das terras. Pode-se pensar que as alegações acima citadas não passam de subterfúgios de proteção de um poder que, segundo razões dessa organização, não pode ser fracionado, precisa estar em suas próprias mãos.

Muitas vezes esse problema da terra gera conflitos de diversas naturezas, e isso pode ser confirmado pela fala de outro entrevistado²⁷⁰ ao enfatizar que a falta de escritura de propriedade por parte dos comunitários leva as pessoas a disputar os espaços como seus, apesar de não serem de ninguém, ou melhor, pertence a JAPDEVA.

Com relação à educação, o documento do Costa Rica. Minae (2004) não a distingue como problema social grave em Tortuguero. A comunidade dispõe de um centro educativo no qual o aluno tem possibilidade de estudar até o décimo primeiro grau, que corresponde no sistema de educação brasileiro ao ensino médio. No entanto, não existe um centro de capacitação profissionalizante, o que limita o aluno no que diz respeito a sua preparação para o mercado de trabalho, principalmente no que pode oferecer a sua localidade, por exemplo, um centro para desenvolver o aprendizado para o turismo, já que este se constitui na principal atividade econômica da comunidade, que mostra Tortuguero para o mundo.

O resultado da não disponibilidade de alternativas de aprendizagem para os nativos é que, quando se necessita de mão de obra especializada, vai-se buscá-la em outras localidades. Sobre esse aspecto, Olman Alvaredo (informação verbal) afirma que, quando se precisa de pessoal treinado para o turismo/hotelaria, tem-se que se recorrer, na maioria das vezes, a pessoas de cidades como *Limón, Guapiles e San José*, o que onera em muito as despesas para o empresário, o que termina por encarecer os serviços turísticos.

No que diz respeito à relação entre turismo, comunidade e meio ambiente, já são preocupantes os destinos que Tortuguero e as comunidades que fazem parte de seu entorno estão dando aos lixos – resíduos sólidos e líquidos – produzidos. O que foi apontado como o mais problemático pela Costa Rica. Minae (2004) refere-se à ausência de um manejo adequado dos dejetos. Estes comumente eram enterrados ou queimados, o que naturalmente gerava consequências maléficas ao meio ambiente, como a contaminação da água. Além disso, muitos dejetos são eliminados nas águas costeiras.

Meletis (2007), sobre a questão do lixo em Tortuguero, relata que, no ano de 2.000, como não existia um sistema de coleta, resolveu-se formar uma comissão mista composta pela direção do PNT, MINAE e município de *Pococí*, que resultou na construção da *Planta de*

²⁷⁰ Freddy Padilla.

Tratamiento Integral de los Desechos Sólidos. Isso só foi possível devido à ajuda da JAPDEVA e da União Europeia. No entanto, essa iniciativa, segundo a referida autora, teve seu nascedouro com um grupo de mulheres da comunidade preocupadas com o destino do lixo e vendo nisso uma alternativa também de trabalho; pois, além de se especializarem nesse setor de reciclagem, iriam ter seu próprio negócio. Porém, em 2004, a gestão passou das mãos da associação de mulheres para a ADIBT em decorrência de uma série de problemas de operacionais²⁷¹.

No entanto, a partir de 2012²⁷², um novo momento se instaura. Foi assinado um Convênio entre a municipalidade de Pococí e a *Asociación de Planta Recicladora de Basura de Barra de Tortuguero* (Fotografia 109) foi aprovada na Sessão ordinária n. 90 do Conselho Municipal. Com isso ficou acordado que essa municipalidade autorizaria a dita Associação a recolher os resíduos sólidos na *Barra de Tortuguero*, como também era encarregada de faturar e cobrar pelos serviços prestados.

Fotografia 109 - Planta Recicladora de Tortuguero



Fonte: Monica Araújo, 2013.

Sobre essa ação de cuidados com o meio ambiente de Tortuguero, um entrevistado

²⁷¹ Não pagamento de funcionários, conflitos dentro da comunidade sobre a gestão da estação, roubos de equipamentos, a recusa dos comunitários a reservar seus resíduos.

²⁷² O Convênio entre a municipalidade de Pococí e a *Asociación de Planta Recicladora de Basura de Barra de Tortuguero* foi aprovado na Sessão ordinária n.90 do Conselho Municipal realizada em 26 de novembro de 2012. <http://munipococi.go.cr/new.php?id=63#.VGzqAfhF-So>

destaca que um dos projetos da (ADIBT) de maior impacto positivo na comunidade,

es la planta recicladora de basura, nosotros la llamamos ahora de Gestión Integral de Residuos Sólidos. Ese modelo de planta recicladora, la Asociación lo toma como propio y lo ha ido desarrollando a largo de casi 8/9 años. Y cómo funciona esa planta recicladora? Cumple las especificaciones internacionales en la gestión integral de los residuos sólidos. (informação verbal)²⁷³.

Esse tipo de iniciativa produzida em Tortuguero é louvável sobre muitos aspectos, principalmente no que diz respeito à preservação tanto da biodiversidade autóctone quanto da vida humana, tanto para a presente quanto para as gerações futuras. Portanto, um grande avanço foi conseguido, no entanto persiste o problema a ser resolvido: o que fazer com o que em Tortuguero é chamado de “águas negras”, que poluem tanto o meio ambiente urbano quanto o meio ambiente em sentido largo da palavra.

Mas um problema grave é apresentado pela Costa Rica. Minae (2004): trata-se da falta de saneamento básico adequado e da má qualidade da água potável, tanto em Tortuguero quanto nas comunidades vizinhas. No mais, aparece também outro problema de relevância, que é a cobertura florestal nas comunidades, a reduzir assim sua qualidade.

Assim, todos esses problemas constatados na comunidade de Tortuguero influenciam direta ou indiretamente tanto o presente quanto o futuro do parque, visto que sua população utiliza os serviços turísticos que têm ligação com a ASP. Por exemplo, se não há nas escolas da comunidade um ensino adequado para as gerações jovens sobre educação ambiental, de alguma maneira a sustentabilidade futura do parque pode sofrer consequências negativas, porque a vida na comunidade influencia a vida do parque.

²⁷³ Abel Bonilla.

6 ANÁLISE COMPARATIVA E DISCUSSÕES: PARQUE NACIONAL DA AMAZÔNIA, PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DAS MESAS E PARQUE NACIONAL TORTUGUERO

A preocupação das nações contemporâneas em proteger seus espaços de biodiversidade – categoria parque nacional – é algo que acontece já há certo tempo, e seu marco histórico está na criação em 1872, nos Estados Unidos, do Parque Nacional de *Yellowstone* (MORSELLO, 2001). De lá para cá, essa ideia disseminou-se pelo mundo. E isso, à medida que os processos de degradação ambientais se intensificaram, pela ação antrópica para o desenvolvimento econômico dos países, praticamente tem obrigado os governos a definir em seus territórios áreas de conservação para tentar proteger assim seus recursos naturais, dos quais dependem. Para isso, as políticas públicas hodiernas precisam instaurar processos de governança com uma feição de sustentabilidade, tanto com relação à proteção quanto no que concerne ao seu uso público.

Esta tese tem por objetivo analisar a relação de processo de governança ambiental e turismo em três parques nacionais, quais sejam: PARNAMAZONIA e PNCM, no Brasil, e PNT, na Costa Rica. Para isso, e porque norteiam o processo relacional acima descrito, elegeram-se os seguintes elementos de comparação: marco jurídico-institucional; criação do parque; criação e formação do conselho consultivo; gestão do parque (e plano de manejo); mecanismos de participação de atores sociais; infraestrutura; turismo; problemas identificados no parque e em seu entorno; ação de conservação; e perspectivas.

Entretanto, é fundamental ressaltar-se, para efeito de comparação (semelhanças, diferenças, particularidades), que nem sempre se encontram todos esses elementos comuns aos três parques, devido a cada um deles passar por diferentes momentos históricos. Para iniciar-se, far-se-á uma incursão ao marco regulatório do Brasil e da Costa Rica que propiciou a criação desses PARNA.

No Brasil, a regulação sobre a criação e gestão de UC está estada na Lei nº 9.985, que, em julho de 2.000, institui o SNUC, no Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) e, no que se refere à gestão federal, na criação do ICMBIO, autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, por meio da Lei nº 11.516/2007 (BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, 2007). Apesar de significativa parte de a estrutura normativa correspondente às áreas de proteção brasileiras ter sido instituída nos últimos quinze anos, há outras normas referentes à política nacional que vigoraram antes dessa data.

A Lei nº 6.938 estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, de 1981, exemplo do que foi supracitado imediatamente. Além disso, é o caso também da Constituição Federal que

foi promulgada em 1988 e de outras leis referentes a planejamento, bem como à gestão de áreas protegidas (BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, 2007). Citam-se a seguir algumas delas: Lei nº 4.771/1965 (Código Florestal), atualizada pela Lei nº 12.651/2012; Lei nº 6001/1973 (Estatuto do Índio), que regula a situação jurídica dos índios e das comunidades indígenas; Decreto nº 84.017/1979, que aprova o regulamento para os parques nacionais; e a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), de junho de 1992.

Na Costa Rica, as ASP são parte de um processo que se inaugurou em 1955, quando foi criado o ICT, segundo a Lei 1.917, de 30 de julho de 1955 (COSTA RICA. MINAE, 2004). No entanto, em 1969, de acordo com a Lei Florestal nº 4.465, foi definido um marco regulatório para a criação de AP. Tal lei foi modificada e atualmente vige a estabelecida em abril de 1996.

Nesse marco regulatório também se encontra a Lei Orgânica do Ambiente, de 1995, que diz das áreas úmidas como uma categoria de manejo, bem como instaura o *Sistema Nacional de Áreas de Conservación* (COSTA RICA. MINAE, 2004). Além disso, a seguir são pontuadas outras leis que fazem parte desse marco arcabouço legal: Lei de criação do Serviço de Parques Nacionais (1997); Lei da Zona Marítima Terrestre, a qual indica que todos os manguezais do país são áreas protegidas (1977); Lei de Conservação da Fauna Silvestre, que cria os Refúgios de Fauna silvestre (1983); Lei de Conservação da Vida Silvestre, que cria os Refúgios de Vida Silvestre (1992); e Lei da Biodiversidade, que estabelece mecanismos ágeis para o manejo e a proteção de ASP (1998).

Em termos complementares, talvez para cobrir lacunas e/ ou ampliar a lei da biodiversidade, há outras leis conexas que têm o objetivo de normatizar diferentes facetas de utilização e proteção dos recursos das ASP, como Lei de Solos, de Águas e de Mineração.

Constata-se também, segundo Castaño-Uribe (2007), que na Costa Rica há referências explícitas na sua Carta-Magna quanto às áreas protegidas, apesar de somente contempladas indiretamente, e mais, normas específicas para o manejo e administração dessas áreas. Com relação ao Brasil, essas referências não são encontradas na sua Constituição Nacional. No que diz respeito a documentos oficiais fundadores com relação a áreas protegidas, a Costa Rica sobressai-se, pois foi um dos países pioneiros na América Latina a elaborar um marco político específico para áreas protegidas. E isso se concretizou em planos estratégicos²⁷⁴.

²⁷⁴ Plano Estratégico Sistema Nacional de Áreas de Conservación- SINAC 2010-2015, documento foi elaborado a partir do projeto “Removiendo barreras para la Sostenibilidad del Sistema de Áreas Protegidas de Costa Rica”, financiado pelo Fundo Mundial de Meio Ambiente (GEF), administrado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e executado pelo SINAC.

Para melhor esclarecer, ressalta-se a dificuldade que as nações mundiais enfrentam para a tomada de decisões quando se trata de proteger o meio ambiente, porque isso envolve questões econômicas, políticas, culturais e sociais, tanto no Brasil como na Costa Rica. O interregno entre determinadas criações de áreas protegidas e a definição normativo-institucional que as legalizam é muito longo, o que causa uma série de problemas tanto biodiversos quanto sociais. Como exemplo, no caso costa-riquenho, o primeiro PARNA a ser declarado como ASP deu-se no ano de 1945, que foi uma área denominada de *Robledales*, segundo Costa Rica. Minae (2006). No entanto, o seu SINAC só foi criado e tornou-se atuante a partir de 1998. Com relação ao Brasil, o primeiro PARNA criado, o Itatiaia, data de 1937 e o seu SNUC somente foi estabelecido em 2000 e a entidade que responde oficialmente pelas UC, o ICMBIO, foi instituída apenas em 2007.

Do exposto, conclui-se que ambos os países tiveram, cada um a seu tempo, a preocupação de regulamentar a criação de suas áreas de conservação da biodiversidade, segundo seus contextos político, histórico, econômico, social e, principalmente, ambiental. No decorrer dessa análise, sem dúvida, encontrar-se-ão, no que se refere à aplicação dessas legislações a realidades concretas, semelhanças, diferenças e particularidades entre os dois países em questão concernentes ao trato que se dão as problemáticas ambientais.

Quanto ao processo de criação dos três PARNA desta tese, constatou-se que o de Tortuguero (1975) e o da Amazônia (1974), durante o regime militar, não tiveram para esse ato a participação de quaisquer atores sociais, ou seja, sua criação foi uma decisão do Estado. Quanto ao da Chapada das Mesas (2005), que se situou em um momento democrático e de estado de direito da sociedade brasileira, houve participação de instituições e entidades, de uma maneira ou outra, ligadas ao movimento ambientalista no processo de sua criação, que foi regido pelo Estado brasileiro sob a responsabilidade do órgão competente. No entanto, a pesquisa realizada junto aos representantes de algumas comunidades residentes no parque detectou que não houve sua participação, como pode ser revisto a seguir:

Não participamos. Essa discussão houve, mas em Carolina. (informação verbal)²⁷⁵

[...] eu pelo menos não participei; quando eu vim saber, já estava criado. (informação verbal)²⁷⁶.

Na verdade, esse parque foi criado num processo onde a população não teve comunicação nenhuma. Foi só entre gestores municipais e algumas entidades do município. (informação verbal)²⁷⁷.

²⁷⁵ Moises Abade.

²⁷⁶ Pedro Spindola.

²⁷⁷ Elena Vargas.

Como já é sabido, na legislação pertinente aos parques nacionais tanto do Brasil como da Costa Rica está prevista para auxiliar no processo de sua gestão a formação de conselhos consultivos locais, que são constituídos por representantes de entidades governamentais e da sociedade civil.

Naturalmente, esses conselhos atuam de acordo com os seus contextos específicos e têm dinâmicas próprias, inclusive dependem da direção que a gestão de cada parque dá a sua UC. Senão veja-se, na Costa Rica, embora esteja previsto em vários documentos oficiais, a criação de conselhos locais, o Parque Nacional Tortuguero, que é dividido em dois setores, só possui seu conselho no setor montanhoso, que não é tão dinâmico em termos turísticos.

Já no setor costeiro do PNT, onde se encontra seu ícone máximo, que são as *Chelony* *Mydas*, objetos de atração e pesquisa científica, a gestão do parque funciona sem conselho local. No entanto, nos idos de 2013, quando esta autora esteve *in loco*, já estava previsto, segundo as palavras de uma informante¹, urgia a formação do conselho do setor costeiro.

No PARNAMAZONIA e PNCM existem CC, porém o do primeiro só foi formado depois de 30 anos de criação do parque; e o do segundo, somente após seis anos, no entanto foram necessários mais dois anos para a sua implantação de fato com a posse de seus conselheiros. Quanto ao PNT, o conselho do setor montanhoso demorou 36 anos para ser criado, sem falar que o do outro setor ainda não foi, nem há previsão para isso. Dada a importância de CC como instâncias de governança na sua contribuição para a gestão de parques nacionais, causa espécie tanta demora a sua instalação nas duas UC. Precisamente porque, segundo Irving et al. (2005), essa instância surgiu no Brasil pela lei nº 9985 como algo inovador, como se fosse um chamamento para a participação social no processo de gestão de AP. E esse evento deu-se num contexto de centralização de políticas públicas.

Uma observação que merece destaque é que no caso do PNCM as articulações para instalação talvez denotasse com isso uma nova visão com relação a sua importância, apesar de não ser garantia de efetividade de boa governança para o parque.

Por tratar-se da Costa Rica, no que respeita a áreas de conservação complexas, é facultativo ao Conselho Regional criar conselhos locais, em conformidade com Roldán-Chacón (2010). No entanto, o autor vai acrescentar que o Regional

[...] rescatan la experiencia de los comités de manejo²⁷⁸ antes mencionados, sin embargo, algunas áreas de conservación, en ausencia de conocimiento actualizado sobre la complejidad del área bajo administración y sobre la dinámica sócio cultural, no han implementado la figura del consejo local. (ROLDÁN-CHACÓN, 2010, p. 84).

²⁷⁸ Definidas prioridades de gestão, como o Plano Nacional de Desenvolvimento de Governo, estabeleceu-se comitês de manejo, conservação e recuperação de solos em Bacias, sob a Lei nº 7779/98.

Portanto, apesar de na Costa Rica os conselhos locais não serem obrigatórios por lei, o que não é o caso do Brasil, o fato é que existem outros instrumentos estratégicos que tentam preencher essa lacuna. No entanto, nada como a participação social organizada para consolidar uma governança ambiental.

Entretanto, o projeto “Removiendo Barreras para la Sostenibilidad del Sistema de Áreas Protegidas de Costa Rica” GEF-PNUD, praticamente uma inovação no processo de governança, da *Área de Conservación de Tortuguero (ACTo)*²⁷⁹, a médio prazo propiciará a implantação de novos conselhos locais (PNUD; SINAC; GEF, [19--]). Um para o setor marinho-costeiro do PNT e outro para o *Refúgio Nacional Barra del Colorado*, o que, sem dúvida, é um avanço em termos de trazer para o seio do processo de governança contribuição de novas institucionalidades, como também na participação ativa da cidadania.

Pelo exposto, conclui-se que, de diferentes modos, em ambos os parques, os conselhos locais foram criados ou estão em processo, o que denota uma horizontalidade necessária, no que concerne à participação de outros atores no processo de governança ambiental.

A formação dos conselhos dos três parques em estudo seguiu basicamente as diretrizes preconizadas pelas normativas que os instituíram. O quadro de conselheiros nos dois países foi composto por membros das comunidades, entidades privadas, órgãos governamentais e organizações não governamentais. Especificamente com relação ao conselho do PNCM, um dos seus membros é parte do setor acadêmico da Universidade Estadual do Maranhão. É importante ressaltar que, com relação aos parques brasileiros, a CI desempenhou um grande papel no sentido de criar e capacitar o conselho tangente ao conhecimento da realidade do PARNAMAZONIA.

Além disso, nos outros dois parques, esse processo de seu de modo mais ortodoxo, o que significa que foi o próprio estado o responsável pela sua criação e capacitação dos conselhos. No entanto, é bom frisar que o que há de semelhante nesse processo entre as três UC é que houve a participação de atores sociais direta ou indiretamente aos rumos destas.

Entre outras implicações, resta constatar que é inegável o avanço ao incluir a participação, a mais ampla possível, da sociedade nas políticas ambientais, e, no caso aqui estudado, no processo de gestão dos PARNA. Compreende-se que as leis que dão substrato à gestão das UC precisam definir bem suas premissas sem deixar arestas de interpretação com

²⁷⁹ Existem atualmente três Conselhos Locais (COLAC) constituídos e funcionam, a saber: (*Consejo del Agua – COLOGUA*; *Consejo Local del Parque Nacional Tortuguero – Sector Oeste – (COLOPTo)*; *Consejo del Refugio Nacional de Barra de Colorado*).

relação à necessidade e importância dos conselhos, principalmente porque são consultivos. Veja-se o que Loureiro; Cunha (2008, p. 247) comentam com relação a essa problemática: “Isso faz com que os gestores de UC tenham diferenciados entendimentos e práticas no que diz respeito à implementação e ao funcionamento dos conselhos”. E isso pode resultar em desarticulações e em falta de sinergia com relações a propósitos coletivos.

UC em qualquer país do mundo em que estejam localizadas têm na figura do PM um instrumento basilar para que seus objetivos sejam atingidos. O PNT construiu o seu primeiro PM depois de 28 anos de criação do parque. Do seu processo de elaboração participou uma série de entidades sob a responsabilidade do SINAC. O mesmo aconteceu na segunda versão de seu plano, que foi atualizada de acordo com as novas demandas e necessidades que o parque exigia. No caso do PARNAMAZONIA, seu PM foi arquitetado quatro anos após a criação do parque, com quase absoluta ingerência sob o seu teor dos órgãos públicos. Já, na sua segunda versão, há um avanço no tocante à participação da sociedade civil organizada, com a contribuição da CI e de outras entidades. Ressalta-se que essa versão ainda não foi aprovada. O PNCM, criado em 2005, ainda não possui esse instrumento. No entanto, os resultados das entrevistas demonstraram que é prioridade máxima construí-lo.

Outra faceta fundamental de um plano de manejo é que ele pode ser visto como um “termômetro” de governança. Acompanhem-se os seguintes autores no que ele tem a dizer sobre esse lado:

[...] um plano de manejo é um autêntico instrumento preparatório ou propiciador de governança ampliada. A existência de um plano de manejo ou sua situação (em implementação, em elaboração, em revisão) é um indicador relevante para avaliar a qualidade da gestão de uma UC. (DRUMMONT; FRANCO; NINIS, 2006, p. 21-22).

Ao fazer-se um contraponto entre esse fragmento de discurso com a situação real dos três parques com relação ao estado da arte, percebe-se que isso se encaixa bem nesses acima.

Quando um PM está expresso apenas em documento, não faz jus a sua importância como instrumento de gestão. Foi identificado no PARNAMAZONIA que das 11 AD a serem desenvolvidas – que constam como ações a serem desfechadas, no PM – apenas duas foram implementadas no interlúdio de 36 anos. Por tratar-se do PNT, o que se consta não é muito diferente, pois das 31 estratégias planejadas não se conseguiu implementar em 100% do que se esperava em 13 escolhidas. Isso não é de estranhar, pois nessas UC é comum haver dificuldades das mais variadas naturezas, como falta de recursos tanto humanos quanto financeiros, capacitação a desejar, a perfazer um conjunto de óbices que de certo modo impedem de realizar o que se planeja *ipsis litteris*.

Os conceitos de desconcentração e descentralização moldam, respectivamente, os parques nacionais da Costa Rica e do Brasil. No país da América Central, a desconcentração é um arranjo que tem como cerne de poder o estado central que delega poderes a outras instâncias de autoridades locais com relação a tudo que concerne a áreas protegidas (CASTAÑO-URIBE, 2008). Ademais, a autoridade dessas ramificações tem autonomia relativa, o que significa que o controle permanece no centro de poder, ou seja, são extensões administrativas de uma autoridade máxima, que é o Estado.

Já, no Brasil, o conceito de descentralização é a base para o entendimento das instituições responsáveis pela proteção das AP. É evidente que existe uma lei máxima, promulgada, que dá o alicerce às ações que são empreendidas nessas áreas com relação aos mais amplos aspectos que dizem respeito à proteção do meio ambiente. No entanto, o órgão responsável, o ICMBIO, tem plenos poderes para decidir como se dá a gestão nessas AP.

Uma vez que se tem por base que o PNT tem conseguido por mais de 40 anos conservar sua biodiversidade, principalmente no que tange às *Chelony Midas*, e pelo número de turistas que acorrem anualmente àquele espaço, pressupõe-se que as sucessivas gestões que passaram por esse horizonte temporal têm realizado um trabalho eficiente e eficaz, apesar de não participativo, com relação aos atores locais. Verificou-se, no entanto, quando das entrevistas feitas, que a gestão do parque daqueles precisa de modo pontual, como se deles não pudesse prescindir em determinadas situações. Por exemplo, a Associação de Guias local desempenha um trabalho turístico por demais significativo no *tour* das tartarugas. Outros atores que contribuem com a gestão do parque são as ONG.

Entretanto, essa desconexão entre gestão e atores locais no sentido largo da palavra, ou seja, a não participação desses no planejamento da gestão, seja no sentido consultivo ou deliberativo, o que concretamente não tem afetado sua *performace* no turismo bem como no trato à conservação, não significa que o modelo do SINAC/CR seja passível de ser replicado por outros parques, muito pelo contrário. Sabe-se, por empirismo mesmo – o que é confirmado pelos mais diferentes estudiosos dessa realidade –, que toda vez que gestões arquitetam seus planos contando com a participação dos mais diversos atores locais, que trazem junto consigo seus saberes, as unidades saem ganhando.

No entanto, o modelo preconizado pelo SINAC/CR pontua a participação de atores locais, entre outros, no processo de gestão. O problema, todavia, é que concretamente isso não acontece, mas já se nota a gestão de um embrião de participação nesse processo, vide os esforços para a criação no setor costeiro do conselho local. E mais, já consta no plano de manejo do PNT a implementação do Programa Gestão cidadã (SISTEMA NACIONAL DE

ÁREAS DE CONSERVACIÓN, 2013), que propõe a criação do conselho do setor costeiro e ainda o fortalecimento do conselho do setor montanhoso, além de incentivar a participação na gestão de lideranças comunitárias locais, instituições de pesquisas e empresas da iniciativa privada.

E mais, nas instâncias de governança do PNT, o Conselho Nacional e o Regional, foram detectados tanto pelos entrevistados quanto pelo SINAC problemas que tangem ao não cumprimento de suas funções com relação ao parque, o que reflete no agravamento do relacionamento da gestão do parque com a comunidade tangente a sua não participação.

Igualmente, a falta de recursos financeiros e de pessoal, segundo informantes, tem dificultado o desenrolar da gestão. Problemas como a incapacidade de fiscalizar devidamente toda a área do parque e falta de condições para implementação de programas de educação ambiental são alguns reflexos dessa falta de recursos. Outra reclamação, que vem da comunidade, refere-se ao fato de que o dinheiro que entra no parque por via entrada de visitantes não se reveste em benefícios na localidade.

No Brasil, o modelo criado pelo SNUC prevê a participação de atores sociais no processo de gestão. No PARNAMAZONIA verificou-se que o conjunto de entrevistados constata concretamente a contribuição que esses diversos atores têm dado à gestão, via conselho consultivo. No entanto, resseñte-se de desarticulações que têm origem em uma série de falhas que reputam à alta rotatividade de gestores do parque em curto espaço de tempo, à falta de recursos humanos e financeiros, diferentes mundivisões dos gestores, à possibilidade de a hidrelétrica do Tapajós vir a inundar parte do parque, sem falar na falta de transparência e informação com relação a este assunto.

Um dado muito ressaltado, sobre o PARNAMAZONIA, é a falta de envolvimento e conhecimento de fato do parque em si. Ainda outro fator limitante, segundo relatos, é a ausência de incentivo por parte da gestão à pesquisa da biodiversidade local, à sensibilização de outros profissionais da educação, do meio ambiente etc., visto que o parque comporta uma diversa paisagem de recursos naturais, inclusive sua biota, que sem dúvida mereceria uma densa investigação pela ciência, o que traria mais visibilidade e, portanto, mais responsabilidade pela comunidade sensibilizada a essa UC.

O PNCM, recentemente criado, com relação aos outros dois em estudo, tem uma característica muito peculiar: tem gestor, tem CC que opera ações, segundo o que ditam as regras do SNUC, mas, no entanto, não tem PM. O que se constata, por falta dessa ausência instrumental, o que não acontece com os outros dois parques, é a presença de um arranjo ativo, representado por um gestor, que mantém uma relação de diálogo e transparência com os

atores sociais que estão envolvidos no processo de conservação da unidade. Lida com determinados problemas, comuns aos outros dois parques estudados, que são a falta de recursos humanos e financeiros, o que reflete numa infraestrutura precária. Apesar disso, segundo se constatou na pesquisa, a gestão apresenta resultados que a preparam para enfrentar com eficiência os problemas de ordem ambiental que se apresentam naquela UC.

Quanto ao problema da alta rotatividade de gestores nos dois parques brasileiros, constatou-se que no período de três anos, quando da pesquisa de campo, a mudança em cada parque de três gestores e as justificativas são as mais variadas. Já, no PNT, isso não acontece, segundo a gestora²⁸⁰ do parque.

Com relação ao turismo praticado nos três parques, a considerar o ano de 2013, no PNT foram recebidos 121.651 turistas, entre os quais 93.294 estrangeiros, 14.422 nacionais e 13.935 locais; já, no PARNAMAZONIA, foram registrados 684 visitantes, distribuídos entre 618 provenientes de Itaituba, 50 nacionais e 16 estrangeiros; e no PNCM não se têm dados contabilizados sobre o número de visitantes. Como se pode notar, há uma grande disparidade de visitação turística entre os dois parques. Esses resultados pífios do PARNAMAZONIA provavelmente podem ser justificados por uma série de fatores causais já explanados via entrevistas no decorrer deste estudo.

No entanto, há que se ressaltar que no Brasil determinadas políticas públicas não perceberam ainda a potencialidade que existe em explorar devidamente o turismo de modo sustentável em seus ricos espaços de natureza, ou seja, criam-se UC e não se as munem de estrutura condizente a oferecer serviços turísticos atrativos, especialmente no território amazônico.

Um documento elaborado pelo Tribunal de Contas da União (BRASIL. Tribunal de Contas da União, 2013) vai corroborar com o que está dito acima e dar mais explicações sobre o subaproveitamento do potencial das UC do bioma Amazônia, o que tem redundado em insignificante visitação a esses espaços. Em síntese, o TCU constatou

[...] que as UCs no bioma Amazônia não estão atingindo plenamente os resultados esperados, uma vez que há um baixo aproveitamento do potencial econômico, social e ambiental dessas áreas. Isso decorre principalmente de fragilidades na gestão que dificultam: o uso público; as concessões florestais; o fomento às atividades extrativistas; e as atividades de pesquisas e monitoramento. Além disso, a insuficiência dos recursos humanos e financeiros compromete a realização de atividades essenciais como fiscalização, proteção, pesquisa etc. Ainda em relação à avaliação dos insumos, foram constatadas a inexistência e a inadequação dos Planos de Manejo, principal instrumento de planejamento e gestão que regula o acesso e o uso dos recursos naturais naquela área. Somado a isso, o passivo identificado de

²⁸⁰ Elena Vargas.

regularização fundiária impacta diretamente na gestão das UCs, haja vista a indefinição quanto à posse e à propriedade dessas terras. Por fim, no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Snuc) foram identificados problemas de articulação entre os atores envolvidos na gestão de UCs, decorrentes de uma insuficiente coordenação, da baixa cooperação e da frágil comunicação. (BRASIL. Tribunal de Contas da União, 2013, p. 2).

E ainda acrescenta que os PARNA do bioma Amazônia

[...] não conseguem atingir um de seus principais objetivos que é o uso público. Isso significa que, em todos os parques nacionais da Amazônia (18 ao total), não estão sendo desenvolvidas a contento as atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico, o que contraria o previsto no art. 4º, XII, da Lei 9.985/2000. (BRASIL. Tribunal de Contas da União, 2013, p.25).

Essas observações feitas pelo Brasil. Tribunal de Contas da União (2013) cabem também ao PNCM, apesar de este encontrar-se no bioma Cerrado. E isso é afirmado por se ter constatado em pesquisas de campo que o dito parque apresenta problemas absolutamente semelhantes.

Os números apresentados pela Costa Rica com relação ao PNT são reflexos de uma estratégia adotada pelo país que conseguiu conciliar conservação ambiental, proteção e uso sustentável dos recursos naturais com o turismo. E divulgou isso para o mundo, revalorizou o meio ambiente e transformou isso como bem de capital, dentro de uma estratégia maior de desenvolvimento. O resultado dessa estratégia é que o país conseguiu sensibilizar o mercado turístico internacional. Além disso, contou com a coincidência de exatamente em Tortuguero existir uma população rara de *Chelonia Mydas* que sazonalmente ali nidifica, o que desperta forte interesse da comunidade científica e de segmentos de turismo.

Segundo Luzano (2002, p. 115-116)

las estadísticas de visitación en Costa Rica dan cuenta que más de 85% de los turistas que vienen por motivos de placer se ubican en la categoría o segmento de naturaleza. En particular, más del 70% de los turistas que ingresa al país dice haber visitado parques nacionales durante su estadía y más del 60% dice haber realizado actividades relacionadas a historia natural. De otra parte, más del 80% de las empresas touroperadoras a nivel nacional estructuran productos basados en mezclas de aventura e historia natural.

Vale ressaltar que, embora se façam comparações entre UC, é importante ficar atento ao fato de que há singularidades com relação ao turismo entre uma UC no Brasil e uma UC na Costa Rica. O Brasil vende para o mundo – e aqui não se deve ater-se à qualidade dessa exposição – como um país de múltiplos produtos turísticos, a serem as UC mais um deles e a Costa Rica praticamente expõe globalmente apenas um produto, o de natureza, com uma embalagem que é por demais atrativa.

Com relação à infraestrutura turística dos três parques, a se começar pelo PNT, pode-se afirmar, que de acordo com o seu nível de desenvolvimento – e com o que foi na pesquisa de campo – o parque oferece condições adequadas, mas necessita de outras adaptações, assim como de novos elementos para a estada do turista no local. No que concerne ao PARNAMAZONIA, verificou-se, que embora tenha semelhantes condições para receber o turista, precisa de manutenção, o que pode indicar inoperância com relação ao que manda o seu plano de manejo, sem falar que este precisa de uma atualização, já que a dinâmica do parque, hoje, é muito diferente do que era nos finais da década de 70. Já, no PNCM, a infraestrutura é dependente dos proprietários de terra encravados no parque que não dão padrões adequados para a recepção de visitantes, o que é agravado ainda mais pela ausência até hoje de um plano de manejo.

Um dado comparativo que pode gerar uma série de implicações negativas para uma UC, desde que não seja adequadamente tratado, é a presença de moradores dentro desta. Constatou-se que, ainda hoje, no PNCM, o problema de moradores internos ao parque tem causado problemas que impedem, por exemplo, uma agilidade maior para a realização de um plano de manejo, entre outros. Isso já não acontece nos outros dois parques em questão.

Com relação ao envolvimento das comunidades do entorno dos parques quanto às atividades que venham a incidir sobre o turismo naqueles espaços, constatou-se o seguinte: as comunidades que entornam o PARNAMAZONIA e PNCM não desenvolvem nenhuma atividade permanente que impacte positivamente o turismo. Por exemplo, não há produção de artesanato local, não se encontra a oferta sistemática de comidas típicas. Enfim, infere-se disso que não existe um projeto maior que inclua a comunidade como elemento de uma rede de produção turística que tenha relação com o parque como objeto de chamariz. O PNT tem uma relação estreita com a comunidade homônima, que é contígua ao parque, o que naturalmente aproxima a comunidade dos turistas. Em termos de alojamento, de alimentação, atrativos, que não os do parque, entre outros serviços que facilitam a vida de quem o visita.

Segundo Irving; Rodrigues; Neves Filho (2002, p. 94), “A perspectiva da participação das comunidades locais no processo de planejamento turístico representa um elemento essencial para a sustentabilidade [...]”. Isso se coaduna com o que foi visto com relação aos três parques no que diz respeito ao turismo que lá se pratica.

Ao pensar-se no que tem sido feito sobre a necessidade de despertar as comunidades, que direta ou indiretamente se relacionam com os parques, para a importância que existe em preservar-se o meio ambiente, foi constatado que o PNT não está desenvolvendo nenhuma ação referente à educação ambiental, apesar de constar como programa de uso público do

parque, tanto em seu plano de manejo de 2004 quanto no de 2013. No entanto, a STC empreende trabalho junto à comunidade com esse objetivo. No PARNAMAZONIA há ações junto a crianças de escolas públicas, no sentido de sensibilizá-las para a questão do meio ambiente. Já, no PNCM, não se constatou nenhuma ação por parte de instituição alguma com esse tipo de preocupação.

Proteger a biodiversidade e seus recursos naturais é o objetivo fundamental ditado por lei tanto no Brasil quanto na Costa Rica quando se trata da criação de UC. Para tanto, dispõem-se esforços que se expressam em planejamento que se materializa em programas sistemáticos e ações que visam a sua sustentabilidade. Além do que reza a lei, presume-se que deve haver, por parte de todos os atores sociais envolvidos, de uma maneira direta ou indireta com a unidade, a internalização desse objetivo maior.

Nessa direção, o PNT tem conseguido uma ampla sinergia de esforços no sentido de conservar sua área, inclusive monitorando em limites bem estabelecidos a visita de turistas. Em termos institucionais, no que tange a sua conservação, encontra-se o trabalho desenvolvido por uma série de entidades que desenvolvem ações específicas. Por exemplo, a STC, além de realizar normalmente um programa de educação ambiental junto à comunidade, faz também com jovens um trabalho de patrulhamento das praias onde as tartarugas nidificam. Por outro lado, a GVI também tem sua parcela de contribuição para a conservação da biofauna. E mais, a ASVO também realiza trabalhos voluntários no sentido da conservação. Especificamente voltada para o turismo, a ASOPROTUR faz um *tour* com os turistas para que eles conheçam o que o parque tem a oferecer. Essa associação se sobressai, porque os seus guias são capacitados com o fito de compreenderem o significado que existe em cuidar do meio ambiente, o que os torna, indiretamente, replicadores de informações de conservação.

Além disso, em Tortuguero se pode notar o desenvolvimento de uma série de ações individuais dos *lodges*, pousadas etc., que parecem estar conscientes de seu papel no processo de sustentabilidade. Sem falar que a comunidade dispõe de uma unidade de reciclagem de resíduos sólidos, que impede que o meio ambiente do parque seja degradado, embora essa iniciativa isolada não seja solução única e determinante para que isso não ocorra.

É importante ressaltar que manter Tortuguero como uma unidade sustentável, dentro de suas possibilidades, é um constante desafio, mesmo apesar de tantas ações que são realizadas pelos mais diversos atores.

Ao se comparar o PARNAMAZONIA ao PNT, vê-se claramente que aquele está em um estágio de desenvolvimento enquanto unidade muito aquém do esperado. Por isso não é de

se estranhar que, além do trabalho regular de fiscalização que é realizado pelo ICMBIO local, não foram encontradas atividades que possam ser expressões de ações planejadas no sentido de conservar aquela unidade. Inclusive, o PARNAMAZONIA nem mesmo consolidou ainda seu limites, sem falar que existe o problema possivelmente parte de aquele espaço ser inundado.

Pode-se afirmar que o mesmo ocorre no PNCM, que tem o agravante de no seu interior encontrarem-se moradores, o que é proibido por lei, além dos problemas causados pelos incêndios. Ressalte-se que o ICMBIO tem despendido muitos esforços para manter essa UC com o mínimo esperado em termos de conservação da sua biodiversidade.

As análises de cunho comparativo feitas acima buscaram compreender como se dá o processo de governança ambiental nos três parques estudados, os desafios para a sua consolidação e a importância da participação de novos atores sociais nesse processo.

7 CONCLUSÃO

A presente tese ateve-se a investigar o processo de governança ambiental em três UC, duas no Brasil e uma na Costa Rica, e seus reflexos no turismo, como variável dependente desse processo, que acontece de modos diferentes e pontos em comuns nos PARNA estudados. Essa problemática está inserida já há algum tempo em um complexo meio ambiente global em crise e ameaçado, o que tem gerado a necessidade de novas políticas públicas que tenham como fulcro a sustentabilidade. Portanto, há uma quebra, a ter em consideração a questão ambiental global, do paradigma que via, necessariamente, o Estado-Nação como ente exclusivo de decisão.

Nessa direção, o contexto muda, novos espaços democráticos são criados e a sociedade civil organizada – novos atores – se mostra como instância de poder decisório. Mas subjacente a essa abertura de espaço e à inserção de outros atores no processo de governança ambiental, há um discurso oficial do desenvolvimento sustentável que se camufla e segundo Leff (2001, p. 28-29)

[...] dissimula seus interesses diversos num olhar especular que converge para a representatividade universal de todo ente no reflexo do argênteo capital. [...] A cidadania global emerge da democracia representativa, não para convocar o cidadão integral, mas suas funções sociais, fragmentadas pela racionalidade econômica [...].

Isso parece se sustentar, segundo os resultados da pesquisa de campo empreendida, nos três PARNA, quando da observação da ausência de conselho ou da desarticulação dessa mesma instância, e contradiz sua instalação segundo ditames democráticos da contemporaneidade e descumprimento de seus objetivos.

Todo esse leque apregoado de participação democrática pode parecer apenas uma falácia estratégica para servir de adaptação do capital frente às novas exigências da pós-modernidade. Mas, por outro lado, isso se constitui apenas em uma visão que concretamente não dá conta de explicar algumas novas realidades, com relação às UC que se exprimem em termos de resultados tangíveis que têm contribuído para o surgimento de novas institucionalidades.

Outros indicadores, ainda com referência ao que disse Leff (2001), podem ser constatados na demora de criação de conselhos, de formulação de planos de manejo, bem como na sua implementação, na ausência de dotação orçamentária, na falta de recursos humanos e de condições infraestruturais adequadas, na irresolução de questões, como a indenização fundiária etc. Portanto, pode-se inferir do que foi expresso que esse processo de governança que está aí não é condizente com a importância que o meio ambiente global e

local desempenha para a própria sustentabilidade da sociedade, porque é dos seus recursos naturais saudáveis que ela vive.

Frutos de processos históricos diversos, as UC em estudo têm conseguido, a sua maneira e com limites, alcançar alguns objetivos segundo os ditames das leis que as regem. A Costa Rica tem conseguido conservar sua biodiversidade e ao mesmo tempo ofertá-la como produto turístico para o mundo por via de um planejamento orientado para a sustentabilidade da UC, apesar da ocorrência de falhas com relação àquele.

O sucesso obtido por esse país não pode ser reputado apenas ao estado como promotor do turismo. Pelos dados, no processo, que pode se chamar de governança ambiental da UC em questão, há a participação de determinados atores sociais. Tal participação contribui fundamentalmente para o alcance de seus objetivos, mesmo que nesse processo não estejam aplicados na sua totalidade os princípios que segundo Kooiman (1993 apud JACOBI; SINISGALLI, 2012) definem o conceito de governança, que tem por base a interdependência de múltiplos atores, que compartilham objetivos; espaço de diálogo entre o público e o privado, gerador de modos de ação e controle.

Todavia, em que pese às detectadas lacunas dentro dessa arquitetura chave de governança, parece que a Costa Rica tem encontrado, de maneira bem específica, seu caminho. E mais, não satisfeita com isso, tem procurado se aperfeiçoar, e isso é visto quando se atenta à atualização desse processo que prevê a instalação de conselhos locais como braços auxiliares da gestão.

Percebe-se que, pelos dados que se têm, a Costa Rica inclui no seu modelo de desconcentração elementos de descentralização, basicamente com relação à gestão participativa, muito embora seus pilares de governança sejam desconcentradores de fato. Talvez, isso aconteça pela percepção de que, segundo Jacobi (2012, p. 1471), a construção de um processo de governança “[...] é participativo, e acima de tudo, de aprendizagem”. Nesses tempos hodiernos, desperta-se para o fato de que fazer as coisas coletivamente é potencializar estratégias inovadoras que podem redundar em emergentes pactos de governança para a garantia de futuros sustentáveis.

No Brasil, que em tese dispõe de um sistema de governança em UC muito mais moderno do que a Costa Rica, porque é descentralizador e praticamente abre-se à participação de vários atores sociais com seus papéis correspondentes em torno de objetivos comuns, os parques pesquisados não têm posto em prática o que determina a lei 9.985/00 (Morsello, 2001). Isso, conforme demonstrado nos resultados da tese.

No PARNAMAZONIA, só depois de muito tempo após sua criação, houve um

princípio muito incipiente de organização, liderada pela CI, com a participação de vários outros atores, que resultou em alguns benefícios para o parque, mas que, por diversas razões já comentadas nesta tese, não consolidou as bases de um processo de governança. Em outras palavras, uma ação coletiva com propósitos bem definidos, visando a um bem comum, foi desencadeada à época, porém ficou pelo meio do caminho.

Hoje, o PARNAMAZONIA ressent-se da falta de amadurecimento desse processo coletivo. A pesquisa revela que nessa UC, e segundo as próprias palavras de um informante, “o conselho faliu”. E ainda, de acordo com Brasil. Tribuna de Contas da União (2013), há uma lacuna de governança e o SNUC não cumpre o seu papel como diretor de ações no que diz respeito à proteção das UC no Brasil.

Em se falar do que houve de ação coletiva no PARNAMAZONIA e porque os resultados não contribuíram para consolidar o processo que estava em curso, Ostrom (2001) pode elucidar isso, em parte, ao afirmar que as pessoas não participam porque não encontram na estrutura algo que explique que essa participação é benéfica para elas. Isso é revelado quando um dos informantes comenta que, no que concerne à participação e ao envolvimento dos comunitários referente, por exemplo, ao turismo, aqueles não conseguiam ver nitidamente quais benefícios essa atividade poderia lhes trazer. Daí, a desarticulação, a falta de interesse em ser parte ativa de um processo, que em tese beneficiaria a todos.

Constata-se também, a partir da pesquisa de campo nos PARNA brasileiros em estudo, a não detecção de nenhum projeto aplicado no turismo, embora se veja que foi feito um Programa de Uso Público (ESTRATÉGIA, 2009) para o PARNAMAZONIA, protagonizado pelo MMA, entre outros, com o objetivo de definir estratégias para estruturar em todos os sentidos a atividade turística no parque e garantir a conservação de seus recursos naturais. E mais, esse mesmo protagonista lançou em 2008 o Programa Turismo nos Parques (BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, 2008, p. 5), mas não incluía os dois parques brasileiros em estudo, com o objetivo de “[...] desenvolver um turismo responsável e integrado à diversidade sociocultural, aos conhecimentos tradicionais e a conservação da biodiversidade”.

Ao se conhecer o teor desse documento, constata-se que o Brasil tem “tecnologia de governança” suficiente para promover o turismo com base sustentáveis em quaisquer UC. No entanto, nas UC da Amazônia Legal em estudo, tem emergido uma série de obstáculos que impedem a formação por vias da sua utilização, de um produto turístico bem elaborado. E esses óbices já foram durante a escritura dessa tese por demais demonstrado e analisado.

A análise da governança ambiental e suas implicações para a sustentabilidade das UC apresentadas nesta tese, bem como o turismo nelas praticado redundaram em uma série de

compreensões que envolvem atores e processos diversos. Nesse âmbito, o Brasil e a Costa Rica cursaram trajetórias diferentes, determinantes para o estado em que se encontram o PARNAMAZONIA, o PNCM e o PNT. Além do que rezam os princípios do conceito de governança ambiental, ao se deparar com as realidades desses parques, constatou-se que não se pode entender a arquitetura de uma governança ambiental como um modelo a ser aplicado.

Talvez sua compreensão necessite de certa plasticidade, que se expressa em diversos processos, que derivam em conexões entre diferentes atores sociais e suas articulações e ações coletivas e pontuais, não lineares e complexas, no sentido de policêntricas, mas interdependentes.

Uma das conclusões desta tese é que, com relação aos parques brasileiros, independente do processo em que se deu sua criação, por considerar que o PARNAMAZONIA foi criado sem a consulta à sociedade e que o PNCM nasceu da iniciativa de grupos sociais que tiveram a oportunidade de ser ouvidos, apesar do agravante de a comunidade-moradora do parque não ter participado de discussões em torno disso, não se estabeleceram, em nenhum dos dois, estágios de amadurecimento de processo de governança ambiental. Como se tivesse havido uma estagnação, com consequências deletérias no que concerne aos objetivos da UC, entre os quais a sua abertura para o turismo sustentável.

No entanto, apesar disso, os primeiros movimentos que chamam a atenção para o PARNAMAZONIA são aquelas voltados para a emergência de uma governança – CC, atualização do plano de manejo, articulação de novos atores sociais, a inclusão das comunidades locais nas discussões, fortalecimento da AMIPARNA (estruturação da sede e financiamento de ações educativas ambientais). O que redundam em uma estruturação provisória para receber visitantes – o mirante e as trilhas autoguiadas. Sem falar que foi elaborado um documento estratégico que visava ao uso público da UC. Isso pode sinalizar que a instauração de processos de governança é uma estratégia inteligente que, bem manejada, pode dar ao parque um curso com bom desempenho segundo seus objetivos.

Quanto ao PNCM, como já se disse, apesar da série de iniciativas para a formação de um embrião de governança – discussão para criação do parque e instauração do CC – para alcançar provisórios objetivos, nada ainda foi conseguido de concreto para a estruturação do turismo naquela UC. Isso devido ao problema maior não resolvido, que é a questão fundiária, o que compromete, assim, o processo de governança do parque.

É importante ressaltar que o processo de governança nesses dois parques praticamente sofreu uma interferência de curso que gerou descaminhos. No PNCM persiste a irresolução da questão fundiária com moradores dentro dos limites do parque. No caso do

PARNAMAZONIA, está em suspense a possibilidade de parte de aquela UC vir a ser inundada, o que remete, com relação aos dois casos, a questões circunstâncias como obstáculos à governança.

Na Costa Rica, a governança ambiental se dá como foi visto de um modo bem particular, ou seja, o sistema de governança é desconcentrado e tem três instâncias de poder, isto é, o conselho nacional, o regional e o local. No entanto, tem despendido esforços no sentido de abrir o sistema para uma maior participação de atores sociais, o que sem dúvida é benéfica porque é na localidade que os eventos acontecem.

No PNT, o processo de governança ambiental estrutura-se sem contar ainda com o conselho local, o que em tese seria uma das instâncias máximas de participação social. Isso não significa, todavia, que não haja participação em outros níveis, muito pelo contrário, que tem sido fundamental na trilha desse processo. Vide a participação da ASOPROTUR no *tour* das *Chelonia Mydas* e a atuação da STC nas pesquisas científicas e na educação ambiental. Ou seja, apesar de a Costa Rica e o Brasil estarem em estágios diferentes de governança ambiental, pode-se pensar que o gradiente participação é uma medida que os assemelha. Mas permanece de modo insofismável o fato de que, na Costa Rica, o processo de governança tem gerado em termos turísticos números incomparáveis com relação ao Brasil.

Assim, as estratégias montadas para atrair turistas pela Costa Rica com relação a Tortuguero e às demais ASP se valem também de uma série de circunstâncias locais do entorno do parque. Nessas imediações se ofertam variados e inúmeros serviços turísticos, o que não acontece, por exemplo, com as áreas brasileiras que são relativamente isoladas.

Entretanto, cabe observar que a dependência econômica do turismo por parte da comunidade de Tortuguero é preocupante, no sentido de que não se estão produzindo alternativas de sobrevivência para aquela comunidade, caso ocorram mudanças repentinas com relação ao produto Turismo. Isso poderia gerar impactos negativos tanto para as gerações presentes quanto para as futuras. Tal situação acusaria um problema de sustentabilidade de consequências drásticas para seus comunitários.

Uma vez que se tem como parâmetro a hipótese de quem apesar de as bases que instauram um processo de governança ambiental em PARNA serem fincadas pelo Estado, a participação de atores sociais é condição determinante tanto para a preservação de seu ecossistema quanto para a dinamização do turismo ecológico.

Diversos indicadores apresentados tanto pela literatura, que lida com questões desse teor, quanto (e sobretudo) pelas falas quando da pesquisa de campo desta autora podem asseverar que essa relação disposta na hipótese procede. E isso porque os processos de

governança instalados nesses parques estão em estágios circunstanciais distintos. O que reflete de diferentes modos na sua dinâmica de preservação e de turismo.

A propósito também de conclusão, percebeu-se que, embora as próprias normativas que regem as UC abram espaços para a participação de atores sociais comunitários, porque compreendem sua importância no processo de governança, por outro lado não lhes dão de modo continuado instrumentos, tanto ambientais quanto turísticos, para que aqueles percebam que sua participação é fundamental no processo. Ou seja, não há nem no Brasil nem na Costa Rica um planejamento focado na atuação consequente desses atores, tanto no que diz respeito à preservação da biodiversidade, quanto ao desenvolvimento turístico. O que se revelou foram ações isoladas reativas a determinadas circunstâncias que, de algum modo, envolveram determinados atores.

A continuar-se essa explanação, os temas meio ambiente e turismo, complexos por natureza, são muito recentes em termos de sua compreensão coletiva no que se refere às comunidades relativamente isoladas do grande espetáculo da mídia. E isso foi explicitado quando das respostas dadas, sobretudo pelos moradores dos parques brasileiros que não têm uma dimensão maior de sua complexidade nem de sua concretude como produto. Portanto, o que esperar de processos de governança que ao mesmo tempo que contam com esses atores não os instrumentalizam para que de fato não apenas introjetem esse entendimento, mas que vislumbrem a possibilidade de ver o parque como uma fonte de renda única ou complementar?

Essas constatações talvez tenham sua origem em falhas cruciais nas próprias políticas de governo voltadas para essas UC, em seus níveis federal, estadual e municipal. E isso tem comprometido a governança nessas áreas, no sentido de sua evolução, com implicações que fragilizam o processo de construção de um turismo sustentável que advenciammente gere riqueza às populações envolvidas com essas áreas.

No caso do PNCM, persiste a questão do não equacionamento em busca de solução dos problemas relativos à propriedade da terra (sua regularização) e da indenização de seus donos. Isso impede que haja uma ação política que diga respeito ao desenvolvimento de alternativas de subsistência para os moradores que conciliem com a sustentabilidade do meio ambiente local. Além disso, não há uma definição de uma política de turismo específica para as UC, estas apenas fazem parte do que o Ministério do Turismo chama de regionalização, que remete a outro nível de complexidade que não o das UC, que tem características bem idiossincráticas, como já foi visto no decorrer da escritura desta tese.

No que diz respeito à dimensão estadual do problema, a política de turismo é

regionalizada, e as UC fazem parte de polos turísticos, o que também descarta de suas características bem particulares. E, na escala do município, vê-se que este não desenvolve ações turísticas que dizem respeito fundamentalmente aos parques, embora se encontre um turismo mais consolidado nas principais cidades circunvizinhas aos parques, como é o caso de Itaituba e Aveiro, no que concerne ao PARNAMAZONIA, e de Carolina, Riachão e Estreito, nos arredores do PNCM.

Portanto, compreende-se que uma UC não deve ser tratada apenas como elemento de um polo turístico, devido aos diversos serviços ecossistêmicos que oferece, que extrapolam o serviço turístico. Muito pelo contrário, as UC podem ser percebidas como indutoras de turismo. É o que se nota nas ASP em geral da Costa Rica e, no caso, no PNT, onde o turismo é fator precípuo para o desenvolvimento da governança ambiental da UC, em decorrência de uma política que entende suas ASP de modo muito particular.

Ao retomar-se a questão da inadequação das políticas públicas com relação às realidades das UC brasileiras e de seus entornos, constata-se que o fortalecimento de espaços democráticos, mesmo que consultivos, é fundamental para a evolução e consolidação de uma governança ambiental em parques nacionais na perspectiva da efetiva participação cidadã e na capacidade de contemplar as demandas públicas. Tal fortalecimento de instâncias de governança com foco na participação de atores sociais se aplica também ao PNT.

Para os PARNA estudados nesta tese, os desafios são muitos. Espera-se que governos, instituições e atores sociais e mercados consigam encontrar caminhos convergentes no sentido de consolidar uma governança que ao mesmo tempo que proteja a biodiversidade saiba utilizar do modo mais sustentável possível a riqueza natural dessas áreas para o turismo, sem esquecer de incluir socialmente as comunidades que estão envolvidas nesse processo.

Ademais, esta tese foi extremamente importante para esta autora, porque, ao adentrar nesse universo das UC, sobretudo ao se deparar com dois biomas distintos, o da Amazônia e o do Cerrado maranhense, no Brasil, e um terceiro tropical úmido na Costa Rica, por mais compreensiva que seja a sua visão de meio ambiente, há um choque de realidade que amplia essa visão e dirige o seu olhar para aspectos jamais pensados. Então, a partir dessas realidades determinados conceitos estabelecidos engendam novos caminhos que levam a outras compreensões e cortes epistemológicos.

Ao se concluir, reporta-se ao que disseram Richard e Rieu (2009) com relação aos universos de governança: fragmentários e incertos. Mas, por isso mesmo, diz-se instigante, porque espicaça o olhar da ciência equacionador de problemas para encontrar soluções, mais do que uma contribuição para a sociedade, um dever.

REFERÊNCIAS

- ABRAMS, P. et al. *Evaluating Governance: a handbook to accompany a participatory process for a protected area*. Canadá: Parks Canada and Theme on Indigenous and Local Communities, Equity (TILCEPA) and Protected Areas of IUCN CEESP/WCPA, 2003. (Draft For Field Testing). 117 p.
- ALMEIDA, A.W. de. *Antropologia dos arquivos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8; FUA, 2008. 192 p.
- ALVARENGA, A. T. de. et. al. Histórico, fundamentos filosóficos e teórico-metodológicos da interdisciplinaridade. In: PHILLIPI JR, A.; SILVA NETO, A. J. (Org.). *Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação*. Barueri, SP: Manole, 2011. p. 3-68.
- ANDRADE-MENDONZA. Introducción. In: _____.(Org.).*Gobernanza ambiental en Bolivia y Perú: gobernanza en tres dimensiones: de los recursos naturales, la conservación en áreas protegidas y los pueblos indígenas*. Quito: FLASCO, Sede Ecuador; UICN, 2011. p. 15-24.
- ARAÚJO, R. B.; CASTRO, E. Belém dos conselhos: arranjos democráticos e tensões na formulação e gestão de políticas municipais. In: CASTRO, E. et al. (Org.). *Atores sociais, trabalho e dinâmicas territoriais*. Belém: NAEA; UFPA, 2007. 341 p. Disponível em:< <http://www.mma.gov.br/port/sca/ppg7/linhas.html>> Acesso em: 2 abr. 2014.
- ARAÚJO, R. et al. Estado e sociedade na Br-163: desmatamento, conflitos e processos de ordenamento territorial. In: CASTRO, E. (Org.). *Sociedade, território e conflitos: BR-163 em questão*. Belém: NAEA, 2008. p. 13-83.
- ARROYO-ARCE, S; GUILDER, J.; SALOM-PÉREZ, R. Habitat features influencing jaguar *Panthera onca* (Carnovora: Felidae) occupancy in Tortuguero National Park, Costa Rica. *Ver. Biol. Trop (Int J. Trop. Biol.)*, v. 62, n. 4, p. 1449-1458. 2014.
- BABBIE, E. *Métodos de pesquisa de survey*. Belo Horizonte: UFMG, 2003. 519 p.
- BALMFORD, A et al. Walk on the wild side: estimating the global magnitude of visits to protected areas. *PLoS Biol* 13, n. 2, 2015.
- BECKER, B. K. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 168 p.
- BENI. M. C. *Análise estrutural do turismo*. São Paulo: SENAC São Paulo, 1998. 427 p.
- _____. *Análise estrutural do turismo*. São Paulo: SENAC, 2000. 521 p.
- BEZERRA, G.S. *Turismo de aventura em Carolina*. São Luís, 2005. 83 f. Monografia de Graduação (Curso de Bacharelado em Turismo) – Universidade Federal do Maranhão, 2005.
- BORGES, A. Governança e política educacional: a agenda recente do banco mundial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 52, p. 1-12, 2003.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 311 p.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. 21. ed. atual. e ampl. [São Paulo]: Saraiva, 1998. 267 p.

_____. *Diretrizes para uma política nacional do ecoturismo*. Brasília: EMBRATUR, 1994.

_____. Lei nº 9.985/00, de 18 de julho de 2000 art. 8º. e art. 14. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm> Acesso em: 5 fev. 2013.

_____. *Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil*. Brasília: Mtur, 2003.

_____. Princípios e diretrizes para a gestão participativa de unidades de conservação. In: _____. *Programa de Áreas Protegidas da Amazônia – Gestão participativa do SNUC*. Brasília, WWVBrasil, 2004. 205 p. (Áreas Protegidas do Brasil, 2).

_____. *Decreto de 31 de janeiro de 2006*. Altera o art. 1º do Decreto de 12 de dezembro de 2005, que cria o Parque Nacional da Chapada das Mesas, nos Municípios de Carolina, Riachão e Estreito, no Estado do Maranhão. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-006/2006/Dnn/Dnn10759.htm#art1>. Acesso em: 29 dez. 2011.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas, Departamento de Áreas Protegidas. *Informe Nacional sobre áreas protegidas no Brasil*. Brasília, DF, 2007. 124 p.

_____. Ministério do Meio Ambiente. *Programa Turismo nos parques*. Brasília, DF: 2008.

_____. Resolução CONAMA Nº 428/2010. Dispõe, no âmbito do licenciamento ambiental sobre a autorização do órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação (UC), de que trata o § 3º. do artigo 36 da Lei nº. 9.985 de 18 de julho de 2000, bem como sobre a ciência do órgão responsável pela administração da UC no caso de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA-RIMA e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, Seção 1, n. 242, p. 805, 20 dez. 2010a.

_____. Ministério do Turismo. Secretaria de Políticas de Turismo. *Programa de qualificação a distância para o desenvolvimento de turismo: sensibilização, mobilização, institucionalização da instância de governança regional*. 2. ed. Brasília, DF: Florianópolis: SEAD; UFCS, 2010b. 184 p.

_____. Presidência da República. Casa Civil. *Lei nº 12.678, de 25 de junho de 2012*. Dispõe sobre alterações nos limites dos Parques Nacionais da Amazônia, dos Campos Amazônicos e Mapinguari, das Florestas Nacionais de Itaituba I, Itaituba II e do Crepori e da Área de Proteção Ambiental do Tapajós; altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12678.htm>. Acesso em : 21 jan. 2012.

_____. Tribunal de Contas da União. *Relatório de Auditoria*. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <www.tcu.gov.br/autenticidade>. Acesso em: 10 dez. 2014.

_____. Ministério do Turismo. *O panorama brasileiro atual*. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/o_mercado_de_trabalho_na_xrea_de_turismo/Estudos_da_competitividade_do_turismo_brasileiro.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2015.

CANTO, O. de; VENTURIERI, A (Edt.). *São Luiz do Tapajós: uso do território na Amazônia*. Belém: EMBRAPA Amazônia Oriental, 2007. 87 p.

CASTAÑO-URIBE, C. Diagnóstico y situación de las áreas protegidas en América Latina y el Caribe. *Informe Regional*. Plural Editores S.R.L. 2008. Disponível em <www.caf.com/publicaciones>. Acesso em: 10 jan. 2015.

CASTRO, E. R.; COELHO, M.C. N. Políticas e Gestão Pública como campo de pesquisa- À guisa do posfácio. In: COELHO, M.C.N. et. al (Org.). *Estado e Políticas Públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional*. Belém: Cejup;NAEA; UFPA, 2001. p.287-301. (Série Estado e Gestão Pública, n.2).

CASTRO, E. R.; RIBEIRO, A. C. Lei sobre gestão de florestas públicas e impactos na Br-163. In: CASTRO, E. (Org.). *Sociedade, território e conflitos: BR-163 em questão*. Belém: NAEA, 2008. p. 189-222.

CASTRO, F. de; HOGENBOOM, B.; BAUD, M; Governança ambiental na América latina: para uma agenda de pesquisa mais integrada. *Ambiente e Sociedade*, Campinas, v. XIV, n.2, p. 1-13, jul./dez. 2011.

CASTRO JÚNIOR, E.; COUTINHO, B. H.; FREITAS, L. E. de. Gestão da biodiversidade e áreas protegidas. In: GOMES, A.J. T.; COELHO, M.C.N. (Org.). *Unidades de conservação: abordagens e características geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 25-65.

CCC. *Reporte del Programa de Tortuga Verde, Tortuguero, Costa Rica*. 2010. Disponível em: <<https://www.conserveturtles.org/pdf/reports/Tortuguero%20Reporte%20de%20Tortuga%20Verde%202009.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2014.

CEBALLOS-LASCURÁIN, H. O ecoturismo como um fenômeno mundial. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. (Edt.). *Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*. São Paulo: SENAC, 1999. p. 23-29.

CHAMORRO, T. ; BERMÚDEZ, C. *Tracking Tool for GEF Biodiversity Focal Area Strategic Priority One: catalyzing sustainability of protected area systems*. 2006, p. 162. Disponível em: <www.thegef.org> Acesso em: 26 jan. 2014.

COELHO, L. H. F. *Informações PARNAMAZONIA – visitação*. [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por monicadenazare@gmail.com 14 jan. 2015.

COELHO, M. C. N.; CUNHA, L. H.; MONTEIRO, M. de A. Unidades de Conservação: populações, recursos e territórios. Abordagens da geografia e da ecologia política. In: GOMES, A.J.T.; COELHO, M.C.N. (Org.). *Unidades de conservação: abordagens e*

características geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 67-111.

COELHO NETTO, E. C. *História do Sul do Maranhão: terra, vida, homens e acontecimentos*. São Paulo: São Vicente, 1979.

COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL. *Nossa comunidade global*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

CONSÓRCIO ESTREITO ENERGIA. *O empreendimento*. 2013. Disponível em: <http://www.uhe-estreiro.com.br/ver_secao.php?session_id=73>. Acesso em: 10 jan. 2014.

COOPER, C. *Educando os educadores em turismo: manual de educação em turismo e hospitalidade*. São Paulo: Roca, 2001. 202 p.

CORIOLOANO, L. N. M.T.; LEITÃO, C. S.; VASCONCELOS, F. P. Turismo, cultura e desenvolvimento na escala humana. In: CORRÊA, M. L.; PIMENTA, S. A; ARNDT, J. L. (Org.). *Turismo, sustentabilidade e meioambiente: contribuições e convergências*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 29-49.

COSTA RICA. Ministerio del Ambiente y Energia (MINAE). Ley Orgánica del Ambiente nº 7554. *La Gaceta* 101 de 27/05/1998. 1998. Disponível em:<<http://www.sinac.go.cr/normativa/Leyes/Ley%20Org%C3%A1nica%20del%20Ambiente%20N%C2%BA%207554.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2014.

_____. Ministerio del Ambiente y Energia (MINAE). Sistema Nacional de Áreas de Conservación; Área de Conservación Tortuguero. *Plan de Manejo del Parque Nacional Tortuguero*. COBODES: Costa Rica, 2004.

_____. Ministerio del Ambiente y Energía (MINAE). Sistema Nacional de Áreas de Conservación. *Estado de la gestión compartida de áreas protegidas en Costa Rica: resumen*. San José, C. R.: SINAC; UICN, 2006.44 p.

_____. Ministerio del Ambiente y Energia (MINAE). Sistema Nacional de Áreas de Conservación; Área de Conservación Tortuguero. *Informe de Visitación Turística Parque Nacional Tortuguero Puesto Operativo Cuatro Esquinas y Jalova*. Diego Cordero Meléndez. Costa Rica, 2014.

COSTA, F. A de. *Grande capital e agricultura na Amazônia: a experiência Ford no Tapajós*. Belém: UFPA, 1993. 163 p.

COUDREAU, H. *Viagem ao Tapajós: 1859-1899*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1977. 162 p.

CRUZ, S. H. R. Turismo sustentável na Amazônia: o contexto do desenvolvimento endógeno. In: FIGUEIREDO, S. L. (Org.). *Turismo, lazer e planejamento regional*. Belém: NAEA, 2008. p. 133-146.

DE ANTONI, G. O. Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7) e a globalização da Amazônia. *Ambiente & Sociedade*. Campinas, v. XIII, n. 2 p. 299-313, jul.-

dez. 2010.

DENCKER, A. de F. M. *Métodos e técnicas de pesquisa em turismo*. São Paulo: Futura, 1998. 286 p.

_____. *Métodos e técnicas de pesquisa em turismo*. São Paulo: Futura, 2002. 286 p.

DIAS, R. *Turismo sustentável e meio ambiente*. São Paulo: Atlas, 2003. 208 p.

DIEGUES, A. C. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 2001. 161 p.

_____. O mito do paraíso desabitado nas florestas tropicais brasileiras. In: CASTRO, E.; PINTON, F. (Org.). *Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: Cejup; UFPA, NAEA, 1997. p. 15-24.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S.V. *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília, DF: MMA; USP; NUPAUB, 2001. 176 p.

DIOS, C. B. de; MARÇAL, M dos S. Legislação ambiental e a gestão de unidades de conservação: o caso do parque nacional da restinga de Jurubatiba-RJ. In: GOMES, A.J. T.; COELHO, M. C. N. (Org.). *Unidades de conservação: abordagens e características geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p.173-199.

DRUMMOND, J.A.; FRANCO, J. L. de ANDRADE; NINIS, A. B. Novas dimensões da governança de unidades de conservação federais brasileiras: conselhos gestores, parcerias e planos de manejo. In: ENCONTRO GOVERNANÇA AMBIENTAL NO BRASIL: CONTEXTO, REALIDADES, RUMOS. *Anais...* Olinda, Instituto de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco, 2006.

DURÁN, C. A. Gobernanza en los Parques Nacionales colombianos: reflexiones a partir del caso de La comunidad Orika y su participación em la conservación del Parque Nacional Natural Corales Del Rosario y San Bernardo. *Revista de Estudios Sociales*, n. 32, abr., p. 60-72, 2009, Universidad de los Andes. Colombia. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=81511766005>>. Acesso em: 10 dez. 2011.

ESTRATÉGIA de Uso Público: Parque Nacional da Amazônia. Consultoria de Milton Dines. São Paulo: MMA; SEDR; PROECOTUR; ICMBIO; PNUD, 2009. Projeto BRA/99/009/1. Contrato nº 2007/000898. Termo de Referência nº 125532: Consultor UP PARNA Amazônia.

ENDURO Ecológico do Serrado reúne 8 mil turistas em Carolina. Disponível em: <<http://imirante.globo.com/esporte/noticias/2013/01/21/pagina329024.shtml>>. Acesso em: 29 jan.2013.

FACO, R. A.; NEIMAN, Z.A natureza do ecoturismo: conceitos e segmentação. In: NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. (Org.). *Turismo e meio ambiente no Brasil*. Barueri, SP: Manole, 2010. p. 43-62.

FARIA, I. F. de; PEREIRA, H. C. *Governança democrática e criação de unidades de conservação no Amazonas*. 2010. p. 1-9. Disponível em <<http://www.uc.pt/fluc/>>

cegot/VISLAGF/actas/tema2/heloisa>. Acesso em: 20 maio 2011.

FEARNSIDE, P. *Política de Conservação na Amazônia*- Parte I. Por Globo Amazônia, Blog Philip Fearnside Introdução aos dilemas. Disponível em: <<http://g1.globo.com/platb/natureza-philipfearnside/page/2/>>. Acesso em: 14 jun. 2012.

_____. *Política de conservação na Amazônia*-Parte 2. Disponível em: <<http://g1.globo.com/platb/natureza-philipfearnside/page/2/>>. Acesso em: 18 jan. 2013.

FONTAINE, G.; VELASCO, S.; La conceptualización de la gobernanza: de lo descriptivo a lo analítico. In: ANDRADE-MENDONZA. K. (Org.). *Gobernanza ambiental en Bolivia y Perú: gobernanza en tres dimensiones: de los recursos naturales, la conservación en áreas protegidas y los pueblos indígenas*. Quito: FLASCO, Sede Ecuador; UICN, 2011. p. 25-39.

FREDERICO, I. B.; NEIMAN, Z. Infraestrutura sustentável para o ecoturismo. In: NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. (Org.). *Turismo e meio ambiente no Brasil*. Barueri, SP: Manole, 2010.p. 149-166.

FUENTES, J. L. Gobernanza para la conservación de áreas protegidas. In: ANDRADE-MENDONZA. K. (Org.). *Gobernanza ambiental en Bolivia y Perú: gobernanza en tres dimensiones: de los recursos naturales, la conservación en áreas protegidas y los pueblos indígenas*. Quito: FLASCO, Sede Ecuador; UICN, 2011. p. 85-115.

GIL, A.C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1996. 159 p.

GOELDNER, C. R.; BRENT RITCHIE, J. R.; MCINTOSCH, R.W. *Turismo: princípios, práticas e filosofias*. Porto Alegre: Bookman, 2002. 478 p.

GOHN, M. G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. *Saúde e Sociedade*, v.13, n.2, p.20-31, maio/ago. 2004.

GOMES, E. L. dos S. *Turismo no entorno do Parque Nacional do Cabo Orange, Amapá*. 2007. 132 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

_____. Turismo no entorno do Parna do Cabo Orange, Amapá: desafios à sustentabilidade socioambiental. In: SIMONIAN, L. T. L. (Org.). *Políticas públicas, desenvolvimento, unidades de conservação e outras questões socioambientais no Amapá*. Belém: NAEA; MPEAP, 2010. p. 229-265.

GONÇALVES, A. O conceito de governança. In: CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 14., 2005, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza, 2005. Disponível em: <<http://www.conpedi.org/manaus/arquivos/anais/alcindo%20Goncalves.pdf>>. Acesso em: 7. jan.2011.

GONÇALVES, C.W.P. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Contexto, 2001.188 p.

GRANDIN, G. *Fordlandia: the rise and fall of Henri Ford's forgotten jungle city*. New York: Metropolitan Books, 2009. p.1-18.

GÜNTHER, H. Pesquisa qualitativa *versus* pesquisa quantitativa: esta é a questão? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Brasília. 2006. p. 201-210. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v22n2/a10v22n2.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2010.

HALL, A. L. *Amazônia: desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1991. 300 p.

HARDIN, G. *La tragedia de los bienes comunes*. 1968. Disponível em: <<http://nocionescomunes.files.wordpress.com/2013/02/2804.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

HARRISON, E. *About STC*. Velador News letter. Disponível em: <<http://www.conserveturtles.org/velador.php?page=velart69>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

HIDRELÉTRICAS amazônicas e política energética 3: impactos de barragens em séries. Disponível em: <<http://g1.globo.com/platb/natureza-philipfearnside/>>. Acesso em: 18 jan. 2013.

IBAMA; CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL; ALCOA. *Relatório da oficina de planejamento participativo da comunicação e educação ambiental Parque Nacional da Amazônia*. Itaituba, PA, 2004.

IBAMA. *Portaria Nº 86, de 26 de Novembro de 2004*. Institui o Conselho Consultivo do PARNAMAZÔNIA. Disponível em: <<http://www.ICMBIO.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-conservacao/portarias/Parna%20Amazonia%20port%2086%2004.pdf>>. Acesso em: 23 dez. 2012.

IBGE. *Dados população Carolina*. 2010a Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm_urb_rur.php?codigo=210280>. Acesso em: 10 mar. 2012.

_____. *Dados população Riachão*. 2010b. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm_urb_rur.php?codigo=210280>. Acesso em: 10 mar. 2012.

_____. *Dados população Estreito*. 2010c Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm_urb_rur.php?codigo=210280>. Acesso em: 10 mar. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL (IBDF). *Plano de Manejo: Parque Nacional da Amazônia (Tapajós)*. Brasília, DF, 1979.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBIO). *Ata do Conselho Consultivo do PARNAMAZONIA*. Itaituba, PA, 2009.

_____. ICMBIO lança licitação para concessão de parques nacionais. 2010. Disponível em <<http://www.altamontanha.com/Noticia/2179/ICMBIO-lanca-licitacao-para-concessao-de-parques-nacionais>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

_____. *O que fazemos*. Disponível em: <<http://www.ICMBIO.gov.br/portal/o-que->

fazemos/visitacao/ucs-abertas-a-visitacao/200-parque-nacional-da-amazonia>. Acesso em: 2 jan. 2011.

_____. 2012a. Disponível em:<<http://www.ICMBIO.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros.html>>. Acesso em: 12 out. 2012.

_____. *Plano de Proteção Anual do Parque Nacional da Chapada das Mesas*. São Luís, MA, 2012b.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBIO); ALCOA E CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL. *Lendas e curiosidades: folheto Parque Nacional da Amazônia: descubra um dos mais importantes refúgios das aves tropicais*. Disponível em: <www.ICMBIO.gov.br/portal/images/stories/imgs/parna_araguaiaa.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2013.

INSTITUTO COSTARRICENSE DE TURISMO (ICT). Disponível em:<<http://www.visitcostarica.com/ict/paginas/TourismBoard.asp>>. 2014.Acesso em: 10 maio de 2014.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SOCIAL DO PARÁ (IDESP). *Estatística Municipal: Aveiro*, 2011. Disponível em:<<http://iah.iec.pa.gov.br/iah/fulltext/georeferenciamento/aveiro.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2012.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (Brasil). Disponível em: <<http://uc.socioambiental.org/uc/481>>. Acesso em: 2 jan. 2011.

IRVING, M. de A., et al. *Governança e políticas públicas: desafios para a gestão de parques nacionais no Brasil*. 2005. Disponível em:<http://www.flacsoandes.org/web/images/FTP/8679.05.Gobernanza_y_politicas_publicas_desafios_para_la_gestion_de_parques_nacionales_en_Brasil.pdf>. Acesso em: 13 nov.2011.

IRVING, M. de A. ; RODRIGUES, C. G. de O.; NEVES FILKHO, N. de C. Construindo um modelo de planejamento turístico de base comunitária: um estudo de caso. In: _____. *Turismo: o desafio da sustentabilidade*. São Paulo, Futura, 2002. p. 93 -112.

LOUREIRO, C. F. B.; IRVING, M. de A. *Gestão participativa em unidades de conservação*. Rio de Janeiro: IBASE, 2006.

JACOBI, P. R.; BARBI, F. Governança dos recursos hídricos e participação da sociedade civil. In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2.,2007, Florianópolis, *Anais.....* Florianópolis: UFRS, 2007. p.1-16. Disponível em:<http://www.sociologia.ufsc.br/npms/fabiana_barbi_pedro_jacobi.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2012.

JACOBI, P. R.; SINISGALLI P. A. de A. Governança ambiental e economia verde. *Ciências & Saúde Coletiva*, v. 17, n. 6, p. 1469-1478, 2012.

JACOBI, P. R. *Novos paradigmas, práticas sociais e desafios para a governança ambiental*. São Paulo: Annablume; IEE-USP; PROCAM-USP; Fapesp, 2012. (Coleção Cidadania e Meio

Ambiente).

JAPIASSU, H. *Introdução ao pensamento epistemológico*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1934. 202 p.

KASECKER, T.; SILVA, J. M. C. Parque Nacional da Amazônia. In: VALENTE, R. et. al. (Org.). *A conservação de aves migratórias neárticas no Brasil*. Belém: Conservação Internacional, 2011. p.92-99.

KERN, D. C. et al. *As terras pretas de índio na Amazônia*. Evolução do conhecimento em terra preta de índio. Parte II. Disponível em: <http://www.biochar.org/images/stories/Cap_6_Dirse.pdf>. Acesso em: 13 jan.2013.

KINKER, S. *Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais*. Campinas, SP: Papirus, 2002. 256 p. (Coleção Turismo).

KISSLER, L.; HEIDEMANN, F. G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? *Revista de Administração Pública*, v. 40, n. 3. Rio de Janeiro, maio/jun. 2006. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S003476122006000300008&script=sci_arttext&tlng=en>. Acesso em: 14 out. 2010.

KOOIMAN, J. et al. Interactive governance and governability: an introduction. *The Journal of Transdisciplinary Environmental Studies*, v. 7,n. .1, 2008.

KOENS, J.F.; DIEPERINK, C.; MIRANDA, M. Ecotourism as a development strategy: experiences from Costa Rica. *Environmental Development Sustainable.*, n. 11, p. 1225-1237. 2009.

LA HISTORIA de Tortuguero. Disponível em <www.tortuguero-village.com/espanol/historia.htm>. Acesso em: 25 dez. 2013.

LEFF, E. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LÉTOURNEAU, A. Les théories de la gouvernance: pluralité de discours et enjeux éthiques. *Vertigo- Hors série*, nov. 2009. Disponível em: <<http://vertigo.revues.org/8891?lang=pt>>. Acesso em: 20 out. 2012.

LIZANO, R. El turismo sostenible como promotor de la protección y conservación del medio ambiente y los recursos naturales. In: KRUMHOLZ, D. M. (Org.). *Turismo y desarrollo sostenible*. Colombia: 2002. p. 103-122.

LOUREIRO, C. F. B.; CUNHA, C. C. Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. *Ambiente & Sociedade*. Campinas, v. XI, n. 2, p. 237-253, jul.- dez. 2008.

MACEDO, H. S. Processos participativos na gestão de unidades de conservação. In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2., *Anais...* 2007. Florianópolis, Brasil. Disponível em <<http://observatorio.wwf.org.br/site>>

_media/upload/gestao/documentos/Macedo_2007.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2015.

MACÊDO, J. A. C. *Avaliação da gestão participativa dos parques estaduais da Bahia*. 188 f. 2008. Dissertação (Mestrado em Política e Gestão Ambiental) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2008.

MALINOWSKI, B. *Os argonautas do pacífico ocidental*. São Paulo: Abril cultural, 1978. 436 p.

MAYNTZ, R. *Nuevos desafios de la teoria de governance*. 2003. Disponível em <<http://www.uned.es/113016/docencia/spd-posgrado/urjc-2003/mayntz%0gobnaci%F3n%20iigov%201998.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2012.

MARANHÃO, Estado do. *Decreto nº 12.954 de 12 de fevereiro de 1993, instituiu o Tombamento do Centro Histórico de Carolina*, que tem sua inscrição no Livro de tombo sob o nº 063, folhas 013 em 12 de março de 1993. Maranhão, 1993.

_____. Secretaria de Estado do Turismo do Maranhão (SETUR). *Pesquisa alta temporada 2007*: São Luís, Barreirinhas, Tutóia, Imperatriz e Carolina. 2007.

MARQUES, A. R. *Saberes geográficos integrados aos estudos territoriais sob a ótica da implantação do Parque Nacional da Chapada das Mesas, sertão de Carolina – MA*, São Luís. 2012 199 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, 2012.

MARTINS, H. T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio, 2004.

MEDEIROS, R.; YOUNG, C. E. F. *Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional*: relatório final. Brasília: UNEP-WCMC, 120p., 2011.

MELETIS, Z. A.; CAMPBELL, L.M. Call it consumption!. (Re) conceptualizing ecotourism as consumption and consumptive. *Geography Compass*, v.1, n.4, p. 850-870, 2007.

MELETIS, Z. A.; HARRISON, E.C. Tourists and Turtles: searching for a balance in Tortuguero, Costa Rica. *Conservation and Society*, v. 8, n. 1, p. 26-43, 2010. Disponível em <www.conservationandsociety.org>. Acesso em: 7 ago. 2014.

MOESCH, M. M. *A produção do saber turístico*. São Paulo: Contexto, 2000. 140 p.

MORAES, R, da C.; LIMA, L. P. Utilização de SIG como ferramenta na gestão do Parque Nacional da Chapada das Mesas (Carolina/MA). In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 13., *Anais...* Florianópolis: INPE, 2007. p. 177-193

MOREIRA, J.C. *Geoturismo e interpretação ambiental*. Ponta Grossa: UEPG, 2011. 157 p.

_____. *Patrimônio geológico em unidades de conservação: atividades interpretativas, educativas e geoturísticas*. 2008. 430 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2008.

MORSELLO, C. *Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2001. 344 p.

NASCIMENTO, D. M. Amazônia: governança, segurança e defesa. *Papers do Naea*, n. 212, dez., p. 1-24. 2007.

NASCIMENTO, V. L. Q. *Políticas públicas de ecoturismo e participação: a trajetória do PROECOTUR no polo Belém/Costa Atlântica*. 212 f. 2009. Dissertação (Mestrado Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

NASCIMENTO, D. M. Amazônia: governança, segurança e defesa. *Papers do Naea*, n. 212, dez., p. 1-24. 2007.

NATUREZA. Disponível em: <<http://g1.globo.com/platb/natureza-philipfearnside>>. Acesso em: 18 jan.2013.

NEIMAN, Z.; PATRICIO, R.F. Ecoturismo e conservação dos recursos naturais. In: NEIMAN, Z; RABINOVICI (Org.). *Turismo e meio ambiente no Brasil*. São Paulo: Manole, 2010, p. 84-123.

OLIVEIRA, R. C de. O trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 39, n.1, p.13-3, 1996.

OLSON, M. *A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. São Paulo: EDUSP, 2011.

ORLANDO, H. Unidades de conservação e manejo da zona de entorno. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 2., *Anais....* Curitiba: IAP;Unilivre, 1997. p. 764-775.

OSTROM, E. Collective action and the evolution of social norms. *The Journal of economic perspectives*, v.14, n. 3, 2000a, p. 137-158. Disponível em: <http://www.indiana.edu/~workshop/reprints/R00_11.pdf>. Acesso em: 12 dez.2014.

_____. Diseños complejos para manejos complejos. *Gaceta ecológica*, n. 54, p. 43-58, 2000b. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/539/53905404.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

_____. *Governing the commons: the evolution of institutions for collective action*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

_____. Policy Analysis in the future of good societies. *The good society*, v.11, n. 1, 2002, p. 42-48, Penn State University Press. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/journals/good_society/v011/11.1ostrom.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2014.

OSTROM, V. ; OSTROM. E. Public choice: a different approach to the study of public administration. *Public administration Review*, v. 31, n. 2, mar. abr., p. 203-216, 1971. Disponível em: <publicadministrationreview.org/public-choice-a-diff>. Acesso em 12 dez.

2014.

OSTROM, E.; SCHROEDER, L.; WYNNE, S. *Institutional Incentives and sustainable Development: Infrastructure Policies in Perspective*. Costa Rica Boulder, CO: 1993.

PALAZZO, L. A. M. *Complexidade, Caos e Auto-organização*. Disponível em:<http://algot.dcc.ufla.br/~monserrat/isc/Complexidade_caos_autoorganizacao.html> Acesso em: 13 dez. 2014.

PAOLETTO, G. Urban governance in the new economy. In: TAKASHI, I.; NEWMAN, E.; PAOLETTO, G. *Cities and the environment: new approaches for ec0-societies*. Tokio: University Presws, 1999. p. 297-325.

PÃOZINHO, F. C. *O geoturismo como segmentodiferencial para o polo turístico da Chapadadas Mesas: estudo de viabilidade de práticas geoturísticas no Complexo de Pedra Caída em Carolina-Ma*. São Luís, 2012. 121 f.. Monografia de Graduação (Curso de Bacharelado em Turismo) – Universidade Federal do Maranhão, 2012.

PARDAL, P. P. de O. et al. Envenomation by *Micrurus coral* snakes in the Brazilian Amazon region: report of two cases. *Rev. Inst. Med. trop. S. Paulo*, 2010, v.52, n. 6, p. 333-337. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1590/S0036-46652010000600009>>. Acesso em: 13 jan. 2013.

PARATUR. Companhia Paraense de Turismo. *Inventário da oferta turística de Itaituba*. Belém, 2007.

PAULA, A. T. de; RABINOVICI, A. Políticas públicas para o ecoturismo no Brasil. In: NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. (Org.). *Turismo e meio ambiente no Brasil*. Barueri, SP: Manole, 2010. p.167-189.

PELLEGRINI FILHO, A. *Dicionário enciclopédico de ecologia & turismo*. São Paulo: Manole, 2000. 308 p.

PEREIRA, J.; FERREIRA, E. S.; COSTA NETO, J. P. Áreas protegidas: planos de gestão e manejo - o caso do Parque Nacional da Chapada das Mesas-Ma. In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 62., 2010, Natal. *Resumos...*Natal, 2010.

PESSOA, M.A.; RABINOVICI, A. Inserção comunitária e as atividades do turismo. In: NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. (Org.). *Turismo e meio ambiente no Brasil*. Barueri, SP: Manole, 2010. p. 106 - 123.

PIMENTA, M.A.; CEZAR, L.de A. A sustentabilidade econômica e a preservação ambiental: as (im) possibilidades dos parques nacionais brasileiros. In: CORRÊA, M. L.; PIMENTA, S. A; ARNDT, J. L. (Org.). *Turismo, sustentabilidade e meioambiente: contribuições e convergências*.Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 135 - 162.

PINTO, O. M. de. *Expedições à regiões centrais da América do Sul*. São Paulo: Brasiliana, 1949.v. 1. 266 p.

PINTO, P. M. Unidades de conservação da Amazônia: o ecoturismo no parque estadual da

Serra dos Martírios/Andorinhas-PA. In: COELHO, M. C. N.; SIMONIAN, L.T.L.; FENZEL, N.(Org.). *Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais*. Belém: CEJUP; UFPA; NAEA, 2000. p. 55-97.

_____. O desenvolvimento e as experiências de turismo na Amazônia oriental: Estado do Pará. In: ZALUAGA, G.I.O. (Edt.). *Turismo en la Amazonia: entre el desarrollo convencional y las alternativas ambientales amigables*. Bogotá: Guadalupe; Universidad Nacional de Colombia, 2008. p. 213-231.

PLACE, S. Nature tourism and rural development in Tortuguero. *Annals of tourism Research*, USA. v. 18, p. 186-201. 1991.

PNUD; SINAC; GEF. Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo Sistema Nacional de Áreas Protegidas: proyecto “Removiendo Barreras para la Sostenibilidad del Sistema de Áreas Protegidas de Costa Rica” (Terminos de referênciã). [19--].

PORTALAMAZONIA. Disponível em:<<http://www.portalamazonia.com.br/secao/amazoniadeaz/interna.php?id=538>>. Acesso em: 23 dez. 2012.

PRATS i CATALÀ, J. Governabilidad democrática para el desarrollo humano. Marco conceptual y analítico. *Revista Instituciones y Desarrollo*, n. 10, p 103-148, 2001. Institut Internacional de Governabilitat de Catalunya, Còrsega. Barcelona, España.

PRIETO, P. M. *De la gobernabilidad a la gobernanza local: marco conceptual y metodológico*. Doctorado sobre Sociedad de la Información y El Conocimiento. Seminario de investigación sobre eGovernance: Información política en la red. 2003. Disponível em: <<http://www.ckyosei.org/docs/PedroPrieto.Gobernabilidad Y GobernanzaLocal.pdf>>. Acesso em: 29 dez. 2011.

PROMESA DE SÍDNEY, La: Visión. (2014). Disponível em:< <http://worldparkscongress.org/downloads/about/LA%20PROMESA%20DE%20SIDNEY%20Vision%20esp%20versi%C3%B3n%20final%2019%20Nov.pdf>> Acesso em: 28 nov. 2014

QUARESMA, H. D. de A. B. *Turismo na terra de Macunaíma: sustentabilidade em parques nacionais da Amazônia?* 2008. 423 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

QUARESMA, H. D. de A. B.; CAMPOS, R. I. R de. Turismo como instrumento de ação coletiva em áreas pesqueiras do litoral da Amazônia. *Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v.1, n. 2 , p. 139-147, 2006.

REDE de avaliação e capacitação para implantação dos planos diretores participativos. Relatório nº 12- Município de Estreito-MA: avaliação lei nº 21/2006, São Luís, MA, 2009.. Disponível em:<<http://web.observatorioidasmetroles.net/planosdiretores/produtos/ma/MA%20-%20Relat%C3%B3rio%20Municipal%20n%C2%BA12%20-%20Estreito%20-%20M%C3%A1rcio%20Bruno%20e%20Fernando%20Castelo%20-%20Jun%202009.pdf>>. Acesso em: 20 jan.2013.

REJOWSKI, M. *Turismo e pesquisa científica*. Campinas: Papirus, 1996.167 p.

RICHARD, S.; RIEU, T. Uma abordagem histórica para esclarecer a governança da água. In: JACOBI, P. R.; SINISGALLI, P. A. (Org.). *Dimensões político institucionais da governança da água na América Latina e Europa*. São Paulo: Annablume, 2009. p. 227- 243. v. 2.

ROBLES, G. et. al. Barreras para La implementación de los planos de manejo de las áreas silvestres protegidas em Costa Rica. *Informe Final de Consultoría*. 2007. San José, Costa Rica. 93 p.

ROLDÁN - CHACÓN, C. La participación ciudadana en la conservación de la biodiversidad: sistema nacional de áreas de conservación de Costa Rica. *Biocenosis*, v. 24, n. 1-2, p. 81-86, 2011.

ROSENAU, J. N; Governança, ordem e transformação na política mundial. In: ROSENAU, J.; CZEMPIEL, E. (Org.). *Governança sem governo*. Brasília, DF: EdUNB ; Imprensa Oficial do Estado, 2000. p. 11-46.

RUSCHMANN. D. V. de M. *Marketing turístico: enfoque promocional*. Campinas, SP: Papirus, 1995. 124 p. (Coleção Turismo).

SANTOS, B. de S. *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Afrontamento, 1988.

SEBRAE. *Perfil sócio-econômico e cultural do Município de Carolina-MA*. São Luís, 2005.

SCHLÜTER, R. *Metodologia da Pesquisa em Turismo e hotelaria*. São Paulo: Aleph, 2003.

SCHNEIDER, S.; SCHIMITT, C. J. O uso do método comparativo nas ciências sociais: aspectos conceituais e metodológicos. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998.

SHIVA, V. As negociações internacionais sobre a imposição de patentes e os direitos de propriedade intelectual de populações tradicionais de agricultores e as incoerências entre as Diretrizes da Convenção sobre Diversidade Biológica e as negociações realtivas aos temas que estão em andamento no GATT. In: ARAÚJO, A.V.; CAPOBIANCO, J. P. (Org.). *Biodiversidade e proteção do conhecimento de comunidades tradicionais: resultados dos seminários internos, com convidados*. São Paulo: Instituto socioambiental, 1996. p. 10-20. (Documentos do ISA n. 2).

SILVA, A. T. Segurança multidimensional e governança do desenvolvimento sustentável na Amazônia Brasileira. In: ROCHA, G. de M. et al. *Governança, integração e meioambiente na Amazônia*. Belém: NUMA; UFPA, 2007. p. 67-97.

SILVA, D. L. B. da. *Turismo em unidades de conservação: contribuições para a prática de uma atividade turística sustentável no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses*. 206 f. 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília: DF, 2008.

SILVA, M. D. M.; SIMONIAN, L.T. L.; AMARAL FILHO, O. A publicidade e a definição de regras quanto ao uso do conceito de sustentabilidade. *Razón y palabra*, México, v.85, p. 1-22, 2013.

SIMONIAN, L. T. L. Políticas públicas, desenvolvimento sustentável e recursos naturais em áreas de reserva na Amazônia brasileira. In: COELHO, C.M.N.; SIMONIAN, L.T.L., FENZL, N. (Org.). *Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais*. Belém: CEJUP; UFPA; NAEA, 2000. p.9-53.

_____. Pesquisa em ciências humanas e desenvolvimento entre as populações tradicionais amazônicas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, v. 1, p. 119-134, 2005.

_____. Tendências recentes quanto à sustentabilidade no uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais amazônicas. In: ARAGÓN, E. (Org.). *População e meio ambiente na Pan-Amazônia*. Belém: NAEA; UFPA, 2007. p. 25-44.

SIMONIAN, L. T. L; PINTO, P. M; CAMPOS, R. I. R. *Unidades de conservação em Martírios/Andorinhas: perspectivas ambientais, socioeconômicas, culturais e turísticas*. Belém: [s.n.], 2007. p.87.

SIMONIAN, L.T. L. Uma relação que se amplia: fotografia e ciência sobre e na Amazônia. In: KAWAGE, C.; RUGGERI, S. (Org.). *Imagens e pesquisa na Amazônia: ferramentas de compreensão da realidade amazônica*. Belém: Alves, 2007. p. 15-52. Ilustrado.

SISTEMA NACIONAL DE ÁREAS DE CONSERVACIÓN (SINAC). 2010. *Plan estratégico Sistema Nacional de Áreas de Conservación – SINAC 2010- 2015*. Disponível em: <www.sinac.go.cr.>. Acesso em: 10 jan. 2014.

_____. SINAC. 2012. Disponível em:<[http://www.sinac.go. cr/AC/ACTo/Paginas/default .aspx](http://www.sinac.go.cr/AC/ACTo/Paginas/default.aspx)>. Acesso em: 10 out. 2013.

_____. *Plan general de manejo del Parque Nacional Tortuguero: 2014-2023*. Costa Rica: Parque Nacional Tortuguero, Área de Conservación Tortuguero. Guápiles, 2013.

_____. SINAC em Números: *Informe Anual estadísticas SEMEC 2103*. San José, CR, 2014. 99 p.

SOCIEDADE PARA A PESQUISA E PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE (SAPOPEMA) . *Mapeamento e diagnóstico da biodiversidade do Parque Nacional da Amazônia e das Florestas Nacionais de Itaituba I e II: subsídios para a elaboração dos planos de manejo/levantamentos rápidos de biodiversidade*. Relatório final. Santarém, 2007.

SOUSA JÚNIOR, W. C. *Tapajós: hidrelétricas, infraestrutura e caos: elementos para a governança da sustentabilidade em uma região singular*. São José dos Campos, SP: ITA; CTA, 2014. 192 p. E-book.

SOUZA, M. *Breve história da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994. 174 p.

THEYS, J. La gouvernance, entre innovation et impuissance: le cas de l'environnement. Développement durable et territoires. *Dossier 2: Gouvernance locale et Développement Durable*. 2003. Disponível em: <[http://developpementdurable. revues.org/1523](http://developpementdurable.revues.org/1523)>. Acesso em: 10 ago. 2014.

TORRES, M. De seringais, gateiros e garimpos: o Alto Tapajós e a resistência de suas gentes. In: SOUSA JÚNIOR, W. C. (Org.). *Tapajós: hidrelétricas, infraestrutura e caos: elementos para a governança da sustentabilidade em uma região singular*. São José dos Campos, SP: ITA; CTA, 2014. 192 p. E-book.

TORRES, M; FIGUEIREDO, W. Yellowstone Paroara: uma discussão sobre o papel das unidades de conservação e o exemplo do Parque Nacional da Amazônia. In: TORRES, M. (Org.). *Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163*. Brasília, DF: CNPQ, 2005. p. 322-395.

TRANSPORTACIÓN pública... Disponível em: <www.tortuguerovillage.com/espanol/historia.htm>. Acesso em: 25 dez. 2013.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (UNEP). Disponível em: <<http://www.unep.org>>. Acesso em: 23. mar. 2013.

VELHO, O. G. *Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da transamazônica*. Rio de Janeiro. 1972.

VERGARA, S. C. *Projetos e relatórios em Administração*. São Paulo: Atlas, 2006.

VIOLA, E. A. globalização da política ambiental no Brasil, 1990-1998. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF THE LATIN AMERICA STUDIES ASSOCIATION, 21., 1998. Chicago. Disponível em: <<http://lasa.international.pitt.edu/LASA98/Viola.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2014.

YOUELL, R. *Turismo: uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2002. 382 p.

WILSON, E. O. A situação atual da diversidade biológica. In: _____. *Biodiversidade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. 657 p.

WOLF, E. *Envisioning Power: ideologies of dominance and crisis*. Berkeley: University of California Press, 1999.

APÊNDICE

APÊNDICE A– ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO
TRÓPICO ÚMIDO

ROTEIRO SEMIESTRUTURADO

a) Dados da pesquisa

1. País: _____
2. Nome do Parque Nacional: _____
3. Local da entrevista: _____
4. Dia da entrevista: __/__/__

b) Dados do entrevistado

5. Entidade: _____
6. Nome do entrevistado: _____
7. Sexo: _____
9. Idade: _____
10. Escolaridade: _____
11. Ocupação principal: _____
12. Função na entidade: _____
13. Contato (Telefone ou e-mail): _____

c) Perguntas foco da pesquisa

14. Vocês participaram das discussões de **criação** do Parque?
15. Como se deu essa **participação**?
16. Existe **conselho local** ou outro tipo de **instância**?
17. E, com relação à **criação do Conselho** do Parque, houve **participação**?
18. Você conhece o **Parque**?

19. Você conhece os **principais problemas** do parque? Quais são?
20. E as **áreas de entorno**?
21. O que você pensa do atual **modelo de gestão** do Parque?
22. Você acha esse **modelo adequado**?
23. Quais os principais **obstáculos à gestão** do Parque?
24. Como sua entidade participa para que o parque possa atingir seus objetivos que é a **conservação da biodiversidade**?
25. Com relação ao turismo:
 - 25.1 Quais são os **atrativos**?
 - 25.2 E a **infraestrutura**?
 - 25.3 E os **serviços**?
 - 25.4 **Outros**, especificar:
26. Como é o **turismo praticado** no parque?
 - 26.1 Pontos positivos?
 - 26.2 Pontos negativos?
27. O que pensa do **turismo praticado no entorno** do Parque?
 - 27.1 Pontos positivos?
 - 27.2 Pontos negativos?
 - 27.3 O que se pode fazer para melhorar o turismo?
28. A entidade desenvolve alguma **ação específica para o desenvolvimento do turismo** no parque?
29. A entidade desenvolve alguma **ação específica para o desenvolvimento do turismo no entorno** do parque?
30. De que maneira o turismo pode contribuir para que o parque tenha um bom desempenho?
31. Sobre a **conservação**, como sua entidade contribui nessa questão?
32. Além do diálogo estabelecido no conselho, existe **outra articulação da entidade** com outros atores/grupos envolvidos no processo de gestão do parque?